



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS**

CRISTIANE FRANCELINA DIAS

**DIALÉTICA NA PRÁXIS E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO MST (BRASIL) E
MNCI (ARGENTINA)**

BRASÍLIA

2021

Cristiane Francelina Dias

**DIALÉTICA NA PRÁXIS E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO MST (BRASIL) E
MNCI (ARGENTINA)**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, com área de concentração em Estudos Comparados sobre as Américas.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Política nas Américas.

Orientador: Raphael Lana Seabra.

BRASÍLIA

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D541d Dias, Cristiane Francelina
 Dialética na práxis e consciência de classe do MST
(Brasil) e MNCI (Argentina) / Cristiane Francelina Dias;
orientador Raphael Lana Seabra. -- Brasília, 2021.
 378 p.

 Tese (Doutorado - Doutorado em Ciências Sociais) --
Universidade de Brasília, 2021.

 1. Questão agrária. 2. Movimentos sociais. 3. Reforma
agrária. I. Seabra, Raphael Lana, orient. II. Título.

CRISTIANE FRANCELINA DIAS

**DIALÉTICA NA PRÁXIS E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO MST (BRASIL) E
MNCI (ARGENTINA)**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, pelo (PPGECsA).

Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Política nas Américas.

Orientador: Raphael Lana Seabra.

Brasília, 29 de janeiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Raphael Lana Seabra (PPGECsA/UNB)

Examinador Interno: Dr. Daniel Bin (PPGECsA/UNB)

Examinador Externo: Dra. Roberta Sperandio Traspadini (UNILA)

Examinador Externo: Dra. Sandra Oliveira Teixeira (PPGPS/UNB)

Esta tese foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que concedeu bolsa à doutoranda durante todo o período de pesquisa e elaboração do presente estudo.

Dedico a realização deste trabalho:

À classe trabalhadora, concretamente responsável pela reprodução da vida e suas fruições.

Às minhas imprescindíveis companhias de vida, Vanderlei e Andrei, com eles aprendo diariamente que é possível amar e fazer deste amor um instrumento de mudança!

À minha amada família: Mãe, Pai e Irmãos, canteiro de afetos, apoios e resistências!

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o aprendizado que obtive por meio da militância e luta, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, sem o engajamento e dedicação de todos os Professores e Professoras da rede pública do Brasil, por terem a paciência e a persistência necessária para driblar as adversidades e nos acompanhar, desde os primeiros passos, até o caminho das letras e da reflexão crítica do mundo.

Aos companheiros e Companheiras do MST e MNCI, que abriram espaços em suas agendas políticas e dividiram comigo suas experiências, conhecimentos e desafios.

A toda equipe de trabalhadores e trabalhadoras que desempenham suas atividades no departamento ELA/UNB, desde a secretaria, a copa, a limpeza e a jardinagem etc. Somente por meio desses trabalhos é que se garantem as condições para o fruir do ensino e da aprendizagem.

Sou grata aos professores e professoras do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA/UNB), que em seu cotidiano atuam na perspectiva de romper com as cercas do conhecimento e as fronteiras colonizadoras. Em especial, ao professor Raphael Lana Seabra, por ter aceitado me orientar e ter me auxiliado em todas as etapas deste trabalho; suas contribuições de conteúdo e forma foram substanciais.

Ao Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC/UBA), e, ao professor Claudio Katz, pela co-orientação realizada durante o doutorado sanduíche, rompendo com as fronteiras do saber, das estradas e da distância de nossas terras. A Martín Ogando, pela companhia e contatos imprescindíveis, em terras argentinas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que garantiu a realização desta pesquisa e a minha permanência na academia, por meio de bolsa no Brasil, bem como, a realização do Doutorado Sanduíche na Argentina.

Minha gratidão a todos e todas, amigos, amigas e camaradas, que me ouviram e me apontaram saídas e bibliografias. Por compartilhar minhas angústias, os momentos de alegria, de tristeza, de saudades e desafios apresentados durante esse período acadêmico.

E, de forma muito especial, agradeço ao meu querido companheiro Vanderlei Martini, por compartilhar comigo a Vida, a Luta e os Sonhos; E ao meu filhinho Andrei, que me acompanha desde o ventre, nas aulas, nas viagens e nas leituras. Aos meus pais, Irene Francelina Dias e José Genuíno Dias, guerreiros que acreditam e lutam pela mudança da sociedade, semeando a terra, colhem esperanças e fincam raízes. Aos meus queridos irmãos, Sérgio e Kathiane, por terem dividido comigo a infância e uma vida de lutas.

Cinco Siglos Igual¹
León Gieco

*Soledad sobre ruinas, sangre en el trigo rojo y amarillo,
manantial del veneno, escudo heridas,
cinco siglos igual.
Libertad sin galope, banderas rotas, soberbia y mentiras,
medallas de oro y plata contra esperanza,
cinco siglos igual.*

*En esta parte la tierra la historia se cayó,
como se caen las piedras
aun las que tocan el cielo
o están cerca del sol,
o están cerca del sol.*

*Desamor, desencuentro, perdón y olvido,
cuerpo con mineral, pueblos trabajadores, infancias pobres,
cinco siglos igual.*

*Lealtad sobre tumbas, piedra sagrada,
Dios no alcanzó a llorar, sueño largo del mal,
hijos de nadie,
cinco siglos Igual.*

*Muerte contra la vida, gloria de un pueblo desaparecido.
Es comienzo, es final, leyenda perdida cinco siglos igual.*

*En esta parte de la tierra la historia se cayó,
como se caen las piedras aun las que tocan el cielo
o están cerca del sol,
o están cerca del sol.
Es tinieblas con flores, revoluciones
y aunque muchos no están nunca
nadie pensó besarte los pies.
Cinco siglos igual.*

¹ Música do cantor argentino Raúl Alberto Antonio Gieco, ou, León Gieco. A sua mensagem sintetiza os quinhentos anos de dominação, de dependência e de extermínio dos trabalhadores e trabalhadoras em nosso continente. Processo de expropriação sistemático e contínuo do capital, ou seja uma práxis dominante, que se modifica na forma, mas que mantém os elementos fundantes de seu conteúdo principal, a contradição na relação entre capital e trabalho. Disponível em: <https://rock.com.ar/artistas/117/letras/2625>. Acesso em: 23 maio 2020.

RESUMO

A presente tese de doutorado, realizada no marco de estudos marxistas e latino-americanos, tem como objetivo analisar comparativamente a práxis e a consciência de classe que está presente nos sujeitos sociais que compõem os movimentos sociais do campo, que lutam pela terra e pela defesa dos territórios no Brasil e Argentina. O avanço do capitalismo no campo, a luta pela terra e pelo território representa um capítulo longo e violento da história latino-americana, a expropriação material e simbólica dos povos indígenas, das populações tradicionais e comunidades camponesas que compõem a nossa dramática e latente realidade. Os povos do campo organizados em movimentos sociais sempre enfrentaram as forças economicamente dominantes, sendo que esses processos de resistências constituem o legado e a força em que se apresentam os vários movimentos sociais. A perspectiva de comparação qualitativa e interdisciplinar deste trabalho, tem como ponto de partida, a problemática agrária, em que estão inseridas as duas principais organizações do campo destes países: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI). A análise empreendida, a luz desses contextos históricos específicos, demonstram os aspectos comuns de dependência e de exploração em que o capitalismo subjuga a América Latina na divisão internacional do trabalho e que nos constitui enquanto nações dependentes. O desvelar de uma contradição fundante de *Nuestra América*, a concentração da terra em latifúndios e, atualmente no agronegócio, revelam que sua existência só se tornou possibilidade sob as formas de expropriação dos povos indígenas originários e da exploração da força de trabalho dos povos africanos escravizados. A comparação do MST e do MNCI parte dessas lutas históricas da classe trabalhadora em confrontação direta com os processos de dominação, econômica, política e ideológica da classe dominante alocada no campo. A dialética na práxis da consciência de classe, logo, se estuda a partir desse legado, dessa memória viva, que compõem o repertório de diversas organizações do continente que se vinculam à Via Campesina Internacional. As tensões em torno da luta pela terra configuram diferentes formas de movimentos sociais do campo, mas, que se unificam, em torno de um conteúdo comum, ou seja, a luta da classe trabalhadora contra o capital, a reforma agrária, a soberania alimentar, a defesa do território e dos bens comuns.

Palavras-chave: Questão agrária. Movimentos sociais. Reforma agrária. Soberania alimentar. Agronegócio. MST-Brasil. MNCI-Argentina.

RESUMEN

La presente tesis doctoral, realizada en el ámbito de los estudios marxistas y latinoamericanos, tiene como objetivo analizar comparativamente la praxis en la conciencia de clases que está presente en los sujetos sociales que integran los movimientos sociales del campo, que luchan por la tierra y por la defensa de los territorios del país. Brasil y Argentina. El avance del capitalismo en el campo, la lucha por la tierra y el territorio representan un capítulo largo y violento de la historia latinoamericana, la expropiación material y simbólica de los pueblos indígenas, las poblaciones tradicionales y las comunidades campesinas constituyen nuestra dramática y latente realidad. Los campesinos, organizados en movimientos sociales, siempre se han enfrentado a las fuerzas económicamente dominantes, y estos procesos de resistencia constituyen el legado, así como la fuerza con que se constituyen los diversos movimientos sociales. La perspectiva de comparación cualitativa e interdisciplinaria de este trabajo, tiene como punto de partida el tema agrario, en el que se insertan las dos principales organizaciones en el ámbito de estos países: el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra - MST y el Movimiento Nacional de Campos Indígenas - MNCI. El análisis realizado, a la luz de estos contextos históricos específicos, demuestra los aspectos comunes de dependencia y explotación en los que el capitalismo somete a América Latina en la división internacional del trabajo y que nos constituye como naciones dependientes. La develación de una contradicción fundacional en Nuestra América, la concentración de la tierra en latifundios y, actualmente en la agroindustria, revela que su existencia solo fue posible en las formas de expropiación de los pueblos indígenas y explotación de la fuerza laboral de los africanos esclavizados. La comparación del MST y el MNCI parte de estas luchas históricas de la clase trabajadora en confrontación directa con los procesos de dominación, económicos, políticos e ideológicos de la clase dominante repartida en el campo. Por ello, la praxis en la conciencia de clase se estudian a partir de este legado, esta memoria viva, que conforma el repertorio de diversas organizaciones del continente vinculadas a la Vía Campesina Internacional. Las tensiones en torno a la lucha por la tierra configuran diferentes formas de movimientos sociales en el campo, pero que se unen en torno a un contenido común, es decir, la lucha de la clase trabajadora contra el capital, la reforma agraria, la soberanía alimentaria, la defensa territorio y bienes comunes.

Palabras Clave: *problema agrario; movimientos sociales; reforma agraria; soberanía alimentaria; agronegocio; MST-Brasil; MNCI-Argentina.*

ABSTRACT

The present doctoral thesis, carried out within the framework of Marxist and Latin American studies, aims to analyze comparatively the praxis and the consciousness that is present in the social subjects that make up the social movements of the countryside, that fight for the land and for the defense of the territories in Brazil and Argentina. The advance of capitalism in the countryside, the struggle for land and territory represents a long and violent chapter of Latin American history, the material and symbolic expropriation of indigenous peoples, traditional populations and peasant communities make up our dramatic and latent reality. The people of the countryside, organized in social movements, have always faced the economically dominant forces, and these resistance processes constitute the legacy, as well as the strength in which various social movements are constituted. The perspective of qualitative and interdisciplinary comparison of this work, has as its starting point, the agrarian problematic, in which are inserted the two main organizations in the field of these countries: the Movement of Landless Rural Workers - MST and the National Movement of Indigenous Peasants - MNCI . The analysis undertaken, in the light of these specific historical contexts, demonstrates the common aspects of dependence and exploitation in which capitalism subdues Latin America in the international division of labor and which constitutes us as dependent nations. The unveiling of a foundational contradiction in Nuestra América, the concentration of land in big farm and, currently in agribusiness, reveal that their existence had only become a possibility under the forms of expropriation of indigenous peoples and the exploitation of the labor force of enslaved African peoples. The comparison of the MST and the MNCI starts from these historical struggles of the working class in direct confrontation with the domination, economic, political and ideological processes of the ruling class allocated in the field. Therefore, praxis and conscience are studied based on this legacy, this living memory, which makes up the repertoire of various organizations on the continent that are linked to Via Campesina Internacional. The tensions surrounding the struggle for land configure different forms of social movements in the countryside, but which are unified around a common content, that is, the struggle of the working class against capital, agrarian reform, food sovereignty, the defense of the territory and common goods.

Keywords: *agrarian issue; social movements; land reform; food sovereignty; agribusiness; MST-Brasil; MNCI-Argentina.*

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| AACREA | - <i>Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola</i> |
| AAPRESID | - <i>Asociación Argentina de Productores em Siembra Directa</i> |
| ACAR | - <i>Associação de Crédito e Assistência Rural</i> |
| ACINA | - <i>Asamblea Campesina Indígena del Norte Argentino</i> |
| AGA | - <i>Agrupación Grito de Alcorta</i> |
| ALCA | - <i>Área de Livre Comércio das Américas</i> |
| ALN | - <i>Aliança Libertadora Nacional</i> |
| AMRAF | - <i>Asociación de Mujeres Rurales Argentinas Federales</i> |
| ASOMA | - <i>Asociación de Medieros y Afines</i> |
| CAN | - <i>Consejo Agrario Nacional</i> |
| CAPES | - <i>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</i> |
| CCC | - <i>Corriente Clasista y Combativa</i> |
| CEB | - <i>Comunidades Eclesiais de Base</i> |
| CF | - <i>Constituição Federal</i> |
| CGT | - <i>Confederación General del Trabajo de la República Argentina</i> |
| CIMI | - <i>Comissão Indigenista Missionária</i> |
| CLOC | - <i>Coordinadora Latinamericana de Organizaciones del Campo</i> |
| CLT | - <i>Consolidação das Leis do Trabalho</i> |
| CNA | - <i>Censo Nacional Agropecuário</i> |
| CNPq | - <i>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</i> |
| CONTAG | - <i>Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil</i> |
| CPT | - <i>Comissão Pastoral da Terra</i> |
| CTA | - <i>Central de Trabajadores Argentinos</i> |
| CTEP | - <i>Confederación de Trabajadores de la Economía Popular</i> |
| CUT | - <i>Central Única dos Trabalhadores</i> |
| ELA | - <i>Departamento de Estudos Latino-Americanos</i> |
| EMBRAPA | - <i>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária</i> |
| EMBRATER | - <i>Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural</i> |
| FAA | - <i>Federación Agraria Argentina</i> |
| FAE | - <i>Frente Agrario Evita</i> |

| | |
|----------------|--|
| FARC | - Frente Agropecuário Regional Campesino |
| FHC | - Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | - Fundo Monetário Internacional |
| FNC | - Frente Nacional Campesino* |
| FNC | - <i>Federación Nacional Campesina*</i> |
| FNDE | - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FONAF | - <i>Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar</i> |
| FUNDAPAZ | - <i>Fundación para el Desarrollo en Justicia y Paz</i> |
| FUNRURAL | - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural |
| IAPI | <i>Instituto Argentino de Promoción del Intercambio</i> |
| IBGE | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IEALC | - <i>Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe</i> |
| INCRA | - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INTA | - Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária |
| IIRSA | - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana |
| ISI | - <i>Industrialización por Sustitución de Importaciones</i> |
| MAB | - Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MAM | - <i>Movimiento Agrario Misionero</i> |
| MASTER/RS | - Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul |
| MCC | - <i>Movimiento Campesino de Córdoba</i> |
| MIRAD | - Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário |
| MMC | - Movimento de Mulheres Camponesas |
| MNCI | - <i>Movimiento Nacional Campesino Indígena</i> |
| MOCASE | - <i>Movimiento Campesino de Santiago del Estero</i> |
| MOPPROFE | - <i>Movimiento Provincial de Pequeños Productores de Santa Fe</i> |
| MP La Dignidad | - <i>Movimiento Popular La Dignidad</i> |
| MPA | - Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST | - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MTA | - <i>Movimiento de Trabajadores Argentinos</i> |
| MTE Rural | - <i>Movimiento de Trabajadores/as Excluidos/as CTEP</i> <i>Movimiento de Trabajadores Excluidos Rama Rural</i> |
| NMS | - Novos Movimentos Sociais |
| OCDE | - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico |

| | |
|----------|--|
| ONPIA | - <i>Organización de Naciones y Pueblos Indígenas en Argentina</i> |
| ONU | - Organizações das Nações Unidas |
| PAA | - Programa de Aquisição de Alimentos |
| PCBR | - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário |
| PDSE | - Programa Institucional de Doutorado-Sanduiche no Exterior |
| PEA | - População Economicamente Ativa |
| PEC | - Proposta de Emenda à Constituição |
| PIB | - Produto Interno Bruto |
| PNAE | - Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNATER | - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| PNRA | - Plano Nacional de Reforma Agrária |
| PPGECsA | - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados Sobre as Américas |
| PROCERA | - Programa de crédito Especial para a Reforma Agrária |
| PRONAF | - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONATER | - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| PRONERA | - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| PRORURAL | - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural |
| PT | - Partido dos Trabalhadores |
| PTB | - Partido Trabalhista Brasileiro |
| RAM | - Reforma Agrária Assistida de Mercado |
| REDAF | - <i>Red Agroforestal Chaco Argentino</i> |
| REP | - <i>Red Entrerriana de Permacultura</i> |
| SAGPYA | - <i>Secretaria de Agricultura, Ganadería y Pesca</i> |
| SRA | - <i>Sociedad Rural Argentina</i> |
| STR | - Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| UBA | - <i>Universidad de Buenos Aires</i> |
| UCV | - <i>Unión Campesina de Varela</i> |
| UFPB | - Universidade Federal da Paraíba |
| UFRJ | - Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| ULTAB | - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil |
| UnB | - Universidade de Brasília |
| UNE | - União Nacional dos Estudantes |

- UOCB - *Unión de Familias Organizadas- Cuña Boscosa y Bajos Meridionales*
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- UST - *Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra*
- UTT - *Unión de Trabajadores de la Tierra*
- VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

*possuem a mesma sigla.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| PRÓLOGO..... | 17 |
| INTRODUÇÃO | 24 |
| CAPÍTULO I | 30 |
| 1 O CAMINHO DO MÉTODO E O DESPERTAR DE UMA PRÁXIS..... | 30 |
| 1.1 A PESQUISA EM MOVIMENTO | 30 |
| 1.2 TEORIA SOCIAL E MÉTODO | 46 |
| 1.3 ELEMENTOS DA ANÁLISE COMPARADA | 53 |
| 1.4 DEBATE SOBRE A FILOSOFIA DA PRÁXIS | 70 |
| 1.5 NOTAS SOBRE OS: “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS..... | 80 |
| CAPÍTULO II..... | 86 |
| 2 CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO AGRÁRIA..... | 86 |
| 2.1 CAPITALISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO | 89 |
| 2.2 ASPECTOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA..... | 96 |
| 2.3 AFLUÊNCIA DAS LUTAS SOCIAIS E PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIAS | 112 |
| 2.4 O CAPITAL IMPERIALISTA..... | 122 |
| 2.5 AS “VIAS” DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AS REVOLUÇÕES BURGUESAS | 124 |
| 2.6 QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO AGRÁRIA E DEPENDÊNCIA..... | 131 |
| 2.7 CAPITALISMO DEPENDENTE E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA | 149 |
| CAPÍTULO III | 165 |
| 3 CRISE DO CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO E AGRONEGÓCIO..... | 165 |
| 3.1 CRISE DO CAPITALISMO E SAÍDA NEOLIBERAL | 165 |
| 3.2 OFENSIVA NEOLIBERAL E AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NA AMÉRICA LATINA | 175 |
| 3.3 LUTAS DE CLASSES NO CAMPO: A VIA CAMPESINA INTERNACIONAL..... | 200 |
| CAPÍTULO IV..... | 210 |
| 4 LUTAS DE CLASSES, PRÁXIS E CONSCIÊNCIA COMO MOVIMENTO. | 210 |
| 4.1 QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS DE CLASSES NO BRASIL | 210 |
| 4.2 LUTAS DE CLASSES NO CAMPO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) | 228 |
| 4.3 QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS DE CLASSES NA ARGENTINA | 242 |

| | |
|---|------------|
| 4.4 LUTAS DE CLASSES E O MOVIMENTO NACIONAL CAMPESSINO INDIGENA (MNCI)..... | 269 |
| 4.5 A VIOLÊNCIA NO CAMPO COMO PARTE DA REALIDADE DO BRASIL E ARGENTINA..... | 281 |
| 4.6 GOVERNOS PROGRESSISTAS E CONCILIAÇÃO DE CLASSES..... | 297 |
| 4.7 PRÁXIS E CONSCIÊNCIA DE CLASSE | 315 |
| 4.8 DIALÉTICA NA PRÁXIS DA CONSCIÊNCIA DE CLASSES NO MST E MNCI..... | 328 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 351 |
| REFERÊNCIAS | 359 |
| APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS | 374 |

PRÓLOGO

*Fiquei olhando também e notei entre as duas alas uma coisa horrível, que vinha para o lado em que eu estava. Era um homem de torso nu, amarrado aos fuzis de dois soldados que o empurravam [...].
A cada golpe que recebia, o castigado voltava o rosto enrugado de sofrimento para o lado de onde vinha a pancada, como que surpreso, e repetia a esmo sempre as mesmas palavras, rangendo os dentes brancos.
Só quando chegou mais perto de mim pude distingui-las. Não falava, soluçava:
'Irmãozinhos, tenham dó. Irmãozinhos, tenham dó'.
Mas os irmãozinhos não se apiedavam e, quando o cortejo chegou bem perto, vi um soldado à minha frente dar um decidido passo adiante, fazer o cacete zunir no ar e desferi-lo com força nas costas do tártaro [...].
Quando o cortejo passou por onde eu estava, vi rapidamente, por entre as fileiras, as costas do condenado. Eram uma coisa colorida, úmida, vermelha, antinatural, que me fez duvidar que aquilo fosse o corpo de um homem.
(TOLSTÓI, Depois do Baile, 2013).*

Início esta tese com um pequeno trecho do conto: *Depois do Baile*, de Leon Tolstói (1828-1910), escrito em 1903 nos anos finais de sua vida e, publicado postumamente em 1911. A Rússia, nesse ínterim, vivia sob o jugo do czar Nicolau II, e a situação do país era de total miserabilidade das massas. Algumas cifras desse período demonstram que 80% da população viviam no campo e 70% eram analfabetas. O autor, que trazemos na epígrafe, pertencia à aristocracia Russa e suas obras refletiam esta sociedade circundante, no entanto, a sua narrativa retratava a contradição entre a vida parasitária das classes privilegiadas e a exploração dos camponeses. A sua narrativa inquiridora pode ser entendida através da proposição marxiana de que “a crítica já não é fim em si, mas apenas um meio; a indignação é o seu modo essencial de sentimento, e a denúncia a sua principal tarefa” (MARX, 2005, p. 147). A grandeza de Tolstói e sua arte foi captar a realidade Russa em movimento, o individual com o social, ou seja, o retrato das contradições de uma classe privilegiada em relação à revolução camponesa e seu movimento social.

Sabendo da morte do autor, Lenin (1986) publica o artigo “L. N. Tolstoi” no jornal *Sotsial-Demokrat* (número 18), de 16 (29) de novembro de 1910, em que faz uma importante referência ao autor. Suas palavras apresentam Tolstói, como aquele que não só criou obras de arte que sempre serão apreciadas e lidas pelas massas, quando estas tiverem criado condições humanas de vida, derrubando o jugo dos latifundiários e capitalistas, mas “soube transmitir com uma força notável o estado de espírito das amplas massas, oprimidas pelo regime atual, descrever a sua situação, exprimir o seu sentimento espontâneo de protesto e de indignação”. (LENIN, 2019, n/p).

Indignação foi um dos sentimentos de minha infância que agiu como propulsor em minha família para a mudança. Assim, lendo esse conto, sempre me recordara de um fato histórico, que continua vivo em minha memória, um momento particular que se tornou um

divisor de águas em minha vida, fornecendo as bases fundamentais para o ser social no qual me transformei. Nascida em uma família pobre, de trabalhadores rurais desprovidos dos meios fundamentais de produção para a sua existência, conheci desde cedo o significado da palavra carência, ou seja, sobreviver com o mínimo e muitas vezes com o insuficiente.

Voltando ao fato, era o ano de 1992, aos oito anos de idade, eu, uma criança totalmente deslumbrada pelo processo de alfabetização inicial, começo a entender o cruel e real contraste entre a mistificação e a realidade. Com os pais desempregados e frequentando a escola pública não havia possibilidade de adquirir o uniforme escolar exigido pela direção para adentrar as dependências do colégio, começa aí, uma peregrinação — digo isso, pois este trajeto fazia a pé com meu irmão mais velho (Sérgio), que tinha à época, completos 11 anos de idade —, idas e vindas à Rádio Caiuás em Dourados-MS, para pedir o uniforme a algum possível ouvinte solidário. Eis que, em uma dessas idas para perguntar, não tínhamos telefone nesse período, estava lá o uniforme e já poderia regressar ao colégio, mas, esse episódio fora apenas o início de uma história.

Dessa forma, peço-lhe mais alguns minutos de sua atenção para esta narrativa, pois ela compõe, assim como o conto de Tolstói, uma conexão entre os acontecimentos, onde o artista/escritor faz a crítica à sociedade — indo além dela. A realidade é que, o uniforme que nos custará longas e repetidas caminhadas, já não era o suficiente para a escola, os homens e mulheres no ato de se reproduzirem socialmente vão criando necessidades, nesse ínterim já havia outra demanda na escola: para seguir os estudos, necessitaria adquirir um único e indispensável livro didático, que custava na época alguns significativos cruzeiros. As idas para a Rádio não estavam surtindo o mesmo efeito e não lograva o êxito anterior.

Nessa ocasião, em uma noite de conversa com meus pais (Irene e José), decidíamos excepcionalmente que eu e meu irmão mais velho fossemos trabalhar (pois minha irmã Kathiane tinha apenas 04 anos e ficaria com meus avós paternos). Saímos no outro dia de madrugada juntamente com meus pais e os demais “boias-frias” colher algodão em uma fazenda a alguns quilômetros da cidade. Digo excepcionalmente e, neste caso em particular, pois meus pais até esse momento não haviam permitido que trabalhássemos fora de casa.

Nesse dia, assim como no conto de Tolstói, o acaso iria mudar o rumo dos acontecimentos e o destino dos personagens, nesse caso: o nosso. Ao transitar o caminhão pela rodovia com homens e mulheres, soltos como boiada em sua carroceria, e, ali também duas crianças — eu e meu irmão — passávamos por uma viatura policial e, um dos trabalhadores, por força do hábito, ousara gritar: “*Ei, seus mata cachorros!*” O silêncio da madrugada foi substituído pelas rajadas dos tiros que zuniam acima das nossas cabeças. Após

alguns segundos entre os estrondos e o silêncio, notaríamos que uma das balas disparadas contra o caminhão atingira mortalmente uma pessoa que, por ironia da história, seria um homem, jovem e indígena. No outro dia eis que havia um comunicado oficial, “homem é atingido por uma bala perdida durante uma operação policial”.

A realidade que se apresentou para nós, em sua face mais cruel e perversa, levava à indignação e o que restava ainda de dúvidas e de indecisão entre os meus pais, se iriam ou não para um acampamento, se desmancharam no ar. Eis que, alguns dias antes desse acontecimento um desconhecido militante, em trabalho de base, havia realizado reuniões na periferia onde morávamos, e passando de casa em casa, chamava as famílias para a luta, para montar um acampamento. O lugar em que havia a dúvida foi preenchido pela certeza de que se houvesse algum perigo para nós em um acampamento lutando pela terra, o mesmo estaria à altura daquilo que acabávamos de vivenciar. Se houvesse alguma morte em confronto teria outro significado e dignidade.

E, voltando para o conto: o que Tolstói têm a nos dizer? Refletindo a realidade de maneira poética, Tolstói sai do mediano e aponta as possibilidades humanas, consegue captar a totalidade intensiva da realidade, as possibilidades concretas de transformação. O sofrimento do homem Tártaro, representado no conto, adentrara a vida do personagem através do acaso e modificara a sua forma de viver e de pensar. Portanto, aquele fato histórico e aquela banal eliminação da vida do trabalhador indígena foi para mim, para os meus pais e irmãos, o propulsor necessário e fundamental para entender que não havia forma de se viver dignamente nesse meio e já não restava possibilidades de saídas individualizadas. A saída coletiva foi à ocupação de terra no dia 16 de maio de 1992 — gestava-se nesse momento uma nova família Sem-Terra.

Para György Lukács (1965), a desilusão dos personagens de Tolstói desmascara o caráter estreito e limitado de suas ideias relativas à realidade, e mostra que a realidade é algo distinta, mas também muito mais rica, variada e viva do que as ideias subjetivas e românticas que se alimentam nelas. Daquele momento em diante, da primeira ocupação até o assentamento das famílias Sem-Terra acampadas, foram cinco anos morando em barracos de lona, de deslocamentos/diásporas, em diversos locais e sob as mais adversas condições: fazendas, beira de estradas, prefeituras, superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA entre outros. Diversos processos de luta, de organização e de formação.

Uma passagem do livro, *As Vinhas da Ira*, de John Steinbeck, reflete poeticamente este movimento interno e intenso da vida, que forjam as primeiras experiências e formas de

consciência de grupo.

Os grandes proprietários, que tem que perder suas terras na primeira rebelião, os grandes proprietários que têm acesso à história, têm olhos para ler a história, deviam saber do grande fato: a propriedade, quando acumulada em muitas poucas mãos, está destinada a ser espoliada. E do fato complementar também: quando a maioria passa fome e frio, tomará à força aquilo que necessita. E também o fato gritante, que ecoa por toda a história: a repressão só conduz ao fortalecimento e à união dos oprimidos. Os grandes proprietários ignoraram os três grandes gritos da história. (STEINBECK, 2001, p. 295).

Assim, inexoravelmente, na literatura tomamos consciência da nossa existência e nela aparece a vida e o mundo refletido. As ações humanas compõem a narrativa e nela está presente a crítica ao ser humano como produto do meio e da lógica de uma apologia capitalista decadente.

Neste novo cotidiano, a vida em acampamento, a escola, que muitas vezes me foi negada, acompanhava-nos. Por onde estivesse o acampamento e respectivamente as crianças, ali estava a escola: nas fazendas ou na beira de estradas, embaixo de árvores, de lona preta ou de palha, em frente aos órgãos públicos ocupados, prefeituras e no INCRA.

Após cinco anos de luta, 12 ocupações e 11 despejos, as famílias que conseguiram resistir foram assentadas e, muitas de nós, das crianças que se forjaram nessa escola em movimento, que aprenderam a ler e escrever e a analisar criticamente a sociedade em que vivem, continuaram a fazer trabalho de base (voluntário), aquele realizado pelos primeiros militantes que passaram pelos bairros em 1992. E para o trabalho voluntário, entendido como mediação do trabalho político-organizativo, não existem fronteiras, cidades, estados ou países. Para que a história continue viva, doa-se o tempo, o suor, e, muitas vezes a vida.

Ser uma “Sem-Terra” constituiu aquilo que fui, sou e escrevo neste momento. A vida vivenciada em acampamento (1992-1997) e, posteriormente no assentamento (1997), foi possível completar a minha formação escolar do 3º ao 9º ano. A realização da minha formação básica e fundamental se constituía por meio da Educação do Campo², onde os alunos desenvolvem suas atividades em um tempo escola e um tempo comunidade, a mediação necessária entre o ensino e a extensão.

Nesta sequente narrativa pessoal, mas que representa a história de muitas pessoas, no ano de 2004, o sonho ausente de muitas crianças da classe trabalhadora se concretiza: entrar

² A educação do campo é compreendida nesta exposição de acordo com a explicação de Caldart (2008), seu entendimento, a partir dessa proposição, só se torna possível a partir da articulação das suas categorias estruturantes: Campo-Política Pública-Educação. Para a autora não há como separá-los, pois isso romperia com a sua materialidade de origem, ou seja, a luta da classe trabalhadora do campo pelo direito de garantir, em seu território, as condições para sua reprodução social, sendo o direito à educação e ao conhecimento uma dessas dimensões. Nessa perspectiva, a organização dos tempos e espaços das escolas do campo é feita a partir do princípio metodológico da alternância, ou seja, a relação entre o tempo-comunidade e o tempo-escola como saberes complementares, relacionados.

para a universidade. Fruto da luta camponesa, uma reivindicação histórica se concretiza por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)³ e da parceria entre a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Por meio dessas Instituições foi possível realizar a primeira Turma de Licenciatura em História para jovens assentados da reforma Agrária. Dando continuidade e prosseguimento à proposta de educação do campo, com espaços destinados ao tempo escola e ao tempo comunidade foi possível concretizar o sonho de 60 jovens de diversas regiões e estados do Brasil. Nesse grupo de educandos e educandas pude estar e realizar a graduação (2004-2008). Sendo integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Via Campesina - Brasil, busquei estudar e compreender a atuação política das elites mineiras durante o golpe militar, tendo como tema de trabalho de conclusão de Curso a “Configuração das Elites Mineiras em Minas Gerais de 1954-1964”.

Esta primeira tentativa de teorização me instigou a continuar os estudos sobre a classe dominante no Brasil, principalmente aquela alocada no campo, o que fundamenta as bases da pesquisa que permitiram a minha entrada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Escola de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Saindo do espaço estritamente da história e avançando para uma perspectiva interdisciplinar, na busca de outras teorias e experiências que ampliassem o meu arcabouço teórico acerca do estudo das classes dominantes no Brasil. Assim, foi tema da dissertação: *Modernizações Conservadoras: Entidades Orgânicas do Agronegócio ABAG (1993-2013)* (DIAS, 2015).

A realização do mestrado (2012-2015) e da pesquisa, associada com a minha militância, participação em atividades de formação e de intercâmbio da Via Campesina Internacional no Chile e Bolívia, reforçaram a necessidade de pesquisar os aspectos da luta de classes no campo e as formas de enfrentamentos ao agronegócio. O legado de lutas e resistências que foram deixados pelas organizações sociais do campo no passado e, que influenciam as nossas ações no presente e as nossas miradas para o futuro na América Latina, deram origem a esta temática de pesquisa. Esse legado histórico orientou toda a caminhada do

³ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é um programa que foi gestado a partir de um longo processo de lutas dos movimentos sociais, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo pelo direito à educação. Uma educação do campo que atendesse as necessidades dessa realidade. Tem como um marco para sua efetivação o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária em 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que apresenta como deliberação a necessidade de articular os diferentes segmentos no âmbito da educação para enfrentar a problemática da baixa escolarização no campo. A partir daí, começaram a se construir as articulações e lutas que viriam a resultar na criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98, do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária e do governo de Fernando Henrique Cardoso (SANTOS; MOLINA; JESUS, 2010).

doutorado (2016-2020), no Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECSA), bem como fora o prumo que me acompanhara para esta resultante tese, que agora é apresentada.

Com esta pequena narrativa, espero ter demonstrado que assim como a arte, a escrita de uma tese não existe desligada da luta da humanidade, sem isto ela não respira, precisa estar ligada à radicalidade da vida. E para Marx, “ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem”. (MARX, 2005, p. 151).

O desafio que se apresenta para aquele que faz arte, que pesquisa e que luta pela emancipação da humanidade é compreender a realidade pela totalidade, captar a poesia íntima da vida, a significação das coisas, a práxis humana. Nesse aspecto, os pressupostos da pesquisa são reais, homens e mulheres, que em sua concretude estão em movimento e constroem um movimento social.

O ser social – e a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho, que constituirá o modelo da práxis – é um processo, movimento que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações (NETTO, 2011, p. 31, grifo do autor).

O objetivo do pesquisador/a é apreender a essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto que tem uma existência objetiva que independe da consciência do pesquisador/a. O objeto da nossa pesquisa sendo os movimentos sociais do campo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e *Movimiento Nacional Campesino Indígena*⁴ (MNCI) constitui um sistema de relações construídas pelos seres humanos. A relação entre o sujeito e o objeto é, portanto, uma relação em que o sujeito está inserido no objeto, o sujeito é ativo, reúne os conhecimentos acumulados, critica-os e revisa-os e; apreende o objeto como um processo. Nas pesquisas que realizamos anteriormente, a centralidade da nossa investigação, partiu da forma como o capital se organizou no campo brasileiro, como se apropriou da terra e dos recursos naturais sob o discurso de uma modernidade e de desenvolvimento do País, discussões analíticas e problematizações realizadas em nossa dissertação de Mestrado⁵.

Realizar o doutorado e esta investigação, tendo como suporte e apoio o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA), na Universidade de Brasília, e, que hoje também se amplia para Departamento de Estudos

⁴ Optamos por manter a nomenclatura no original, em espanhol, razão pela qual quando se tratar de nomes próprios relativos às organizações latino-americanas não faremos a tradução para o português, mas sinalizaremos em *itálico*.

⁵ Dias (2015).

Latino-americanos (ELA), relacionara-se diretamente com a minha formação escolar — baseada na Educação do Campo, que tem como princípio conjugar as atividades escolares com os saberes e as vivências comunitárias — e formação acadêmica, em uma perspectiva interdisciplinar.

Assim, a minha trajetória de vida, de aprendizagem e vivência em diferentes áreas rurais do Brasil com suas diferentes comunidades, camponesas, quilombolas e indígenas, com seus contrastes — de riqueza cultural e de pobreza econômica —, correspondia com as frutíferas relações sociais e acadêmicas do ELA, bem como, com as suas orientações e estudos.

O Programa contempla nossa perspectiva de estudo quando propõe em seus objetivos a formação de profissionais com “uma visão crítica, multidisciplinar acerca dos fenômenos sociais, culturais e políticos pertinentes às Américas, a partir de sua episteme situada no Brasil e na América Latina⁶”. Logo, esse seria o elemento fundante e decisivo para minha inserção no programa, o seu objetivo de comparar e compreender a América Latina, enfrentando os desafios por ela apresentados.

A linha de força que nos inspira e o objetivo principal que nos move é a perspectiva da transformação social do mundo. Uma crítica que eleva o pesquisador/a, o/a artista, o ser humano singular, para o gênero humano universal. Em algumas palavras: elevação, movimento, transformação, totalidade, humanidade – catarse.

⁶ Ver sobre o Departamento de Estudos Latino-Americanos em: <http://ela.unb.br/pt-br/pos-graduacao>.

INTRODUÇÃO

La escritura es una larga introspección, es un viaje hacia las cavernas más oscuras de la consciencia, una lenta meditación. Escribo a tientas en el silencio y por el camino descubro partículas de verdad, pequeños cristales que caben en la palma de una mano y justifican mi paso por este mundo.
(Isabel Allende, 2018, Paula, p. 18).

Passei algum tempo pensando de que forma iniciaria esta introdução, e confesso que muitas vezes parei pelo caminho e a minha euforia não ultrapassava a intenção. Por muitas vezes relegara este começo da escrita para outro momento e, enfim! Eis que começamos e, por certo, o caminho das palavras tem sim, muitas idas e voltas! “Fazer uma tese é teorizar também”, como me chamou a atenção meu orientador. O próprio Marx (2006, p. 15) alertara que “todo começo em qualquer ciência é difícil”. Assim, se a aparência coincidissem imediatamente com a essência, não seria necessária a pesquisa.

Não seria possível a escrita deste trabalho sem a realização de uma mescla de sujeito que escreve e objeto que se move, razão pela qual optei por fazer a nossa apresentação anterior. O envolvimento de uma vida do sujeito, que se torna e se transforma no processo real de construção de uma organização. Assim, a escolha temática e a problemática não estão alheias ao sujeito que pergunta, não havendo, desse modo, a tão desejada neutralidade positivista no âmbito desta pesquisa, e tampouco nas hipóteses e resultados que se apresentam. Todavia está presente um irreduzível inconformismo da autora desta tese diante das desigualdades e das injustiças.

Na observação veraz de Mézáros (2004, p. 301),

em parte alguma o mito da neutralidade ideológica – ou a autoproclamada neutralidade axiológica, da chamada ‘ciência social rigorosa’ – é mais forte do que no campo da metodologia [...]. Na verdade, esta abordagem da metodologia pretensamente neutra tem um forte viés ideológico conservador.

É elevar ao concreto uma memória coletiva produzida que perpassa e evidencia uma identidade de classe, uma práxis social, política e organizativa. As lutas sociais na América Latina estão vivas e presentes, sendo, portanto, um terreno fértil para disputas, resistências e a emergência dos movimentos sociais. Complementa Florestan Fernandes,

[...] o subdesenvolvimento e a dominação externa compelem os sociólogos da periferia a se dedicarem mais intensamente à observação, análise e interpretação dos mecanismos da imperialização da dominação e da revolução burguesas (o que explica a importância que aí se deu à chamada “sociologia da dependência”). [...] Só do socialista o sociólogo pode retirar uma autêntica vocação sociológica crítica, suscetível de romper com o monolitismo cultural do pensamento conservador e com uma visão do mundo intrinsecamente contra-revolucionária, que exclui a ciência da vontade política, que tende a unir o inconformismo intelectual às propensões revolucionárias das classes despossuídas (FERNANDES, 1995, p. 162).

O capitalismo se adequa às mudanças no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, assumindo diversas formas e estabelece diferentes padrões de acumulação. Processos de produção, de acumulação e de exploração do trabalho que estão em constantes transformações que se instalam e se perpetuam historicamente. Trata-se de um continente marcado pelo processo de produção, criação da mais-valia, e de acumulação do capital por meio da exploração da força de trabalho. Assim, nas palavras de Marini (2012, p. 22): “O que é valorização para o capitalista é exploração para o trabalhador”.

Mas estas formas massacrantes de exploração do homem pelo homem, de superexploração da força de trabalho, de extração das riquezas e de apropriação de terras, não ocorrem passivamente, sem resistência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras, dos povos e das comunidades camponesas e originárias. Entremeio à constante exploração, extração, apropriação e desigualdade social, as formas de lutas e de resistências foram se constituindo, se adaptando às diversas transformações da realidade. As concepções teóricas, políticas e culturais se cruzaram e assim se multiplicaram, trazendo com elas muitos desdobramentos sociais.

Olhar para a história com as lentes voltadas para os processos de resistências e de luta por libertação revelam as fissuras e os limites de um sistema sociometabólico⁷ do capital, que avança em seu projeto “civilizador” massacrando e dizimando populações inteiras. Mas, esse avanço não se dera passivamente, sem lutas e resistências. Como a canção, de Leon Gieco nos adverte; “*Todo está cargado en la memoria. Arma de la vida y de la historia*”⁸.

A dialética que está presente em todas as coisas nos permite mirar o elemento contraditório, o germe que está nas entranhas do capitalismo. Em seu processo de gestação e desenvolvimento estão também às forças que atuam para a sua destruição.

Compreender a formação e consolidação do capitalismo em nosso continente, na sua forma particular no campo, nos possibilita verificar processos de lutas e de resistências dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, organizados em movimentos sociais. A comparação aponta para os contextos históricos específicos do Brasil e da Argentina, como processos particulares que estão ocorrendo, mas que constituem parte de uma universalidade, ou seja,

⁷ Na acepção de Mészáros (2009), o núcleo central do sistema sociometabólico do capital está formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado. Nesse sentido, são três elementos que compreendem esse sistema, três dimensões fundamentais e inter-relacionadas. Segundo o autor, a superação do capital não é suficiente e, portanto, impossibilitada pela eliminação de um ou dois polos do sistema sociometabólico, assim que, é imperioso eliminar os seus três pilares de sustentação.

⁸ “*La memoria*”, letra e música de Leon Gieco. Disponível em: <https://rock.com.ar/artistas/117/letras/2656>. Acesso em: 27 jan. 2020.

são determinados pelos aspectos de dependência e subdesenvolvimento em que está inserida a América Latina na divisão internacional do trabalho.

Relações foram construídas pelos sujeitos sociais⁹ em luta, novas formas de se organizarem socialmente, culturalmente e politicamente que se expressam no ascenso dos movimentos sociais na América Latina. Os movimentos sociais, os mais diversos, lutam cotidianamente por melhores condições de vida e por outro projeto de mundo e de sociedade, que se contrapõe ao avanço do capitalismo e o acirramento das desigualdades sociais. Mas estas manifestações sociais foram historicamente combatidas, duramente reprimidas e, muitas vezes contidas pelas classes dominantes. A forma de contenção dos sujeitos sociais envolvidos oscilou entre a censura, a ameaça, a perseguição política, o exílio, a tortura ou, os brutais assassinatos.

Assim, os movimentos sociais do campo no Brasil e Argentina, que compõem a nossa temática de estudos, não estão alheios a esta problemática existente, são eles a resultante dos problemas sociais latino-americanos, principalmente no âmbito da questão agrária. Em pleno avanço do capital e de ofensiva neoliberal, na década de 1990, acirram-se as contradições, potencializam-se as lutas, e as forças são catalisadas em movimentos sociais. Esses movimentos transformam-se em referência dos trabalhadores e trabalhadoras em diversas partes do mundo, na luta contra o capital.

No Brasil, por exemplo, desponta nas décadas de 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹⁰, que completa na atualidade 35 anos de história e de experiências de lutas. Sendo, portanto, precursor de outros movimentos sociais que surgem posteriormente, como é o caso do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI)¹¹, na Argentina, que inicia seu processo de articulação e consolidação como movimento nacional a partir da efervescência das lutas “*en las calles*” na Argentina, a partir de 2001.

Esses dois movimentos sociais em seu processo de constituição não partem do nada, seguem uma trajetória histórica de combates, fundida a ferro, fogo e sangue. São eles herdeiros da força de muitos povos que deixaram crivados no tempo, por mais de 500 anos, a sua marca de luta. Esse legado se transformou em memória viva, latente e permanente que se

⁹ Entende-se aqui por sujeitos sociais, o trabalhador e a trabalhadora pertencente ao movimento social estudado, seja ele urbano ou rural. A palavra aqui não é de sujeição, mas de papel ativo, de pertencimento e de vinculação a organização social coletiva.

¹⁰ É o Movimento Social do Campo no Brasil, fundado oficialmente em 1984, que articula trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra para a luta e a conquista da terra; suas áreas ou territórios são conhecidos como acampamentos e assentamentos.

¹¹ É o Movimento Social do Campo na Argentina, fundado oficialmente em 2010, que aglutina várias organizações e comunidades camponesas e indígenas para resistirem na terra e em suas comunidades originais, assim como para retomar terras que foram expropriadas.

manifesta em uma potente articulação camponesa intercontinental: a *Via Campesina Internacional*¹².

Esta tese, realizada a partir dos estudos latino-americanos, tem como objetivo a comparação entre os movimentos sociais do campo – MST e MNCI – especificamente a forma como se apresenta a dialética na práxis da consciência de classe dos sujeitos sociais dos movimentos sociais do campo para o enfrentamento do capital e suas contradições. A práxis que aprofundamos neste trabalho, no âmbito desses dois movimentos sociais do campo, é aquela que está situada no século XX, a partir de uma lógica materializada de capitalismo dependente, sob o jugo do Imperialismo.

Empiricamente, a pesquisa foi realizada com o MST, no Brasil, e o MNCI, na Argentina. Trata-se de um trabalho qualitativo, interdisciplinar e comparado, que abrange prioritariamente um período histórico recente, de lutas e ascensões dos movimentos estudados, que corresponde aos anos de 1980 a 2016.

Salientamos que todo o processo de análise e de comparação realizado nesta investigação parte de uma situação concreta, dada a universalidade e hegemonia do capitalismo na América Latina e a particularidade dos contextos sociais específicos em que as organizações sociais pesquisadas estão situadas, no Brasil e na Argentina. A centralidade e fundamentação partem do movimento entre a práxis social e a consciência dos sujeitos sociais que compõem os movimentos sociais do campo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI).

Esta tese será apresentada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordamos em linhas gerais, a partir das formulações de Marx e de pensadores marxistas, as categorias centrais e o método utilizado nesta pesquisa. Essa passagem é importante para entender o percurso que realizamos da teoria para a prática e, do retorno da prática para a teoria, entendendo esse movimento dialético como práxis. A exposição parte do nosso papel enquanto pesquisadora e, também, ser social, que estuda e ao mesmo tempo participa, compondo a memória viva de um processo de luta. O referencial teórico-metodológico correspondente serve de guia para a pesquisa comparada, que culmina na reflexão teórica do movimento em sua luta teórico-prática ou, da dialética na práxis da consciência de classe de seus sujeitos políticos.

¹²A Via Campesina nasce com o propósito de articular os diferentes movimentos sociais do campo, indígenas e afrodescendentes, em pleno enfrentamento ao neoliberalismo e as suas consequências para a agricultura. Articulação Internacional de movimentos e organizações sociais do campo. A primeira conferência oficial da Via Campesina foi realizada no ano de 1993, onde são definidas as primeiras linhas de ação e a sua estrutura organizativa.

No segundo capítulo discutimos, a partir da análise da realidade de economias de capitalismo dependente, os aspectos gerais que compõem a questão social e agrária na América Latina. Além de prosseguir discorrendo sobre as categorias importantes para a compreensão da problemática da questão agrária em nosso continente e o processo de modernização conservadora no campo, realizado como alternativa desenvolvimentista.

No terceiro capítulo dissertamos sobre o avanço neoliberal e a ofensiva do agronegócio em países latino-americanos, fundamentais para que possamos entender o momento atual em que vivemos, bem como, o processo de lutas de classes no campo que constituíram a bases concretas de um longo processo de resistência e de organização política, em um contexto político: Internacional – a *Via Campesina*; Regional – a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC-Vía Campesina)¹³ e, Nacional – MST e MNCI.

Por fim, no quarto capítulo, avançamos para as implicações em que consistem nossas análises, ou seja, trazemos à reflexão os apontamentos realizados, a título de hipóteses e resultados de pesquisa que tentaram demonstrar a dialética na práxis da consciência de classe de seus sujeitos, no processo de lutas no campo. Em que os sujeitos sociais inseridos nos movimentos sociais do campo estudados (MST/MNCI) vivenciam a prática e a teoria cotidiana, passível de compreensão a partir da relação dialética da práxis na consciência de classe como movimento.

Pontuamos, categoricamente em nossa apresentação para evitar mal entendidos, o papel da pesquisadora nesta pesquisa, não havendo, dessa forma, arroubos da falsa e pretensa neutralidade, o ser que estuda e que aqui escreve é também aquele que participa e influencia o seu meio, um ser social e político. Com todos os seus matizes, históricas, culturais, e; portanto, Humanas! Assim, este trabalho corresponde a um esforço individual e coletivo de sistematização, que serviu de fio condutor para o processo de investigação dos movimentos sociais do campo e de exposição desta tese de doutorado: “A dialética na práxis da consciência de classe do MST (Brasil) e MNCI (Argentina)”.

Assim, pelo que foi exposto nesta introdução, esperamos ter demonstrado os pressupostos gerais que serviram de base para a realização desta pesquisa: a busca pelo entendimento das relações e implicações entre a questão agrária na América Latina e a

¹³ A *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC - *Via Campesina*), é uma instância de articulação continental que se constitui formalmente no congresso realizado em Lima, Peru, de 21 a 25 de fevereiro de 1994. Ela representa os movimentos camponeses, de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e afrodescendentes de toda América Latina, sendo aliada direta da *Via Campesina Internacional* no continente. (COORDENADORIA LATINO-AMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO, 2010).

dialética na práxis da consciência de classe dos sujeitos sociais e políticos vinculados às lutas dos movimentos sociais do campo, MST e MNCI, no Brasil e Argentina respectivamente. Temos como intuito, contribuir para a compreensão da atualidade das lutas de classes em nosso continente. Ou seja, as reflexões aqui apresentadas vinculam-se a uma práxis, a um esforço coletivo, intelectual, político e militante de superação da atual e vigente ordem capitalista.

CAPÍTULO I

1 O CAMINHO DO MÉTODO E O DESPERTAR DE UMA PRÁXIS

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.
(DRUMMOND, 1992, p. 118).

Neste capítulo trataremos, em linhas gerais, do processo de pesquisa, formas de apreensão, aproximação e sistematização do objeto; uma apresentação do objeto resultante dos conteúdos estudados e acumulados durante a nossa trajetória de estudos no âmbito da história, do serviço social e das ciências sociais, acrescidos por nossa experiência de lutas.

Apresentamos sinteticamente as bases constitutivas do método materialista histórico e dialético¹⁴, que se vincula a um projeto de classe e de superação do sistema sociometabólico do capital, sobre o qual orientamos nossa pesquisa e, que constitui as bases de nosso referencial teórico. O tema está situado nesses marcos, teoria social e método que partem de Marx, e, dos pensadores marxistas, assim como das contribuições de um pensamento crítico latino-americano.

Na sequência, expomos em que perspectiva está orientada a nossa pesquisa comparativa e como a relacionamos com o método e o captar do sujeito de nossa investigação, bem como os elementos teóricos e práticos que nos propiciaram avançar no debate sobre a questão agrária e os movimentos sociais do campo.

1.1 A PESQUISA EM MOVIMENTO

O caminho de investigação e de aproximação ao problema de pesquisa, elaborado como síntese, e exposto neste momento, representa um esforço pessoal e coletivo de definição de um objeto, de um problema e de um método de investigação. Como resultante desse processo não se apresentam respostas simples e certas, mas o reconhecimento de novas possibilidades, tanto no âmbito da formulação e pesquisa, como no campo da ação política coletiva.

Há, portanto, intencionalidades e definições no ato de se apropriar do conhecimento produzido socialmente. Podemos apreendê-lo de forma crítica ou passiva, efetuar movimentos

¹⁴ Refiro-me aqui ao materialismo histórico valendo-me das contribuições dos autores que o consideram uma tradição de razão ativa, investigação e crítica abertas. Como filosofia da história, guia científico e instrumento de luta (THOMPSON, 1981; FALS BORDA, 2009; MARX, 2011; MATTOS, 2019).

de assimilação, negação ou superação. Assim também se constitui o desvelar da realidade, podemos mistificá-la, revelá-la, bem como, transformá-la.

O processo investigativo foi dinâmico e por diversas vezes complexo. No trânsito entre a teoria e a experiência estamos a todo o momento na eminência de rever projetos, buscar conhecimentos, encontrar novos dados e, assim, comprová-los. Os pressupostos para a definição do tema, problema e objetivos desta pesquisa tiveram como influência uma tríade de força importante: a experiência de vida, a práxis militante e a prática acadêmica. Relacionadas, portanto, me fizeram pensar sobre os espaços de resistências compartilhados nos movimentos sociais e de pesquisar se essas formas de organização, de luta e de vivências compõem um “todo” latino-americano, capaz de aglutinar a classe trabalhadora, de lutar por transformações sociais e forjar relações sociais e culturais novas.

Desta feita, as motivações que nos levaram a esta investigação no campo das ciências sociais foram, ao mesmo tempo, de origem pessoal e coletiva. A primeira (de origem pessoal), explica-se porque é daí, dos movimentos sociais, desta vivência, que se formaram as bases para as minhas primeiras perguntas e indagações, que tomam corpo durante o processo de formação social militante e se acentuam durante a formação acadêmica. E, a segunda (de origem coletiva), são as perguntas que se erguem a partir do contexto histórico mundial e particularmente latino-americano, do avanço capitalista e neoliberal e de fragmentação da classe trabalhadora.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Estudos Comparados Sobre as Américas (PPGECsA) ampliou o nosso espaço geográfico e político de análise, para além das fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, nos permitiu buscar, historicamente, em nossa formação cultural latino-americana, elementos que contribuiriam para a interpretação da nossa realidade, bem como identificar as ações que caracterizam os movimentos sociais em nossa diversidade.

Levaram-se vários meses para que chegássemos a uma temática cuja abrangência representasse as nossas aspirações individuais, coletivas e acadêmicas, levando em conta a sua processualidade em dois países latino-americanos intrinsecamente vinculados a toda história de conflitos sociais e de resistência que marcam nosso continente. Definir o tema e os objetivos significou um processo de escolhas entre muitas outras possibilidades, que se transformou em uma tarefa quase impossível, no entanto, indispensável para o momento da escrita e da conseguinte exposição.

Durante a trajetória de estudos e de amadurecimento, o projeto de pesquisa inicial, que foi apresentado no ato de entrada ao programa, passou por uma mudança de forma, ou seja,

em sua apresentação. O ponto de partida da exposição que seria as duas entidades representativas do Agronegócio, no Brasil e Argentina, Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e *Sociedad Rural Argentina* (SRA), foram substituídas por dois movimentos sociais do campo, MST e MNCI. Portanto, mudamos a forma e mantivemos o conteúdo da análise, ou seja, a investigação dos movimentos sociais do campo nos respectivos países, em luta direta com o agronegócio e suas representações de classe.

A mudança na forma de elaboração da tese, de apresentação da problemática agrária e de exposição do trabalho, se deu basicamente pela necessidade de se partir de um sujeito social concreto, o indígena e o camponês, vítimas da acumulação primitiva e originária de capital, a expropriação da terra, que é fundante e constituinte de nossa formação social, por conseguinte, do desenvolvimento capitalista no campo.

Sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o maior movimento social do campo do Brasil e, por decorrência, portador de um significativo reconhecimento internacional, sua fundamentação e amplitude investigativa é densa e abrangente. Encontra-se presente nas análises de diversos pesquisadores/as de “*Nuestra América*”, entre eles, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, entre outros autores/as reconhecidos/as. Por ter esta dimensão analítica, uma tentativa de comparação com os demais movimentos na América Latina nos parecia, a priori, uma barreira intransponível. No entanto, comparar¹⁵ não significa estritamente igualar ou buscar sinônimas. Ao termo comparar, na norma culta da língua portuguesa, estão: checar, cotejar, colacionar, conferir, confrontar. Partindo dessa premissa, nosso campo de comparação se expande e nos permite cotejar processos de lutas e de resistências em sua diversidade.

Tendo como perspectiva a integração latino-americana e a compreensão analítica dos desafios comparativos postos por essa complexidade, delimitamos nossa investigação a dois movimentos sociais do campo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI). A análise comparada resulta da confrontação dos avanços e limites destas organizações no contexto de suas ações, assim como das possibilidades abertas em suas relações.

A dimensão territorial, do Brasil e Argentina, foi um dos critérios para o começo da investigação; a ausência de uma política sistemática de Reforma Agrária também, fato comum encontrado em ambos os países. Sendo assim, a escolha definitiva se dera pela existência,

¹⁵ Segundo o dicionário de Português Oxford University Press comparar é “relacionar (coisas animadas ou inanimadas, concretas ou abstratas, da mesma natureza ou que apresentem similitudes) para procurar as relações de semelhanças ou de disparidade que entre elas existam; cotejar”.

significativa e atuante, dos movimentos nacionais de luta pela terra. Dessa forma, encontrar algumas publicações que sinalizavam a existência do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI) em sua luta e parâmetros organizacionais, foi decisivo para a nossa empreitada começar.

A escolha dos movimentos sociais do campo se deu, em primeiro lugar, por sua representação social, expressividade e atuação política; em segundo lugar, pelo nível de referência, de influência e de articulação compartilhadas entre os movimentos relacionados; e em terceiro lugar, por sua vinculação internacional à Via Campesina. Nossa escolha não exclui, por desmerecimento, outras organizações sociais do campo existentes nos países comparados, assim como não elimina, a priori, menções ou comparações residuais entre esses países. Espera-se, assim, que o recorte analítico da pesquisa não seja uma barreira intransponível para o estabelecimento de relações e de processos de aproximação com outras expressões políticas no campo.

Entre os limites postos, apresentavam-se, contudo, o idioma, sendo o espanhol a primeira barreira a ser superada concretamente na realidade, ou seja, ir além do entendimento e adquirir a capacidade de se comunicar. Feito esse caminho que, todavia, continua, nos debruçamos sobre o pouco acúmulo disponível no Brasil sobre o MNCI e, portanto, de escasso referencial bibliográfico em nosso País, tomamos por objetivo desta investigação a tarefa política e intelectual de proceder à pesquisa bibliográfica e nos aproximarmos desta temática. De posse das perguntas e das hipóteses elementares, *empezamos*¹⁶!

Muitas indagações permearam a pesquisa e foram delineando a investigação, quais sejam: como os movimentos sociais do campo expressam a realidade histórica latino-americana e a sua materialidade concreta, ou seja, o seu processo de formação social, política, econômica e cultural? Tendo como premissa a luta que os movimentos sociais do campo empreendem contra o capital para a construção de uma nova sociedade, com sujeitos portadores de outra concepção de mundo e a partir da análise entre práxis e consciência, dos sujeitos sociais que lutam e militam nessas organizações, indagamos: **Como entender a práxis — luta social, trabalho político-organizativo, formação política — adotada por estes movimentos sociais do campo para o enfrentamento do capital? E qual a sua relação com o desenvolvimento de uma consciência de classe?**

A centralidade dessa questão só se tornara possível por meio de outros questionamentos secundários que surgiram no processo de pesquisa e, que elencamos a

¹⁶ Em português: Começamos.

seguir: Tendo como pressuposto a diversidade dos movimentos sociais do campo latino-americanos, como se constitui entre os sujeitos sociais aspectos de uma cultura do coletivo, de relações contra-hegemônicas, de identidade e de unidade de classe, em seus territórios? De que forma suas ações políticas incidem sobre a transformação da realidade e dos sujeitos sociais? Serão estes vínculos organizativos e a constituição dessa práxis social e coletiva, de resistência, identidade e unidade de classe (particular e universal) na luta/organização/formação, passível de existência fecunda e permanente entre os movimentos sociais do campo? Em um determinado espaço de tempo? Quais os limites e as potencialidades, no âmbito da práxis e da consciência, nas experiências intercambiadas? Quais os impactos do neoliberalismo e do avanço do agronegócio no âmbito da luta, da organização e formação política dos sujeitos sociais do campo? Que categorias de análise e que método podem dar suporte a uma pesquisa com objeto em movimento, sob forte enfrentamento e fragmentação, da classe trabalhadora? Que tipos, formas de consciência se associam à práxis das lutas sociais empreendidas por esses movimentos? Como se desenvolvem as práticas pedagógicas e as experiências de lutas que transformam a realidade e os sujeitos sociais no campo? Como este estudo aplicado voltado ao estudo da práxis e da consciência, em um contexto determinado, pode superar os limites de uma pesquisa científica e contribuir com uma perspectiva mais ampla de transformação social? Como esses movimentos sociais expressam na contemporaneidade, no âmbito nacional e internacional, a incorporação de demandas da classe trabalhadora em geral? Como os sujeitos sociais e políticos dessas organizações têm enfrentado os desafios deste momento histórico?

Sem dúvidas, não foi possível responder uma parcela significativa de nossos questionamentos. Por sorte e, felizmente, compreendemos os limites de nossa existência e a infinitude de nossas perguntas. O que nos conforta, contudo, é saber que os seres humanos no ato de se perguntar já possuem elementos imprescindíveis para as suas respostas. As indagações são como espectros que assolam também os movimentos sociais aqui estudados. Elas também são criadas, respondidas, relegadas ou superadas pelos próprios sujeitos sociais e políticos em sua luta. E o saldo que ganhamos de todas elas? Superar-nos! No campo da pesquisa e da militância política vislumbrar possibilidades, enfrentar desafios e encontrar caminhos para a transformação social.

Apresentar as particularidades do MST e MNCI em uma totalidade histórica, foram possíveis por meio da conjugação entre a fundamentação teórica e a prática de campo; por meio do cotejamento teórico, da metodologia de pesquisa, da análise concreta da realidade, em relação direta com a vida, a voz e as expressões dos movimentos. Aproximar

analiticamente uma aproximação analítica do que seja essa forma diferente de reprodução social, articulada em uma cultura do coletivo e intrinsecamente vinculada com a dinâmica das lutas sociais. Demonstrar sua práxis social e o processo de consciência daí decorrente, em uma realidade concreta, historicamente determinada, a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina e a sua forma particular no campo.

A centralidade da análise está contida na realidade histórico-social latino-americana e a sua perspectiva localiza-se no campo das lutas, da organização social e da formação desses movimentos sociais do campo. Portanto, captar os desafios históricos que se apresentam para os respectivos movimentos parte desse contexto político-econômico e sociocultural em que estão envolvidos. Ou seja, o exercício para a compreensão desses sujeitos sociais, em luta, não poderia ser feito sem as devidas relações com as particularidades do processo de avanço do sistema capitalista sobre a América Latina, as suas formas de domínio e subjugação dos povos. Nesse campo histórico encontra-se a gênese, a constituição e o desenvolvimento desses movimentos.

As relações que são compartilhadas entre os movimentos no âmbito da luta política, da articulação popular, das formas organizativas e formativas, compõem uma práxis social coletiva intrinsecamente vinculada com os processos de identidade, consciência e luta de classes. A práxis que vislumbramos neste trabalho será, sobretudo, a sua práxis social, aquela em que os seres humanos atuam sobre si mesmos, enquanto ser social, que age e transforma as suas relações econômicas, políticas, sociais e culturais. A práxis implica trabalho, mas inclui muito mais que isto: inclui todas as objetividades humanas, ou seja, ela se apresenta no movimento, sobretudo em suas formas de luta, em seu processo de formação política e em sua organicidade. O que permite analisar que o ser social é mais que trabalho, que cria também objetividades que transcendem o universo do trabalho, e a categoria que explica esta realidade é a práxis.

A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na sua amplitude, a categoria práxis revela o homem como ser *criativo e autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 44, grifo do autor).

Nesse sentido, há uma dialética existente na práxis e consciência que se materializa e se expressa nos movimentos sociais do campo, considerando a particularidade de sua realidade determinada, ou seja, os seus respectivos países. Estas duas categorias, práxis e

consciência, se constituem e se relacionam, na prática reflexiva e ativa desses sujeitos sociais e políticos, frente ao desenvolvimento do capital, da hegemonia neoliberal, do avanço do agronegócio e dos desafios das lutas de classes na América Latina.

A compreensão analítica localiza no movimento da práxis social e consciência nessas organizações sociais e históricas, pelos elementos constitutivos dessa práxis que se transforma em cultura ou, identidade coletiva, ou seja, os elementos particulares e universais de sua luta em contraposição ao avanço do capitalismo no continente. A luta pela transformação da cultura que almeja a modificação do ser humano por “inteiro, na medida em que se modificam seus sentimentos, suas concepções, bem como, as relações das quais o homem é expressão necessária” (GRAMSCI, 2002, p. 70).

O estudo da práxis social e da formação da consciência, portanto, política, desses movimentos sociais do campo latino-americanos, tem como hipótese que, o avanço do neoliberalismo na América Latina em seu processo de ofensiva e criminalização dos movimentos sociais, contraditoriamente, potencializa as lutas sociais e as organizações já existentes, fomenta a articulação e gestação de outros movimentos nacionais, assim como constrói a necessidade de se construir espaços amplos e internacionais de luta e de resistência que culminam, por exemplo, na construção e participação do MST e do MNCI na *Via Campesina* Internacional. Assim, na compreensão da práxis e da consciência social em movimento, ou seja, presente e viva nessas organizações sociais, o sujeito social não é estático, ele está em luta, sendo um elemento vivo, dinâmico e contraditório. Isso vale para a constituição de identidade e de unidade de classe, frente aos desafios e às lutas desencadeadas em determinado momento histórico.

A constituição de uma práxis, com sujeitos sociais e políticos envolvidos, se realiza a partir da construção de uma cultura coletiva, de relações unitárias e identitárias de classe, compreendendo que “a identidade se caracteriza pela experiência já feita e pelas perspectivas que se abrem a partir da intervenção do sujeito coletivo na história” (BOGO, 2008, p. 118).

A pesquisa da particularidade da práxis e da consciência no âmbito do MST e MNCI, em sua dinâmica da luta social, no seu trabalho político-organizativo que se expressa a partir de uma cultura do coletivo, não poderia estar desvinculada, separada da complexidade e dos dilemas que se apresentam em sua totalidade na dialética do trabalho na atualidade. Nessa perspectiva, nosso desafio foi compreender e captar como esses movimentos sociais do campo, enquanto organização política, em seus embates e enfrentamentos com as formas particulares do capital no campo, compuseram uma práxis social, entendida como “a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade”.

(VÁZQUEZ, 2007, p. 231).

Os elementos que constituem suas lutas, identidades e consciência de classes frente às lutas contemporâneas e aos desafios históricos para o conjunto da classe trabalhadora, esta ascensão da luta social organizada, sustenta-se, de forma particular, a partir de elementos constitutivos de resistência interna (em cada país) aos desmontes, retirada dos direitos sociais conquistados, reajustes estranguladores etc. e, de forma universal, na busca de identidade e unidade de classe (latino-americana e internacional) frente à ofensiva massacrante e generalizante do capital. Sendo assim, o estudo dessa relação entre práxis e consciência nos movimentos sociais do campo e a constituição de uma cultura coletiva, tendo por base o trabalho, a luta social, a organização e a formação dos sujeitos sociais, não poderia, portanto, se isentar das determinações do real.

As contradições estão articuladas e se movimentam como partes colidentes de um todo, de uma totalidade social e histórica, que só pode ser apreendida dialeticamente, a partir da busca pela totalização em movimento e o exercício de articulação do que está aparentemente disperso, do que é negado, à consciência dos homens e mulheres em relação às suas ações. A conjunção desses principais pontos permite problematizar, a partir de contextos diversos e de situações concretas e particulares, as questões envolvendo os movimentos sociais em suas tomadas de decisão, trabalho político-organizativo, formação política, luta social, participação, relações sociais e unidade de classe.

A dialética na práxis da consciência de classe, de sujeitos sociais coletivos, em seus países periféricos se expressam a partir de uma determinada realidade social, em que se constituem identidades, processos de unidade, de cultura de lutas e resistências coletivas, que são bases concretas e objetivas desses movimentos sociais do campo. Práxis e consciência, como mediação de um processo de luta que visa à transformação da realidade, em que ao mesmo tempo que luta, o sujeito age sobre a realidade, se conscientiza e se transforma. A consciência do ser é produzida na história e na prática social, em que o ser social, ao transformar a natureza, transforma-se a si mesmo, isto é, trata-se do papel criador do sujeito em sua relação produtora com o objeto, relação que é mediada pelo trabalho ou práxis. O aprofundamento dessa relação entre práxis e consciência se concretiza a partir da pesquisa e dos estudos realizados sobre os movimentos sociais do campo, contudo, voltaremos à sua exposição em capítulos posteriores.

Mesmo com o jugo capitalista que se ergue sobre suas cabeças e corpos, que lhes impelem ideologicamente a se afastarem entre si, por uma lógica dominante, alienante e fetichista. Aquilo que o cantor cubano, Pablo Milanés, retrata em sua canção pela unidade

latino-americana “*realizaron la labor de desunir nuestras manos y a pesar de ser hermanos nos miramos con temor, cuando pasaron los años se acumularon rencores, se olvidaron los amores, parecíamos extraños [...]*”¹⁷. Há históricos combates e enfrentamentos, de povos indígenas, camponeses e quilombolas etc. que mesmo não comendo a história oficial, propriamente dita, se levantam e infringem a ordem social capitalista dominante.

O exercício de análise e comparação no âmbito da América Latina precisa necessariamente se contrapor à ideologia capitalista dominante, ao processo colonizador que expropriara nossas riquezas e nos constituíra em nações dependentes e subdesenvolvidas. Ocupa um lugar histórico de rebeldia e insurgência contra as classes dominantes, contra a subserviência às grandes potências e aos padrões de vida capitalistas a elas correspondentes. Um recontar da história, nos termos de Hobsbawm (1987), feita pelos “de baixo”, não deve se esquecer de que o processo de acumulação e de reprodução do capital, erigido sob nossas cabeças, foi possível por meio da expropriação brutal, sanguinária e violenta de nossa gente. Uma destruição sistemática de nossas culturas, formas de ser e de se organizar.

Consideramos que a historicidade de um fenômeno social é determinante para seu entendimento. Como agrega Fernand Braudel (1978), um cientista social, devemos perceber que os estudos realizados nos tempos de curta, média e longa duração abrem as portas para o entendimento da atualidade. Uma investigação teórica, comparativa, que identifica os processos de gestação e desenvolvimento dos movimentos sociais, mas que perpassa também as suas determinações históricas particulares, como, por exemplo, o acúmulo de forças sociais, políticas e econômicas que construíram ao longo de sua história em cada país. O movimento da práxis e consciência, no âmbito dos movimentos sociais do campo, parte efetivamente de organizações já consolidadas, suas trajetórias de lutas e, portanto, em suas determinadas relações. Nessa abordagem, o método visa delimitar e compreender a concretude do real, estabelecer comparações desses processos organizativos, de enfrentamento e de luta pela terra no Brasil e Argentina.

Como parâmetros gerais de análise e de comparação, podem ser captadas em suas dinâmicas particulares, diferenças, similitudes e influências, por exemplo: no trabalho, nas formas de luta social; na teoria política, nas ideias, programas e princípios; na forma de organização e de formação política etc. Dessa maneira, a ênfase sistemática objetiva-se no movimento da práxis na consciência de classe, no âmbito dessas duas organizações sociais. Análise possível, dos processos particulares e universais, de articulação nacional, continental,

¹⁷ Letra da música disponível em: <https://www.letras.mus.br/pablo-milanes/83776/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

de proposições identitárias para o enfrentamento do capital e os desafios atuais para a classe trabalhadora que se mesclam: em processos de lutas, de organização e de formação política. Expressão de uma práxis social em relação dialética com um processo de formação e de constituição de uma consciência de classe.

A análise empírica fornece a concretude necessária dos elementos que se inserem no processo de formação, organização e luta desses movimentos sociais pertencentes à Via Campesina. Aproximações sucessivas que adentram a forma e o conteúdo desses movimentos sociais do campo em relação à sua realidade social, que capta seus processos de materialização e de expressão de uma práxis social e política, portanto, de um processo de transformação da consciência.

A demonstração dessas questões, moventes no âmbito do movimento da práxis e da consciência, dos movimentos sociais do campo latino-americanos justificaram o nosso percurso, os caminhos dessa investigação e da pesquisa sobre esta temática. A importância do trabalho insere-se no resgate de uma tradição histórica de pesquisas, interpretações e debates do pensamento social latino-americano, que busca analisar as forças capitalistas em nosso continente, bem como, as nossas forças políticas de resistências.

Para a compreensão da forma como o capital avança em nosso continente e a nossa relação de dependência, são imprescindíveis as pesquisas acadêmicas, os debates e os trabalhos realizados por muitos pensadores e pensadoras (GALEANO, 1979; IANNI, 1985; MARINI, 2000; FERNANDES, 2005; MARX, 2005; MARIÁTEGUI, 2008; OSÓRIO, 2012). O que pretendemos foi pensar histórica e teoricamente, a partir do materialismo histórico dialético, os movimentos sociais do campo em sua relação com a totalidade da classe trabalhadora, tendo como pressuposto a potencialidade desta, como sujeito histórico de uma transformação emancipadora. Esta tese se valeu das linhas de pensamento no interior do marxismo para o entendimento das classes sociais, da luta de classes, da consciência e da práxis da classe trabalhadora, em particular, dos movimentos sociais do campo.

Na bibliografia priorizamos essa linha teórica para a compreensão estrutural das relações capitalistas, estabelecendo relações com a literatura produzida na América Latina. A ênfase é dada, contudo, aos autores voltados à discussão da teoria marxista da dependência e de um pensamento crítico latino-americano¹⁸. Essa escolha epistemológica passa pelo

¹⁸ É importante indicar que a recepção do marxismo na América Latina não foi homogênea e passiva; registra-se nesse campo muitas polêmicas e divergências que reverberam até hoje. Para maiores aprofundamentos em torno desta discussão, sugerimos os apontamentos feitos no texto: LÖWY, Michael Notas sobre a recepção do Marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luis Bernardo. (org.) América Latina. história, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998. p. 11-16.

reconhecimento do papel dependente e subordinado de nosso continente no processo de desenvolvimento do capitalismo mundial, assim como da atualidade dessa teoria social para a compreensão histórica dos processos de expropriação, extração e transferência de riquezas para o centro do capitalismo, no passado e presente, de nossas nações.

O cotejamento teórico e metodológico se fortalecera com o próximo passo da investigação: o trabalho de campo. Ao se encontrar “o caminho das pedras” inicial, ou seja, encontrados os elementos que fundamentaram a pesquisa, restava o desafio de verificação. Elaboramos o projeto de campo e a organização documental para participar da seleção do Programa Institucional de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), apresentado na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A aprovação do projeto de pesquisa e o custeio das atividades pela CAPES foram imprescindíveis para a realização do trabalho de campo e a realização desta tese.

Durante um semestre de estudos na Argentina, realizado entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019, estive vinculada ao *Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC)*, *Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires*, sob a orientação do Professor Dr. Claudio Katz.

O trabalho empírico realizado na Argentina e no Brasil foi enriquecedor do ponto de vista pessoal e acadêmico. Foram momentos de aprendizagem, tensão, dúvidas e de socialização. Alcançamos muitos dos objetivos propostos, entre eles, o de mapear, socializar e sistematizar os conhecimentos referentes aos movimentos sociais do campo pesquisados. No entanto, com uma disponibilidade de tempo maior, muitos elementos poderiam ser captados e aprofundados. O compartilhamento de espaços de lutas, de articulação, de organização e formação, com os sujeitos sociais pesquisados foi uma mediação indispensável. Estabelecer contato e romper as distâncias entre a cultura e o idioma possibilitaram a coleta de materiais e a sistematização de conhecimentos. Dessa forma, captar um objeto, o movimento social do campo, em ação constante, significa registrar uma parte de um todo que está em permanente mudança. Não saímos intactos desse processo de investigação, ao final da pesquisa os sujeitos sociais que pesquisamos, assim como nós, já não serão os mesmos.

Na Argentina, pelas condições que se apresentavam naquele momento no país, optamos coletivamente por realizar o trabalho de campo predominantemente na região metropolitana de Buenos Aires. Nesse período, o país estava envolto em uma grande efervescência política, crise econômica e descontentamento popular. Nos primeiros dias de nossa chegada já nos deparamos com vários cortes de estradas e com uma grandiosa paralização nacional, a 4ª Greve Geral (25/09/2018) ocorrida durante o Governo de Mauricio

Macri¹⁹. A situação política e econômica do país provocava um turbilhão de acontecimentos nacionais; diariamente ocorriam processos de articulações e de ações emergenciais que canalizavam as forças de lutas dos movimentos sociais — urbanos e rurais —, o que significava também o deslocamento e a presença constante de várias lideranças do interior do país, na cidade de Buenos Aires.

Em nossa vivência, participamos de vários processos de lutas dos movimentos sociais como as manifestações das mulheres argentinas com a simbologia dos “*pañuelos verdes*” em torno da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito. Participamos também de algumas marchas que eram convocadas por distintas categorias de trabalhadores e trabalhadoras no país: como as enfermeiras/os e as professoras/es etc.

No campo agrário, acompanhamos dois processos de lutas principais, juntamente com os/as camponeses/as e indígenas, que ocorreram nos dias 20 e 21 de novembro: o “*Feriaz*”²⁰, organizado pelo MNCI e a UTT²¹, que ocorrera na Praça de Maio e a luta nacional em defesa das sementes, ocorrida na Praça do Congresso. A última ação de denúncia, visava frear as ações dos deputados argentinos em torno de uma nova lei de sementes, para o favorecimento direto das grandes empresas multinacionais, como Bayer-Monsanto, Syngenta-Chemchina, Corteva (DowDuPont), Basf e outras. Resumidamente, o objetivo dessa mudança na legislação era acabar com o “direito de uso próprio”²² das sementes pelos agricultores/as, transformando-se, assim, aquilo que é um direito de todos, em uma exceção capitalista.

Entre as atividades acadêmicas foi possível participar de várias palestras e debates, bem como, de alguns eventos importantes como, por exemplo: o Ciclo de Conferências “*Abordajes teóricos y metodológicos para la investigación en espacios rurales*”²³, IV Jornada do IEALC²⁴, a 8ª Conferência Latino-americana e Caribenha de Ciências Sociais

¹⁹ Ex-presidente da Argentina; seu mandato foi de 10 de dezembro de 2015 a 10 de dezembro de 2019.

²⁰ Para o Jornal “*La Unión*” esta modalidade de manifestação segue a linha dos “*verdrazos*”, “*panazos*”, “*frutazos*”, “*bananazos*”, “*yerbatazos*”, que sempre tiveram no fundo o mesmo objetivo: “mostrar que “*sectores productivos se funden y miles de personas no llegan a llenar el plato de comida, con alimentos cada vez más caros*”. (DIARIO LA UNIÓN, 2019).

²¹ *Unión de Trabajadores de La Tierra*.

²² O direito dos agricultores de reproduzirem as sementes para plantá-las em sua própria terra sem necessitar da autorização ou pagamento de royalties, ou seja, não estarem sujeitados aos direitos de patente da empresa “criadora”.

²³ Realizada pela *Facultad de Ciencias Económicas da Universidad Nacional de Entre Ríos*, na ocasião proferimos a palestra “*Los desafíos de la lucha por la democratización de la tierra en Brasil y la praxis del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra*”, Cidade do Paraná, 19 out. 2018.

²⁴ Apresentamos o artigo intitulado “*Expansão Capitalista no Campo: Questão Agrária e Agronegócio no Brasil*”, Cidade de Buenos Aires, 15 nov. 2018.

(CLACSO), o Primeiro Fórum Mundial do Pensamento Crítico²⁵ e a IV Escuela Internacional de Posgrado Y Campesina²⁶. Visitamos espaços e conversamos com dirigentes de outras organizações atuantes na Argentina como o Movimiento Popular La Dignidad²⁷, a Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT)²⁸, a Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP)²⁹.

No âmbito político, com viés eleitoral, fomos convidados a participar da plenária política denominada “Frente Pátria Grande”³⁰. Essa frente unifica importantes movimentos políticos da Argentina com a perspectiva de criar um amplo espaço popular para as eleições de 2019, em torno da candidatura da ex-presidenta Cristina Fernández Kirchner. Sua convocatória para o ato em Buenos Aires deixava evidente que o ano de 2018 teria sido muito intenso e de muitos conflitos, que se materializava diariamente nas ruas, por meio de lutas, marchas e da resistência popular contra o macrismo³¹. A análise que faziam a partir daquele contexto era a de construir uma nova ferramenta política, espaço de debate de distintas organizações políticas ou mais precisamente, uma grande frente patriótica. A meta

²⁵ Com o lema: “As lutas pela igualdade, pela justiça social e pela democracia em um mundo turbulento”, a Conferência ocorreu no período de 19 a 23 de novembro de 2018, em diversos pontos da cidade de Buenos Aires e da região metropolitana.

²⁶ A escola compôs as atividades da CLACSO, foi um espaço de estudos e debates realizados entre pesquisadores/as, dirigentes/as, militantes e ativistas políticos ligados à temática da questão agrária e a luta dos movimentos sociais do campo na América Latina.

²⁷ Movimento popular urbano que começa seu processo de articulação no Bairro Villa Crespo, em Buenos Aires, no ano de 1998 sob as nomenclaturas iniciais; Casa del Pueblo e, logo como *Movimiento Tereza Rodriguez La Dignidad*. Após os levantamentos populares de 19 e 20 de dezembro de 2001, seu processo de organização se intensifica e se consolida como *Movimiento Popular La Dignidad*. O movimento construiu uma forte unidade com a *Corriente Villera Independiente* e ampliou suas ações em nível nacional com a *Unión de Villas y Asentamientos de la Provincia de Buenos Aires* e a *Unión de Barrios* em cada estado do país. Mais informações podem ser encontradas em sua página na Internet: <https://www.facebook.com/mpladignidad/>.

²⁸ A *Unión de Trabajadores de la Tierra* (UTT) é uma organização nacional de famílias de pequenos/as produtores/as e camponeses/as que estão organizados em 15 províncias da Argentina. Sua base principal está constituída de camponeses e camponesas que alugam terra para produzir os alimentos que abastecem o mercado interno do país. Entre as suas principais ações estão o “VERDURAZO” e o “FERIAZO”, forma encontrada pelo movimento para expor a situação em que vivem os trabalhadores e trabalhadoras, comercializar simbolicamente os alimentos e reivindicar um projeto de lei de acesso à terra com créditos baixos correspondentes aos valores que pagam mensalmente pelos aluguéis. Informações podem ser acessadas em: <https://uniondetrabajadoresdelatierra.com.ar/>.

²⁹ A CTEP é um grande guarda-chuva dos movimentos sociais da Argentina uma frente aglutinadora dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Popular e suas famílias, ou seja, aqueles que são considerados trabalhadores/as da economia informal. Uma organização gremial independente de todos os partidos políticos que se transformou em um instrumento nacional, que em suas próprias palavras se considera “*una herramienta de lucha reivindicativa para la restitución de los derechos laborales y sociales que nos arrebató el neoliberalismo y que aún no hemos recuperado*”. As organizações que fazem parte da CTEP criaram a *Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular* (UTEP), um grande sindicato que reúne diversas categorias laborais como, camponeses, catadores/recicladores, artesãos, feirantes, trabalhadores de aplicativos, flanelinhas, vendedores ambulantes, operários da construção civil, costureiras, trabalhadores de empresas recuperadas, do transporte informal, além de cooperativas populares, lideranças de bairros populares entre outros. Mais informações podem ser encontradas no link: <http://ctepargentina.org/nosotros/>.

³⁰ Mais informações a respeito da frente podem ser encontradas no site: <https://patriagrande.org.ar/>.

³¹ Denominação utilizada para identificar o ex-presidente da Argentina, Mauricio Macri e seus principais aliados.

emergencial era disputar o governo, derrotar o ex-presidente Mauricio Macri e a ex-governadora de Buenos Aires María Eugenia Vidal, assim como todos aqueles que seguissem as regras e os ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Isso posto, talvez se perguntem: quando se participa, também se pesquisa? Destaco que o papel do investigador/a neste trabalho é ativo, e como sujeita-pesquisadora participei em sua maior parte. Nesse aspecto, torna-se evidente nesta discussão que não há “neutralidade” na pesquisa (ou em qualquer ciência social), em função de que a relação sujeito e objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, pois o sujeito está implicado no objeto. Nesse caso, é indispensável reafirmarmos esse posicionamento, na contramão dos defensores de uma estrita “neutralidade científica”, Seguindo as proposições de Florestan Fernandes, consideramos que:

Na verdade, os paladinos da “neutralidade científica” não são neutros senão na aparência. Eles apenas deixam de evidenciar a polarizações ideológicas, subjacentes às suas análises e descrições da realidade. Na medida em que se identificam com o *status quo* e com as ideologias nele consagradas, nem sequer conseguem descrever e explicar a *realidade como ela é*. No fundo, negam o principal caráter da objetividade na ciência, que consiste em transcender ao conhecimento de senso comum e ao pensamento especulativo, através de proposições que possam ser estabelecidas e comprovadas com base em algum tipo acessível e repetível de experiência. Por conseguinte, o que apresentam como “explicação objetiva” não passa de uma variação semântica deturpada de conhecimento de senso comum e do pensamento especulativo; e tomam como mira não a “explicação das relações necessárias entre as coisas”, mas a consagração do *status quo* e a apologia da ordem existente (FERNANDES, 1981, p. 13, grifo do autor).

Assim compreende-se que, no processo de conhecimento, de produção da teoria, não é o objeto da pesquisa que muda, mas o pesquisador/a (sujeito) numa relação dialética entre sujeito e objeto. Ademais, que o/a cientista (ou o pesquisador/a) pode definir, a partir de seu ponto de vista ideológico, o destino que quer dar à sua pesquisa e à sua produção teórica. A implicação e o distanciamento foram necessários, dialeticamente falando, ausentes e presentes, durante todo o processo de investigação em que se mesclam o “Eu” e o “Nós”. Sendo, portanto, a resultante, um trabalho rico de determinações, construído com a participação e o envolvimento de muitas pessoas.

A metodologia que utilizamos nesta tese é qualitativa, comparada e interdisciplinar. A investigação teórica e documental valeu-se de pesquisas e dados secundários feitos em bibliotecas, centros de documentações e arquivos pessoais. Foram adicionadas às nossas fontes: documentos, registros e boletins — impressos, manuais e, digitais —, correspondentes às ações dos sujeitos sociais em seus movimentos. Assim, priorizamos a pesquisa bibliográfica e documental sob um ângulo analítico, geral e sintético.

A coleta de dados primários incluiu visitas, vivências, anotações de campo e entrevistas realizadas com informantes do Brasil e Argentina. O critério para escolha das nossas entrevistadas/os foi a compreensão geral do processo de luta do MST e MNCI, sendo, portanto, em sua maioria, militantes e dirigentes que estiveram ou, estão vinculados aos processos de planejamento, definições, tomadas de decisões e divisão de tarefas internas da organização. Um número menor de entrevistados/as corresponde a pesquisadores/as orgânicos/as ou, externos à organização, a fim de complementar os dados e relacioná-los com o contexto e conjunturas nacionais. Um roteiro semiestruturado foi usado como guia da entrevista (APÊNDICE A).

Na Argentina, 15 entrevistas foram realizadas entre outubro e dezembro de 2018, com diferentes sujeitos sociais, sendo estes, dirigentes e militantes vinculados aos processos de lutas e organização do *Movimiento Nacional Campesino Indígena*, bem como, de pesquisadores/as e informantes que acompanham ou, se relacionam com o movimento. Estas entrevistas ocorreram em diversas ocasiões e lugares, na academia, em espaços culturais e políticos dos movimentos, durante as lutas ocorridas, em ambientes de formação, em palestras de bairros, em espaços culturais etc. No Brasil, entre julho de 2019 e abril de 2020, foram realizadas 11 entrevistas com homens e mulheres dirigentes (atuais e antigos) do MST, assim como de pesquisadores/as que acompanharam o processo de constituição e os desdobramentos das articulações subsequentes do movimento. As entrevistas estão inseridas em contextos diversos, espaços de lutas, reuniões, formações, acampamentos, assentamentos etc.

Foram momentos de grandes aprendizagens, de observação e interação com os movimentos sociais do campo, no processo vivo de suas relações. Em síntese, a tomada de decisão sobre o perfil dos/as entrevistados/as e a sua concretização, corresponderam às nossas expectativas e necessidades de informações e detalhamento para o entendimento do processo da luta pela terra em cada país e a constituição dos movimentos.

A realização da análise dos dados, sistematização e redação da tese nos pareciam, em princípio, um trabalho intransponível dada a complexidade bibliográfica, entrevistas, materiais e documentos coletados, ou seja, a representação caótica do todo. Fazer o caminho de volta, até chegar aos movimentos sociais do campo, agora como uma rica totalidade de determinações e relações diversas, era o desafio a ser enfrentado.

Para apresentação, análise e interpretação dos dados do nosso objeto foi necessário lançar mão dos instrumentais de pesquisa e, estes nos auxiliaram nesta empreitada. Não há como separar o instrumental técnico da perspectiva metodológica. Pois, o primeiro, para além de um conjunto de técnicas para se aproximar do objeto, envolve também a criatividade do

pesquisador/a e um conjunto de procedimentos. A metodologia envolve uma teoria de abordagem em relação a qual método seguir. A prática da pesquisa consistiu na análise, na reflexão e na sistematização desses processos, na sua consolidação ou, categorização.

O trabalho de análise dos dados foi de transcrição das entrevistas, que foram gravadas para reter ao máximo as informações disponibilizadas por nossos interlocutores. As entrevistas feitas em espanhol foram transcritas com o auxílio voluntário, de um amigo argentino, Santiago, e as entrevistas em português foram transcritas sob a responsabilidade da autora. O processo de degravação das entrevistas, de análise de conteúdo e de produção do texto, foi cuidadosamente realizado e serviu de base empírica primordial para a elaboração da tese. A análise das entrevistas foi processada relacionando-as com as perguntas e hipóteses da pesquisa. Devido às contradições da luta de classes no campo, vivenciadas tanto no Brasil como na Argentina, mantemos preservadas a identidade dos entrevistados e entrevistadas que estão à frente dos movimentos sociais do campo.

Sinteticamente, podemos dizer que a pesquisa se estruturou, em três momentos inter-relacionados, o primeiro momento, foi a pesquisa bibliográfica e a sistematização dos conteúdos que aportam para a questão das lutas de classes e a realidade do campo latino-americano, bem como, o processo de expropriações e de resistências, que historicamente perpassa o nosso continente e que se materializa na consolidação e luta dos movimentos sociais do campo. O segundo momento, foi estabelecer contatos interpaisés e mapeamento do movimento camponês e indígena na Argentina, bem como, a preparação, qualificação e aprovação do projeto de doutorado sanduíche para o trabalho de campo. E, o terceiro momento, foi a sistematização, categorização e análise dos conteúdos bibliográficos, das entrevistas, dos depoimentos e das observações de campo.

É importante ressaltar que também está contido neste trabalho dados baseados na minha própria experiência, relacionada com a vivência e a participação no movimento social brasileiro, entendendo que muitos dos exemplos e reflexões que foram sistematizados partem dessa relação, estão intrínsecos e compõem o todo da tese.

Somos imensamente gratos por todos aqueles e aquelas que direta ou indiretamente são responsáveis pela garantia e disposição das condições para a realização da nossa pesquisa. A oportunidade que tivemos de vivência, participação e coletas de dados em diversos espaços da luta de classes no Brasil e Argentina, foram ímpares e imensuráveis.

Esperamos que tenha refletido neste trabalho, e, minimamente na academia, tanto no Brasil como na Argentina, a invisibilidade do campo e seus sujeitos sociais. A urbanização e a intensificação absurda da expropriação e do processo de proletarização, nos últimos anos, nos

afastam do campo e suas comunidades camponesas e indígenas. Na prática e na teoria essa problemática pode ser resumida e revelada nas simples palavras do professor Katz, no dia de nossa apresentação, “*somos demasiadamente urbanos*”. Eu acrescento àquelas palavras sábias do professor que: “*Fomos demasiadamente expropriados e estamos conseqüentemente proletarizados*”.

O trabalho que reunimos aqui representa, portanto, o esforço de investigação, sistematização e exposição dessa magnitude político-social que são os movimentos sociais do campo. Eles não poderão ser apresentados em toda a sua especificidade, mas a análise, com certeza, estará posta no conjunto de determinações históricas e conjunturais em que constituem as suas relações em cada país. Por certo, que existem muitas outras experiências organizativas no Brasil, na Argentina, assim como na América Latina, que não serão abordadas nesta tese. O panorama das lutas sociais latino-americanas é extremamente complexo e ainda não estamos perto de conhecê-lo adequadamente.

A análise do contexto histórico e social permitiu captar os elementos que foram fundantes da necessidade destes movimentos sociais, que por sua vez ampliaram suas dimensões frente aos desafios atuais. Formas diferentes de organização e de constituição de processos continentais de luta e de resistência, capazes de forjar novos processos culturais, de transformação social e de propor novas sociabilidades humanas.

Apresenta-se a fronteira existente entre os limites e as potencialidades destas organizações em luta — suas similaridades e diferenças — inseridas no contexto do capitalismo mundial. A sistematização do conhecimento produzido historicamente e a análise comparativa que realizamos se dá a partir de recortes e de aproximações sucessivas a realidade latino-americana. Esperamos que esta análise fomente, cada vez mais, a necessidade de se pesquisar e de se compreender a complexidade dessas relações tão diversas e continentais.

A complexidade da realidade social latino-americana exige que façamos a análise concreta de uma situação concreta, ou seja, captar o movimento real das lutas sociais, dos movimentos sociais do campo latino-americanos intrinsecamente vinculados com as contribuições da teoria social marxiana e marxista.

1.2 TEORIA SOCIAL E MÉTODO

Historicamente se observa, no âmbito das ciências naturais e sociais, que uma gama significativa de pesquisadores/as se preocupou em deixar elaborada a descrição do seu

método em sua apreensão do objeto de estudo. Poderíamos mencionar, por exemplo, René Descartes (1596-1650) em seu discurso sobre o método; Max Weber (1864-1920) em seu método compreensivo, assim como Émile Durkheim (1917-1858) em suas regras do método sociológico. Na contra mão desses teóricos, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) não escreveram especificamente uma abordagem sobre o método de compreensão e apreensão do objeto, pelo contrário, o que se encontra na vasta produção teórica dos autores é, contudo, breves e esparsas passagens que fazem menção específica ao método. Sendo Marx o expoente de uma teoria social, identifica-se que em suas obras o objeto de estudo e o método não estão separados, menos ainda o objetivo que se espera alcançar com determinado estudo.

De forma sintética e em nossa acepção podemos reunir algumas formulações mais explícitas de Marx (2011b) em torno do seu método; elas podem ser encontradas primeiramente nos Grundrisse³² (nomeado por ele mesmo de *Introdução*), escritos por volta de 1857/58, em que discute o que chamaria de *método da economia política*. Em um segundo momento dessa exposição, no prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política” (MARX, 2008), escrito em janeiro de 1859, no qual apresenta sinteticamente sua concepção dialética e materialista sobre o desenvolvimento histórico da humanidade. E, um terceiro momento dessa descrição, no texto contido no prefácio da segunda edição de “O Capital” (MARX, 2006), de janeiro de 1873.

Nessas passagens não encontramos o método em Marx no sentido de um conjunto de regras, de normas ou de uma receita a ser seguida e obedecida. O método em si é um momento abstrato extraído das formas de ser, ontológicas, dos sujeitos e dos objetos. De acordo com o autor o método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação. Dito de outra maneira, o método não é autônomo do objeto de pesquisa ou da teoria; os fundamentos a serem seguidos ou revelados estão nos sujeitos sociais da pesquisa. Além disso, em última instância é a realidade que determina o método a seguir.

Não é possível buscar em Marx o método estanque sem a necessária referência teórica, e menos ainda a análise da sua teoria social sem a consideração do seu método. O autor não separava o objeto de estudo do método, menos ainda do objetivo que se desejava alcançar em determinado estudo. Em sua teoria social, a questão do método não se resolve isoladamente e se apresenta com um sólido objetivo: fazer a crítica dos fundamentos, se apropriar, negar e superar; apresentar um profundo conhecimento científico sobre o modo de produção

³² Esse texto não foi escrito para publicação.

capitalista. Apresenta-se, também, numa complexa e emaranhada teia de relações, pois sua teoria se vincula à classe trabalhadora potencialmente revolucionária.

Para o pesquisador alemão, a questão do método não se resolve isoladamente e se apresenta com um sólido objetivo: proporcionar um profundo conhecimento científico (e uma crítica) sobre o modo de produção capitalista. Marx delineia um método de investigação que lhe permite apropriar dos conhecimentos existentes de sua época, de economia política, de filosofia, de arte, de história etc. de seu tempo e, simultaneamente, esboça sua crítica radical a sociedade burguesa.

Lenin (1913) irá identificar as três fontes do marxismo, como sendo, “A Filosofia Alemã”, “A Economia Política Inglesa” e o “Socialismo Francês”; e Mészáros (2004, p. 308) irá acrescentar que essas três partes constitutivas do marxismo, “não eram apenas fontes de que o marxismo tinha de se apropriar positivamente. Eram, ao mesmo tempo, os três principais adversários ideológicos”. Assim, a teoria social que se produz nesse movimento de apropriação e de superação, vincula-se a uma classe social, ou mais precisamente, a um projeto revolucionário.

No método em Marx, a questão central e fundamental é conhecer o objeto para transformá-lo, a reprodução ideal, que é a expressão própria captada do objeto real, não pode limitar-se aos fenômenos da aparência, ou suas expressões fenomênicas. Lukács, acrescenta que, “quando se trata de questões atinentes ao ser social, assume papel decisivo o problema *ontológico* da diferença, da oposição e da conexão entre fenômeno e essência” (MARX, 2012, p. 294). Ir à essência dos fenômenos para poder compreendê-los e, portanto, transformá-los, é o ponto em que demarcamos a oposição entre Marx e Hegel. Escreve Marx:

meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2006, p. 28).

Considerando que vivemos em uma sociedade dividida em classes, compartilhamos da perspectiva de que não há neutralidade no método ou na pesquisa e menos ainda na metodologia. Desta feita, o método é materialista porque não é o ser humano que põe a realidade, é esta que reflete no humano; é histórico em função de estar no tempo e em um determinado lugar (portanto pode mudar); e é dialético, porque a vida não é relação de causa e efeito, não é linear. A consciência e o espírito e até mesmo a história não atuam, quem atua são os seres sociais. A importância destes apontamentos justifica-se no fato de que, diferentemente da perspectiva positivista, para a qual o objeto é que incide sobre o sujeito ou

na fenomenologia em que é o sujeito que incide sobre o objeto, no marxismo, sujeito e objeto interagem de forma dialética. Em Marx, no plano ontológico, não existe nada semelhante.

O conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A *teoria* é, para Marx, a *reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. (NETTO, 2011, p. 20, grifo do autor).

No processo de apreensão, de aproximação do objeto estudado, a subjetividade, os valores, os conceitos etc., cumprem um papel importante, como capacidades ou propriedades e categorias do sujeito que pesquisa. Contudo, um objeto de estudo não é conhecido simplesmente porque o pesquisador/a deseja conhecê-lo, e nem é apropriado na sua essência só porque o sujeito use o método correto. Fatores objetivos e subjetivos são partes constitutivas do método a ser seguido no processo de conhecimento do objeto.

Cabe destacar ainda, segundo Lukács (2012), que a convivência com o desconhecido é uma determinação ineliminável do mundo humano. A cada novo avanço do conhecimento, amplia-se, também, as experiências de investigação que podem e devem ser generalizadas em sentido metodológico. Assim dois traços marcantes do método são apresentados por Lukács,

o primeiro, que a metodologia mais adequada ao conhecimento de um dado objeto só pode ser determinada com precisão *pots festun*, isto é, após o conhecimento do objeto ter sido alcançado [...] e, segundo, também na reflexão metodológica, evidencia-se o caráter de aproximação de todo movimento gnosiológico [...] em suma, o método exibe em Lukács, uma definição ontológica fundante: é sua função social que determina o ser do método. (LESSA, 1999, p. 144-145).

Marx, em sua obra “Teses sobre Feuerbach” (1845), sintetiza brilhantemente a discussão que apresentamos até aqui e que fundamenta nossa abordagem. A verdade objetiva do pensamento humano não é uma questão de teoria, mas uma questão de práxis. É na práxis que o ser humano faz a aferição da verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior de seu pensamento, pois, as circunstâncias são modificadas por eles próprios. O fundamento em que consiste o mundo precisa ser compreendido em seus elementos contraditórios e revolucionados na prática. Em uma síntese, como escreve Paulo Freire (1987), o próprio educador tem de ser educado.

A realidade, entendida como ‘o sensível’, a atividade prática ou, mais precisamente, como atividade humana sensível, revela que a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais, pois os indivíduos pertencem a uma determinada forma de sociedade. Assim, a discussão que os

autores desenvolvem nessas teses (especificamente na oito, dez e onze), expõe sinteticamente o conteúdo, que respectivamente almejamos em nossas formulações, em que;

toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática [...]. O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade burguesa; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada [...]. Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo. (MARX; ENGELS, 2007, p. 534, grifo do autor).

Avançar nessa discussão permite adentrar objetivamente naquilo em que se constitui o método e a teoria social de Marx, captar a lógica da sociedade burguesa para poder transformá-la. Marx faz a crítica do conhecimento acumulado trazendo ao exame racional e tornando conscientes, “os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (NETTO, 2011, p. 18, grifo do autor). Apreender o objeto, entender a lógica constitutiva do seu processo real, livre das mistificações e representações, apresentando-o em teoria ou, precisamente, como um concreto pensado, que reitera a assertiva de Marx,

o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, 2008a, p. 258-259).

A teoria e o método em Marx partem de uma concepção ontológica do homem e, se propõem a conhecer o social e o ser social posto na ordem do capital, suas determinações e relações, logo, uma apreensão do processo real, como resultado da práxis humana. Engels em 1886, no prefácio da edição inglesa de “O Capital”, adverte, que uma teoria que considera a “moderna produção capitalista mero estágio transitório da história econômica da humanidade tem, naturalmente, de utilizar expressões diferentes daquelas empregadas por autores que encaram esse modo de produção como imperecível e final” (ENGELS apud MARX, 2006, p. 41).

Partimos desse método, referendado na prática e elevado pela teoria, para explicar a práxis dos movimentos sociais do campo, pois é o método que parte da atividade prática objetiva do homem histórico, conforme as proposições de Karel Kosik,

a dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do

pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da *práxis* social da humanidade. (KOSIK, 1976, p. 16-17).

A produção material precede a produção espiritual por ser mais dinâmica, e a teoria por sua vez, será sempre um processo de sucessivas aproximações, o que Marx desenvolve a partir do argumento subsequente, “refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir a rota oposta à do seu verdadeiro desenvolvimento histórico (MARX, 2006, p. 97)”. Sendo assim, compreende-se que a teoria é *post-festum*, as ideias, a consciência, são produtos das relações humanas, ou seja, são constituídas no processo de desenvolvimento histórico. “Começa-se depois do fato consumado, quando estão concluídos os resultados do processo de desenvolvimento real” (*idem*).

Nessa concepção, o método de investigação e de conhecimento, não modifica necessariamente o concreto, e, sim, o conhecimento que temos sobre ele, como produto de determinadas relações humanas. O conhecimento não está alheio a essas necessidades, o caminho de explicação do real, das suas contradições, relaciona-se com a transformação de uma prática social. Sinteticamente, portanto, com o método e teoria social de Marx, é possível conhecer uma determinada realidade, buscando sua essência.

A teoria é, a partir dessa concepção, o resultado de um movimento do pensamento para se apreender o objeto, mas a teoria não passa de imediato à prática. Acrescenta-se o fato de que o nosso processo de investigação não tem poder de alterar fundamentalmente um dado concreto.

Entretanto, pode-se afirmar que a teoria, por meio das mediações necessárias, pode contribuir com a prática social, com as ações humanas, em uma perspectiva transformadora, não sendo esta, em última instância, a sua função. Ela é um instrumento de análise do real que permite ao sujeito conhecer os elementos que compõem as determinações do objeto, para modificá-lo. Sendo assim, coloca-se como uma questão fundamental para o método de análise e de interpretação da realidade latino-americana, como construir as mediações necessárias para dar suporte e concreção as nossas investigações.

Logo, buscou-se na pesquisa uma aproximação sucessiva à lógica do capitalismo dependente na América Latina e a sua conexão com a questão agrária, o agronegócio, e os sujeitos sociais coletivos, que é um dado imediato, abstrato, portanto, sínteses de múltiplas determinações. Dessa forma, o caminho trilhado foi do abstrato ao concreto para depois fazer

o caminho inverso. A realização de análises concretas de situações concretas introduzidas numa lógica de capitalismo periférico.

Assim, buscamos compreender o seu movimento lógico, a forma particular do capitalismo em sua face dependente, na qual se estrutura a posse e o uso da terra, que são constituintes da questão agrária, e, conseqüentemente dos movimentos sociais do campo na América Latina. Também, entender as organizações do campo, a partir de uma interpretação histórica e da relação dialética com o todo da classe trabalhadora e suas lutas sociais.

Para nós, — que aprendemos de Marx — o método de investigação de pesquisa ou de estudo, difere do método de exposição, conquanto sejam dialeticamente, momentos diferentes, (investigação e exposição) são constitutivos de um mesmo processo de busca do conhecimento. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de “perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real” (MARX, 2006, p. 28).

Desse modo, visamos o movimento real do objeto (sujeito) tal qual ele é, para somente *a posteriori* reproduzi-lo idealmente, ou seja, realizada esta primeira etapa de pesquisa, de investigação, é que expomos ao leitor, pelo menos em parte, algumas das teses em que resultaram a nossa investigação. Nessa exposição, ou seja, nos resultados que aqui alcançamos, torna-se necessário considerar que a realidade social é sempre mais rica, infinita, complexa, dinâmica e contraditória, do que o conhecimento reflexivo que possuímos ou buscamos ter sobre ela, como também dos elementos adicionados e subtraídos, trazidos como sínteses neste trabalho.

A materialização da pesquisa, de aproximações sucessivas, delimitou as problematizações e as categorias necessárias para a captação das múltiplas determinações e o modo de ser do objeto de estudo. Sendo o ideal, portanto, o material, transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. Partimos do abstrato ao concreto para depois fazer o caminho inverso, expresso ao final, como resultado ideal de uma saturação do objeto em toda a sua riqueza de determinações.

O movimento real das lutas de classes, o embate entre os trabalhadores e o capital no campo — a forma como atuam politicamente as organizações — não se apresentam explicitamente. A problematização, interpretação e exposição, momento crucial da pesquisa, a confrontação do conhecimento acumulado com a realidade, do abstrato ao concreto, do concreto ao abstrato como síntese de múltiplas determinações, se realiza a partir de necessárias e sucessivas aproximações.

Aludimos que todo o conhecimento teórico é relativo e insuficiente, contudo, isso não significa que compartilhamos da teoria do relativismo do conhecimento. Ao contrário, nos somamos àqueles que defendem que o estudo que vai à essência dos fenômenos permite eliminar hipóteses supérfluas e ir além das aparências fenomênicas, imediatas e empíricas da realidade e dos objetos (sujeitos) estudados.

Sinteticamente, podemos resumir essas passagens a partir da compreensão que fizemos do caminho empreendido por Marx para o estudo do seu objeto e, contudo, a sua teoria explicativa, que parte da concepção de teoria e categoria ontológica. Sendo assim, há neste autor uma teoria do Ser — *Sociedade Burguesa* — o modo como se produzem as condições de produção e reprodução da vida social. Salienta-se, com base nessa contribuição a importância da crítica em duplo sentido: a) trazer a consciência os fundamentos de uma ideia, processos, eventos, histórias, o conhecido racionalmente e; b) Tomar algo, apropriar-se, negar — ultrapassar as limitações socio-históricas, superar — incorporar o válido e, portanto, colocar numa dimensão para além da formulação original.

O ponto de partida do nosso trabalho foi a *investigação* do conhecimento acumulado, ou seja, reunir a massa crítica sobre o problema de pesquisa a partir de nossas perguntas e hipóteses. Realizar a *análise* do objeto, melhor dizendo, fazer a crítica, se apropriar, empregar as categorias constituídas ou as categorias novas. O ponto de chegada foi a *exposição* dos resultados da pesquisa, isto é, a exposição ideal do movimento real do objeto; a exposição do que foi adquirido até ali em pleno caminho de volta para o ponto de partida. Do *abstrato* (despido, pobre de determinações) ao *concreto* (riqueza máxima de determinações); de uma representação caótica do todo a um todo repleto de determinações.

A partir do que foi exposto, esperamos ter evidenciado, ainda que sumariamente, elementos que compõem o método da tese. Dessa forma, método a partir da aceção que fizemos de Marx, seria a práxis de pesquisa que apreenda a lógica de determinados objetos específicos e não apenas elaborar uma lógica sobre eles. Não é o anunciado do nosso método que determina a melhor apreensão do objeto de pesquisa. Tal método de pesquisa resulta na tentativa de apreender as determinações do objeto, seu movimento histórico-social, suas possibilidades, suas limitações e o seu vir a ser.

1.3 ELEMENTOS DA ANÁLISE COMPARADA

O conhecimento teórico obtido no campo das ciências sociais se dá por aproximação, ou melhor, por sucessivas aproximações. Assim, o pesquisador/a no máximo apreende as

determinações por meio da capacidade cognitiva e as sistematiza. Isso porque a teoria ou mesmo o conhecimento não criam o real. Sendo assim, com base nos estudos até aqui expostos, tanto da obra de Marx como das obras que se inscrevem no âmbito do marxismo, de crítica e interpretação da realidade, e de um processo de investigação que tem como pressuposto processos consecutivos de aproximações, de mediações e de apreensão da realidade, é que delimitamos o nosso referencial teórico-metodológico. Em resumo, o método que adotamos para essa investigação permitiu atuar criticamente sobre as bibliografias, assim como sobre os documentos que nos auxiliaram na compreensão da temática aqui apresentada.

Para a compreensão da forma como o capital avança em nosso continente e a nossa relação de dependência são imprescindíveis as pesquisas acadêmicas, os debates e os trabalhos realizados por muitos pensadores e pensadoras. Entre o nosso referencial teórico estão os de perfis clássicos: Karl Marx, Karel Kosik, Adolfo Sanchez Vázquez, György Lukács, Eric Hobsbawn, Eric Wolf etc. que relacionamos com o referencial latino-americano que passa por José Carlos Mariátegui, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Ruy Mauro Marini, Orlando Fals Borda, entre outros. Esta trajetória de estudos tem demonstrado ao longo da história da América Latina, o avanço do capitalismo no continente e as suas expressões no campo.

A abordagem refletiu sobre o trabalho, a atualidade do capital, as classes sociais, as lutas de classes, a práxis, a consciência, a história, a totalidade, a mediação, a necessidade, e a liberdade etc. A categoria fundante de toda a análise correspondente é, por sua vez, o trabalho, compreendido como práxis social originária. As categorias, como o trabalho, no método que adotamos para a análise não são artifícios intelectivos para distinguir a realidade, são modos de ser, modos de existência do ser social. Como explicou Florestan Fernandes, quanto mais você satura a reprodução do objeto de determinações, mais você o concretiza. Descobre-se a categoria analisando o objeto, seguindo as proposições marxianas não encontraremos definições, mas determinações.

O recurso à análise de Florestan Fernandes (1981), em sua discussão sobre as sociedades subdesenvolvidas, adiciona ao nosso arcabouço teórico-metodológico a validade científica necessária. Sendo Marx, entre os clássicos da sociologia, imprescindível para o entendimento das sociedades sob o jugo capitalista.

De todos os sociólogos clássicos, Marx é o que apresenta maior interesse para os estudiosos das sociedades subdesenvolvidas. Isso não se deve, exclusivamente, a importância de sua contribuição como pioneiro das teorias sobre o desenvolvimento econômico. É que Marx elaborou todo um esquema conceptual e explicativo que permite relacionar os componentes mais profundos da ordem social com as

ebulições mais dramáticas de identificação ou de repulsão, que eles provocam na atuação social consciente dos homens. Por essa razão, suas teorias são duplamente interessantes para os povos do “mundo subdesenvolvido”. De um lado, elas ensinam como as coisas são. De outro, mostram se existem condições para elas se transformarem e o que fazer para se assegurar esse objetivo [...]. Como ponto de partida, cumpre reconhecer que sua caracterização propriamente estrutural das relações de produção sob o capitalismo possui validade geral. [...] é inegável que elas conduziram Marx a explicações de grande interesse sociológico, que se aplicam a qualquer situação histórica em que o capitalismo se manifeste efetivamente. Quer se concorde ou não com sua teoria, quer se use ou não os seus conceitos prediletos, o fato é que ele demonstrou, conclusivamente, que a organização capitalista das relações de produção condiciona, morfológica, funcional e geneticamente, tanto os processos de estratificação social, que geram a moderna “sociedade de classes”, quanto a formação de um novo tipo de mercado, que tem por função servir de elo entre ambas, convertendo a apropriação privada dos meios de produção e a mercantilização do trabalho nas duas faces da mesma moeda. Em consequência, na forma em que foi construída, através de relações sociais elementares, que se fundam em requisitos *sine qua non* da existência e sobrevivência da economia capitalista, sua explicação é válida, ao nível estrutural, para as sociedades capitalistas desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em transição de um estado para outro (FERNANDES, 1981, p. 43, grifo nosso).

Nosso desafio de análise a partir dessas premissas teóricas, no que se refere à questão das classes sociais, parte da compreensão do processo de formação da classe e da consciência de classe a partir da condição histórica de capitalismo dependente. A teoria que serviu de guia para nossas análises buscou a abrangência dos movimentos sociais do campo, em sua proposição política em torno de um projeto de transformação social.

Conjugamos, assim, a compreensão da realidade social latino-americana e o papel dos movimentos sociais do campo, o captar dos elementos da sua práxis social e a construção da consciência política, capazes de gerar processos e construções coletivas de novas sociabilidades humanas que visam à superação das desigualdades sociais na perspectiva da emancipação humana.

Verificamos as indagações e proposições dos sujeitos sociais coletivos³³ frente à apatia política; à fragmentação das lutas; à expansão das ideais conservadoras, reacionárias, fascistas; ao avanço do capitalismo e à desestruturação de nossas bases de humanização societária. Entendendo que,

um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário, é rico de contradições. Ele adquire “personalidade”, é um “momento” do desenvolvimento, graças ao fato de que, nele, uma certa atividade fundamental da vida predomina sobre as outras, representa uma “linha de frente” histórica. Mas isto pressupõe uma hierarquia, um contraste, uma luta. (GRASMCI, 2004, p. 64-68).

As manifestações da burguesia agrária conservadora consolidam uma política de

³³ Entende-se aqui por sujeitos sociais coletivos, o movimento social urbano ou rural, os sindicatos, as ligas camponesas, o movimento estudantil etc.

desenvolvimento e lucratividade baseada na exportação de matérias-primas e bens naturais. A política de desenvolvimento econômico orquestrada pelas classes dominantes tem como característica a dependência aos países centrais. Nessa perspectiva, foram imprescindíveis as contribuições teóricas referentes à nossa formação social, as formas de organização societária — cultura, política e sociedade — da qual os movimentos sociais são expressões (FERNANDES, 1973, 2005; GALEANO, 1979; IANNI, 1985; MARINI, 2000; BOSI, 2003; COUTINHO, 2005; MARX, 2005; SCHWARZ, 2005; BOGO, 2008; MARIÁTEGUI, 2008; OSÓRIO, 2012, entre outros).

Essas contribuições adensam a reflexão e, entre os diversos textos de nossa pesquisa bibliográfica, podemos citar, por exemplo, “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” de Florestan Fernandes (1973), revelador no sentido de captar o social e o político no processo de desenvolvimento latino-americano; assim como “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini (2000), que se propõe a uma teoria político-econômica, que aborda as relações de dependência de nosso continente e a nossa eterna função de exportadores de matérias-primas no processo de divisão internacional do trabalho; “As Américas e a civilização” (1970) de Darcy Ribeiro, que analisa nossa formação social e o processo de desenvolvimento desigual dos povos americanos, o modo em que as formações coloniais são integradas ao capitalismo mercantil e ao imperialismo industrial. As contribuições desses autores foram apresentadas brevemente como prólogo dessa discussão e servem de exemplo para uma análise concreta da realidade em uma perspectiva crítica e contestadora.

Tradição teórica de um pensamento crítico latino-americano³⁴, que já está presente nos ensaios de Mariátegui, como na obra “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana” (2008). Essas contribuições tinham como fundamento a análise concreta da sua realidade, assim como a preocupação de transformá-la. As análises concretizadas por Mariátegui possuem elementos que antecipam a própria teoria da dependência da década de 1960 e corroboram o legado da necessidade de se apropriar do conhecimento humanamente possível e, por meio dele, pensar alternativas para a transformação social. Nas palavras de Vânia Bambilra,

El conjunto de estudios sobre las relaciones de dependencia en América Latina – que por su volumen, fundamentación teórica y empírica y por el análisis sistemático de esas relaciones se ha dado en llamar teoría de la dependencia – se lleva a cabo a partir de la década de los sesenta y se desarrolla con una preocupación fundamentalmente crítica [...] es conveniente tener presente este amplio marco de

³⁴ Abordamos os elementos deste debate no artigo de Dias e Novion (2017).

referencia teórico³⁵, si se quiere comprender en profundidad los antecedentes teóricos de este pensamiento latinoamericano, su móvil inmediato debe ser buscado en el intento de superación de dos grandes vertientes de la interpretación del proceso de desarrollo en el continente: la elaboración hecha por los partidos comunistas en este periodo, bajo la influencia del jruschovismo³⁶, y de la Comisión Económica para América Latina (Cepal). (BAMBIRRA, 2010, p. 132).

O caminho que foi trilhado pelos pensadores da Teoria Marxista da Dependência precisa ser refeito por nossas pesquisas na atualidade, tendo em vista as novas, mas, também, as reiteradas situações da realidade. Na assertiva de Seabra:

Diante do malogro da hegemonia neoliberal e a conjuntura de crise internacional do capitalismo é urgente avançar na elaboração de alternativas teóricas e políticas para o subcontinente [...]. Não apenas compreender a conjuntura e reelaborar conceitos, mas também parte do *quefazer*, de buscar uma teoria revolucionária para a prática revolucionária [...] como analisar a especificidade do desenvolvimento capitalista dependente, como conceber o problema da revolução socialista na América Latina (SEABRA, 2017, p. 16).

Parte-se desse pressuposto para captar, analisar historicamente os movimentos sociais do campo latino-americanos em seus contextos de lutas, em um determinado momento histórico-social ou mais precisamente pós-avanço do neoliberalismo em nosso continente, em relação com sua práxis social e consciência coletiva, sempre em movimento.

É importante salientar que existe uma variedade de estudos acerca dos movimentos sociais, tanto em uma perspectiva global como especificamente na esfera da América Latina. Neste trabalho não empreendemos uma pesquisa da origem e desenvolvimento dos movimentos sociais, em geral, no continente, mas partimos do escopo teórico já existente para sanarmos dúvidas gerais e referentes a esta problemática. E é também através da verificação e crítica desse conhecimento acumulado que delimitamos a perspectiva teórica adotada.

Em uma breve busca podemos observar que existem trabalhos que tratam de aspectos os mais diversos, e, também, os mais específicos relativos aos movimentos sociais à esta determinada temática, entre eles podemos citar, por exemplo: Castells (1974); Lojkin (1981); Ghon (1995); Álvarez, Dagnino e Scobar (2000); Borón (2004); Ceceña (2005), entre outros autores. Ademais do tema, as análises empreendidas abordam os movimentos sociais a partir de diferentes perspectivas e enfoques. Decerto, é possível identificar (em uma primeira leitura) os apontamentos referentes ao aspecto do avanço do capitalismo em nosso continente e para uma lógica de desenvolvimento neoliberal.

³⁵ A autora menciona como influências teóricas da TMD as contribuições de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir I. Lenin, Rudolf Hilferding, Nicolai Bukharin, Rosa Luxemburgo, Mao Tse-tung, Paul Baran, etc.

³⁶ Este termo tinha por base as teorias de Nikita Jruschov e o rechaço ao estalinismo.

Desta feita, sabemos que há tentativas e reivindicações generalizantes do conceito de ‘movimento social’ e que esta denominação tem estado presente em outros campos de debates e discussões, em grupos apologéticos do capital e, também, conservadores. No Brasil, por exemplo, foi reivindicado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), seus integrantes se autodenominavam liberais, contudo, suas reivindicações e posicionamentos continham elementos rebaixados, conservadores e até mesmo reacionários. Esta contraposição entre movimentos sociais de “esquerda e direita” foi abordada em debate por alguns teóricos e até ocorreram tentativas de se diferenciar, levando alguns movimentos a optarem pela denominação “Movimento Popular”. Essa questão tem sido observada na América Latina, como aborda o representante da FAO na Venezuela,

Primeiro, eu diria que o conceito de “movimento social” está sendo questionado especialmente depois do que ocorreu no Brasil como os movimentos que foram a rua pedir o afastamento da presidente Dilma. Quem são esses milhares que estavam na rua? Movimento Social? Não! Os movimentos têm utilizado o termo movimento popular, inclusive para se diferenciar. Em esse contexto a cultura dos movimentos populares latino-americanos é fruto do seu processo histórico inseridos na luta de classe latino-americana. É dizer o Movimento Popular é fruto desse contexto da luta de classe que criou a nossa identidade cultural latino-americana a partir de nossas relações de sociabilidade e gênero. Eu destacaria alguns elementos desse processo dialético, mutante da nossa formação cultural: 1. O movimento popular com uma cultura de valores de solidariedade, companheirismos e um senso de justiça se opõe aos instrumentos e mecanismos de opressão. Diria até uma posição unitária contra a opressão e as desigualdades 2. O movimento popular como uma cultura de disputa de espaço, poder e de uma tendência a posições hegemônicas, ou seja, de ter mais gente pensando e envolvida nesse processo. 3. Movimento Popular como um movimento cultural de ciclos culturais conforme os próprios ciclos políticos e sociais (Marcelo Resende, FAO/Venezuela 2012-2017)³⁷.

Mas a problematização nesses termos não foi posta pelos sujeitos dos movimentos sociais do campo aqui estudados, o que não trouxe à tona neste trabalho a emergência de defini-los, como estritamente Movimento Popular. Para os sujeitos de nossa investigação não há dúvidas sobre as principais características dos movimentos sociais do campo (MST e MNCI). Em sua própria definição, observa-se que se autodefinem como movimento: **Popular**, por agregarem diferentes setores da sociedade, sem discriminação de raça, sexo, cor, partido, religião etc.; **Político**, pois defendem bandeiras de luta política na sociedade, agregam elementos **Sindical**, por reivindicarem direitos sociais dos camponeses, indígenas e trabalhadores sem-terra, e, por fim, são de **Classe**, pois compõem o conjunto da classe trabalhadora e a representatividade camponesa de suas lutas.

As formas de apropriação e de ressignificação da categoria movimento social realizada pelas coalisões efêmeras no Brasil, com o intuito de realizar ações pontuais e determinadas, em nosso entendimento, não são movimentos sociais, tal como o categorizamos neste trabalho. Isso posto, esclarecemos que essas manifestações não serão tratadas

³⁷ Entrevista concedida à autora na sede da CEPAL, Santiago do Chile, em outubro de 2017.

pormenorizadamente neste trabalho, mas que precisam ser analisadas como fenômeno em outros estudos.

Assim, partimos da conceituação de movimento social como forma de expressão das lutas de classes, como desdobramento da contradição entre capital e trabalho, fundante da questão social e da questão agrária na América Latina. Inserida nesta complexidade, identifica-se o lugar da experiência mediada pela consciência social e do dilema existente a respeito das mediações entre classe e organização.

A compreensão, dos movimentos sociais do campo e dos sujeitos sociais envolvidos neste processo, à luz da práxis e da consciência, ou do processo de formação de uma classe social, permitem a compreensão da constituição de uma identidade de classe em torno de um projeto político ou de uma cultura coletiva passível de transformações, proposta e presente em sua luta contemporânea e que está em permanente gestação, mutação e superação.

Do exposto até o momento, e que resultam da análise e do acúmulo de diversos autores, os objetivos do método comparativo circundam: a comprovação e a formulação de determinadas hipóteses. O problema que aqui nos colocamos a partir da nossa fundamentação teórica é como realizar uma pesquisa socio-histórica que encontre um equilíbrio; entre a generalidade sociológica e a singularidade histórica, entre a nossa fundamentação teórica e os nossos dados empíricos.

De tal modo, a análise comparada realizada não está desassociada do debate do método anterior, ela parte desse horizonte. Considerando elementos postos por Braudel (1978), se compreende que Marx criou a mais poderosa análise social do último século, desbravando um terreno fértil e estabelecendo, a partir da longa duração histórica, os verdadeiros modelos sociais (teoria explicativa geral e particular dos processos sociais). É importante enfatizar novamente que na América Latina, entre as tentativas precursoras que buscaram se apropriar do método marxista para fazer a análise da realidade latino-americana, estão necessariamente as contribuições de Mariátegui. Observa-se em suas discussões e análises presentes nos seus escritos, a consideração pelo marxismo como método que conduz inevitavelmente à práxis revolucionária, assim como considerar a existência de uma confluência altamente criativa e renovadora entre o marxismo e o pensamento crítico. Sua crítica “à civilização ocidental-capitalista não se restringe à pura recusa, mas considerava a passagem ao socialismo como negação, conservação e superação da etapa precedente” (SEABRA, 2017, p. 35).

Desse entendimento é que, na pesquisa de doutorado, buscou-se sempre uma aproximação sucessiva aos elementos constituintes da *questão agrária e lutas de classes* na

América Latina e da *dialética na práxis da consciência de classe no movimento camponês*, que daí decorre como necessidade, nos sujeitos sociais coletivos que compõem o ‘Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra’ e o ‘*Movimiento Nacional Campesino Indígena*’, um dado imediato, abstrato, logo, síntese de múltiplas determinações.

Procuramos conhecer e interpretar a história da América Latina a partir da questão agrária e suas implicações, numa relação dialética, com as lutas de classes, e a sociedade como um todo. A tarefa de reunir as indagações oriundas dessas experiências e vivências para o problema social do avanço do neoliberalismo em nosso continente, ao mesmo tempo em que presenciamos o enfraquecimento dos instrumentos políticos construídos pela classe trabalhadora em geral e a sua fragmentação.

Poderíamos então perguntar: O que se espera de nós, no atual estágio do conhecimento? Na assertiva de Eric Wolf (2005, p. 184), “é antes descobrir um esquema analítico que nos permita relacionar as formas de protesto rural com as grandes modificações estruturais por que passou a economia política da América Latina”. Desse modo, a pesquisa foi elaborada em torno do contexto dos movimentos sociais na América Latina e suas expressões de luta, ou seja, os contrastes entre concepções de vida antagônicas. O modo pelo qual os movimentos constroem a sua crítica cultural (modos de conceber o mundo) associada à sua luta por uma “práxis consciente” que se transforme em cultura do coletivo, isto é, por uma nova sociabilidade humana ou humanidade. São mediações existentes e necessárias em sua práxis na perspectiva da emancipação humana. Entendemos por humanização e nos referimos a ela muitas vezes neste trabalho, a partir da definição acurada de Antonio Candido,

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza a sociedade e o semelhante (CANDIDO, 2011, p. 182).

A compreensão do papel da América Latina na divisão internacional do trabalho, as contradições existentes entre o capital e trabalho, as formas de organização e de luta constituídas em movimento social, compõem um todo captado pelo método de pesquisa pelo qual iremos analisar os determinados movimentos sociais do campo. As questões que elucidamos até agora necessitam estar organicamente vinculadas aos desafios históricos que se apresentam na realidade, pois somente a realidade constitui o pressuposto do método.

Nossa tentativa de estudo foi sempre de conjugar a questão histórica – QUANDO? – com a questão sociológica – COMO? Ou seja, pretendeu-se pesquisar comparativamente dois

movimentos sociais do campo a partir de uma abordagem histórico-sociológica. Isto não eliminou, é claro, que a investigação adentrasse por outras áreas do conhecimento, como a filosofia, a literatura, a economia, por exemplo.

A análise do contexto socio-histórico e as distintas expressões dos movimentos sociais do campo, sua práxis social e consciência política, foi realizada por meio do estudo teórico em perspectiva comparada, do trabalho de campo e da análise qualitativa. Constituem-se como elementos da comparação a questão agrária, a práxis e a consciência; as estratégias de enfrentamento e de conflito social; a constituição da unidade de classe ou aproximações no âmbito da luta social dos movimentos sociais do campo na América Latina, entre outros elementos.

Ocorre que ousamos integrar organicamente, a partir de um estudo teórico, empírico e da pesquisa comparada, o conhecimento acumulado em torno da “questão agrária, dos movimentos sociais, da práxis e da consciência de classe”, com o intuito de compreender/interpretar as relações sociais, políticas e econômicas no campo latino-americano, que supere os limites da capacidade explicativa de nossas ciências unitárias ampliando a nossa compreensão da totalidade.

Em dado momento achávamos que tínhamos a priori as categorias, mas as categorias não podem ser postas ao objeto, é preciso captar o movimento do objeto, e neste movimento captar as suas categorias. As categorias expressam formas de ser e determinações de existência sendo, portanto, históricas e transitórias.

Essa compreensão permitiu que ao longo do estudo se apresentassem novas categorias comparativas que eram fundantes e indispensáveis para a análise e interpretação do objeto de pesquisa. A análise que realizamos, do conhecimento acumulado sobre a temática, caminhou sobre três níveis de comprovação: *inexistência*, *insuficiência* ou *mistificação*. Identificamos dialeticamente em nosso objeto de pesquisa uma relação nestes três níveis, a saber: sobre o primeiro aspecto, havia material dos movimentos, contudo estavam dispersos em ambos os países; nosso trabalho primou por identificá-lo e relacioná-lo com a práxis dos sujeitos sociais³⁸. Em segundo lugar, o que se observa é que dadas as próprias características do objeto, ou seja, um ser que se move e se transforma, todavia, o que se produz em determinado momento torna-se insuficiente. Assim sendo, as suas formulações, que se constituem por

³⁸ Para este fim, os movimentos possuem cartilhas de formação, boletins, relatórios, manifestos, declarações, entrevistas, livros etc.

meio de sua práxis concreta, também se modificam³⁹. Por fim, o terceiro e último aspecto se insere irremediavelmente à análise. A práxis do movimento, pode ser mistificada, devido a sua abrangência, sua complexidade, sua diversidade e aos aspectos da ação política desses sujeitos sociais, que estão em permanente movimento⁴⁰.

Várias perguntas orientaram as primeiras leituras e foram descritas na introdução. As interrogações que fazemos são fundamentais, pois a partir delas buscamos um “fio condutor” para a pesquisa, ou seja, uma questão central que fomente o diálogo e a contraposição com os autores que interpretaram e escreveram sobre a temática, bem como, a análise das realidades dadas. É a partir da comparação, segundo teóricos que a dimensionam, que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998).

Sendo assim, até que ponto as contradições capitalistas no campo brasileiro são diferentes ou similares as que se apresentam na Argentina — ou vice-versa? Quando buscamos respostas para estas perguntas, nos deparamos com outras, e neste movimento de ir e vir encontramos subsídios para a nossa investigação e o processo de apreensão da realidade.

Aqui foram importantes a experiência sistematizada por Fals Borda, no caso da *investigación-acción*⁴¹ y *la ciencia social crítica*, que traz elementos e aprendizados importantes para a reflexão de uma experiência concreta de investigação que tem como fundamento a mediação entre teoria e prática. As considerações oriundas dessa experiência apontam para o processo dialético que a práxis implica e a sua importância como elemento definidor da validade investigativa, assim como do papel da organização como forma de mediação entre teoria e prática potencialmente revolucionária. As considerações desse autor apontam para a possibilidade de criar e possuir conhecimento científico na própria ação das massas trabalhadoras,

³⁹ Por exemplo, as cartilhas que tratavam da participação das mulheres no MST, evoluem significativamente para o debate de gênero e, posteriormente para o debate feminista. O que atualmente suas dirigentes, de ambas as organizações, categorizam, como: Feminismo Camponês e Popular.

⁴⁰ As ações políticas dos movimentos sociais, por desconhecimento ou simulação, podem oscilar diametralmente entre um endeusamento salvacionista, ou, ao revés, uma tremenda demonização.

⁴¹ Esta experiência de *investigación-acción* foi realizada por várias instituições colombianas desde 1970, mas, aquela que se tornou mais conhecida foi a realizada pela *Fundação Rosca de Investigación y Acción Social* (1970-1976), em que Orlando Fals Borda se integrara. O autor, ao descrever essa experiência, enfatiza que há uma distinção entre a investigação-ação da investigação-militante, ambas se propõem a fazer um processo de mediação entre teoria e prática, entretanto com uma diferença, a segunda seria realizada por quadros científicos dentro dos marcos partidaristas e sujeitos as pautas e necessidades da sua respectiva organização (FALS BORDA, 2009).

La investigación social y la acción política, con ella [massas trabajadoras], pueden sintetizarse e influirse mutuamente para aumentar tanto el nivel de eficacia de la acción como el entendimiento de la realidad. Tomando en cuenta que 'el criterio de la corrección del pensamiento es, por supuesto, la realidad', el último criterio de validez del conocimiento científico venía a ser, entonces, la praxis, entendida como una unidad dialéctica formada por la teoría y la práctica, en la cual la práctica es cíclicamente determinante. (FALS BORDA, 2009, p. 273, grifo do autor).

Apreendemos o movimento real do objeto (sujeito) em sua concreção para somente *a posteriori* reproduzi-lo idealmente, ou seja, realizada esta primeira etapa de pesquisa, de investigação, apresentamos ao leitor, pelo menos parcialmente, alguns dos resultados de nossa investigação. Considerando que a realidade social é sempre mais rica que o conhecimento reflexivo que temos sobre ela, — a realidade social é infinita, complexa, dinâmica e contraditória —, durante nossa pesquisa nos aproximamos do nosso objeto de estudo, o capitalismo dependente na América Latina, na sua conexão com a questão agrária e luta de classes do campo expressa pelos movimentos sociais do campo, com o intuito de captar as suas múltiplas determinações e o modo de ser dele. Este foi o caminho de investigação, que possibilitou um conhecimento sintético e de certa forma a sua abrangência em relação direta com a realidade histórica.

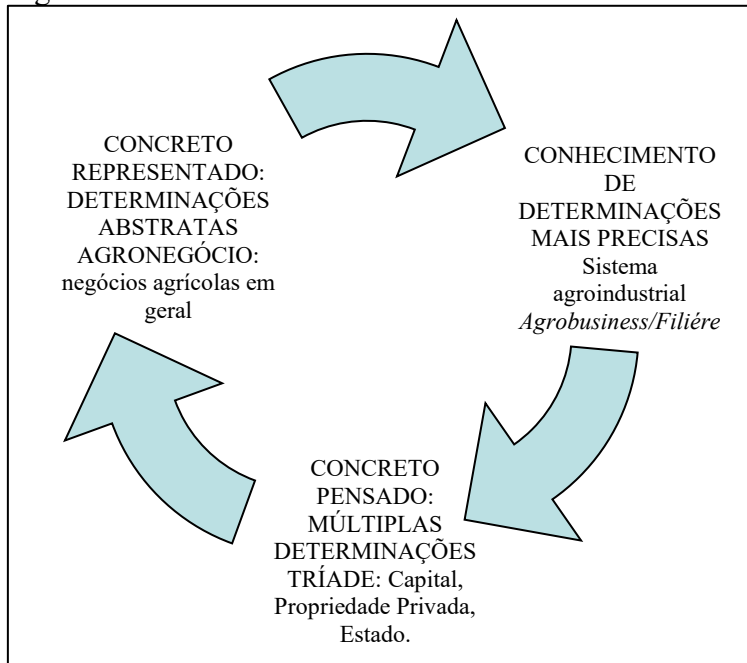
Em nossas investigações foram eliminadas hipóteses consideradas supérfluas e adotadas outras que nos conduzissem para além das aparências fenomênicas imediatas e empíricas da realidade, assim como dos objetos estudados. Ou seja, uma busca pela essência dos fenômenos.

Como exemplificamos anteriormente, lançamos mão, no ato da investigação de diversos instrumentais e técnicas de pesquisa como: análise bibliográfica, análise de documentos e de dados, observação sistemática e participante, entrevistas, pesquisa de campo etc. Para entendermos em que patamar de luta se encontra os sujeitos dos movimentos sociais do campo que pesquisamos foi necessário entender em que patamar se encontra o capitalismo no campo e a sua principal expressão: o agronegócio. A demonstração que sinteticamente trazemos na exposição são sínteses abstraídas desse processo aproximativo.

A título de exemplo, ao analisarmos o agronegócio, parte-se de uma representação caótica de um todo até chegar a uma rica totalidade de determinações e relações diversas. Entendendo-o: (a) como todos aqueles e aquelas que produzem no campo e desenvolvem algum tipo de negócio (pluralista – independente de classes); (b) como tradução literal do inglês *agribusiness* que, por sua vez, significa negócios envolvendo produtos agrícolas ou agropecuários. Ou do francês *filière*, para evidenciar o encadeamento das múltiplas

atividades, que compõem o sistema agroindustrial; ou (c) como uma aliança entre capitais com a grande propriedade fundiária, com forte sustentação e apoio Estatal. Um modelo de política econômica para o Brasil, com uma estratégia clara de domínio de territórios cada vez mais amplos no interior do País.

Figura 1 - Caminho do Método 1



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Podemos demonstrar, a partir do modelo anterior (Figura 1), elementos da análise referentes aos movimentos sociais do campo. Parte-se daquela representação caótica do todo para se chegar à totalidade determinada e às relações diversas. No primeiro momento; (a) Movimentos sociais em geral, entendidos como todos aqueles que lutam e reivindicam algo (visão pluralista – independente de classes); em segundo, (b) Movimento Social do Campo, composta pela classe de trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam pela terra; e em terceiro (c) Compõem uma classe de trabalhadores rurais sem-terra, que constituem uma aliança regional e internacional de luta pela terra, reforma agrária e transformação social. Uma frente de lutas contra-hegemônicas, expressa pela retomada das terras, assim como na defesa dos seus territórios.

O método de pesquisa adotado permitiu no momento de exposição demonstrar em linhas gerais as incursões deste trabalho, entender a estrutura e dinâmica do capitalismo dependente na América Latina, a sua relação direta com a questão agrária, o avanço do agronegócio e a emergência dos movimentos sociais do campo (Figura 2).

Figura 2 - Caminho do Método 2



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Vimos que a concepção materialista da história, fundamentada por uma compreensão da atividade prática em seu processo de desenvolvimento, complexo e rico de determinações, identifica a práxis como mecanismo de transformação social. Nos casos pesquisados, referente às organizações sociais do campo, essa mudança ocorre na luta pelo socialismo ou por uma nova sociabilidade humana. Assim, concluímos que o conhecimento é sempre aproximativo e provisório, por isso, passível de reflexão, crítica e superação, logo, o processo de investigação e a teoria são apreensões de determinações da realidade social e, todavia, podem, prospectivamente, apresentar tendências que se apresentam em torno desse desenvolvimento, de modo a antecipar-se à deliberada prática.

Há uma unidade entre teoria e prática, no entanto, refletir teoricamente e ter como intencionalidade a transformação, não significa necessariamente que essa passagem se concretize imediatamente. O campo teórico é o da possibilidade e o campo da prática é o da efetividade. Sendo a realidade anterior à teoria, infere-se que a prática seja o seu fundamento. A realidade que está posta pela prática social, a análise e interpretação da práxis dos movimentos sociais se dará, pela apreensão de um objeto em ação, em pleno desenvolvimento. A interpretação de uma essência em pleno movimento das lutas de classes, com seus acirramentos de lutas, conflitos e contradições. O ponto de vista da totalidade ao lado da mediação e da contradição formam as categorias centrais da obra marxiana que, por

sua vez, contribuem para um pensamento crítico que interpreta a realidade para superá-la.

O exercício de comparação que fizemos dos movimentos sociais do campo, MST e MNCI, parte primeiramente do estudo histórico, ou seja, das condições históricas em que se deram o desenvolvimento capitalista no campo na América Latina. Para entender as particularidades desses movimentos sociais do campo foi necessário entender a forma em que nosso continente foi inserido no sistema econômico capitalista mundial. Das relações que se estabeleceram na América Latina nos liames da dependência e da subordinação até chegar aos contextos nacionais em que a questão agrária e os movimentos camponeses se expressam. Por sua vez, a comparação nos permite delimitar/controlar: os nossos casos, as nossas hipóteses e a temporalidade da pesquisa. É um método de controle de nossas generalizações (MORLINO, 1994; SARTORI, 1970).

O resultado em que chegamos é, no mínimo, um desvelar das contradições deste sistema capitalista no campo e as suas manifestações na América Latina, baseadas em compulsões, coloniais, escravistas, latifundiárias e de explorações. O inter-relacionamento econômico, social e cultural dessas sociedades colonizadas em sua integração para fora e a sua desintegração para dentro.

A pretensão desta pesquisa comparativa já nasce sofrendo de um mal, de “não ser científica”, pois assim são tratados todos os estudos que se ocupam de temáticas por sua relevância social, utilizando-se dos instrumentos da metodologia científica e do acúmulo teórico das ciências humanas e sociais, para indagar os fundamentos da ordem capitalista vigente. O risco que resolvemos correr, ao fugirmos de enquadramentos metodológicos e funcionais à ordem é retratado, excelentemente, por Darcy Ribeiro:

[...] os cientistas sociais estão preparados para a realização de estudos precisos e acurados sobre temas restritos e, em última análise, irrelevantes. Entretanto, sempre que se exorbita destes limites, elegendo temas por sua relevância social, exorbita-se, também, da capacidade de tratá-los ‘cientificamente’. (RIBEIRO, 1983, p. 10, grifo do autor).

Mas assumimos o risco desde o primeiro momento nesta pesquisa, em que buscamos, primordialmente, as contribuições que assinalam para uma ciência que trate de compreender a vida social e as suas relações recíprocas e complementares. Da comparação de processos, mudanças: tendências, sujeitos, histórias. Uma pesquisa comparada histórico-sociológica, tendo a história como centralidade, como “parte fundamental das grandes narrativas sociais e da forma de nos auto representar, costurando eventos” (SCHWARZ, 2005, p. 135). Os cientistas sociais atuam independentemente da sua vontade para manter ou transformar esta

ordem; neste campo não existe neutralidades. A reflexão sobre os movimentos sociais precisa considerar que,

Un tema no menor consiste en subrayar la dimensión de compromiso que suele atravesar la sociología de los movimientos sociales en América Latina. En realidad, tradicionalmente, el espacio intelectual desde el cual se reflexiona sobre los movimientos sociales es aquel que interpela un modelo de investigador comprometido. Sin duda que los avatares, tanto políticos como intelectuales, de las últimas décadas, han impactado y erosionado fuertemente este modelo. Sin embargo, el ‘cambio de época’ operado en los últimos años, ha habilitado el retorno de ciertos términos que habían sido expulsados del lenguaje político y de las academias, tales como ‘anti-imperialismo’, ‘descolonización’, o ‘emancipación’, vocablo éste último que en gran medida aparece como el sucesor de la idea de ‘revolución’; incluso, como hemos visto, el de ‘movimientos sociales’. En este sentido, este cambio de época permite pensar desde otro lugar la relación entre modelos académicos y compromiso político, algo que también parecía definitivamente clausurado en pos de la profesionalización del saber académico, del repliegue del intelectual-intérprete o de la apología del modelo del experto. Así, más allá de los prejuicios intelectuales y las críticas que estas posiciones han generado en otras latitudes, este cambio de época nos invita a reflexionar sobre el carácter anfíbio del investigador/intelectual, muy especialmente en el campo de los movimientos sociales, pues creemos que lejos de traicionar el habitus académico o de acantonarse en él, esta posición refleja la necesidad de hacer uso de él, amplificándolo, politizándolo en el sentido auténtico del término. Asimismo, lejos de abandonar o fusionarse con el espacio militante, de lo que se trata es de buscar un lugar dentro de él, en tanto investigador-intelectual comprometido y a la vez crítico, esto es, capaz de producir un conocimiento que vaya más allá de la visión y el discurso de los actores y, al mismo tiempo, capaz de interpelar críticamente a quienes dice acompañar. (SVAMPA, 2009, p. 12-13, grifo nosso).

A construção dessa proposição, em sua própria trajetória de ensino, pesquisa e extensão já é um ganho ineliminável para um pensamento social crítico, em sua forma de empreender a abordagem dos fatos, a observação da realidade social e o desvelar as suas contradições através de uma análise sistemática e crítica.

A ciência social, valha o que valer, deve construir o modelo, a explicação geral e particular do social, substituir, uma realidade empírica e desconcertante, por uma imagem que seja mais clara, mais fácil de explorar cientificamente. E cumpre-lhe escolher, trincar, reconstruir, dosar, aceitar as contradições e quase procurá-las (BRAUDEL, 1978, p. 102).

Desse modo, esse foi o caminho que seguimos e tentamos empreender, tanto para estudar a forma particular que o capitalismo encontrou para se desenvolver em nosso continente como para captar os argumentos e formas basilares da dominação política, econômica e cultural dessa fração de classe economicamente dominante alocada no campo. Entendendo a questão agrária como um conjunto problemático e, contudo, um problema estrutural engendrado pelo avanço do capitalismo na agricultura. O entendimento da questão agrária, não como enigma, mas entendendo-a em sua complexidade. Pois,

Sua compreensão é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão em seu tratamento. Ela está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer escondê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela descortina dia a dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada Estado brasileiro [latino-americano], a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas *commodities*; nas teses, livros e relatórios. No dia a dia, é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos que prometem resolvê-la, vence os religiosos que creem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência (FERNANDES, 2013, p.177, grifo nosso).

Mas, mesmo sendo historicamente analisado que em nosso continente, há a vigência de um processo contínuo e sistemático de colonizações e de expropriações, de manutenção dos interesses economicamente dominantes no campo, apresenta-se também, como contradição posta, múltiplas manifestações de resistências, muitos processos de lutas e de insurgências. Erguem-se dessa realidade insurreições, levantes, movimentos sociais, diversas formas de organização que se inventam e se reinventam continuamente.

Assim, tomamos como elementos e referenciais de análise: as formulações sobre o capital, a América Latina, os movimentos sociais e populares, a questão agrária, o avanço do agronegócio, a hegemonia, a identidade de classe, entre outros. Julgamos ser imprescindíveis essas categorias para se entender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, bem como o papel de resistência e de enfrentamento dos movimentos sociais do campo em nosso continente.

A análise que empreendemos nesta pesquisa teve como pressuposto a história e os sujeitos que a constroem, sob determinadas condições, a historicidade em que se apresentam estas lutas, ou seja, as peculiaridades do desenvolvimento e consolidação do capitalismo na América Latina com suas estruturas e contradições de classes. A aproximação a esta sociabilidade capta aspectos dessa formação sociocultural que se expressa nas ações da classe trabalhadora latino-americana, a partir da perspectiva dos movimentos sociais que lutam pela terra e pelas transformações no campo. Foi possível apreender, portanto, as potencialidades e os limites desses movimentos sociais latino-americanos, suas formas particulares e universais de luta pela transformação da sociedade, que se apresentam como cultura contra-hegemônicas; elementos constituintes de uma identidade, unidade de luta campesina que constituem um todo social, cultural e político.

Uma análise sobre os movimentos sociais do campo na perspectiva da totalidade social do qual se vinculam, que ousou captar as expressões das lutas de classes, ou seja, o contraste entre as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo modo de produção capitalista de desenvolvimento e as organizações que estão sendo forjadas pelos povos, em luta e em resistência, na América Latina. Acreditamos que esta é uma forma segura, pois possibilita um conhecimento do objeto com perspectiva de totalidade da realidade.

O caminho que encontramos para o entendimento necessário do que é ser movimento social e como se definem os sujeitos sociais aí inseridos, se deram a partir de como são construídas suas vivências, suas lutas, concepções de mundo, prática social — *práxis* e de como os sujeitos sociais se identificam como portadores ou construtores de cultura, considerando os limites e alcances próprios do contexto em que realizam suas vivências e as suas ações na América Latina. Há um germe de novas relações sociais presente e que, se desenvolve um movimento dialético entre *práxis* e consciência, como um devir a ser. Ressaltamos como fundamentais nesta tese as dimensões da consciência política de seus sujeitos e da *práxis* em sua formação, a reelaboração crítica de sua identidade por meio da luta, da formação e da organização, a compreensão de uma cultura política vinda do acúmulo histórico de luta pela terra anterior aos próprios movimentos sociais do campo.

No método dialético desenvolvido por Marx, ou seja, no *materialismo histórico dialético*, a síntese é o concreto pensado. Assim de posse desse método de pesquisa, materialista, histórico e dialético, em seus processos sucessivos de aproximações a realidade concreta, é que desenvolvemos a linha de força desse trabalho, tendo como centralidade as categorias: a *práxis*, a consciência, a propriedade, a mediação, a contradição e a totalidade, mas que se vinculam intrinsecamente com outras categorias, que compõem a nossa pesquisa teórica, entre elas, as categorias classe social, movimentos sociais, questão agrária, agronegócio, neoliberalismo etc.

Do exposto até aqui, delimitamos nossas referências teórico-metodológicas, que têm como base a obra marxiana e os estudos no campo do marxismo. A nossa abordagem latino-americana trata da atualidade do capital e a sua contraditória questão social e agrária, em que se desdobram as lutas de classes. Nessa relação mediada pelo trabalho, o conflito entre o capital e trabalho, é que se constituem os movimentos sociais do campo em sua *práxis* de luta e processos de consciência de classe. Dessa forma, esses estudos se destinam e serão de alguma utilidade, como diria Darcy Ribeiro (1970, p. 12): “para um tipo particular de leitores, mais ambiciosos no plano da compreensão e mais exigentes no plano da ação, porque predispostos a entender para atuar e atuar para compreender”.

1.4 DEBATE SOBRE A FILOSOFIA DA PRÁXIS

Os nossos pressupostos sobre a natureza e o papel da consciência de classe na história partem de uma proposição básica, necessariamente importante, de que as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história. Partimos da concepção de que o ser humano é um ser prático e que ao transformar constantemente a natureza ao mesmo tempo se transforma, sendo, portanto, um ser criativo, que modifica o mundo não só em sua consciência, mas em toda a concreticidade da vida real.

Seguimos a linha teórica que situa a práxis na centralidade da problemática fundamental do marxismo, ou seja, a transformação de uma realidade, baseada em uma crítica desveladora da mesma, que tem por base um conhecimento científico da realidade. Esta concepção, de que a vida social é um produto dos indivíduos, e que esses são simultaneamente um produto social, se desenvolve e consolida-se, nas obras de Marx e Engels. Este movimento refletido pode ser encontrado em um dos trechos dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*;

Portanto, o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *tal como* a própria sociedade produz o *homem* como *homem*, assim ela é *produzida* por ele. A atividade e a fruição, bem como o seu conteúdo, são também *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social*. A essência *humana* da natureza é apenas para o homem *social*; pois só aqui ela existe para ele e como *vínculo* com o *homem*, como sua existência para o outro e do outro para ele, só aqui ela existe como elemento de vida da realidade humana, só aqui como *base* da sua existência *humana* própria [...] o naturalismo realizado do homem e o humanismo realizado da natureza (MARX, 2015, p. 346-347, grifo do autor).

A posição e centralidade ocupada pela prática material do homem na ontologia do ser social aparecem por inteiro nas contribuições desses autores, em que o dado ontológico primário é o trabalho, a atividade prática material centrada na categoria trabalho, em contraposição aos idealistas e à sua teoria de prática, ancorada em uma atividade do Espírito. A realidade social dos homens se cria como união dialética de sujeito e objeto. É o caminho em que se constitui, também, a sua consciência como identificamos nesta rica passagem de a *Ideologia Alemã*:

os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar, às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real [...]. Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os

homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] os homens ao desenvolverem a sua produção e o seu intercâmbio de materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Estas discussões presentes nas obras desses autores evidenciam os princípios que fundamentam a sua concepção de teoria e prática, assim como a sua concepção materialista da história. O que acentua e reforça a nossa concepção de que a sociedade e a história são resultado da ação humana, de que a atividade prática ou, o processo de vida real, é anterior às suas representações ou consciência, ou seja, a explicação concisa da formação das ideias a partir da prática material e não ao contrário.

Como delimitamos anteriormente, as bases que compõem a teoria e o método deste trabalho têm como ponto de partida uma realidade concreta, a práxis das relações sociais, entendida como atividade prática humana. Logo, há uma unidade indivisível entre produção e sociedade, ou seja, o trabalho como práxis fundante da existência social ou, da ontologia do ser social. Atividade prática transformadora, dessa forma, intrinsecamente vinculada com a teoria em uma perspectiva criadora.

O homem é imediatamente ser da natureza [...]. Ser sensível, i. é, ser real, é ser objeto do sentido, ser objeto sensível, portanto ter objetos sensíveis fora de si, objetos da sua sensibilidade. Ser sensível é ser que sofre [...]. O homem, porém, é não apenas ser da natureza, mas ser da natureza humano; i. é, ser que é para si próprio, por isso ser genérico, como tal ele tem que se confirmar e agir tanto no seu ser quanto no seu saber [...] E como tudo o que é natural tem de nascer, também o homem tem o seu ato de nascimento, a história, que é, contudo, para ele um ato de nascimento sabido e por isso que se suprime com consciência enquanto ato de nascimento. A história é a verdadeira história natural do homem (MARX, 2015, p. 375-377, grifo do autor).

De forma continuada e complementar a esta discussão da práxis, como expressão da ação criativa e autocriativa do trabalho, da atividade livre, universal, em que a humanidade cria e transforma o mundo humano e histórico, ao mesmo tempo em que se autotransforma, se inserem trabalhos de pensadores marxistas, entre eles: Karel Kosik (1976), Leandro Konder (1992), Adolfo Sánchez Vázquez (2007), Lukács (2013)⁴², entre outros. Essa atividade específica do homem o torna basicamente diferente de todos os outros seres, porque sua práxis é previamente determinada, conscientemente e intencionalmente, dirigida para a realização dos seus objetivos. Como aborda Kosik,

⁴² Para aprofundamento, ver: Dialética do Concreto (KOSIK, 1976), O futuro da Filosofia da Práxis (KONDER, 1992), Filosofia da Práxis (VÁZQUEZ, 2007); Para Uma Ontologia do Ser Social (LUKÁCS, 2013).

a atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSIK, 1976, p. 09-10).

O homem/a mulher é um ser social, por sua própria existência envolta em relações sociais, independentemente da sua vontade. Assim, mesmo sem se dar conta ou tomar consciência desta realidade, ele age, pensa, sente como um sujeito social. Para Lukács (2013, p. 52), “só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos”.

Compreende-se, assim, o homem e a mulher como um ser da práxis; a prática é entendida como atividade objetiva e material do homem social, que só pode ser assim considerado: *em e pela* práxis. A práxis entendida como expressão central ao marxismo que se constitui em uma filosofia da práxis, ou seja, uma filosofia, um pensamento, apreendido como prática transformadora, como crítica da realidade. Partindo desse pressuposto, em que, a práxis é fundamental na obra marxiana como categoria, que aparece prioritariamente como guia e como controle em relação à consciência, reitera Vázquez:

a categoria de práxis passa a ser, no marxismo, a categoria central. À sua luz devem-se abordar os problemas do conhecimento, da história, da sociedade e do próprio ser. Se, como diz Marx [...] a realidade ou irrealidade do pensamento é uma questão escolástica à margem da prática, os problemas filosóficos fundamentais têm de ser formulados em relação à atividade prática humana, que assim passa a ter a primazia não só do ponto de vista antropológico – posto que o homem é o que é em e pela práxis -, histórico -, posto que a história é, definitivamente, história da práxis humana-, mas também gnosiológico - como fundamento e fim do conhecimento, e critério de verdade – e ontológico – já que o problema das relações entre homem e natureza, ou entre o pensamento e o ser, não pode ser resolvido à margem da prática (VÁZQUEZ, 2007, p. 30).

A história humana, por sua vez, é construída por uma práxis social coletiva que reúne um compendio de práxis individuais, influenciadas pelas condições reais e concretas da realidade social. Isso será importante mais à frente, pois remete à relação entre indivíduo e sociedade, porque toda a práxis é individual, e não existe uma força autônoma coletiva, que não seja produto das atividades dos indivíduos singulares, historicamente determinados. A práxis humana é a realização da atividade humana como um pôr teleológico, um agir na natureza com uma determinada finalidade, que orienta essa ação e desencadeia relações causais. Como argumenta Lukács,

nossas investigações até aqui mostraram que o fato básico mais material, mais

fundamental, da economia, o trabalho, possui o caráter de um pôr teleológico. [...]. Isso significa claramente que, no trabalho – e o trabalho não é só o fundamento, o fenômeno fundante de toda práxis econômica, mas igualmente, o que também já sabemos, o modelo mais geral de sua estrutura e dinâmica –, o pôr teleológico conscientemente produzido (que é, portanto, um momento ideal) deve preceder ontologicamente à realização material (LUKÁCS, 2013, p. 355-356).

Para Marx, o universal é tão real e pleno de determinações quanto o singular. O primeiro é parte da história tal como o segundo, e ambos são componentes moventes e movidos da história. Para as proposições de nosso autor o homem é um ser genérico, pois só existe como parte do gênero humano, da humanidade sendo esta entendida como síntese dos singulares que são os indivíduos. No ato singular de produzir algo por meio do seu trabalho, o homem integra uma parte movente e movida da história, o produto de cada ato de trabalho, portanto singular, compõe uma parte da história universal do gênero humano.

A diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar de modo revolucionário a realidade humano-social porque ele próprio é o produtor desta última realidade [...] O mundo real é o mundo da práxis humana [...] é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social (KOSIK, 1976, p. 18).

A elaboração teórico-metodológica de Marx tem uma intencionalidade e um caráter transformador como possibilidade de ação consciente que transforma a natureza, o homem e a sociedade. Ela distingue-se de outras teorias filosóficas, até aquele momento, por ter a intencionalidade de mudança, a possibilidade de transformação social e por fornecer bases consistentes e sólidas que possibilitam um agir consciente na prática. Nesse sentido, o autor supera o idealismo filosófico e o materialismo vulgar, em sua concepção de práxis social, entendida como a atividade material humana que transforma o mundo natural e social. Para Lukács, a práxis constitui um dos pressupostos essenciais, desenvolvidos por Marx, que,

consiste em entender o papel da práxis em sentido objetivo e subjetivo [...]. Em outras palavras, objetivamente o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *conditio sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E, em virtude dessa função singular na estrutura e na dinâmica do ser social, a práxis é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto (LUKÁCS, 2012, p. 28).

Uma unidade entre teoria e a prática, ou mais precisamente atividade teórico-prática do homem, consciente, objetiva, material do ser social prático. Assim, ao mesmo tempo em que a práxis se constitui pela atividade, nem toda atividade se constitui como práxis. A filosofia da práxis, em Marx, vincula práxis e revolução, isto é, “a prática produtiva (transformação da natureza mediante trabalho humano) com a prática revolucionária

(transformação da sociedade mediante a ação dos homens), como duas formas inseparáveis da práxis total social” (VÁZQUEZ, 2007, p. 52).

Do exposto é possível depreender que o homem em sua ação de transformação da natureza, ao mesmo tempo se transforma, sua atividade prática designa-se através da teleologia a uma determinada finalidade. Independentemente da sua vontade, a objetivação humana alcança uma finalidade ideal e não necessariamente uma finalidade real. Os obstáculos que impedem a realização da práxis social se dão pela predominância social da propriedade privada, do dinheiro e do Estado.

A realidade social está baseada, em última análise, no pôr de momentos materiais para a reprodução da sociedade e dos homens que a compõem. Porém, um conjunto harmônico (também por meio de contradições) da práxis social jamais poderia funcionar se não fosse, em toda parte e constantemente, envolto e sustentado por essa atmosfera de objetivações e alienações. [...]. O que importa, antes de tudo, agora é perceber que, nesse processo da socialização da práxis e de sua conscientização, o momento social tem a prioridade histórica. (LUKÁCS, 2013, p. 487).

Dessa forma, no capitalismo, o homem é separado dos produtos do seu trabalho, assim como não os reconhece como sendo oriundos de sua própria produção, o que Marx (2015) desenvolve nesta passagem, pormenorizadamente: a *objetivação*, a produção do trabalhador e, nela, a *alienação*, a *perda* do objeto, do seu produto. Vejamos:

nós partimos de um fato nacional-econômico, *presente*. O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral. Esse fato exprime apenas que: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um *ser alienado* [*ein fremds Wesen*], como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A realização do trabalho é sua objetivação. Essa realização (*Verwirklichung*) do trabalho aparece na situação nacional-econômica como *desrealização* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *alienação* [*Entfremdung*], como *exteriorização* [*Entäusserung*]. (MARX, 2015, p. 304-305, grifo do autor).

De porte da teoria, portanto, do estudo das condições objetivas, é possível entender como se dá as ações práticas dos homens e este processo de apropriações, assim como os elementos que podem indicar a necessidade e a possibilidade dessa práxis. A reprodução da sociedade se dá através do trabalho e este fundamenta o conjunto das objetivações humanas ou a práxis, mas não a exaure. Esta compreensão é fundante, e, refletiremos pormenorizadamente sobre ela a seguir.

Há uma relação indissociável através do trabalho, entre o sujeito e objeto, entre o homem e a natureza, de domínio e de afastamento das barreiras naturais. A natureza existe sem o homem, mesmo desprovida de sentido, mas o homem não existe sem a natureza. “A natureza é o *corpo inorgânico* do homem [...] é o seu *corpo*, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer [...] a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é parte da natureza” (MARX, 2015, p. 311, grifo do autor).

Sem homens concretos não há história e nem a consciência dela, assim, há uma unidade entre sujeito e objeto, uma interação dialética, que não significa necessariamente uma identidade. No ato de produzir os bens materiais, está contida uma relação direta entre sujeito e objeto, pois ao modificar o objeto, “a coisa em si”, o homem também se modifica; adquire consciência e conhecimento ao transformá-la em “coisa para si”. O sujeito se revela nesta atividade objetiva produzindo as suas próprias relações sociais ou, sociabilidade humana, daí que o Ser Social, com o seu pensamento e linguagem, se constitui pela ação, pelo trabalho, fonte primária e central de objetivação humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais [...] figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2005, p. 211-212).

Ao transformar a natureza o homem se naturaliza e a natureza se humaniza, uma relação dialética entre prática e teoria, entre objeto e sujeito, natureza e homem, as coisas e a consciência. O âmbito da práxis humana é, dessa maneira, de atividade objetiva e subjetiva, a transformação da natureza pelo homem e, por sua vez, a transformação do homem pela natureza, em uma relação dialética, a determinação da existência humana como elaboração da realidade. A práxis como a atividade prática material adequada a fins que transformam o mundo natural e humano, transformação efetiva, real de um objeto real. Nesse sentido, a filosofia da práxis está a serviço da transformação efetiva, real do mundo, integrando a práxis revolucionária, como finalidade da teoria. Para Vázquez,

A dependência da teoria com respeito a prática, e a existência desta como fundamento e fim últimos da teoria, evidenciam que a prática – concebida como práxis humana total – tem a primazia sobre a teoria; mas esse seu primado, longe de

implicar uma contraposição absoluta à teoria, pressupõe uma íntima vinculação com ela. (VÁZQUEZ, 2007, p. 257).

A atividade humana implica a intervenção da consciência e o resultado desta ação passa a existir como resultado ideal e como produto real, o que caracteriza a atividade prática é o caráter real, objetivo, material sobre a qual se atua, dos meios ou instrumentos com os quais se exerce a ação e de seu resultado ou produto. O sujeito age por meio do trabalho — para suprir determinadas necessidades humanas — sobre uma matéria existente, anterior à sua consciência sobre ela, e produz outros objetos, que por sua vez, adquirem independência da sua atividade subjetiva (VÁZQUEZ, 2007).

Esta atividade prática tem como objetivo a transformação real e objetiva do mundo natural ou social, contudo o seu agir não se limita apenas à uma intervenção na natureza, mas também à uma sociedade ou, aos homens reais. Os objetos, que constituem essa ação humana, determinam a atividade prática produtiva: a atividade artística, a atividade científica experimental e a práxis social — onde o homem atua sobre si mesmo. Como delimita o filósofo mexicano,

Em um sentido mais restrito, a práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política [...] a práxis política, enquanto atividade prática transformadora alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade (VÁZQUEZ, 2007, p. 231-232).

Nesta categorização de práxis social o objeto da atividade prática é a sociedade, grupos ou classes sociais, e o objetivo é a transformação do mundo social. Mesmo com a distinção entre as práxis, o autor delimita que toda prática têm um caráter social, ou seja, um agir delimitado por relações sociais. A práxis é uma atividade que integra o ideal e o material numa relação de interdependência da consciência, atividade prática subjetiva e objetiva, onde a teoria e prática se conjugam. Caracteriza-se também uma práxis política transformadora como uma etapa superior de elevação para uma práxis revolucionária.

Em Lukács (2012), o conjunto das objetivações humanas como o trabalho, a arte, a religião e a ideologia, constitui a práxis, e cada uma delas constitui um tipo de práxis social. O trabalho é o que fundamenta toda práxis social, mas não a restringe, “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43). Por isso, o autor ao tratar desse complexo, coloca o acento exatamente no trabalho e lhe atribuí um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social.

Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. (LUKÁCS, 2013, p. 47).

Para Lukács (2012), os outros tipos de práxis social são objetivações que emergem do desenvolvimento e das transformações que ocorrem no próprio trabalho. O trabalho ao possibilitar objetivamente a reprodução social permite o surgimento e desenvolvimento das demais objetivações humanas.

Ao fazer isso, sempre devemos partir do fato de que a objetivação perfaz a essência realmente objetivada real e, por isso, a essência realmente objetiva do ser social, de toda práxis social, e ao mesmo tempo, de modo inseparável dela, revela uma atividade dos sujeitos sociais, que exatamente em sua atividade – não só atuam de modo objetivador sobre o mundo objetivo, mas, ao mesmo tempo, de modo inseparável, reformam o seu próprio ser enquanto sujeitos que põem objetivações. Apontamos repetidamente para o fato de que, segundo Marx, a riqueza espiritual de um indivíduo depende da riqueza de suas relações com o mundo. [...]. Visto que todas as alienações do homem, começando com os fundamentos elementares como trabalho e linguagem até as objetivações [Objektivationen]* de mais alto valor, necessariamente sempre são pores teleológicos, a relação “sujeito-objeto” enquanto relação típica entre o homem e o mundo, o seu mundo, constitui uma inter-relação, na qual o sujeito atua permanentemente sobre o objeto, o objeto sobre o sujeito, conferindo nova forma, produzindo coisas novas, na qual nenhum dos dois componentes pode ser compreendido isoladamente, separado por antagonismos e, portanto, de modo independente. (LUKÁCS, 2013, p. 422, grifo do autor).

Como aborda Lukács (2012), de “A ontologia do ser social”, não há nenhuma teleologia enquanto categoria do ser que seja desprovida de uma causalidade que a realize. Assim, necessariamente, todos os fatos e eventos, que caracterizam o ser social são resultados de cadeias causais postas, teleologicamente, em movimento. Pode-se resumir que todos os tipos de práxis social são constituídos por posições teleológicas e estas põem em movimento as relações causais.

Da análise do trabalho sabemos que o ato do pôr teleológico inevitavelmente jamais realiza só aquilo que por ele foi intencionado, mas sempre também outras e mais coisas (pressupondo que o pôr não tenha fracassado). Pois o trabalho, justamente por constituir o modelo de toda práxis, não consegue fugir à situação fundamental da práxis humana de ser levada ou eventualmente forçada a agir numa condição que nunca é completamente conhecida de modo consciente. Colocar em movimento cadeias causais, cuja importância, cujo efeito etc. leva a ultrapassar o ato de pôr, constitui, assim, a marca característica de todo pôr teleológico. (LUKÁCS, 2013, p. 390).

Aquelas posições teleológicas que envolvem o trabalho como atos voltados à transformação da natureza são consideradas por ele como posições teleológicas primárias. Por outro lado, o conteúdo das posições teleológicas das formas mais evoluídas da práxis social, tem influência sobre outra pessoa ou, um grupo de pessoas, a um pôr teleológico concreto, ou

seja, nesta posição teológica o fim posto é imediatamente finalidade de outras pessoas. Uma realização de ações sobre outros homens que são denominadas posições secundárias. Essas posições teológicas se dão a partir do momento em que o trabalho amplia sua socialização e torna-se dependente dessa relação social de cooperação.

Só na medida em que o desenvolvimento do ser social, em sua forma ontologicamente primária, ou seja, no campo da economia (do trabalho), produz um desenvolvimento das faculdades humanas, só então é que seu resultado, como produto da autoatividade do gênero humano, ganha caráter de valor, o qual se dá conjuntamente com sua existência objetiva e é indissociável dela. Se investigarmos a base ontológica última de um valor qualquer, é inelutável que o objeto adequado dessa justa intenção se torne a explicitação de faculdades humanas, e como resultado da própria atividade humana. E quando, nesse contexto, atribuímos ao trabalho e às suas consequências – imediatas e mediatas – uma prioridade com relação a outras formas de atividade, isso deve ser entendido num sentido puramente ontológico. Ou seja: o trabalho é antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida para o tornar-se homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado. Não investigaremos aqui até que ponto elas permanecem ligadas ao trabalho, mesmo numa etapa posterior; neste ponto, interessa-nos apenas a prioridade ontológica, a qual, como sempre devemos repetir, nada tem a ver com hierarquias de valor. (LUKÁCS, 2012, p. 348).

A exposição que fizemos até agora, ao distinguirmos os tipos de prática, ajuda-nos na constatação de que a práxis social em Marx, assim como em Lukács, tem seu fundamento no trabalho, mas também é constituída de formas mais complexas originárias do trabalho. Assim, ela é necessariamente histórica, social e revolucionária. Seguindo a mesma linha argumentativa, Vázquez corrobora essa explicação, afirmando:

Se o homem existe, enquanto tal, como ser prático, isto é, afirmando-se com sua atividade prática transformadora diante da natureza exterior e diante da sua própria natureza, a práxis revolucionária e a práxis produtiva constituem duas dimensões essenciais de seu ser prático. Mas por sua vez, tanto uma como outra atividade, junto com as restantes formas específicas de práxis, não são mais do que formas concretas, particulares de uma práxis total humana, graças à qual o homem como ser social e consciente humaniza os objetos e se humaniza a si mesmo. (VÁZQUEZ, 2007, p. 232).

Aqui voltamos à práxis como atividade individual, indivíduo é aqui entendido como ser humano, logo, social, e práxis como a relação objetiva e subjetiva entre indivíduo e sociedade, como produto das atividades dos indivíduos singulares. Contudo, isso não quer dizer que não existam determinações objetivas e sociais que incidam sobre as escolhas destes indivíduos. Existem, lastreadas por essas determinações sociais, projetos que inter-relacionam práxis individuais em torno de alguns valores, símbolos e propostas coletivas que foram unificadas, mas isso não anula as qualidades dos indivíduos. Nesse sentido, essa forma de

práxis social é historicamente determinada, ao mesmo tempo em que é produto de seus militantes e dirigentes. Dessa forma, essa prática de luta histórica e mutável exige permanente atualização diante das transformações societárias.

O resultado de nossas exposições anteriores é, antes de tudo, que o ser social, em sua estrutura ontológica fundamental, apresenta algo unitário: seus “elementos” últimos são os pores teleológicos dos homens, que em sua constituição ontológica fundamental dentro e fora do âmbito econômico não apresentam nenhuma característica essencialmente distintiva. [...]. Os pores direcionados imediatamente para o metabolismo entre sociedade e natureza se diferenciam em essência, tanto subjetiva como objetivamente, daqueles cuja intenção direta é a mudança de consciência de outros homens; estes também podem evidenciar diferenças qualitativas, dependendo do alcance das mediações que ligam as modificações intencionadas da consciência com os problemas reprodutivos diretos dos homens e de acordo com o conteúdo dessas modificações. [...]. Esse novo conteúdo e, correspondendo a ele, a nova forma, o novo meio da comunicação, corresponde exatamente ao novo complexo do comportamento humano em relação à realidade, seu novo jeito de reagir a ela, que anteriormente caracterizamos dizendo que o homem é um ser que responde (LUKÁCS, 2013, p. 399-401).

Compreender os fundamentos dessa práxis como um produto histórico, resultado da ação teórica e prática dos sujeitos sociais, permite adensar a crítica à realidade e a necessidade de agir permanentemente para sua transformação. É necessário reconhecer que sua prática tem um caráter político e um significado social, por conseguinte, está inserida em uma práxis social e se relaciona com as demais formas de objetivação humana e vice-versa. Mas essa compreensão histórica não é alcançada imediatamente pelo senso comum ou pelo homem comum.

O homem comum e corrente, imerso no mundo de interesses e necessidades da cotidianidade, não se eleva a uma verdadeira consciência da práxis capaz de ultrapassar os limites estreitos de sua atividade prática para perceber, sobretudo em algumas de suas formas - o trabalho, a atividade política, etc. -, em toda a sua dimensão antropológica, gnosiológica e social. Isto é, não percebe até que ponto, com seus atos práticos, está contribuindo para escrever a história humana, nem pode compreender até que grau a práxis necessita da teoria, ou até que ponto sua atividade prática se insere em uma práxis humana social, o que faz com que seus atos individuais envolvam os atos dos demais e, por sua vez, os destes se reflitam em sua própria atividade [...] Esta significação só pode ser apreendida por uma consciência que capte o conteúdo da práxis em sua totalidade como práxis histórica e social, na qual se integrem e se perfilarem suas formas específicas [...] assim como suas manifestações particulares nas atividades dos indivíduos ou grupos humanos, simultaneamente em seus diferentes produtos. (VÁZQUEZ, 2007, p. 36).

A prática política é uma forma de objetivação humana que faz parte de outra: a práxis social; esta contém aquela, mas não se restringe a ela. A prática política está relacionada com uma concepção de mundo, ao tipo de inserção no contexto das relações sociais contraditórias, podendo atuar de forma ideologicamente decadente ou revolucionária.

1.5 NOTAS SOBRE OS “NOVOS”⁴³ MOVIMENTOS SOCIAIS

A gênese dos movimentos sociais de classes⁴⁴ — as organizações sindicais, ou os sindicatos — apresenta-se em meados do século XIX, durante a primeira Revolução Industrial na Inglaterra. Com o desenvolvimento do capitalismo e, por isso, o avanço das suas forças produtivas materiais, trouxe consigo a contradição entre o “progresso civilizatório” e as suas determinações: apropriação, exploração, desemprego e desigualdade. A consolidação do capitalismo industrial constitui, dialeticamente, sob as mesmas bases, a classe trabalhadora, o operariado ou a generalização do trabalho assalariado.

As forças motrizes do capital voltadas para o lucro, exercendo o seu poderio de extrair mais-valia por meio do trabalho massacrante de homens, mulheres e crianças, ou seja, as “máquinas moedoras de gente”, não tardariam a encontrar, uma força contraposta de trabalhadores decididos a enfrentá-la. Mesmo sob uma forte repressão, exercida pela nascente burguesia industrial e seu Estado coercitivo, não se detiveram e buscaram formas de organização e de enfrentamento a essa situação.

Os trabalhadores foram desenvolvendo gradativamente formas de lutas e de organização para reivindicar seus direitos civis, políticos e econômicos. Assim, em um primeiro momento, neste enfrentamento direto entre o capital e trabalho nos países de capitalismo central, destacam-se a revolta contra as máquinas, movimento que ficou conhecido como *ludista*, passando pelas *trade unions* e culminando com o movimento *cartista*, síntese das experiências associativas sindicais e ponto culminante do movimento político dos trabalhadores.

Não obstante a ameaça de repressão permanente, este embrião do sindicalismo moderno toma corpo e se desenvolve, principalmente após a conquista do direito de livre associação. E, por conseguinte, as lutas e organizações sindicais se multiplicaram e agregam em sua pauta novas bandeiras, como: a dos salários necessários à sobrevivência, a do limite da jornada de trabalho, a do sufrágio universal, entre outras.

O desenvolvimento do processo de produção capitalista expandiu-se para outros países como França, Estados Unidos e Alemanha, e foi acompanhado pelo acúmulo das experiências

⁴³ Para essa exposição utilizamos as expressões, “*novos movimentos sociais*”, apenas o adjetivo “*novo*” ou a sigla “NMS”, entre aspas. Ao nos referirmos a esses movimentos sociais emergentes com a expressão entre aspas, temos como objetivo demonstrar que em nossa perspectiva de análise, esses movimentos sociais, independentemente da vontade, não são tão novos assim.

⁴⁴ É importante salientar que as determinações que incorreram nesse processo de lutas de classes e de ascenso dos movimentos sociais foram impostas pelos cercamentos das terras comunais e da sua apropriação privada. A acumulação primitiva e sua concreticidade sanguínea será retratada no Capítulo 2, subitem 2.2.

organizativas, pela consolidação dos movimentos sociais de classe — pelas organizações sindicais, que obtêm através das lutas de classes importantes vitórias. Resumidamente, podemos dizer que o movimento sindical de classe, em seu sentido clássico, é o movimento social que se desenvolveu a partir da primeira metade do século XIX como ferramenta da classe trabalhadora para avançar em suas lutas econômicas e políticas, evidenciando as contradições entre o capital e trabalho, mas foi, e é também, utilizado por empresários e empregadores para impedir avanços dos trabalhadores e manter a acumulação das classes capitalistas. No século XX, a partir da II Guerra Mundial, os Estados Unidos assumem o papel de potência mundial imperialista e desencadeiam uma ofensiva política, econômica e militar para conter os avanços das experiências de revoluções socialistas influenciadas pela União das Repúblicas Soviéticas.

Se observarmos o século XX, mesmo a deliberada e constante ofensiva do capital, não será capaz de impedir o surgimento de novas revoluções como, por exemplo, a Revolução Chinesa em 1949, a Revolução Cubana em 1959, a Revolução Nicaraguense em 1979, e, também, não seria capaz de impedir as várias guerras de libertação nacional fomentadoras da independência no Vietnã, Moçambique, Angola etc. Assim podemos dizer que,

entre los años 60 y 80, la unidad de análisis por excelencia fue “movimiento obrero”, pese a que en nuestras latitudes el referente empírico del movimiento social histórico no fue propiamente hablando la clase obrera, sino más bien “las clases populares”, en plural, y en un sentido amplio. En efecto, recordemos que en América Latina históricamente lo popular ha designado un conglomerado que reúne mundos heterogéneos, entre los que se cuentan indígenas, campesinos, trabajadores informales y clase obrera urbana. Por ello mismo, la acción colectiva ha estado atravesada desde el inicio por una multiplicidad de dimensiones y llamados, en nombre de la clase, la nación y el antiimperialismo, sin que ninguno de ellos lograra un primado estructural sobre los otros. (SVAMPA, 2009, p. 2).

Nesse contexto da retomada das lutas de massas pelo conjunto dos trabalhadores na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial ou no período da “guerra fria” é que determinados autores, identificam e classificam o surgimento e ascensão dos “Novos Movimentos Sociais” (NMS). Um marco histórico desta transformação é o Maio Francês de 1968, ou seja, a greve geral e a paralisação, a pressão política sobre o governo, marcam a entrada em cena do movimento estudantil em aliança com os trabalhadores urbanos.

Esse episódio ganhou visibilidade mundial, desencadeou outras lutas de outros segmentos das classes e abriu o caminho para o surgimento de movimentos de caráter político-cultural progressista, com bandeiras específicas. Entre os movimentos que marcaram a eclosão dos “NMS” destacam-se: o movimento mundial contra a guerra dos EUA no Vietnã,

o movimento pelos direitos civis também nos EUA, os movimentos ecológicos, os movimentos antinucleares, o movimento feminista com a defesa da legalização do aborto, o movimento das minorias/homossexuais etc.

Resumidamente, os “NMS” expandiram-se a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, e embora se expressem como lutas setorizadas e específicas, apresentam bandeiras amplas, como a da questão racial, da juventude, de gênero, do feminismo, da questão ambiental, da questão urbana etc., e podem cumprir um papel de luta significativo na sociedade, desde que não se ausentem do debate e da perspectiva da luta de classes. Dessa maneira, podem representar um processo de luta para construir hegemonia ideológica e política na sociedade civil.

Fue entre los años 70 y 80 cuando en gran parte de América Latina se llevó a cabo el pasaje de la movilización del "pueblo" a los "nuevos movimientos sociales", visible en un conjunto de acciones colectivas, marcadas por su carácter local y puntual. En el espacio urbano, la época estaría recorrida por la emergencia de nuevas luchas, ligadas a las condiciones de vida y, por ende, al reclamo de la tierra y la vivienda y de los servicios públicos. En este sentido, los llamados "movimientos sociales urbanos" venían a poner de manifiesto los límites de integración del proyecto de modernización nacional-popular, visibles en la pauperización económica y marginalidad urbana de amplios sectores populares. En todo caso, el proceso ilustraba el nacimiento de una nueva matriz de acción territorial, con componentes altamente pragmáticos y una fuerte orientación de demandas hacia el Estado. Por otro lado, el uso latinoamericano de la categoría de nuevos movimientos sociales resultaba muy engañoso, pues varios de los movimientos analizados (como aquellos indígenas-campesinos), poco tenían de "nuevo". (SVAMPA, 2009, p. 2-3).

No âmbito teórico, os denominados “NMS” são interpretados de maneiras distintas, sendo que as duas versões principais consideram: na primeira, que são detentores de um objetivo e tem a função de ser complemento das lutas de classes e dos movimentos clássicos; e na segunda, que são alternativos e substitutivos dos movimentos de classes tradicionais e aos partidos políticos de esquerda. Noutras palavras, são considerados a partir das lutas imediatas contra a exploração e lutas de libertação nacional como complementares aos movimentos clássicos e partidos de esquerda ou como distintos e substitutivos das classes sociais.

Desse modo, compreendemos que não há “novos” movimentos sociais, ao separá-los caímos em um processo estanque de fragmentação das lutas sociais, ou seja, em que cada movimento entra numa caixinha reivindicativa e perde assim a perspectiva do todo. Se visualizarmos as lutas sociais dessa forma setorizada, seguiremos uma linha tênue que desemboca nos desígnios liberais para a classe trabalhadora, isto é, a luta dentro e pelo sistema capitalista; em que cabe apenas ao movimento ambientalista o meio-ambiente, ao

camponês a terra, ao sem teto a moradia, ao de gênero a questão das mulheres etc. Dessa forma isolada todos facilmente serão neutralizados — principalmente os de “direitos civis” como LGBTQ+ e o Movimento Negro.

Se os movimentos, em geral, desconsiderarem que sob o neoliberalismo as lutas podem se tornar toleráveis e manipuláveis, uma tendência é a estagnação, ou seja, o abandono da possibilidade concreta de se avançar para alterações reais das desigualdades substantivas. Corrobora esta argumentação as proposições de Marcelo Badaró Mattos, quando afirma, que é preciso,

Pensar a diversidade, no tempo e no espaço, das classes subalternas, sem perder de vista as especificidades da classe trabalhadora (também ela diversa e ampla), é útil não apenas para entender o passado do modo de produção capitalista, mas também a atualidade, em tempos de reprodução ampliada das expropriações e efetivação da precariedade como norma. (MATTOS, 2019, p. 143).

Dessa maneira, embora se expressem como lutas setorizadas e específicas, estes “novos” movimentos podem cumprir o papel de novas ferramentas mais adequadas para a realidade da luta de classes atual, sem negar com isso o papel dos partidos e dos sindicatos. Portanto, não devem ser interpretados como contraditórios e suplantadores dos demais movimentos históricos da classe trabalhadora e, logo, serem utilizados para descaracterizar as contradições entre as classes principais em luta.

Esta distinção por eliminação reforça a fragmentação e o patamar limitante de tentativas focalizadas de resolução dos conflitos sem, contudo, enfrentar como real e concreta a contradição entre capital e trabalho que, todavia, existe e não será superada, sob o modo de produção capitalista, pelo contrário, cresce e se reatualiza. É mister pensar as classes subalternas a partir das contribuições de Gramsci, sistematizada de forma exímia por Marcelo Badaró, sendo estas consideradas pelo autor como, “grupos sociais que, embora se subordinem ao capital, podem distinguir-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode vir a manifestar-se em momentos específicos de agudização das lutas sociais” (MATTOS, 2019, p. 143).

Dessa forma, a perspectiva teórica que incorporamos neste trabalho, parte da conceituação de movimento social como forma de expressão das lutas de classes, como desdobramento da contradição entre capital e trabalho, — fundante da questão social. Nesse contexto, entendemos Movimento Social como ferramenta da classe trabalhadora para avançar em suas lutas econômicas, políticas, sociais e culturais, no âmbito do Estado e da sociedade civil, sendo estes, espaços de lutas, conflitos e disputas. Como aponta Svampa (2009),

Los movimientos sociales son comprendidos así dentro de una historia mayor, que comprende diferentes momentos y etapas, desde los orígenes, ascenso, apogeo, crisis y reconfiguración, en sus diferentes alineamientos y vertientes político-ideológicas. Estamos pues frente a un enfoque que privilegia una concepción de los movimientos sociales en tanto actores colectivos plurales, abiertos, impuros, dinámicos, que inscriben su acción en diferentes niveles, siempre en un campo multiorganizacional y, por ende, de articulaciones difíciles y complejas. Lejos de toda linealidad o imagen purista, reconoce que hay momentos en los cuales los movimientos sociales reflejan tendencias corporativas y particularistas y otros momentos, sobre todo, en procesos de movilización ascendente, en los cuales desarrollan la capacidad de articular demandas más generales, capaces de interpelar el conjunto de la sociedad, a través del cruce con otros movimientos u organizaciones sociales. (SVAMPA, 2009, p. 8).

Assim como as diversas formas encontradas pelos sujeitos sociais de contra-hegemonia, para enfrentar as relações de exploração, as relações sociais contraditórias da sociedade capitalista, industrial, monopolista, imperialista (LOJKINE, 1981), os movimentos sociais do campo, MST e MNCI, estudados nesta pesquisa, são considerados por nós a partir deste escopo teórico. Esses movimentos que estudamos se vinculam a um cenário de lutas que se expande e se intensifica na América Latina entre as décadas de 1990 e 2000. Como agrega Maristela Svampa,

al alba del nuevo siglo, asistimos a una nueva inflexión, vinculada a la apertura de un nuevo ciclo de acción colectiva, visible en la desnaturalización de la relación entre globalización y neoliberalismo. Esta inflexión, que impulsó un cambio en el escenario político latinoamericano, rehabilitó nuevamente el uso del concepto de movimiento social, en un sentido altamente ejemplificador, o para decirlo de otro modo, en un sentido “fuerte” del concepto. Recordemos que, aunque el ciclo anti-neoliberal se abrió en 1994 con la irrupción del zapatismo, en Chiapas, suele señalarse el inicio de un nuevo ciclo de acción colectiva, esto es, una fase que señala una progresiva acumulación de las luchas contra las reformas neoliberales, con la Guerra del Agua, en Cochabamba, en el año 2000, seguido éste por otros momentos de inflexión, tanto en Argentina, en diciembre de 2001 y durante 2002, Ecuador, en 2005, nuevamente Bolivia en 2003 y 2006, entre otros. (SVAMPA, 2009, p. 4).

Agregamos aqui as contribuições oriundas do campo da geografia, que irá categorizar esses movimentos sociais como socioterritoriais. Nas palavras de Bernardo Mançano Fernandes, o Movimento Socioterritorial

É um conceito criado aproximadamente a 20 anos, para tratar dos movimentos que lutam pela terra, território, como o Movimento Sem Terra, os Movimentos indígenas, como o Movimento Quilombola, por exemplo. Para compreender o conceito de Movimento Socioterritorial é fundamental partir da compreensão do espaço relacional, ou seja, o espaço que contém o sujeito e o sujeito que contém o espaço, o sujeito está contido no espaço, da mesma forma que o espaço está contido no sujeito. Ou, podemos além dessa definição do espaço relacional do geógrafo David Harvey, nós podemos falar também da definição de espaço do geógrafo Milton Santos, em que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas, de ações e sistemas de objetos. Ou também podemos falar da definição de espaço de Lefebvre, como materialização da existência. Ou seja, nós estamos entendendo que o território

é multidimensional, é multiescalar, e nós podemos ver o território em diferentes, em diversas e, infinitas perspectivas. [...] movimentos socioterritoriais são aqueles movimentos que existem porque eles produzem territórios e são produzidos pelos territórios [...] E por que eu nomeio esse movimento social de socioterritorial? Porque eu tenho como objetivo entender não somente a forma de organização e as ações que esse movimento social produz, mas principalmente compreender o território que ele produz. Então esse é o movimento socioterritorial (FERNANDES, 2020).

Nesta busca interpretativa, a concepção dos “novos movimentos sociais” não poderia ser considerada por nós como uma substituição estática dos demais movimentos sociais da classe trabalhadora. Assim consideramos a noção de,

movimientos sociales en sentido fuerte (lectura que ha prevalecido en América Latina), que alude a la idea de un actor o movimiento social que cuestiona la lógica de dominación; en última instancia, un actor o conjunto de actores, portadores de una acción irreductible a la institucionalización. Esta definición fuerte implica la posibilidad de pensar los movimientos sociales como sujetos potencialmente antagónicos y emancipatorios. (SVAMPA, 2009, p. 7).

Adotamos, assim, o referencial teórico que permita analisar os movimentos sociais do campo, em uma perspectiva de totalidade, onde as especificidades, como, por exemplo, o fator geográfico de localização das lutas, está subordinado a uma proposição universal, ou seja, em torno de um projeto de transformação social, de cultura, de sociedade e de concepção de mundo, de que são sujeitos e portadores. E, acima de tudo, como parte constituinte de um todo, de uma totalidade, de uma luta concreta em devir histórico, que se eleva e, portanto, se transforma.

CAPÍTULO II

2 CAPITALISMO DEPENDENTE E QUESTÃO AGRÁRIA

*A história é um profeta com o olhar voltado para trás:
pelo que foi e contra o que foi,
anuncia o que será.*
(Eduardo Galeano, 1979).

Neste capítulo, a partir de uma perspectiva teórico-crítica ancorada nas contribuições no âmbito da teoria marxiana e marxista trataremos, em linhas gerais, do processo de desenvolvimento da *questão agrária* na América Latina e, especificamente do caso brasileiro e do argentino. A invasão colonial, o processo de colonização e a decorrente questão agrária no continente latino-americano — tendo como particularidade o Brasil e a Argentina que são nosso objeto de estudo principal — estão inseridas, assim, no amplo processo de acumulação originária de capital, iniciado a partir de finais do século XV e início do XVI. Nesse sentido, vale recordar a assertiva marxiana segundo a qual, a história do desenvolvimento do capitalismo apresenta modalidade diversa em cada país e, em cada um deles, percorre diferentes fases em distintos níveis e em épocas não homogêneas (MARX, 2011).

Nossa abordagem busca apreender as múltiplas determinações que comparecem em várias áreas do conhecimento humano que tratam da questão agrária: como por exemplo, a história, a sociologia, a geografia e a economia. Sem negligenciar nenhuma literatura teórica que aborde a categoria questão agrária, contudo, daremos ênfase em sua abordagem histórica, política e econômica. Em nossa particularidade latino-americana, questão agrária é uma categoria, pois explica o real e a sua historicidade se apresenta independentemente das nossas vontades. Dessa maneira, trabalhamos a questão agrária aproveitando o conjunto de conhecimentos e interpretações da realidade do campo que tratam especialmente da *posse* e do *uso* da terra — e de todos os desdobramentos decorrentes que tal abordagem enseja.

À luz das construções teóricas clássicas em relação às contribuições latino-americanas, destacamos: Marx (2011), Mariátegui (2008), Prado Júnior (2004a) e Traspadini (2016). Desse modo, desenvolvemos uma análise teórico-histórica que fundamente a particularidade do desenvolvimento capitalista dependente na América Latina, para o qual, a terra e os diferentes tipos e sentidos de trabalhos condicionados à dita apropriação privada, torna-se o elemento constitutivo e contínuo.

Isto é, em nossa hipótese de trabalho, a questão agrária esteve presente desde o processo de expropriação e violência colonial latino-americana e prosseguiu com o processo

de conformação do “moderno” capitalismo dependente em todo o continente. Nesse sentido, ao mesmo tempo, revelam-se as consequências estruturais desse processo: ou seja, a deterioração das condições de vida das populações expulsas de suas terras, condicionadas nos períodos anteriores às mais vis condições de exploração da força de trabalho (escravo, livre e posteriormente um baixo número de trabalhadores assalariados). Dessa forma, não surpreende que as lutas camponesas em torno da questão agrária tenham marcado o continente desde a chegada dos invasores europeus até os dias atuais — especialmente nos últimos dois séculos (BRUKMANN, 2016; GHON, 1995; SVAMPA, 2009). Essa compreensão corresponde também à análise sustentada pelos movimentos sociais vinculados à Via Campesina, a saber:

pelo que a história nos diz, a partir das leituras do movimento, o marco temporal é desde que estes portugueses e espanhóis entraram nessa região, [sic] se impõe a luta pela terra e punha a questão agrária... eles queriam a terra para produzir riquezas, independentemente de qualquer coisa (R. Z, Dirigente do MST e da Via Campesina)⁴⁵.

Por consequência, as contradições sociais do campo latino-americano são profundamente marcadas pela expropriação da propriedade da terra, materializada na expulsão dos povos indígenas, na ampla exploração econômica dos recursos naturais e da força de trabalho e, na dominação política e controle ideológico sobre as massas camponesas subalternas. As mulheres Sem Terra e da Via Campesina destacam que,

O MST analisa que o problema da questão agrária está relacionado à formação socioeconômica e política de nosso continente nos marcos do capitalismo. O processo de colonização como parte do desenvolvimento capitalista europeu carrega consigo traços que até o momento atual marcam o problema agrário no país. A luta pela terra e pela reforma agrária teve vários momentos e intensidades na história de nosso país. Mais precisamente com o avanço das políticas neoliberais para o campo a partir da década de 1990, novos desafios vão se desenhando, e são captados com maior precisão pelo MST na primeira década dos anos 2000. O esforço coletivo de análise, estudo e compreensão do desenvolvimento capitalista no campo nos últimos anos culmina com a construção do programa de reforma agrária popular, buscando avançar no papel da luta pela reforma agrária como parte de acúmulo de forças para a transformação social de caráter socialista. Entretanto, penso que o marco temporal que evidencia abertamente as tensões, e a busca de compreender esse momento com maior precisão são as ações das mulheres sem-terra, das mulheres da via campesina contra as grandes corporações transnacionais que atuam no campo a partir de 2006⁴⁶ (A.B, integrou o Setor de Formação Nacional do MST/Via Campesina)⁴⁷.

A tensão social latente e o conflito social, ou seja, as lutas de classes e a violência costumeira, denotam a face amarga da modernização do campo em nosso continente. Se a modernização da agricultura, por um lado, possibilitou o incremento de novas áreas agrícolas e o aumento da produtividade do trabalho; por outro, possibilitou a concentração de riquezas

⁴⁵ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

⁴⁶ No dia 08 de março de 2006, as mulheres vinculadas ao MST e à Via Campesina, em um ato de denúncia contra o deserto verde no Brasil, destroem um viveiro de eucaliptos da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro no Estado do Rio Grande do Sul.

⁴⁷ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2020.

nas mãos dos grandes proprietários de terra e a violência sobre as classes subalternizadas. Como disse Roberto Schwarz (2012), “o progresso é uma desgraça, e o atraso uma vergonha”. Quando as mulheres romperam o silêncio nesse ato da Via Campesina, os representantes do capital levantaram-se todos em defesa da ciência, da tecnologia e da propriedade privada. Como forma de resposta, circulou em redes alternativas um manifesto de homens e mulheres em solidariedade às camponesas da Via Campesina, que destacamos aqui e que se denomina: *As mudas romperam o silêncio!* (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2006):

Havia um silêncio, sepulcral

*sobre dezoito mil hectares roubados
dos povos tupi-guarani
sobre dez mil famílias quilombolas
expulsas de seus territórios
sobre milhões de litros de herbicidas
derramados nas plantações*

Havia um silêncio promíscuo

*sobre o cloro utilizado
no branqueamento do papel
a produzir toxinas que agridem
plantas, bichos e gentes
sobre o desaparecimento
de mais de quatrocentas espécies de aves
e quarenta de mamíferos
do norte do Espírito Santo*

Havia um silêncio intransponível

*sobre a natureza de uma planta
que consome trinta litros de água-dia
e não dá flores nem sementes
sobre*

*uma plantação que produzia bilhões
e mais bilhões de dólares
para meia dúzia de senhores*

Havia um silêncio espesso

*sobre milhares de hectares acumulados
no Espírito Santo, Minas, Bahia
e Rio Grande do Sul*

Havia um silêncio cúmplice

*sobre a destruição da Mata Atlântica e dos pampas
pelo cultivo homogêneo de uma só árvore:
o eucalipto.*

Havia um silêncio comprado

*sobre a volúpia do lucro
Sim, havia um silêncio global
sobre os capitais suecos
sobre as empresas norueguesas
sobre a grande banca nacional*

Por fim, havia um imenso deserto verde

em concerto com o silêncio.

De repente

*milhares de mulheres se juntaram
e destruíram mudas a opressão e a mentira
As mudas gritaram de repente
e não mais que de repente o*

riso da burguesia fez-se espanto
 tornou-se esgar, desconcerto.
 A ordem levantou-se incrédula
 clamando progresso e ciência
 imprecando em termos chulos
 obscenidades e calão
 Jornais, rádios, revistas,
 a internet e a TV,
 as empresas anunciantes
 executivos bem-falantes
 assessores rastejantes
 técnicos bem-pensantes
 os governos vacilantes
 a direita vociferante
 e todos os extremistas de centro
 fizeram coro, eco,
 comício e declarações
 defendendo o capital:
“Elas não podem romper o silêncio!”
 E clamaram por degola.
De repente
 não mais que de repente
 milhares de mulheres
destruíram o silêncio
 Naquele dia
 nas terras da Aracruz
 as mulheres da Via Campesina
 foram o nosso gesto
 foram a nossa fala.

O resultado imediato dessas leituras configura uma tentativa de enfrentar as interrogações latentes no campo agrário em uma perspectiva histórica e sociopolítica através de análises gerais e provisórias que partem de nossas hipóteses. Em síntese, o objetivo é o de conformar, com base em diversos níveis de abstração teórica, histórica e política, uma compreensão sobre a centralidade da questão agrária e do papel que ela ocupa na formação social e secular do capitalismo dependente latino-americano. E, a partir das contribuições teóricas marxistas, perseguir as pistas do caráter condicionante e *sui generis* do capitalismo latino-americano. Consideramos que o debate em torno da questão agrária na América Latina, vinculado ao processo de formação e maturidade do capital, se por um lado, gera no interior dessas economias condições particulares de um mecanismo geral de riqueza e de poder, por outro, são a base sobre a qual se levantam os movimentos sociais do campo em protesto e, além disso, do desenvolvimento de uma possível consciência crítica e revolucionária.

2.1 CAPITALISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO

Existem vários preâmbulos no debate categórico da *Questão Agrária* e que renderiam muitas páginas neste trabalho acadêmico se voltássemos nossas atenções para as

especificidades conceituais do tema. Os elementos que vamos apresentar nesta pesquisa compõem uma síntese desse arcabouço teórico e trajetória de debates. É certo, que precisamos contextualizá-las e, portanto, verificá-las criticamente, para, dessa forma, considerarmos suas contribuições, bem como os limites que apresentam.

Como ponto de partida, e consensualmente aceito entre os/as pesquisadores/as marxistas, no âmbito da questão agrária, traremos as contribuições e estudos clássicos de Karl Kautsky sistematizados em seu texto “A Questão Agrária”, assim como os estudos de Vladimir Ilich Lenin em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, ambos textos escritos no ano de 1899 a partir dos debates realizados na Rússia. Os dois autores trazem para o centro do debate da questão agrária o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, que desintegra o campesinato subordinando-o a uma precariedade que o relega a situações expressivas de pobreza e de desigualdade social.

No trabalho de Kautsky, o autor aborda as diferenças entre a produção capitalista e camponesa, no que diz respeito ao cultivo da terra e a renda final obtida (mais-valia x mais-produto). É importante salientar que o autor toma como referência a realidade camponesa da Rússia. O camponês para Kautsky,

Mas o camponês que vende os artigos agrícolas, mas não emprega assalariados, ou os emprega muito pouco, que não é capitalista, e sim um simples criador de mercadorias, não se apresenta assim. Ele é um trabalhador, pois não vive do produto de sua empresa, mas do produto de sua própria atividade. O seu gênero de vida é o de um assalariado. Tem necessidade da terra como o de um meio para ganhar o pão como operário, e não para dela tirar qualquer lucro ou renda fundiária. Quando a venda de seus produtos, desfalcando-lhe a despesa, lhe remunera o trabalho, ele ainda consegue viver. Pode renunciar ao lucro e à renda da territorial. (KAUTSKY, 1968, p. 185).

Dessa explicação se define o papel do camponês e do capitalista. O primeiro utiliza-se principalmente da mão de obra própria e familiar para a produção, sendo esta destinada principalmente ao seu consumo e reprodução coletiva e o excedente destinado à venda no mercado. Enquanto o capitalista necessita explorar a força de trabalho de trabalho, apropriando-se individualmente da riqueza produzida socialmente, ou seja, dos produtos e respectivamente da mais-valia. Os trabalhadores e trabalhadoras, por sua vez, desprovidos dos meios de produção necessários à sua produção e reprodução, serão subordinados a esse processo de exploração. Em suas palavras,

A mais-valia decorre do fato de ser a força de trabalho humana capaz de criar uma soma de produtos superior à que é necessária à sua reprodução, a partir do momento em que a evolução do aparelhamento técnico atinge um certo grau. Um excedente dessa espécie, um produto líquido é fornecido, desde tempos imemoriais, pelo trabalho humano. Todo o progresso de civilização se condiciona ao aumento

progressivo desse excedente mediante o aperfeiçoamento da técnica. Na produção simples de mercadorias, o produto líquido toma a forma de mercadorias, mas não se pode ainda dar ao seu valor o nome de mais-valia. Isto porque, nesse período, a própria força humana de trabalho, que cria valores, não tem valor ainda, não sendo uma mercadoria. O montante do superproduto cabe nesse caso ao trabalhador. Este pode gastá-lo para aumentar o bem-estar de sua família, para fruir prazeres grosseiros ou delicados, para formar para si uma pequena reserva ou mesmo para entesourar ou melhorar os seus meios de trabalho. [...] Quanto maior é a concorrência no mercado e mais precária a situação dos produtores, tanto mais se explora a segunda fonte de lucro. Um passo mais nesse caminho e nos encontramos no domínio da organização capitalista da economia. Compreende-se facilmente que o comerciante, em lugar de extorquir ao produtor livre o seu artigo abaixo do respectivo valor, prefira explorar-lhe a situação precária para fazer dele um assalariado, o qual age não por sua conta, mas por conta do capitalista, o qual vive não da venda de suas mercadorias, mas da venda de sua força de trabalho. A força de trabalho torna-se, desde então, uma mercadoria adquirindo um valor igual ao valor dos gêneros alimentícios necessários à sua conservação e à sua reprodução. O excedente do valor que o produtor cria acima do valor de sua própria força de trabalho vira assim mais-valia. Esta vai toda para o capitalista, pois o preço da força de trabalho, o salário, é calculado em razão do seu valor. (KAUTSKY, 1968, p. 79-80).

Kautsky (1968), nesse trabalho, trouxe importantes elementos para o debate da questão da agrária, o entendimento das formas de desintegração sofrida pelos camponeses frente ao processo de desenvolvimento do capitalismo e de subordinação à sua lógica de dominação.

A antiga sociedade da família rural, explorando exclusivamente por seu próprio esforço o próprio chão, é substituída nas grandes empresas agrícolas por um grupo de operários contratados, os quais, sob o comando do proprietário, trabalham para ele na lavoura, guardam o seu gado, enceleiram a sua colheita. O antagonismo de classes existente entre o explorador e o explorado, entre o possuidor e o proletário, penetra na aldeia, no próprio lar do camponês, e destrói a antiga harmonia e antiga comunidade de interesses. [...]. E assim o desenvolvimento do modo de produção capitalista na cidade basta para transformar completamente a existência do camponês, entendida à maneira antiga. Para tanto, nem mesmo é indispensável que o capital penetre na produção agrícola e se forme o antagonismo entre a grande e a pequena exploração. Mas o capital não restringe a sua ação à indústria. Assim que adquire forças bastantes, apodera-se também da agricultura. (KAUTSKY, 1968, p. 31).

Do exposto, se verifica o processo de inserção, domínio, desintegração e recriação, que se aprofunda com o modo de produção capitalista.

O agricultor julga ter vencido um inimigo, mas outro lhe aparece. No campo, de resto, toda a vida econômica, que se movera até então da maneira tão uniforme e rigorosa, sempre na mesma rotina, caiu no mesmo estado de subversão perpétua que caracteriza o modo de produção capitalista [...]. E assim a subversão da agricultura constitui, para todos, o sinal de uma caçada, em que são implacavelmente perseguidos, até que caem exaustos – com exceção de alguns felizardos, que conseguem erguer-se sobre a massa dos corpos abatidos para ingressar nas fileiras dos que dão caça aos demais – nas fileiras dos grandes capitalistas. (KAUTSKY, 1968, p. 314).

Para Kautsky, o fim do camponês em sua forma subordinada e explorada só se tornaria

possível através do socialismo, pois sob o capitalismo a agricultura de grande exploração e de pequena exploração se condicionam reciprocamente. A superação da precarização do trabalho e suas formas de subjugação serão possíveis pelos processos de socialização, logo, “o proletariado industrial não pode libertar-se sem libertar ao mesmo tempo a população agrícola” (KAUTSKY, 1968, p. 320).

Neste ínterim, Lenin, no texto de 1899, também fazia discussões com a social democracia e analisaria o seu país. Para o autor, a Rússia passava por processos de transição de uma economia marcada por resquícios feudais para um processo capitalista em desenvolvimento. Em suas análises encontram-se contribuições importantes que exemplificam o processo de diferenciação do campesinato e de formação do mercado interno para a grande indústria.

Quanto ao processo de formação do mercado interno, o autor observa que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LENIN, 1985, p. 35). Os elementos que o autor destaca sobre a diferenciação do camponês referem-se a uma divisão entre eles, o camponês rico — que tem possibilidade de expandir a produção e tornar capitalista; o camponês médio — que mantém sua produção, moradia e força de trabalho familiar e por um período pode até contratar; e o camponês pobre, que não tem as condições necessárias para a manutenção da sua família e precisa buscar formas acessórias de trabalho assalariado. O camponês nessa situação de pobreza e precarização está mais propenso à proletarianização. E aquele que possui maiores condições, sendo considerado como rico, tende a desenvolver-se e migrar para uma agricultura mercantil, que

se transforma em agricultura capitalista, porque a área semeada pelo campesinato rico excede a norma de trabalho de uma família (ou seja, a quantidade de terras que uma família pode cultivar com seu próprio trabalho, o que o obriga a recorrer à mão-de-obra assalariada. (LENIN, 1968, p. 36).

A lógica de estudo apresentada por Lenin, bem como por Kautsky, reconhece o papel progressista do capitalismo na agricultura na eliminação das relações feudais e na sua eficiência produtiva de alimentos, sendo, portanto, defendida a tese de que o capitalismo seria um estágio para a transição ao socialismo. Encontramos no autor:

O reconhecimento do caráter progressista é perfeitamente compatível com o pleno reconhecimento dos aspectos negativos e sombrios do capitalismo, com o pleno reconhecimento das contradições sociais profundas e multilaterais que são inevitavelmente próprias do capitalismo e revelam o caráter historicamente transitório desse regime econômico. (LENIN, 1985, p. 372).

Sinteticamente, o que se extrai de ambos os autores são as suas contribuições relativas ao conflito instaurado no campo entre capital e trabalho, ou seja, a relação que se apresenta entre as formas capitalistas de produção e as formas camponesas. Os princípios que regem o capitalismo e o processo de desintegração camponesa.

As características da Rússia em seu desenvolvimento capitalista particular produz e revela outro estudo complementar sobre o camponês, que se trata das contribuições de Alexander Vasilievich Chayanov (1924/1925), em que se localizam muitos elementos da categorização de camponês utilizada nos debates da atualidade. Nos escritos desse autor, as relações de produção do camponês não são estritamente capitalistas, pois

uma unidade de produção camponesa não é uma empresa capitalista, mas sim uma unidade onde se produz e consome familiarmente; é um sistema de produção não capitalista, portanto a produção não pode ser quantificada tal como na produção capitalista. Com efeito, o camponês ou o artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto de seu trabalho. (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Aos elementos citados acima, que se podem extrair para a atualidade, acrescenta-se também o entendimento da busca campesina de complementação da renda, ou seja, de realizar trabalhos acessórios para atender a demanda familiar. Nesse caso, a unidade camponesa se define pela predominância do caráter familiar da sua mão de obra, na busca pela sobrevivência e eficiência produtiva, que não se restringem, principalmente, à obtenção de lucro. Nas palavras do autor:

Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família. (CHAYANOV, 1974, p. 101).

Este autor refletiu sobre a unidade camponesa e a luta de classes, bem como as formas produtivas mais viáveis para o seu desenvolvimento. Nos seus posicionamentos o que se verifica são tentativas de entender um campesinato existente, como viviam e se reproduziam, assim como encontrar formas de reorganizá-los para uma maior eficácia produtiva. Era um defensor assíduo do movimento cooperativo, que à época também era uma demanda dos próprios camponeses russos. O que se verifica não é a forma *ad aeternum* de um camponês,

mas de uma conformação existente em um determinado momento histórico.

As tentativas de análise sobre essa problemática agrária, necessita levar em consideração duas linhas tênues de interpretação que podemos incorrer: a primeira, de aplicar a teoria clássica sem levar em conta a realidade em que se está vivendo e, a segunda, de tentar superar os clássicos jogando fora as suas contribuições principais — eliminar o elemento da contradição que permite questionar e superar o capitalismo.

Há, no entanto, formas diferentes de análise do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, assim como do camponês. Como é o caso da linha teórica que se denominou *paradigmas do capitalismo agrário*. A apresentação das nuances desse debate, que arregimentou muitos teóricos e políticos, será tratada no capítulo III desta tese, na qual os aportes teóricos se encontram relacionados com os elementos contextuais da realidade vivenciada na década de 1990.

A análise que empreenderemos aqui, dará continuidade ao estudo da problemática agrária, tendo como pressupostos os clássicos e, as contribuições que a partir deles extraem autores que compõem a linha de estudos teóricos da questão agrária. Nessa perspectiva, acrescenta, Fernandes (2013):

afirmamos que o conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra; analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutora, porque, por serem territoriais, eles não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento, utilizamos o conceito de conflitualidade, que é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2013, p. 174).

A questão agrária da qual partimos é tratada segundo as contribuições dessas vertentes teóricas marxistas e têm como principais elementos de análise para o entendimento dessa problemática, o conflito por terra, o desenvolvimento rural, a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato, a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo etc. O camponês, nessa análise, é um sujeito subalterno que resiste ao capital, e na sua resistência está o sentido da descontinuidade ou, a negação da desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. O que significa nas palavras de Fernandes (2013),

Nesta leitura crítica debatemos o conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida. Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se

desdobram. Apresentamos uma crítica às visões de desenvolvimento territorial rural que não têm o conflito como presente. Esses conceitos são insuficientes, e os projetos realizados fracassam exatamente porque ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento – os conflitos sociais. (FERNANDES, 2013, p. 175).

Entender a questão agrária, tal como colocada por Fernandes (2013), manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais em que as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou o fim do camponato. A resposta ao conflito colocado por esta relação, significou, historicamente, a luta pela terra e a reforma agrária, a resistência como negação e a esperança como superação da questão agrária.

A questão agrária não é problema em si, mas é problema da contradição inerente do sistema capitalista, que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo. A contradição impossibilita a superação da questão agrária, gerando o paradoxo que alimenta a própria contradição. Como a questão agrária é insolúvel, ela tem movimentos diferenciados. Os movimentos de destruição e recriação dos camponeses por meio da expropriação, arrendamento e/ou ocupação da terra são maiores ou menores de acordo com a conjuntura política e econômica, a depender disso, o camponato ocupa mais ou menos terra, para recriar-se e ressocializar-se. E, dessa forma, a questão estrutural permanece. (FERNANDES, 2013, p. 183).

Os camponeses em todo o mundo com suas famílias resistem o jugo da expropriação e da subordinação do capital, a terra para esses grupos familiares não é apenas para a produção, mas também para se reproduzirem socialmente. Na conceitualização de Eric Wolf,

Ao contrário do que dizem os clichês literários, os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico, movendo-se continuamente entre dois polos em busca de uma solução para seu dilema fundamental. A existência de uma vida camponesa não envolve meramente relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção. (WOLF, 1978, p. 34).

Nessa teorização, ou seja, na perspectiva da questão agrária, o camponês não é separado do agricultor familiar, são vistos como sinônimos e não como setores opostos e divergentes. Podem se transformar para permanecer na terra, por diversos meios como: a tecnificação, a integração ao mercado, o trabalho acessório etc. Aspectos dessas modificações necessárias à sobrevivência camponesa no Brasil, são retratadas por Antônio Candido em seu livro, “Os parceiros do Rio Bonito” (1977), em que revela a relação de parceria⁴⁸, que

⁴⁸ Denomina-se na língua portuguesa, parceria rural, a relação estabelecida entre o camponês parceiro/meeiro etc. com o proprietário da terra. Nessa condição de dependência, o responsável pelo trabalho produtivo, propriamente dito, necessita repassar para o dono da terra uma quantidade proporcional do produto ou rendimento econômico que foi acordada entre as partes.

representa,

um ponto de precária estabilidade no processo de mudança ora em andamento, colocando o caipira entre a posição de proprietário, ou posseiro, e a de salariado agrícola; e aparecendo, muitas vezes, como única solução possível para a sua permanência no campo. (CANDIDO, 1977, p. 151).

As mudanças nas suas relações e, contudo, em sua forma de produção e vida não o separam da sua condição camponesa, que consiste na produção familiar e na resistência. Como agrega, Horácio Martins de Carvalho (2005),

A reivindicação dos conceitos de camponês e campesinato propõe resgatar e afirmar a perspectiva teórica da reprodução social do campesinato na sociedade capitalista a partir das teses da centralidade da reprodução da família camponesa e da sua especificidade no contexto da formação econômica e social capitalista. Objetiva, deveras, abranger nesses conceitos a totalidade das formas de reprodução das unidades de produção familiar e rural [...]. (CARVALHO, 2005, p. 23).

O sujeito que buscamos interpretar está inserido neste modo de produção capitalista, independente da sua vontade, ao construir formas de sobrevivência, de resistência na terra, ele compõe a ordem vigente, ou como força de trabalho auxiliar ou como força de trabalho assalariada, assim ele a mantém ao mesmo tempo que a nega, sem, contudo, ter forças suficientes para superá-la.

Assim, é no interior da ordem metabólica do capital, das contradições que regem os mecanismos centrais da produção e ao processo mais geral da reprodução ampliada do capital e os impactos para o universo do trabalho, e que também reproduzem relações não essencialmente capitalistas – são as que indicam a realidade camponesa na viragem do século 21 – é que podemos entender o camponês e o campesinato como integrante da classe trabalhadora, imerso, pois, no metabolismo social do capital e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças políticas. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 281).

O debate que nos orienta nesta discussão tem como pressuposto e método a problemática da questão agrária, que se apropria das contribuições marxistas na tentativa de elevá-las, para a partir dessa superação, trazer elementos para a compreensão da realidade atual e a situação camponesa, em todas as suas nuances, vulnerabilidades e potencialidades. Sendo assim, é a partir dessa concepção de camponês que estudaremos a questão agrária latino-americana e os movimentos sociais do campo.

2.2 ASPECTOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA

A história geral da América Latina é longa e diversa. Segundo dois grandes autores,

José Martí e José Carlos Mariátegui, América Latina é uma construção pontual de uma história muito anterior. O primeiro, patriota e grande humanista latino-americano irá compreender as Américas como uma grande pátria ou, simplesmente como *Nuestra América*. Em seus escritos deixará uma advertência para as universidades americanas, “a história da América, dos Incas para cá, deve ser ensinada minuciosamente [...]” (MARTI, 1983, p. 197). O segundo irá desenvolver esse raciocínio quando tratará do processo colonizador do Peru, onde, segundo o autor, “a sociedade indígena e a economia incaica se descompuseram e se aniquilaram completamente sob o golpe da conquista” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 34).

Darcy Ribeiro nos ajuda nessa compreensão quando aborda a temática a partir de uma questão complexa: Existe uma América Latina? A partir de sua resposta evidencia-se em que consiste a sua concepção de América Latina, assim como dos elementos que dão conta desta unidade no diverso.

Não há dúvida de que sim [...] as distintas implantações coloniais das quais nasceram as sociedades latino-americanas coexistiram sem conviver, ao longo dos séculos. Cada uma delas se relacionava diretamente com a metrópole colonial. Ainda hoje, nós, latino-americanos, vivemos como se fôssemos um arquipélago de ilhas que se comunicam por mar e pelo ar e que, com mais frequência, voltam-se para fora, para os grandes centros econômicos mundiais, do que para dentro. (RIBEIRO, 2010, p. 23-24).

Algumas pesquisas históricas, antropológicas e arqueológicas, apontam para vestígios humanos — restos de carvão de fogueiras estruturadas — em nosso continente, há aproximadamente 50 mil anos. É o que explica a arqueóloga Niede Guidon que demonstrara, por meio de suas pesquisas na Serra da Capivara, no Brasil, que a representação de arte rupestre mais antiga destes sítios arqueológicos tem 29 mil anos. Ou seja, a teoria tradicional da existência humana no continente há 12 mil anos, oriunda da Ásia, através do cruzamento do estreito de Bering, não se sustenta. Logo, essas evidências confirmam que as demonstrações de vida, como a pedra polida, com lascas, e a cerâmica, começavam na Europa e na África, e começavam aqui também⁴⁹.

A reconstrução histórica do que foi constituída as Américas antes da invasão colonial, demarca um grande caminho investigativo a se desbravar, pois há ainda um desconhecimento dos modos próprios e originários desse continente, as formas em que se desenvolveram e foram sendo superados e, até mesmo como foram destruídos seus processos de sínteses, pelos colonizadores e o padrão de dominação que por eles se instauraram nesse território.

⁴⁹Para maiores informações, ver reportagem sobre a Serra da Capivara no website: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/10/interior-do-brasil-tem-vestigios-dos-mais-antigos-habitantes-das-americas.html>.

Resumidamente, a partir da reunião de relatos, assim como de vestígios e fragmentos, vamos formatando de maneira muito superficial e insuficiente uma ideia genérica do que fora essas sociedades, até o momento em que se defrontaram com o poderio espanhol e português, nos séculos XV e XVI. Relatos históricos que fazem registros dessas populações que habitavam nosso território, apontam para uma complexa realidade. Ou seja, a existência de diversas expressões e ramificações entre povos e guerreiros, que viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs sejam eles nômades — que se dedicavam basicamente, à caça, à pesca e à coleta de frutas — ou sedentários — que dominavam técnicas produtivas da agricultura.

Pode se dizer resumidamente, a partir daí, que havia diferentes povos que se organizavam-se em agrupamentos sociais que variavam entre 100 a 500 famílias, unidos por algum laço de parentesco, de unidade idiomática, étnica ou cultural. Antes da invasão portuguesa e espanhola já havia existência de conexões e vínculos regionais tanto culturais como comerciais entre os povos. E as relações sociais e materiais não tinham como base o sentido ou o conceito de propriedade privada dos bens da natureza, tal como conhecemos. Todos os bens da natureza existentes no território — terra, águas, rios, fauna, flora — eram de posse e de uso coletivo, utilizados com a única finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo. Contudo, ficaram conhecidos os modos produtivos mais eminentes como os *Maias*, *Astecas* e os *Incas*, que se desenvolveram, em determinado momento da história do continente, uma potencialidade produtiva que detinha o domínio de técnicas complexas da agricultura, como a irrigação, por exemplo. Os *Incas*, de acordo com Mariátegui (2008, p. 71), “se caracterizavam em todos seus traços dominantes como uma civilização agrária”.

A presente discussão não pretende descrever todos os aspectos dessas comunidades e povos originários em particular, mas captar elementos que as relacionem com a história de dominação externa em que foram subsumidas. A diversidade das Américas, compreendida pelos seus povos em seus distintos biomas naturais se revela aos colonizadores, espanhóis e portugueses, como riquezas incalculáveis a serem apropriadas. Os dividendos da conquista consistiam em metais preciosos, mas também em homens e territórios. O processo de colonização que se instaura em cada uma delas mantém os povos sob o seu domínio, enclausura suas formas de vida e sabedorias segundo a lógica constante de rapina e exploração. O que faz, por exemplo, dos altiplanos e das montanhas do México a Potosí, o núcleo fundamental das índias espanholas. Nas palavras de Halperin Donghi, “não foi apenas a sua riqueza mineral, mas também a presença de populações indígenas, cuja organização

anterior à conquista tornava-as úteis à economia colonial que surgiria depois dessa” (DONGHI, 1975, p. 12).

Saindo das regiões montanhosas e se deparando com as terras planas no interior do Brasil e Argentina, por exemplo, os povos que ali viviam compartilhavam de uma natureza pródiga no fornecimento dos alimentos para suas necessidades básicas. Dessa forma, não foi possível encontrar nestes territórios, através dos registros realizados, marcas ou vestígios significativos de construções de grandes cidades, porém os povos de nosso território materializaram a concepção de uma produção voltada ao agroflorestal, cujos engenhos não estavam necessariamente ancorados na ideia de meros povos caçadores-coletores que demarcassem um desenvolvimento intensivo da agricultura naquele período. Isto não significa a inexistência de diferentes formas produtivas, mas que estariam dispersas por diferentes locais desse imenso território. A explicação de André Prous (1997) demarca que,

[...] os tupis e guaranis limitaram-se essencialmente a um certo tipo de ambiente (o das florestas tropicais, que forneciam terras adequadas para a mandioca que cultivavam). A velocidade da sua expansão foi certamente facilitada pela utilização das vias fluviais e da rota marítima, ao longo da qual encontravam alimentação farta o ano todo. É bem provável que as regiões litorâneas tenham desempenhado um papel essencial nesse sentido em todas as Américas. (PROUS, 1997, p. 19).

Para efeito do estudo da questão agrária, para determinar a forma em que se viviam e o modo de produção dessas comunidades originárias fazem-se menções, classificações e denominações as mais diversas. No entanto, descrevê-las todas não nos ajudaria neste momento, pois adentraríamos em uma discussão de nomenclaturas que outros estudos, debates e desdobramentos científicos já superaram.

Muitas ideias e tentativas de nomear este ser social que aqui habitava, não se adequam — à luz das contribuições que estamos de posse hoje — à história dizimada do continente. Sendo assim, nesse propósito de avançarmos, não nos prenderemos às nomenclaturas, mas ao que de fato pretendemos neste trabalho, ou seja, entender quais são os laços agrários que unem a história de luta e resistência dos povos que nos antecederam, aos processos de lutas e enfrentamentos atuais dos povos camponeses e indígenas vinculados aos movimentos sociais do campo.

O processo de desenvolvimento do capitalismo em sua expressão mercantilista, levariam a uma busca desenfreada por novos mercados, o que na prática significou um alargamento das rotas comerciais através de uma expansão marítima. Assim, a invasão e o processo de colonização europeia de nosso continente se deram neste cenário competitivo. A economia colonial se ergueu dos escombros provocados às diferentes formas de vidas.

Os povos que aqui habitavam com suas diferentes culturas e que consideravam estes territórios a partir de singulares cosmovisões se defrontariam com o poder massacrante dos colonizadores espanhóis e portugueses em busca de riquezas e metais preciosos, a partir do ano de 1492. As formas de lutas e de resistências que ocorreram nesses territórios foram contidas através de diferentes métodos de aniquilação — que derivavam do assassinato direto, esquartejamento, incineração etc. Ou, aos diferentes processos de assimilação como a caça das mulheres indígenas [*pegada no laço*]⁵⁰ para a sua violação sexual e reprodução de mestiços etc.

Os colonizadores, representantes da Coroa espanhola e portuguesa, explorariam a força de trabalho dos povos indígenas e africanos de maneira diversa e complementar. Processos distintos e complementares ser utilizados para a organização da propriedade da terra como, por exemplo, as *plantations* e as *haciendas*, assim como seriam aplicados diferentes métodos para o recrutamento e a exploração da força de trabalho indígena e africana.

Na América sob o jugo espanhol, os colonizadores iriam se utilizar das *encomiendas*, a cobrança de uma renda mensal em espécie ou em trabalho aos povos originários, contraditoriamente devidos à coroa, pelo usufruto das terras. Após as terras serem outorgadas pela coroa aos novos proprietários rurais serão constituídas as *haciendas*, ou seja, unidade de produção agrária que substituirá a comunidade agrária indígena. E concomitantemente, entre as formas de exploração da força de trabalho em regime servil ou análogo à escravidão, se constituíram a *mita*, ou seja, o recrutamento obrigatório dos indígenas para o trabalho forçado nas propriedades, nas minas e manufaturas têxteis. O trabalho nas *mitas* oscilava entre a vida, a exaustão e a morte, ficando conhecida como máquina moedora de gente. E do outro lado, sob a dominação portuguesa, essa parte das terras da América seria dividida até 1759 em *capitanias hereditárias*, destinadas aos nobres, que poderiam desbravá-las, povoá-las e governá-las. Esses donatários, ao se apropriarem das riquezas, deveriam pagar um imposto à Coroa e, também, poderiam dividi-las em parcelas menores aos demais “desbravadores” denominadas *sesmarias*. Assim como os donos das Capitânicas, os sesmeiros detinham a posse da terra para explorar suas riquezas e, construir benfeitorias, contudo, o domínio legítimo delas se restringia ao Rei de Portugal. Nessas propriedades o que predominou foi à forma de organização da produção agrícola denominada *plantation* (Jacob Gorender, no seu texto, *Escravidismo Colonial*, tentou cravar uma versão portuguesa para o termo, utilizando

⁵⁰ Este termo foi usado para explicar as relações forçadas com as mulheres indígenas, foi utilizado de maneira generalizada e ficou popularmente conhecido no Brasil.

“*plantação*”). A *plantation*, portanto, foi caracterizada por extensas áreas organizadas por um modelo de grandes monocultivos, onde o produto se destinava exclusivamente para a exportação. A força de trabalho, base de sustentação desse sistema produtivo, se dava através da exploração da mão de obra escrava (DONGHI, 1975; GALEANO, 1979; MORISSAWA, 2001; STEDILE, 2005).

Para Eduardo Galeano, da escravidão à encomenda de serviços, e desta a tributos e ao regime de salários, as variantes da condição jurídica da mão de obra indígena e negra só alteraram superficialmente sua situação real.

[...] Ao infortúnio dos índios dos impérios aniquilados na América hispânica é preciso somar o terrível destino dos negros arrebatados às aldeias africanas para trabalhar no Brasil e nas Antilhas. A economia colonial latino-americana dispôs da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para possibilitar a maior concentração de riquezas que jamais possuiu qualquer civilização na história mundial (GALEANO, 1979, p. 49-50).

Dessa maneira, pode-se dizer que a ocupação do território não se realizou transportando as formas feudais da Europa, como acreditavam alguns intérpretes latino-americanos, mas como assinala Caio Prado Júnior (2004a) foi uma “empresa colonial”; no qual o monocultivo exacerbado e extensivo era financiado por capitais internacionais. Sinteticamente, o que se verifica é o monopólio da propriedade da terra em torno da monarquia, que no intuito de realizar nas suas colônias o desenvolvimento produtivo de mercadorias destinadas à exportação no mercado europeu, outorga aos colonizadores que dispunham de capital “concessões de uso” da terra, direito que poderia ser repassado hereditariamente. A implantação desse regime econômico colonial com base em um modelo agroexportador ou de uma “empresa colonial” sob a direção de donatários capitalistas, retira das colônias o seu escopo feudal. Para André Gunder Frank,

[...] as causas e explicação da crise agrícola não devem ser buscadas no feudalismo e, sim, no próprio capitalismo. A economia do Brasil, inclusive a agricultura, é parte do sistema capitalista. A evolução deste sistema produz desenvolvimento e subdesenvolvimento ao mesmo tempo e explica a terrível realidade que vive a agricultura no Brasil e em outros países. (FRANK, 2005, p. 36).

Esta análise se contrapõe às leituras “dualistas” sobre as formações latino-americanas, que veem modos feudais em sua constituição. Não iremos adentrar e retomar de forma sistemática todos os debates e polêmicas acerca da transição (feudalismo-capitalismo) e suas interpretações sobre as características do desenvolvimento capitalista no continente, uma vez que há excelentes sistematizações⁵¹ sobre o tema. Mas é importante trazer, ao nosso ver,

⁵¹ Caio Prado Junior (2005); André Gunder Frank (2005); José de Souza Martins (2000, 2003, 2010); João Pedro

alguns elementos principais dessa discussão. É o caso, por exemplo, dos apontamentos feitos no Brasil por Alberto Passos Guimarães (2005), nos quais o autor afirma que desde o instante em que a metrópole “se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no novo mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal” (GUIMARÃES, 2005, p. 39). Os equívocos provocados pelas análises pendentes a um “feudalismo” nas Américas levavam a saídas pragmáticas que exigiam no máximo a sua superação, no entanto, se buscava um desenvolvimento capitalista tal qual o realizado nos países centrais. No entanto, nos termos de André Gunder Frank,

É importante que busquemos compreender a estrutura real do capitalismo e não somente alguns de seus elementos e sintomas. O sistema capitalista não deve ser confundido com suas manifestações apenas no setor mais desenvolvido – o moderno o racional ou competitivo [...]. Este sistema capitalista, em todo tempo e lugar – e é de sua natureza que assim seja –, produz desenvolvimento e subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema ‘capitalista’ como o outro [...]. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento têm ambos origem na evolução total do sistema. Chamar ‘capitalista’ ao desenvolvimento e atribuir o subdesenvolvimento ao ‘feudalismo’ é uma incompreensão séria que conduz aos mais graves erros políticos. (FRANK, 2005, p. 58).

Retomaremos esta discussão à frente, quando iremos refletir sobre a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina. Contudo, antes de avançarmos nesse aspecto, gostaríamos de acrescentar primeiramente alguns elementos que compõem a nossa linha de entendimento sobre o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais e a forma como se deram as expropriações no campo. Abriremos aqui, portanto, um parêntese para as análises empreendidas por Marx, e sistematizadas no capítulo XXIV de “O Capital”, passagem significativa e reveladora acerca da expropriação dos meios de produção dos camponeses nos países centrais.

Se observamos a partir da respectiva análise, o processo de expropriação dos camponeses na Europa, entre o fim do século XV, até meados do século XIX, identificamos que o caminho dessas expropriações, que percorrem aproximadamente 350 anos, guardadas as devidas diferenciações, é bastante similar ao que, sucede em nosso continente.

Os elementos postos por Marx nesta exposição retratam e identificam o método em que se constituíram as expropriações dos camponeses na Europa, ou seja, pelo *cercamento dos campos*. Os camponeses que moravam nos feudos foram substituídos pelas ovelhas. Os camponeses independentes (a *yeomanry*) que eram numerosos foram substituídos pelos

Stedile (2005); José Graziano da Silva (1982); Jacob Gorender (2016); Ciro Flamarion Cardoso (1979, 1981, 1985), entre outros autores.

arrendatários capitalistas. Em vista disso, o grande teórico da classe trabalhadora retrata a dura vida dos camponeses, principalmente da Inglaterra, Escócia, Irlanda e da Alemanha. As suas observações revelam que,

o roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a *ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna*, levada a cabo com o terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. *Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital* e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos. (MARX, 2011, p. 847, grifo nosso).

Na Inglaterra, como processo subsequente à expropriação se estabelecem leis contra os pobres expulsos de suas terras, que começaram a ser aplicadas com Enrique VIII a partir de 1830. Nestas, os mendigos velhos e incapacitados tinham licença para pedir esmolas, enquanto aqueles que eram considerados vagabundos sadios seriam flagelados e encarcerados. Em consequência, aqueles que eram considerados reincidentes lhe cortavam uma orelha e, se fossem por terceira vez encontrados nessa situação de miserabilidade ambulante eram enviados para forca. Daí decorre, portanto, que era proibido se recusar a trabalhar. De modo geral, os ancestrais da classe trabalhadora, tal como a conhecemos agora, foram barbaramente punidos e massacrados após serem transformados impositivamente em vagabundos e indigentes. Sob esta legislação, os trabalhadores e trabalhadoras expulsos de suas terras comunais eram considerados cúmplices e confessos, sendo estes, responsabilizados pela sua situação criminal. Uma situação imposta se transformava em uma questão de vontade pessoal, ou seja, uma escolha entre opções de vida e de trabalho anteriores que não mais existiam. Assim, se isentavam os verdadeiros comensais do crime e se criminalizava a população rural,

expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura. [...]. Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência; a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. (MARX, 2011, p. 850-851).

Assim, haveria muito que escrever sobre os processos que produziram o trabalho “livre” sob o sistema capitalista. A situação histórico-social descrita por Marx (2011) dá conta de toda a série das rapinas e tormentos do povo, que acompanharam as expropriações

violentas do último terço do século XV aos fins do século XVIII. O que é essencial ter-se em mente é que, toda esta série de horrores antecedentes constituem a base necessária em que se estruturou e se consolidou o capitalismo. Além disso, resulta que, “no século XIX, perdeu-se naturalmente a lembrança da conexão que existia entre a agricultura e terra comunal” (MARX, 2011, p. 842).

A autêntica crítica de Marx ao modo de produção capitalista demonstraria que a forma de expansão do capital para o domínio de vastos territórios, assegurava-se a partir da expropriação e da concentração privada. “A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades” (MARX, 2008, p. 824-825).

Desapropria-se, portanto, o trabalhador das suas condições de produção, no caso particular do campo, subtrai do trabalhador agrícola estas condições objetivas de produção e o subordina a um proprietário capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro da terra, que corresponde também ao domínio das águas, do subsolo etc.

É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência [...] o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. [...] a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2011, p. 828).

Fechando este elucidativo parêntese compreende-se a lógica perversa da expropriação e da exploração do trabalho sob as bases do sistema capitalista de produção.

A demonstração de Marx é ilustrativa, pois demonstra que no processo de “acumulação primitiva” do capital, toda a população que foi violentamente expropriada de suas terras, também sofreu maus tratos, torturas e foi tratada, por diferentes legislações, como vadiagem, até submetê-los ao sistema de trabalho assalariado. Parte dessa população foi enviada nas embarcações para a América durante o processo colonizador, e foi parte do processo de perseguição as populações indígenas para a submissão ao sistema de trabalho de exploração em grande escala. A acumulação primitiva que se realizou ao longo de vários séculos significou a expulsão violenta, realizada de maneiras bárbaras, das tradicionais populações indígenas e camponesas, de seus meios de produção, sendo torturados e forçados a aceitar o *status* moderno de trabalhadores assalariados, o qual é exigido pelo sistema de mercadorias moderno como *status* das grandes massas (MARX, 2011; HARVEY, 2004;

TRASPADINI, 2016).

A abordagem realizada por Marx acrescenta também ao entendimento dessa gênese histórica do capitalismo, tendo em vista sua dimensão global, onde a constituição do “trabalho livre” e escravidão são pares constitutivos da acumulação primitiva, desde as expropriações dos camponeses, do cercamentos das terras comuns à colonização das “Índias”, sobretudo as Ocidentais, ou seja, as Américas, com a consequente escravidão mercantil moderna. “Acumular é empreender a conquista do mundo da riqueza social. Juntamente com a quantidade do material humano explorado, a acumulação amplia o domínio direto e indireto do capitalista” (MARX, 2011, p. 690).

O objetivo deste transcurso, genérico e sintético que fizemos sobre a expropriação camponesa na Europa, nos dá elementos para o entendimento da lógica capitalista e o seu “desenvolvimento” no campo. Assim foram constituídas as ideias e análises que partem, por exemplo, de Caio Prado Júnior, Eduardo Galeano, Florestan Fernandes, José Carlos Mariátegui, Otavio Ianni etc. Um pensamento crítico construído e fundamentado a partir de análises clássicas fundamentais relacionando-as com a realidade concreta da América Latina, na perspectiva de transformá-la.

Desta relação conjugada com processos sucessivos de aproximação da realidade é que se constroem interpretações que buscam entender a particularidade desta região, em uma perspectiva crítica e transformadora. Este exercício de interpretação e comparação nos permite relacionar distinta realidades, mas que estão sob a mesma lógica de dominação capitalista. Em função disso, é imprescindível retomarmos, em linhas gerais, os aspectos relacionados à história desse processo na América Latina.

Quando retomamos a análise do processo de colonização, domínio e expropriação em nosso continente, verificamos que as metrópoles, Espanha e Portugal, contaram com uma densa riqueza natural, assim como de uma expressiva presença de mão de obra para o trabalho servil e escravo; da escravização dos diferentes povos sucede-se para o transplante e emprego massivo dos escravos africanos.

É suficiente recuperar em poucas palavras que, com a invasão dos europeus, de acordo com Stedile (2005), a organização da produção e a apropriação dos bens da natureza aqui existentes estiveram sob a égide das leis do capitalismo mercantil, que caracterizava o período histórico já dominante na Europa. Assim, tudo o que se produzia ou se explorava da natureza, nas terras “novas”, era transformado em mercadorias, pois todas as atividades produtivas e extrativistas visavam o lucro das respectivas metrópoles, mesmo na concebida fase de capital comercial. Situação em que o próprio trabalho escravo demarcava a condição de

transformação do ser humano em coisa para e de alguém. E, exceto a parte que era utilizada para a sobrevivência, tudo o mais era enviado à metrópole europeia, como forma de realização do comércio e de acumulação originária de capital (MARX, 2011). “A expropriação colonial, a pilhagem sob a capa de ‘colonização’ e o imperialismo comercial foram as principais fontes de incremento de riquezas, ao lado das transformações espoliativas internas” (FERNANDES, 1981, p. 44).

Seguem-se nesta linha, no caminho de interpretação dos fundamentos, em que se constitui o processo de colonização em nosso continente, as contribuições de José Carlos Mariátegui. O autor observa e salienta que anterior à colonização, as formas sociais existentes na parte andina da América, mantinham “nexos” que outorgavam uma unidade a esse conglomerado social, tanto em suas relações sociais, com a natureza e, portanto, com a produção. Por esta razão, as populações indígenas na América cumpriram um papel fundamental nas lutas sociais, desde a conquista até os dias atuais, na tentativa de recuperar tanto os territórios expropriados, como outros tipos de relações sociais e de produção. Os índios padeceram e padecem — síntese do drama de toda a América Latina e Caribe — a maldição de sua própria riqueza. Como escreve Galeano,

as matanças dos indígenas começaram com Colombo e nunca cessaram. No Uruguai e na Patagônia Argentina, por exemplo, os índios foram exterminados, no século passado, por tropas que os buscaram e os encurralaram nos bosques ou no deserto, com o objetivo de que não atrapalhassem o avanço organizado dos latifúndios de gado. (GALEANO, 1979, p. 59).

Ao longo dos mais de cinco séculos de dominação externa, foi produzida uma legião latente e disponível de camponeses⁵², despossuídos para serem transferidos aos centros de produção tanto mineradoras como agrícolas. Para Prado Júnior (2004a, 2005), o “sentido da colonização”, ou seja, o processo de colonização implantado nas Américas tinha um caráter desagregador, pois considerava este território uma vasta empresa comercial, da qual se viriam a construir empreendimentos que proporcionariam a matéria-prima necessária para garantir a “acumulação primitiva” do capital, que se encontrava em plena formação e desenvolvimento nos países centrais.

Dessa maneira, a conquista invasora significara o saqueio, a pilhagem, o roubo das terras, bem como, a exploração do trabalho — servil e escravo — dos povos originários e posteriormente dos povos trazidos da África para as colônias. Para Eric Wolf (1987), a

⁵² O camponês em nosso caso, latino-americano, foi sendo constituído historicamente de povos indígenas, de quilombolas, de sem terras etc. Os despossuídos da terra, ou, como magistralmente define Florestan Fernandes “os condenados do sistema”.

expansão europeia a partir do ano 1400, arrastaria o continente africano para o centro mundial de fornecimento para o tráfico e a transformação do comércio de escravos em uma grande empresa capitalista. Em suas palavras,

La trata de esclavizados se estructuró a la manera de una empresa capitalista en la cual a través de la división del trabajo los europeos financiaron y organizaron el comercio, mientras que la captura, la entrega, el control y el mantenimiento de los cautivos estaban en manos africanas. (WOLF, 1987, p. 25).

A extração de matérias-primas e a produção de mercadorias necessárias para o desenvolvimento capitalista da Europa constitui a força motriz e o fundamento da colonização, o que na prática significara a construção de territórios populacionais sem conexão, sem o vínculo orgânico necessário para o desenvolvimento de uma vida social (PRADO JÚNIOR, 2004a, 2005).

As considerações de Prado Júnior assinalam que a colonização europeia e a produção agrária em grande escala, que se estabelecera, principalmente nos trópicos, inaugurara um novo tipo de agricultura comercial extensiva e em larga escala. Assim, a conquista invasora foi uma “grande empresa colonial”, orientada para a obtenção de matérias-primas para os países centrais em seu desenvolvimento capitalista. O ‘sentido da colônia’ estaria posto ‘para fora’, no comércio europeu, por uma necessidade do capital de constituir-se nos trópicos como fonte de recursos. Segundo nosso interlocutor:

A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, a expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o século XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem. [...] Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. (PRADO JÚNIOR, 2004a, p. 22).

A América Latina foi constituída tanto por aqueles que a povoaram com o fim comercial pelo qual surge, como também pelas massas indígenas que a habitavam antes da “conquista” e que foram arrastadas brutalmente para o trabalho escravo, iniciando-se uma caça do homem pelo homem, expedições predadoras de gente, onde milhares e milhares de pessoas serão iniciadas na “beleza da civilização” (PRADO JÚNIOR, 2004a). Ao se referir a essas massas indígenas e escravas, Mariátegui (2008) descreve um processo de perseguição e de escravização dos índios, o que levou à perda de grande parte do “capital humano”, assim considerado pelos capitalistas até finais do século XIX.

Este debate remete a algumas discussões histórico-sociológicas realizadas sobre o caráter da colonização, de povoamento ou de exploração. De forma geral, ambos os processos com suas possíveis diferenciações estão inseridos na realidade latino-americana, no entanto, consideramos que a necessidade de povoamento, assim como a sistemática exploração, se constituíram predominantemente a partir de uma lógica de acumulação originária de capital. É o que nos chama atenção Florestan Fernandes em sua explicação sobre o sistema colonial:

O sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado “antigo sistema colonial”. Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político. Os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das Coroas de Espanha e Portugal, às quais deviam, como vassallos, obediência e lealdade [...] Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim uma combinação de castas e estamentos que produziram uma autêntica *sociedade colonial*. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores. (FERNANDES, 1973, p. 13).

A implementação da escravidão nas Américas por meio da importação de populações africanas serviu de base e sustentáculo do desenvolvimento capitalista. As empresas que agiam em suas entranhas funcionavam de acordo com as suas necessidades comerciais, competitivas e produtivas. O êxito desta empreitada possibilitou que o nascente capitalismo, assim como a sua primeira revolução industrial se efetivassem.

As transformações econômicas, políticas, e culturais que marcaram nosso continente provocaram profundas mudanças no modo de vida das comunidades que viviam no campo, bem como os processos sociais que o constituíram. Estes traços de dominação repercutem em todo o âmbito societário. Para o estudo do caso brasileiro, Clovis Moura, em “Dialética Radical do Brasil Negro”, irá trabalhar com dois períodos de escravismo: o *pleno* (1550-1850) e, o *tardio* (a partir de 1850), quando o tráfico internacional de escravos africanos é jurídica e efetivamente extinto pela Lei Eusébio de Queiroz. Nas palavras do autor, o primeiro período,

Abrange, portanto, todo o período colonial, a fase do reinado de D. João VI, o império de D. Pedro I e de D. Pedro II. Nesse longo período de mais de trezentos anos, estrutura-se e dinamiza-se o modo de produção escravista no Brasil com todas as características que determinarão o comportamento básico das duas classes fundamentais da sua estrutura social: senhores e escravos. Os demais segmentos, grupos, instituições, autoridades e mesmo parcelas de trabalhadores livres estavam, direta ou indiretamente, a ele subordinados. Na área dos trabalhadores livres produtores de uma economia de subsistência e ainda maquinistas, ferreiros, artesões

e outras categorias não qualificadas, todos estavam ligados por laços de subordinação, diretos ou indiretos, aos senhores de terras, os quais permitiam também a existência de rendeiros e pequenos plantadores sem voz ativa nos negócios da Colônia. (MOURA, 1994, p. 35-36).

Já o segundo período de escravidão (1850-1889), correspondente à sua fase de contradição e crise, o autor irá denominar como *escravismo tardio*. “Uma das características mais importantes dessa segunda parte do escravidão brasileiro, que denominamos de *tardio*, é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista”. (MOURA, 1994, p. 53, grifo do autor).

Os autores Waldo Ansaldi e Verônica Giordano (2012, p. 105-123) trabalham com a existência de três matrizes societárias, *estancia, haciendas e plantation*, que funcionaram desde a colônia como modeladoras e estruturantes das relações de produção, dominação político-social e construtores de estruturas mentais de larga duração em nosso continente, sendo na *plantation* onde persistirá o trabalho escravo.

Os produtos dessas *plantations* estavam destinados para o mercado mundial e foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria têxtil na Europa, o fomento à sua produção e o provimento de alimentos para a sua mão de obra. O excedente supria as necessidades básicas do mercado interno incipiente. O modo de produção capitalista tinha por base a escravidão como relação de trabalho predominante nas colônias. A instituição da escravidão na América Latina foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo moderno.

As considerações de Sergio Bagú (2006) explicitam que as bases do tráfico de escravos sob o ponto de vista econômico eram representadas por empresas capitalistas, sociedades de ações ou empresários individuais, dividendos, acumulação de benefícios e concorrência internacional. Em suas palavras,

Se existe alguma característica bem definida e inquestionável na economia colonial, é a da produção para o mercado. Desde os primeiros tempos do regime até seus últimos dias, ela condiciona toda a atividade produtiva [...]. As colônias luso-hispânicas não só se incorporam rapidamente à revolução comercial iniciada na Europa como também chegam a constituir, em seu conjunto, um de seus elementos mais importantes. (BAGÚ, 2006, p. 251).

O processo de dominação da América Latina e África, por meio da violência, relações de escravidão e de subalternização, possibilitaram que a Europa se consolidasse como centro hegemônico do capitalismo. A especificidade do capitalismo está na separação do trabalhador dos meios necessários para a produção da sua existência, esse processo se materializou e respondeu aos fundamentos originários do capital por meio da subjugação violenta e da escravidão de povos inteiros, com uma amplitude intercontinental — América Latina e

África, respectivamente.

Há, porém, um fato inegável: as colônias luso-hispânicas da América não nasceram para repetir o ciclo feudal, mas para se integrarem ao novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo. Foram descobertas e conquistadas como um episódio a mais em um vasto período de expansão do capital comercial europeu. Seu regime econômico colonial foi organizado para robustecer as economias metropolitanas e o mercado colonial. Algumas décadas depois do início de sua história propriamente colonial, a orientação de suas explorações mineiras e suas culturas agrícolas evidencia que elas correspondem aos interesses predominantes nos grandes centros comerciais do velho mundo na época. (BAGÚ, 2006, p. 251).

Atestamos, a partir desta reflexão, que não é casual que ainda haja trabalho análogo ao escravo, temos presente em nossas culturas, condições reais, portanto, estruturais de relações escravistas e racistas. No Brasil, por exemplo, o escravismo hipotecou nossa história, pois foram quatro séculos de escravidão. Como explica Francisco de Oliveira,

a escravidão, aqui, era uma forma específica do capitalismo, pois separava, desde o início produtores e meios de produção. É apenas mais tarde que a oposição entre escravidão e desenvolvimento das forças produtivas vai colocar-se como antagonica para os processos da reprodução ampliada. (OLIVEIRA, 1977, p. 61).

O modelo de produção agroexportador que perdurou por um longo período em nossa história sustentava-se no trabalho escravo; este sistema de produção deixou suas marcas sobre o trabalho de forma cruel, profunda e duradoura. Sociedades baseadas no trabalho escravo, na monocultura voltadas para exportação, na extração de matérias-primas em seus ciclos de monocultivo, a exemplo do ouro, da prata, do cobre, da madeira, cana-de-açúcar etc.

Como não houvesse aqui uma classe de produtores independentes previamente constituída e passível de ser expropriada e em face das dificuldades de submeter a população indígena ao trabalho forçado, *as necessidades de força de trabalho tiveram que ser supridas inicialmente pela importação*: primeiro de escravos africanos e, após a abolição da escravatura em 1888, pelos imigrantes (italianos, principalmente) que vieram trabalhar sob o regime conhecido como colonato, especialmente no Estado de São Paulo. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 128, grifo do autor).

Para Mariátegui (2008), “arcaico e moderno” na América-latina são o resultado do mesmo processo histórico, do ‘mesmo movimento dialético’. Por isso, o marxista peruano consegue identificar a combinação específica desses elementos que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e o modelo de acumulação periférico. Assim, o autor se antecipa às diversas visões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento. A partir da compreensão dessas massas indígenas, escravas, desagregadas é que precisava ser repensada a ideia de sujeito na América Latina, como adquire especificidade e particularidade na periferia.

Para o autor peruano, a compreensão do desenvolvimento capitalista na América Latina em sua forma subordinada ao imperialismo passava necessariamente pelo problema da terra e fundamentalmente pela concentração latifundiária. Suas análises apontam elementos que fundamentam a questão agrária e a questão social latino-americana, com suas raízes na economia, no regime de propriedade da terra, em que a dinâmica da economia nacional não se refletiu em mudanças substanciais em sua estrutura agrária. O cerne do debate no Peru localizava-se, na problemática da questão indígena, que nas palavras do autor não estava dissociada da problemática agrária.

Todas as teses sobre o problema indígena, que ignoram ou aludem a esse como problema econômico-social, são outros tantos exercícios teóricos – e às vezes apenas verbais – condenados a um descrédito absoluto. Nem a boa-fé de algumas as salvam. Praticamente todas só serviram para ocultar ou desfigurar a realidade do problema. A crítica socialista o descobre e esclarece, porque busca suas causas na economia do país e não no seu mecanismo administrativo, jurídico ou eclesiástico, nem em sua dualidade ou pluralidade de raças, nem em suas condições culturais ou morais. A questão indígena nasce de nossa economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 53).

As mudanças que se processaram em nosso continente nos levaram a um processo lento e complexo, que combina o que há de mais moderno com o que há de mais atrasado no mundo contemporâneo. A título de exemplo, é o caso das importações de máquinas agrícolas nas grandes fazendas, concomitantemente, com a continuidade do trabalho escravo. Se partimos dessa análise verificaremos, por exemplo, que,

No Brasil, o fenômeno ocorre de maneira muito típica: a expansão da produção agrícola em alta escala destinada à exportação amplia o monopólio da terra, tende a restringir progressivamente as áreas da economia de subsistência, a proletarianizar uma parte significativa do campesinato, e também a expulsar rumo aos núcleos urbanos outros contingentes de camponeses, que ali vão oferecer-se como trabalhadores em troca de exíguos salários. Tende-se a reproduzir, pois, na periferia do sistema, embora de maneira caricaturesca, o processo que caracterizou a expansão do capitalismo metropolitano e que foi descrito por Marx como a acumulação capitalista originária. O capitalismo desenvolvido projeta assim sua imagem ao país dependente, que trata de assimilá-la através de um espelho que a distorce torpemente. A distorção do modelo clássico de desenvolvimento capitalista provém do fato de o processo de acumulação de capitais se realizar no exterior utilizando as divisas geradas pelas exportações. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 104-05).

Moderno do ponto de vista do avanço humano tecnológico e conservador do ponto de vista das relações sociais de produção. Para Florestan Fernandes é legítimo concluir que:

[...] a falta de elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial, diante da emergência e da expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, gerou uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. Dessa acomodação, resulta uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às

funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*). (FERNANDES, 2005, p. 209, grifo do autor).

Nas colônias sob domínio da Espanha, a grande propriedade era um elemento dominante e a introdução do trabalho escravo apresentava-se de maneira diferenciada em cada região. O emprego dessa mão de obra estava organizado para atender interesses produtivos determinados. Para Halperin Donghi (1975), existiam importantes grupos de escravos, trazidos no século XVII após a catastrófica diminuição da população indígena⁵³. Essa escassez da mão de obra indígena impulsionara a crescente riqueza comercial de Buenos Aires, que a partir de 1714, passa a ser o centro de importações de escravos para todo o sul do império. No final do século XVIII o instituto da escravidão é abolido, mas os escravos que serão libertos, nas ex-colônias espanholas, não seriam reconhecidos como iguais à população branca e nem mesmo à mestiça (DONGHI, 1975).

Isso dá aspectos concretos e materiais à nossa questão agrária, ancorada pela escravidão e pelo modelo de acumulação capitalista que esse consórcio colonial nos impôs historicamente. Em síntese, fazendo uso das palavras de José de Souza Martins (2003, p. 171), “estamos falando de um passado que é nosso presente, que está vivo entre nós e atual”.

2.3 AFLUÊNCIA DAS LUTAS SOCIAIS E PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIAS

Este padrão de dominação tinha fortes elementos para a sua crise e decadência tanto internamente e externamente. Interesses de uma classe economicamente dominante externa se somariam aos interesses políticos e econômicos de alguns setores privilegiados internamente. Vários movimentos de emancipação se iniciariam, partindo de uma negação radical ao padrão complexo de exploração a que estavam submetidos.

Nessa perspectiva, como descreve Florestan;

Vários fatores, estruturais e históricos, explicam a crise desse tipo de dominação. Do ponto de vista sociológico, três fatores diferentes foram realmente decisivos. Primeiro, o padrão de exploração colonial, inerente ao sistema político e legal de dominação externa [...] O segundo fator, que teve uma influência decisiva na crise

⁵³ Essa “escassez” foi tratada por autores latino-americanos como um genocídio cometido contra os povos indígenas. A colonização em terras de Abya Yala, Anáhuac, Tawantinsuyu, Pindorama etc., dizimaram ou reduziram drasticamente diferentes grupos étnicos que habitavam as diversas regiões do continente. Entre os povos originários, que habitavam estas localidades e, que foram impactados pela invasão colonial, podemos citar, na região entre o México e Guatemala: os Astecas, Mayas, Mixtecas e Zapotecas; na América Central e Caribe: os Arawakes, Caraíbas, Kunas e Miskitos; na Região Andina: os Aymaras, Mapuches e Quéchuas; na América do Sul: os Guaranis, Kaiapós, Kaigangs, Karajás, Tapuias, Terena, Tikuna, Tupikinins, Yanomamis, Xavantes, Xetás etc. (BATISTA, 2019).

do antigo sistema colonial, foi a luta pelo controle econômico das colônias latino-americanas na Europa, especialmente entre Holanda, a França e a Inglaterra. [...] E, finalmente, seria necessário considerar alguns setores da população das colônias, vitimados pela rigidez da ordem social e interessados na destruição do antigo sistema colonial. (FERNANDES, 1973, p. 13).

Os empreendimentos navais e comerciais dessas duas Coroas continham inversões significativas de potências comerciais Europeias como Veneza e Holanda, que buscavam o seu lugar de direito no quinhão. Esses fatores relacionados à debilidade de Portugal e Espanha de manterem o controle das suas respectivas colônias diz respeito à descoberta, exploração e ao crescimento produtivo (FERNANDES, 1973).

Os incansáveis processos de lutas, os diversos focos de resistência, as distintas rebeliões, demarcam a história latino-americana de resistência indígena, negra e popular. Processos em que se mesclavam, a luta pela sobrevivência, as batalhas campais contra as formas servis e escravas de trabalho, a guerra em defesa dos territórios e das terras comunais, assim como as batalhas em defesa da cultura e das formas anteriores de vida.

Nas Américas como um todo ocorreram diversos levantamentos e insurgências contra a ordem vigente, a resistência ocorria em várias situações numa estreita relação entre os povos indígenas e os negros e negras escravizados. Alguns registros históricos nos remetem às lutas e aos levantamentos indígenas em diversas regiões das Américas. No Brasil despontam: a Confederação dos Tamoios (1562), que uniu várias tribos contra os portugueses; a Guerra dos Bárbaros (1862), empreendida pelos povos Cariris e comandada pelo chefe Canindé, que duraria 20 anos; a Guerra dos Guaranis (1753-1756), liderada por Sepé Tiaraju. Na parte das Américas em luta contra os espanhóis, processos indígenas importantes são liderados por Tupac Amaru II e Micaela Bastidas na região do Peru (1780), além de, Tupac Katari e Bartolina Sisa no Alto Peru, Bolívia (1781) (MORISSAWA, 2001; GARCÍA VALDES, 2015).

Somadas a esses processos de lutas e resistências indígenas apresentavam-se também no combate as comunidades denominadas Quilombos, ou seja, territórios que abrigavam negros e negras considerados escravos rebeldes que haviam escapado das terríveis condições de trabalho escravo. Em determinados momentos esses locais também serviram de abrigo para indígenas e mestiços pobres fugitivos. Foram criados vários espaços insurgentes dessa natureza na América Latina e foram travadas diversas batalhas contra as incursões empreendidas pelo poder vigente. No Brasil, apresentam-se os quilombos: do Palmares (1630-1695), Ambrósio (séc. 18), Turiaçu (séc. 18), Vila Rica (1720), Quariterê (1730-1795), Serro (1764), Sergipe (1767), Campo Grande (1720-1756), da Carlota ou do Piolho (1770-

1795), São José (1772), do Calunga (1790-1888), Oitizeiro (1807), Itu (1809), Salvador e Recôncavo (1807-1844), Sabará (1820), Recife (1823-1824), Papa méis (1833), Vassouras (1847), Balaiada (1838), Barca Laura (1838), do Preto Cosme (1838), dos Trombetas (1866-1888), Campina Grande (1874), Jabaquara (1883-1888), República dos Cunani (1885), Campos (1887) (MORISSAWA, 2001). Na América de colonização espanhola estes territórios se chamariam *Palenques* e os escravos rebeldes foram chamados de *cimarrones*⁵⁴ entre os principais *Palenques* destacam-se: La Matuna, na Colômbia (1619); Barquesimeto na Venezuela (1552); Palenque às margens do Golfo de São Miguel, no Panamá (1540), entre tantos outros (GARCÍA VALDES, 2015).

As lutas pela independência e abolição da escravatura marcaram o final do século XVIII e durante o século XIX na América Latina. Ações de latino-americanos que se revestiam dos ideais da construção da igualdade, liberdade e da república. Uma história de lutas dos diferentes setores internos que eram afetados de distintas maneiras e intensidades pela dominação colonial. De um lado, estava a força subversiva das grandes massas de indígenas e negros, ou seja, correspondia aos grupos diretamente explorados e massacrados pelos diferentes tributos e pela escravização e, que buscavam a libertação dessas formas de opressão; e, do outro, estavam os setores e classe de privilegiados, descendentes da hierarquia, mestiços, proprietários nativos etc. que agiam sob forte influência do liberalismo político e econômico europeu e lutavam contra as imposições das Coroas.

O ápice das lutas intestinas que se deram nas colônias em finais do século XVIII e durante o século XIX representavam bandeiras pela abolição e pela independência e contaram com a efervescência política de diversos setores afetados pela dominação. As crises decorrentes de um sucedâneo de levantamentos, rebeliões, batalhas e guerras, travadas contra a ordem dominante estabelecida, levariam as colônias a um processo violento, gradual e complexo de emancipação.

Nas Américas de dominação portuguesa ocorreram diversas revoltas populares e insurgências contra os abusos da Metrópole, antes Proclamação da Independência como a Inconfidência Mineira (1792), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolta Pernambucana (1817). Na América, sob domínio da Espanha, ocorreram 15 anos de lutas sangrentas para a efetivação do processo de emancipação, assim como da intencionalidade de construir uma integração latino-americana. Neste intercurso histórico, figuram entre as principais lideranças

⁵⁴ “*Dícese del cimarrón que es todo aquel animal que fue doméstico y que, al verse liberado, huye y se vuelve salvaje. Durante siglos, el mismo sustantivo fue despectivamente utilizado [...] para denominar a los esclavos africanos*” (GARCÍA, VALDEZ, 2015).

que assumiram o processo de lutas pela independência da Espanha: José de San Martín (1778-1850); Simón Rodríguez (1769-1854); Juana Azurduy (1780-1862); Simón Bolívar (1783-1830); Manuela Saenz (1795-1856); Antonio José de Sucre (1795-1830); Rosa Campuzano (1796-1851) e José Martí (1853-1895).

Em 1825, terminava a guerra de independência, deixando uma pesada herança em toda a América. A ruptura das estruturas coloniais fora causada por uma profunda transformação dos sistemas comerciais, pela perseguição dos grupos mais estreitamente ligados à antiga metrópole (que haviam controlado o sistema anterior) e a ruptura fora finalmente aguçada pela militarização, que impunha dividir o poder com grupos que antes estavam excluídos do mesmo [...]. No Brasil, uma passagem mais pacífica parecia ter evitado mudanças catastróficas; mas, também aqui, a independência sancionava o fim do regime colonial. (DONGHI, 1975, p. 81).

As mudanças graduais que ocorreriam a partir dessas revoluções, em distintas partes da América, não alterariam significativamente a vida dos menos favorecidos pela ordem social anterior e, contudo, nos anos iniciais se aprofundaram as precariedades. Os intensos combates, o desgaste, as destruições e a subsequente escassez ocasionadas pelas guerras, viriam a aprofundar ainda mais os sacrifícios dos povos despossuídos do campo. O latifundiário imporia aos camponeses, indígenas, negros e mestiços pobres a força de sua lei despótica. Como aborda Mariátegui (2008), para a especificidade do Peru, o programa revolucionário não representava as reivindicações das populações camponesas que era fundamentalmente indígena.

A nova política abolia formalmente as *mitas*, *encomendas* etc. Compreendia um conjunto de medidas que significavam a emancipação do indígena como servo. Mas como, por outro lado, deixava intacto o poder e a força da propriedade feudal, invalidava suas próprias medidas de proteção à pequena propriedade e ao trabalhador da terra. A aristocracia latifundiária, senão em seus privilégios de princípio, conservava suas posições de fato. Continuava sendo a classe dominante no Peru. A revolução não tinha realmente elevado ao poder uma nova classe. A burguesia profissional e comercial era muito fraca para governar. A abolição da servidão não passava por isso, de uma declaração teórica, porque a revolução não tinha tocado no latifúndio. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 83-84).

Para Halperin Donghi (1975), o significado da escravidão havia se modificado nos novos Estados, mas os grupos dirigentes não estavam dispostos a aboli-la, permitiam-se alterações mais brandas em torno da legislação, como a proibição do comércio e a liberdade para os filhos dos escravos. Assim, o caminho da abolição nas Américas em luta contra a Espanha só toma corpo e se torna providencial com a emergência da guerra civil e a necessidade de recrutar soldados. Para o autor,

A emancipação tem a finalidade de recrutar soldados; e, além disso objetivo imediato, em alguns casos se busca explicitamente conservar o equilíbrio racial,

garantindo que também os negros forneçam a sua cota de mortos em combate. É esse argumento de Bolívar em apoio às providências que tomou, e que não eram aceitas pelos proprietários de escravos. A escravidão doméstica perde importância, enquanto a agrícola resiste melhor nas zonas das plantações, que não poderiam viver sem ela. Ainda em 1827, sua importância na Venezuela é tão grande que justifica uma tenaz defesa por parte dos latifundiários [...], os negros emancipados não serão reconhecidos como iguais à população branca e nem mesmo a mestiça; mas a posição deles, será profundamente diferente numa sociedade que, se não é igualitária, organiza, porém, as desigualdades de um modo diverso da velha sociedade colonial. (DONGHI, 1975, p. 84).

Os processos emancipatórios nascentes e as constituições de estados nacionais não se consolidaram autonomamente. Para Clóvis Moura (1994), uma das características desse período, tratando da especificidade brasileira, seria o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista.

Com a particularidade de que essas relações capitalistas emergentes são dinamizadas, na sua esmagadora maioria, por um vetor externo: capitais vindos de fora e instalados aqui como seus promotores dinamizadores e dirigentes. Em face desse fenômeno quase todos os espaços econômicos, que poderiam ser ocupados por uma burguesia autóctone em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria inglês. Esse capital, aqui investido de diversas maneiras e naquelas áreas estrategicamente relevantes para um processo autônomo de desenvolvimento da nossa economia, criou as razões do nosso subdesenvolvimento que perdura até hoje de forma cada vez mais traumática. O longo período da escravidão no Brasil, que somente terminará já na época da formação do imperialismo, garroteou a possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente, fazendo-nos uma nação subalternizada economicamente às forças do capitalismo internacional, com todas as implicações políticas que isto determina. Ao lado desses investimentos ocuparem os espaços dinâmicos da nossa economia, ela foi acompanhada por um processo de subalternização também política e cultural nos colocando sempre como devedores e culturalmente dominados pelas nações do centro, que comandavam o mercado capitalista mundial. (MOURA, 1994, p. 53-54).

E se instalariam processos que Clóvis Moura (1994) irá denominar como modernização sem mudanças.

Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, *modernização sem mudança*, queremos afirmar que uma determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infra-estrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental da sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se *modernizou*. (MOURA, 1994, p. 52).

Dessa desestruturação do antigo sistema colonial, em torno da Espanha e de Portugal, é que se ergueria o segundo tipo de dominação da América Latina, um modelo tipicamente neocolonial. Mudava-se o curso externo de intervenção política e de dominação econômica.

Segundo Fernandes,

As nações europeias, que conquistaram o controle dos negócios de exportação e de importação na América Latina (a Inglaterra em particular), estavam inicialmente mais interessadas no comércio que na produção local. Durante quase quatro ou cinco décadas – do fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro do século XIX – esses países ocupavam o vácuo econômico deixado pela desagregação do antigo sistema colonial, ao invés de exercerem o papel de um poder imperial [...] a Inglaterra, por exemplo, iniciou uma política comercial que propiciou rápido impulso à emergência dos mercados capitalistas modernos nos centros urbanos das ex-colônias. Durante este curto período, em que os países dominantes possuíam apenas o controle de mercado dos processos econômicos, seria possível falar-se, *stricto sensu*, de neocolonialismo. A dominação externa tornou-se largamente indireta. (FERNANDES, 1973, p. 15).

Como podemos observar, reiteradamente, as revoluções emancipatórias não resultam em mudanças significativas para os grupos indígenas, negros e camponeses que compuseram as frentes de batalhas nas guerras civis.

Ao ataque de lança ou golpes de facão, foram os expropriados os que realmente combateram, quando despontava o século XIX, contra o poder espanhol nos campos da América Latina. A independência não os recompensou: traiu as esperanças dos que tinham derramado seu sangue. Quando a paz chegou, com ela se reabriu uma época de cotidiana desditas. Os donos das terras e os grandes mercadores aumentaram suas fortunas, enquanto se ampliava a pobreza das massas oprimidas [...]. Porém, qual “burguesia nacional” era a nossa, formada pelos donos de terras, os grandes traficantes, comerciantes e especuladores, os políticos de fraque e doutores sem raízes? A América Latina logo teve suas constituições burguesas, muito envernizadas de liberalismo, mas não teve, em compensação, uma burguesia criadora, no estilo europeu ou norte-americano, que se propusesse à missão histórica do desenvolvimento de um capitalismo nacional pujante. As burguesias destas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial que sangrava as colônias e semicolônias. Os burgueses de vitrina, agiotas e comerciantes, que açambarcaram o poder político, não tinham o menor interesse em impulsionar a ascensão das manufaturas locais, já mortas ao nascer quando o livre-cambismo abriu as portas à avalanche de mercadorias britânicas. Seus sócios, os donos das terras, não estavam, por sua vez, interessados em resolver “a questão agrária”, senão na medida de suas próprias conveniências. O latifúndio consolidou-se sobre o saque, ao longo do século XIX. A reforma agrária foi, na região, uma bandeira precoce. (GALEANO, 1979, p. 128-129).

O regime neocolonial que se impõe nas ex-colônias tem a função de dinamizar a revolução industrial na Europa e de reorganizar a economia mundial através do comércio triangular. Esse negócio girava em torno do tráfico negreiro, um comércio ultramarino que gerava lucros antes mesmo do emprego do trabalho escravo nas colônias ou, ex-colônias. Foi denominado triangular, pois seu dinamismo compreendia a saída de produtos da Europa que eram trocados por escravos capturados em aldeias na África, estes prisioneiros de guerra eram negociados e transformados em mercadorias a serem vendidas nas Américas. O ciclo se completava com a transformação dessa mercadoria em instrumental de trabalho, em trabalho

escravo nas Américas, desse trabalho se extraíam as riquezas a serem levadas para a Europa. Como aborda Marini,

É útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho e não apenas dos produtos do trabalho; neste sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital do que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus – como as minas de ouro e prata do México e do Peru ou as plantações de cana do Brasil – se estabeleceram baseadas no trabalho escravo. (MARINI, 2000, p. 126-127).

As observações de Eric Wolf (1987), apontam que o comércio atlântico de escravos se converteu no butim central da concorrência entre empresas capitalistas, portuguesas, holandesas, inglesas e francesas. E que os escravos seriam a mercadoria mais importante do comércio com a África, dominado pelos ingleses, a partir do século XVIII, convertendo-se no elemento principal do seu desenvolvimento industrial. O que também observa Marcelo Badaró Mattos, “o tráfico de escravos foi uma das alavancas da acumulação primitiva, pela via do comércio em sistema de monopólio [...], acentuando as faces mais cruéis da exploração do trabalho infantil de um lado do Atlântico e da escravidão africana de outro”. (MATTOS, 2019, p. 40).

O processo de libertação dos escravos caminha *a pari passu* com a conversão da terra em uma mercadoria. José de Souza Martins⁵⁵, de maneira magistral, explícita em “O Cativo da terra” (2010), que no momento em que o trabalho escravo é formalmente banido, institui-se a escravização da terra. A liberdade de um, condicionada pela escravidão de outro. Dois termos indissociáveis no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo *sui generis* brasileiro e latino-americano. Nos termos de Martins:

a produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada de capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria

⁵⁵ É importante destacar que Martins, capitulou em face da ofensiva neoliberal e sobretudo aos interesses do governo de Fernando Henrique Cardoso. A prova cabal é o livro *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da USP, 2000, publicado no auge das lutas sociais contra o neoliberalismo e do desgaste de FHC. Aqui, Martins endossa as propostas de FHC para o campo – a reforma agrária de mercado e ataca os movimentos sociais, especialmente a CPT e o MST. Embora Martins admita ser “evidente que há uma questão agrária no Brasil” (p. 93), de fins do século XX e início do novo milênio, o equívoco estaria quando os movimentos “fazem pressão sobre o governo em favor de suas demandas sociais e em seguida condenam o governo por atendê-los, dizendo que o governos só age sob pressão” (MARTINS, 2000, p. 61). Além disso, o outrora defensor da reforma agrária diz ser “evidente que uma reforma agrária está em andamento desde a aprovação do Estatuto da Terra [...], portanto já não se luta por reforma agrária, mas pela forma da reforma [...]. A luta ideológica engoliu a luta pela reforma agrária” (MARTINS, 2000, p. 39-40). Para apontar os corretos nessa luta, além do governo, diz Martins que “a CONTAG tem aprendido esse fato sem abrir mão da sua concepção da solução do problema” (MARTINS, 2000, p. 48). Entretanto, apesar dessa capitulação o que o autor escrevera anteriormente, tem elementos importantes para os estudos agrários.

a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracterizadamente assalariado. (MARTINS, 2010, p. 37).

Os novos Estados que se edificaram sob a bandeira da liberdade seguiam a marcha do extermínio de seus povos originários e seguiria conseqüentemente sua marcha pelas terras e comunidades remanescentes. Na Argentina, esse processo de extermínio sistemático dos remanescentes indígenas, na segunda metade do século XIX, e os lucros escamoteados advindos da sua função privilegiada de porto e entreposto comercial da mão de obra escrava que entrava no continente, a densidade de sua imigração europeia e a tendência crescente à rápida urbanização, determinam historicamente a invisibilidade e a negligência relegada à população e a sociedades rurais. Desse modo, resulta dessas relações subsumidas, a constituição da hegemonia de Buenos Aires, como metrópole interna privilegiada, polo de crescimento e modernização que irradia, modifica e subordina todo o interior em função dos seus interesses. “A integração nacional cristaliza as tendências e conflitos de tipo étnico, regional e social e prevalece sobre eles” (KAPLAN, 1988, p. 21).

Sendo assim, as Américas se constituem em uma fonte de acumulação de capital e de novos mercados nacionais vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial dos países Europeus, especialmente da Inglaterra. Este dinamismo das potências capitalistas centrais transformaram o capitalismo e provocaram novas formas de articulação das economias periféricas na América Latina.

As classes dominantes brasileiras, que sem dúvida detêm a hegemonia do poder político e econômico até os finais dos anos 20, são as oligarquias que estão vinculadas, direta ou indiretamente, com o setor primário exportador e a posse monopólica da propriedade da terra. Daí provém seu paradoxal ecletismo quanto a suas concepções ideológicas; são conservadoras enquanto beneficiárias do sistema agroexportador, que tratam de preservar, ao mesmo tempo em que instrumentalizam toda uma concepção liberal e livre-cambista que obstaculiza o protecionismo da indústria nacional. São modernizadoras na medida em que introduzem no setor agroexportador toda a série de inovações tecnológicas para tornar mais eficiente o sistema produtivo e para permitir intensificar o comércio com as metrópoles; estimulam a formação e expansão de um mercado livre da força de trabalho, condição para que floresçam as relações de produção tipicamente capitalistas; promovem um relativo e intenso processo de modernização de novos serviços e locais públicos e tratam de reproduzir na periferia o ambiente moderno que caracteriza a vida das grandes cidades das metrópoles capitalistas. No entanto, toda essa modernização que a burguesia agroexploradora de fato promove está intrinsecamente limitada pela própria estrutura produtiva que aciona e que paralisa: a economia primário-exportadora. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 103).

Observa-se que nesse período de maturidade do sistema neocolonial de maneira geral na América Latina, salvas algumas exceções, o poder oscilava entre os regimes da oligarquia e os governos militares.

Desde o último quarto do século XIX foi-se estruturando e consolidando na Argentina o regime oligárquico, aliança de interesses entre os grupos superiores de latifundiários, comerciantes, financistas, dirigentes políticos e militares, e o capital estrangeiro, primordialmente britânico. A aliança controla os mais importantes setores e recursos da economia nacional; confere a esta seus caracteres de subordinação e especialização deformante; detém uma situação de monopólio na vida social, cultural e política; fecha o caminho do poder a toda classe, grupo ou partido que não se identifique com o jogo oligárquico-imperialista. (KAPLAN, 1988, p. 23).

As repúblicas oligárquicas instauradas representantes das classes dominantes se perpetuavam no poder e mantinham os interesses político-econômicos internos e externos, através da força de um corpo militar formado internamente, e de um poderio bélico de forças hegemônicas internacionais, à postos, sempre que necessário. Modelos de dominação que oscilava entre forças oligárquicas e autoritárias diretas ou formalmente democráticas e efetivamente aristocráticas.

Uma das características mais notórias do Estado brasileiro desde sua formação no século XIX tem sido seu caráter autoritário. Durante o Império, forma de governo que se constituiu ao ser obtida a independência de Portugal, o poder moderador do imperador representava uma autoridade máxima que se superpunha à dominação oligárquica, não para diminuir seus efeitos opressivos sobre a nova nação que se gestava, mas antes para impor-se sobre qualquer eventual rebeldia liberalizante, contrária ao capitalismo dependente que se gestava no país com base no trabalho de escravos. A escravidão sobreviveu mais de meio século à Colônia e sua abolição, em 1888, por parte da filha do imperador, correspondeu antes aos interesses criados pela nova etapa do expansionismo inglês (necessidade de estimular a expansão de mercados para os produtos manufaturados do Império britânico) que às veleidades libertárias dos oligarcas nativos, apesar do fato de que, tendo-se já estabelecido o monopólio da terra em mãos de uns poucos latifundiários, tornava-se mais econômico contratar assalariados ou explorar a mão-de-obra através de uma ampla gama de relações de produção semi-servis que seguir mantendo a força de trabalho escrava. A Proclamação da República em 1889, que correspondia às novas aspirações modernizadoras e liberalizantes das diversas facções da oligarquia, marca a primeira intervenção militar no destino da nação. Pela história dos governos da jovem República haverão de desfilar várias personagens militares. (BAMBIRRA; SANTOS, 1988, p. 100).

As classes dominantes mantinham e ampliaram as suas vantagens econômicas através do controle e domínio do poder político. O continente estava no centro das disputas e dos interesses desses poderios econômicos hegemônicos. A interdependência e a sujeição dos países à tutela direta ou escamoteada dos centros hegemônicos de poder, como o Estados Unidos e a Inglaterra, consolidaram um processo de desenvolvimento capitalista que origina o subdesenvolvimento. Conforme a abordagem de André Gunder Frank, em sua primeira grande obra “Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina” (1967),

A estrutura de classes latino-americana foi formada e transformada pelo desenvolvimento da estrutura colonial do capitalismo internacional, do

mercantilismo ao imperialismo. Sucessivamente, graças a essa estrutura colonial, as metrópoles da Espanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos submeteram a América Latina à exploração econômica e à dominação política que determinaram sua estrutura sociocultural e sua atual estrutura de classes. A mesma estrutura colonial estende-se por toda a América Latina; as metrópoles nacionais subjagam seus centros provinciais e esses centros dominam os centros locais, por meio de um colonialismo interno semelhante. Como as estruturas se entrelaçam completamente, a determinação da estrutura de classes latino-americana pela estrutura colonial não impede que as contradições fundamentais da América Latina sejam “internas” [...], a estrutura colonial vincula lugares ou setores ou grupos raciais ou étnicos que possam ser identificados. O sistema capitalista tem uma estrutura colonial pela qual a metrópole imperialista explora suas colônias da América Latina ou de outra parte (assim como suas colônias internas afro-americanas); as metrópoles nacionais latino-americanas – por intermédio do “colonialismo interno” – exploram seus centros provinciais que, por sua vez, vivem por meio dos seus *hinterlands* respectivos, em uma rede colonial que se estende sem interrupção do centro imperialista à região rural mais isolada da América Latina ou de outros países subdesenvolvidos. (FRANK, 2006, p. 389-390).

As intervenções e direcionamento das ações político-econômicas se davam através da força do exército, das milícias, das guardas nacionais etc. Essas ações possibilitavam à instauração e a estabilidade de regimes autoritários os mais diversos, que mantinham os interesses das classes dominantes internas associadas subordinamente ao capital estrangeiro. Como podemos ver,

[...] a marca de transformações que, nesse período, atingem a totalidade da América Latina: ditaduras e oligarquias são, em medida cada vez maior, emanadas das forças que governam o Continente e que o governam de fora. Já vimos que a continuação do desenvolvimento da América Latina teve como preço uma redistribuição do poder entre os grupos dominantes locais e estrangeiros, em benefício desses últimos. Mas essa redistribuição era apenas um aspecto de uma transformação mais ampla: na medida em que a América Latina se insere como área dependente no sistema econômico que se está tornando mundial, o Continente se faz mais vulnerável às crises desse sistema. (DONGHI, 1975, p. 210).

As tendências imperialistas foram sendo introduzidas gradualmente nessas sociedades. As mudanças nos padrões de dominação externa se apresentaram de forma evidente após a década de 1940 e 1950, convertendo-se em uma realidade inexorável, subsumida pelo imperialismo na década de 1970.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina. (FERNANDES, 1973, p. 16).

Desta feita, conforme as análises de Florestan Fernandes se constituem os dois tipos de imperialismos, o estrito e o total, compondo o que o autor chamará de terceiro e quarto padrão de dominação externa.

O quarto padrão de dominação externa surgiu recentemente, em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos – muitas nas esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maioria nos campos da indústria leve e pesada. Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus *'policy-makers'*. (FERNANDES, 1973, p. 18, grifo do autor).

Nesse sentido, é importante destacar que o processo de expropriação que os povos originários viveram na América Latina é identificado por Marx (2011) como parte do que possibilitou a acumulação originária de capitais nas mãos das classes dominantes dos países de transição ao capitalismo industrial. Assim, a partir da veracidade histórica, podemos afirmar que, a expulsão de gente de suas terras, lares e comunidades, a sua dispersão e extermínio, constituem-se e um princípio inabalável dos proprietários de terra (ou dos interessados em possuir as terras). A lógica dessa massacrante expropriação nivela e subjuga a todos a sua necessidade agrícola, em uma mesma classificação, se extermina gente, se extirpa as árvores os arbustos e as florestas virgens: a operação segue sua marcha tranquila como se fosse um negócio regular a mais de 500 anos.

2.4 O CAPITAL IMPERIALISTA

A interpretação clássica de imperialismo que apresentamos neste trabalho, está contida nas elaborações de Vladimir Ilich Lenin, e foi desenvolvida por ele no seu reconhecido estudo: “O Imperialismo, fase superior do capitalismo” (1916). A síntese, portanto, dessa fase do capitalismo, caracteriza o seu caráter monopolista, as relações de exportação de capitais ou manufaturas, assim como o intenso desenvolvimento do capital financeiro que vincula o capital bancário ao industrial. Para o autor, “o imperialismo surgiu como desenvolvimento e desdobramento direto das características fundamentais do capitalismo em geral” (LENIN, 2007, p. 103).

Nesta exposição ficará evidente que o imperialismo, considerado como um estágio superior do desenvolvimento do capitalismo, em sua significação plena, significa o capitalismo monopolista. As contradições do capitalismo se aprofundam por meio da relação econômica que o monopólio engendra, ou seja, a eliminação da livre concorrência e a sua transformação em um regime superior. O que acrescenta, Lenin,

se tivéssemos que definir o imperialismo numa fórmula curta, diríamos que o

imperialismo é a etapa monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundidos com o capital das associações monopolistas industrial. Por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende em obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de posse monopolista dos territórios já inteiramente repartidos. (LENIN, 2007, p. 104).

Lenin adverte, portanto, levando em conta a realidade e sua concreticidade, que toda a forma de definição simples muitas vezes não corresponde suficientemente os aspectos de um fenômeno, bem como, os elementos centrais daquilo que queremos delimitar. A caracterização dessa fase particular do capitalismo, citada por ele irá agregar ainda, outros cinco traços fundamentais, a saber;

1) a concentração da produção e do capital atingiu um grau tão alto de desenvolvimento que origina os monopólios, que passam a desempenhar um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial leva ao surgimento, baseado nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais adquire uma importância cada vez maior em relação à exportação de mercadorias; 4) formam-se associações internacionais de capitalistas monopolistas, que partilham o mundo entre si; e, 5) é completada a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo que chegou na fase de desenvolvimento em que prepondera a dominação dos monopólios e do capital financeiro, em que a exportação de capitais adquiriu importância marcante, em que começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LENIN, 2007, p. 104-105).

Esta análise realizada por Lenin é de fundamental importância para a compreensão da realidade latino-americana, pois do imperialismo e, concomitantemente, da concentração da produção que atinge um grau muito elevado de desenvolvimento, resultam as políticas de colonização, assim como a posse monopolista das colônias. A posse monopolista de territórios e a apropriação das fontes mais importantes de matérias-primas possibilitaram o desenvolvimento e a fusão de capitais, industrial e bancário, que na definição do autor constituem o capital financeiro. Da exposição sintética que fizemos, podemos ainda acrescentar, como elemento principal da obra, as definições de que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo; e, a de que o capitalismo, a partir de 1880⁵⁶ está realmente maduro na sua fase imperialista.

As tentativas de análise, de interpretação e conseqüentemente de definições, não são alheias aos processos e aos sujeitos que lhes constituem. Do ponto de vista histórico, elas estão *a pari e passu*, dos processos das lutas de classes. Lenin está teorizando em plena

⁵⁶ Complementar à análise de Lenin, sobre o desenvolvimento do capitalismo, neste estágio particular monopolista, se encontram as contribuições de Ernest Mandel (1982), que trataremos, posteriormente, no capítulo III da presente tese.

ascensão das lutas da classe trabalhadora nos países centrais, Comuna de Paris de 1871 e da Revolução Russa de 1917, ou seja, em relação direta com sua ascensão e influência política sobre as sociedades correspondentes. Esta perspectiva de análise sobre o capitalismo, em sua totalidade, fornece elementos para as reflexões e para o entendimento de processos específicos e particulares, que ocorrem a partir de outras relações determinadas.

2.5 AS “VIAS” DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AS REVOLUÇÕES BURGUESAS

Ao darmos continuidade aos debates e interpretações acerca do desenvolvimento capitalista, trataremos de expor os elementos particulares e periféricos dessa constituição, que consideramos, a priori, um caminho não clássico ou uma via de desenvolvimento que não corresponde aos modelos clássicos modulares: Inglaterra, Estados Unidos e França. Esses processos e as respectivas revoluções burguesas não se transportam para outras realidades de forma automática, são oriundos de diferentes inserções e mediações.

Cada uma das sociedades foi constituída por uma via de transformação reformista ou revolucionária e, em vista disso, tem como resultado determinadas formas de dominação, subordinação e organização da nação, do Estado, da economia, da política, da sociedade civil e da democracia. Interpretar esse fenômeno é um movimento absolutamente necessário para se compreender a peculiaridade histórica da América Latina, em seu processo de evolução política, econômica e social, sob o modo de produção capitalista. Sinteticamente podemos dizer que a Revolução democrático-burguesa ou revolução burguesa clássica, que ocorreu nos países destacados acima, foram realizadas a partir de características similares e universais que imprime a cada uma delas um caráter próprio e singular.

Na Inglaterra, por exemplo, este processo eclode no século XVII, e o caminho encontrado para o desenvolvimento capitalista foi selado pelo compromisso entre a burguesia e a aristocracia; na França ocorreu uma revolução democrático-burguesa, com a participação popular e a saída encontrada teve um caráter revolucionário e radical; nos Estados Unidos, o resultado se dá pelo rompimento do estatuto colonial e a constituição liberal do Estado nacional. Com relação às revoluções consideradas “não clássicas”, situamos o caso da Alemanha e Itália, onde a saída foi dada pela via da conciliação com os restos feudais. Neste estudo aparece como ênfase o caso da Alemanha e Itália, pois ambas se revestem do caráter de uma revolução realizada de “cima para baixo”, objeto de nossas atenções para a interpretação das transformações ocorridas em países latino-americanos, como o caso

brasileiro.

Entre os métodos clássicos de análise desse desenvolvimento clássico, se encontram os estudos feitos por Marx, que ao para estudar o desenvolvimento da sociedade burguesa parte da sua forma mais desenvolvida — a Inglaterra —, para entender as sociedades menos desenvolvidas. O método trilhado por Marx será incorporado as análises de outros pensadores sociais para a tentativa de interpretação de suas realidades.

Entre os pensadores no âmbito dos marxismos, que se debruçam para encontrar uma interpretação válida para o entendimento da sua realidade e transformá-la, podemos citar o caso de Vladimir I. Lenin, que ao desenvolver essa interpretação busca inseri-la em um conceito que desse conta dessa particularidade como o de *Via Prussiana*. Encontramos essa definição conceitual no programa agrário da social democracia, que foi elaborado durante a fase da primeira Revolução Russa de 1905-1907. Nesse texto de 1907, o autor buscava compreender os processos que ele identificava como “não clássico” (como era o caso da Prússia). A exposição utilizada por Lenin do conceito de *Via Prussiana*, explica, portanto, o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha de 1871, ano da sua unificação sob o Império de Guilherme I e a liderança do chanceler Otto Von Bismarck. Esse conceito aparece em sua análise da história econômica da Rússia na ocasião da sua formulação do *Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907* (LENIN, 1978). O estudo é feito a partir da comparação entre os modelos de modernização capitalista ocorrido na Alemanha e nos outros países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Para o autor, a “*Via Prussiana*” seria resumidamente um acordo entre os representantes da nascente burguesia e os integrantes do poder tradicional, grandes proprietários de terras representado em sua maioria pelos *Junkers*. No lugar da revolução burguesa clássica de substituição das forças sociais até então dominantes por novas forças sociais instaura-se uma transição que relega à marginalidade a participação popular e democrática. Na abordagem do autor:

Estos dos caminos del desarrollo burgués objetivamente posible, nosotros denominaríamos camino de tipo prusiano y camino de tipo norte-americano. En el primer caso, la explotación feudal del terrateniente se transforma lentamente en una explotación burguesa, junker, condenando a los campesinos a decênios enteros de la expropiación y del yugo más dolorosos, dando origen a una pequeña minoría de “Grossbauern” (“labradores fuertes”). Em el segundo caso, no existen haciendas de terratenientes o son destruidas por la revolución, que confisca y fragmenta las posesiones feudales. En este caso predomina el campesino, que pasa a ser agente exclusivo de la agricultura y va evolucionando hasta convertirse en el granjero capitalista. En el primer caso, el contenido fundamental de la evolución es la transformación del feudalismo em um sistema de brutal dependência econômica a través de las deudas y explotación capitalista sobre las tierras de los feudales-terratenientes-junkers. En el segundo caso, el fondo básico es la transformación del campesino patriarcal em el granjero burgués. (LENIN, 1978, p. 26-27).

Na mesma linha de força, ou seja, de interpretação e formulação, encontramos as contribuições do pensador italiano Antonio Gramsci. O pensador sardo desenvolve sua análise sobre a Itália durante o período que esteve no cárcere (1926-1937) e, de maneira similar a Lenin, irá sintetizá-las a partir de um conceito-chave que neste caso é o de *Revolução Passiva*. O conceito “Revolução Passiva” foi usado pelo autor para caracterizar os processos de formações que ocorrem a partir de uma conciliação das frações modernas das classes dominantes com as classes tradicionais e conservadoras, objetivando excluir as camadas populares da participação mais efetiva nos processos de transformação social — como era o caso do fascismo na Itália. O conceito classifica a revolução ocorrida na Itália, como o que seria uma modernização do Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais sem passar pela revolução política de tipo francesa radical-jacobina. Para o autor, este conceito de “Revolução passiva” deve ser utilizado como critério de interpretação sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. Em suas observações,

O período da “Restauração” é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. As velhas classes feudais são rebaixadas da condição de “dominantes” àquela de “governativas”, mas não são eliminadas, nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico: de classes tornam-se “castas”, com determinadas características culturais e psicológicas, não mais com funções econômicas predominantes (GRAMSCI, 1999, p. 426).

O conceito exprime o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como a reação das classes dominantes frente às possibilidades transformadoras dessas massas populares. Nas revoluções passivas a força dirigente é o Estado a serviço de um grupo, por intermédio da intervenção legislativa e da organização corporativa, que coloca à disposição desses grupos um exército e uma força político-diplomática que introduzem na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas na socialização e cooperação da produção sem tocar na apropriação individual e grupal do lucro. Em relação aos conceitos de revolução — restauração e revolução passiva verificam-se em Gramsci (2004) a seguinte explicação:

deve-se examinar se a fórmula de Quinet pode ser aproximada da de “revolução passiva” de Cuoco; elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou,

ainda, “revoluções passivas” (GRAMSCI, 2004, p. 393).

A “*Revolução Passiva*”, nesses termos, implica a relação constante entre dois momentos, o da restauração e o da renovação. Ou seja, num processo de revolução passiva ou de “revoluções-restaurações”, as classes dominantes quando pressionadas pelos setores de “baixo” podem até acolher algumas das suas exigências, desde que dessas concessões resultem o consenso passivo desses setores para a continuidade do seu domínio.

Estas formulações anteriores nos levam ao estudo empreendido por Barrington Moore Júnior (1975) e a sua concepção de “Modernização Conservadora” para explicar as rotas reacionárias do Japão em comparação com a Alemanha. Este conceito foi utilizado pelo autor para explicar o processo de coligação entre as aristocracias agrárias (proprietária de terras) e os setores comerciais e industriais emergentes, ou seja, modernização como revolução burguesa. Para o autor, as revoluções burguesas na Alemanha e Japão não seguiram a versão clássica, mas processos limitados e parciais, pois não foram capazes de destruir as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime.

Segundo o autor supracitado, Marx e Engels trouxeram elementos sobre essa questão, em que uma classe comercial e industrial “demasiado fraca e dependente para tomar o poder e governar de seu direito próprio se lança nos braços da aristocracia proprietária e da burocracia real, trocando o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro (MOORE JÚNIOR, 1975, p. 503)”. Realiza-se uma transição via rota capitalista reacionária, vinda de cima — toma o governo e lança uma versão conservadora da modernização —, executada com um mínimo de violência, sem um movimento revolucionário popular, que por sua vez são desencaminhados e esmagados. Erguem-se basicamente governos autoritários com certas características democráticas como um limitado parlamento, por exemplo, que desmantelam o sistema feudal e o substituiu por grande parte da estrutura básica de uma sociedade moderna, mesmo deixando de pé muitas das suas estruturas originais como, por exemplo, o escravismo. Nas palavras do autor, o governo tinha de se distanciar das classes inferiores. Isso porque,

em primeiro lugar, é necessária uma chefia muito hábil para arrastar os elementos reacionários menos perceptivos, concentrados entre as classes superiores proprietárias, embora não forçosamente a elas confinados [...]; De modo semelhante, os governantes devem poder usar ou construir uma máquina burocrática suficientemente poderosa, incluindo instituições de repressão, os militares e a polícia [...]; para se libertarem da influência, na sociedade, de pressões extremas reacionárias e populares ou radicais [...]; No conjunto, um governo conservador forte tem vantagens nítidas. Pode ocupar-se que as classes inferiores, que pagam os custos de todas as formas de modernização, não causem muitos problemas [...]; A única saída desse dilema era o militarismo que uniu as classes superiores. (MOORE JÚNIOR, 1975, p. 507-508).

Como medidas adotadas por essa forma de transição extraídas desta conceituação estão: a racionalização da política e o estabelecimento de um governo centralizado com uma máquina militar suficientemente poderosa, a fabricação de cidadãos através de um sistema nacional de educação, a disseminação/criação de um inimigo estrangeiro e a aparição de chefes políticos notáveis. A modernização conservadora parte de um governo separado da sociedade e que seja capaz de arrastar os elementos mais reacionários das classes superiores para exercerem a partir do militarismo uma modernização sem alterar as estruturas sociais.

A partir dessa breve exposição sobre os conceitos de “Via Prussiana”, “Revolução Passiva” e “Modernização Conservadora” podemos observar que os três conceitos correspondiam às realidades objetivas e históricas vivenciadas pelos autores. O conceito de “Via Prussiana” leniniano deu ênfase à infraestrutura ou à discussão da modernização agrária na Rússia, enquanto o conceito de “Revolução Passiva” gramsciano, enfatizou a superestrutura ou os processos sociais e políticos de transformação “pelo alto”, ou seja, a conciliação de interesses entre a burguesia e a aristocracia fundiária por meio do transformismo e do afastamento das massas populares na Itália. Enquanto o conceito de “Modernização Conservadora” correspondia a busca de entendimento do desenvolvimento capitalista no Japão em comparação com o que ocorrera na Alemanha.

O exercício que fizemos aqui de relacionarmos as conceituações, tanto a desenvolvida por Carlos Nelson Coutinho, “conciliação pelo alto”, seguida do conceito de “via prussiana” abordado por Lênin; ou de “revolução passiva” desenvolvido por Gramsci, é para trazermos subsídios para explicar as características da modernização — base para o avanço do neoliberalismo no campo e conseqüentemente para o desenvolvimento do agronegócio —, o conceito de “modernização conservadora”, desenvolvido por Barrington Moore Júnior (1975) para explicar o processo de transição das sociedades agrárias para sociedades industriais. Com estas categorias foi possível trazer elementos que explicam, relacionam e determinam o papel, atuação e caráter do agronegócio em uma perspectiva de lutas de classes.

Nesse aspecto, o intuito de trazer essas reflexões não foi o de buscar um conceito único e ideal para aplicarmos a realidade que analisamos, mas de valorizar o trabalho interpretativo realizado por estes autores que buscaram encontrar determinações concretas da realidade com a perspectiva incontestável de transformá-la. As três linhas interpretativas que trouxemos nessa breve apresentação influenciaram de diferentes maneiras e intensidade as análises realizadas por pensadores latino-americanos. E, nesse sentido, se relacionarmos essas discussões com as questões que perpassam a dinâmica de nossas realidades e o caminho de nossas interpretações encontramos diferenças, mas, também, muitas similitudes.

Assim que, na mesma busca interpretativa, traçada principalmente por Lenin e Gramsci, encontraremos no Brasil as contribuições de Carlos Nelson Coutinho (2005), desenvolvidas no texto *Cultura e Sociedade no Brasil*. O autor utiliza-se do conceito de reformas ou conciliação “*pelo alto*” para apreender e explicar a realidade histórico-social e o processo de modernização econômica e social do Brasil, ocorridas principalmente até 1930. Nessa formulação, Coutinho (2005) dialoga diretamente com os conceitos de “*Via Prussiana*”, abordado por Lenin — com os adendos feitos por Lukács, e, de “*Revolução Passiva*” desenvolvido por Gramsci. Segundo o autor:

As transformações ocorridas em nossa história não resultam de autênticas revoluções provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os grupos opostos economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “pelo alto” [...] resposta “à prussiana”: uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais “de baixo”. (COUTINHO, 2005, p. 50-51).

Uma das características centrais das “mudanças pelo alto” é que ela excluiu a massa dos trabalhadores e da massa popular. Se as revoluções burguesas clássicas da Inglaterra, EUA e França, propiciaram a emancipação política, tornando os homens “livres” — a classe trabalhadora em especial, e declaram todos iguais perante a lei. Nos processos de desenvolvimentos não clássicos, como o caso do Brasil, o que se verifica são processos de reformas e de acordos entre as classes dominantes. Estas interpretações advindas dos clássicos irão compor o arcabouço teórico e a análises empreendidas por Florestan Fernandes. Para Ricardo Antunes,

As indicações de Marx sobre a *miséria alemã*, as formulações de Gramsci acerca da *revolução passiva* e da *revolução/restauração*, as pistas de Lenin sobre a *via prussiana* e a *revolução pelo alto* estavam presentes, em maior ou menor medida, na fértil *imaginação sociológica* de Florestan Fernandes. (ANTUNES, 2011, p.62, grifo do autor).

Para Florestan Fernandes (2005), não seguimos uma “via clássica” porque desde o início ocupamos uma posição dependente no quadro do capitalismo internacional. Ademais, some-se a isso a questão do imperialismo, o medo do comunismo e o caráter tardio (1930) do início do processo de desenvolvimento capitalista, ou seja, da urbanização e do assalariamento industrial. Isso fez com que a burguesia brasileira, num primeiro momento deste processo, preferisse se aliar às velhas classes dominantes, para posteriormente se aliar aos segmentos militares, ao invés de tentar um compromisso mais permanente com as classes subalternas — se isso ocorresse se ampliaria os direitos políticos e de cidadania. As elites

brasileiras conseguiram permanecer no poder fazendo as mudanças “pelo alto”, “por cima”, ou seja, perpetuando a sua dominação. O que Ricardo Antunes resume as palavras de Florestan, com maestria,

País maneiroso, cuja história desenrola-se lentamente, sem rupturas nem mudanças profundas, sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação *pelo alto*, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da *contrarrevolução*, o Brasil encontrou na *dependência* e no *subdesenvolvimento* a sua forma de *integração para fora* e *desintegração para dentro*. (ANTUNES, 2011, p. 61, grifo do autor).

A partir desta compreensão teórica, advinda das contribuições de Florestan Fernandes, entende-se a Revolução Burguesa no Brasil como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, culturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Sendo a revolução burguesa na periferia, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. A dominação burguesa, quando exerce a dupla articulação — desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista extrema — não cria apenas o seu modelo de transformação capitalista, mas, a própria forma típica de dominação burguesa como,

Mero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reorientando espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa. (FERNANDES, 2005, p. 352).

O que tanto as burguesias nacionais quanto as dos países centrais almejam, segundo nosso autor, é “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore”. (FERNANDES, 2005, p. 343).

Este processo que se desenrola sem rupturas e mudanças profundas é um traço marcante em quase toda a América Latina de origem senhorial e colonial, o que agrega Ricardo Antunes (2011). E esta especificidade conformará em nosso continente um tipo particular de revolução burguesa sem uma revolução, propriamente dita. Um conjunto de países que vivenciaram uma via não clássica de constituição do capitalismo, distintas das revoluções ocorridas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, assim como dos casos tardios, como a Alemanha, a Itália, o Japão etc. O que resulta que,

As mudanças marcadas pela processualidade gradual são constantes, em oposição às

vias pautadas pela confrontação e pelas rupturas. Quando estas emergem, são reprimidas exemplarmente pela simbiose que se estabelece entre as classes dominantes nos países dependentes e as classes proprietárias metropolitanas. Por isso, as nossas *revoluções burguesas* pagaram sempre altos tributos ao passado, originando uma dialética do arcaico e do moderno que se arrasta até hoje na maioria dos países latino-americanos, com o Brasil sempre à frente. (ANTUNES, 2011, p. 62, grifo do autor).

Do exposto, acima, o que se extrai são os exemplos e caminhos para a interpretação de nossas realidades, uma tradição teórica de pesquisa adotada por muitos pesquisadores e pesquisadoras latino-americanos⁵⁷. O que se observa, contudo, por meio das contribuições teóricas apresentadas, é que não existe um único modelo burguês de transformação capitalista. E, sim processos de sínteses, “do que se passa no continente, dependente, mas rebelde; espoliado, mas insubmisso; destroçado, mas insurgente”. (ANTUNES, 2011, p. 66).

São contribuições teóricas valiosas e incansáveis interpretações, que se vinculam com as tentativas concretas de transformação. Seu maior legado é possibilitar que ampliemos nossa compreensão da realidade, que se apropriemos do método de estudo, e, enfim, que pensemos a América Latina com a perspectiva de transformá-la. Entender o movimento, as determinações e a especificidade da revolução burguesa, principalmente, a forma pela qual o capitalismo se objetiva em nosso continente, ou seja, as determinações do seu modo particular de desenvolvimento, que avança e retrocede, munido dialeticamente, de modernizações e barbáries. Desse entendimento é que se busca, na análise sequente, compreender as bases que constituem a nossa questão social e agrária.

2.6 QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO AGRÁRIA E DEPENDÊNCIA

Para nos aproximarmos das múltiplas determinações que há na categoria questão agrária em sua relação com a questão social, convém pontuarmos em rápidas palavras o conteúdo que damos a “questão social⁵⁸” e o caráter desta relação. Esta temática está situada de forma pormenorizada no âmbito das discussões do Serviço Social e, porventura fora do campo de referência necessária para a nossa correspondente exposição. As contribuições deste campo do conhecimento delimitam o termo e o exemplificam a partir da descoberta e a

⁵⁷ Este é o caso, por exemplo, de Antonio Carlos Mazzeo, que busca uma categoria síntese que explique a particularidade brasileira e, que ele irá denominar de “*via prussiano-colonial*”. Em suas palavras, ela “é a que mais expressa a geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia”, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil” (MAZZEO, 2015, p. 105).

⁵⁸ A expressão “questão social” após a segunda metade do século XIX passou a ser utilizada sistematicamente pelo pensamento conservador e as respostas dadas por ele as suas manifestações deveriam ter um caráter reformista conservador, ou seja, combater as suas manifestações sem alterar os fundamentos da sociedade burguesa. Por isso, seguindo a linha teórica que adotamos nessa reflexão o uso das aspas em sua menção.

análise marxiana da *lei geral da acumulação capitalista*, sintetizada no vigésimo terceiro capítulo do livro primeiro *d'O capital*, em que revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário necessário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios.

A análise de conjunto que Marx oferece revela que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho — a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos e culturais (NETTO, 2011).

Em meados do século XIX na Europa, pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da barbárie capitalista. A partir da segunda metade daquele século, segundo José Paulo Netto (2011), a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ideológico e político — ela desliza, lenta, mas nitidamente também, para o vocabulário próprio do pensamento conservador. Sendo assim, resumidamente, “questão social” é, em última instância, o conflito entre capital e o trabalho: é a origem das desigualdades econômicas, políticas e sociais. Entendida, desse modo, como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista (CERQUEIRA FILHO, 1982; NETTO, 2011).

A “questão social” tem a ver, portanto, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital, que decorrem de uma escassez produzida socialmente e que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas socializadas e as relações de produção que se materializam através da apropriação privada do excedente, do seu usufruto e destinação. Dessa exposição extrai-se que a “questão social” é constitutiva do capitalismo e não pode ser suprimida sem a supressão da ordem capitalista. Consequentemente, como aborda o autor, “questão social é insolúvel sob o capitalismo e inexiste qualquer nova ‘questão social’, o que há são novas formas de expressão da velha ‘questão social’”. (NETTO, 2011, p. 160).

Após as lutas revolucionárias de 1848 e o acirramento das lutas de classes, a classe trabalhadora elevou-se de um patamar de classe em si para classe para si, o acirramento da contradição e o antagonismo desvelaram o caráter conservador da burguesia em sua defesa intransigente da ordem e, demarcam o fim de um ciclo progressista da sua ação de classe. A partir de então a “questão social” perde sua estrutura histórica determinada e é crescentemente

naturalizada e, portanto, “o enfrentamento das suas manifestações deve ser em função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, *a propriedade privada dos meios de produção*” (NETTO, 2006, p. 155, grifo do autor).

A sequência no estágio monopolista do capitalismo (1890-1940, também conhecido como o período do imperialismo clássico) que o Estado passou a responder às manifestações da “questão social” por meio do desenvolvimento de políticas sociais, como elementos centrais e determinantes do desenvolvimento capitalista. Quer dizer: “é através das políticas sociais que o Estado burguês procura administrar as expressões da ‘questão social’” (NETTO, 2011, p. 31). Nesse contexto:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específica, mas garantindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 84).

Decerto, o Estado burguês não atua da mesma maneira nem com a mesma intensidade no que se refere ao atendimento dessas expressões, cabe destacar uma questão essencial sobre os momentos e processos históricos relativos ao duplo movimento de constituição do capitalismo no interior das nações e na relação com o mundo. Assim,

O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da questão social que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões socio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração [...]. Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais. (NETTO, 2006, p. 161, grifo do autor).

Nas economias centrais, a questão agrária conforma a raiz do desenvolvimento capitalista — composição orgânica e técnica do capital, taxa média de lucro, renda da terra e níveis salariais e de consumo nacionais. Ou seja, a questão agrária (distribuição da posse e uso da terra) no velho continente foi resolvida pelo capitalismo ainda em sua fase industrial ou concorrencial. Isso porque, era preciso criar um mercado para os produtos que nasciam na

indústria. Por outro lado, “uma das originalidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina é o fato de que suas relações de produção típicas se desenvolvem primeiramente no setor primário (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 103).

Em nosso continente, o capitalismo se desenvolveu no campo com base na grande propriedade da terra, como indicamos nos tópicos anteriores. E, isso fora radicalmente distinto do que ocorreu nos países de capitalismo central. Nesse sentido, a questão agrária, por um lado, é uma expressão da “questão social”, ou seja, do conflito entre o capital e o trabalho; por outro, é a própria categoria incontornável se, se quer apreender a múltiplas determinações da realidade latino-americana para daí transformá-la. Concordamos com Thomaz Júnior, quando apreende o trabalho, portanto, os trabalhadores e trabalhadoras, a partir de uma relação com o todo, ou seja,

quando apreendemos os vínculos entre cidade e o campo, ou as formas de realização do trabalho, nos propomos entender que não se trata de igualar uma à outra, ou de estabelecer a prevalência ou a determinação desta sobre aquela, ou vice-versa, sem antes focar o processo social, mas considerarmos as diferenças no tocante às especificidades das relações de trabalho, da relação metabólica que o homem estabelece com o meio e consigo mesmo e, em consequência, a identidade do sujeito que trabalha, que está envolvido na lavoura cotidiana e se territorializa como (re)configuração geográfica e espacial dos processos sociais. Então, sob tais condições concretas de inserção no processo social, aqui e ali, entendemos a unificação orgânica cidade-campo, no âmbito do trabalho, só é possível se forem vencidos os obstáculos vinculados à divisão social, técnica e territorial do trabalho, base imprescindível da contradição capital X trabalho, portanto, do constructo do metabolismo societário do capital. Esses são os parâmetros fundantes da estrutura espacial e que nos podem revelar as travagens políticas, ideológicas e territoriais que obstaculizam as vias de comunicação e as capilaridades internas às diversas expressões do trabalho ou, mais propriamente, à complexa composição da classe trabalhadora. (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 73).

Em função do conflito central entre capital e trabalho, como vimos na acumulação originária inglesa, a questão agrária determinou a expulsão forçada dos camponeses do campo, o cercamento de terras e as novas regras jurídico-políticas que formalizaram o poder da burguesia, ancorado na propriedade privada da terra e no assalariamento dos trabalhadores.

Por aqui, a dependência está enraizada na questão agrária e é central para entendermos a América Latina. Concordamos com a proposição de que se consolida nas economias dependentes um tipo particular de questão agrária com “a manutenção de uma estrutura agrária condicionada à lógica de produção de mercadorias para as economias centrais, como caracterização e composição própria de um movimento tendencial único de desenvolvimento do capital” (TRASPADINI, 2016, p. 134).

Por isso, para Prado Júnior (2004b), sem uma ruptura política das massas com a colônia, e, com uma continuidade econômica social, baseada naquele processo da conquista, a

América Latina transita o século XIX com essa ambiguidade de não poder constituir uma “identidade nacional” que conjuga todo esse “aglomerado heterogêneo” sobre o qual se funda. O que acrescenta Florestan Fernandes,

No setor agrícola, a extinção do sistema colonial não provocou o colapso das antigas estruturas econômicas coloniais; ao contrário, as exigências do mercado mundial e da comercialização das matérias-primas em larga escala exigiam a sua persistência, como garantia ao aumento contínuo da oferta e dos grandes lucros dos importadores europeus [...]. O controle externo dos negócios de exportação e de importação, bem como da construção de uma rede moderna de comércio, bancos e outros serviços, redundava num processo crônico de capitalização para fora, ou seja, de exportação do excedente econômico como consequência da integração dependente na economia capitalista mundial. (FERNANDES, 1981, p. 45-46).

Do mesmo modo, podemos considerar que a apropriação privada da terra sempre se antecipou, na América Latina, ao seu cultivo útil. Os traços mais retrógrados do sistema de posse, atualmente ainda vigente, não provém da crise do capital, mas nasceram durante os períodos de maior prosperidade no continente latino-americano.

No Brasil, por exemplo, a decadência do açúcar e o virtual desaparecimento do ouro e diamante tornaram possível, na primeira metade do século XIX, uma legislação que assegurava a propriedade privada da terra a quem a ocupasse e a fizesse produzir. Em 1850, a ascensão do café como novo “produto rei” determinou a sanção da Lei de Terras (Lei nº 601), cozinhada segundo o paladar dos políticos e dos militares do regime oligárquico, para negar a propriedade para os que nela trabalhassem. A América Latina logo teve suas constituições burguesas, de acordo com o poeta Galeano,

muito envernizadas de liberalismo, mas não teve, em compensação, uma burguesia criadora, no estilo europeu ou norte-americano, que se propusesse à missão histórica do desenvolvimento de um capitalismo nacional pujante. As burguesias destas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial que sangrava as colônias e semicolônias. Os burgueses de vitrina, agiotas e comerciantes, que açambarcaram o poder político, não tinham o menor interesse em impulsionar a ascensão das manufaturas locais, já mortas ao nascer quando o livre-cambismo abriu as portas à avalanche de mercadorias britânicas. Seus sócios, os donos das terras, não estavam, por sua vez, interessados em resolver “a questão agrária”, senão na medida de suas próprias conveniências. O latifúndio consolidou-se sobre o saque, ao longo do século XIX. A reforma agrária foi, na região, uma bandeira precoce. (GALEANO, 1979, p. 128-129).

Portanto,

a questão agrária, entendida como categoria analítica fundamental, explica o histórico funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo na América Latina. [...]. Essa questão nos remete ao passado-presente do desenvolvimento dependente, próprio, do capitalismo latino-americano. Nos autores centrados nas teorias do desenvolvimento latino-americano como, por exemplo, a perspectiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) o estudo da questão agrária nos conduz à discussão de um movimento histórico

arcaico/moderno, cujo fundamento e explicação são dados pelo processo urbano, industrial, cosmopolita. (TRASPADINI, 2016, p. 114).

Na teoria cepalina, a superação do arcaico seria a condição para superação do subdesenvolvimento e da dependência, e a reforma agrária aparecia como um dos meios para tal reforma dentro da ordem. Apenas a reforma agrária possibilitaria a inserção do progresso técnico na agricultura, tarefa essencial para a realização de um projeto de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, apenas o Estado seria o agente capaz de promover essas transformações, que iriam se contrapor diretamente aos interesses das oligarquias agrárias que concentravam a propriedade e a posse da terra.

Corroborando essa discussão, Aníbal Pinto Santa Cruz, economista chileno da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), defendia a hipótese de que havia na América Latina uma *heterogeneidade estrutural*, em que as economias latino-americanas foram orientadas para a sofisticação do consumo de uma classe privilegiada em detrimento da difusão dos bens e serviços e da ampliação da base produtiva. A contradição que se colocava, dado o estilo de desenvolvimento vigente de concentração da renda, ao investimento fictício do mercado — via crédito, é que uma grande massa que não ultrapassava os níveis de subsistência não poderia ser a fomentadora do consumo. Para o autor, essa inversão só seria funcional a preservação dos privilégios da classe privilegiada, o necessariamente agravava a situação da concentração de renda e da heterogeneidade estrutural. Para corrigir este quadro o autor sugeria a intervenção do Estado e a homogeneização do sistema, ou seja, possibilitar o desenvolvimento do progresso técnico para todos os setores, no intuito de fortalecer e incrementar o mercado interno, a produtividade, a criação de empregos e a autossustentação frente às relações exteriores. Em suas palavras,

Satisfechas las demandas de la relativamente pequeña población de altos ingresos, el sistema retaca su paso y/o se esfuerza por aligerarlo concentrando aún más los ingresos y/o ampliando "ficticiamente" el mercado vía dilatación de los plazos, extensión de las facilidades, la incitación "al segundo automóvil", etc. Todo esto con un tremendo drenaje de recursos financieros y de ahorros "potenciales", esto es, que se filtran hacia el financiamiento del consumo en lugar de alimentar la inversión real [...] Anotemos, sin embargo, algunas directrices básicas para otro modelo y estrategia. La primera residiría en la traslación rotunda de acento desde un crecimiento precariamente asentado en las bases anteriores hacia uno cuyo pivote y objetivos centrales sean la diseminación del progreso técnico, la ampliación del mercado interno, la "homogeneización" del sistema —fines íntimamente ligados y, en verdad, caras de una misma moneda— y, "last but not least", el logro de un mayor grado de autonomía o capacidad de autosustentación del proceso respecto a influencias exteriores. (PINTO SANTA CRUZ, 1998, p. 563-564, grifo do autor).

Para superar as consequências dessa heterogeneidade estrutural, nas economias com

base no modelo agroexportador e na deterioração dos termos de intercâmbio, se formularam teses ancoradas em um desenvolvimentismo tradicional, ou seja,

Prebisch, Pinto e Furtado propunham corrigir essas deficiências mediante processos de industrialização, destinados a superar a baixa produtividade da produção agrícola e a escassez geral do poder aquisitivo. Confiavam na eficácia das políticas econômicas e na força do Estado para melhorar a posição da região no capitalismo mundial. Esperavam induzir um salto do Estado periférico para algum patamar mais avançado. (KATZ, 2016, p. 162).

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), em especial o conteúdo contido nos textos de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos etc. defendia uma radicalização destas elaborações, buscando pensar a superação da dependência via caminhos de negação do capitalismo e não de seu desenvolvimento. Sobre a superação marxista no âmbito das teorias dependentistas, vale as considerações de Katz (2018),

Solo la variante marxista perduró y gestó un pensamiento coherente con los pilares del dependentismo. Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos y Vania Bambirra fueron sus principales exponentes. Primero, reformularon las viejas interpretaciones del subdesarrollo centradas en la confiscación imperial de los recursos de la periferia. Luego, combinaron ese legado con ciertas peculiaridades de América Latina para explicar la reproducción económica dependiente y la inserción internacional subordinada de la región. Una trayectoria totalmente opuesta siguió la corriente inspirada por Fernando Henrique Cardoso. Partió de una visión weberiana y concibió la dependencia en restrictivos términos políticos. Luego de retratar distintos grados de autonomía de regiones y países de América Latina, rechazó la contraposición básica entre dependencia y subdesarrollo. (KATZ, 2018, p. 11).

Esta posição teoricamente superior da TMD neste período ocorre e se desenvolve ancorada nos ambientes revolucionários vividos pela América Latina no século XX. A ação política e o perfil das ideias dos seus representantes se fortalece, se orienta e se define pelo advento da revolução cubana. Na assertiva de Theotônio dos Santos,

Enfocar a dependência como uma condição que configura certo tipo de estruturas internas significa tomar o desenvolvimento como fenômeno histórico mundial, como resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista. Esta perspectiva implica a necessidade de integrar, em uma única história, a perspectiva da expansão capitalista nos países atualmente desenvolvidos e seus resultados nos países por ela afetados. Mas não se trata de tomar estes resultados como simples “efeitos” do desenvolvimento capitalista, mas como sua parte integrante e determinante. Ao se dar este passo teórico, delimita-se claramente a especificidade histórica do desenvolvimento dos países hoje capitalistas e, em consequência, a especificidade do desenvolvimento dos países hoje subdesenvolvidos. O estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países deve dar origem à teoria da dependência. Compreender a dependência conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, não significa apenas ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para a sua reformulação (SANTOS, 2006, p. 395-396).

As elaborações em torno da TMD, portanto, desenvolviam-se em contraposição às concepções que defendiam um tipo de feudalismo nas Américas, bem como as proposições políticas daí decorrentes, ou seja, as tentativas de aliança entre os trabalhadores e a burguesia para construir uma revolução democrático-burguesa. Conforme as indicações de Vânia Bambirra, entendemos o contexto em que as formulações da TMD se concretizam, um ambiente de

profunda crisis estructural que azota al capitalismo dependiente en América Latina y que se manifiesta de manera incontrovertible a partir de los primeros años de la década de los sesenta. Esa crisis generalizada – económica, política, social y cultural – echa por tierra la concepción estratégico-tática de los partidos comunistas que fundada en una interpretación dogmática y esquemática de la realidad latinoamericana preconizaba una alianza de las clases explotadas con la burguesía nacional progresista – dentro de la cual el proletariado debería luchar por su hegemonía – para alcanzar la instalación de gobiernos nacionalistas y democráticos, vale decir, “antioligárquicos”, “antifeudales”, y “antiimperialistas”. Y echa por tierra también todos los supuestos básicos en los cuales se asentaba la teoría desarrollista de la cepal, que ya han sido por lo demás analizados y criticados exhaustivamente pero vale la pena resumir en someras líneas: el supuesto de un “modelo” de desarrollo calcado de los países desarrollados hacia el cual América latina debería encaminarse; para eso era necesario – y se creía posible – eliminar los obstáculos sociopolíticos y culturales al desarrollo que estaban incrustados en las llamadas “sociedades tradicionales” a través de la utilización racional de los recursos nacionales por medio de un planeamiento racional; como condición de ello era necesaria la movilización y organización de la voluntad nacional para la política de desarrollo. El supuesto básico de que el desarrollo interesa a todos (sin preguntar por cierto qué tipo de desarrollo interesa a cada clase) daba la premisa clave para una ideología del desarrollo. Esta ideología ya venía siendo promovida en América latina a través de las mejores expresiones del nacionalismo populista. Pues bien, la crisis del capitalismo dependiente cuestionaba todos estos supuestos que se condensaban en la ilusión de la posibilidad de un desarrollo nacional autónomo. La crisis ponía al desnudo una realidad que era otra y contradecía los esquemas aparentemente muy lógicos. La crisis descubría el nuevo carácter de la dependencia en América Latina. Esta, al generar nuevas y más agudas e irresolubles contradicciones, liquidaba definitivamente la posibilidad de un desarrollo capitalista nacional autónomo en el continente. (BAMBIRRA, 2010, p. 132-133).

Em contrapartida o que se irá defender por meio da TMD será a concepção da América Latina como sistema coerente e integrado, de natureza capitalista, em que, o subdesenvolvimento não era visto e analisado como fenômeno de sociedades atrasadas e pré-capitalistas, mas como produto dessa expansão capitalista no mundo e, que deveria ser enfrentado através da determinação da revolução socialista como única alternativa realista possível.

O debate na vertente marxista da dependência buscava compreender, no apogeu das produções de suas teses mediadas pelo violento contexto de ditadura real no continente, o caráter das contradições do capitalismo dependente no pós-guerra, assim como fornecer as bases para a orientação tático-estratégica dos movimentos revolucionários da região, visando

superar os baques ocasionados pelos erros programáticos da esquerda (SEABRA, 2017).

Porém, o desenvolvimento sempre se apresentava como etapa necessária, uma mediação indispensável para se avançar rumo a uma transformação social radicalizada. Esta concepção aparece de forma mais amarrada em termos de projeto político nas elaborações do Partido Comunista Brasileiro (PCB), à revelia de aguerridos intelectuais e críticos, como Caio Prado Júnior com o qual, aliás, sempre se travou diálogos e embates. Francisco de Oliveira (2013) sintetiza esse período como uma retomada de um estilo e de um método de interpretação que havia ficado ausente da literatura econômica latino-americana durante muito tempo. Observa o autor que,

Convém assinalar que, por todos os lados, o pensamento socioeconômico latino-americano dá mostras de insatisfação e de ruptura com o estilo cepalino de análise, procurando recapturar o entendimento da problemática latino-americana mediante a utilização de um arsenal teórico e metodológico que esteve encoberto por uma espécie de ‘respeito humano’ que deu largas à utilização do arsenal marginalista e keynesiano, estes conferindo honorabilidade e reconhecimento científico junto ao establishment técnico acadêmico [...]. A dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral levando a proposições reformistas (OLIVEIRA, 2013, p. 30-31).

Sendo assim, o que se conclui, é que o modo de produção capitalista ao longo de seu desenvolvimento gera contradições que são inerentes ao seu próprio modo de funcionar. Estas se expressam na máxima socialização do processo de produção — divisão do trabalho — e na apropriação privada dos resultados produtivos. O desenvolvimento desigual e combinado, “é uma característica fundante dessa história e, por isso, permanece atual. O desenvolvimento desigual e combinado caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da Colônia, Império e República” (IANNI, 1996, p. 59).

Esta linha de força argumentativa seguia na contramão do que apontava a visão dualista, especialmente a da CEPAL, que defendia um desenvolvimento capitalista que resolvesse o problema da pobreza e da desigualdade, ou seja, uma modernização possível com a superação dos setores tradicionais da sociedade. Porém, o que faltava a esta última interpretação era a compreensão imediata de que a pobreza e a desigualdade mencionada, são resultantes do próprio sistema capitalista e de sua modernização correspondente. A crítica realizada por Oliveira (2013) não se tratava, portanto, de uma oposição rasteira a CEPAL, como a realizada por economistas conservadores vinculados às proposições neoclássicas e keynesianas. Mas sim, de avançar sobre essas bases cepalinas e, deste acúmulo encontrar caminhos para a compreensão, crítica e superação da razão dualista. Nas palavras do autor;

O esforço reinterpretaivo que se tenta neste trabalho suporta-se teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo: não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimentos bebido diretamente ou inspirado no ‘modelo Cepal’, mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e latino-americana. (OLIVEIRA, 2013, p. 31-32).

O capitalismo dependente está demarcado pelas independências formais no século XIX e consolida-se plenamente suas relações de produção em meados deste século. As reflexões de Ruy Mauro Marini (1973) demonstram que,

as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (MARINI, 1973, p. 109).

Corroboram esta definição as contribuições posteriores advindas de Theotônio dos Santos. No contexto de lutas, embates teóricos e políticos vivenciados pelos autores, explicar o caráter dessa relação de dependência era crucial para o entendimento da realidade e as ações levadas a termo neste momento.

A dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e auto-impulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob exploração dos países dominantes. Assim, os países dominantes dispõem de um predomínio tecnológico, comercial, de capital e sociopolítico sobre os países dependentes (com predomínio de alguns desses aspectos nos vários momentos históricos) que lhes permite impor-lhes condições de exploração e extrair parte dos excedentes produzidos anteriormente. Portanto, a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial. A divisão internacional do trabalho entre os produtores de matérias-primas e produtos agrícolas e os produtores de manufaturas é um resultado típico do desenvolvimento capitalista, que assume a forma necessária da desigualdade combinada entre os vários países. Esta forma desigual é uma consequência do caráter da acumulação do capital em que o crescimento da economia baseia-se na exploração de muitos por poucos e na concentração dos recursos do desenvolvimento econômico social em mãos desta minoria. Grupos minoritários nacionais com alta concentração de capital, domínio do mercado mundial, monopólio das possibilidades de poupança e investimento são elementos complementares no estabelecimento de um sistema internacional desigual e combinado. (SANTOS, 2006, p. 397).

E o que ocorre nas economias de capitalismo dependente é que a questão agrária demarca o processo particular relativo a forma-conteúdo da superexploração da força de trabalho, como fundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

A economia brasileira, na medida em que se encontra centrada na produção para a exportação de produtos agrícolas, particularmente o café, é capaz de assimilar, dentro de certos limites, uma tecnologia moderna (e os limites estão dados pela abundância de mão-de-obra barata), mas não tem capacidade para produzir esta tecnologia. Nisso reside a razão de fundo de a oligarquia agrário-exportadora ser uma classe essencialmente conservadora, pois só pode relacionar-se com o mundo moderno, capitalista, a partir da perspectiva do vendedor ou do consumidor, jamais a partir do produtor dos instrumentos científicos e tecnológicos do desenvolvimento. Daí provém sua necessidade de aferrar-se ao status quo, de pôr-se numa atitude refratária às mudanças verdadeiramente modernizadoras, de frustrar a emergência de novos setores produtivos, de novas classes sociais. Só dessa maneira pode manter intacto e inquestionável seu poder hegemônico. Contudo, seu conservadorismo é vã ilusão. Pois é do próprio seio do sistema oligárquico que começa a gestar-se um lento, mas paulatino processo de industrialização e configuram-se as novas classes que passarão a ser as protagonistas dos capítulos seguintes da história. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 103).

A especificidade da América Latina estaria dada por essa forma particular em que esses modelos de produção diferenciados funcionam numa mesma unidade. O que acrescenta, Fernandes (1981),

Portanto, uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem econômica é uma ordem capitalista. Sob esse aspecto, ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista [...]. Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas. (FERNANDES, 1981, p. 36).

Essa especificidade foi sendo aprofundada no curso do século XX e estará marcada neste longo período pela criação de uma grande periferia onde predominam relações de produção aparentemente pré-capitalistas, como forma e meio de sustento e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são, em longo prazo, a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema. No Brasil, a produção cafeeira em alta escala configura já no fundamental

[...] um modo de produção capitalista típico, pois se articula com base na separação entre os proprietários privados dos meios de produção, por um lado, e, por outro, da

oferta livre da força de trabalho. A proliferação das relações capitalistas típicas se explica em última instância como resultante de um profundo processo de modernização do setor primário-exportador (o que ocorre em vários países latino-americanos), consequência da nova expansão do capitalismo mundial, em especial o da Inglaterra. Esta nova etapa, que se costuma chamar segunda revolução industrial, e que se caracterizou pela produção mecânica das máquinas de fazer máquinas, acarreta efeitos substanciais na reorganização do sistema produtivo dependente, que tornar-se mais eficiente para poder suprimir as necessidades crescentes de produtos agrícolas e matérias-primas das metrópoles. Estas precisam de estimular na periferia do sistema capitalista a expansão de mercadorias aptos para consumir a produção em série de seus artigos industriais. Como já mencionamos, é neste contexto que se insere a abolição da escravidão do Brasil. Obviamente, a dinâmica modernizadora do aparato produtivo exportador estende seus efeitos ao conjunto da sociedade dependente, tendendo a generalizar as consequências da formação do mercado livre de trabalho. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 104).

Observa-se, desse modo, que o que se colocava em questão nesse momento na América, era o debate sobre a questão do poder do Estado capitalista e, as suas consequências para aqueles projetos que se pretendiam transformadores. Expressava, portanto, uma efervescência de lutas no mundo inteiro, que caminhava ao lado das propostas institucionais de “desenvolvimentismo” e de modernizações conservadoras. Este fenômeno social toma corpo e se desponta pós Segunda Guerra Mundial, expressando bandeiras oriundas da luta do movimento estudantil e das forças camponesas. Observa-se, que nos processos de insurreições e revoluções que ocorreram no século XX na América Latina e, que tiveram a participação massiva e influências dos camponeses. As “revoluções mexicana (1910), boliviana (1952), cubana (1952) e nicaraguense (1979) contaram com a participação dos camponeses, ao lado de operários urbanos, operários rurais, mineiros, empregados, funcionários e outras categorias sociais” (IANNI, 1985, p. 16). Destaca-se também, o caso Peruano (1957/65), onde a questão da terra foi muito importante, inclusive com movimento guerrilheiro de base camponês e o caso do Chile (1970/73), que trouxe as contradições do campo para o movimento político nacional em torno de Salvador Allende. Logo, há uma longa história precedendo a participação de camponeses nas diferentes revoluções ocorridas ao longo do século XX.

Esta onda das massas que percorreu não somente o Brasil nesta época, mas todo o continente, se inseria dentro do quadro político resultante da espetacular vitória na Revolução Cubana, que exerceu uma grande influência no movimento popular e, com seu exemplo, contribuiu significativamente para radicalização do anti-imperialismo, para o questionamento do reformismo e para pôr a alternativa socialista na ordem do dia. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 127).

O contexto de crise mundial do capitalismo entre 1914-1929, a quebra do mercado de ações nos Estados Unidos reflete em nosso continente, principalmente na redução das exportações, essa inflexão econômica, no entanto, possibilita uma maior articulação entre os países da região em relação as economias centrais e, também demarca um período de grandes

instabilidades políticas e lutas sociais. A crise capitalista possibilita que o eixo de acumulação se deslocasse para a indústria latino-americana, no entanto, a situação de dependência e de superexploração da força de trabalho se acentua e se agudiza. Nas palavras de Marini, essa industrialização ocorre,

incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso concorreu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção a ramos industriais orientados para tipos de consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhum suposto nas sociedades dependentes. (MARINI, 2000, p. 147).

Assim, no âmbito governamental, algumas tentativas desenvolvimentistas, de caráter nacionalista e com ampla dimensão popular, serão ensaiadas. Por exemplo, os governos de Getúlio Vargas (1930-45 e 1951-54), Lázaro Cárdenas (1934-40) e Juan Domingo Perón (1946-55), expressaram no Brasil, México e Argentina a necessidade de arranque, desenvolvimento ou consolidação, segundo cada caso e cada período, da indústria nacional.

A industrialização surge como atividade complementar das necessidades de consumo engendradas pela expansão do setor primário que, por sua parte, está voltado para a satisfação dos requisitos expansionistas do novo auge industrialista metropolitano. Os mecanismos básicos do capitalismo na América Latina, desde seu berço, revelam seu caráter intrinsecamente dependente e subjugado aos interesses dominantes do capitalismo nas potências mais desenvolvidas. E revela também como esta dependência ultrapassa os limites das relações meramente comerciais, ao estabelecer dentro de determinados parâmetros as possibilidades e o caráter do desenvolvimento das forças produtivas num nível nacional [...] o desenvolvimento industrial reivindica ser o articulador central do processo de acumulação capitalista. Um grande impulso nesta direção ocorre durante o período da guerra europeia que se estende de 1914 a 1918 [...] tal situação se deu na mesma época vários países da América Latina, como México, Argentina, Chile e Uruguai, [...] as condições que permitiram a industrialização, não só no Brasil mas nos outros países mencionados – não podem perder de vista os fatores essenciais que a tornaram possível: a) a estruturação de um mercado interno e b) a organização de um sistema produtivo industrial com base em relações capitalistas. Ambos começam gestar-se, como face faces da mesma moeda, já em fins do século XIX; prosseguem sua expansão durante os primeiros anos do século XX e são a condição *sine qua non* para que se possa aproveitar a favorável conjuntura gerada pelo conflito bélico, no sentido de impulsionar a substituição de importações de máquinas e equipamentos industriais. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 105).

Para os autores citados acima, são estes fatores-chaves que possibilitam a industrialização, ou seja, que o eixo do sistema de dominação dependente vá se reorientando em função deste novo polo dinâmico do sistema. Assim, tendo por base estes elementos é possível compreender por que alguns países latino-americanos, frente a uma situação internacional como a vivenciada em 1929 e o período de guerra subsequente de 1939-1945, sobressaem-se industrialmente, a partir da substituição de importações e da criação uma base

industrial; enquanto outros atravessam um período de crises e estancamento, sem nenhuma possibilidade de desenvolvimento industrial, como foi o caso dos países centro-americanos, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela etc.

O sistema mundial capitalista estabelece em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais adquire sentido o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador. A crise desse padrão, a etapa de transição que se gera e a posterior conformação do padrão industrial na América Latina têm lógicas internas, porém estas se articulam com a crise do mercado mundial derivada da longa etapa que vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução. (OSÓRIO, 2012, p. 79).

No caso específico dos países de nossa abordagem, na Argentina o processo de industrialização se desenvolve a partir de da última década do século XIX, e, no caso do Brasil, um pouco mais tardio, pois o início do processo de industrialização data de 1930 e se expande por aproximadamente 50 anos – até 1980. Como aborda Oliveira;

A Argentina industrializou-se, no período 1870-1930, em plena fase de crescente integração com a economia capitalista internacional, em regime preponderantemente livre-cambista, em períodos nos quais dispunha de ampla capacidade de importação. A que se deve isso? Simplesmente à razão – que não é difícil reconhecer se não se quer complicar o que é simples – de que a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo. [...]. No Brasil, também foi assim: começou-se a produzir internamente em primeiro lugar os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa. O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a nenhum fetiche ou natureza dos bens, a nenhum “efeito-demonstração”, mas à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do “exército industrial de reserva”, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação. Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a “substituição de importações” é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente. Numa segunda etapa, o processo dirigiu-se à produção dos bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. (OLIVEIRA, 2013, p. 50-51).

Mas o processo industrial que corresponderia aos países latino-americanos sofre da adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente, ou seja, comprimir ao máximo o nível de vida das massas trabalhadoras é um componente insuprimível da extração da mais-valia produzida pelos trabalhadores e trabalhadoras. Daí resulta que,

A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores

desarticuladores que a afetam. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora. (MARINI, 2000, p. 150).

Se no âmbito agrário, a experiência mexicana teve características excepcionais, com o ciclo nacionalista de Lázaro Cárdenas que rompe os laços com os latifundiários, e leva adiante um processo de reforma agrária. Essa ampla distribuição de terras, que correspondia aos anseios das lutas camponesas que agitavam o país desde 1910, tinha por certo, uma conotação socialista e prometia muito mais do que finalmente se lega ao processo de mudança na América Latina, quando ao final se conformava como revolução burguesa.

No geral, o que ocorre como generalização nos países latino-americanos é o inverso do que ocorrera no México e que advertira Mariátegui, “em nenhuma parte a divisão da propriedade agrária, ou melhor, sua redistribuição, foi possível sem leis especiais de expropriação que transferisse o domínio do solo à classe trabalha” (MARIATEGUI, 2008, p. 87).

Na América Latina, como um todo e, não só na Argentina e Brasil, os governos industrializadores deixaram intacta a estrutura latifundiária, que continuou estrangulando o desenvolvimento do mercado interno. Em função da permanência da concentração da propriedade da terra, a questão agrária emergia como um dos problemas centrais a serem enfrentados, a fim de superar os traços de nossa formação colonial, que permanecia viva e incrustada na debilidade das forças produtivas e na precariedade das relações de trabalho.

Na Argentina, por exemplo, o governo peronista não modificara a estrutura socioeconômica,

A dependência externa do país, em comércio e investimentos, em relação à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, é atenuada em aspectos superficiais e mantida e agravada nos níveis decisivos. O regime agrário latifundiário segue intacto, salvo algumas restrições na comercialização externo dos cereais (a de carnes continua em mãos dos frigoríficos estrangeiros (KAPLAN, 1988, p. 46-47).

E, desse modo, no Brasil,

Getúlio Vargas era um próspero latifundiário e, no entanto, assumiu a liderança da luta cujo alvo fundamental era o poder oligárquico e desenvolveu, durante seus dois períodos governamentais, uma política que correspondia essencialmente aos interesses industriais, ainda que tenha feito várias “concessões” substanciais à velha oligarquia. Isto se explica em parte pela mencionada simbiose de interesses mas, sobretudo, pela consciência de setores das classes dominantes da necessidade de impulsionar os interesses fundamentais do sistema de dominação em seu conjunto, para tratar de criar as condições indispensáveis para o desenvolvimento do núcleo central da acumulação capitalista: a base industrial [...] A burguesia industrial se aproveita assim das pautas de funcionamento do sistema oligárquico no nível político assim como se aproveitará também mais intensamente de seu aparato

econômico [...] o financiamento estatal do café mantinha sua produção, favorecia por um lado a oligarquia mas, por outro, e isso era o fundamental, suas receitas eram usadas para custear a compra de matérias-primas e máquinas para a indústria. Temos chamado este fenômeno de acumulação externa de capitais, ou seja, a necessidade de que o capitalismo dependente inclua na reprodução do sistema o setor externo. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 111-112).

Este tema foi magistralmente explorado por Francisco de Oliveira, na sua “Crítica à Razão Dualista” (2013), o processo que se instaura, de maneira geral, constitui-se da mesma dinâmica: expulsão de boa parte dos camponeses das suas terras, deslocamento de grandes contingentes populacionais para os grandes centros, aglomerados que constroem favelas marginais aos grandes centros urbanos ou, são compelidos a se instalarem nas ruas a “mendigar”, “vagabundear”, adentrar ao mundo do “crime” etc. Paralelo a esse processo, como ocorreu nos países de capitalismo central, ergue-se toda uma legislação “sanguinária” que inviabiliza qualquer processo de democratização ao acesso à terra. Observa-se que a população do campo se torna minoritária e nos transformamos numa sociedade urbano-industrial, ou, capitalista em sentido pleno. Essas características saltavam aos olhos ao se observar a realidade rural do Brasil, nas décadas de 50 e 60, como bem observado por, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos (1988),

[...] houve uma classe absolutamente menosprezada pela revolução burguesa no Brasil – tanto por Vargas quanto pelos governantes que lhe sucederam – foi sem dúvida a camponesa. Sua situação permaneceu tal qual no passado: despojada progressivamente de suas terras, analfabeta, doente e faminta. O caráter intocável da questão agrária, embora esta fosse uma condição de suma importância para a ampliação do mercado e para a promoção de um intenso desenvolvimento das forças. Produtivas. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 113).

Assim, ao mesmo tempo em que é produzida muita riqueza nesta sociedade, fruto do trabalho de milhões de trabalhadores, são geradas enormes desigualdades sociais intrínsecas ao desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, Francisco de Oliveira acrescenta que

O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual, mas combinada, *é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores “atrasado” e “moderno”*. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2013, p. 59-60, grifo do autor).

Em um polo, o capitalismo fomenta a produção de riquezas e, no outro, proporcionalmente, produz acentuadamente a pobreza. A demonstração dessa contradição foi abordada também por Marini, vejamos em suas palavras,

Pois bem, o que se pretende demonstrar no meu ensaio é, primeiro, que *produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada.* (MARINI, 2000, p. 160, grifo do autor).

E, se tratando do capitalismo na América Latina essa desigualdade é extrema. E nesse quesito, é precisa a análise empreendida por Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, a respeito do Brasil,

as tendências estruturais do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro tenderão a acentuar, cada vez mais, como necessidade de sobrevivência intrínseca ao sistema, a exclusão das imensas maiorias dos frutos deste desenvolvimento; a intensificar progressivamente a já estreita vinculação das classes dominantes nativas com o imperialismo através da desnacionalização crescente da economia brasileira; de prosseguir a superexploração da classe operária através da manutenção de níveis salariais regressivos ou quando muito estancados. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 146).

A precariedade do trabalho que se manifestava nas indústrias nascentes do Brasil, já estava generalizada no campo, era o que sustentava as análises de Caio Prado Júnior. Tanto que não havia uma legislação trabalhista no campo e quando finalmente foi promulgada, em 1963, se assemelhou a uma transplantação daquela que vigorava para o trabalhador urbano. Frente à essa situação de trabalho deplorável no campo, assim como na cidade, o autor defendia, como objetivo central da Revolução Brasileira, romper com a pobreza do trabalhador e trabalhadora. Encontra-se em suas proposições, como a primeira frente de luta, uma legislação social trabalhista, a qual deveria, antes de tudo, captar a complexidade das relações de trabalho vigentes no campo. Pois, como advertia o autor, se nos propormos analisar e corrigir a “deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora no campo brasileiro — e nisso consiste preliminarmente, sem dúvida alguma, a nossa questão agrária — é disso que nós devemos ocupar em primeiro e principal plano” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 22).

Em relação direta com as precárias condições de vida e de trabalho no campo está a estrutura agrária. Como podemos observar o latifúndio, bem como, o minifúndio, constituem, em quase todos os países latino-americanos, o problema que estrangula o desenvolvimento humano e social do campo e da cidade, além da distribuição de renda, de riquezas e de poder.

São questões que também foram tratadas por José Carlos Mariátegui, em suas análises sobre a problemática agrária no Peru e a conseqüentemente da questão indígena — a luta dos povos indígenas pela terra e pelo direito de produzir nas mesmas. Para o autor, a questão indígena nasce da própria economia, ou seja, “tem suas raízes no regime de propriedade da terra. Qualquer medida de resolvê-la com medidas de administração ou polícia, com métodos de ensino ou obras de estradas, constitui um trabalho superficial ou adjetivo” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 53).

O índio na sociedade peruana é o agricultor tradicional e compõe uma população que fazia parte de um mundo econômico, social, cultural diferente ao que se constituiu a partir da colônia, assim, contudo, agrega o autor, “não nos contentemos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 68). Para o autor, o problema da economia peruana estava na sua própria estrutura, em seu caráter dependente dos mercados internacionais, assim como no caráter da sua propriedade agrária que se apresenta como uma das maiores travas do próprio desenvolvimento do capitalismo nacional.

Assim, o regime de propriedade imprime sua marca no regime de produção e de distribuição das riquezas produzidas socialmente. Em fins dos anos 1970, 1,5% dos fazendeiros latino-americanos possuíam a metade do total das terras cultiváveis e, de acordo com os registros da época, verifica-se que “a América Latina gasta, anualmente, mais de US\$ 500 milhões para comprar, no estrangeiro, alimentos que poderia produzir sem dificuldade alguma em suas imensas e férteis terras” (GALEANO, 1979, p. 139).

Como vimos, a América Latina esteve, desde sua gênese — da “descoberta” à colonização e à estruturação econômica —, dialeticamente integrada, em sua processualidade histórica, ao capitalismo: inicialmente ao capitalismo mercantil, depois ao capitalismo industrial e concorrencial e, em seguida, ao imperialismo (ou, ao capitalismo monopolista), sendo, portanto, parte integrante e constitutiva do seu desenvolvimento, a totalidade capitalista burguesa. Para Traspadini, a América Latina é diversa e una. Ou seja:

diversa no sentido que cada processo particular demarca a dificuldade concreta de explicitar o movimento como se o mesmo fosse linear e homogêneo, quando em realidade é contraditório e conformado por situações concretas muito distintas. Una por sua história demarcar a dimensão sociocultural do poder com tendências homogeneizadoras através da conquista/invasão colonial. Processo que define, a partir de um ambiente de guerra, a hegemonia do capital comercial e bancário europeu em transição para o capital industrial. A unidade definida pelo processo colonial demarca como a diversidade foi substituída por uma única ideia de progresso, modernização, desenvolvimento. (TRASPADINI, 2016, p. 116).

Noutras palavras: a questão agrária é parte do lastro que produz a “questão social”, pois o capital hegemônico que está no urbano, ou melhor, industrializado e urbanizado é o mesmo que hegemoniza o campo através das grandes empresas agrícolas e da engrenagem capitalista do agronegócio⁵⁹; assim como a reprodução de relações não essencialmente capitalistas. Se considerarmos as relações capitalistas na complexidade em que se reveste na América Latina, veremos que sua reestruturação produtiva atinge e relaciona a classe trabalhadora no campo e na cidade. Pois,

Nos centros urbanos, as principais marcas desse processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no fato de que as plantas fabris estão sendo remodeladas para abrigar os rearranjos que apontam para a intensificação da concentração do capital, do crescimento inaudito da urbanização, seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora; como também para acomodar a transferência de segmentos produtivos para outras empresas de menor porte, como parte da terceirização, e na atomização para inúmeros trabalhadores(as) que engrossam as fileiras do trabalho domiciliar, temporário. Nos campos, esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, amparado, pois, de forma mais ou menos direta ao modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). É, pois na totalidade viva do trabalho que estamos direcionando nossas atenções: se camponês, se operário, se as diferentes formas de expressão da laboração humana, da plasticidade laborativa e profissional, encimada nas múltiplas determinações das relações de trabalho e de produção. Essas relações são, pois, expressão do metabolismo do capital e atingem também o universo simbólico da vida dentro e fora do trabalho, ou as subjetividades expressas nas compreensões de mundo, formas de organização, resistência, e das lutas, que em conjunto enriquecem e redefinem os conteúdos e os rumos dos movimentos sociais, especialmente aqueles que estão envolvidos na temática da terra. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 276-277).

Portanto, na América Latina a *questão agrária faz parte da gênese da “questão social”*. Assim, não é “apenas” uma expressão da “questão social”. A primeira hipótese coloca o desafio de pensá-la numa perspectiva mais genuína e é, por isso, aquela que nos filiamos. Essa compressão coaduna-se com a assertiva de que no Brasil, na Argentina e, desse modo, no continente latino-americano, a interpretação e o entendimento de nossa problemática agrária, torna-se crucial para a compreensão e o entendimento, a fundo, da problemática em que se envolvem o conflito entre o capital e o trabalho.

2.7 CAPITALISMO DEPENDENTE E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O desenvolvimento capitalista no continente aprofundava constantemente sua modernização conservadora, o que necessariamente passaria por processos ditatoriais e de

⁵⁹ Elementos que caracterizam o agronegócio serão tratados, com maior detalhamento, no capítulo III da presente tese.

aberturas comerciais dos países dependentes. O eixo de acumulação voltado para as indústrias nas cidades precisava estar vinculado ao processo de modernização da agricultura.

Desse modo, mesmo com a elevação do valor das exportações, a renda e os salários da maioria dos agricultores são ínfimos e as oportunidades de emprego estritamente limitadas. A proposta de solução mágica para o desenvolvimento do campo fora a modernização da agricultura, com seus instrumentos e propostas de aceleração da produção, importados dos países desenvolvidos. Como observa José Graziano da Silva (1982, p. 126), os processos de industrialização dos países periféricos, “que ocorreram na etapa do capital monopolista — submeteu a agricultura a uma ‘modernização conservadora’ na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado”. Pois, é nesse período que se estabeleciam as bases concretas de expansão do capitalismo monopolista no Brasil,

O fato mais transcendental deste novo período é que começa o ocaso do nacionalismo populista e a abertura de uma nova época na qual o capitalismo dependente brasileiro, como todos os demais capitalismo dependentes latino-americanos, descartará sua velha máscara popular e assumirá uma nova face que resulta do novo caráter do sistema dependente. Este se definirá por uma maciça inversão direta de capitais monopolista estrangeiros nos setores básicos da economia brasileira, particularmente no manufatureiro. Tal fato tem profundas consequências econômicas, políticas e sociais, pois tende progressivamente a desnacionalizar a propriedade dos meios de produção já existentes e a estender o domínio estrangeiro, através de novas empresas que se criam, como grande polvo que abarca com seus tentáculos as peças fundamentais do sistema produtivo. À burguesia nacional não resta mais alternativa senão aceitar a situação de sócio menor das empresas estrangeiras ou tentar sobreviver numa posição absolutamente marginal no sistema. Obviamente, seus setores mais lúcidos optam pela primeira solução e, desta maneira, abdicam de sua independência, de seus projetos próprios de um desenvolvimento nacional autônomo. Frustra-se, pois, sem glórias a revolução democrático-burguesa que a burguesia nacional havia impulsionado nos anos 30. O sistema de dominação, que desde seus princípios estava permeado pela dominação colonial e imperialista, começa a abrir-se completamente e em seu eixo central de acumulação capitalista – em sua infraestrutura industrial – coloca um novo agente: a grande empresa monopolista multinacional. (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 121).

É o cenário de convergências políticas para a luta e, todavia, de pensamentos voltados para o nacional-desenvolvimentismo; é o período que se colocam em oposição ao moderno que se propunha contra o arcaico; um tempo de euforia esperançosa da possibilidade de desenvolvimento e de modernização. As ideias e as tensões no âmbito das lutas de classes se expressavam, na assertiva de Florestan, “pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixaram de ser meros instrumentos e vítimas-mudas e passivas do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 328).

O mundo em polvorosa contemplava o apogeu das lutas do movimento estudantil, da atuação do movimento negro nos EUA, da ascensão do movimento operário na Europa, das

lutas de libertação nacional na Argélia e Vietnã, entre outras. O anti-imperialismo também estava presente na América Latina e os ideais de uma sociedade socialista eram bastante presentes nos corações e mentes dos revolucionários mais aguerridos. Nas cidades surgiam movimentos constituídos por trabalhadores do meio urbano e oriundo do meio rural, que não se submetiam passivamente às precárias condições de trabalho.

Oliveira (2013) detalha a importância do desenvolvimento desigual e combinado para os anos 1930-1970, assinalando o pacto não declarado, porém central, que atravessa o período e que assegurou a preservação da grande propriedade (urbana e rural) imbricando-a à industrialização e garantindo a conservação do latifúndio rural e da intensa exploração dos trabalhadores rurais, aos quais foi negado inclusive o estatuto social de “trabalhadores”.

A singularidade do subdesenvolvimento poderia ser resolvida não-evolucionisticamente a partir de suas próprias contradições, à condição de que a vontade das classes soubesse aproveitar a “riqueza da iniquidade” de ser periferia. A inserção na divisão internacional do trabalho capitalista, reiterado a cada ciclo de modernização, propiciaria os meios técnicos modernos, capazes de fazer “queimar etapas”, como os períodos Vargas e Kubitschek mostraram. O crescimento da organização dos trabalhadores poderia levar à liquidação da alta exploração propiciada pelo custo rebaixado da força de trabalho. A reforma agrária poderia liquidar tanto com a fonte fornecedora do “exército de reserva” das cidades quanto o poder patrimonialista. Mas faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu. Ao contrário, esta voltou as costas à aliança com as classes subordinadas, ela mesma já bastante enfraquecida pela invasão de seu reduto de poder de classe pela crescente internacionalização da propriedade industrial, sobretudo nos ramos novíssimos. O golpe de Estado de 1964, contemporâneo dos outros na maioria dos países latino-americanos, derrotou a possibilidade aberta. (OLIVEIRA, 2013, p. 131-132).

Nesse cenário econômico que se apresenta nas décadas de 1950-1960, o Brasil passara por um auge industrializante — modelo de industrialização que tinha como premissa tornar o país urbano e industrial, após deslocar o eixo de acumulação do campo para a indústria com forte intervenção estatal.

foi o ápice da drenagem das populações do campo para as grandes cidades e metrópoles, dada a resistência à reforma agrária e a relutância em universalizar as relações de mercado no campo, incluindo dentro delas, de maneira sistemática, todas as formas de trabalho rural, “são evidentes o significado e as implicações da nova transformação capitalista para o mundo agrário brasileiro”. (FERNANDES, 2005, p. 325).

Associa-se, portanto, com a expansão do capitalismo monopolista e as propostas modernizantes, os sucessivos golpes militares que ocorrem neste período, que, por sua vez, aprofundam sistematicamente a relação de dependência e de domínio do capitalismo central sobre nossas economias.

Este nuevo carácter de la dependencia, que empieza configurarse a partir de la

posguerra, provenía del hecho de que la penetración del capital extranjero ya no se circunscribía sólo al sector primario-exportador sino que paulatinamente se dirigía hacia el sector manufacturero a través de inversiones directas de capital-maquinaria. Las burguesías industriales – allí donde han tenido la posibilidad histórica de desarrollarse como tales – no tienen otra opción para sobrevivir como clase que asociarse, en la condición de socio menor, al capital extranjero. Son muchos los factores que determinan la marcha inexorable de este proceso de asociación de las burguesías criollas al capital extranjero [...] Sólo interesa subrayar - ¡una vez más! – que el resultado de la desnacionalización de la propiedad privada de los medios de producción tenía que determinar el fin de los proyectos de desarrollo nacional autónomo. La consecuencia de este proceso en el plano político fue sin duda el abandono realista, por parte de las burguesías nacionales del nacionalismo populista, es decir, de la ideología que preconizaba el desarrollo nacional antiimperialista con base en la pretendida alianza con las clases dominadas. (BAMBIRRA, 2010, p. 133-134).

O golpe civil-militar interrompeu a possibilidade mais concreta de realização de reformas estruturais no Brasil e demais países dependentes. O regime militar brasileiro seria o precursor de uma nova etapa política na América Latina, em que as forças armadas como instituição assumiria a responsabilidade da gestão do Estado (BAMBIRRA; SANTOS; 1988). Pode-se dizer que os golpes militares foram uma espécie de “contrarrevolução burguesa” — para usar a denominação de Florestan Fernandes. Para o autor, a ditadura burguesa foi produto/resultado de uma política preventiva contrarrevolucionária orquestrada de fora, em conjunção com as burguesias internas. A burguesia reagira de maneira predominantemente reacionária, conservadora e antidemocrática. O elemento ou dimensão humana do trabalho e a “paz social” são figuras de retórica, como bem enfatizou Fernandes (2005, p. 233), “de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar”.

Uma contrarrevolução que devia impedir as revoluções, possibilitar a modernização dependente e a defesa intransigente da regeneração dos costumes e da estabilidade da ordem. Assim como em outros períodos da história, a burguesia não queria ampliar as reformas, não permitiria os avanços da emancipação política e a efetiva participação popular. A força desta argumentação se insere na sequência de golpes que ocorrem na América Latina após o que ocorrera no Brasil em 1964. Seguiram-se Chile em 1973, Argentina em 1976 e Uruguai em 1973.

Somados no conjunto deixaram patente que o movimento autocrático burguês constitui uma alternativa que conta com reforço externo bastante forte e estável. O estilo de transformação política constituiu-se de uma composição civil-militar, com atuação militar direta no gerenciamento das ações. Conjuntamente com a ditadura civil-militar que se instaura em 1964, no Brasil, se instaura um processo de modernização conservadora que teve como

característica a industrialização, a urbanização acelerada e a modernização do Estado brasileiro, inclusive com expansão de políticas sociais centralizadas nacionalmente. A longa ditadura militar de 1964 a 1984, prosseguiu, agora nitidamente, com a “via prussiana”: fortíssima repressão política, mão de ferro sobre os sindicatos, coerção estatal no mais alto grau, aumentando a presença de empresas estatais, de abertura ao capital estrangeiro e de industrialização forçada (OLIVEIRA, 2013, p. 132).

Nesse sentido, os golpes militares foram mesmo preventivos, inseridos numa estratégia de contrarrevolução preventiva patrocinada pelos EUA, impondo uma profunda derrota às lutas das classes trabalhadoras. Por inúmeras vezes o Estado e os seus respectivos governos reprimiram as organizações urbanas e rurais, e, paliativamente concedia direitos sociais ou políticos, na intenção de conter os conflitos e o avanço das lutas sociais e as maiores conquistas do setor. Os regimes destacam a articulação das classes dominantes nacionais em torno de um objetivo primordial;

[...] o de consolidar a dominação burguesa (em nome da defesa do *sistema da iniciativa privada* e do monopólio do poder pelos “setores esclarecidos” das classes dominantes) [...]. A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação política econômica sob a égide do Estado, foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade” [...] é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo. (FERNANDES, 2005, p. 256-257).

Assim, a ditadura aberta de classe e os seus regimes tecnocráticos-militares levariam a cabo os projetos de integração regional. Conforme as indicações de Marini (2014),

A integração da economia se estabelece, de fato, como uma forma de levar ao auge, na América Latina, a integração imperialista dos sistemas de produção, no quadro de uma situação econômica marcada por uma capacidade potencial crescente da oferta e uma restrição sistemática das possibilidades de consumo. Esta situação, diretamente relacionada à difusão de tecnologias que economizam mão de obra numa estrutura de produção profundamente monopolista, conduziu a formação de ilhas caracterizadas por um relativo desenvolvimento industrial e urbano e dispersas entre grandes áreas rurais. Na medida em que a extrema concentração da propriedade e da renda freia o desenvolvimento das áreas rurais e das próprias ilhas industriais, não se pensou em nada melhor que interligar estas ilhas e, voltando as costas às famintas massas camponesas, integrá-las num sistema mais ou menos coerente. É evidente que isto impõe um novo esquema de divisão internacional do trabalho, afetando não apenas as relações entre os países latino-americanos e os centros de dominação imperialista, mas também as relações daqueles entre si. (MARINI, 2014, p. 64).

E os países dependentes por estarem penetrados e mediatizados pela dominação imperialista, a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial, em sua luta pela expansão econômica, assumem um perfil subimperialista, que corresponde, por um lado, ao

surgimento “de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial — na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção — e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro” (MARINI, 2014, p. 41).

A divisão internacional do trabalho aprofunda as relações de dependência entre os países dependentes e os centros de dominação, bem como a conformação de relações de exploração entre os próprios países latino-americanos. Conforme as palavras de Marini (2014),

Cada avanço da indústria latino-americana afirmará, portanto, com maior força, sua dependência econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas. [...] se estabelecem níveis ou hierarquias entre os países da região, segundo os ramos de produção para torná-los simples mercados consumidores. As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar os países vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente [1974] o regime argentino procura imitar. (MARINI, 2014, p. 65).

Em outras palavras, “uma política de domínio compartilhado com outras nações, dentro das regras do jogo da grande potência imperial, o que por certo limita as possibilidades de manobra da burguesia e define seu papel subjugado de classe dominante-dominada (BAMBIRRA; SANTOS; 1988, p. 142)”.

Para administrar a “questão social” do campo, no Brasil o principal mecanismo utilizado foi o Estatuto da Terra (1964) — segundo documento formal, sobre a pauta da questão agrária brasileira, depois da criação da Lei de Terras (1850). Nesse documento, o apontamento do sentido do desenvolvimento econômico brasileiro é exposto logo no “capítulo I - princípios e definições”, com expressiva caracterização da função do campo na política de desenvolvimento industrial,

1º) Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade; - 2º) Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (ESTATUTO DA TERRA, 1964, p. 3).

No entanto, não se altera a lei substancialmente e as oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação. A superação do atraso na agricultura, debatido em diversos espaços pautava-se pela emblemática situação de subordinação econômica e política da agricultura à indústria. Logo, esse atraso precisava ser

superado por meio de um processo de “modernização da agricultura” que precisaria ser urgentemente colocado em prática.

Como proposta de desenvolvimento apontou-se um processo de modernização conservadora, que no geral significa a penetração de elementos urbanos industriais, portanto, capitalistas na sociedade; processo este promovido sem e contra o povo, mas, no qual o Estado cumpre um papel importante. As linhas prioritárias deste modelo de modernização eram conduzidas a partir dos interesses dos monopólios, do capital estrangeiro e dos grandes grupos nacionais. Em vista disso, ocorre um rápido e intenso processo de “modernização”, onde, “a mecanização da lavoura e a introdução de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais” (STEDILE, 1999, p. 15).

Ocorre, dessa forma, um processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, de modernização tecnológica do campo, mantendo a concentração, da propriedade privada da terra e a exclusão social. As palavras de Norma Giarraca e Miguel Teubal refletem a problemática e ressonância da ditadura no campo Argentino:

Durante la dictadura de 1976, se desarrolló un proceso caracterizado por una inusual concentración de poder, lo cual posibilitó la puesta en marcha de profundas transformaciones con fuerte disciplinamiento social que crearían las condiciones para que, una década después, ya en democracia, se profundizaran las medidas neoliberales sin grandes costos políticos. En efecto, la apertura de la economía nacional a la competencia internacional, el sobredimensionamiento del sector financiero, el aumento de la deuda – deuda privada externa, que por esos años se traspasa al Estado – fueron medidas y tendencias acompañadas de un alto nivel de represión social y política, que dejó sin margen de acción a los sindicatos y al resto de las organizaciones sociales. Es importante destacar que, en el sector agrario de esta etapa, los actores tuvieron comportamientos políticos claramente diferenciados. Las Ligas Agrarias, asociación de pequeños agricultores familiares y campesinos, fue objeto de feroces represiones, y sus principales dirigentes sufrieron cárcel, desapariciones y exilio. Otro tanto sucedió con las organizaciones de trabajadores rurales como la Federación Obrera Tucumana de la Industria Azucarera (Fotia): a su máximo dirigente lo fusilaron en las oficinas de Buenos Aires, el mismo día del golpe de Estado. Así también, la agrupación de pequeños y medianos agricultores, la Federación Agraria, mantuvo en casi todo el período un profundo silencio gremial – no obstante, su máximo dirigente, Humberto Volando, salió en apoyo de los reclamos de los organismos de derechos humanos, sobre todo en los finales de la dictadura. Lo cierto es que las corporaciones ligadas a los grandes productores agropecuarios gozaron de los privilegios de un gobierno que tuvo a varios de sus hombres – mayormente de la Sociedad Rural Argentina (SRA) – en sus filas. Hasta el día de hoy, grandes productores e ingenios son acusados de haber colaborado con la desaparición de obreros, campesinos y pobladores. (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 142-143).

Cabe destacar que este processo de desenvolvimento e de transformações socioeconômicas que a agricultura sofreu na década de 1970, foi tratado e denominado por

José Graziano da Silva⁶⁰, como “modernização dolorosa”, ou seja, a expressão denota os avanços tecnológicos propostos pela modernização, bem como, a sua recusa às mudanças fundamentais na forma estrutural da propriedade e uso da terra.

Associada a estas proposições de desenvolvimento, um pacote tecnológico completo disseminado, a partir da segunda metade do século XX, na agricultura dos países ditos subdesenvolvidos, foi a denominada “revolução verde”⁶¹. Que entrou em cena primeiramente no Brasil e posteriormente na Argentina. A “revolução verde”, em sua base tecnológica, era um conjunto de técnicas que reunidas deviam ser recomendadas aos produtores rurais como mecanismo de aumentar a sua produtividade agrícola. Tratava-se de sementes melhoradas (híbridas, para estabelecer a dependência dos agricultores em comprar sementes em todas as safras), adubos químicos, mecanização das grandes propriedades e os venenos de maneira geral (herbicidas, fungicidas, inseticidas, vermícidias). Dessa maneira, o modelo agrícola “de importação”, trouxe consigo esse pacote tecnológico para ser aplicado ao campo. Estas tecnologias impostas eram oriundas da Revolução Industrial pós Segunda Guerra Mundial — acrescido de outros fatores tecnológicos de última geração.

Nesse aspecto, o objetivo dessa “modernização” foi permitir que grandes empresas do capital internacional introduzissem insumos químicos e implementos agrícolas em nossos mercados, obtendo lucros extraordinários e, conseqüentemente, aprofundar a nossa dependência de um “pacote” tecnológico. Nesse mesmo período, o Congresso Norte Americano e o programa do USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) resolveram apoiar a criação dos sistemas de pesquisas públicas e de assistência técnica para adequação e difusão da tecnologia da “revolução verde”.

No Brasil, em 1965, foi instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural e houve reformulação na Política de Garantia dos Preços Mínimos, visando repassar ao conjunto da sociedade os prejuízos decorrentes da instabilidade de preços comum no setor agrícola. Entre 1965 e o início dos anos 1980, o crédito rural subsidiado constituía-se no principal instrumento de política agrícola. Através da oferta de crédito rural farto e barato o governo procurou compensar o setor agrícola da transferência de recursos a que estava submetido.

O estado brasileiro encarregou-se de criar as condições para que o processo de modernização agrícola se efetivasse, através da implementação de mecanismos, visando, por um lado, expandir o mercado interno de máquinas e insumos industriais, e por outro lado, ampliar a oferta de produtos exportáveis e de matérias-

⁶⁰ Autor do livro “A modernização dolorosa”. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

⁶¹ Entre aspas, porque contraditoriamente essa inversão do capital no campo não tem nenhuma propensão em ser “verde”, no sentido que socialmente agregamos ao verde, como preservação da natureza, da terra e dos povos que vivem no campo.

primas para a indústria o processo de modernização da agricultura foi fortemente subvencionado pelo Estado. (HESPANHOL, 1997, p. 41).

A institucionalização da assistência técnica e extensão rural ocorrem, portanto, a partir das décadas de 50 e 60, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em 1948, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1972 e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1974, etc. Na Argentina, essas ações no âmbito da intensificação tecnológica da agricultura, através da disponibilização de créditos, da política de geração e difusão de tecnologia, de subsídios a incorporação de tecnologia, culminam com a criação do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária (INTA)*, em 1950. Para Norma Giarraca e Miguel Teubal,

La gran transformación agraria tal cual la conocemos hoy, en términos económicos apenas despuntaba. Es la etapa de la “agriculturización”, cuando se extienden los cereales de la “revolución verde”: nuevas variedades, híbridos que permiten ciclos más cortos y una doble cosecha. Se legitiman los contratos accidentales por una cosecha y surge la figura del “contratista”. Es, además, el momento de la transnacionalización de la industria de insumos, de la profundización de la apertura de los bancos genéticos de los organismos oficiales, como el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (Inta) y del traspaso a las empresas privadas de funciones de investigación y venta de semillas. (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 143).

Assim, o ciclo começa e se aprofunda historicamente, as sementes são produzidas para serem cultivadas em grande escala e em monocultura, da mesma forma que os herbicidas, os fungicidas, os inseticidas, os adubos químicos e as máquinas agrícolas. A grande indústria desses produtos — as maiores transnacionais ligadas à agropecuária — se mantêm hegemônicas devido ao monopólio da produção e da venda.

No campo, essa acepção de modernização conservadora denota o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia. Em síntese, significou a manutenção da estrutura da propriedade privada da terra e avanço da adoção do pacote tecnológico importado pelas grandes transnacionais. Como podemos verificar na abordagem de José Paulo Netto, sobre o caso brasileiro:

no campo, porém, o fenômeno mais importante, nos anos do “milagre econômico”, foi a rápida expansão e consolidação do capitalismo: é neste período que as relações capitalistas dominam a realidade agrária, agrícola e agropecuária sem destruir as formas pré-capitalistas da grande propriedade fundiária, mas, ao contrário, subordinando-as à sua dinâmica; este processo de *refuncionalização do latifúndio* levou a que especialistas o denominassem “Modernização Conservadora”, posto que conservou o *monopólio oligárquico da terra* – a questão central da reforma agrária foi deslocada pelos *projetos de colonização*, com a criação do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (1970). (NETTO, 2014, p. 149, grifo nosso).

O projeto da economia modernizante-conservadora para o campo no período da ditadura civil-militar (1964-1985) demonstra que:

a história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema do crédito público à agricultura brasileira e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem um caráter de um pacto da economia política⁶², em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização de interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado (DELGADO, 2012, p. 91).

Esse processo atingira fortemente o campo, dinamizando a ampliação da burguesia rural e a concentração da propriedade da terra que, por sua vez, arruinaria o campesinato tradicional e integrado sem, contudo, eliminar o latifúndio. Conforme explica Sônia Regina de Mendonça,

além de colonizar fronteiras em favor do grande capital, nacional e estrangeiro, a política de “modernização” da agricultura perpetrada pelos governos militares a partir dos anos 1960 pautou-se por outro aspecto essencial: a farta concessão de créditos e subsídios estatais, seletivamente direcionados para a agricultura patronal, de modo a disseminar tecnologia e privilegiar produtos destinados à exportação ou vinculados a programas energéticos – como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) (MENDONÇA, 2010, p. 49).

A estrutura fundiária no Brasil, assim como em outros países da América Latina mantém um padrão, no tempo e no espaço, com alto grau de concentração e elevado nível de desigualdade sobre a propriedade da terra. Na Argentina, os setores *terratienientes* tradicionais, historicamente beneficiados pela lógica agroindustrial se transformaram nos “novos” empresários do campo, ou seja, incorporaram as mudanças necessárias para sua inserção capitalista contemporânea.

Tenuemente, el sector terrateniente va siendo amenazado en su poder histórico frente al avance de los actores del agronegocio y otros provenientes del sector financiero, que comienzan a incidir significativamente sobre los procesos agrarios. Se necesitó unos cuantos años – los primeros de la democracia – para que el sector terrateniente se adaptara al nuevo modelo de la economía general, participara en privatizaciones y hasta llegara al Congreso Nacional con diputados propios que levantaron la defensa sectorial. También sus encumbrados dirigentes participaron en la nueva configuración económica y política que ya se perfilaba como irreversible. Precisamente, con el regreso a la democracia en 1984, durante el gobierno del Partido Radical, se van desplegando lentamente los cambios estructurales preanunciados en el período anterior: se discuten las privatizaciones paralelamente a la sistemática crítica al Estado en sus funciones empresariales, se mantiene la centralidad del sector financiero, el sector agrario comienza lentamente a incorporarse al nuevo modelo económico y sociocultural. No obstante, la profundización llega con el gobierno de Carlos Menem y el plan de convertibilidad aplicado a partir de 1991(143-144). [...] En 1993 y 1994, se desencadenó una serie de paros y marchas agrarias, hasta que, en 1996, apareció una propuesta de “salida”. Se trataba de profundizar el modelo neoliberal dentro de la agricultura,

⁶² Guilherme Delgado explica o novo pacto da economia política como a articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra. (DELGADO, 2013, p. 109).

lo que vino de la mano de la autorización del uso de la semilla transgénica y de la expansión de la producción sojera. (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 144).

A realização da modernização na agricultura — já prevista por Marx (2011) — é considerada patológica por Martins (2003). Subsidiada pelo Estado, ela ocorre mais rapidamente do que a capacidade da sociedade em criar alternativas de trabalho para os trabalhadores que ela descarta e recusa. Na Argentina, por exemplo, no período que vai de 1955 a 1975, a produção primário-exportadora e a sociedade rural se transformam e se adaptam a novas condições. O latifúndio e a produção agrária se modernizam relativamente e “o eixo da nação se desloca cada vez mais, de muitos pontos de vista, pela industrialização substitutiva de importações e serviços, pelo Estado central” (KAPLAN, 1988, p. 52).

A forma específica do desenvolvimento capitalista no Brasil, de acordo com Graziano da Silva (1982, p. 36), “reafirmou a grande propriedade como um dos seus baluartes. Ou seja, a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra”.

Montou-se um sistema de política agrícola voltada para a desoneração dos riscos produtivos, de incentivo à integração técnica agricultura-indústria e ao mesmo tempo, manteve-se o pacto agrário do setor dominante. A velha propriedade rural conservando sua grande dimensão vai se tornando progressivamente empresa agrária capitalista, mas no quadro de manutenção de formas de trabalho fundadas na coerção extraeconômica. Segundo Graziano da Silva,

o capital industrial e financeiro subordinou a agricultura a seus interesses, convertendo-a num campo a mais para a inversão de capital, sem que tivesse conseguido transformá-la inteiramente num ramo da indústria [...] a forma particular que assume o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira importa não em transformar diretamente toda a produção, mas em se aproveitar das condições mais propícias para sua expansão, necessitando constantemente do amparo do Estado para efetivar tal transformação, mesmo que de maneira lenta e desigual (SILVA, 1982, p. 11).

Outro modelo agrícola que se diferencie dessa lógica — quando não é incorporado pelo modelo de produção dominante —, que produz em escala menor, que trabalha a diversidade de culturas, que utiliza a adubação orgânica e controle natural de pragas etc., não serve ao capitalismo dependente subordinado aos países centrais. A terra concentrada garante a reprodução da lógica capitalista aqui estabelecida, ou seja, dependente. Assim, Graziano da Silva afirma que,

as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de

primeira necessidade. Dada a persistência de um padrão de distribuição da renda altamente concentrada no setor urbano, a maior parte da população desse setor se caracteriza por possuir um baixo poder aquisitivo. Assim, o estímulo que o crescimento urbano-industrial deveria proporcionar às áreas rurais através do mecanismo de preços (aumento da demanda – aumento do preço - aumento da oferta) não atinge o objetivo de dinamizar as áreas produtivas de alimentos básicos: o preço desses gêneros não pode subir sem que se elevem os níveis reais de salários mais baixos, fonte de renda da grande maioria da população urbana. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 31).

A política de crédito adotada favoreceu a capitalização da grande propriedade. Para Delgado (2012, p. 91), “o mercado de terras e o sistema de crédito rural ambos sob o patrocínio fundamental do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de capital financeiro na agricultura”. Em suma, grandes empreendimentos sustentados em sua maioria pelos subsídios estatais diretos — como os incentivos fiscais e, indiretos — como o crédito rural e as facilidades para abatimentos no imposto de renda. O que se observa então é que boa parte destes recursos são, por sua vez, investidos na compra de terras, que se transformam em reservas de valor⁶³.

Para Mendonça (2010), o processo de modernização conservadora no campo levou à redefinição dos papéis desempenhados pelo Estado, em sentido estrito, mediante a concessão de créditos subsidiados, a intocabilidade da estrutura fundiária e os incentivos fiscais dados às atividades agropecuárias e conexas. Foi resultante desta intervenção no campo, a expropriação do produtor rural motivada pela mecanização, a ruptura de relações sociais tradicionais, a emergência de novas posições sociais, novos personagens e novos interesses da classe dirigente.

O caso brasileiro e argentino tem grandes similitudes, no que condiz a associação entre modernização e agricultura, este processo se estende por um largo período histórico, com diferentes processos de inovações produtivas e tecnológicas que se arrastam desde meados do século XIX, a inserção no comércio mundial, para atender a demanda dos países industrializados e favorecer a entrada do país, como fornecedor de matérias-primas. Conforme assinala as autoras, Carla Gras e Valeria Hernández,

[...] fue a mediados del siglo XX cuando esa asociación tomó un nuevo vuelo, proceso que se conoció como la etapa de modernización del agro argentino, durante la cual se extendieron el uso de insumos de origen industrial y la mecanización de labores. A partir de finales de la década de 1980, cobraron centralidad capitales diferentes de los agrarios, y se expandieron los vínculos de la producción agraria la oferta de insumos industriales y con los requerimientos de las industrias de alimentos. (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013, p. 20).

⁶³ Esse é o caso das grandes extensões de terras submetidas à especulação imobiliária, dos imóveis “vazios” à espera de valorização dos investimentos em pecuária extensiva e outras formas de reservas de valor.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura através da sua modernização conservadora, além de ser desigual enquanto projeto continental enquanto região, também mantinha os níveis de desigualdade interna através da concentração regional dos parques investimentos. Delgado (2012) nos apresenta uma fidedigna síntese deste processo modernizante e conservador. Salienta o autor:

esse estilo de política econômica e de mediação social sustentou-se sob várias condições gerais da economia e da sociedade nesse período. Requereu uma industrialização e urbanização rápidas, demandando mão de obra não especializada. Solicitou construção de um gigantesco aparato fiscal e financeiro regulador da distribuição da renda e da riqueza intraclasses agrárias, e destas em relação ao empresariado industrial emergente. Apoiou-se na fragilidade social e política da base da pirâmide social em comparecer à esfera pública com demandas próprias e concorrentes àquelas que constituíram o pacto da “modernização conservadora” (DELGADO, 2012, p. 20).

No Brasil, assim como na Argentina, os polos de investimentos se concentraram internamente em determinadas regiões e em restritos setores como o da monocultura de grãos e da criação de animais, em detrimento de outras regiões do país com formas produtivas diversas e com pequenas unidades produtivas. Como adverte Claudio Katz, a soja é um típico exemplo deste novo esquema agrícola e, “tem se difundido na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, destruindo outros cultivos, mediante um modelo que utiliza sementes transgênicas e dependência da Monsanto como única fornecedora” (KATZ, 2016, p. 20). Essas transformações no campo inserem-se nos signos da conformação de um novo padrão de reprodução na América Latina, que é qualificado como padrão exportador de especialização produtiva, o qual começa a tomar forma a partir dos anos 1970-1980 e que, portanto,

se caracteriza pelo regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ ou primários, seja de realocação de segmentos produtivos, novas organizações da produção, em geral qualificadas como ‘toyotismo’, flexibilidade laboral e precariedade, economias voltadas à exportação, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência (OSÓRIO, 2012, p. 85).

A partir das contribuições expostas sobre a problemática agrária, brasileira e Argentina, é que sustentamos que não houve um caráter resolutivo dos problemas manifestos na questão agrária. Para Roberta Traspadini (2016), as questões relativas a essa problemática passaram longe de superar “o fim das desigualdades sociais no campo e de potencializar a produção familiar para a resolução dos problemas internos vinculados à alimentação, à terra e ao trabalho” (TRASPADINI, 2016, p. 233).

A questão agrária, em ambos os países, no âmbito do capitalismo dependente recebeu uma fina maquiagem que mascara as suas verdadeiras “imperfeições estruturais” do

desenvolvimento econômico. Verifica-se, portanto, como necessário, aos estudos das relações de dependência desses países, nos dedicarmos ao estudo da questão agrária.

Até o século XIX, a constituição do capitalismo no mundo conformou uma função para América Latina na divisão internacional de trabalho como produtora de bens vitais à cotidianidade do capital e do trabalho na economia europeia e estadunidense. Após as independências esse processo sofre transformações que, não somente não resolveram os problemas históricos relativos à terra e ao trabalho na América Latina, “mas principalmente acentuam as mazelas dos sujeitos subsumidos a esse sistema, cujas heranças exigem uma reflexão sobre o presente-futuro nos limites civilizatórios do capital” (TRASPADINI, 2016, p. 167).

Nessa divisão temos os territórios coloniais com estruturas de produção divididas internacionalmente e subordinadas a mecanismos de procura externos. Os padrões que regem a economia latino-americana ancoram-se na competição, no investimento e na exploração. E esta é a nova situação da região na organização capitalista, ou seja,

[...] a atual exportação de matérias-primas e/ou alimentos, com seus consequentes efeitos nocivos para o meio ambiente, do fato de que a maior parte dessa produção, gerada em núcleos produtivos reduzidos, é destinada a mercados externos e a um reduzido mercado interno com alto poder de consumo, levando ao declínio dos salários e à conseguinte pobreza geral, uma vez que a população trabalhadora local deixa de comparecer como elemento dinâmico na realização da mais-valia. Com isso se sustenta a transferência de valores para os centros imperialistas e o recurso à superexploração como mecanismo de compensação de tais transferências e de suporte para o capital que opera na região enfrentar a concorrência nos mercados internacionais. Assim, é a própria dependência que se reproduz, como modalidade particular do capitalismo e de inserção na acumulação mundial. (OSÓRIO, 2012, p. 105).

O salto de qualidade dado pelo capital será efetivado a partir do seu processo de reestruturação produtiva que significaria, portanto, o avanço neoliberal na América Latina, iniciado na primeira metade dos anos 1970. Forjado a partir das ditaduras militares instauradas no Cone Sul, o neoliberalismo converge com a divisão internacional do trabalho, o que nos remete a um padrão de especialização exportadora que recria a inserção internacional da região como provedora especializada *ad eternum* de produtos primários, agrícolas e minerais.

O desenvolvimento do capitalismo, neste estágio particular monopolista, revela a sua plena capacidade de domínio e subjugação dos povos. Um aprofundamento das relações imperialistas que permitem ao capital um aumento exponencial das taxas de lucros. Para Ernest Mandel (1982), o estágio monopolista do capitalismo, pode ser analisado a partir de três fases distintas e intrinsecamente interligadas: a primeira (1890-1940), considerada liberal

ou clássica; a segunda (1945-1973), ‘fase de ouro’; e; a terceira (de 1970 até o período atual), de capitalismo tardio. Nesse aspecto, pode-se considerar que o capitalismo avança entre movimentos ascendentes e descendentes da acumulação de capital, e esta movimentação no decorrer de um determinado ciclo econômico pode ser caracterizada, segundo Mandel (1982) da seguinte forma:

Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na *aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação* (MANDEL, 1982, p. 75, grifo do autor).

O movimento histórico real dos sujeitos sociais concretos consolida o capitalismo enquanto modo de produção e, no bojo destas relações se apresentam distintos momentos e situações, que em um curto espaço de tempo revelaria o ápice de seu crescimento em uma dimensão proporcional a suas crises. A humanidade, portanto, não passaria ileso por duas grandes Guerras Mundiais, pelos processos de lutas e alternativas socialistas, por amplos processos de rebelião e guerras emancipatórias, pela organização da classe trabalhadora em partidos e movimentos sindicais etc.

Do ponto de vista histórico, ante a ascensão do capitalismo monopolista se levantam processos intensos de lutas. As alterações produzidas pelo novo padrão de desenvolvimento capitalista introduzem mudanças na consciência, nas lutas de classes e na solidariedade das classes operárias, onde se expressam as possibilidades de lutas e de resistências. E, mais uma vez, a história se repete e, se revela uma longa crise mundial, que culmina com uma tentativa de total inversão da dinâmica capitalista das fases anteriores, o fim das conquistas dos trabalhadores do centro — durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare State*⁶⁴.

Elimina-se concretamente possibilidades de realização de Estado de Bem-Estar Social no Brasil, tal como ocorrera nos países centrais. As bases, portanto, de um frágil “Estado

⁶⁴ Estado de Bem-Estar Social ou, de *welfare state*, foi a denominação para um conjunto de conquistas da classe trabalhadora que se efetivaram, durante a fase do capitalismo monopolista, em determinados países europeus. Estes direitos se efetivaram, por meio de políticas sociais, sob a confluência da forte pressão dos trabalhadores/as e da necessidade do Estado monopolista de legitimar-se, perante a experiência socialista da Revolução Russa. No entanto, cabe destacar que, mesmo na experiência inglesa, não se generalizaram para o conjunto da classe trabalhadora, o acesso a essas políticas, priorizou-se homens brancos e uma parte significativa da força de trabalho como as mulheres, as populações negras e os/as /as estrangeiros ficaram de fora, ou seja, a materialização de processos de generificação e racialização no acesso a essas políticas e direitos nas experiências de Estados Sociais. Aprofundamentos sobre esta problemática podem ser encontrados no texto de Thiago Romão de Alencar: “Processos de generificação e racialização nas políticas públicas de bem-estar social nas políticas públicas de bem-estar social: o caso do Reino Unido”. Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.7, n. 12, jan./jun. 2019. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.

Social” no Brasil, se dissipava sob um ataque sistemático as essas efêmeras e incipientes reformas. O neoliberalismo apresenta-se como solução ao capitalismo que já dava sinais concretos de esgotamento. Carlos Nelson Coutinho (2005) aponta para essa mudança na ordem do dia do capital, bem como, da necessidade de ampliar o caminho de nossa interpretação, ou seja,

parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de revolução passiva, mas sim o de contrarreforma. [...]. Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de ‘vitória da economia política do trabalho’ e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. (COUTINHO, 2010b, p. 37).

Na mesma linha interpretativa, encontraremos no Brasil as contribuições de Behring (2008) e Oliveira (2010), que vão afirmar que nesse período não se pode falar de *via prussiana*, *revolução passiva* e de *modernização conservadora*, para se explicar o que ocorreu nos anos de ascensão neoliberal em 1990 e; sim, de *contrarreformas*. Por isso, “não é possível caracterizar o processo em curso como modernização conservadora, mas como uma contrarreforma, que mantém a condução conservadora e moderniza apenas pela ponta — a exemplo da telefonia” (BEHRING, 2008, p. 198)⁶⁵. Sendo, contudo, um daqueles momentos reveladores do conservadorismo das forças burguesas, assim como da sua função reacionária nas periferias.

Em função do que foi exposto até aqui, entendemos que é sob as contradições latentes do campo e da questão agrária em nosso continente é que entenderemos o desenvolvimento desigual e combinado em seu movimento geral e particular, bem como, a particularidade da questão agrária e da dependência na América Latina e o processo de lutas de classes que se elevam a partir dessas conformações.

Os elementos que irão dar continuidade à discussão e caracterização desse período de ataques ao mundo do trabalho, de desconstrução dos direitos já conquistados e, sobretudo das implicações que isto levará para as classes trabalhadoras no campo, serão objetos de análise do próximo capítulo.

⁶⁵ Para uma apropriação dos elementos deste debate e conceituação no Brasil, ver elementos compilados e defendidos pela autora Elaine Behring, em *Brasil em contrarreforma desestruturação do Estado e perda de direitos* (2008).

CAPÍTULO III

3 CRISE DO CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO E AGRONEGÓCIO

Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo
(DRUMMOND, 1992, p. 115).

Ao longo desse capítulo trataremos dos elementos constitutivos da crise do capital e o seu processo de reestruturação a partir da década de 1970. A exposição buscará retratar os elementos que culminam com a saída capitalista, via neoliberalismo e o seu processo de consolidação. Nesta época, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, o que se observa é na verdade, uma tentativa aberta e eficaz de eliminação desses direitos, de negação das reformas já conquistadas pelas classes trabalhadoras.

Iremos refletir sobre o avanço do neoliberalismo na América Latina e a sua particularidade no campo por meio do agronegócio. A discussão no âmbito do *agronegócio*, pretende revelar a sua verdadeira expressão, ou seja, a objetiva inserção das relações produtivas do campo ao processo de mundialização do capital. A forma como essas relações se expandem pelos países do continente e impõem sua lógica de dominação, de livre comércio, ou mais precisamente, de grandes conglomerados e monocultivos que garantem os seus lucros extraordinários.

A verificação do que significa esta expansão em toda a região, bem como as consequências desse modelo produtivo que afeta diretamente a vida dos povos do campo. Que por onde essa potencialidade destrutiva avança, se devasta a natureza, se arrasa povos, se elimina vidas e se apropria terras.

As expropriações, os massacres, os extermínios em nosso continente não ocorreram sem resistências, a sangue corre pelas veias e sulcos das terras latino-americanas. Assim a história e a lógica capitalista de produção seguem seu curso e, se repete, ora como farsa e, ora como tragédia.

3.1 CRISE DO CAPITALISMO E SAÍDA NEOLIBERAL

Retomando as análises e formulações iniciais sobre esta tendência inevitável do capitalismo, encontramos em Marx, no “Manifesto Comunista” (2010), que as crises são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, dado que a produção capitalista cria barreiras à sua própria expansão. Ao procurar superá-las, somente o faz por meio de movimentos

restauradores que, ciclicamente, repõem novas barreiras ao seu desenvolvimento. Este processo é determinado pela incessante busca de lucros e mediado por iniciativas econômicas e políticas que permitem tanto a existência de períodos em que prevalece a destruição massiva das forças produtivas quanto a emergência de ciclos de prosperidade, historicamente em alternância.

Seguem a linha interpretativa de Marx (2010) sobre as crises do capital, Mandel (1990) e Mészáros (2009), em que se afirma que a história do desenvolvimento do capitalismo é uma sucessão de crises cíclicas e estruturais, ou seja, as crises são constituintes do processo de produção e reprodução ampliada do capital.

Para Mészáros (2009), a crise estrutural do capital demonstra que o sistema de capital, ou o capitalismo, depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de crise estrutural, uma crise longa e duradoura, sistêmica e estrutural. Nesta análise, apontam-se tendências da desintegração das formas tradicionais de enraizamento hierárquico-estrutural da divisão funcional do trabalho, sob o impacto da concentração do capital e da socialização do trabalho.

Encontramos nas proposições do autor uma crítica devastadora às engrenagens que caracterizam o sistema sociometabólico do capital, um sistema de capital, que se converte numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva. Quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humanos-sociais vitais, a produção e o consumo supérfluos geram a corrosão do trabalho — precarização e o desemprego estrutural—, além da destruição da natureza em escala global, jamais vista anteriormente. Nas palavras do autor,

A verdade dessa matéria perturbante é que pode não haver caminho de volta para essas contradições essencialmente suicidas – contradições que são inseparáveis do imperativo da infundável expansão do capital a todo custo, confundindo de forma arbitrária e mistificadora com crescimento como tal – sem a mudança radical do nosso modo de reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2009, p. 27).

Concordamos com o autor, quando afirma que o capital instaurou um sistema voltado para a sua autovalorização, que independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade, assim como da constatação de que a consequência necessária da crise aprofundada nos ramos produtivos é o crescimento assustador, por toda parte, do desemprego e da miséria humana a ele associada.

Mészáros, em sua análise, reitera que o sistema de controle social capitalista, para escapar dos “distúrbios e disfunções”, intensifica as taxas específicas de exploração, o que só

pode conduzir, tanto em termos locais como globais, a uma explosiva intensificação do antagonismo social fundamental em longo prazo. Assevera que,

a frequência sempre crescente com que os distúrbios e disfunções temporárias aparecem em todas as esferas de nossa existência social e o completo fracasso das medidas e instrumentos manipuladores concebidos para enfrentá-los, são uma clara evidência de que a crise estrutural do modo de produção capitalista do controle social assumiu proporções generalizadas (MÉSZÁROS, 2009, p. 71).

Diríamos que numa relação dialética, se por um lado a crise é excesso de produção, por outro, é também de subconsumo, pois em face da lei geral da acumulação capitalista a apropriação das riquezas produzidas é cada vez mais privada. Ou seja, falta a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras os meios financeiros para adquirir os produtos ou as mercadorias por eles mesmos fabricados.

As contribuições de Mandel em “A crise do capital” (1990) complementa esta análise, em que os elementos que levam as crises podem apresentar-se de diversas maneiras, ou seja, suas indicações apontam que,

a crise das relações de produção capitalistas se apresenta como a crise de um sistema de relações entre os homens, dentro e entre as unidades de produção (empresas), que corresponde cada vez menos à base técnica do trabalho, quer em sua forma presente, quer em sua forma potencial. Podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas facetas diferentes de uma *única* realidade, de uma totalidade sócio-econômica: o modo de produção capitalista (MANDEL, 1990, p. 399, grifos do autor)

A função da crise de superprodução para o desenvolvimento do capitalismo é constituir o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe, ou seja, produção da acumulação e geração do mais valor. A partir do autor, compreende-se que “o detonador não é a causa da crise. Apenas a precipita no sentido em que desencadeia o movimento cumulativo descrito” (MANDEL, 1990, p. 212).

Para Mandel (1990) desde o ano de 1974, quando começa a primeira recessão generalizada na economia capitalista internacional, a acumulação de capital prossegue e mantém-se através de uma taxa de crescimento média, que representa metade da que se obtinha anteriormente, o que o autor considera uma longa fase depressiva.

O autor observa que, todas as crises que ocorreram pós 1970, impuseram imensas derrotas à classe trabalhadora, pois,

toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. Aumentando o desemprego e o medo do desemprego, a crise tende a

fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnações) dos salários reais, a aceleração dos ritmos de produção, as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de seguridade social, a redução das proteções construídas na fase de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes (MANDEL, 1990, p. 231).

Esta afirmação teria como base concreta de análise 40 milhões de pessoas desempregadas apenas nos países imperialistas. Correspondente a esta análise, sobre a crise do capitalismo, estão as contribuições de István Mészáros em seu livro “A crise estrutural do capital” (2009), que aponta para esse padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica, aonde quem sofre todas as consequências não é mais a multidão socialmente impotente, apática, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, *a totalidade da força de trabalho* da sociedade.

Logo, observamos que a crise é a expressão das contradições do modo de produção capitalista e está, portanto, contida em suas relações. Se para a classe trabalhadora a crise do modo de produção capitalista representa o desemprego, a fome e até a morte, o seu contrário, desenvolvimento e crescimento capitalista, não significa melhorias de vida. É o que Marx, considera nessa passagem,

Mesmo na situação da sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para o trabalhador é sobretrabalho e morte prematura, decair [à condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente perante ele, nova concorrência, morte pela fome ou mendicância de uma parte dos trabalhadores [...] Portanto, na situação de recessão (*abnehmenden*) da sociedade: miséria progressiva do trabalhador; na situação de desenvolvimento: miséria complicada; na situação mais rica: miséria estacionária (MARX, 2015, p. 249-250).

Em Mészáros (2011) vemos como a *relação-capital* desenvolve-se como uma mediação histórica e ontológica, onde o trabalho está subjugado ao modo de reprodução do capital. A sua assertiva sobre a produtividade do capital segue as formulações Marxianas, ou seja, esta produtividade do capital, mesmo quando se considera apenas a subordinação formal do trabalho, consiste na compulsão de produzir o trabalho excedente; trabalhar além das necessidades imediatas do indivíduo. A dialética da vida social reflete esta subjugação do trabalho através da constante reprodução de subjetividades alienadas e funcionais à reprodução do capital. Uma práxis que materializa uma lógica objetiva e subjetiva de dominação.

Assim, o que se extrai dessas considerações é que para o capital não há situações absolutamente desesperadoras, enquanto haja o trabalhador e o seu condicionamento necessário, ou seja, enquanto tenha que se vender a si próprio e a sua humanidade. Pois, o que sustenta o capitalismo é a apropriação privada do produto e da riqueza socialmente produzida

pelo trabalhador.

Assim, o que se verifica em uma situação de desenvolvimento e prosperidade do capital, é um trabalhador e trabalhadora que se encontra em decadência e empobrecimento; e, contudo, em uma situação de crise, os trabalhadores se encontrarão na mais plena e funesta miserabilidade. O que corrobora as proposições de Mandel (1990):

toda crise capitalista de superprodução golpeia mais fortemente os fracos do que os fortes, os pobres do que os ricos. Isso é verdade para os países imperialistas, no que se refere ao proletariado e a burguesia. É verdade para o patronato, de um lado, e para os grandes monopólios, de outro. É verdade em escala mundial, no que concerne aos países semicoloniais e dependentes, de um lado, e aos países imperialistas, de outro (MANDEL, 1990, p. 46).

Os traços da crise se apresentam de forma cumulativa, crônica e permanente, na definição de Mészáros (2009), e, portanto, contrária às correções paliativas e reformistas. Os sinais de esgotamento do capitalismo serão contidos por meio do neoliberalismo e as suas principais medidas de ajustes e estancamento da sangria.

Tendo trabalhado a complexidade da crise do capital que frisamos que não se reduz a uma crise política, e, sim, de uma crise estrutural geral do capitalismo e das suas instituições de controle social na sua totalidade, ou seja, a existência de uma incompatibilidade entre o capitalismo e a racionalidade do planejamento social abrangente. Na sequência, destacaremos elementos que julgamos como centrais para o entendimento do neoliberalismo. Contudo, alertamos que os mesmos não são inéditos e desconhecidos e, sim complementares a análise que desenvolvemos sobre o capitalismo, até este momento. Portanto, o neoliberalismo, nesta análise, é considerado como a mais recente fase do estágio imperialista do capitalismo e se desenvolve a partir do contexto da crise mundial do sistema.

Algumas das interpretações classificam este momento como o início de uma *longa onda recessiva* que se inicia nos anos 1970 e vai até os dias atuais, em que se inverte a dinâmica da acumulação capitalista da fase anterior ou, uma reação burguesa conservadora e monetarista, em um cenário onde predominam crises consecutivas e com períodos de retomada do crescimento cada vez mais conjunturais, efêmeros e localizados. Para Mandel (1990), nesses anos vivemos uma recessão generalizada que se expressa pelo esgotamento da *onda longa expansiva*. E, de acordo com Mészáros (2009), uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, ou seja, estruturante, que coloca em risco a humanidade através da destruição da natureza e da precarização do trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, havia um cenário de desenvolvimentismo e de “Guerra Fria” o mote político capitaneado pelos Estados Unidos da América e disseminado

pelo mundo era de um intensivo combate ao comunismo de maneira universal e particularmente ao bloco socialista. Vivia-se sob o contexto de capitalismo mundializado e hegemonizado pelos Estados Unidos da América, fato histórico consequentemente relacionado com a queda do muro de Berlim e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Quando o regime fordista/keynesiano já não respondia às demandas do capitalismo, de acumulação e lucratividade do capital, em plena crise — uma crise clássica de superprodução, que se expressou através da elevação dos preços do petróleo, devido ao grau elevado de concentração do capital — eis que, as proposições de Keynes, de um Estado intervencionista para salvar o capitalismo, são substituídas por ideias liberais de um falso Estado mínimo. Assim, após esta grande crise de 1973, o capitalismo vive uma crise estrutural, com alguns momentos de retomada tímida do crescimento; entretanto, o que predomina é a longa onda recessiva do capital.

No centro do capitalismo, o bombardeio propagandístico voltava seus canhões para o bloco socialista da URSS e decretava a guerra ao comunismo, produzia-se, portanto, uma hostilidade que se intensificava com as crescentes rebeliões e vitórias populares nas periferias do sistema. Na América Latina, as classes dominantes utilizavam-se da aversão e intolerância para dar consistência aos seus ataques violentos e sistemáticos aos sujeitos sociais coletivos, que lutavam pelas reformas estruturais.

O capitalismo em plena crise política mundial destoava das experiências de mudanças estruturais que floresciam na América Latina, por exemplo, as experiências do Chile por meio da Unidade Popular e o presidente Salvador Allende de 1970-1973 e a experiência da Nicarágua, com a sua Revolução Sandinista impulsionada pelos estudantes, operários e camponeses em 1979, que se transformara numa referência mundial pelo próprio modelo de socialismo que defendia - democrático e popular.

A saída neoliberal, como “modelo de desenvolvimento” nos marcos do capitalismo monopolista, ou seja, imperialista, supõe o regime de acumulação flexível adotado pelo capital durante sua crise mais aguda, e que se expande e se consolida na década de 80 e 90 do século XX. Dessa maneira, nas últimas décadas vivenciamos os reflexos deste quadro de crise estrutural do capital. Essa crise do modelo econômico do pós-guerra e a incidência neoliberal, pode ser entendida a partir das seguintes palavras de Perry Anderson (1995, p. 10): “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno”.

A reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar teria como

precursores Friedrich Hayek e Milton Friedman, e todo o seu arcabouço ideológico e apologético. Para estes economistas e analistas de plantão, defensores do capitalismo, as análises da aparência fenomênica da crise, portanto, o destaque das suas expressões era suficiente para uma explicação das suas causas, em detrimento da compreensão da essência, ou seja, da análise do sistema capitalista, em sua totalidade.

É o caminho inverso de outros autores comprometidos com um conhecimento científico não apologético, que irão buscar compreender e interpretar a crise do capital, bem como as suas saídas neoliberais correspondentes. Nesta busca interpretativa teremos as contribuições de autores como: Mandel (1990), Anderson (1995), Coggiola (1996), Mészáros (2009) e Netto (2007).

É como se dá a análise feita por Perry Anderson (1995), que demonstra em seu texto, *Balanco do neoliberalismo*, o que este modelo tinha como centralidade, ou seja, o combate do *welfare state* e do comunismo. E, contudo, necessitava também cumprir com uma série de medidas que passavam pela contração da emissão monetária, da elevação das taxas de juros, da redução de impostos sobre o capital, de eliminação do controle sobre o fluxo de capitais, de elevação dos níveis de desemprego, de combate as greves e organizações, de ampliação das privatizações, de estímulos a competição militar, de ataques sistemáticos aos direitos sociais etc. As suas contribuições caracterizariam o neoliberalismo como:

um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, 1995, p. 22).

Colaboram com essa análise as contribuições de José Paulo Netto (2007) em seu texto *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*, que dirá que as proposições ideoteóricas de Hayek e Friedman expressam a essência do neoliberalismo, sendo, portanto, a argumentação teórica que restaura “o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável de uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2007, p. 76). O autor acrescenta que os autores neoliberais, em sua defesa do capitalismo, buscam a explicação, superficial e aparente, amplamente generalizada, que as causas da crise correspondiam: a um desequilíbrio entre a oferta e a demanda, a um problema da falta pagamentos, aos excessos de investimentos por parte do Estado, a resultante de concessões e direitos sociais dados aos trabalhadores etc. Todas estas questões enunciadas como fato serviam para justificar a necessidade de reajustes e de correções pontuais.

Seguindo a linha de análise crítica encontramos também as formulações de Pierre

Dardot e Christian Laval (2016) em sua obra *A nova razão do mundo*. Nessa obra, os autores afirmam que o neoliberalismo não é simplesmente um prolongamento ou uma extensão do liberalismo clássico, representa um novo momento histórico do modo de produção capitalista. Sob o neoliberalismo surge um novo sujeito ou, uma nova forma de vida, pois é, segundo esta interpretação, uma racionalidade que penetra em todas as dimensões da vida; no jeito de amar, de desejar, de falar etc. Para os autores, conseqüentemente, o neoliberalismo não é uma ideologia nem é uma economia política, mas sim uma racionalidade que estrutura toda a sociedade e que, portanto, estrutura como os governantes atuam e como os governados devem agir. Em suas palavras, na razão neoliberal,

A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar. Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo. [...] A racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo em que adapta perfeitamente ao que restou destas distinções no plano da ideologia, opera uma desativação sem precedentes do caráter normativo destas últimas. Diluição do direito público em benefício do direito privado, conformação da ação pública aos critérios da rentabilidade e da produtividade, depreciação simbólica da lei como ato próprio do legislativo, fortalecimento do executivo, valorização dos procedimentos, tendência dos poderes de política a isentar-se de todo controle judicial, promoção do “cidadão-consumidor” encarregado de arbitrar entre “ofertas políticas” concorrentes, todas são tendências comprovadas que mostram o esgotamento da democracia liberal como norma política (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 378-380).

Partindo dessas contribuições, poderíamos dizer que o neoliberalismo foi e é uma estratégia política que age ideologicamente frente à crise estrutural do capital, voltado para sua reestruturação sob o comando do capital financeiro internacional. O neoliberalismo é resultado da crise sistêmica do capital, ou seja, é um produto dela e do seu modo capitalista de produção, além de ser uma resposta à própria crise devastadora do sistema — que é essencialmente a queda da taxa de lucro, de superprodução ou subconsumo.

Sob essas circunstâncias e condições atuais da produção do capital, a totalidade da força de trabalho se envolve numa confrontação cada vez mais intensa com o capital monopolista o que traz consigo profundas implicações para o desenvolvimento da consciência social e as lutas de classes.

Com características e conseqüências diferenciadas em cada país, mantinha-se uma linha de força que consistia a um processo sistemático de repressão, de violências, de bloqueios à produção, de sucateamento e fechamento de empresas, de privatizações, de destruição dos

serviços públicos etc. Este processo sistemático de resposta à crise estrutural do capital, estava sendo mundialmente aplicado, como um antídoto eficaz e generalizável. Como observa Antunes (2009, p. 60), “o processo de reestruturação produtiva do capital é à base do projeto ideopolítico neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o ideário e a programática neoliberal”.

Portanto, o processo que denominamos neoliberal e que retratamos aqui, diz respeito a um conjunto de políticas de privatização econômica e destruição das conquistas sociais que foram projetadas para mundo a partir dos anos 70, nos mandatos de Margaret Thatcher (1979-1990) na Europa e Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA. O neoliberalismo teve sua mais intensiva e cabal realização no âmbito da América Latina, por meio das ditaduras militares, bem como, de seus processos transitórios ulteriores, para posteriormente se expandir para diversos países com estratégias políticas, econômicas, ideológicas e sociais muito bem definidas na perspectiva de seus formuladores. O “laboratório” de ensaio e de aplicação da sua viabilidade foi o Chile com a derrubada do governo eleito democraticamente Salvador Allende, por meio do golpe de Estado e a instauração da ditadura militar de Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973. Um fato que marcou a história, bem como a barbárie que representava esse golpe de Estado, foi retratado por um poema inconcluso do cantor e compositor Victor Jara, no Estádio de Chile, nas vésperas de sua execução sumária,

*Somos cinco mil aquí.
En esta pequeña parte de la ciudad.
Somos cinco mil.
¿Cuántos somos en total en las ciudades y en todo el país?
Somos aquí diez mil manos que siembran y hacen andar las fábricas.
¡Cuánta humanidad con hambre, frío, pánico, dolor, presión moral, terror y locura!
Seis de los nuestros se perdieron en el espacio de las estrellas.
Un muerto, un golpeado como jamás creí se podría golpear a un ser humano.
Los otros cuatro quisieron quitarse todos los temores,
uno saltando al vacío, otro golpeándose la cabeza contra el muro,
pero todos con la mirada fija de la muerte.
¡Qué espanto causa el rostro del fascismo!
Llevan a cabo sus planes con precisión artera sin importarles nada.
La sangre para ellos son medallas.
La matanza es acto de heroísmo.
¿Es éste el mundo que creaste, Dios mío?
¿Para esto tus siete días de asombro y trabajo?
En estas cuatro murallas sólo existe un número que no progresa.
Que lentamente querrá la muerte.
Pero de pronto me golpea la consciencia
y veo esta marea sin latido
y veo el pulso de las máquinas
y los militares mostrando su rostro de matrona lleno de dulzura.
¿Y México, Cuba, y el mundo?
¡Qué griten esta ignominia!
Somos diez mil manos que no producen.
¿Cuántos somos en toda la patria?
La sangre del Compañero Presidente
golpea más fuerte que bombas y metrallas.*

*Así golpeará nuestro puño nuevamente.
Canto, que mal me sales
cuando tengo que cantar espanto.
Espanto como el que vivo, como el que muero, espanto.
De verme entre tantos y tantos momentos del infinito
en que el silencio y el grito son las metas de este canto.
Lo que nunca vi, lo que he sentido y lo que siento hará brotar el momento...*⁶⁶

A Inglaterra foi expoente deste receituário neoliberal em países de capitalismo avançado, com a aplicação de um pacote de medidas intensivo e sistemático de ataque e destruição dos direitos e das experiências organizativas dos trabalhadores e trabalhadoras. Lamentavelmente, o que se verificou nos países do capitalismo central foi a erosão do trabalho, herdeiro do sistema taylorista e fordista, relativamente contratado e regulamentado. O que só viria a acentuar os casos frequentes de xenofobia, de destruição do meio ambiente, das dramáticas tentativas de migração, do ataque aos direitos sociais e o embrutecimento da classe trabalhadora. As conquistas humanas, ou seja, o resultado concreto de uma luta secular da classe trabalhadora por direitos sociais foi sendo paulatinamente substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “trabalho voluntário”, “cooperativismo” e “trabalho atípico” entre outros. Uma mescla de superexploração e da própria autoexploração da força de trabalho, ou seja, um direcionamento para a precarização estrutural da força de trabalho em escala global (MÉSZÁROS, 2009). Nessa mesma esteira crítica, José Paulo Netto, irá acrescentar que,

Com efeito, se o alvo derradeiro da ofensiva neoliberal é qualquer proposta de superação socialista da ordem do capital, o centro de seu ataque consistiu no Estado de bem-estar. No plano teórico o keynesiansmo é a besta fera, no plano social e político institucional, o que se coloca em questão são os direitos sociais e as funções reguladoras macroscópicas do Estado, e, no plano ideológico-cultural, a ofensiva neoliberal contrapõe-se abertamente ‘a cultura democrática e igualitária da época contemporânea’ (NETTO, 2007, p. 78, grifo do autor).

Portanto, trata-se mesmo de uma estratégia global do capital em face de sua crise estrutural. As regras foram sendo executadas de diferentes maneiras e se expressavam através das privatizações das estradas, dos serviços de comunicação, da educação e da saúde principalmente, da redução de direitos sociais, do superávit primário, da dependência de saldo positivo na balança comercial e das altas taxas de juros. Se o alvo derradeiro da ofensiva neoliberal é qualquer proposta de superação socialista da ordem do capital, o centro de seu ataque consistiu no Estado de bem-estar. Do ponto de vista político, a ideologia neoliberal visava acabar com as conquistas das classes trabalhadoras, ou seja, maximizando o Estado para o capital e reduzindo-o ao mínimo para os trabalhadores. Estado mínimo para os

⁶⁶ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/victor-jara/667848/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

trabalhadores e trabalhadoras no que diz respeito à direitos sociais. Contudo, não é mínimo quanto se refere ao braço coercitivo; violência, como evidenciamos nesse trabalho.

Mas, registre-se, mesmo em tempos neoliberais e de suas vitórias no campo político e cultural, as contradições não foram eliminadas, mesmo com a ofensiva para fragilizar a organização política coletiva, da heterogênea classe trabalhadora, não foram capazes de barrar a força dos movimentos sociais, principalmente no campo. Em diversos momentos, várias lutas sociais e de classes eclodiram, sendo elas políticas ou sindicais em contraposição ao projeto neoliberal e aos seus respectivos governos.

3.2 OFENSIVA NEOLIBERAL E AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NA AMÉRICA LATINA

O processo que foi descrito anteriormente e que denominamos neoliberal é correspondente a um conjunto de políticas de privatização econômica e destruição das conquistas sociais que foram aplicadas a partir dos anos 70. Como bem observado anteriormente, os expoentes governamentais dessas medidas nos países centrais foram Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Este pacote de políticas neoliberais, ironicamente pensadas em território europeu, foram testadas primeiramente no Chile e, após essa experiência precursora logo se expande para diversos países sob as mais diversas roupagens. Como ressaltado, após este laboratório feito em nosso continente, as políticas são expandidas para praticamente toda a Europa.

As propostas econômicas neoliberais foram expressas com clareza no conhecido Consenso de Washington, um conjunto de regras e medidas firmadas em novembro de 1989, entre os representantes dos bancos — Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) —, e os países em desenvolvimento. O conjunto era um receituário de ajustamento macroeconômico às nações de capitalismo dependente, que visavam à abertura da economia, privatizações, controle da inflação, controle do déficit público, entre outras medidas. Para Osvaldo Coggiola (1996), estas medidas cumpriam com os pontos principais desse denominado “Consenso”, como o,

ajuste fiscal; redução do tamanho do Estado; fim das restrições ao capital externo (liminar todo e qualquer empecilho das restrições para que as instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condições com as do país); desregulamentação (redução das regras governamentais para o funcionamento da economia); reestruturação do sistema previdenciário [...]. As políticas ditas neoliberais, especialmente aquelas destinadas a varrer as conquistas históricas dos trabalhadores (reajuste de salário automático dos salários, estabilidade no emprego, educação laica e gratuita, acesso e até existência de um serviço público em geral etc.), constituem claramente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas

costas dos trabalhadores (COGGIOLA, 1996, p. 196).

O Estado e os governos dos países de capitalismo dependente em seu novo papel, sob a égide neoliberal, cumpririam a função de privatizar setores estratégicos e rentáveis, recuperar monopólios falidos, gestar a abertura comercial, pagar juros altos aos rentistas, além de, conter as classes sociais, consensualmente ou coercitivamente, através dos seus aparatos. É necessário partir destas constatações para estabelecer que além de garantir as condições de hegemonia política da oligarquia financeira internacional, o neoliberalismo visava, e ainda mantém este objetivo, garantir e ampliar os fundamentos da acumulação capitalista. E, obviamente, a ofensiva do neoliberalismo no plano internacional, desde meados de 1970, foi se intensificando tanto prática, como teórica e política.

De acordo com Antunes (2009), como resposta à crise estrutural do capital deu-se a passagem do taylorismo/fordismo para o toyotismo (concorrência intercapitalista e a busca de controle do movimento operário, essa flexibilização visou buscar a adesão dos trabalhadores). Isso fez com que ocorressem mudanças estruturais no mundo do trabalho, que teve como “consequência uma classe trabalhadora dividida entre os qualificados e os não qualificados, entre os do mercado formal e os do mercado informal” (ANTUNES, 2009, p. 25). Em face desta nova conjuntura, se durante os anos 1980 vivíamos um período de assenso político-social das classes trabalhadoras, em tempos de neoliberalismo o quadro muda radicalmente e a correlação de forças se altera em prol das grandes empresas multinacionais e do monopólio nacional.

Este salto de qualidade dado pelo capital terá como resultante um processo de reestruturação produtiva que significaria, portanto, o avanço neoliberal na América Latina. Essa expansão neoliberal, tornara-se uma possibilidade concreta e se consumaria, conforme as observações de Katz (2016), a partir da contenção das forças sociais em luta, ou seja, com as derrotas e fracassos das guerrilhas na região, com a derrubada da *Unidad Popular* no Chile e com a derrota eleitoral do sandinismo na Nicarágua.

Em nosso continente, após o fim da ditadura Argentina (1983), que talvez tenha sido ao lado da chilena (1973-1990) a mais sanguinária da região, e do fim da ditadura uruguaia em 1985, a insatisfação a esta forma impositiva de governar, generalizou-se por todo o nosso continente. Assim, todas as ditaduras foram combatidas, contestadas e abolidas ao longo dos anos 1980. Mas os ensaios neoliberais levado a cabo pelos governos militares não se extinguiria e seguiria legitimado pelos regimes constitucionais que sucederiam às tiranias.

Um exemplo fiel da aplicabilidade governamental das políticas neoliberais, nos dois casos específicos de nosso estudo, corresponde principalmente aos mandatos presidenciais, de

Carlos Saúl Menem Akil (1989-1999) e Fernando de la Rúa (1999 -2001) na Argentina; de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) no Brasil. Esses governos, evidenciam, portanto, como o processo de contrarreformas imposto visaram a destruição das conquistas históricas da classe trabalhadora em ambos os países. Norma Giarraca e Miguel Teubal, refletem como essas políticas são implementadas na Argentina,

A mediados de los años 1970, se estableció outro tipo de 'disciplina institucional' a fin de poder impulsar eficazmente un nuevo modelo socioeconómico: el neoliberal. Comienza a dársela cabida – en forma por demás desproporcionada – al sector financiero y, por ende, al endeudamiento externo, que habrá de transformarse en el condicionamiento más importante del desarrollo de nuestro país en las décadas siguientes. En los años 1990, ya bajo el gobierno de Menem, se establece el plan de convertibilidad que, si bien logra frenar las tendencias inflacionarias del período 1989-1991, tenía por finalidad primordial establecer las condiciones para impulsar un fuerte “ajuste estructural” y la “integración a la economía mundial”. Se proclama la primacía del ‘mercado’ en todos los órdenes del quehacer nacional. La desregulación la economía, en particular en lo que atañe al mercado laboral y al sector agropecuario, conjuntamente con las privatizaciones realizadas a mansalva a comienzos de la década y la apertura indiscriminada hacia el exterior, fueron todos elementos del modelo neoliberal que se implantó en nuestro país, quizás con mucha mayor severidad que en otros países latinoamericanos (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 152).

Para o economista argentino Claudio Katz, o governo de FHC no Brasil foi o principal expoente e impulsionador das mutações social-liberais na América Latina, ou seja, um sociólogo que “consagrou-se como inspirador da Teoria da Dependência e acabou como o impulsionador das grandes reformas reacionárias das últimas décadas (KATZ, 2016, p. 110)”. Sob a ofensiva neoliberal, principalmente no seu auge durante a década de 1990, o que predominou foi um ataque sistemático aos direitos conquistados pelas classes subalternas, portanto, de uma reforma conservadora e regressiva.

Se no centro do capitalismo, o lema principal fora a eliminação dos direitos sociais, além de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pela classe trabalhadora. Na periferia do sistema, embutido nos resultados da ofensiva neoliberal para elevar as taxas de lucros dos capitalistas, está a superexploração da classe trabalhadora, as taxas de desemprego e a precarização do trabalho, além do aumento dos níveis de degradação e barbárie social daí decorrentes. A vigência desse projeto em praticamente toda a década de 1990, a desenfreada reestruturação jurídico-política e ideológica, e o processo de reestruturação produtiva do capital, desencadearam enormes consequências para a classe trabalhadora. Nesse período hegemônico pelo neoliberalismo não havia espaço para o aprofundamento dos direitos sociais. O que Katz irá acrescentar,

Nos últimos anos, este modelo aprofundou os abusos contra os trabalhadores em contextos recessivos que potencializam o temor e a miséria. A desigualdade social alcançou níveis sem precedentes, a pobreza expandiu-se nas economias centrais e a precarização do trabalho foi massificada em todo o planeta (KATZ, 2016, p. 80).

A utilização da categoria hegemonia⁶⁷, em Gramsci (1984), é utilizada aqui para darmos conta da capacidade de subjugação do campo adversário por meio do binômio: coerção e consenso. A conjugação de ambos permite de um lado a tomada de direção e de outro a conquista de alianças. Existe hegemonia quando um grupo social obtém, por meio do consenso ou da coerção, a adesão de outros grupos para suas propostas e, portanto, quando a ação teleológica desse, incide com êxito sobre os demais, aliados ou opositores. Gramsci afirma que;

a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral. Um grupo social domina grupo adversários, que visa liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2011, p. 290).

Uma dupla relação de dominação e direção, as classes lutam para alcançar a hegemonia, isto é, exercer a direção ideológica da sociedade. Um processo de luta e de confrontação que requer a consolidação de sua visão particular como a visão de totalidade social. Caracteriza-se, portanto, uma guerra de posição, de articulação entre a prática pedagógica, a construção de alianças e a capacidade de subordinação das classes adversárias.

Essas tendências refletiram-se em mudanças na estrutura societária que se, por um lado transformava o mundo do trabalho, alterando tanto suas formas organizativas e representativas, assim como sua morfologia, por outro, também modificava a forma como o sistema sociometabólico do capital constituía sua hegemonia na sociedade (MÉSZÁROS, 2009). A exemplificação consiste, na ausência de regulamentação da força de trabalho, na flexibilização do trabalho e a consequente precarização dos trabalhadores. Percebe-se ainda que o Estado capitaneado pelo grande capital, buscando consolidar sua hegemonia, simultaneamente aos ataques coercitivos e seletivos aos trabalhadores e trabalhadoras organizados e, em luta pela defesa dos seus direitos sociais, irá lançar mão de espaços e ferramentas consensuais, que visem a incorporação em seu aparato burocrático, além de acadêmicos/as, pesquisadores/as, partidos políticos de centro esquerda até dirigentes sindicais

⁶⁷ O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’, ‘estar à frente’, ‘comandar’.

e sociais.

O neoliberalismo, portanto, se expande, economicamente e, também, ideologicamente, por meio de uma gama de ações das classes dominantes, voltadas para a formação, a propaganda e fundamentalmente para a assistência técnica. Nestes veículos se ocultam as verdadeiras fontes de recursos que lhes garantem as infraestruturas necessárias à sua desenfreada exploração, bem como, os super lucros que de fato são apropriados pelos conglomerados e empresas transnacionais. E, supostamente, se difunde o mito da obstrução estatista do desenvolvimento latino-americano, omitindo a dependência e a inserção primarizada da região no mercado mundial.

O avanço do neoliberalismo se expressa no meio rural através da expansão do agronegócio, como forma particular do capital alocado no campo, com sua lógica destrutiva de desregulamentação do trabalho, de eliminação das formas protecionistas e reguladoras do Estado, no entanto, ele se expande contraditoriamente, como uma aliança entre o capital industrial e financeiro voltada para o meio rural, com forte sustentação e apoio Estatal. Esta relação recíproca tem como objetivo ampliar as margens dos lucros, se apropriar das riquezas naturais ainda existentes no meio rural, bem como produzir uma gama de matérias-primas voltadas para a realização e valorização no mercado de *commodities*.

O processo que se inicia como uma “modernização” conservadora na agricultura, possibilitou que grandes empresas do capital internacional introduzissem insumos químicos e implementos agrícolas nos mercados nacionais, obtendo grandes lucros, assim como nos tornando dependentes de um “pacote” tecnológico – a chamada “*revolução verde*”. A “Revolução Verde” foi implementada a partir da segunda metade do século XX na agricultura dos ditos países subdesenvolvidos e consistia em combinar variedades de sementes e matrizes de alto rendimento (um pacote de sementes melhoradas, híbridas, compradas em todas as safras), a irrigação intensiva, o uso de adubos químicos e “defensivos agrícolas”, agrotóxicos ou, venenos de maneira geral (herbicidas, fungicidas, inseticidas, vermicidas etc.), assim como a irrigação intensiva e a mecanização de ponta (plantio direto) nas grandes propriedades. Em sua base tecnológica, era um conjunto de técnicas que reunidas deviam ser recomendadas e disseminadas como prática, através da assistência técnica, aos produtores rurais como mecanismo de aumentar a sua produtividade agrícola, mas ao certo, o que visava era justamente o contrário, a sua dependência, pois, uma vez desprovido dos insumos necessários à sua produção, seria necessário comprá-los todos os anos.

Essa reestruturação neoliberal na América Latina, garantiu um padrão de especialização exportadora que recria a inserção internacional da região como provedora de

produtos primários. Com renovada importância das *commodities*, o que tem implicado uma profunda transformação na agricultura, baseada na promoção de cultivos de exportação em detrimento do abastecimento local. Esse avanço, portanto, se hegemoniza quando se reflete no campo o predomínio e a adoção desenfreada dessa forma particular de produção agrícola como modelo universal para todo o continente.

Este processo este que se acentua, a partir dos anos 1990, como um movimento particular que toma corpo e avança sob a égide do neoliberalismo, se expande no campo como modelo do agronegócio e, torna-se plenamente vigente a partir dos anos 2000. O uso do termo “agronegócio” foi incorporado de forma generalizada em nossas sociedades, latino-americanas, a partir de uma conotação pluralista independentemente das classes sociais.

Esta generalização, de acordo com Christiane Campos (2011), tem por base a tradução literal do inglês *agribusiness* que, por sua vez, significa negócios envolvendo produtos agrícolas ou agropecuários. Este termo, portanto, é oriundo dos Estados Unidos, e se generalizou naquele país a partir de 1950, como um processo de integração, de intensificação e de concentração das atividades da produção agrícola, agropecuária, processamento, maquinaria e implementos agrícolas; Associado com o domínio sobre a técnica e a tecnologia, que abrangem necessariamente, os agroquímicos, a produção de sementes (híbridas e transgênicas ou, organismos geneticamente modificados (OGMs)), além do controle sobre a circulação ou, da comercialização das mercadorias. Associado ao termo em inglês, está também a sua versão em francês, *filière*, termo utilizado pelos economistas franceses para evidenciar o encadeamento das múltiplas atividades, que compõem o sistema agroindustrial.

Há uma formulação do conceito em Davis e Goldberg (1957), que denomina *agribusiness*, como um complexo de sistemas que conjuga a agricultura, a indústria, o mercado e as finanças. E, constituem um sistema correspondente de produção e comercialização, sob o controle direto de corporações transnacionais. Observa-se a disseminação do termo com ênfase na sua abrangência aos agropecuaristas produtores de *commodities* em terras próprias ou arrendadas. Ou, ao conjunto dos segmentos produtivos que se articulam direta ou indiretamente com a agricultura industrial.

No Brasil, o emprego do termo “agronegócio” ocorre e passa a ser difundido a partir do século XX pelas entidades patronais vinculadas ao setor agrário e agroindustrial. Destacam-se entre estas entidades a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) etc. Entre os propagadores do termo identificam-se os associados patronais, os representantes do mercado financeiro, a mídia e os porta-vozes dos órgãos governamentais

(CAMPOS, 2011). Na Argentina, os expoentes desse novo modelo agrário se reunirão em torno da Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID), como descreve Grás e Hernandez,

Será la Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID) la que logrará resignificar la relación entre agro y desarrollo en clave neoliberal, mediante la promoción del 'nuevo modelo agrícola de fin de siglo' [...] Com el estandarte de la innovación permanente, la AAPRESID impulsará un modelo de negocio con la tecnología como eje de la acumulación de capital, ya no como mediadora de cambios productivos. También motorizará un modelo de sociedad deseable para el siglo XXI bajo la égida del conocimiento, proponiendo al agronegocio como proyecto de desarrollo nacional. (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2016, p. 20).

Em nossa acepção e pesquisa trataremos o termo agronegócio como uma aliança entre capitais, agrícola, industrial e financeiro, com a grande propriedade fundiária e com forte sustentação e apoio Estatal. Uma forma de desenvolvimento do capitalismo no campo, com uma estratégia clara de domínio de territórios cada vez mais amplos. A expressão objetiva e necessária da inserção das relações produtivas do campo ao processo de mundialização do capital. O agronegócio é a atualização do latifúndio e a ampliação da sua concentração, isto significa, o controle sistemático do território e das relações sociais. Assim, podemos destacar como características principais do agronegócio: a monocultura, a especialização primário-exportadora, que requer a apropriação dos recursos naturais com exportação de “*commodities*”, a utilização de técnicas vinculadas ao desmatamento e queimadas, intensificação do pacote técnico agroquímico - uso intensivo de agrotóxicos, forte concentração da produção e da propriedade, baixa densidade de incorporação do trabalho humano e superexploração da força de trabalho etc.

Entende-se o agronegócio como parte da lógica capitalista de produção e do território como espaço definido e delimitado pelas relações de poder. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado. Parafraseando Delgado (2012), o agronegócio, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Compreendendo-o assim, nos desvencilhamos de sua abordagem mistificada. Este argumento adquire robustez nos acréscimos de Bernardo Mançano Fernandes (2013),

O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo

significou concentração de poder, e, em consequência, de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico por meio de uma agricultura científica globalizada (FERNANDES, 2013, p. 217).

Entende-se, portanto, as razões em que neste estágio de desenvolvimento do capitalismo não era necessário adotar a política de Reforma Agrária clássica realizada em outros países desenvolvidos. O sistema capitalista irá incorporar o latifúndio que nunca foi superado — até mesmo quando alguns setores da indústria o consideravam um entrave ao desenvolvimento — ele se atualizou e se transformou em uma reserva de valor fundamental à lógica do agronegócio.

O paradigma tecnológico voltado para o campo, desse atual estágio do capitalismo, precisava necessariamente ampliar seus lucros através de grandes empresas capitalistas, do setor agroalimentar e florestal, na aquisição e arrendamento de terras. Assim, a incorporação e domínio cada vez mais densos desses espaços territoriais em nosso continente são partes constituintes de um mesmo processo de expropriação econômica, social e política. Assim, a partir das considerações de Campos (2011) em estudo acerca da realidade brasileira, o termo agronegócio deve ser compreendido como,

uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais (CAMPOS, 2011, p. 109).

Ressaltamos, ainda, que a concepção de território/ territorialização, nesta abordagem é política, ou seja, um domínio espacial e de controle político sobre o qual atuam os sujeitos sociais em constantes disputas de projetos de ordenamento territorial e de apropriação dos recursos ambientais. Uma constante territorialização com base em relações de poder, significa também uma latente e permanente situação de conflito. Como aborda, Rogério Haesbaert Costa (2004),

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores (COSTA, 2004, p. 259).

Uma categoria de análise que contempla, as características geográfico-históricas as relações sociais de produção em suas dimensões material (condições econômicas) e imaterial

(condições superestruturais). Como observa o geógrafo Alentejano,

a concepção de território é um domínio espacial sobre o qual os atores sociais afirmam um controle político, isto é, uma forma de ordenamento territorial que propõe um determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da natureza, sendo assim, uma parcela do espaço sobre a qual incide uma dominação, o que dá a este um caráter eminentemente político (ALENTEJANO, 2014, p. 15).

No caso específico dos capitais do agronegócio, se territorializa a relação de exploração do capital sobre o trabalho, porque essa é, de acordo com Campos (2011, p. 185), “condição precípua do processo de acumulação capitalista. E essa relação se tornou ainda assimétrica com as políticas neoliberais que ampliaram os benefícios para o capital e dificultaram as condições de reprodução da força de trabalho”.

Como assinalamos anteriormente, o agronegócio se impõe a partir de uma política agrícola que pregava a “modernização” do campo, com o objetivo de permitir a entrada dos insumos químicos e implementos agrícolas no mercado latino-americano, oriundos das grandes empresas do capital internacional, que obtém grandes lucros com a dependência do seu “pacote” tecnológico. Este projeto de consolidação do modelo neoliberal e de modernização da agricultura, direcionada e disseminada no campo latino-americano através da “revolução verde”, logrou êxitos e sucessos, que representam hoje o seu avanço lucrativo exponencial na agricultura e a sua predominância no campo. Para Sauer (2010), a introdução recente de novas biotecnologias — especialmente de engenharia genética — na produção agropecuária representa um aprofundamento do sistema implantado pela “revolução verde”. É significativo o relato da integrante do MST e da Via Campesina, nesse aspecto,

No Brasil hoje, apesar de toda luta que o MST, que os movimentos também vêm fazendo, que não só o MST, a CONTAG, enfim, a questão agrária no Brasil parece que vem se aprofundando na sua concentração, no seu objetivo que é manter o capitalismo vivo, com todas as forças, com as armas, com as leis, com todo esse aparato dos municípios que eles vão conquistando para eles, nos Estados e mesmo a nível nacional. E eles aprofundam a questão da concentração da terra e a exclusão das pessoas do campo, a introdução dos venenos com tanta fúria no Brasil, também é um marco bem presente da questão agrária como um todo, levando nosso país a consumir mais veneno do que todo o mundo, venenos que estão deixando as pessoas tóxicas, com saúde frágil aumentando os níveis de doenças nesse país (R.Z, integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina Internacional)⁶⁸.

É o que também aponta Norma Giarraca e Miguel Teubal (2008), quando abordam que um novo regime de acumulação e de política econômica surge na Argentina após a metade dos anos de 1970, processo que se potencializa com o decreto de desregulação da economia, aplicado por Menem, denominado de abertura com ajustes estruturais.

⁶⁸ Entrevista concedida a autora em abril de 2020.

A partir de entonces, son los agronegocios los que influyen en forma destacada sobre el sector agropecuario, mediante la provisión de insumos, la compra de tierras en algunas regiones, el control del procesamiento industrial y la comercialización de la producción local, tanto para el mercado interno como para la exportación. Este vasto sistema de agronegocios se manifiesta en gran medida en función de la primacía que adquieren la producción de soja y el paquete tecnológico que la acompaña. Dicho cultivo, que comienza a realizarse en gran escala en los años 1970, adquiere un cariz muy especial a mediados de los 1990, cuando se libera al mercado el cultivo de la soja transgénica. Este desarrollo se manifiesta en detrimento de la ganadería, de otros cereales tradicionales y de cultivos industriales del interior del país. En la Argentina, estas grandes empresas semilleras, combinadas con las que venden los agrotóxicos – introducidos en forma creciente en el sector –, adquieren una preeminencia inusitada en el sistema agroindustrial de nuestro país, en gran medida potenciada como consecuencia, primero, de las denominadas revoluciones tecnológicas de los híbridos (la revolución verde) y, más recientemente, de los transgénicos (la revolución tecnológica) (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 153-154).

Portanto, o agronegócio se viabiliza no campo como negação e como produto das ações do Estado e dos seus governos ao longo dos últimos 20 anos, aproximadamente, e é a resultante de um pacto estratégico da economia política capitalista. Ou seja, o novo pacto da economia política do agronegócio, denominado por Guilherme Delgado, persegue o lucro e renda da terra através da “articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais” (DELGADO, 2013, p. 109).

O desenvolvimento econômico na América Latina se apoia essencialmente em um modelo de inserção externa baseado quase que exclusivamente na exploração e exportação dos recursos naturais. As especificidades respeito ao processo dessa expansão agroindustrial que conheceu os países latino-americanos na segunda metade do século XX, e o processo de substituição de importações favoreceram as transformações que se instalaram no agro e se acentuam no último período. Segundo Giarraca e Teubal,

En la Argentina, estas grandes empresas se conectan con el sector financiero, formando los denominados ‘pools de siembra’, que transforman al sector en un negocio financiero. Algunas veces compran tierras, otras operan con “contratistas” que arriendan tierras y proveen la maquinaria, el equipo y los agroquímicos necesarios para impulsar la producción de los commodities requeridos por el mercado. El agro se transforma cada vez más en un productor de commodities; y, cada vez menos, constituye un medio de vida para la mayoría de los productores agropecuarios, especialmente para los productores familiares. Asimismo, el país va perdiendo su calidad de productor de alimentos básicos. Se van conformando los denominados complejos agroindustriales, con grandes empresas que extienden su poderío “hacia adelante” y “hacia atrás” en la cadena agroindustrial, integrándose verticalmente, sea en forma directa o mediante alguna forma de agricultura de contrato (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 154).

Os territórios nacionais são, portanto, caracterizados pelas quantidades de mais-valia transferidas para o exterior, resultantes da sua inserção no mercado mundial e dos

investimentos externos que constituem os principais instrumentos das mencionadas transferências. O capital estrangeiro se apropria direta e indiretamente de uma significativa porção da renda diferencial através da dívida pública e dos subsídios estatais. De acordo com Claudio Katz (2016), em todos os países se fortaleceu um empresariado que opera os negócios rurais com critérios capitalistas de acumulação intensiva.

A reestruturação neoliberal na América Latina garantiu desde os anos 1980 um padrão de especialização exportadora que recria a inserção internacional da região como provedora de produtos básicos. Esta renovada importância das commodities tem implicado uma profunda transformação na agricultura, baseada na promoção de cultivos de exportação em detrimento do abastecimento local. Em todos os países se fortaleceu um empresariado que opera os negócios rurais com critérios capitalistas de acumulação intensiva. A velha oligarquia encabeçou essa reconversão, em estreita associação com as grandes empresas do *agrobusiness*. Os pequenos produtores são onerados com o encarecimento dos insumos, maior pressão competitiva e crescente transferência de riscos, através de contratos formatados às regras da exportação. Devem formatar sua atividade a novas exigências de refrigeração, transporte e insumos agroquímicos para gerar produtos nos moldes do *marketing* global. Frequentemente ficam endividados, vendem a terra e terminam engrossando a massa de excluídos que emigra para as cidades (KATZ, 2016, p. 19-20).

A primeira década do século XXI é claramente configurada como de inserção primário exportadora no plano internacional, essa inserção primária no comércio exterior vem no sentido de acomodar a economia latino-americana a uma provedora de produtos agrícolas e minerais, (algumas destas produções com altíssima demanda de água e energia), na nova divisão internacional do trabalho. Coube aos países de capitalismo dependente, mais uma vez, a função de serem exportadores de *commodities* e matérias primas em geral (minerais e agrícolas), definindo, assim, os parâmetros da agricultura nestes países.

O agronegócio em nosso continente tem como lógica produtiva, intensiva e expansiva, a soja, o milho, as frutas, a carne bovina e de frango, pesca, o etanol, o eucalipto etc. Dessa forma, avançam desenfreadamente a expropriação e a extração dos recursos naturais sob a forma capitalista, além da destruição da natureza, a continuidade do extermínio dos povos e comunidades do campo, ocorre também a transformação dos latifúndios, outrora execrados como “improdutivos”, em propriedades com alto nível de tecnologia e produtividade para exportação de *comodities*.

De manera más reciente, la disputa por el territorio ha tenido otras inflexiones, a partir de las nuevas modalidades que adoptaría la lógica del capital en los espacios considerados estratégicos en términos de recursos naturales. Recordemos que el impulso del capitalismo neoliberal posdictaduras ha tenido diferentes fases en América Latina: un primer momento, desde finales de los '80, estuvo marcado por la desregulación económica, el ajuste fiscal, la política de privatizaciones (de los servicios públicos y de los hidrocarburos), así como por la introducción del modelo de agronegocios. En continuidad con el momento anterior, pero en un escenario

político diferente al de los años '90, en la actualidad asistimos a una segunda fase, caracterizada por la generalización del modelo extractivo-exportador, basado en la extracción de recursos naturales no renovables, y la expansión de los agrobencios, necesarios para alimentar el nivel de consumo sostenido y el modelo de acumulación vigente. En otros términos, la actual etapa expresa una demanda cada vez mayor de los países desarrollados hacia los países dependientes, en términos de materias primas o de bienes de consumo, lo cual aparece reflejado en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como "improductivos": la frontera agrícola, petrolera, minera, energética, forestal. Dicha expansión genera transformaciones mayores, en la medida en que reorienta completamente la economía de pueblos enteros y sus estilos de vida, y amenaza en el mediano plazo la sustentabilidad ecológica. La minería a cielo abierto, la construcción de grandes mega-represas, los proyectos previstos por el IIRSA y prontamente los llamados agrocombustibles (etanol), ilustran a cabalidad esta nueva división territorial y global del trabajo en el contexto del capitalismo actual [...]. Un ejemplo de ello es la situación de los pueblos indígenas y campesinos, que pujan por la defensa de sus derechos territoriales, reconocidos por tantas constituciones latinoamericanas, ante el avance de la frontera forestal, la megaminería a cielo abierto, las grandes represas, la privatización de las tierras o el boom de la soja transgénica. (SVAMPA, 2009, p.15).

Quando os camponeses não são expropriados do território o que se verifica, muitas vezes, são incorporações aos sistemas do complexo, ou seja, são integrados e controlados pelo sistema agrícola predominante. É o que explica o estudo de caso realizado no Brasil pelos pesquisadores Fernandes e Walch (2008) sobre a produção de laranjas no estado de São Paulo, em que

No caso do agronegócio da laranja, os camponeses são responsáveis por uma parte importante da produção da fruta, sob controle total da indústria. Todavia, temos observado a tendência de verticalização e terceirização da produção, processos que têm expropriado o campesinato, porque o camponês vende a terra e deixa de ser agricultor; ou é expulso, porque deixa de produzir laranja para suco e passa a produzir laranja para a mesa ou a trabalhar com outra cultura e outras atividades. O controle deste complexo de sistemas pelo capital, denominado agronegócio também tem dominado os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e políticas agrícolas. No caso do agronegócio da laranja os sistemas industrial, financeiro e mercantil estão concentrados pela indústria, que controla o sistema agrícola, intensificando a exploração dos produtores de laranja, capitalistas ou camponeses (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 49).

No entanto, o que se verifica no campo é um esvaziamento notável da população originária e a substituição de uma diversidade de práticas e cultivos de produtos cereais e oleaginosos, apenas por um produto. O Brasil e a Argentina inserem-se nesta divisão, como exportadores de matérias-primas notadamente em proteínas vegetal e animal para os países da Europa, Estados Unidos e a China. Conforme as considerações de Norma Giarraca e Miguel Teubal (2008) neste "boom" sojero,

Se potencia una agricultura sin agricultores. Los productores agropecuarios, en especial los medianos y pequeños productores familiares y los campesinos, son desplazados por grandes productores terratenientes y por grandes empresas favorecidas por un proceso de sojización que privilegia las economías a escala orientadas a las exportaciones, en oposición a las necesidades de los productores

familiares. La escala de producción requerida para los nuevos cultivos, fundamentalmente la soja transgénica, es cada vez mayor, lo que excluye a los productores medianos y pequeños, así como la producción de commodities desplaza a los tradicionales alimentos básicos de consumo popular masivo (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p.154)

À frente desse processo, o que denominamos *agribusiness*, empresas transnacionais dominam em sua grande maioria uma ou várias cadeias de produção. É crescente a perda de autonomia nacional e de territórios agricultáveis, para os grandes conglomerados e lobbys dessas empresas.

La globalidad del sistema agroalimentario tiene sus manifestaciones territoriales a nivel local, en el Cono Sur de América se muestra de manera notable el incremento de la producción agrícola, donde las oleaginosas destacan por su crecimiento, tanto en niveles de producción como en expansión espacial; muestra de ello es la creciente producción de soya en los estados del sur de Brasil, las regiones orientales de Paraguay y Bolivia, así como en el centro y norte de Argentina (HOCSMAN, 2014, p. 23).

Sob essa fase neoliberal, o agronegócio expropria os trabalhadores, expulsa os camponeses das suas terras e empobrece a população até desembocar na miséria de que sofre a América Latina. É uma fase de desenvolvimento do capitalismo com fundamentos ideológicos que se propagam sistematicamente, fundamenta-se pela lei do mercado, na retórica das oportunidades para todos os indivíduos e na ausência de qualquer regulação do Estado sobre a economia. Mas o que realmente ocorre é que o agronegócio, como processo de acumulação capitalista, foi o que mais se beneficiou das políticas neoliberais e, “ao promover a precarização do mundo do trabalho, o neoliberalismo promoveu a precarização das condições de vida, das perspectivas de futuro”. (CAMPOS, 2011, p. 185).

Pois bem, se por um lado o agronegócio apresenta certa modernização e produz riquezas que ficam concentradas nas mãos de poucas empresas, por outro, é importante destacar que a precarização das condições de trabalho que afeta a vida dos trabalhadores, de maneira geral, são reverses dignos de espanto de qualquer pessoa munida de mínimos sentimentos de indignação e sensibilidade social.

Persiste na dinâmica da reprodução do capitalismo monopolista na agricultura, uma articulação do que se considera “moderno” com o “atrasado” e, que, portanto, não pressupõe e nem necessita da destruição total das formas não especificamente capitalistas. A realidade nos fornece subsídios para compreendermos esta concreticidade, se observarmos o contexto em que vivemos, em tempos neoliberais — em que pese os avanços obtidos através da luta de diversos movimentos, do processo de leis, da ação de entidades de direitos humanos, com o repúdio internacional às formas degradantes e precarizadas de trabalho — o trabalho análogo

ao de escravo, continua ocupando manchetes e páginas dos jornais:

[...] A pecuária, a produção de carvão vegetal para o beneficiamento de minério de ferro e a construção civil são os setores da economia dos quais o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mais resgatou trabalhadores em condições análogas às de escravo durante o ano de 2012. [...] de acordo com dados do Ministério da Agricultura, a pecuária apresenta casos de trabalho escravo normalmente associados ao desmatamento ilícito na Amazônia Legal. Normalmente as vítimas resgatadas são empregadas na abertura de pastos para a criação de gado, na aplicação de agrotóxicos para o terreno ou então na construção de cercas. A madeira recolhida a partir da derrubada das matas para abrir pastagens aos animais, por sua vez, serve como base para a produção de carvão vegetal que, com frequência, é usado na cadeia produtiva do beneficiamento de minério de ferro. Em fiscalização ocorrida no fim de 2012, um grupo de 150 trabalhadores foi resgatado de duas carvoarias que estariam fornecendo para indústrias siderúrgicas no polo de Marabá, no Pará. (ZOCCHIO, 2013).

Quando observamos por traz dos números de lucratividade e de progresso do agronegócio as formas de exploração do trabalho, chegamos à constatação de que este é concretamente o modo de produção capitalista, que integra relações as mais diversas para a manutenção dos lucros. Tornam-se cotidianas, denúncias, tais como: “crianças são exploradas nas carvoarias”, “são registrados casos de sobrecargas de trabalho — acima das 12 horas diárias”, “são diagnosticadas doenças decorrentes dos trabalhos e esforços repetitivos”, “aumento da necessidade do duplo emprego para garantir a sobrevivência familiar”, as “baixas remunerações pelo trabalho executado”, entre outros. A situação dos bolivianos, venezuelanos etc., por exemplo, trazidos para São Paulo/Buenos Aires e obrigados a trabalhar em regime análogo a escravidão pelas empresas de tecelagens que se destinam a confecção de roupas de grife, são alarmantes. Em matéria publicada em 2019, pelo Ministério do Trabalho no Brasil, os enunciados citados acima se confirmam. Vejamos!

Quase 70,8 milhões de pessoas em todo o mundo fogem hoje de guerras e perseguições, segundo a Acnur, a agência da ONU para refugiados. Neste 20 de junho, Dia do Refugiado, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia informa que a Inspeção do Trabalho resgatou 723 trabalhadores estrangeiros submetidos a condições análogas às de escravo desde 2010. O resgate de mais da metade ocorreu no estado de São Paulo, seguido de Minas Gerais. Foram 96 estabelecimentos flagrados. Mais de R\$ 5 milhões foram recebidos por esses trabalhadores estrangeiros a título de verbas salariais e rescisórias. A atividade com maior número de estrangeiros submetidos à condição de escravidão moderna foi a de confecção de peças do vestuário (43%). Em segundo lugar vem a de construção de edifícios (23%) [...]. O número de pessoas fugindo de guerras, perseguições e conflitos, de quase 70,8 milhões, representa o maior nível de deslocamento forçado registrado pela Acnur em seus quase 70 anos de atuação. Esse número, que dobrou em 20 anos, ainda é uma estimativa conservadora, especialmente porque reflete apenas parcialmente a crise na Venezuela. No total, cerca de 4 milhões de venezuelanos já saíram do país desde 2015, tornando essa uma das mais recentes e maiores crises de deslocamento forçado no mundo. Embora a maioria da população necessite de proteção internacional para refugiados, apenas meio milhão tomou a decisão de solicitar refúgio formalmente (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, [2019]).

O trabalho análogo à escravidão tem sido denunciado como uma questão latente também na Argentina, várias ações e denúncias estão sendo feitas por uma organização social, denominada *Asamblea Popular y Cooperativa de Trabajo “20 de diciembre”*, popularmente conhecida como *La Alameda*. Entre as ações da associação destacamos uma marcha realizada no dia 08 de maio de 2015, com o lema: “basta de trabajo esclavo”, onde se apresentou oficialmente uma lista com 170 locais clandestinos de trabalho ou, *talleres textiles clandestinos con esclavitud*⁶⁹, que exploram migrantes e populações em situação de pobreza e miséria. A descrição de um desses locais, feita este ano pela associação, corresponde com a nossa arguição anterior.

En estos talleres se está explotando a migrantes en jornadas de 12 a 14 horas; con salarios que no superan los diez mil pesos y en algunos casos se abonan vales de 3 mil y 5 mil pesos. Los trabajadores viven con sus hijos en el mismo lugar en que trabajan, en condiciones infrahumanas y de hacinamiento. (LA ALAMEDA, 2020).

A escravidão moderna é tratada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como todas as formas de trabalho forçado e matrimônio forçado, o que corresponde a todas as formas de trabalho forçado seja ele imposto pelo Estado, de exploração por meio de trabalho forçado ou, de exploração sexual comercial forçada de adultos e exploração sexual comercial infantil. Segundo a própria definição da OIT,

En el contexto del presente informe, el término esclavitud moderna abarca un conjunto de conceptos jurídicos específicos, que incluyen el trabajo forzoso, otros tipos de esclavitud y prácticas análogas a la esclavitud, y la trata de personas. Si bien la esclavitud moderna no está definida en la legislación, se utiliza como un término general que incluye los puntos en común que presentan estos conceptos jurídicos. Esencialmente, se refiere a situaciones de explotación que una persona no puede rechazar ni abandonar en razón de amenazas, violencia, coacción, engaño o abuso de poder. Para hacer mensurable este conjunto de complejos conceptos jurídicos la estimaciones mundiales se concentran en las dos formas principales de la esclavitud moderna: el trabajo forzoso y el matrimonio forzoso (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2007, p. 16).

Dados referentes a esta problemática da escravidão moderna no mundo foram publicados em relatório de 2017, da OIT, da Fundação Walk Free, em parceria com a Organização Internacional para Migração (OIM). revelam que,

Os dados, lançados hoje durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, mostram que mais de 40 milhões de pessoas em todo o mundo foram vítimas da escravidão moderna em 2016. Além disso, a OIT também lançou uma nova estimativa de que cerca de 152 milhões de crianças entre cinco e 17 anos foram submetidas ao trabalho infantil no mesmo ano. As novas estimativas também mostram que as mulheres e as

⁶⁹ Um mapa interativo desses locais foi disponibilizado pela Associação e pode ser visualizado no endereço: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zf4IR4QFn9hs.k_0tO14UMcyI.

meninas são as mais afetadas pela escravidão moderna, chegando a quase 29 milhões ou 71% do total. As mulheres representam 99% das vítimas do trabalho forçado na indústria comercial do sexo e 84% dos casamentos forçados. A pesquisa revela que, entre as 40 milhões de vítimas da escravidão moderna, cerca de 25 milhões foram submetidas a trabalho forçado e 15 milhões foram forçadas a se casar. O trabalho infantil continua concentrado principalmente na agricultura (70,9%). Quase um em cada cinco trabalhadores infantis trabalha no setor de serviços (17,1%), enquanto 11,9% dos trabalhadores infantis trabalham na indústria (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2017).

É a reprodução do capital na cena contemporânea, em sua relação desigual e combinada. A lógica capitalista de produção que transformara a terra e a sua renda, a água, os minérios e a biodiversidade em mercadorias, agora necessitam urgentemente, dos territórios que foram historicamente preservados por uma diversidade de identidades de trabalhadores do campo. A sobrevivência das comunidades de pequenos camponeses, indígenas e a sua milenar técnica de agricultura de subsistência, transformada outrora em um nicho de mercado, agora precisa ser removida, exterminada. Aquela que no passado garantiu a força de trabalho necessária para a efetivação do movimento de acumulação do capitalismo, produzindo os braços e os excedentes agrícolas, ou seja, os principais gêneros básicos de alimentação para essa população. Estes povos, assim como toda a cultura aí preservada, sendo drasticamente substituídos pelas matérias-primas industriais ou *commodities*.

Como podemos observar, na América Latina, o processo de precarização e superexploração do trabalho se mantém em escala constante e crescente. E, conseqüentemente, com as crises periódicas do capital e os processos de reestruturação produtiva que geralmente decorre, essa ofensiva se intensifica. As palavras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, retrata o que isso representa para o campo,

Varrer do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Esta investida ao mundo trabalho, permeada por imposições de valores mercantis e pelo medo do desemprego, impelem a classe trabalhadora, não sem resistência, às sujeições das péssimas condições de trabalho. Essas transformações da estrutura social latino-americana alteram, portanto, a configuração das classes dominadas. E, como um eixo desta mudança se localiza na agricultura, reitera Katz,

verifica-se uma perda da coesão do velho campesinato, atingido pelo crescente êxodo para os centros urbanos. Por esta razão, as tensões no meio rural apresentam outra característica. O velho latifúndio que recriava a miséria camponesa, obstruindo a gestação de uma burguesia agrária, decaí frente às empresas capitalistas que

despojam o agricultor de suas terras, contratam assalariados precários e forçam a migração às cidades. Este êxodo rural engrossa a massa de excluídos urbanos com pouco trabalho e remunerações reduzidas, em um cenário de poucas alternativas de emprego para a população excedente da América Latina. Por isso, a informalidade se afirma como norma, tanto na recessão como na prosperidade das economias extrativistas (KATZ, 2016, p. 31-32).

O amadurecimento do modo de produção capitalista ou, o processo de instalação das relações “modernas” de produção no campo, se expressa territorialmente através da consolidação do domínio do capital e da concentração econômica na produção agrária. A tendência histórica é de instauração nos espaços socioeconômicos, complexos e diversificados, uma diminuição do número de pequenas propriedades e o aumento da superfície das grandes unidades produtivas, que ocupam o lugar daquelas que foram expropriadas. E o que se verifica é nada animador: “a monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num ‘mar’ de cana, de soja, de laranja, de pastagem, entre outros”. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

O modo de produção capitalista e as condições da atual questão agrária na América Latina resultam de um contínuo e crescente processo de concentração econômica e expropriações dos pequenos e médios produtores e das comunidades indígenas e campesinas, compõem o cenário em que se aprofunda e se atualiza, os crescentes processos de expropriações, de concentração e, de “*acaparamiento*” de terras. A situação se agrava quando se agrega a essa territorialização do capital no campo, além da questão da extensão territorial agricultável, também as atividades exploratórias e indiscriminadas no âmbito da mineração e do hidronegócio.

A questão agrária na América Latina, portanto, se atualiza e se amplia, há uma territorialização hegemônica do capital no campo, onde os recursos naturais são transformados em propriedades negociáveis no mercado internacional. América Latina se inscreve na geoeconomia e na geopolítica mundial numa posição universal estratégica, em que o capitalismo em sua fase imperialista disputa o rateio de suas mensuráveis riquezas e, de forma particular, numa posição de dependência, onde se mantém o seu eterno papel de fornecedora de matérias primas nos moldes e padrões exigidos internacionalmente.

A necessidade de justificar as relações capitalistas que se expressam no campo através do agronegócio ocasionará um processo de disputas teóricas que fará muitos pesquisadores/as e teóricos/as da problemática agrária a capitularem-se em suas formulações. Avançará e será travado no meio acadêmico um debate em torno da questão agrária e do capitalismo agrário. Logo, o que se verá principalmente, a partir de 1980, será processos de rupturas e de contraposição aos clássicos da questão agrária, a partir de uma necessária e apologética defesa

do desenvolvimento do capital no campo. Este debate no meio acadêmico terá consequentemente suas reverberações políticas, ou seja, constrói-se a partir da negação estrita aos clássicos, um arcabouço teórico, um método de análise e de interpretação que inverte a análise da problemática agrária.

Esta problemática, que terá como contraposição o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário, será tratada aqui trazendo as contribuições de Bernardo Mançano Fernandes (2013). A partir desse autor compreendemos que os elementos que constituem o *Paradigma do capitalismo agrário*⁷⁰, que faz um contraponto com o Paradigma da Questão Agrária.

Para Bernardo Mançano Fernandes (2013), os elementos principais que compõem este campo teórico, do Paradigma do Capitalismo Agrário, demonstram que o estudo e a interpretação da problemática agrária tem como ponto de partida o capital e as suas necessidades de avançar sobre o campo. Para tanto, tem como perspectiva uma separação estanque entre, os elementos do conflito e do desenvolvimento. Para o autor o que se verifica é uma tentativa de ruptura com as contribuições oriundas de Marx, Lenin, Kautsky etc., no âmbito da questão agrária e, a sua substituição por uma nova interpretação.

Esta nova interpretação representa a negação e não a superação como a compreendemos, ou seja, o método que se apropria, nega e supera o conhecimento acumulado partindo dele e construindo interpretações que desvelem a realidade. O que se verifica nessa tentativa de interpretação é o oposto disso, a substituição da contribuição anterior por uma apresentação do capitalismo no campo, ausente de contradição, de conflito e como única alternativa possível. Isso significa, contudo, que contestá-lo significaria uma anomia, uma aberração a ser ultrapassada. Resta, portanto, ao camponês, como única condição da sua existência, a sua adequação por meio da conversão pacífica ao capitalismo. “A construção das condições para o desenvolvimento e a superação é encontrada no próprio capitalismo”. (FERNANDES, 2013, p. 201)⁷¹.

Será a resultante desta conceitualização uma visão política e pragmática, comumente aceita, de que o conflito prejudica o desenvolvimento, assim como a formulação de ações políticas governamentais de negação e bloqueio a reforma agrária e de criminalização dos movimentos sociais. Segundo Fernandes (2013),

⁷⁰Segundo o autor, esta denominação tem por referência e base o livro de Ricardo Abramovay, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, publicado em 1992. Sendo este autor um dos expoente desta teorização.

⁷¹ Para um maior aprofundamento destes debates ver Stedile (2013).

Para o paradigma do capitalismo agrário, a permanência ou o fim do campesinato é uma questão conjuntural porque depende de uma *mudança na conjuntura* socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo [...] num determinado estágio, o capital cria relações mercantis que aniquilam um modo de vida que não se adequaria ao capitalismo. Entretanto, ocorre uma *metamorfose*, e este modo de vida vira uma profissão. Logo, entende-se que o camponês, por não ser um agricultor profissional, é *asfixiado* pelo desenvolvimento do capitalismo e, então, para sobreviver, precisa se *converter* em *agricultor familiar*. A *integração plena* a um *mercado completo* que possui *fisionomia impessoal* define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital. Diferentemente do paradigma da questão agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do capitalismo agrário ele é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação. Por que resistir ao capital se a integração é a condição da continuidade? Na resistência está o sentido da descontinuidade, na integração está o sentido da continuidade (FERNANDES, 2013, p. 189, grifo do autor).

Esta análise supõe o fim do campesinato e a sua integração plena ao capital, essa forma de integração seria a sua transformação em agricultor familiar e, portanto, agricultor familiar, nesta teoria, seria o oposto e adverso ao camponês. Para Fernandes (2013), a lógica que se utiliza para denominar a metamorfose (de camponês a agricultor familiar) explicita o “processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia, além da redundância que faz soar estranha a separação em duas categorias quando, de fato, eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe” (FERNANDES, 2013, p. 192).

Resumidamente, o que salta aos olhos a partir desta breve crítica e exposição é a conceituação de camponês como objeto do capital em sua plenitude que necessita se integrar à nova realidade. Que o seu modo de vida é incompatível com o capitalismo e não ao contrário, o capitalismo que é incompatível com outras formas de reprodução da vida. Que a Reforma Agrária está ultrapassada e que a saída é a adaptação do camponês ao capitalismo e a sua transformação em agricultor familiar seria o mesmo que um pequeno agronegócio, ou pejorativamente, um “agronegócio”.

Em nosso entendimento, o conflito social, as lutas de classes, é inevitável entre os representantes do capital e os povos do campo. Desta feita, concordamos com a perspectiva de análise que trata o camponês como o produtor familiar, ou seja, o entendimento de que todo camponês é um agricultor familiar pois, se nos desvencilharmos da tentativa problemática de diferenciação, de fragmentação e de cooptação que tentam dividir o camponês e a camponesa do/da agricultor familiar, veremos que o inverso também verdadeiro.

A unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. O campesinato é estudado como sujeito que contribui e é eliminado por um determinado modelo de desenvolvimento econômico da agricultura capitalista. O que

as contribuições de Fernandes e Welch (2008) apontam, é que, essa contradição: contribuição-destruição é mais bem compreendida “quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital” (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 48).

Assim, em nossa percepção o camponês, não é aquele que se tende a se adaptar, mas, sim, aquele em seu modo de sobrevivência resiste e, portanto, luta. Que se vincula aos diversos movimentos socioterritoriais e socioambientais que vão desde as bases em seus coletivos autônomos, estabelecendo relações de resistência que se transformam em organizações nacionais e internacionais. É o que verificaremos especificamente neste trabalho a partir dos movimentos sociais do campo vinculados à Via Campesina Internacional. O sujeito camponês e sua família que vive no campo não correspondem ao agronegócio, eles constituem uma força que é anterior e, portanto, distinta.

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com esta leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio; todavia, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas etc., os camponeses estão subalternos. O campesinato pode produzir a partir do sistema agrícola do agronegócio, contudo, dentro dos limites próprios das propriedades camponesas, no que se refere à área e a escala de produção. Evidente que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 49).

A bandeira do camponês na América Latina se vincula à defesa da Reforma Agrária, como parte de um projeto político cujo objetivo é levantado como uma mudança radical do regime de propriedade e exploração da terra. A Reforma Agrária, passa a ser uma pauta que extrapola o próprio camponês e seu movimento, quando propõe de maneira geral, uma distribuição e democratização do acesso à terra, fundamentada em uma mudança na estrutura agrária consistente na eliminação do latifúndio, distribuição da terra e acesso igualitário ao conjunto de bens naturais. Num segundo momento, trata-se de desenvolver projeto que viabilizem a vida nas melhores condições possíveis das famílias que vivem no meio rural. E, por fim, é preciso discutir coletivamente o uso da terra. Ou seja, qual é a função que ela vai cumprir — se é produzir alimentos de qualidade para as massas urbanas ou *commodities* completamente envenenadas que alimentam vacas e porcos dos países centrais do capitalismo.

Desse modo, o sentido essencial da reforma agrária tanto no Brasil como na

Argentina, significaria algo superior, para além do que excepcionalmente foi adotado, ou seja, assentar sobre a terra os pobres do campo. Em geral, a produção de gêneros alimentícios e o abastecimento do mercado interno, estão nas mãos dos pequenos agricultores, com suas pequenas parcelas próprias ou arrendadas. A substituição desses cultivos pela soja, por exemplo, além de encarecer os produtos básicos alimentícios, provoca a importação de gêneros e viveres significativos e necessários para a população. Contudo, as facilidades comerciais de créditos e incentivos agrícolas são para os grandes cultivos industriais.

Quando voltamos nossa mirada para a história da América Latina, o que se verifica é que as tentativas de se realizar uma reforma agrária, que acompanharam diferentes momentos de nossa história — como as mudanças políticas dentro dos marcos do desenvolvimento capitalista ou, dos processos revolucionários — perderam força e foram relegadas pelas representações governamentais. Um abandono sistemático de largo prazo, que se materializa, com as ditaduras, com os processos de modernizações conservadoras, de ofensiva neoliberal e avanço do agronegócio. Um completo descaso a qualquer concepção séria de Reforma Agrária em nosso continente.

Tendo em vista que as posições ideológicas dominantes em torno da temática da reforma agrária oscila entre três polos distintos, primeiro como uma política meramente assistencial, assistencialismo agrário; em segundo, como radicalismo rural, que tem a pretensão de resolver a posse da terra e reduzir a concentração; e terceiro, como uma reforma agrária gradualista, que tem a pretensão de uma transformação lenta e gradual que evite as tensões radicais e as mudanças sociais abruptas (FERREIRA, 1994). Como estamos a verificar concretamente neste século, a reforma agrária na primeira e terceira formulação deixou o cenário da político-econômico. Assim, em geral, por toda a América latina, mas especialmente no Brasil e na Argentina, os projetos de reforma agrária acumulam-se, como diz Galeano, “uns sobre os outros, no cemitério parlamentar, enquanto o campo se despovoava: os desempregados se somam aos desempregados e há cada vez menos pessoas dedicadas às tarefas agropecuárias, segundo o dramático registro dos sucessivos recenseamentos” (GALEANO, 1979, p. 131).

Contemporaneamente, a Reforma Agrária e as mudanças na estrutura fundiária, além de não serem implementadas, desapareceram por completo da pauta política dos Estados nacionais e, também, de forma geral da sociedade latino-americana. Isso é consequência, em grande medida, da hegemônica territorialização do capital, que transformou a terra e a sua renda, a água, os minérios e a biodiversidade em mercadorias. De acordo com Claudio Katz, sintetiza os interesses dos grupos privilegiados da América Latina. “No passado expressava os

programas dos latifundiários exportadores; e, na atualidade, canaliza as demandas dos grandes bancos e das corporações agroindustriais com negócios internacionalizados” (KATZ, 2016, p. 104).

A economia latino-americana é dependente dos interesses e das necessidades dos países centrais, que veem aqui um depósito de matérias-primas, de força de trabalho e de mercado para os seus produtos industrializados. As empresas do agronegócio que estão instaladas em nosso território agrícola, são intermediárias dos interesses do capitalismo mundializado. Em função do exposto, a nosso ver, há um esvaziamento do debate sobre a questão agrária *estrito senso*. Pois, já não há mais uma separação clara entre agricultura e indústria, e nem mesmo entre agricultura e finanças. A especulação é tanto fundiária quanto financeira no mercado internacional de *commodities*. Não faz sentido falar sobre latifúndio sem tratar do agronegócio. E só parece fazer sentido pensar a questão agrária se tocarmos centralmente na questão urbana e ambiental.

Assim, no capitalismo contemporâneo, de acordo com Traspadini (2016), a questão agrária na América Latina pauta-se por problemas de natureza econômica-política-cultural. Explicita questões sociais típicas de relações sociais originadas pela forma particular de propriedade privada da terra e do conteúdo real da superexploração da força de trabalho que lhe sustenta. Ambos os processos ancorados no empobrecimento dos trabalhadores rurais e êxodo rural decorrente disto. A questão agrária, como questão social, explicita as contradições da relação capital-trabalho no capitalismo dependente latino-americano e redefine o sentido do urbano-industrial nas entranhas da formação socio-histórica colonial em que a terra e o trabalho foram, gradativamente, moldados para satisfazer a mesma produção de sentido: transição do processo de trabalho ao processo de valorização.

Desse modo, no contexto econômico atual da América Latina, prevalece um esquema de especialização produtiva baseada na agroexportação, na mineração a céu aberto, no declínio da indústria tradicional, nas remessas de lucro e no turismo. Este modelo “implica uma generalizada reinserção periférica ou semiperiférica na divisão internacional do trabalho” (KATZ, 2016, p. 34). Isso expressa que “a América Latina sempre foi uma região subordinada ao capitalismo mundial e esse *status* não mudou no século XXI. A reinserção global da zona como exportadora de matérias-primas recriou parcialmente essa submissão e solapa as tentativas de forjar associações regionais autônomas” (KATZ, 2016, p. 252).

Neste sentido, continua válida uma afirmação lá dos anos 1960, segundo a qual, “a questão prática, que, portanto, se propõe, é a maneira adequada às condições atuais, e nelas aplicável, de facilitar aos trabalhadores rurais o acesso à propriedade da terra” (PRADO

JÚNIOR, 2005, p. 80). Não há, pois, como esperar do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e muito menos, do chamado agronegócio, uma elevação dos padrões de vida da massa trabalhadora rural. Pelo contrário, as pesquisas realizadas no meio rural têm comprovado justamente o contrário, conforme agrega Campos:

Uma constatação importante desta pesquisa é que, ao contrário do que se veicula nos meios de comunicação, a pobreza não é resultado da escassez de riqueza. Sob a forma capitalista de produção, a pobreza resulta principalmente do modo como a riqueza é produzida. Nesse sentido é que em meio à riqueza do agronegócio se colhe também a pobreza e a desigualdade social (CAMPOS, 2011, p.185).

Essa melhoria das condições de vida e de trabalho no campo, se torna realidade somente com um processo de lutas constantes da classe trabalhadora, sejam quais forem as suas relações de trabalho, do camponês, do agricultor familiar ou, do assalariado rural. As ínfimas melhorias nas condições de trabalho e de vida só se materializam no campo quando estão conjugadas com fortes manifestações e lutas, sejam elas espontâneas ou organizadas.

Assim, além do debate da questão agrária como fundamento do desenvolvimento desigual e combinado, tanto na divisão internacional do trabalho quanto no interior das economias periféricas, outro elemento que se reveste de importância, é a determinação da particularidade histórica que ganha essa questão na América Latina. A terra tomada pelos colonizadores ou como propriedade privada e o trabalho escravo na América Latina são as bases estruturais que apresentam, para além dos processos inerentes ao desenvolvimento geral e particular do capitalismo, outras histórias que os detentores do poder insistem em negar: a história das resistências, das lutas por libertação que, travadas ao longo de todo o período colonial, ainda quando silenciadas ou deturpadas, ganham vida no cotidiano das lutas dos movimentos sociais latino-americanos.

As lutas de classes que se materializam nos conflitos agrários, historicamente existentes, embora se apresentem de forma particular em cada país ou região, tem uma questão que lhes é singular, a luta pela terra como condição de sobrevivência. Quer dizer: os diferentes povos, em suas diversas comunidades do campo, sempre e, de algum modo, resistiram e lutaram, contra um estado de coisas e uma determinada ordem, em que foram submetidos, subjugados e massacrados. Para Thomaz Júnior,

Há que se considerar para tanto, que, o campesinato que resistirá na terra, ao longo de todos esses anos de expropriações, comporá uma unidade na diversidade que corresponderá aos povos da floresta; os posseiros; os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros; açazeiros; arrendatários não capitalistas; os cessionários; os quilombolas; os povos indígenas camponezados. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 281).

Perante a situação atual do campo, são de suma importância as questões trazidas para o debate pelos movimentos sociais do campo. Isto porque, a problemática agrária em nosso continente, a saber, os processos de apropriação, de disputas e de resistências, não desapareceram, pelo contrário, se acentuam e se atualizam. Como observa Porto-Gonçalves está em curso e se apresenta ao debate da questão agrária, novas questões que envolvem toda humanidade,

como é o caso dos organismos laboratorialmente modificados. Trata-se de um tema estratégico para todos os envolvidos nas lutas emancipatórias, sobretudo no campo. Afinal, este tema não pode ser resumido ao debate acerca da poluição do ambiente, em si mesmo importante. Assim um tema rigorosamente vital para todos os que se colocam numa perspectiva emancipatória e, assim, é muito mais do que um tema controvertido. O envolvimento do MST e da Via Campesina nesse tema torna-os estratégico, e não só para si mesmos, mas para toda a humanidade. A natureza volta a adquirir centralidade no debate do devir histórico e, com isso, traz para o centro da cena uma série de sujeitos sociais que acreditávamos estarem fadados a extinção e que emergem dos campos, dos cerrados, das florestas, dos mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 4).

A amplitude da pauta de lutas e dos temas que envolvem a questão agrária, entre eles, a questão ecológica, o uso indiscriminado de veneno, a soberania alimentar e energética entre outros, podem se constituir em linhas de convergência com outros movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. Pois, “a questão agrária não só se urbaniza como se mundializa e, assim, faz sentido uma internacional camponesa como a Via Campesina” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 04).

Estes elementos que compõem a questão agrária atual são trazidos para o debate por meio dos movimentos sociais do campo, suas lutas se constituem de temas que extrapolam a sua proposição histórica, que se restringia a pauta da reforma agrária, em uma perspectiva reformista. O abandono capitalista dessa “via de desenvolvimento”, ou seja, uma reforma agrária nos moldes capitalistas, assim como a sua reversão revolucionária, no México, na Nicarágua, no Chile, dá ao próprio termo um outro sentido.

A luta pela Reforma Agrária, é apropriada como bandeira da classe trabalhadora em luta no campo, o seu sentido se amplia e passa a ter um outro caráter, independentemente da vontade dos próprios sujeitos dos movimentos sociais que se articulam entre si. A Reforma Agrária em sua concreticidade torna-se possibilidade apenas fora do capitalismo, ou seja, a luta que anteriormente possuía um caráter denominado reformista, agora na atual fase de desenvolvimento capitalista, adquire um sentido estritamente revolucionário. É nesse processo dialético que a reforma agrária, tal como defende as forças sociais em luta, se aproxima, daquela proposição defendida e creditada por Caio Prado Júnior, ou seja, uma reforma

Agrária que em sua fase subsequente “levará a economia agrária para sua transformação socialista. É assim que em termos marxistas e revolucionários se propõe a questão agrária no Brasil e no atual momento histórico” (CAIO PRADO JÚNIOR, 2005, p. 87). Configura-se assim, os objetivos gerais, a Luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela Transformação Social, o que significa, portanto, uma luta em defesa, assim como de conquista de território.

En suma, la territorialidad es una dimensión que atraviesan el conjunto de los movimientos sociales, por encima de sus diferencias nacionales y sectoriales, sea que hablemos de los movimientos indígenas (como el zapatismo en México, la CONAIE en Ecuador o las organizaciones mapuches, en Chile y Argentina), de movimientos territoriales urbanos (las organizaciones piqueteras en Argentina, la Fejuve en Bolivia, Los Sin Techo en Brasil) o rurales (el MST en Brasil), o los movimientos socio-ambientales (movimientos anti-represa en Brasil, movimientos de resistencia campesino-indígena en Perú y Ecuador, nuevas asambleas ciudadanas contra la minería a cielo abierto en Argentina y Chile), entre otros. Incluso, los nuevos espacios de coordinación que inicialmente estuvieron marcados por la evolución de los llamados acuerdos sobre liberalización comercial y especialmente frente a la iniciativa norteamericana de subsumir a los países de la región bajo un Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), hoy se erigen contra el IIRSA (Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana), los avances del modelo extractivo exportador y la extensión del modelo de agro-negocios. De este modo, la constitución de espacios de coordinación a nivel regional aparece cada vez más centrada en la defensa de la tierra y el territorio (SVAMPA, 2009, p. 17-18).

Essa diversidade de resistências, articuladas majoritariamente por intermédio da ação política da Via Campesina, compõem, assim, um grande “bloco” que corresponde a organizações sem-terra, de camponeses, de pequenos proprietários, de comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, entre outros. A reflexão de Porto-Gonçalves destaca a importância dessas distintas comunidades;

Aliás, essas populações são hoje detentoras de um acervo de conhecimento diversificado, um dos mais ricos patrimônios da humanidade, e habitam os maiores acervos de biodiversidade, posto que são áreas que ficaram a salvo das monoculturas e sua pobre diversidade genética típicas da agricultura capitalista (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 5).

Essa perspectiva de luta, ou seja, a construção de novas relações sociais entre os seres humanos e a natureza aponta para uma caracterização comumente aceita na atualidade pelos pesquisadores/as latino-americanos de que uma das dimensões da constituição dos movimentos sociais latino-americanos é a territorialidade, como irá acrescentar Maristela Svampa,

En términos generales, tanto en los movimientos urbanos como rurales, el territorio aparece como un espacio de resistencia y también, progresivamente, como un lugar de resignificación y creación de nuevas relaciones sociales. En fin, para un arco bastante extenso y representativo de las ciencias sociales latinoamericanas, los

movimientos sociales latinoamericanos deben ser entendidos como movimientos socio-territoriales (SVAMPA, 2009, p. 13).

A luta em defesa do território e por uma nova sociabilidade está vinculada à luta pela garantia dos bens comuns da humanidade, ou seja, à uma pauta política mais abrangente se vinculam outras mediações necessárias, que incorporam as reivindicações imediatas dos trabalhadores e trabalhadoras como: a terra, a água, a moradia, o crédito, o saneamento, a saúde, a educação etc.

Por ello no es casual que, en los últimos tiempos, el proceso mismo de construcción de la territorialidad se haya cargado de nuevas significaciones y valoraciones, como lo muestra el desarrollo de movilizaciones de fuerte carácter socio-ambiental en gran parte de la región. Así, las acciones de los movimientos campesinos e indígenas, como de aquellos socio-ambientales, orientadas contra el Estado y contra sectores privados (grandes empresas transnacionales), generalmente se inician con reclamos puntuales, aunque en la misma dinámica de lucha tienden a ampliar y radicalizar su plataforma representativa y discursiva, incorporando otros temas, tales como el cuestionamiento a un modelo de desarrollo monocultural y destructivo, y la exigencia de desmercantilización de los llamados “bienes comunes”. Estos procesos de movilización conducen a una concepción de la territorialidad, que se oponen radicalmente al discurso ecoeficientista y la visión desarrollista, propia de la narrativa dominante (SVAMPA, 2009, p. 16).

Parece-nos salutar destacar o protagonismo das organizações camponesas no conjunto das lutas populares no Brasil, na Argentina e no mundo. Armando Bartra, em sua reflexão sobre o Movimento Indígena e Camponês Mesoamericano (MOICAM)⁷², agrega que a Via Campesina,

é uma rede mundial que alinha a maior parte das organizações mesoamericanas do MOICAM e que constitui a melhor mostra do novo e punjante internacionalismo campesino. A população camponesa presenciou o nascimento do capitalismo, foi premissa inevitável de sua reprodução e está presente na disjuntiva civilizatória do terceiro milênio; porque os camponeses são uma multidão em perene rebeldia; uma classe no ar, hoje globalizada, que se alinha com pleno direito nas hostes altermundistas (BARTRA, 2005, p. 122).

Todavia, é necessário compreender e, mais que isto, reconhecer o desafio colocado aos movimentos sociais do campo de articulação com as demais organizações dos trabalhadores e trabalhadoras, as quais vivem de diferentes formas, o enfrentamento ao capital.

3.3 LUTAS DE CLASSES NO CAMPO: A VIA CAMPESINA INTERNACIONAL

Como foi possível identificar os processos de lutas nacionais e regionais culminaram com uma organização de caráter internacional. Está construção política surge como

⁷² Esta articulação regional aglutina as organizações camponesas da *América Central* (Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá); *México e Caribe*.

necessidade de ampliar as forças contidas localmente e regionalmente no âmbito de diversos movimentos sociais.

O contexto em que se materializa essas ideias de unificação de forças se relaciona com o início da década de 1990 e, portanto, diante da crise estrutural do capital. O processo descrito em que as grandes corporações transnacionais, associadas a burguesias nacionais atuou intensamente na geopolítica dos recursos naturais, sob a proposição neoliberal. O avanço da territorialização do capital no campo sob a forma do agronegócio, do hidronegócio e da mineração, em sua materialização fundante representa a expropriação de comunidades camponesas, indígenas e quilombolas e a destruição desenfreada da natureza.

Há, portanto, neste período grandes tensionamentos, vivenciados pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo na América Latina, vinculadas às lutas pela sobrevivência se constituem processos organizativos que avançam entre a resistência e processos de lutas revolucionárias. Da resistência indígena, negra e camponesa, se levanta e se consolida uma organização mais ampla que amplia suas lutas por transformações societárias. Para enfrentar o avanço do capital e do neoliberalismo, os movimentos sociais do campo, constituem a articulação internacional denominada Via Campesina Internacional (VCI).

Sua origem é resultado de um acúmulo de forças, de lutas sociais e de articulações latino-americanas que já se aglutinavam por meio da Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC)⁷³. Essa organização regional trazia consigo a marca histórica de uma complexidade de povos e de suas lutas, sua configuração coincide com a denominada Campanha Continental “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”. A Via Campesina, a nosso ver, constitui-se como síntese histórica das lutas de classes no campo, carrega consigo as lições desta trajetória sua configuração toma forma quando essas lutas estão no ápice da resistência e da contraofensiva neoliberal e toda a sua destrutividade. É portadora dessa carga histórica de conflituosidade e resistência.

É notório, portanto, que este processo de constituição não ocorre de maneira linear e direta, foram necessários anos, uma infinidade de contatos, de solidariedade na luta, de tentativas de ações conjuntas, de elaboração de materiais, de espaços formativos, de intercâmbios de militantes etc. Nesse transcurso histórico em que as suas lutas e organizações políticas se objetivavam há, contudo, constituições, fragmentações e superações. Uma práxis social construída coletivamente, ou seja, um processo vivo, dialético e contraditório.

⁷³ A CLOC passou a constituir a sua representação continental, ou seja, a Via Campesina Latino-américa. A CLOC-Via Campesina é composta por cinco regiões, sendo estas: Cono Sur, Andina, Caribe, Centro, e Norte.

As condições objetivas desse enfrentamento ao capital, em sua fase mundializada, exige, portanto, como necessidade, o fortalecimento da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, para além das suas fronteiras nacionais e regionais. Aquela incipiente identidade de ideais e de ações de camponeses se transforma numa necessária e imprescindível consciência de classe que culmina com uma organização internacional.

A práxis organizativa como legado histórico se materializa em processos conjuntos, de organizações, de formulações e formações e principalmente de lutas. Sua força hoje se amplia na medida em que a classe trabalhadora, os despossuídos e os expropriados pelo capital, a identifica como portadora de suas lutas.

O marco, de criação da organização da Via Campesina Internacional, é a I Conferência Internacional realizada no ano de 1993. A Via Campesina, como espaço de unidade internacional para o acúmulo de forças, é constituída por uma diversidade de movimentos sociais do campo, com características próprias e diferentes formas de organização e atuação política. Segundo dados publicados pela organização e divulgados em seu sítio, denota a sua presença em 81 países da Ásia, África, América e Europa, com uma abrangência de aproximadamente 200 milhões de agricultores organizados em 182 organizações locais e nacionais. Esta lista de membros foi atualizada durante a VII Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em Derio, País Basco, em 16 a 24 de julho de 2017.

Denomina-se como um movimento político internacional, autônomo, plural e multicultural, composto por diversos movimentos sociais do campo. Em síntese, pode-se se dizer, uma compósita unidade no diverso. Os sujeitos sociais que a compõem compreendem os camponeses/camponesas, os/as pequenos/as e médios agricultores/as, os/as jovens e as mulheres rurais, os/as sem terras, os/as indígenas, os/as afrodescendentes, os/as migrantes, trabalhadores/as agrícolas de todo o mundo etc. Em sua apresentação,

La Vía Campesina es un movimiento internacional que reúne a millones de campesinos, agricultores pequeños y medianos, sin tierra, jóvenes y mujeres rurales, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Construido sobre un fuerte sentido de unidad, la solidaridad entre estos grupos, que defiende la agricultura campesina por la soberanía alimentaria como una forma de promover la justicia social y dignidad y se opone fuertemente a los agronegocios que destruyen las relaciones sociales y la naturaleza (LA VIA CAMPESINA, 2017).

Camponeses que em sua prática social disputam o controle agrário de seus territórios em defesa das relações sociais e a natureza. Dentre as principais bandeiras dos movimentos que compõem esta organização estão a soberania alimentar e a reforma agrária integral. Estes conceitos não são estanques ou meras abstrações teóricas; suas formulações adquirem

consistência no âmbito das lutas e enfrentamentos dos diversos movimentos, de particular. Adquire universalidade quando seu significado extrapola a particularidade, local, nacional ou regional e passa a compor a práxis organizativa internacional:

A soberania alimentar é nosso principal pilar, porque um povo soberano é um povo que é livre, é um povo que não depende. E nós da Via estamos fazendo com muita energia este trabalho com as nossas comunidades camponesas, que nós temos que lutar pela soberania alimentar, porque a soberania alimentar leva a soberania dos povos como um todo, um povo que tem o que comer, não se rende a outro povo. E eu acho que a Via Campesina conseguiu fincar essa ideia (R.Z., integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina Internacional)⁷⁴.

Os projetos se colocam nas contradições de classe para o MST no Brasil; a proposta de uma reforma agrária popular é elaborada a partir da identificação dos limites e, portanto, da impossibilidade da realização da reforma agrária clássica, tal como fora realizada nos países centrais. Surge a necessidade de formular novas propostas e de reposicionar o projeto para o campo brasileiro em outros patamares. Conforme nos explica o dirigente do movimento,

No caso do MST damos a essa elaboração o nome de Reforma agrária popular. Que tem como elemento fundamental, uma nova missão para o campesinato brasileiro, que é produzir alimentos saudáveis e conservar os bens comuns, a natureza, mas do que desenvolver economicamente, isso é fundamental é tarefa, é mais do que distribuir terra, isso é o básico, sem distribuição de terra não tem nada disso, do que estamos falando, enquanto distribuição de terra nós vamos ter desenvolvimento econômico, mas não é qualquer desenvolvimento econômico, não é reforma agrária para produzir igual ao agronegócio, é uma reforma agrária, e é a defesa dos territórios quilombolas, das comunidades tradicionais, para produzir alimentos para a população brasileira. Porque que isso é importante, porque é nesse período também que você tem um novo ciclo, igual na década de 70, de expulsão dos povos dos seus territórios camponeses para a cidade, e junto com isso você tem uma massa trabalhadora nas cidades que já não tem conexão com o campo, já é uma segunda geração que está nas cidades, nasceu nas cidades, como você recoloca a reforma agrária para essa classe trabalhadora, para que uma parte dela venha para a luta pela terra, mas a grande maioria não vai vir lutar pela terra, mas vai entender que a reforma agrária tem um papel importante para o Brasil, é com alimentos saudáveis. É na contradição do agronegócio de que é o envenenamento em massa, das águas, do solo, fundamentalmente dos alimentos, que é da restrição da diversidade alimentícia, que é você restringir toda a riqueza da alimentação do povo brasileiro regionalmente construída, a arroz, soja, milho, trigo e gado é, então também a reforma agrária se coloca nessa perspectiva, muito vinculada a uma síntese de classe, que é a Via Campesina Internacional, La Via Campesina, formou que é da Soberania Alimentar, da Agroecologia. Então é nessa etapa que nós entendemos que nós estamos, é o confronto desses projetos para o campo brasileiro e o nosso entendimento desses últimos anos inclusive é, as contradições do agronegócio tem aumentado brutalmente, daí não só nas questões, ambiental de saúde, mas principalmente do trabalho, tem desempregado massivamente, o censo agora mostrou que nos últimos dez anos mais de 2,5 milhões de trabalhadores rurais saíram do campo. Então tem aprofundado as contradições do agronegócio e a potência do que nós previmos tem se projetado cada vez mais. Agora temos grandes desafios. Mas é nesse patamar que entendemos que está a questão agrária no Brasil hoje. O uso, a propriedade da terra ela está cada vez mais vinculada a seu uso, e ao que ela produz, se é *commodities*, fundamentalmente valor de troca ou, se é alimentos saudáveis, fundamentalmente valor de uso (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)⁷⁵.

Como vemos, a concepção de Soberania Alimentar defendida pela Via Campesina, não é apenas uma categoria abstrata, é um princípio que se vincula à sua estratégia política na

⁷⁴ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

⁷⁵ Entrevista concedida a autora em novembro de 2019.

luta de classes. Constitui-se em um direito humano básico reconhecido e respeitado no âmbito das comunidades e povos, bem como das instituições internacionais e Estados.

Os bens necessários à vida humana ou de interesse ou uso comum de todos não devem ser expropriados. Está intrínseco nessa proposição, defendida pela Via, o respeito à vida, à biodiversidade, aos bens naturais e sociais do planeta, assim como a transformação radical da estrutura agrária por meio da realização de reformas agrárias integrais.

A sua realização é fundamental para proporcionar os meios de subsistência a milhões de pessoas e proteger a vida na terra, pois perpassa o direito dos povos e nações a decidirem o que será produzido e a forma como se produzirá o alimento. O que corresponde a vários momentos do ato produtivo e percorre todas as suas decisões. Se estende da escolha do que se produz e se consome, ao ato em si de produção, que significa garantir as condições objetivas e necessárias para sua realização, até o controle das formas de distribuição e comercialização. Conforme o seu documento político,

La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos de forma sostenible y ecológica, y su derecho a decidir su propio sistema alimentario y productivo. Esto pone a aquellos que producen, distribuyen y consumen alimentos en el corazón de los sistemas y políticas alimentarias, por encima de las exigencias de los mercados y de las empresas. Defiende los intereses de, e incluye a, las futuras generaciones. Nos ofrece una estrategia para resistir y dismantelar el comercio libre y corporativo y el régimen alimentario actual, y para encauzar los sistemas alimentarios, agrícolas, pastoriles y de pesca para que pasen a estar gestionados por los productores y productoras locales. La soberanía alimentaria da prioridad a las economías locales y a los mercados locales y nacionales, y otorga el poder a los campesinos y a la agricultura familiar, la pesca artesanal y el pastoreo tradicional, y coloca la producción alimentaria, la distribución y el consumo sobre la base de la sostenibilidad medioambiental, social y económica. La soberanía alimentaria promueve el comercio transparente, que garantiza ingresos dignos para todos los pueblos, y los derechos de los consumidores para controlar su propia alimentación y nutrición. Garantiza que los derechos de acceso y a la gestión de nuestra tierra, de nuestros territorios, nuestras aguas, nuestras semillas, nuestro ganado y la biodiversidad, estén en manos de aquellos que producimos los alimentos. La soberanía alimentaria supone nuevas relaciones sociales libres de opresión y desigualdades entre los hombres y mujeres, pueblos, grupos raciales, clases sociales y generaciones. (LA VIA CAMPESINA, 2009, p. 159).

Como se observa essa bandeira política, está para além da própria particularidade do movimento e do próprio campo, pois, a sua abrangência condiz com a vida e as necessidades de todos os seres humanos. Como um direito humano de decidir sobre seu próprio destino, o direito dos povos de tomar as suas decisões com base em suas necessidades e na sua capacidade produtiva. Tomá-las em conjunto sem a temeridade das sanções, intervenções e discriminações de qualquer parte.

La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a los alimentos saludables y culturalmente apropiados, producidos através de métodos sostenibles y ecológicamente adecuados, y su derecho a definir sus propios sistemas de agricultura y alimentación. Colocamos las aspiraciones y necesidades de aquellos y aquellas que producen, distribuyen y consumen alimentos – y no las demandas del mercados y de las grandes empresas -, en el corazón de los sistemas y de las políticas alimentarias. La soberanía alimentaria da prioridad a las economías y mercados locales y nacionales, dando el poder a campesinos y pequeños/as agricultores/as, a los pescadores artesanales, a los pastores, y protege a la producción, distribución y consumo de alimentos basadas en la sustentabilidad ambiental, social y económica (LA VIA CAMPESINA, 2009, p. 81).

Essa necessidade concreta vivenciada por diversos movimentos sociais do campo, que se eleva como bandeira comum, tanto de luta, como de unidade universal. Ela circunda todas as esferas e particularidades dos movimentos, desde a juventude, as mulheres, os povos originários, os sem-terra, os afrodescendentes, os migrantes etc. Assim a reforma agrária e a soberania alimentar, no conjunto da Via Campesina, são lutas conjuntas e inseparáveis. Dialeticamente defende-se uma reforma agrária integral que tem por base a soberania alimentar e vice-versa. Nos documentos políticos da Via Campesina, a realização de uma reforma agrária deve estar unida a uma política de soberania alimentar.

La Reforma Agraria debe estar unida a una política de soberanía alimentaria, ésta última entendida como el derecho de todos los pueblos a planificar su agricultura para atender prioritariamente a toda su población, con alimentos em abundancia, baratos, de buena calidad y durante todo el año (LA VIA CAMPESINA, 2009, p. 140).

Conforme abordamos anteriormente, a realização da reforma agrária integral vincula-se à soberania alimentar, ao controle do território e ao direito sobre as águas. Em seu conjunto a terra, as águas, os alimentos, em síntese, os territórios, constitui-se num direito humano universal, ou seja, um direito ineliminável de acessar os recursos naturais e produtivos necessários à sua reprodução. Para entender a concreticidade dessa luta observemos que,

Neste início de século, como todos sabem, alguns bens de importância crucial para a vida econômica, como o petróleo, ou bens indispensáveis à própria subsistência da humanidade, como a água potável, tornaram-se perigosamente escassos. Já não faz o menor sentido, portanto, mantê-los como objeto de apropriação particular ou de domínio exclusivo de Estados, excluindo-os, por essa forma, de um regime de uso e aproveitamento comum da humanidade. Na América do Sul, por exemplo, o Aquífero Guarani ocupa uma área de um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados, constituindo um dos maiores reservatórios de água doce subterrânea do mundo, torná-lo objeto de propriedade de empresas com fins de exploração empresarial representaria um atentado contra o bem comum da humanidade. É justamente na mesma linha do princípio republicano de supremacia do bem comum do povo sobre todo e qualquer interesse particular que se deve hoje, no Brasil [acrescento América Latina], enfrentar a questão agrária (COMPARATO, 2006, p.17).

Assim, a Via Campesina defende que a forma de se produzir e viver na terra, condiz

com os objetivos da agroecologia, ou seja, a busca pela harmonia entre a produção, a natureza e o meio ambiente. Entre as proposições defendidas pela articulação internacional, para a construção de um outro mundo possível, defende-se que,

exista una verdadera reforma agraria integral que garantice a los campesinos plenos derechos sobre la tierra, defienda y recupere los territorios de los pueblos indígenas, garantice a las comunidades pesqueras el acceso y el control de las zonas de pesca y ecosistemas, que reconozca el acceso y el control de las tierras y las rutas de migración de pastoreo, garantice empleos dignos con sueldos justos y derechos laborales para todo los trabajadores, y um futuro para los jóvenes del campo, donde las reformas agrarias revitalicen la interdependencia entre productores y consumidores, garanticen la supervivencia de la comunidad, la justicia económica y social, la sostenibilidad ecológica y el respeto por la autonomía local y la gobernanza con igualdad de derechos para las mujeres y los hombres [...] donde se garantice el derecho a los territorios y a la autodeterminación de nuestros pueblos; [...] compartamos nuestros territorios en paz y de manera justa entre nuestros pueblos, ya seamos campesinos, comunidades indígenas, pescadores artesanales, pastores nómadas u otros; (LA VIA CAMPESINA, 2009, p. 161-162).

A luta empreendida internacionalmente pelos movimentos sociais do campo tem como unidade a defesa de uma reforma agrária real, baseada na soberania alimentar, soberania sobre o território e que assegure aos povos, o direito de trabalhar a terra e que a sua posse seja democratizada, tendo como prioridade as formas de agricultura familiares, coletivas e cooperativizadas.

Una reforma agraria real y efectiva, que fortalezca la agricultura campesina y familiar, promueva la producción de alimentos como el fin principal del uso de la tierra, y que considere a los alimentos como un derecho humano fundamental que no pueden ser tratados como mercancía. La producción local de alimentos acabará con el transporte innecesario de alimentos y garantizará que lo que llega a nuestras mesas es seguro, fresco y nutritivo (LA VIA CAMPESINA, 2009, p. 80).

A realização de uma verdadeira reforma agrária que garanta justiça e dignidade aos povos, necessita assegurar o acesso útil ao controle dos recursos naturais e de produção necessários aos povos indígenas, aos camponeses, as famílias rurais, as pessoas sem-terra etc. Isto significa, garantir o controle sobre a terra e, também, sobre as águas que se encontram no subsolo, riachos e rios que se encontrem nos territórios coletivos e comunitários. Encontramos uma síntese que expõe este movimento, em que a Soberania Alimentar exige essencialmente soberania territorial, hídrica, energética e genética.

O conceito de soberania alimentar foi profundamente desenvolvido pelos movimentos que compõem a Via Campesina, composta por dezenas de organizações em todo mundo e que articula as lutas, saberes e modo de produção camponeses, as populações tradicionais e os conflitos no campo. Diferente do termo “segurança alimentar”, que está mais ligado à disponibilidade e acesso aos alimentos, a soberania alimentar é entendida como um direito e bem essencial dos povos. Soberania é alimentação suficiente, com variedade, livre de venenos e que garanta

uma nutrição equilibrada. Está inserida numa proposta maior de projeto de nação. Implica, necessariamente, em uma soberania territorial e uma soberania hídrica, para citar dois eixos fundamentais. E são estes dois eixos que se confrontam diretamente com os grandes projetos mineradores. A conquista da soberania territorial passa pela resolução de um dos mais graves problemas estruturais brasileiros: a concentração de terra (ANDRADE, 2017).

Este conteúdo desenvolvido pela organização por meio da experiência e luta dos povos, está diametralmente oposto a linha de desenvolvimento do campo com base na modernização conservadora e conseqüentemente da “revolução verde”, a ela associada. Essa reivindicação se contrapõe aos tipos de reforma agrária de “mercado” aventados pelos governos neoliberais, bem como, as suas desregulamentações.

As bases de consolidação e unificação do movimento assenta-se, portanto, na luta antineoliberal, anti-imperialista e contra o agronegócio. Seus objetivos estratégicos apontam para a transformação da sociedade e à defesa da agricultura camponesa pela soberania alimentar, como forma de promover a justiça social e a dignidade. Assim, o projeto estratégico da Via Campesina, carrega a possibilidade, em gérmen, de uma mudança sistêmica e estrutural. Esta intencionalidade aparece descrita em uma passagem que proclama, que “*Los campesinos y campesinas de todo el mundo unen sus manos con otros movimientos sociales, organizaciones, personas y comunidades para pedir y desarrollar radicales transformaciones sociales, económicas y políticas para revertir la tendencia actual*” (LA VIA CAMPESINA, 2009, p. 74).

Muito embora não esteja em sua declaração aberta e pública, como projeto estratégico, o horizonte de suas lutas e de suas ações, possuem um caráter socialista. E constitui-se como objetivo estratégico de muitas organizações⁷⁶ que participam dessa articulação internacional. Mas é importante frisar que a perspectiva se mantém presente, no entanto, o projeto socialista ainda não contempla, consensualmente e universalmente, seu plano estratégico, público e consensual, do movimento internacional, como um todo. O sentido da unidade e da solidariedade entre os povos é a base de sua construção coletiva e a sua luta programática aponta para a defesa dos direitos humanos no campo, da reforma agrária, dos recursos naturais, da biodiversidade, da igualdade de gênero, entre outros.

Compõem a Via Campesina Brasil, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Atingido por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Federação dos Estudantes de

⁷⁶ É o caso, por exemplo, da sua organização regional CLOC-VC que em sua declaração aberta está presente o horizonte socialista.

Agronomia do Brasil (FEAB), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ). Na Via Campesina Argentina, além do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI), estão a *Coordinadora de Organizaciones campesinas, indígenas y de Trabajadores Rurales* (COCITRA), o *Consejo Asesor Indígena* (CAI), a *Asociación de Pequeños Productores del Noreste de Córdoba* (APENOC) e o *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (MOCASE) (VIA CAMPESINA, 2018)⁷⁷.

Esses movimentos mantêm relações constantes e se aglutinam em diversas ocasiões, desde a troca de experiências organizativas, de solidariedade nas lutas, de espaços formativos conjuntos até os intercâmbios de práticas produtivas e comerciais. Exceto as ações deliberadas extraordinariamente, algumas datas compõem um calendário internacional permanente de lutas como: o 08 de Março - Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras; Dia 17 de Abril - Dia Internacional de Luta Camponesa⁷⁸; Dia 10 de Setembro - Dia Internacional de Luta contra a OMC e os Tratados de Livre Comércio⁷⁹; 16 de Outubro - Dia Internacional de Ação pela Soberania Alimentar dos Povos e Contra as Corporações Transnacionais; 25 de Novembro - Jornada Mundial de Luta pela Eliminação da violência Contra as Mulheres.

Como abordado anteriormente, a ênfase deste trabalho, está relacionada ao estudo da práxis e consciência, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil) e do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (Argentina). O âmbito das ações desses movimentos vinculados à CLOC-Via Campesina, se dão em torno da luta de resistência anticapitalista, assim como da territorialização contra-hegemônica.

As linhas estratégicas das ações, internas e externas, estão pautadas para a soberania alimentar, a reforma integral, a agroecologia, a biodiversidade. As organizações camponesas reunidas, tendo como mediação a Via Campesina, não estão apenas discutindo a agricultura, estão refletindo sobre o destino de toda a humanidade. Destarte, a luta camponesa se levanta contra a ordem hegemônica, se internacionaliza e se apresenta como disputa de projeto,

Ou uma neocolonização selvagem e inóspita que continue colocando os bens endêmicos da região a serviço da acumulação rapaz e especulativa: extração de

⁷⁷ <https://viacampesina.org/es/los-miembros/> Acesso em: 14 fev. 2018, 17h33min.

⁷⁸ Essa data foi escolhida para homenagear, por meio da luta, os 20 membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assassinados pela polícia militar do estado do Pará, no dia 17 de abril de 1996, nas proximidades de Eldorado dos Carajás.

⁷⁹ Essa data de luta contra a Organização Mundial do Comércio e os tratados de livre comércio foi escolhida em memória do campesino Lee Kyung Hae que se imolou no dia 10 de setembro de 2003, em meio aos protestos que ocorriam do lado de fora da reunião ministerial da OMC, em Cancún, México. Este trágico incidente denunciou ao mundo os graves efeitos provocados pelos tratados dessa organização internacional nas vidas de milhões de camponeses.

recursos, privatização de espécies, estabelecimentos de plantações especializadas, instalação de corredores de serviços comerciais, maquiadoras, turismo dourado; negócios cujos ganhos apoiam-se menos no investimento produtivo e mais na depredação ambiental-trabalhista e nas rendas da terra (sua fertilidade e localização), do subsolo e seus recursos, da água, da vida, da paisagem, da cultura... Ou uma articulação a partir de baixo e para dentro, uma integração habitável sustentada na economia solidária e associativa dos camponeses e em geral dos trabalhadores diretos (BARTRA, 2005, p. 120).

Assim, a luta dos camponeses pela superação do capitalismo predatório no campo, caminha a *pari passu* com a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras nas cidades. Suas vitórias, em conjunto, será a resultante de suas lutas e do avantajamento da sua posição enquanto classe trabalhadora. Esse processo em marcha de reconhecimento - enquanto classe trabalhadora no campo e na cidade - que luta por melhores condições de vida, pela valorização da força de trabalho e por outro projeto de sociedade, é um passo fundante e imprescindível, para a negação do modo de produção capitalista.

De posse desse breve percurso histórico da Via Campesina, bem como, das anotações referentes as suas representações regionais, podemos entender como os movimentos que comparamos neste trabalho se unificam, a partir de uma linha de atuação político-estratégica comum. Nossa análise a seguir, tem como proposição, contextualizar o surgimento dos movimentos sociais do campo - MST e MNCI - em seus contextos históricos nacionais. O pano de fundo dessa trajetória, se desenrola, portanto, no âmbito das lutas e da especificidade da questão agrária no Brasil e Argentina.

CAPÍTULO IV

4 LUTAS DE CLASSES, PRÁXIS E CONSCIÊNCIA COMO MOVIMENTO

Os campos estavam prenhes de frutas, mas nas estradas marchavam homens que morriam de fome. Os celeiros repletos, mas as crianças pobres cresciam raquíticas. Em seus peitos intumesciam as pústulas escrofulosas. As grandes companhias não sabiam o quão tênue era a linha divisória entre a fome e a ira.
(STEINBECK, 2001, p. 353).

Discorremos no capítulo anterior sobre como o avanço das lutas de classes no campo, que se intensificaram a partir da década de 1990, e como os povos do campo se organizaram para resistir a este enfrentamento, construindo, assim, uma práxis organizativa intercontinental. Examinaremos mais detalhadamente neste capítulo como se ergue de todos os lugares uma corrente humana, que no âmbito das lutas de classes no campo não se entregam sem resistências. São os povos indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas etc. Herdeiros de uma luta histórica no continente, esses povos se identificam, se unificam e constroem movimentos sociais do campo em seus diversos países, assim como uma práxis organizativa de caráter intercontinental. É desse processo de lutas de classes no campo, que toma forma e consistência, a práxis organizativa de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do *Movimiento Nacional Campesino Indígena*, que examinaremos neste capítulo.

De posse do conteúdo histórico-filosófico que orienta nossa discussão de práxis e as determinações reais que a constituem, destacamos agora a relação da práxis e consciência de classe, a sua forma particular, no âmbito dos movimentos sociais do campo, a partir das lutas concretas da classe trabalhadora ou especificamente como se apresenta como forma movente e, necessariamente, dialética.

Assim, buscamos compreender em que consiste a dialética na práxis da consciência de classe no âmbito dos movimentos sociais do campo MST e MNCI, em suas formas de luta e, portanto, formativas e organizativas. A partir desse percurso da teoria para a prática e da prática para a teoria, entendido esse movimento como uma relação dialética, vamos tecendo o emaranhado de fios, que compõem uma práxis e uma consciência de classe em movimento.

4.1 QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS DE CLASSES NO BRASIL

O percurso histórico que realizamos até aqui nos forneceu elementos para o debate da problemática latino-americana, de superexploração da força de trabalho, de expropriações e

de opressões que formaram as bases de consolidação do capitalismo dependente em nosso continente. Esse exercício de retomada histórica sobre determinadas condições produzidas e reproduzidas ao longo de quinhentos anos, nos fornecem elementos para entender o condicionamento da terra ao jugo dominante e violento do capital.

Essas reflexões concernentes à questão agrária e suas principais expressões, tanto de domínio como de resistência, evidenciaram o conflito entre o capital e o trabalho, que se materializaram em diversas lutas históricas. Ao longo dos séculos ocorreram várias revoltas indígenas e camponesas de grandes proporções nos países latino-americanos. Como observa Octavio Ianni (1985, p. 17), “as revoluções de independência, as lutas pela formação dos Estados nacionais, as revoluções burguesas, populares e socialistas, todas contaram com alguma, ou muita, participação de camponeses”. Essa demonstração de força e resistência da classe trabalhadora no campo permanece latente e viva nas entranhas de nossas respectivas nações, através das lutas empreendidas pelos povos originários — indígenas e quilombolas, pelos camponeses e camponesas, pelos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra etc.

Obviamente que um percurso histórico transcrito não poderia dar conta de toda a complexidade das relações sociais estabelecidas nas colônias portuguesas e espanholas, assim como de todas as contradições e debates acerca das características específicas do capitalismo, nos primeiros cinco séculos de ocupação em nosso território. Indicamos, contudo, que este estudo, específico e pormenorizado, com este patamar de detalhamento histórico, pode ser realizado, a partir de uma densa e existente literatura. Para este trabalho, partimos da história para compreender a problemática agrária, delimitando-a naquilo que já está, mais ou menos, aceito.

Esta incursão sobre a estrutura e a superestrutura de dominação se fez necessária para darmos continuidade às nossas investigações. Neste tópico iremos ambientá-la, mas pormenorizadamente, nas realidades nacionais em que nossos objetos sociais se determinam. Começemos, portanto, pelo Brasil.

Defendemos anteriormente a inexistência de feudalismo em nossas colônias naquele período. No entanto, há que se registrar que existe outra linha teórica da questão agrária que defende a tese de feudalismo no Brasil. Esta abordagem sugere que a questão agrária envolveria, necessariamente, a classe dominante e a classe trabalhadora e, que só se apresenta no Brasil, a partir da primeira lei de terras. Entre os autores dessa linha explicativa se encontra, por exemplo, Alberto Passos Guimarães que defendia a existência do feudalismo e, que era preciso fazer uma aliança com a burguesia para fazer a revolução burguesa no Brasil. Para ele,

A simples eliminação em nossa história da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária. Supondo-se inicialmente capitalista o regime econômico implantado no Brasil-Colônia, estaria implícita uma solução, inteiramente diversa daquela preconizada pelos partidários da reforma agrária. Se a estrutura agrária brasileira sempre teve uma “configuração capitalista”, por que revolucioná-la? Por que reformá-la? (GUIMARÃES, 2005, p. 48).

Interpretamos neste trabalho, à luz de nosso tempo, que essa análise em particular, pode ser refutada a partir das contribuições de Sérgio Bagú, expostas anteriormente e que resumem esta contradição. Em seus escritos o autor menciona que:

El régimen económico luso-hispano del período colonial no es feudalismo. Es capitalismo colonial. Cuando los historiadores y economistas dicen que el feudalismo, agonizante en Europa, revivió en América, se refieren, a hechos ciertos: el traslado de algunas instituciones ya decadentes en el viejo mundo; el florecimiento de una aristocracia constituida por elementos desplazados de allá; ciertas características de las grandes explotaciones agrarias, ganaderas y mineras, que hemos analizado y que evocan las condiciones de dependencia de sierva amo y la beligerancia señorial de la época feudal. Pero todos esos hechos no son suficientes para configurar un sistema económico feudal. Por lo demás, el capitalismo colonial presenta reiteradamente en los distintos continentes ciertas manifestaciones externas que lo asemejan al feudalismo. Es un régimen que conserva un perfil equívoco, sin alterar por eso su incuestionable índole capitalista. Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingres. con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, ya inaugurado en Europa. Más aún: América contribuyó a dar a ese ciclo un vigor colosal, haciendo posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde. La esclavitud no tiene nada de feudal y sí todo de capitalista, como creemos haberlo probado en el caso de nuestra América. Al integrarse dentro del ciclo comercial, la América luso-hispana recibió un formidable injerto africano. La mano de obra indígena y la otra de procedencia africana fueron los pilares del trabajo colonial americano. América y África — destiladas sus sangres por los alquimistas del comercio internacional — fueron indispensables para el deslumbrante florecimiento capitalista europeo. (BAGÚ, 1951, p. 87).

Partindo dessa análise, logo de todo um processo de permanências e mudanças que se realizam nas colônias, é que, entendemos o papel desempenhado pelas classes dominantes no Brasil, bem como são desveladas, as contradições em que se reveste a sua “Revolução Burguesa”. A revolução burguesa, nos termos em que a define Florestan Fernandes (2005), ocorrerá “pelo alto”, ou seja, sem a participação das massas trabalhadoras que estavam em curso no País.

A exposição que buscamos utilizar e que nos parece plausível de entendimento, é que mesmo antes da conformação da burguesia e da classe trabalhadora no Brasil, de maneira clássica, já existiam classes dominantes e conseqüentemente as classes dominadas, como por exemplo, os senhores de escravos e os respectivos escravos. Conforme as indicações de

Clóvis Moura (1994), ao longo do período em que se estruturou e dinamizou o modo de produção escravista no Brasil, as duas classes fundamentais da sua estrutura social correspondiam fundamentalmente ao binômio senhores e escravos. Os demais segmentos em sua diversidade estavam, direta ou indiretamente, subordinados a esta relação principal. Partimos, por conseguinte, da concepção, de que a inserção das colônias e o processo de formação social do Brasil serão capitalistas em suas origens, enquanto região dominada e colonizada pelo capitalismo vigente e em expansão. A questão agrária que aqui se instala e se aprofunda é, portanto, oriunda desse modo de produção capitalista.

Isto não significa que há uma reprodução sistêmica idêntica, o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assim como no continente latino-americano, não se deu da mesma maneira e nem ao mesmo tempo em que ocorreu nos países centrais. Em nosso caso particular, desde o início, a partir da colonização portuguesa, fomos compelidos a enviar nossas riquezas naturais, por meio de Portugal, aos países centrais do capitalismo. Porém, nossa formação econômica e social, embora bastante vinculada com a Europa, apresentava características singulares. Como aponta Fernandes,

a dependência e o subdesenvolvimento não foram somente impostos de fora para dentro, ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana (FERNANDES, 2005, p. 262).

Destarte, torna-se compreensível que de 1500 até 1870, aproximadamente, aquilo em que se constituiria o Brasil, estaria sob a égide das leis do capitalismo comercial, produzindo apenas produtos agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu. Assim o país da época colonial e imperial já era uma sociedade subordinada ao capitalismo central por meio do mercado mundial. Esse primeiro período foi denominado pelos historiadores e estudiosos do processo de formação do capitalismo brasileiro de *modelo agroexportador*.

Assim resumidamente, se observa que o Brasil no período colonial (1500-1822) como colônia portuguesa e, no período imperial (1822-1889) sob os reinados de D. Pedro I e II, “desenvolveu-se” com base no trabalho escravo voltado para exportação e acumulação de riqueza dos países centrais⁸⁰. Este modelo ficou conhecido e caracterizado como sendo agroexportador, levado a cabo pelas elites brasileiras desde o período colonial até os primeiros anos da Era Vargas (1930-1945)⁸¹. Foi o padrão de “desenvolvimento” que

⁸⁰ Grande parte do pau-brasil, do couro e da carne, mas principalmente do ouro não ficava em Portugal que em relação aos demais países europeus, em termos capitalistas, era um dos menos desenvolvido à época.

⁸¹ Getúlio Vargas voltaria ao poder em 1950 e ficaria até o suicídio em 24 de agosto de 1954.

perdurou por mais tempo (cerca de 430 anos) ao longo da nossa história. Destes longos anos, cerca de 380 foram baseados no trabalho escravo, principalmente dos negros trazidos da África, mas, também havia, em menor proporção, a escravidão dos povos autóctones. O trabalho escravo foi utilizado principalmente na agricultura — com destaque para a produção de açúcar nas grandes fazendas e na extração do ouro, sendo assim essencial para o “desenvolvimento” do modelo à época. A amplitude desse modelo era tal que, segundo Stedile (2005), nas primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século XIX, a colônia Brasil exportava mais de 80% do que era produzido no território.

Em relação à propriedade da terra, a forma adotada pelos monarcas europeus foi a do monopólio de toda a sua extensão territorial, ou seja, este fato mantinha a propriedade da terra sob direito exclusivo e alienável da Coroa. Até esse momento não havia sido transplantada, tal como nos países centrais, a propriedade privada da terra em sua determinação singularmente capitalista. Contudo, para implantar o modelo agroexportador e estimular os capitalistas a investirem seu capital na produção de mercadorias necessárias para a exportação, a Coroa portuguesa optou pela “concessão de uso” com direito à herança. Historicamente esse processo de apropriação das terras em nosso país ficou conhecido como as capitânicas hereditárias e as sesmarias.

Nesta quadra histórica, as principais classes sociais constituíam-se com os escravos, os senhores de escravos — também conhecidos como oligarquia rural, os comerciantes e traficantes de escravos, os sertanejos, os artesãos e os feirantes. Os povos expropriados — negros e indígenas foram protagonistas das lutas sociais pela liberdade, portanto, contra a escravidão, ou, se quisermos, contra o estado de coisas a que eram submetidos. Os processos de resistências internos e as pressões externas à Coroa Portuguesa, ao longo desse processo colonizador e produtivo, impulsionaram a elaboração de leis e a introdução lenta e gradual do trabalho “livre” em nossas sociedades. Destacam-se nesse prelúdio, as leis do fim do tráfico negreiro em 1850, a Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei Áurea em 1888, que abole oficialmente a escravatura. Essas pressões, internas e externas, pela substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado levaram a consequente e inevitável legislação pela abolição da escravidão.

Ressaltamos que a abolição oficial da escravidão ocorreu somente 38 anos depois da publicação da referida lei. E mais, antes de efetuar o decreto abolicionista, as forças dominantes, que governavam este território, impediram legalmente que os trabalhadores tivessem acesso às terras e promulgam antecipadamente, em 1850, a primeira lei de terras do

País. Essa lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para superar a crise do trabalho escravo, que já se ampliava.

Desta feita, o que caracterizava e quais eram os principais objetivos da Lei nº 601, de 1850? Como característica e, também, consequência principal, inscreve-se no Brasil, pela primeira vez, a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona o fundamento jurídico e a transformação da terra — que é um bem da natureza e, sendo assim, não tem valor, do ponto de vista da economia política — em mercadoria. Uma segunda característica estabelecida, é que qualquer pessoa no País poderia se transformar em proprietário privado de terras, desde que possuísse condições de comprar esse direito. Além disso, os proprietários, geralmente os “amigos” da Coroa, poderiam transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito de venda e compra. Mas, para isso, deveriam comprar, ou seja, pagar determinado valor em dinheiro à Coroa. Resumidamente, o que a lei de terras outorgava era, sobretudo, o impedimento objetivo dos trabalhadores, antigos escravos e, portanto, libertos, de se transformarem em pequenos proprietários de terras, camponeses, pois não possuíam nenhum bem e não teriam recursos para “comprar” e pagar pelas terras à Coroa. Dessa forma, continuariam à mercê dos novos proprietários, como assalariados, agregados ou como meeiros. Sinteticamente, uma,

Abolição da escravatura sem distribuição de terras aos libertos não podia significar senão perpetuação da pobreza e da opressão dos senhores de terras sobre a massa rural. Desde então até hoje, passados mais de cem anos, os progressistas de todos os matizes têm procurado demonstrar a impossibilidade de criar uma economia sólida e um país verdadeiramente democrático sem modificar a estrutura agrária que mantém a população rural dominada pelo capital fundiário. (SAMPAIO, 2006, p. 12).

Essa breve passagem histórica serve basicamente como fio condutor para o entendimento da questão agrária brasileira, que não estava posta aqui nesse território, como questão central, antes da apropriação portuguesa desse território e a institucionalização de um bem comum, a terra, em mercadoria. Para o dirigente nacional do MST, há alguns marcos de interpretação da questão agrária no Brasil, que orientam a análise e as lutas dos movimentos no Brasil:

Na realidade a gente interpreta alguns marcos importantes da questão agrária no Brasil, ela se inicia de fato com a invasão portuguesa porque havia um metabolismo sócio ecológico no Brasil muito diverso, dos povos indígenas, originários, inclusive bastante desconhecido na sua realidade, porque nós tínhamos diferentes formas de ocupação do território, do uso da terra, seja nos pampas, seja na região da bacia do Paraná, seja no sertão, seja no cerrado, ou seja, na região amazônica. Com a chegada dos portugueses então, se implementa no Brasil, de forma forçada, lógica, já sobre a hegemonia do sistema capitalista, com sua dinâmica da *plantation*, bem específica no Brasil, de base escravocrata, com latifúndio e monocultura. Essa é uma realidade que vai marcar a questão agrária brasileira até os dias atuais, mas ela sofre mudanças de qualidade na relação das classes nesta questão agrária. Então a gente tem um processo forte, iniciando no século, no final do século XVII com as revoltas indígenas, mas que vai

ganhar muita força no século XVIII e principalmente no século XIX, das reformas populares, que alguns na literatura vão chamar de revoltas messiânicas, e que vão até na realidade até o limiar do século XX, 1910 -1920, com revoltas como: revolta de Canudos, revolta do Caldeirão, em Goiás a revolta do Santa Dica, então são revoltas que embora não tivessem uma formulação de classe, mas elas eram concretamente de classe, de base de um campesinato emergente no Brasil, que articulava negros libertos ou negros fugitivos quilombolas, povos pobres do campo, indígenas, em torno de processos de resistência em alguns territórios que tem esses nomes (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)⁸².

Inegavelmente, o latifúndio contemporâneo é produto da questão agrária que surge com a invasão ibérica e, se institucionaliza com a lei de terras de 1850 e conseqüentemente com o fim da escravidão — em que o trabalho escravo só foi formalmente abolido na penúltima década do século XIX (1888). Concordamos, com a evidente proposição de que a questão agrária se acentua no Brasil, no momento de transição do regime escravista colonial para a República, com a transformação da terra em propriedade privada e mercadoria. E, nesse sentido, acrescentamos que é a partir dessa 1ª lei de terras, que podemos dizer que a questão agrária se torna parte constitutiva de nossa “questão social” brasileira. A supracitada lei de terras funcionou como ordenamento jurídico para os fazendeiros proprietários, por aproximadamente 100 anos (de 1850 até 1963), isso porque, foram efetivados os objetivos pelos quais esta primeira lei de terras foi promulgada, quais sejam: garantir mão de obra para as fazendas de café que começavam a se desenvolver, sobretudo em São Paulo; tornar a terra propriedade privada, mercadoria; impedir que os pobres (indígenas, negros e posteriormente imigrantes) tivessem acesso à terra; instituir a *moderna propriedade* da terra de caráter brasileiro — terra que estava anteriormente sob o domínio da coroa e do rei.

A exploração do trabalho é um dos pilares de sustentação do modo de produção capitalista que, a depender do modelo de desenvolvimento adotado, lança diferentes métodos de subsunção do trabalho ao capital. No que se refere ao modelo analisado — o agroexportador —, como já dito, o predominante era o trabalho escravo ou compulsório, resultante da acumulação primitiva do capitalismo mercantil ou comercial. Nesse sentido, diz Fernandes que,

o setor agrário não dispunha de base material para arriscar-se a romper com o regime de trabalho escravo, com a propriedade servil e com o sistema de produção escravista; e os novos grupos econômicos, por sua vez, concentraram-se no aproveitamento das oportunidades abertas pela eclosão e disseminação do mercado capitalista moderno, como se ali estivesse o padrão de desenvolvimento capitalista ideal. (FERNANDES, 2005, p. 267).

Como se observa, o desenvolvimento do capitalismo no continente erguia-se sob a égide de uma base econômica agroexportadora vinculada às economias centrais que perdura,

⁸² Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

com algumas transformações até a atualidade. Nota-se, portanto, que o modelo agroexportador que permanece como matriz de nossas economias, não se deu de maneira exclusiva, pois, há também associado a ele, o desenvolvimento e a penetração de elementos urbanos e industriais, que compõem as marcas e as características de uma sociedade capitalista.

Como já sumariamos no capítulo anterior, a “questão social”, como ocorre nos países de capitalismo central, se desenvolvera plenamente no Brasil somente com a entrada dos trabalhadores assalariados em cena nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. No centro do capitalismo, já havia indústrias, cidades urbanizadas e uma classe trabalhadora organizada — o proletariado⁸³. Mas, no Brasil, contávamos com pouquíssimas indústrias, os meios de transporte e de comunicação eram precários, a economia era agrária com base na exploração do trabalho escravo. Além disso, não havia classe trabalhadora estruturada como nos países do centro do poder capitalista.

Depreende-se daí que na sociedade brasileira o problema crucial não era a chamada “questão social” como na Europa (movimento operário, pauperização absoluta produzida, conflito entre capital e trabalho etc.) e sim a questão da escravidão e da independência. A constituição de uma sociedade de homens “livres” foi sendo composta por proprietários que detinham os meios de produção e trabalhadores que detinham apenas a sua força de trabalho. O “trabalho livre” passava a ser predominante, mas as condições de superexploração do trabalho mantinham-se as mesmas.

Neste contexto histórico e social, as instituições (agências ou entidades da classe trabalhadora) eram incipientes ou até mesmo efêmeras. Por exemplo, os partidos políticos, o parlamento e o sistema de educação não iam muito além da catequese proporcionada pela Igreja. Entretanto, as instituições (entidades) da sociedade civil que exprimiam os interesses das classes dominantes eram fortes e gozavam das benesses do Estado. Em contraste com o Estado das classes dominantes, as instituições que exprimiam os interesses das classes trabalhadoras eram frágeis, principalmente em função da repressão exercida pelas classes hegemônicas e o seu Estado coercitivo. Disso, conclui-se que a sociedade civil não era homoganeamente desenvolvida. Todas essas contingências sociais, econômicas e políticas, com suas contradições inerentes como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, nos levaram a outro patamar de acumulação e de lutas sociais. As lutas sociais

⁸³ Marx recorre do latim *proletarius* – aquele que se define por si e sua prole –, elementos para a sua definição de proletário. O que define, portanto, a classe trabalhadora é a sua condição proletária e o assalariamento.

desenvolveram-se, principalmente, em torno da luta pela terra, transformada em mercadoria, ou, propriedade privada de poucos, a partir da lei de terras de 1850.

Em nossa história, desde a chegada dos portugueses, e até os dias atuais, ocorreram muitas lutas sociais e políticas, a título de ilustração desta trajetória, destacamos algumas delas, como por exemplo: as *lutas dos quilombos* no século XVII, XVIII e XIX (um dos mais conhecidos e importantes foi o Quilombo dos Palmares, localizado na região da Serra da Barriga em Pernambuco, que no auge de sua organização chegou a reunir de 15 a 20 mil pessoas); a *Cabanagem* (1835 a 1840), importante revolta popular que aconteceu na província do Grão-Pará — região Norte do Brasil, atual estado do Pará — o movimento recebeu este nome porque grande parte dos revoltosos era formada por pessoas pobres denominadas cabanos e que moravam em cabanas nas beiras dos rios da região. O movimento popular da *Balaçada* (1838), no Maranhão, contrário ao poder dos aristocratas rurais que dominavam aquela região; *Canudos* (1893-1897) na Bahia, importante movimento messiânico que chegou a organizar 25 mil famílias; o *Contestado* (1912-1916), em Santa Catarina, movimento camponês de resistência à deliberada expulsão de suas terras ocasionada pela construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. A *coluna Prestes*⁸⁴ (1925-1927), iniciada em Santo Ângelo (RS), com 300 soldados. Nas grandes cidades, a Semana de Arte Moderna em São Paulo e, em março de 1922, a fundação do PCB expressavam grande efervescência cultural e social.

Sendo assim, embora a Independência (1822), a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) tenham se constituído como processos importantes da nossa formação capitalista (mudanças “pelo alto” — caracterizadas como “via prussiana” ou, “revolução passiva”) é certamente depois 30, que se inicia no Brasil, a generalização das relações capitalistas burguesas de caráter urbano industrial em resposta ao contexto de crise do modelo agroexportador. Naquele ano, setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe e fazem uma “revolução⁸⁵” “pelo alto” e, por meio de Vargas, tomam o poder da oligarquia rural exportadora e impõem um “novo modelo” econômico e político para o País. Como resultante, começa a surgir desde então, o *modelo de industrialização dependente*, na conceituação dada por Fernandes (2005). Essa formulação deriva do fato de a

⁸⁴ A coluna Prestes tinha como objetivo principal enfraquecer política e militarmente o governo de Artur Bernardes, bem como denunciar as injustiças no Brasil. Esta coluna se juntou com a coluna paulista de Miguel Costa em 11 de abril de 1925 e só terminou na Bolívia após percorrerem mais de 25 mil quilômetros.

⁸⁵ A “*revolução de 30*” foi um movimento político militar que determinou o fim da 1ª República (1889-1930). O movimento eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul e Minas Gerais na tarde do dia 3 de outubro e logo já era vitorioso em todo o país. A *Aliança Liberal* (MG, RS, PB) colocou Vargas no poder, contra Júlio Prestes, indicado por Washington Luiz, rompendo-se com a política café com leite.

industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural que forma a origem das novas elites dominantes. Essa questão nos remete à reflexão de que:

a agricultura tem uma particularidade fundamental em relação à indústria: o meio de produção fundamental – a terra – não é suscetível de multiplicação ao livre arbítrio do homem. A sua distribuição torna-se, assim, o pano de fundo sobre o qual se desenrola o processo produtivo: compreender o que é estrutura agrária significa em outras palavras, entender o papel de um dos condicionantes básicos da produção agrícola. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 90).

Essa nova fase da história econômica, política e social brasileira tem fortes influências na questão agrária e nesse período o centro de acumulação de capital desloca-se para as fábricas nas cidades. Elementos desse período podem ser constatados nas palavras do dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,

No final da década de 30 e início da década de 40, é aí que uma terceira etapa da questão agrária brasileira, se a gente pode dizer assim, em que o latifúndio enfrenta uma profunda crise, principalmente na sua base produtiva do café e, os trabalhadores do campo, o campesinato como estava se identificando ainda, se auto definindo assim, nesse período, se organiza - naquilo que nós temos a compreensão que é a primeira vez que se organiza, enquanto classe, e aí a projeção mais consistente é a das Ligas Camponesas, que vão ter seu foco principal no nordeste, mas que conseguem se espriar por quase a totalidade do país, e várias outras formas também com esse nível de consciência já de classe, como a ULTABS, União dos Trabalhadores e Lavradores do Brasil, o MASTER etc. (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)⁸⁶.

E em aproximadamente 50 anos, os índices da população rural que eram de 80% passam a ser apenas 30% do total. As ações populistas e a repressão seletiva, imposta pelo governo de Getúlio Vargas, dividem as forças populares, especificamente os comunistas. O governo institui leis trabalhistas e regulamenta a jornada de trabalho para 8 horas e a assinatura da carteira de trabalho pelos patrões etc. Paralelamente, realiza um pacote de ações industrializantes do País que beneficia o capital industrial nacional.

Desse modo, o Estado atende os interesses do capital e incorpora parte das reivindicações da classe trabalhadora. Ele reprime os comunistas, mas incorpora parte das reivindicações populares. Porém, a governabilidade oscila entre ações consensuais e coercitivas; de um lado reprime as organizações da cidade e do campo, e por outro, concede alguns dos direitos sociais e econômicos, constituindo-se, assim, legitimidade perante as massas trabalhadoras e camponesas.

A efervescência política da época passa necessariamente pelas ações do PCB e, também, pela figura política de Luís Carlos Prestes; entre suas organizações está a Aliança Nacional Libertadora (ANL), nesse momento considerado um verdadeiro instrumento de

⁸⁶ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

tomada do poder. Após as suas ações serem respondidas com forte repressão pelo estado, se adota uma linha política agressiva e tenta-se efetivar uma ação mais contundente, por meio de um golpe político em novembro de 1935, que ficou conhecido como *Levante Comunista ou, Revolta Comunista*. Mas, foi derrotado imediatamente pelo governo de Vargas. Em represália, as lideranças são perseguidas, o PCB é posto na ilegalidade, o sindicalismo submetido à tutela do Ministério do Trabalho etc. Em 10 de novembro de 1937, o político impôs a nova constituição nos moldes fascistas e efetivou o golpe com a instauração do *Estado Novo* (1937-1945).

Os anos que seguiram foram de prisões, de repressão violenta e sistemática contra todas as correntes socialistas. Tudo isso impôs um refluxo ao movimento da classe trabalhadora, logo, nas lutas de classes. A desmoralização do fascismo e do nazismo externamente repercutiu aqui no Brasil e Vargas tenta reformar o seu regime, no entanto, acaba deposto por um golpe militar em outubro de 1945.

Durante o intervalo “democrático” de 1945 a 1964 ocorre novamente uma ascensão das organizações e, por conseguinte, das mobilizações que são expressivamente massivas. Essas forças em luta se expressam nas urnas, pois nas eleições de dezembro de 1945, o PCB elegeu Luiz Carlos Prestes senador e vários deputados federais (entre outros, Jorge Amado) e estaduais, a exemplo de Caio Prado Júnior para Assembleia Legislativa de São Paulo, que teve cerca de 200 mil filiados — além de ser apoiado por diversos intelectuais e artistas como Di Cavalcanti, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato e outros. Mas, o PCB foi posto novamente na ilegalidade em janeiro de 1948. E, em 1950, Getúlio Vargas volta ao poder, se estabelecendo até agosto de 1954, quando é pressionado por todos os lados, tanto pelas forças da classe dominante — aliadas ou, opositoras, bem como, das classes trabalhadoras organizadas. Um ato, como outros da história brasileira que não são desvendados completamente, surpreende o País e muda totalmente a conjuntura: Getúlio Vargas, se suicida ou, é encontrado morto em seu quarto, com um tiro no peito e deixa uma carta dirigida ao povo brasileiro.

Sendo a história um processo que está sempre em movimento, o modelo econômico de industrialização do Brasil que perdurou da Era Vargas até aproximadamente 1980 e, que transformou profundamente nosso país, do ponto de vista econômico, social e demográfico, e termina sem alterar o fato de sermos cindidos em classes sociais antagônicas. E, todavia, como mais um ciclo de acumulação capitalista e de domínio das classes mais abastadas da sociedade.

Em meio século de industrialização, de Estado burguês intervencionista e corporativista, tivemos quase 30 anos de ditaduras explícitas (1937-1945 e 1964-1984), portanto, de supremacia das classes dominantes por meio de fortes repressões à classe trabalhadora. De acordo com Fernandes (2005, p. 257), essa frequente “reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação política e econômica sob a égide do Estado, foram a mola mestra de todo o processo de ‘recuperação’ e de volta à ‘normalidade’”. Contudo, dessa perspectiva é possível observar a consolidação de um processo de modernização resultante da aliança entre burguesia e latifúndio — a industrialização que se desenvolve com apoio das oligarquias ou da burguesia agrária.

No período da industrialização no Brasil — não obstante a consolidação das leis trabalhistas nos anos de 1930/40 —, o trabalho degradante nas nascentes metrópoles ou cidades do interior, era uma regra e não exceção. De acordo com Fernandes,

isso quer dizer que o trabalho livre foi submetido, ao longo da formação e expansão da ordem social competitiva, a um processo de corrupção secular, o qual começou por negar-lhe condições de solidariedade estamental (sob o antigo regime) e terminou, igualmente, por negar-lhe condições de solidariedade de classes (sob o regime de classes e a República), o que retirou, e ainda retira do trabalho livre as bases estruturais e dinâmicas de sua elaboração como fator social construtivo (capaz de alimentar e dar sentido às transformações de baixo para cima da ordem social competitiva. [...]. Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo) do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. (FERNANDES, 2005, p. 232-33, grifo do autor).

Assim, em função dos objetivos e da subserviência de nossas classes dominantes (qual seja, manter os superlucros, a dominação, a dependência e a *superexploração da força de trabalho*), o principal protagonista de nossa industrialização foi o Estado burguês — seja por meio da criação de empresas estatais, da viabilidade de infraestrutura, de incentivo direto (financiamento ou abdicção de impostos) ao capital industrial ou, por meio de repressão às contestações das classes trabalhadoras. Até os anos cinquenta, de acordo com Martins,

o modelo econômico funcionou bem: excluía no campo e incluía na cidade, impedindo que a questão agrária se tornasse evidente como problema social. [...]. É significativo que, nesse mesmo momento, a questão agrária surja como questão do trabalho, com a difusão da sazonalidade do trabalho rural e sua terceirização, tanto no nordeste canavieiro quanto no sudeste cafeeiro. O que deu novas e problemáticas características à pobreza rural, nas figuras humanas do ‘clandestino’ e do ‘boia-fria’ e dos migrantes sazonais, tanto para o campo quanto para a cidade. (MARTINS, 2003, p. 171).

A guinada total para o campo antidemocrático resolveria os dilemas dos setores burgueses. Cabe destacar, contudo, que tudo foi coordenado e executado pelo Estado burguês

brasileiro. Florestan Fernandes, argumenta que no Brasil,

o governo Kubitschek e os governos militares posteriores a 1964 foram as duas oportunidades aproveitadas com enorme rapidez pelas economias centrais evidenciando que estas estavam plenamente preparadas para transformar o controle econômico segmentar em um desenvolvimento capitalista-monopolista adaptado, com referência à economia brasileira. A partir de 1930 a decisão interna de fazer a transição para o capitalismo monopolista vai se cristalizando e a partir de 1964 se converte no principal dinamo político de todo o processo. Um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais influentes e do Estado. (FERNANDES, 2005, p. 302).

As contribuições de Florestan Fernandes (2005) e José Paulo Netto (2009) resumem os elementos que configuram o quadro do novo regime autocrático burguês, ou seja, países em processo de industrialização, mas a reboque dos países centrais. O elemento coesionador da autocracia burguesa, será um Estado antinacional – *a heteronomia* – e antidemocrático – *privação das mobilizações e das organizações*. A atuação em paralelo das forças reacionárias e “modernizantes” deste Estado iria cumprir com o papel de lançar-se num vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem, solos, portos etc. requeridas pelo capital neste momento. O Estado autocrático burguês foi um instrumento essencial para “induzir a concentração e a centralização capitalistas, promovendo a emergência da oligarquia financeira e efetivando a integração entre os aparatos monopolistas e as instâncias estatais”. (NETTO, 2009, p. 43).

O Estado, então, assume a função de primeiro repassar renda da sociedade para os monopólios e, em segundo, de mediar conflitos setoriais e intersetoriais, sempre em benefício dos interesses imperialistas. A configuração estatal que, de um lado, atende aos interesses do capital e, de outro, parcelas mínimas das reivindicações da classe trabalhadora, constitui aparatos “legais e ilegais” de intervenção. O primeiro atende demandas pontuais da classe trabalhadora; em contrapartida, o segundo, persegue e reprime seletivamente os grupos organizados, como os comunistas.

Tal deslocamento, como ocorreu em abril de 1964, implicou, em relação ao passado recente da formação social brasileira, um movimento simultaneamente de continuidade e ruptura. A continuidade expressa-se no resgate, que já indicamos, das *piores* tradições de nossa sociedade – a heteronomia e a exclusão, bem como as soluções “pelo alto” –; consiste, especialmente, no *reforçamento* do papel peculiar do Estado, que se situa como espaço privilegiado para o trânsito e o confronto dos interesses econômicos-sociais em enfrentamento. (NETTO, 2009, p. 26, grifo do autor).

No final dos anos de 1970, as modificações estruturais da sociedade brasileira, como a industrialização, a urbanização, o aumento das migrações para os grandes centros urbanos, a expansão das relações de assalariamento (apesar de este assalariamento não ter atingido nem

metade da população) e a constante exclusão da participação política das classes trabalhadoras, alteraram as formas de inserção sociopolítica do operariado urbano e dos camponeses. Para Fernandes;

as três fases do desenvolvimento capitalista mencionadas na história moderna da sociedade brasileira podem ser descritas da seguinte maneira: a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno (abertura dos Portos até meados de 1860); b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo (1860 até a década de 1950); c) fase de irrupção do capitalismo monopolista (acentua-se no fim da década de 1950 e adquire caráter estrutural na “Revolução de 1964”. (FERNANDES, 2005, p. 263).

Para se entender o patamar da luta de classes no campo brasileiro e os sujeitos sociais que nela estão inseridos, trazemos à reflexão um importante debate realizado sobre essa contradição fundante da sociedade brasileira. A posse da terra, que se mantém altamente concentrada, tem como característica fundamental a coexistência do binômio latifúndio-minifúndio.

É assim que o latifúndio, que outrora foi símbolo de atraso, serviu de reserva das terras agricultáveis às grandes empresas que atuam na agricultura contemporaneamente. Essas terras reservadas são apropriadas por empresas capitalistas quando lhes tornou viável economicamente expandirem a sua monocultura ou processo de extração. Ao fim e ao cabo, o processo de modernização industrializante se fez acompanhar de uma intensiva concentração da terra com unidades de produção cada vez maiores e com uma consequente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola. A agricultura cumpriu importante papel para o desenvolvimento do capitalismo industrial, diz Oliveira,

primeiro porque ao campo coube o papel de exportar mão de obra barata – pois, a especialização era baixa – para as cidades. Segundo porque cabia à agricultura a produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno das massas urbanas que surgia e, terceiro, era função do campo a transferência de capital e o fornecimento de matérias-primas para serem utilizadas na nascente indústria. A agricultura nesse modelo tinha uma função bem definida, primeiro de manutenção do latifúndio, segundo na exportação de mão de obra para as cidades e terceiro na produção de alimentos baratos – as duas últimas funções visam baratear o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades. (OLIVEIRA, 2013, p. 42).

A compreensão que se extrai desta contextualização, a priori, é da necessidade de se superar no âmbito acadêmico e político a dicotomia que se faz na análise entre o agrário como atraso e o moderno como industrial no âmbito do capitalismo, isso porque o primeiro serve ao segundo, e nos centros urbanos há elementos agrários e rurais. Outra questão que incide sobre a teoria e, portanto, sobre a prática política, diz respeito ao mito que esteve presente em boa parte de nossa história, ou seja, que a partir do desenvolvimento capitalista e do seu

crescimento nacional é possível reduzir as desigualdades. Desenvolvimento e pobreza, sob o capital são faces da mesma moeda. O processo de reprodução do capital, como vimos, é por definição — desigual e combinado.

A questão da sobrevivência sistemática de elementos considerados arcaicos e modernos na economia e, portanto, de integração desigual, é balizado por relações de dependência, que não *exclui* contradições, entre os diferentes setores e interesses da burguesia e as suas respectivas frações, alocadas na cidade e no campo.

As contribuições de Francisco de Oliveira (2013), Caio Prado Júnior (2004b) e Florestan Fernandes (2005) retratam as relações coetâneas entre os setores considerados modernos e atrasados na economia.

Francisco de Oliveira (2013) caracteriza a sociedade brasileira como um “ornitorrinco”, onde o arcaico e o moderno sempre se misturaram, civilização e barbárie se confundem o tempo inteiro e um não existe sem o outro. Sendo assim, não há contradição entre o moderno centro capitalista e a sua arcaica periferia, pois o latifúndio foi base de sustentação do moderno e o arcaico assume entre nós formas modernas. Para o crítico sociólogo, a centralidade da expansão capitalista e da industrialização no Brasil ocorre por meio de uma simbiose orgânica, uma unidade de contrários, onde o chamado moderno cresce e se alimenta com a existência do atrasado. Essa relação de complementariedade não atou necessariamente em sintonia com as imposições externas, às quais, aliás, o país prosseguia subordinado, ao tempo em que delas se nutriam as classes dominantes. A industrialização brasileira, marcadamente dependente, resultou ser um meio em que as classes dominantes internas ampliaram sua hegemonia e expandiram suas riquezas. Processo industrializante que se direciona quase que exclusivamente para os centros urbanos.

Assim, a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo, mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de ‘ponta’. [...]. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. (OLIVEIRA, 2013, p. 47).

Sobre a aparente contradição do capitalismo entre o moderno e o arcaico, insere-se também as contribuições advindas de Caio Prado Júnior (2004b). O autor é bastante direto e elucidativo quando afirma que as sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária, longe de gerarem obstáculos e contradições opostas ao desenvolvimento

capitalista, têm, pelo contrário, contribuído para ele. Agrega também que o enfrentamento e a resolução da questão agrária se inserem no quadro da Revolução Brasileira. A ‘Revolução’, nestes termos, em seu sentido real e profundo, correspondia a um processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, “concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais” (PRADO JÚNIOR, 2004a, p. 2).

Salienta-se em sua discussão a permanência de nosso passado colonial, nos impasses e desafios históricos apresentados para o País. Ou seja, o passado colonial, ainda pesava — como um espectro — na situação em que se deparava cotidianamente, assim como nas discussões que se davam em torno de um Brasil-Nação. De forma mais precisa, sustenta:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, *objetivo exterior, voltado para fora do país* e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, *articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira*. [...]. O ‘sentido’ da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. (PRADO JÚNIOR, 2004a, p. 20, grifo nosso).

O processo de industrialização, podemos dizer de certa forma, como o que ainda vemos hoje, corresponde em última análise àquelas circunstâncias de dependência. A agricultura considerada “atrasada”, na verdade financia a sua face considerada “moderna”, assim como o incipiente processo de industrialização dos países de capitalismo dependente. Vai complementar e adensar o debate, as formulações de Florestan Fernandes (2005):

em resumo apesar do desaparecimento dos bloqueios que excluía o setor arcaico da modernização capitalista, a situação global ainda convertia a economia competitiva num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual. A pressão que essa economia como um todo podia fazer para libertar-se das inibições que interferiam negativamente sobre suas potencialidades especificamente capitalistas de equilíbrio, de reorganização e de crescimento era ainda muito baixa. Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento desiguais, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho. (FERNANDES, 2005, p. 288).

Como alternativa apaziguadora do problema fundamental e estruturante da sociedade, a posse e o uso da terra, foram adotadas historicamente medidas paliativas e de contenções, onde as tensões sociais do campo foram sendo controladas pelo remanejamento dos pequenos

produtores expropriados e dos excedentes populacionais, para a ocupação das *fronteiras agrícolas*⁸⁷, através dos projetos internos de colonização. Os projetos de colonização, no entanto, sempre foram pensados politicamente como alternativas a uma verdadeira e necessária alteração da estrutura da propriedade da terra. Do ponto de vista das organizações,

É muito importante este momento porque é o momento onde vai aparecer pela primeira vez de forma consistente a perspectiva da reforma agrária, então, inclusive é nesse período que vão surgir os primeiros projetos de lei da reforma agrária, do Prestes (Luis Carlos Prestes), do Brizola (Leonel de Moura Brizola), vai se consolidar uma teoria política sobre a questão agrária no Brasil, que era até então negligenciada pela intelectualidade, mas tanto a leitura intelectual quanto as proposituras institucionais elas só ocorrem na nossa interpretação, devido a este ascenso do movimento, mas com consciência de classe, do campesinato brasileiro. E tal é o nível dessa reflexão e dessa ação prática dos movimentos que em 1961, acontece o primeiro congresso, inclusive nem vai se definir como congresso camponês, porque ainda tinha divergência se esse era o conceito, mas é justamente o congresso dos trabalhadores e lavradores do Brasil, em Belo Horizonte, que reúne cinco mil delegados [*sic*] dos 21 estados do Brasil, e é deste congresso então que sai a consigna máxima daquele período que era: *Reforma Agrária, na Lei ou na Marra!* E alguns estudiosos, vão inclusive dizer que o nível da brutalidade do golpe militar ele tem correlação com essa capacidade de organização das massas camponesas. É uma suposição, mas se nós não tivéssemos esse nível de articulação somente a organização dos trabalhadores urbanos, não daria o nível de contradições que levou, os militares aderirem juntamente com os EUA para implementar o golpe. É quando nós entramos, então, na quarta etapa da questão agrária brasileira, onde esse latifúndio que estava decadente, ele é reestruturado, como um projeto político do governo militar, é, reforçando seu caráter de grilagem, reforçando o latifúndio como estrutura, como a estrutura agrária brasileira, mas ressignificando ele, a partir de uma importação de um pacote tecnológico, que é a Revolução Verde. Isso é muito importante porque a revolução verde vai acontecer em vários países do mundo, no Japão, mas já tinha a reforma agrária, na Coreia do Sul, mas já tinha Reforma agrária, então no Brasil essa junção de uma estrutura agrária conservadora, com essa introdução do pacote tecnológico recente, contemporânea, vai formar aquilo que se categorizou como modernização conservadora e modernização dolorosa. Que é esse processo de perseguição, criminalização das organizações camponesas [...]. Então, é a criminalização e perseguição do movimento camponês, ao mesmo tempo que se reorganiza o capital no campo, a partir dessa modernização conservadora (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST⁸⁸).

Como podemos perceber, a história no Brasil se repete como tragédia, pois até a primeira metade da década de 1960 o país era eminentemente agrícola, com 55,3% das pessoas morando na zona rural. Ao fim desse modelo de industrialização (de *modernização conservadora*, ou de *revolução passiva*), passando pelo golpe civil-militar e seu projeto de “integração nacional”, ou seja, no início dos anos de 1980, de uma população de 121 milhões de brasileiros e de brasileiras, aproximadamente 66% viviam nas cidades (82.013.373) e apenas 34%, viviam nas áreas rurais (39.137.198)⁸⁹. Com a eleição de Fernando Collor de Melo deu-se início ao programa de ajustes e reformas institucionais que vinham sendo propagadas pelos organismos internacionais desde meados da década de 80. As políticas

⁸⁷ *Fronteira Agrícola* é entendida como uma relação social de produção para atender a demanda de alimentos e matérias-primas do modelo agrícola, ela também representa uma orientação dos fluxos migratórios das populações rurais, bem como a “válvula de escape” das tensões sociais do campo. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 118).

⁸⁸ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

⁸⁹ Dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. In. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2016.

adotadas por esse governo foram rechaçadas pelas forças sociais organizadas, bem como por uma parcela significativa da sua base eleitoral. Este descontentamento generalizado culminou com um processo massivo de lutas nas ruas e, conseqüentemente na sua deposição por meio de um *impeachment*.

No processo de transição democrática, assume a presidência Itamar Franco (1992-1994), cujo governo cumpriria o papel de mediação com as forças sociais em luta nas ruas e principalmente de manutenção dos interesses e privilégios da classe dominante no poder. O resultado dessa governabilidade se apresenta nas urnas, em 1993, com a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que ocupa o cargo, intensifica e acelera a adesão do Estado brasileiro à política neoliberal.

A ordem social que se estabelece no País, a partir desse momento, aprofunda muitas das reformas modernizadoras necessárias à expansão e consolidação do capitalismo. O conjunto de medidas políticas e econômicas adotadas no País, sempre se realizaram no quadro da conciliação com o atraso.

No campo essa conciliação se dera, sobretudo, com a conservação do latifúndio, o que projetou para o futuro os traços profundamente autoritários de nossa formação social anterior. Isso quer dizer: o latifúndio remonta à nossa história, à nossa formação enquanto nação, modernização, industrialização etc., um ente presente desde a invasão dos portugueses, divisão do país em capitanias hereditárias, metamorfoseada pela divisão em sesmarias, capitaneada pelos grandes engenhos, ampliada pelas lavouras de café, condenada como latifúndio improdutivo, coroado como “produtivo”, e, finalmente, sua nova aparição mistificada em *agrobusiness*.

Assim, o que ocorre em nossa história, no âmbito da questão agrária, são mudanças nominais e a manutenção da mesma problemática estrutural, muda-se a forma e mantém-se o conteúdo, ou seja, conserva-se sua concretude material, ou seja, a intocabilidade de suas principais características — o domínio de grandes propriedades de terra, a elevada concentração dos meios de produção e de poder, utilização da terra como reserva de valor, para a especulação fundiária — destinada a produzir exclusivamente *commodities* para a exportação etc. No passado foi a cana-de-açúcar, e no presente a monocultura da soja.

É, contudo, nesse cenário histórico de conflitos e violências que a luta pela terra se impõe como necessidade. Com o tempo, o legado histórico de resistência, das formas de enfrentamento e de aprendizado, transforma-se em memória viva e em organicidade coletiva. Das lutas originárias espontâneas, messiânicas e insurrecionais aos sindicatos e movimentos sociais do campo. O ápice dessas lutas ocorre contraditoriamente entre as décadas de 1970 e

1990 nos embates contra o regime autocrático e posteriormente, contra os ataques neoliberais no País. É quando desponta e toma corpo uma das forças principais de luta no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que trataremos no próximo subcapítulo.

4.2 LUTAS DE CLASSES NO CAMPO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Como aludimos há pouco, todo esse processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e de atuação do Estado também foi o palco no qual se desenvolveu a classe trabalhadora brasileira, a potencialidade das suas lutas sociais e as lutas de classes.

No Brasil, a questão agrária estava no centro das lutas sociais e de classes. Desde a década de 1940 crescia a organização dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais, os quais vão adquirindo conteúdo político, organizando-se por meio das Ligas Camponesas, logo depois pelos sindicatos e outros movimentos mais localizados, os quais irão mobilizar-se em torno dessa questão latente: a terra e o trabalho.

A luta pela terra adquire grande repercussão e uma diversidade de formas organizativas, destaca-se entre elas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (1954-1964), criada pelo PCB durante a Segunda Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que apresentava como reivindicações principais: o respeito aos direitos civis e trabalhistas, o direito à previdência, ao seguro social e à reforma agrária. Assim, a ULTAB articulava um movimento nacional de luta dos trabalhadores do campo.

Consecutivamente, surgirá as Ligas Camponesas (1954-1964) no Nordeste, que defendiam a democratização da terra e a realização da reforma agrária. As Ligas Camponesas emergiram em forma associativa, ou seja, por meio de associações comunitárias que aglutinavam camponeses e camponesas na Paraíba. Entre as principais reivindicações estavam a aquisição de caixões para enterrarem seus mortos; o que se somaria a luta dos foreiros ameaçados de expulsão das terras em Pernambuco. Em 1960, agricultores do Sul do País, expulsos de suas terras, articulados por meio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criam o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), entre outros. Agrega-se à diversidade de movimentos existentes ao longo da história do País vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), que por estarem dispersos nos municípios interioranos, atuam cada qual a partir de uma demanda imediata e de uma correlação de forças correspondente. Sendo, portanto,

hegemonizados e fortalecidos a depender da força numérica e organizativa dos camponeses(as) e trabalhadores(as) rurais vinculados aos sindicatos.

Como expressão do acirramento das contradições agrárias no Brasil, muitas manifestações se deram simultaneamente em distintas localidades do país. Esse processo, que em princípio fora ocasional, adquire outra premissa e passa a ser organizado. É quando as organizações passam a combinar ações conjuntas para sair do isolamento e do localismo que caracterizou muitas lutas do campo.

As disputas por terra são parte constituinte da história brasileira e esses conflitos são reiteradamente tematizados, não apenas em trabalhos acadêmicos, mas em expressões artísticas e culturais (cinematográficas, teatrais, literárias, musicais) ao longo da segunda metade do século XX. Casos em destaque são os filmes produzidos pelo *Cinema Novo*, em especial os de Glauber Rocha (“Terra em Transe” e “Deus e o Diabo na Terra do Sol”), bem como obras literárias como “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto e as composições musicais “Carcará” e “Funeral de um lavrador”, em parceria com Chico Buarque de Holanda.

Essas produções expressam de maneira contundente e sensível a enorme miséria que habitava o campo brasileiro, do mesmo modo que os conflitos violentos que dela decorreram, opondo o homem do campo tanto aos fazendeiros quanto ao Estado. Os conflitos agrários e a violência compõem de forma iniludível a constituição histórica do País. Os conflitos ao longo da história do Brasil tomam corpo e se potencializam principalmente na passagem dos anos 1950 e 1960, um período marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação das lutas de classes onde operários e camponeses se encontravam. De acordo com Oliveira,

tempos de euforia desenvolvimentista, de acelerada politização da sociedade, de amplos debates sobre a eficácia revolucionária da arte, de explosões de reivindicações dos trabalhadores, de sonhos como o de Sierra Maestra que nos livrasse do imperialismo, do latifúndio e da miséria. A política brasileira não se limitava ao parlamento, deixada de ser privilégio das elites para penetrar no universo do trabalhador – urbano e rural, do estudante, do padre, do intelectual, do militar e do homem comum. (OLIVEIRA, 2013, p. 14).

O embate entre as forças populares e o braço antidemocrático do Estado, desencadeou o surgimento e a potencialidade do movimento operário que ficou conhecido pelas greves, a resistência dos movimentos sociais urbanos e rurais e, do movimento estudantil. Fernandes (2005) argumenta que se vivia em uma situação potencialmente pré-revolucionária:

a adaptação da dominação burguesa às condições históricas emergentes, impostas pela industrialização intensiva, pela metropolização dos grandes centros humanos e pela eclosão do capitalismo monopolista, processou-se mediante a multiplicação e a exacerbação de conflitos e de antagonismos sociais, que desgastavam, enfraqueciam

cronicamente ou punham em risco o poder burguês. Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século à “revolução institucional” de 1964, a um constante processo de erosão intestinal. (FERNANDES, 2005, p. 374-375, grifo do autor).

A contrarrevolução preventiva conteria provisoriamente, diga-se sob coerção, esse clima de efervescência no País. O que se seguiu ao golpe de 1º de abril de 1964 foram anos de muita repressão, violência e tortura. Quando chegamos ao final dos anos de 1970, a crise política do regime ditatorial e a crise econômica internacional, abordadas anteriormente, trouxeram implicações para a economia brasileira devido à sua dependência e subordinação. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, com suas inelimináveis crises, ocasionou várias mudanças na agricultura, o que atingiu fortemente a luta pela terra.

A classe trabalhadora do Brasil não capitulava e, ainda sob o regime de exceção em 1979, retoma suas mobilizações sociais, num contexto de crise da ditadura. No âmbito político cresciam as mobilizações pela retomada da democratização — após 20 anos de violência inaudita. O recuo tático obrigatório das forças progressistas e socialistas, frente ao aniquilamento, se transformara em resistência, em processos contínuos de lutas estudantis que culminaram em lutas massivas pela redemocratização. Resulta que, de 1978 a 1992, ou seja, desde as greves do ABC Paulista, adentra-se uma conjuntura marcada por um período de ascensão das organizações e de grandes lutas de massas desenvolvidas pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Dessa maneira, influenciadas pela Teologia da Libertação⁹⁰, surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A mensagem divina estava associada às lutas e aos desafios terrenos, como podemos observar em uma das canções que simbolicamente está presente em muitos atos ecumênicos,

Pelos caminhos da América, há tanta dor tanto pranto, nuvens mistérios, encantos, que envolvem nosso caminhar. Há cruzeiros beirando a estrada, pedras manchadas de sangue, apontando como setas que a liberdade é pra lá...

Pelos caminhos da América, há monumentos sem rosto, heróis pintados, mau gosto, livros de história sem cor. Caveiras de ditadores, soldados tristes calados, com olhos esbugalhados vendo avançar o amor...

Pelos caminhos da América, há mães gritando qual loucas, antes que fiquem tão roucas digam onde acharão, seus filhos mortos levados na noite da tirania! Mesmo que matem o dia elas jamais calarão...

⁹⁰ Corrente pastoral que atua dentro da igreja católica que irá conciliar os ensinamentos sociais do Concílio Vaticano II e outras encíclicas progressistas, com as concepções teóricas e metodológicas da realidade advindas do marxismo. A maioria dos seus precursores são da América Latina como: Padre Gutierrez (Peru), Clodovis Boff, Leonardo Boff, Hugo Asmann, Frei Betto, Dom Tomás Balduino (Brasil); Dom Pedro Casaldáliga (Espanha/Brasil) etc. (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Pelos caminhos da América, no centro do continente, marcham punhados de gente, com a vitória na mão. Nos mandam sonhos cantigas, em nome da liberdade, com o fuzil da verdade, combatem firme o dragão.

Pelos caminhos da América, bandeiras de um novo tempo, vão semeando ao vento frases teimosas de paz! Lá na mais alta montanha há um pau'darco florido, um guerrilheiro querido, que foi buscar o amanhã...

Pelos caminhos da América, há um índio tocando flauta, recusando a velha pauta que o sistema lhe impôs. No violão, um menino, um negro toca tambores, há sobre a mesa umas flores, pra festa que vem depois! (ZÉ VICENTE)⁹¹.

No campo mais laico toma corpo novamente o movimento estudantil (vinculado à UNE), e um pouco mais tarde dá-se o movimento pelas *Diretas Já*⁹². Engrossam essas fileiras, grupos de trabalhadores mobilizados e, que estavam em luta, através da fundação na década de 1980 do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Constitui-se, assim, a organização política do campo que expressaria toda essa força condensada historicamente no campo. Como Bernardo Mançano Fernandes descreve,

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. (FERNANDES, 2012, p. 496).

Toda essa efervescência desemboca positivamente na Constituição Federal de 1988 e nas eleições de 1989. E é cunhada na constituição federal a legislação sobre a *função social da terra*⁹³. Essa conquista atestava a força da classe trabalhadora nesse período e contemplaria a reivindicação política de todos aqueles e aquelas que lutavam pela terra. Esse artigo constitucional, propriamente dito, fundamenta e legitima o argumento central da sua luta, a exigência de cumprimento da Constituição Federal de 1988. A partir dessa premissa legal abstrata se legitima a luta concreta e objetiva dos trabalhadores rurais sem terra. Concretamente, no ato da ocupação, exige-se que se cumpram os requisitos legais e abstratos da constituição, ou seja, que as terras que não estejam cumprindo a sua função social sejam, portanto, desapropriadas ou, pelo menos, sejam passíveis de processo para a realização de projeto de reforma agrária.

⁹¹ Canção do CD “sol e sonho”, Gravadora Paulinas/COMEP, setembro de 1996.

⁹² Lema das marchas e lutas pela redemocratização, ou seja, a abertura política e o voto direto.

⁹³ Artigo 186 da Constituição Federal de 1988: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I. aproveitamento racional e adequado; II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No entanto, as eleições diretas para presidente da República no ano de 1989, primeira eleição após vinte e cinco anos de nomeação de presidentes e eleições indiretas realizadas pelo colégio eleitoral, expressara-se como disputa de projetos e mais uma vez, de classes em nosso país. Por isso, a derrota de Lula — como candidato à presidência — expressara a derrota de um projeto da classe trabalhadora. É o que retrata a fala do dirigente político do MST,

Nós vivemos principalmente com a derrota do Lula em 1989, e depois entre o primeiro e o segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, um processo muito brutal de violência e repressão, mas ao mesmo tempo de massificação da luta pela terra, pela reforma agrária, o Brasil estava numa situação de crise econômica dramática, a população brasileira vivia, uma parcela extremamente significativa, na extrema miséria e, esse ideário da reforma agrária estava muito presente nas massas trabalhadoras inclusive urbanas, então é um período que tem uma mobilização, nós chegamos a ter quase um milhão de famílias mobilizadas no Brasil, em 1995, 1996, 1997, é quando tem o massacre de Corumbiara, o massacre de Eldorado dos Carajás, e a grande Marcha Nacional em 1997; E a reforma agrária ela se recolocou porque ela ainda enfrentava o latifúndio, que passou pelo período da revolução verde, mas com a entrada do neoliberalismo no Brasil, nem essa revolução verde deu conta de dinamizar o latifúndio, então com a chegada do neoliberalismo e a destruição dos aparelhos do estado [...] o latifúndio voltou a ser aquela chaga arcaica na sociedade brasileira. Então isso explica por que a luta pela Reforma agrária para além dos sem terra, tinha um apelo na sociedade, estamos falando de 20 anos atrás (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)⁹⁴.

Dessa maneira, se durante os anos 1980 vivíamos um período de ascensão político-social das classes trabalhadoras, em tempos de neoliberalismo o quadro muda radicalmente. Nos anos 1990, imediatamente após a eleição de Collor, inicia-se no Brasil, mais uma vez de cima para baixo, ou seja, como resultado de mais uma mudança “pelo alto” a aplicabilidade das políticas neoliberais. Com o governo de Collor de Melo a questão agrária sai da pauta, se extingue o Ministério da Reforma Agrária e subordina-se o INCRA ao Ministério da Agricultura. O Programa de assentamentos foi paralisado e não cumpriu com as metas de assentamentos. Durante os dois anos de governo, não foi realizada desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Com o *impeachment* de Collor, assume a presidência seu vice Itamar Franco, contudo, este também não efetivou mudanças substanciais na política para a agricultura.

Sob o governo de Itamar Franco (1992-1994), especificamente no ano de 1993, ocorre a sanção da Lei nº 8.629, a qual regulamentou os dispositivos relativos à reforma agrária na Constituição de 1988. E, os projetos de reforma agrária são retomados, assim como a aprovação de um programa emergencial para assentar 80 mil famílias. Desse total estimado, foram atendidas apenas 23 mil famílias com a implantação de 152 projetos em uma área desapropriada de 1 milhão 229 mil hectares⁹⁵, representando aproximadamente ¼ daquilo que

⁹⁴ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

⁹⁵ Dados disponíveis em: Brasil (1997).

foi apresentado como meta pelo então governo.

Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a reforma agrária não passa de um pacote sob a orientação do Banco Mundial — uma política para o campo denominada de “Novo Mundo Rural”. Entre outras ações, propunha-se como política de compra e venda de terras, em substituição à desapropriação, que é o instrumento legal garantido constitucionalmente. Essa política de orientação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foi denominada reforma agrária de mercado. E foi criada para substituir a reforma agrária redistributiva. Sua realização funcionaria por meio da compra de terras por trabalhadores rurais com esquemas de financiamento. Foi considerada por esses organismos internacionais e pela base governamental como mais barata, eficiente e politicamente viável para sociedades desiguais como o Brasil. O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial encontrou, no Brasil, a partir de 1996, na acertada observação de Sauer (2010) e Delgado (2012), as condições ideais para sua aceitação, as quais abarcariam desde uma coalizão de poder interessada em promover uma contrarreforma radical do Estado (diminuindo gastos com políticas sociais e descentralizando responsabilidades), até a necessidade de criar políticas governamentais capazes de conter a pressão social advinda das lutas históricas por acesso à terra.

Contudo, embora não se trate absolutamente de modelo (como os anteriores), o neoliberalismo se configura para além do âmbito estritamente político, ou seja, a proposta neoliberal centraliza-se na inteira despolitização das relações sociais, com o que qualquer regulação política democrática do mercado — via Estado ou outra instituição — é rechaçada de princípio. Assim, o último grande marco de mobilização de massa desse período foi a marcha do MST à Brasília, em abril de 1997, chegando à capital federal com mais de 100 mil marchantes.

A crise que afetou o campo brasileiro e possibilitou a massificação dos acampamentos de sem-terra (estimulados e organizados num primeiro momento, principalmente, pelas CEBs e pela CPT), afetava também as condições de vida das classes trabalhadoras urbanas, que desencadeariam lutas intensas. Essa posição similar permitiria a realização de lutas conjuntas dos trabalhadores(as) do campo e da cidade. Nesse contexto, emergiu o “novo sindicalismo” e uma diversidade de movimentos sociais, entre eles o MST.

O processo de gestação do MST corresponde aos anos de 1979-1984. Esse período também é conhecido como sendo o da gênese e do desenvolvimento do movimento, que se funda oficialmente em janeiro de 1984, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, estado do Paraná. Foi um período rico para o debate, pois em todo o País

eram crescentes as mobilizações e, ainda repercutiam os “ecos” da Revolução Sandinista na Nicarágua.

A práxis do movimento se constituía em torno da luta pela Reforma Agrária, que em sua abordagem só seria possível com organização e luta dos próprios camponeses. Visualizava-se que era necessário construir uma organização nacional e autônoma e que através da mesma se realizassem lutas de massas com caráter sindical e político. Esses aspectos relacionados com os da formação e organicidade do movimento desenvolveriam uma práxis social e política transformadora. Compreende-se como práxis social e política transformadora a mudança que tende a ocorrer nos indivíduos a partir de sua inserção nas atividades concretas que o MST desenvolve e proporciona. A práxis, dessa maneira, não se restringe à nenhuma atividade de formação ou de luta isolada: trata-se da relação entre conteúdo e forma, entre teoria e prática ou luta política.

Desenvolvia-se uma consciência coletiva no movimento e um consenso entre suas lideranças e militância, segundo as quais as mudanças na sociedade, e dentre elas a mudança na estrutura da propriedade da terra, seriam resultados da correlação de forças. Afirmava-se, então, que a própria reforma agrária só iria acontecer como resultado desse acúmulo de forças, ou seja, seria fruto das lutas concretas dos trabalhadores.

Dessa maneira, foi preponderante a deliberação no MST de que o movimento camponês deveria dar continuidade às lutas sociais de todos os trabalhadores e trabalhadoras, sejam eles do meio rural ou urbano, continuar as lutas de resistências dos povos indígenas, quilombolas, imigrantes, entre outros. Dessa gama histórica é que se levantam e se complementam os movimentos sociais do campo, como sujeitos coletivos em luta,

o movimento dos sujeitos humanos, pessoas e coletividades, suas experiências, iniciativas, escolhas, e as relações, contradições, tensões e conflitos que vivem e provocam. Os movimentos sociais têm como fundamento de sua dinâmica a convicção de que o ser humano é sujeito da história, e de que é possível (além de necessário) formar cada pessoa, cada grupo social, para que passe (ou pelo menos se movimente) de – sujeito, passivo, a sujeito –, portador de ação. (CALDART, 2006, p. 14).

O debate teórico-político da época a partir de análises das experiências concretas fez com que se consolidasse internamente no MST, na segunda metade dos anos 1980, a tese de que o capitalismo no Brasil se desenvolveu com base na grande propriedade e que a burguesia brasileira jamais iria fazer uma Reforma Agrária de tipo *clássica burguesa*, como as realizadas na Inglaterra, na França, na Itália, nos Estados Unidos da América etc. Menos ainda permitiria uma Reforma Agrária de tipo socialista, como as que aconteceram, por exemplo, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, na China e em Cuba, ou as de

caráter popular, como as realizadas no México durante os anos 1910-1920 e a do Chile no início dos anos 1970. Essas experiências históricas davam o suporte histórico e a base de sustentação para a tese elencada.

Enfrentava-se um legado de ações institucionais no País, que mantiveram intactas a concentração e a mercantilização da terra como é o caso das leis que regem sobre as terras públicas e que consolidaram o latifúndio no Brasil, ou melhor, o monopólio oligárquico da terra. O enfrentamento político-jurídico da legislação vigente e da ordem estabelecida no campo foi se desenvolvendo no interior do movimento, com a tática da ocupação da terra, e essa tática se transformara em uma das suas principais formas de luta. Com as ocupações, o movimento chamava à atenção da sociedade brasileira para a concentração da terra, das riquezas e concomitantemente do poder nas mãos de uma pequena classe de privilegiados. Esse respaldo era necessário para desenvolver uma profunda crítica a essa deplorável realidade causadora da miséria e pobreza da maioria da população.

É evidente para uma grande parte da população que não houve um processo de Reforma Agrária no Brasil e, que os assentamentos criados até o momento são oriundos da luta dos movimentos sociais do campo. Ou seja, são frutos da luta, de sujeitos sociais organizados contra a ordem estrutural dominante no campo. Uma de suas integrantes explica que a

Reforma agrária com perspectiva de classe não houve. Entre as tantas alternativas estratégicas, menciono os três últimos ciclos que potencialmente poderiam mudar a correlação de forças no campo como passos para uma transformação social. A primeira delas foi a anunciada por Jango em seu discurso de março de 1964 (num contexto de várias lutas como as encabeçadas pelas Ligas Camponesas, ou ainda por organização de posseiros sindicalizados ou vinculados ao partido comunista brasileiro), que embora não carregasse grandes propostas, mas contribuiria para mudanças significativas da estrutura agrária. O que levou a um longo ciclo de ditadura civil militar no país. Um segundo marco está relacionado ao surgimento de vários movimentos sociais do campo, no contexto da abertura política e do nascimento do Partido dos Trabalhadores, onde o MST vai constituindo-se como uma referência na organização e na luta pela terra e reforma agrária. O primeiro programa de reforma agrária proposto pelo MST expressa esse momento e os desafios do período. Um terceiro momento refere-se [...] à construção da proposta de Reforma Agrária Popular, buscando captar as mudanças do desenvolvimento o capitalismo no campo (A.B, integrou o Setor de Formação Nacional do MST/Via Campesina)⁹⁶.

Para Sérgio Sauer, doutor em Sociologia e professor da Universidade de Brasília (UnB), a ausência de um processo de Reforma Agrária se confirma, e o que se obtém como alternativa a essa imensa concentração de terras, são, portanto, as ações advindas dos movimentos sociais do campo. Sua resposta, todavia, é categórica,

Não, definitivamente não! O Brasil nunca passou por um processo de reforma agrária (entendida como mudanças profundas na estrutura fundiária ou na redistribuição das terras). As experiências históricas, basicamente fruto das lutas e demandas sociais, foram o estabelecimento de assentamentos. Terras

⁹⁶ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2020.

foram destinadas (desapropriadas e [com] indenização dos pretensos proprietários em valores de mercado), geralmente em casos de conflitos ou de pressão social/política, para famílias sem terra. Tecnicamente, isto é denominado de assentamentos de reforma agrária, mas não representa transformações na estrutura fundiária do Brasil, por isto não houve uma reforma agrária. A luta pela terra (tanto na forma de movimentos mais organizados, a exemplo do MST, mas de vários outros, como de “forma mais voluntária”) foi a estratégia dominante desde o processo de redemocratização (início dos anos 1980) a alternativa dos movimentos sociais. É importante destacar que, apesar de hegemônica, as ocupações não foram – e não são – a única forma de luta pela terra (portanto, essa deve ser associada a outras formas de luta como resistência na terra, luta por direitos territoriais, luta por reconhecimento do direito ao trabalho etc.). As ocupações, no entanto, explicitaram a importância (social, econômica, política, étnico-cultural) da terra e foram a ferramenta contra o modelo (capitalista) hegemônico agroexportador (Sérgio Sauer, Professor e Pesquisador da Universidade de Brasília – UNB)⁹⁷.

Como proposta de superação desse estado de coisas, a organização nascente, o MST, apresentava como objetivo central, a realização da Reforma Agrária que seria a solução para os problemas dos trabalhadores do campo e concomitantemente para os trabalhadores da cidade, com a geração de empregos, produção de alimentos mais baratos e saudáveis. Essa proposição abrangente legitimava a sua constituição, sua nacionalização, ou seja, a práxis do movimento.

Chega-se, portanto, ao fato de que a história do MST é uma espécie de continuidade de todas as lutas de classes, em especial das Ligas Camponesas, aniquiladas em 1964 pelos militares — com o discurso da “segurança nacional” se preservava os interesses dos latifundiários. As Ligas se constituíram como um movimento independente, nascido no interior das lutas que se travavam pela terra e pela defesa da Reforma Agrária. Um manifesto da época chamado, *o ABC do camponês*, escrito por Francisco Julião descreve a importância de se lutar pela reforma agrária:

1. A tua liberdade, camponês, depende da tua união. A tua união depende da tua vontade. E a tua vontade depende da tua necessidade. Porque a necessidade cria a vontade. A vontade cria a união. E a união cria a liberdade. 2. Quem tem liberdade tem o trabalho. E quem ama o trabalho merece a terra. Porque a terra deve ser de quem nela trabalha. Terra é sossego, é paz, é pão, é água, é casa, é agasalho, é escola, é saúde e é vida [...] 5. Que é preciso fazer para ganhar um pedaço de terra? A reunião de todos os que não tem terra. Essa união pode ser feita porque depende da vontade de cada um. Essa vontade existe porque é filha da necessidade. E a necessidade é coisa que todo mundo sente. [...] 7. A favor de quem deve ser usada essa união? Essa união deve ser usada a favor de todo aquele que lutar pela reforma agrária. Que é a reforma agrária? A reforma agrária é o direito à terra para o camponês trabalhar. É a luta contra o latifúndio. É a criação da média e da pequena propriedade. É a escola para o camponês aprender. É o remédio para o camponês se curar. É a água para o camponês beber. É a semente para o camponês plantar. É o adubo para dar boa safra. É o arado contra a enxada. É o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra. E a defendê-la da erosão [...]. É o transporte barato para a feira. É o salário justo contra a exploração. É a liberdade contra a escravidão. 8. Quem é a favor da reforma agrária? São todos os operários. São todos os camponeses. São todos os estudantes [...]. Contra quem deve ser usada essa união? Essa união deve ser usada contra todo o latifundiário, seja ele coronel, major, capitão. Tenente ou doutor que adota o cambão, arrenda a terra de meia, aumenta o

⁹⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2020.

foro todo ano, estimula o capanga contra o camponês, manda prendê-lo, espancá-lo ou assassiná-lo, arranca sua lavoura, destelha seu mocambo, ou toca fogo nele, paga salário de fome, usa o vale em lugar do dinheiro, esfolta o camponês no barracão, cobra 150 quilos de algodão por um quadro de terra, põe o gado no roçado e não dá recibo de foro. Essa união deve ser usada contra o dono da terra que quer também ser dono do camponês, da mulher e do filho do camponês, da sua lavoura, do seu trabalho, da sua liberdade, do seu direito, da sua consciência, de sua honra, de seu destino e até da sua vida [...]. Camponês, organiza-te nas Ligas com todos os teus irmãos de sofrimento. Para libertar o Brasil! (JULIÃO, 2006, p. 193-196).

Esses elementos estão indiscutivelmente presentes na gênese e constituição do MST. No que tange à sua gênese, esta foi determinada por vários fatores, principalmente o fator socioeconômico, o ideológico e o político. De acordo com Stedile, “o principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970, processo esse de desenvolvimento que José Graziano da Silva denominou de ‘modernização dolorosa’” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 15). A expressão “modernização dolorosa” denota os avanços tecnológicos e a recusa às mudanças fundamentais na forma da propriedade e no uso da terra, discussão que já adensamos anteriormente.

Segundo Nivaldo Hespanhol (1997), o Estado brasileiro encarregou-se de criar as condições para que o processo de modernização agrícola se efetivasse, modernização esta que, apesar de ter sido expressiva não se generalizou, apresentando-se seletiva e diferenciada. Em que sua principal política agrícola voltada para o desenvolvimento do campo se restringia à política de crédito subsidiado. Entre os elementos que demarcariam basicamente esta modernização na agricultura brasileira e que já foram tratados em capítulo anterior, seria a sua característica lenta, gradual e seletiva, ou seja, o que se pode ver no campo constitui-se de uma política de créditos privilegiados, com forte subvenção do Estado e altos custos sociais, que capitalizaram as grandes propriedades e, por sua vez, favoreceram o controle efetivo dos capitais monopolistas no que tange aos insumos básicos (adubos, sementes melhoradas, defensivos), os meios de produção (máquinas e equipamentos) e a comercialização da produção.

Nesse período, ocorre o ápice desse processo de intensificação da “modernização” do campo brasileiro. Como observam Stedile e Fernandes (1999, p. 15), “a mecanização da lavoura e a introdução de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais”. Grande parte desses trabalhadores, incentivados pelos militares, migraram para as regiões de *fronteira agrícola*⁹⁸,

⁹⁸ Fronteira Agrícola: entendida como uma relação social de produção para atender a demanda de alimentos e matérias-primas do modelo agrícola, ela também representa uma orientação dos fluxos migratórios das

especialmente Rondônia, Mato Grosso e Pará. Outro contingente dessa população migrou para as cidades, motivado pelo acelerado processo de industrialização. Desse modo,

com a crise da industrialização, por conseguinte do modelo econômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas saídas -, o êxodo para as cidades e a fronteira agrícola. Isso os obrigou a tomar duas decisões; tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 17).

O aspecto ideológico da gênese do MST está vinculado com o trabalho pastoral das Igrejas: Católica e Luterana. Esse trabalho foi muito importante na formação do movimento, assim como o trabalho fundamental da CPT de contribuir para a construção de um único movimento, de caráter nacional (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Em síntese, vivíamos sob uma conjuntura de forte crise econômica, de grandes transformações na sociedade e na agricultura. A crise que afetou o campo brasileiro possibilitou a massificação dos acampamentos de sem-terra e ao mesmo tempo afetou as condições dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos, em plena ascensão das lutas, o que permitiu a realização de lutas conjuntas, entre o campo e cidade. A crise e essas transformações socioeconômicas abriram brechas para a luta pela terra e para o crescimento dos movimentos de massas urbanos que lutavam pela democratização do País. Nesse contexto, se apresenta o terceiro aspecto importante da gênese do MST — a situação política do País. De acordo com os autores supracitados,

não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do país naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele somente pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias de finais dos anos 1970 e a luta pela democratização da sociedade. (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 22).

Entre os anos de 1979 e 1984, período de gestação do MST, a população urbana que se aliou e apoiou as lutas rurais o fez como forma de combater o regime econômico e político. Assim, a mobilização da sociedade brasileira deu aos sem-terra força e moral suficiente para transformar as lutas localizadas pela terra nas bases de um movimento social de alcance nacional e internacional.

Num contexto de crise econômica e política do regime e de retomada e ascensão das organizações sociais e das lutas de massas, quem lutava pela distribuição da terra e pela reforma agrária lutava, ao mesmo tempo, contra a ditadura civil-militar e o modelo

populações rurais, bem como a “válvula de escape” das tensões sociais do campo. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 118).

econômico-social vigente à época. Nessa fase de gestação do MST, a resistência e o apoio da sociedade possibilitaram, ao embrionário movimento, a luta contra o modelo econômico e a política do governo civil-militar.

Os encontros realizados pelos sem-terra com apoio da CPT, possibilitaram a compreensão dos trabalhadores e das trabalhadoras de que o seu inimigo maior, era o modelo de desenvolvimento econômico adotado. Em outras palavras: os trabalhadores tomavam consciência de que o modelo então vigente atendia apenas aos interesses dos latifundiários, dos grileiros, dos banqueiros e dos grandes empresários rurais e urbanos. Ou seja, o modelo privilegiava os setores que detinham o poder econômico e a hegemonia política na sociedade — as classes dominantes.

A fundação do MST, em janeiro de 1984, em meio a essa realidade histórica específica — de grandes concentrações de terras, de colonização e neocolonização, de institucionalização do latifúndio por meio de leis, por parte do Estado e dos governos, negando assim o direito a terra a milhares de famílias — não poderia ser surpresa nem desalento para ninguém. Compreende-se, assim, que o MST é fruto de uma realidade concreta, de um esforço coletivo, ou seja, é uma organização produzida historicamente pelas classes sociais exploradas.

No ano de 1985, o MST, realizou o seu primeiro congresso nacional em Curitiba, Paraná, com a participação de mais de 1.600 camponesas e camponeses, representantes de dezesseis estados da federação. Esse congresso ratificou as decisões do primeiro encontro nacional (1984), que já havia definido o caráter e os objetivos do MST. Como reitera Stedile e Fernandes (2000, p. 31), “o MST nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade”.

É importante destacar mais uma vez, que a luta pela reforma agrária e pelas mudanças sociais correspondiam ao clima das lutas pela redemocratização do País. Ao final dos anos 1980, o MST consolida-se como um movimento social, de caráter popular, sindical e político, tendo como principais objetivos a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que estão ligados diretamente à luta pela terra e para além dela. Após a sua fundação em 1984, o movimento avança territorialmente sobre o país, organizando nacionalmente milhares de famílias acampadas e assentadas. Atualmente está representado em 24 unidades federativas do Brasil, o que corresponde a “uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização, nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região em que vive” (STEDILE; FERNANDES,

2000, p. 17). O MST traz como bandeira de luta, a garantia dos direitos fundamentais à vida, pautando a necessidade da realização da reforma agrária. A sua estratégia visa à emancipação humana da sociedade brasileira, compreendendo esta estratégia no âmbito das lutas políticas, com os diversos setores da classe trabalhadora.

A esta altura, poderíamos nos perguntar: O MST é um movimento de classe? A interrogativa aqui colocada poderia ser respondida *a priori*, com um “sim” ou com um “não”, mas a questão que aqui colocamos tem como mote uma provocação, não para uma resposta imediata, mas para a reflexão e continuidade de análise. A compreensão do movimento, principalmente para os seus quadros dirigentes, no âmbito da formação política, aponta para um posicionamento de classe, é o que verificamos na arguição de uma de nossas entrevistadas.

Penso que este aspecto está relacionado ao movimento da consciência coletiva da organização social. O processo de consciência de classe perpassa por momentos de construção identitária, e pelas tensões da negação da sua particularidade estrita, para a assunção de uma identidade maior de classe. É importante também levar em conta que a consciência coletiva expressa na organização política e sua estratégia carrega todas as limitações e potencialidades do tempo histórico, e dialoga e conflitua constantemente com os desafios da classe trabalhadora como um todo. O MST, a meu ver, é uma organização social com posicionamento de classe trabalhadora, e carrega com ele os desafios de classe em si (em sua dinâmica popular) para tornar-se classe para si. Certamente esse desafio não é só do MST, mas da classe trabalhadora como um todo, que neste momento vivencia as contradições da classe em si, de consciência e de estratégia de classe em si, buscando se encontrar (A.B, integrou o Setor de Formação Nacional do MST/Via Campesina)⁹⁹.

Para estudiosos da questão agrária, a luta empreendida pelo movimento lhe dá características demarcadamente populares, no entanto, a luta pela reforma agrária numa sociedade dependente lhe outorga um caráter de classe. Como estamos tratando de lutas de classes, no outro campo da disputa, a oligarquia agrária tradicional também havia se organizado em parceria com a moderna oligarquia das grandes empresas transnacionais que atuam no campo, objetivando combater o jovem movimento e impedir a qualquer custo à democratização da terra e a realização da reforma agrária. Assim, tais oligarquias criaram a União Democrática Ruralista (UDR). O número de conflitos no campo e de assassinatos de militantes do MST, bem como de outras lideranças de organizações, camponesas e indígenas, são alarmantes.

A CPT pública anualmente um relatório dos conflitos no campo, em que podemos perceber a manutenção de uma média anual de assassinatos, assim como a impunidade de seus mandantes e assassinos. Mesclam-se, historicamente no País, o latifúndio e o agronegócio, na defesa intransigente da propriedade, no seu direito hereditário de concentrar a

⁹⁹ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2020.

posse e o uso da terra. Assim, as frações do capital alocadas no campo não se distinguem, quando seu potentado está sob ultimato. Essas forças se juntam e travam um combate, se preciso mortal, contra a principal, real e concreta, forma de luta contra a propriedade no campo, que é a ocupação de terras realizadas pelas famílias trabalhadoras rurais sem terra.

Para o MST, a luta pela reforma agrária sofre revezes significativos desde a ascensão neoliberal na década de 90, que se aprofundam durante a gestão dos governos eleitos com apoio da maioria da população brasileira, como ressalta seu dirigente,

A questão é que em nossa leitura nós entramos numa sexta etapa da questão agrária e nessa mudança de 1998 e 1999, mas principalmente nos primeiros anos dos anos 2000, que é uma nova reorganização do capital no campo, que é o agronegócio. O agronegócio ele, ainda se mantém na base da estrutura latifundiária, ainda se mantém com a revolução verde, mas ele intensifica essa revolução verde com novas tecnologias, que vai chegar no seu ápice em 2003 com a liberação dos transgênicos, vinculada às grandes empresas transnacionais da agricultura, seja das sementes, seja dos agrotóxicos, seja da adubação química, seja do maquinário pesado. E esse agronegócio, então vai conseguir recolocar a estrutura arcaica brasileira, como uma possibilidade de modernização novamente. E a reforma agrária, contraditoriamente, vai ser colocada, novamente, como um projeto atrasado, projeto da década de 60, que deveria ser superado. Isso no ideário geral, mas isso também entra forte dentro das esquerdas, dentro da perspectiva das esquerdas. E à medida que agronegócio amadurece, isso principalmente no final da primeira década do século XXI, a reforma agrária vai transitando, que já era uma política de assentamentos, vai transitando cada vez mais para uma política de resolução de conflitos, onde estourou um conflito se realiza um assentamento, não tem mais nem aquela perspectiva de áreas reformadas, mas voltadas para a reforma agrária. Então é nesse período que nós vamos ver que a reforma agrária da forma como historicamente nós conhecemos e foi realizada lá fora, conhecida como reforma agrária clássica, como projeto de desenvolvimento econômico do país e de distribuição de terras, aprofundamento da democracia, sendo derrotada. Ela foi derrotada por essa força e reconstrução da forma do capitalismo no campo, no mundo, no Brasil e na América Latina. Uma forma bastante avançada do ponto de vista do capital que é o agronegócio (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)¹⁰⁰.

O MST, desde a sua gênese e nacionalização, juntamente com outros *sujeitos sociais coletivos* soma-se ao *bloco político-social*, composto principalmente pela CUT e pelo PT. Com esta composição e diante da correlação de forças existente, buscou-se estrategicamente consolidar um projeto político da classe trabalhadora. Destarte, o desenvolvimento de lutas conjuntas seria o meio para superar o projeto da classe dominante brasileira. Assim, ao lado dos movimentos ligados à Via Campesina, especialmente o MST, a reforma agrária tornou-se uma das propostas prioritárias do PT ao longo dos anos 1990 até a eleição de 2002. Alguns quadros do PT, no âmbito da Secretaria Agrária do partido, haviam mantido aceso o debate da reforma agrária nos períodos mais duros do neoliberalismo, sob a liderança de José Gomes da Silva, um de seus principais teóricos. Contudo, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 e da sua sucessora Dilma Rousseff em 2011, exceto o fim da repressão direta do governo central sobre os movimentos sociais do campo, não se avançou como se esperava na política de reforma agrária. Retomaremos este debate, no subcapítulo 4.6, onde discutiremos

¹⁰⁰ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

as influências, assim como as consequências, desses mandatos “ditos progressistas” para os movimentos sociais do campo no Brasil e Argentina.

4.3 QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS DE CLASSES NA ARGENTINA

A problemática agrária na Argentina, no que consiste à distribuição e posse da terra, tem elementos similares ao processo que ocorrera em toda a América Latina, sob a colonização da Espanha e, no caso brasileiro sob o jugo de Portugal. A expropriação da terra também se dera por meio da expulsão dos povos originários indígenas da terra e a sua apropriação, por parte das classes economicamente dominantes. A questão agrária instaurada em todos os países latino-americanos, como já enunciamos no prólogo desta discussão, tem como ponto de partida, necessariamente, o embate entre as forças capitalistas mundiais, em sua saga por terra e o processo de partilha do mundo, frente às comunidades indígenas existentes e resistentes em nosso território. Essa forma de exploração e apropriação do trabalho, o domínio de grandes extensões de terra de maneira exclusiva e excludente, constitui um fenômeno que se repete historicamente e em diferentes formações econômicas e sociais, até mesmo antes do predomínio capitalista, mas que se eleva e se aprofunda sob esse modo de produção.

Agregam-se a esta problemática, portanto, ao modo de produção, instaurado nas colônias hegemonicamente, a exploração do trabalho, das populações indígenas e posteriormente da população negra, transplantada e amplamente fornecida pelo tráfico de escravos. A construção do mundo agrícola colonial, com base na extração dos recursos naturais e na produção de matérias-primas, para as metrópoles, tem como fundamento, essa exploração do trabalho. Dessa exploração é que se ancora o “desenvolvimento rural” das colônias e as suas transformações agrárias subsequentes.

Especificamente sob o domínio espanhol, as terras, do que denominamos hoje Argentina, foram sendo fatiadas entre os distintos colonizadores, conformando as “*haciendas coloniales*”. O domínio do Rio da Prata pela coroa espanhola significou a consolidação de uma estrutura de propriedade da terra baseada no latifúndio, apropriação de grandes extensões de terra, que são as bases constitutivas das classes latifundiárias ou *terratenientes*¹⁰¹. Esta estrutura agrária na Argentina, compreendida hoje como aproximadamente metade de todo o território nacional, se manteria intocada antes e depois do processo de independência do país,

¹⁰¹ Em nossos termos, podemos classificá-lo, como um latifundiário, aquele que detém enormes extensões de terras, que vive da sua renda, assim como da produção de gado de corte, entre outros.

em 25 de maio de 1810.

Esa estructura colonial de hacienda a concentración muy grande de la tierra no, en pocas manos, se mantuvo casi intocable y case 80 años de la república o más, no hubo gran cambio agrario e se hubo fue un avance al acceso de esas tierras indígena todavía libres, por parte de la República Argentina [...] los ejércitos ataques masivos guerras para conquistar la parte sur de la provincia de Buenos Aires (Santa Fé, Córdoba, toda la Pampa y toda Patagonia, casi) fue conquistada 1800-1804 y lo que es hoy la zona del Chaco argentino también seguía en las manos de los pueblos originarios que fue conquistada más o menos en esa misma época simultaneo con lo caso del Chile y Bolivia, varios otros países. E esta forma forjaran una concentración de tierra, porque parte de los financiamientos de esas campaña militares los dieran los grandes terratenientes ja tenían heredado, digamos, en la colonia as haciendas y necesitaban ampliarse para seguir reproduciendo toda la lógica do país agroexportador que aun ... desde el fin del sículo XIX como exportadores de materia prima originales. Esa necesidad de ampliar el mercado de tierras se hace no proceso de conquista, además de los motivos políticos, culturales [...] sujetos políticos etcétera, obviamente había una razón económica mucho fuerte. Entonces la estructura agraria Argentina fundada en la sangre del el fuego se quiere no, la conquista es una estructura latifundaria, de gran concentración de la tierra en pequeños grupos, muy poderosos como la oligarquía terrateniente (Juan Wahren, Professor e Pesquisador do Instituto Gino Germani-UBA/CONICET)¹⁰².

Sob o domínio colonial, o modelo de produção predominante era o agroexportador, em que as economias se integravam e cumpriam um papel na divisão internacional do trabalho, no caso da Argentina, através da pecuária e posteriormente da produção agrícola, ou seja, a produção de uma diversidade de alimentos. Assim, desde o fim do século XIX e durante grande parte do século XX, a Argentina se constituiu em um importante exportador fornecedor de alimentos principalmente para a Inglaterra. A expansão agropecuária manteve-se sob o baluarte da figura do *terrateniente*, sua produção voltava-se principalmente para a criação de gado de corte e para a agricultura, no que concerne à produção de cereais, tais como: o trigo, o milho, o girassol, entre outros.

A estruturação econômica do país, mediante sua inserção internacional como fornecedora de matérias-primas, tem por base o despejo e a apropriação de terras das comunidades camponesas e indígenas, o recrutamento forçado das suas populações para as safras açucareiras, como, por exemplo, a matança de comunidades como os Wichí em Napali, na província do Chaco e o fuzilamento massivo de trabalhadores jornaleiros no Sul da Patagônia etc. Na narrativa histórica da dirigente do MNCI em Buenos Aires, este processo de apropriação anterior não se extingue com o tempo, mas se transforma e se atualiza.

Lo que la oligarquía argentina arma que fue la campaña del desierto, que era militares argentinos, o sea el ejército argentino con los recursos de la oligarquía argentina, van conquistando tierras y desalojando a las poblaciones indígenas, esto fue en 1800, por eso en Argentina se tuvo su gran auge fue la ganadería, digamos, ¿No? Porque quienes tenían el ganado eran estas familias, digamos, de la oligarquía argentina. El campo era de la oligarquía argentina. El campo siempre estuvo en manos de la oligarquía argentina, el campo que era rentable, ¿No? El campo que no era querido, no tenían intenciones. Santiago del Estero, por ejemplo, empieza a ser rentable con la soja, porque antes en esas tierras se produce cabrito, se produce mistol, se produce..., o sea la producción que tienen, es una

¹⁰² Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

producción mucho más territorial que en la grandes ciudades no consumen, que no se exporta, porque el cabrito no se exporta, no sé cómo ustedes le dicen, sí, cabras. Es un animal del pobre, tiene poca carne, poca leche y vive con poco. Es un animal del pobre. [comentarios]. Es que la zona del seco nuestro, por la gente que ha venido del norte de allá, de Brasil, dicen que es muy parecida. Muy parecida, la sequía, la lluvia, la poca cantidad de lluvia, el viento, la profundidad del agua también, porque a veces no es solamente la lluvia, acá en la provincia de Buenos Aires, o en la pampa húmeda, vos haces 30 y 40 metros ya tenés agua, en Santiago del Estero tenés que hacer 120, 200 metros de profundidad para sacar agua. Entonces eso también te modifica. Hay semejanzas de diversidad de los territorios, y eso también hace como que la producción muy parecida, digamos, de lo que es la vida campesina. Igual, hoy en día todo eso se va, se ve como amenazado, porque el Agro negocio no se queda solamente en la sojización, ni en el monocultivo de maíz, o en el monocultivo de caña, o de... (no se escucha/entiende), no, es una diversidad para pensar en la avanzada de los territorios que es increíble, a veces nosotros también nos creemos, bueno, acá la soja no va a llegar, sin embargo, si no llega la soja, te llega una minera, te llega..., algo te llega para amenazarte tu territor. (Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹⁰³.

O que se verifica predominantemente na Argentina, é um modelo produtivo que irá associar o crescimento econômico com as formas de produção agropecuária e agroindustrial. Segundo Giarraca e Teubal (2008), a Argentina é um

País donde el sector agrario ocupó el centro del crecimiento económico en las últimas décadas del siglo 19 y primera del siglo 20 y que posteriormente siguió teniendo importancia relativa. Y esto em relación com el desarrollo no sólo de la agricultura cerealera-pampeana sino de las agroindustrias clave como la cárnica o la azucarera. La significación del ejemplo propuesto se basa también en que ha sido uno de los pocos casos, dentro da América Latina, donde se había configurado una estructura agraria heterogénea, con un sector medio muy extendido y casi sin campesinado, excepto en las regiones denominadas extra pampeanas. (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p.140).

Algumas análises aportam que a combinação entre a criação de gado e agricultura, estando a agricultura nas mãos do *terrateniente* ou do arrendatário, permitia maximizar os lucros a partir da diversificação dos riscos e responder com um alto grau de flexibilidade às demandas do mercado mundial (SABATO, 1988). No entanto, verifica-se que,

Hacia 1910, la asociación entre la gran propiedad y el crecimiento económico comenzó a debilitarse por un conjunto de factores, tales como la volatilidad de los ciclos comerciales a partir de la primera Guerra Mundial, la caída sistemática de la participación de la producción agropecuaria en el producto interno nacional, y la creciente conflictividad social producto de las dificultades en el acceso a la propiedad para los arrendatarios y del incremento de la renta de la tierra. (GRAS; HERNÁNDEZ, 2016).

Até metade do século XX, o regime de posse da terra que prevalecera amplamente na Argentina foi o de arrendamentos. Como veremos posteriormente, a lógica de arrendamentos, se perpetuará no campo argentino, como forma de organização da posse e do uso da terra, que move o campo e suas transformações.

¹⁰³ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

Essa ausência distributiva é explicada, a partir de alguns elementos, como as sucessivas travas impostas pelos setores *terratenientes* por manter e aprofundar seus privilégios obtidos desde o processo de consolidação da nação, assim como da presença da agricultura familiar e das fazendas capitalistas de médio porte na região pampeana. É passível de consideração também dessas análises, o fenômeno migratório e o elevado grau de urbanização do país (HOCSMAN, 2014). Na região extra pampeana irá prevalecer a manutenção da *hacienda andina*, ou seja, a herança latifundista existente desde o período colonial espanhol, além dos territórios e comunidades originárias que resistem.

Assim, o que se verifica é uma grande afluência de imigrantes, que vem para o país em busca de melhores condições de vida e de trabalho, sendo estes oriundos de áreas rurais europeias, predominantemente da Itália. Conforme as indicações de Roy Hora,

El cambio fundamental se dio en la década que precedió la Primera Guerra Mundial, cuando tres millones de inmigrantes europeos arribaron al país. La fuerza de trabajo, que siempre había sido escasa, se volvió más abundante, y ello erosionó la posición de los trabajadores. A ausencia de recursos excedentes para a compra de terras, por parte dessa população, lhes conduziram objetivamente para a forma de organização do uso da terra, que são os arrendamentos, com base na necessidade do possuidor da terra, ou seja, do 'terrateniente' de força de trabalho. (HORA, 2015, p. 198).

Os proprietários, ao arrendarem suas terras para o cultivo de trigo e milho, basicamente, na maioria das vezes, através de contratos e cláusulas restritivas, exigiam a sua devolução em três a quatro anos, com todas as benfeitorias realizadas e, muitas vezes, arada e semeada com pastagens. As formas de arrendamentos com suas taxas impagáveis estrangulam as famílias camponesas e as impulsionam para a luta. Atuam como estopim e será, contudo, o elemento detonador das revoltas e contradições latentes no meio rural. Ocorreram, portanto, no decorrer da história do agro argentino, principalmente na região pampeana, sequentes processos de revoltas, lutas e greves, como a rebelião agrária ocorrida no dia 25 de junho de 1912 e denominada *El Grito de Alcorta*.

En 1912, una huelga de arrendatarios estalló en Alcorta, en Santa Fe, y se extendió por los distritos cerealeros del norte de Buenos Aires y el sudeste de Córdoba. Poco antes del momento indicado para el inicio de las labores, los chacareiros se neagaron a sembrar y reclamaron una baja de los cánones de arrendamiento. Al año siguiente, em 1913, los cultivadores outra vez fueron a la huelga. En aquel momento, y por primera vez en la historia de la agricultura argentina, se hicieron manifiestas tensiones sociales que en el pasado habían sido neutralizadas por la expansión de la frontera. Poco después del movimiento de Alcorta, los chacareros crearon su propia organización representativa, la Federación Agraria Argentina. Por vários años, la Federación se limito a reclamar una rebaja de los arrendamientos, así como mejores condiciones para la comercialización de la producción agrícola, y dejó de lado los reclamos que, como los que impulsaban los hombres del Partido Socialista, hacían énfasis en la transformación de la estructura

de la propiedad. (HORA, 2015, p.199).

Essa manifestação de médios e pequenos arrendatários, com uma parcela significativa de imigrantes europeus, reivindicava, por sua vez, melhores condições de trabalho e de direitos básicos nos contratos de arrendamentos, celebrados entre os chacareiros e os arrendatários donos das terras, exigia-se, entre outras, uma baixa dos preços cobrados pelos arrendamentos, assim como um aumento do prazo de locação, de um (1) para quatro anos. A localização em que se deram as primeiras reuniões e as deliberações pelo cruzamento dos braços dos trabalhadores, fora a cidade de Alcorta, na região de Santa Fé e tomará uma grande proporção, se expandindo para toda a região pampeana¹⁰⁴. A região pampeana é emblemática nesse aspecto e exige uma pausa para explicar os elementos dessa particularidade.

Existe cierta tradición en el país que clasifica el territorio nacional en “regiones homogéneas” basadas en producciones-clave. La de mayor significación económica es la región pampeana, que incluye – según distintos momentos y regionalizaciones – algunas provincias y porciones de otras; en general, está integrada por Buenos Aires, el sur de Santa Fe, parte de La Pampa, de Entre Ríos y de Córdoba. Su principal producción son los granos y la ganadería y, en las últimas décadas, las oleaginosas, en especial la soja. De igual modo, las denominadas residualmente regiones no pampeanas constituyen una importante porción del territorio nacional agropecuario y también son relevantes. Las regiones no pampeanas han conocido, a lo largo del tiempo, diferentes formaciones pero, en general, se habla del Noroeste (NOA) y Noreste (NEA), haciendo referencia al norte andino y al litoraleño, respectivamente; Cuyo, para la zona oeste andina; Centro, que incluye básicamente Córdoba y, en algunos casos, La Pampa (región pampeana seca); y la gran región patagónica, en el sur del país. Actualmente, en muchas de estas regiones, se encuentran cultivos de granos, antes considerados netamente “pampeanos”, o de oleaginosas, como la soja. No obstante, en el periodo de la conformación agropecuaria, cada región se especializó en una producción básica adecuada a sus condiciones ecológicas. Así, a fines del siglo 19 y comienzos del siglo 20, el NOA fue el centro de la producción cañera; Cuyo, el de la vitivinicultura; el NEA comenzaba la explotación de yerba mate, té, algodón; y la Patagonia tenía una producción lanera con algunos oasis de fruticultura (la región del Valle de Río Negro). (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 141).

Tendo, portanto, especificada a sua delimitação geográfica, ou seja, demarcada as regiões pampeana e extra pampeanas, entendemos os correspondentes conflitos sociais que ali são existentes, ou seja, a sua problemática histórica. As manifestações que ocorreram, principalmente na região pampeana, não resultaram em mudanças na estrutura e posse da terra do país. O foco principal de atuação do Estado, frente às reivindicações que aí se desenrolavam, voltou-se especificamente para atender as solicitações voltadas para a melhoria das condições dos contratos de arrendamentos. A base concreta e material do conflito, a concentração da posse terra, historicamente não se alteraria. Para Kaplan (1988),

¹⁰⁴ O presidente era Roque Sáenz Peña, no exercício presidencial de 1910-1914, do Partido Autonomista Nacional (PAN).

O campesinato, sobretudo seus setores de arrendatários e colonos, passa por períodos de agitação e luta, reduzidos, contudo, à satisfação de aspirações vinculadas com a baixa de arrendamentos e custos, a melhoria de preços e seu pagamento em ouro, as maiores possibilidades de acesso à terra. [...] sua agitação não se cristaliza em programas de reforma agrária e desemboca em atitudes políticas de indiferença e conservadorismo. (KAPLAN, 1988, p. 24).

As forças da classe dominante que ocupava o poder político governamental oscilavam oficialmente, no entanto, esta polarização oficial da classe não impediria que as ações empregadas por suas distintas frações se conservavam no essencial à ordem social vigente. Esta ação compósita de classe é apresentada por Donghi (1976);

O radicalismo, ao mesmo tempo em que encorajava as tendências renovadoras moderadas, das quais se esperava uma diminuição na influência dos grupos conservadores sobre a vida nacional, lutava energicamente e muitas vezes com brutalidade contra qualquer atitude na qual se pudesse entrever uma ameaça direta ou indireta à ordem social. Em 1919, a intervenção do exército pôs fim à “semana trágica”, no início da qual alguns dirigentes sindicais e quase todos os seus adversários haviam considerado possíveis a tentativa de instaurar um regime soviético em Buenos Aires. A repressão custou centenas de vítimas entre os operários e foi executada com a colaboração voluntária de algumas organizações de tendência socialmente conservadora. Ainda mais gratuitamente feroz foi a repressão dos camponeses sem terra da Patagônia, em 1921. (DONGHI, 1976, p. 196).

A situação de latente conflito no campo não se atenuou, pelo contrário, se acentuou. Foi o caso do massacre que ocorreu em 1921 na Patagônia. Nessa região a situação dos peões, camponeses e trabalhadores rurais era de muita pobreza e precariedade laboral. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o comércio da lã, principal produto da região, sofreu uma estagnação e as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, no meio rural, que já eram ruins, se tornaram insuportáveis. O estopim da crise ocorreu quando os trabalhadores se organizaram para lutar contra as demissões e as péssimas condições de trabalho. Duas organizações de tendência anarquista na região sindicalizaram e agruparam os trabalhadores: a *Sociedad Obrera de Río Gallegos* e a *Federación Obrera (FORA)*, cujas ações principais envolviam a formação política dos trabalhadores e trabalhadoras e as greves. Para contê-las as autoridades locais e os fazendeiros, prenderiam lideranças, demitiriam das fazendas, bem como utilizariam os serviços de grupos paramilitares a margem da lei, como a *Liga Patriótica*, para perseguir, ameaçar e violentar os grevistas. As negociações empreendidas oficialmente entre os trabalhadores e os *terratenientes* não avançavam, pois os fazendeiros se recusavam a aceitar as módicas reivindicações dos trabalhadores como um salário melhor, a melhoria das condições de higiene e de alimentação sadia etc.

O presidente, em exercício, Hipólito Yrigoyen, pressionado pela classe dominante rural, bem como pela Inglaterra, preocupada com seus compatriotas fazendeiros, enviou o

tenente coronel Héctor Benigno Varela para tentar conter o conflito e conduzir um processo de negociações entre as partes. As negociações conduzidas, naquele momento, significaram a aceitação por parte dos fazendeiros das reivindicações dos trabalhadores. No entanto, esse recuo foi provisório, e os fazendeiros logo deixariam de cumprir com os acordos. Os trabalhadores voltaram a se mobilizar, convocaram greve geral e fizeram algumas ocupações de fazendas. As forças coercitivas do Estado retornaram para a região com a finalidade de acabar com a revolta e avançar decididamente contra os trabalhadores sublevados após um episódio isolado de tiroteio entre fazendeiros e vândalos forasteiros. Com esse alibi de insurreição armada, o general se apoiou no código militar para declarar a Lei Marcial, o que significara o massacre, por meio de fuzilamento, de aproximadamente 1.500 anarquistas, camponeses, peões e assalariados rurais¹⁰⁵.

Como vimos, só com o acirramento dos conflitos sociais no campo e a ascensão das lutas populares pelos camponeses, colonos e pequenos arrendatários, por melhores condições de trabalho e de acesso à terra, é que iriam fomentar algumas das modificações no âmbito da legislação dos contratos. Se por um lado havia crises, lutas e miserabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, por outro, a classe proprietária de terras contemplava um momento de maior prosperidade econômica da Argentina. Ou seja, em 1928 as exportações do país atingiam a marca de duzentos milhões de libras esterlinas ouro.

Mas, o que se viu a seguir foi um período de seca e depressão econômica que consequentemente acirrou essas contradições. Enquanto a situação econômica do país se agravava, em 1930, uma aliança política entre *terratenientes* e militares se efetuou e derrubou os representantes do radicalismo do poder, “um golpe de Estado militar punha a termo ao seu governo e toda a experiência democrática realizada pela Argentina a partir de 1912 parecia condenada” (DONGHI, 1976, p. 197). Assim, retomaram o controle do governo, as forças conservadoras, propriamente ditas, que haviam sido vencidas em 1916 pela vitória eleitoral de Hipólito Irigoyen, representante do grupo radical. Após esta tomada de poder se instalou um governo nitidamente oligárquico e conservador, que estabeleceu como política agrária, o fomento à colonização e vários instrumentos de protecionismo.

Para atender as reivindicações oriundas das forças sociais do campo, em 1936 foi criada a *Comisión Nacional de Colonización*, responsável pela adjudicação de terras agrícolas destinadas às famílias de arrendatários e à promoção de créditos do *Banco Nación*. Como instrumento legal de uma política de colonização de terras, em 1940, foi criado o *Consejo*

¹⁰⁵ Outras informações podem ser encontradas no Filme *Pagônia Rebelde*, dirigido por Héctor Olivera e lançado em 13 de junho de 1974.

Agrario Nacional (CAN), através da aprovação da Lei Nacional de Colonização número 12.636. Este conselho tinha como função revisar o sistema de posse da terra e realizar algumas expropriações.

Nesse período, experiências isoladas de colonização foram aplicadas em três das províncias pampeanas, assim como um processo de fixação de preços mínimos e de controle da comercialização foram efetuados a partir de juntas reguladoras da produção e da comercialização agropecuária. As medidas de distribuição das terras foram rapidamente impedidas pelos *terratenientes* e estancieros, amplamente representados em posições parlamentares. Essas tentativas legislativas visavam facilitar e democratizar o acesso às terras mediante a subdivisão e o assentamento de colonos, ou pela transformação de arrendatários e meeiros em agricultores proprietários (GIRBAL-BLACHA, 1988). As políticas formuladas no âmbito de uma reforma no sistema de distribuição das terras esbarravam-se no conservadorismo das relações sociais agrárias dominantes, que impedira qualquer intento de estabelecer limites ao direito de propriedade. O Divisor de águas na história da política Argentina foi a entrada de Juan Domingo Perón, primeiramente, por meio do cargo exercido na Secretaria de trabalho da Argentina e depois como presidente eleito em 1946. Uma síntese nos ajuda a nos aproximarmos desse fenômeno e dar prosseguimento às nossas análises da particularidade rural.

Es necesario entender y ubicar decididamente a Perón y al peronismo dentro de la historia de otros movimientos políticos populistas de América Latina durante esos años. Lo mismo que éstos, la revolución de Perón sería esencialmente política y cultural, no económica y ni siquiera social. Al margen de la nacionalización de los ferrocarriles y las empresas de servicios públicos, las políticas económicas peronistas no afectarían los intereses de los grupos económicos dominantes del país, y tampoco se apartaron significativamente de las seguidas por los gobiernos conservadores de la década de 1930 y principios de la de 1940, cuando una tambaleante alianza de la elite terrateniente y los militares dirigió el país y restableció el gobierno de los poderosos, dando fin a más de una década y media de una pendenciosa política de partidos. Los proyectos de obras públicas, el aumento de la inversión en la industria, cierta expansión arancelaria y la manipulación de los tipos de cambio para desalentar las importaciones, así como un tratamiento diferencial de la elite terrateniente – esta última política sólo ligeramente modificada por Perón con el establecimiento de un monopolio estatal para la comercialización de las exportaciones agrícolas -, eran tanto las políticas del ex presidente Augustín P. Justo (1932-1938) como las de Perón. De manera similar, y lo mismo sucedió con Justo, los grandiosos planes para utilizar al Estado, como una herramienta del desarrollo económico rara vez se tradujeron en una política efectiva. Si bien Perón emprendió un amplio programa de nacionalizaciones en sectores tan importantes de la economía como los ferrocarriles, las obras portuarias, los teléfonos y la mayor parte de la industria de la energía eléctrica, el período peronista (1946-1955) se caracterizó por un volumen de producción relativamente consistente, una modesta inversión en infraestructura y escasa innovación tecnológica en la industria.. (BRENNAN, 1996, p. 20).

Segundo Carla Gras e Valeria Hernández (2016), com a chegada do peronismo ao poder em 1945, com uma constelação de forças sociais e políticas, uma série de políticas foi sendo estabelecida no campo. Mas a rigor, algumas dessas políticas aplicadas pelo peronismo (Lei nº 13.246) davam continuidade às políticas dos governos conservadores anteriores no que consiste ao regime legal de arrendamentos como a prolongação dos contratos, a suspensão de despejos das famílias arrendatárias, entre outras.

Dada la centralidad de la clase terrateniente pampeana en la actividad, el partido liderado por Juan Domingo Perón desarrolló una política agraria que buscó desarticular las bases del poderío terrateniente. Entre ellas, resaltan las medidas tendientes a otorgar al Estado una mayor capacidad de regulación sobre el mercado de tierras, sobre todo en lo referido a las condiciones de arrendamiento. (GRAS; HERNÁNDEZ, 2016, p. 28).

Avançou-se nessa questão, mesmo que a partir da política de colonização, para algumas expropriações e subdivisões de grandes propriedades no período de 1945-1949. A partir do ano de 1949, esses intentos perdem forças e desembocam para uma política voltada para o incentivo produtivo.

El peronismo también hizo algún reparto de tierras pero muy pequeño, considerando la cantidad de hectáreas que tiene la Argentina en producción, la zona pampeana es muy grande y muy fértil, pero muy grande, entonces es algo atípico en América Latina, un territorio tan grande continuado de fertilidad muy importante. En general ahí es donde mayor concentración de la tierra hay, y en la Patagonia, donde las tierras son más infértiles, también las escalas productivas necesitan de mucho mayor territorio, supone que tenés un campo de un millón de hectáreas, es mucho pero si crías ovejas ahí, tampoco es tanto, o sea son miles de ovejas, pero vale menos, por ahí, que 100.000 hectáreas de la pampa húmeda, que son mucho más productivas, pero las escalas son muy grandes, bueno, en Brasil también [...] Y lo que no hubo fue un proceso de Reforma Agraria, no hubo un debate serio, real hasta los años 70, y ahora, y en los 90 y ahora se vuelve a discutir mínimamente la RA, no fue un debate de la agenda pública, no fue un debate puesto por los movimientos sociales, salvo [algumas] excepciones (F.M., Dirigente do MNCI/UST em Mendoza)¹⁰⁶.

Debates em torno da questão agrária consideram que estas medidas consolidadas historicamente no campo argentino, atenuaram o conflito instalado no campo, serviu de alternativa para a permanência dos arrendatários e como solução mediada para o acesso à terra.

O que se argumenta também, guardadas as devidas proporções, foi que essas políticas adotadas atuaram como uma espécie de substituição de uma verdadeira e ampla reforma agrária. Em outro campo de análise, reflete-se que as mesmas serviram como estratégia jurídica de reorganização das grandes propriedades, em outras menores, mantendo, por sua vez, o padrão de subdivisão inicial da terra do século XIX¹⁰⁷. Para o integrante do MNCI.

¹⁰⁶ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

¹⁰⁷ Ver este debate em: Hora (2005, 2015); Donghi (1995); Basualdo e Khavisse (1993); Girbal-Blacha (2007).

Hubo una constitución en el primero gobierno del Perón en todo peronismo fue el mejor, en 1949, aprobaron una nueva constitución, en esa nueva constitución tenía la función social de la tierra, pero después esa constitución se derrumbó. Y volvimos la propiedad privada como principio y el máximo funcionamiento de esa sociedad. (F.M. Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹⁰⁸.

Essa política do primeiro governo peronista, mais próxima a um processo de distribuição de terras, se distancia dessa proposição a partir de 1950 e volta-se basicamente para a questão produtivista, ou seja, para a regulação dos contratos de arrendamentos e o fomento da produção. Se essas medidas atendiam às necessidades imediatas dos trabalhadores e trabalhadoras na melhoria das suas condições de trabalho, não alterava fundamentalmente a estrutura fundiária. Nesse sentido, cresceram as ações no âmbito da intensificação tecnológica da agricultura através da disponibilização de créditos, da política de geração e difusão de tecnologia, de subsídios à incorporação de tecnologia, que culminara na criação do *Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA)*, em 1950.

Essas medidas atendiam os interesses da classe dominante agrária e tendiam a minimizar a crise que se agravava no campo devido às questões climáticas — as secas de 1949, 1950, 1951 e 1952 — e os embates com as classes *terratenientes* e a sua representação vigente, a *Sociedad Rural Argentina (SRA)*, descontente com a política adotada pelo governo de comércio exterior através do *Instituto Argentino de Promoción del Intercambio (IAPI)*, que nacionaliza as exportações e permitia o Estado captar o diferencial originado pelos altos preços internacionais (GRAS; HERNÁNDEZ, 2016).

Esse giro foi correspondente às consequências da seca, da redução do saldo das exportações e ao processo inflacionário que afetava os setores assalariados. Segue daí uma diminuição das aquisições de terras privadas para a colonização, substituindo o critério da expropriação voltada para grandes propriedades e superfícies de terra para o critério de exploração e produtividade independente da sua extensão. No meio urbano o que se verifica

de todas sus contribuciones a la clase obrera organizada y la sensación de autoridad y dignidad que inculcó em ella, en última instancia el peronismo tenía prioridades profundamente conservadoras y muchos aspectos finalmente abandono al movimiento de los trabajadores. Al predicar la armonía de clases, procuro consolidar el respaldo a um régimen político no dispuesto a quebrar las relaciones de propiedad existentes y ni siquiera a llevar a cabo una genuína reforma económica y por lo tanto a dirigir un cambio social y político significativo em el país. La posición extraordinariamente favorable y excepcional de la Argentina en el mercado mundial durante el período de la inmediata pós-guerra permitió que, por corto tempo, perón realizara el hábil juego de manos con el que parecia subvertir el orden establecido del país cunado en realidad, apoyaba gran parte de él. (BRENNAN, 1996, p. 30-31).

O golpe militar de 1955 esteve carregado de uma retórica antipopulista e consolidou-

¹⁰⁸ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

se eficientemente. A vitória colocou no poder o denominado governo da *Revolución Libertadora* (1955-1958).

De lo apuntado se desprende que no es tomada como fundamento de legitimidad la función económica-social de la tierra, sino que es tratada como una mercancía, y por ello sujeta plenamente a las determinaciones del mercado y al marco jurídico liberal que lo sustenta. En Argentina – a diferencia de los marcos legales vigentes en otros países latinoamericanos como Brasil, Venezuela, Ecuador y Bolivia – no se reconoce la función económica-social de la tierra; no consta en ninguno de los artículos constitucionales. A modo de antecedente, solo en el Art. 38 de la Constitución de la Nación Argentina sancionada en 1949 se contemplaba ese reconocimiento, pero dejada sin efecto tras el golpe cívico-militar de 1955, mediante un decreto del presidente de facto, general Aramburu, se retomó el carácter meramente liberal de la propiedad de la tierra, prevista en el Art. 17 de la Constitución Nacional de 1853 y en el Código Civil. Se abandona así todo esbozo de asociar a la propiedad agraria con los derechos, económicos y sociales, que orientara una línea progresiva del derecho agrario. (HOCSMAN, 2014, p. 43).

Foi um momento de grande instabilidade social e política, que logrou corresponder aos interesses dos grupos mais conservadores, à estratégia de acumulação econômica voltada necessariamente para a promoção das exportações e ao incentivo aos investimentos.

La política agraria de la Revolución Libertadora apunta a desarticular el régimen de tenencia de la tierra legado por el peronismo sin alentar grandes conflictos. Las medidas se orientaron inicialmente a dar solución al vencimiento de las prórrogas a los contratos de arrendamiento, un aspecto clave para los grupos terratenientes, para quienes las normativas impulsadas por el peronismo habían significado una amenaza al ejercicio del derecho de propiedad [...] Con posterioridad, en el marco del Plan de Transformación Agraria (1957), se otorgaron créditos para facilitar la adquisición de tierras. [...] Además, el plan suprimía el instituto que había regulado la comercialización de producción agropecuaria (el IAPI) con el objetivo, según las autoridades y los terratenientes, de impulsar la tecnificación de la agricultura, proceso que había sido limitado por la intervención estatal. (GRAS; HERNÁNDEZ, 2016, p. 33).

O governo de Arturo Frondizi (1958-1962) se inscrevera a partir de uma retórica radical sobre a posse e a exploração da terra. Entre as suas proposições estavam a proibição da posse de latifúndios pelas sociedades anônimas, a fim de promover o acesso dos arrendatários à propriedade.

La política de ISI¹⁰⁹ se expande aun en los años 1960, en un marco de políticas desarrollistas. Em ese momento, se pasó a una segunda fase de ISI, com la implantación de la industria pesada, por ejemplo, la automotriz, la petroquímica. Si bien se impulso la promoción de la inversión extranjera, las industrias estratégicas productoras de petróleo, de carbón y la siderúrgica continuaron teniendo un flerte componente estatal. Em el sector agropecuario, la presencia de un fuerte sector chacarero en la región pampeana coexistía con otro de grandes explotaciones ganaderas. Los terratenientes pampeanos, agrupados en la Sociedad Rural Argentina, ejercían un gran poder político en el ámbito nacional, con cargos ejecutivos durante los gobiernos militares y con fuertes lobbies durante la alternancia de gobiernos democráticos. A comienzos de siglo, empezó a prevalecer

¹⁰⁹ Industrialización por Sustitución de Importaciones (ISI).

un sistema de arrendamiento, en especial, en regiones de la provincia de Buenos Aires. Se trataba de “compatibilizar” la producción cerealera con la ganadera mediante sistemas de arrendamiento: los grandes ganaderos podían proveerse de mano de obra agorpecuaria, proveniente en gran medida de Europa, sin perder el control de la tierra y, por consiguiente, su poder político. El censo de 1937 denota un fuerte componente de arrendatarios en la estructura agraria argentina. Se produce también un fuerte proceso de colonización, que potencia al sector chacarero de nuestro país. Las primeras décadas del siglo marcan un periodo de lucha del sector chacarero por mejorar sus condiciones de vida y de acceso a la tierra, por regular los arrendamientos, el crédito a su sector etc. Muchas de estas contiendas finalmente se plasmarán en legislación efectiva establecida durante la etapa de ISI, en particular durante en primer gobierno peronista. Es decir, el tipo de lucha gremial de los pequeños y medianos agricultores en esta etapa es por conquistar un mejor posicionamiento en el sector. (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 148, grifo do autor).

No entanto, sua política agrária se convertera em medidas paliativas e a compra de terras vantajosas para os grandes proprietários. Isso era fortemente denunciado pelos partidos Socialista e Comunista, que ambos os governos, da Revolução Libertadora e de Frondizi, haviam permitido à oligarquia latifundiária restaurar os seus privilégios (GRAS; HERNÁNDEZ, 2016).

Foi nesse governo também que se adotou o pacote da Revolução Verde, o modelo de agricultura moderna exportada dos Estados Unidos aos países em vias de “desenvolvimento”, para promoção do desenvolvimento tecnológico do agro argentino voltado para a exportação. Para Gras e Hernández,

Este modelo involucro el uso del paquete tecnológico específico integrado por semillas híbridas y mejoradas, pesticidas, fertilizantes desarrollados por la industria química y la mecanización de labores, y favoreció la aceleración de los tempos productivos y la homogenización de la producción [...] la expansión de este paradigma fue de la mano de la concentración y transnacionalización de la producción y comercialización de insumos agrícolas, constituyéndose en un sector clave en la conformación de circuitos globales de producción y consumo de alimentos. (GRAS; HERNÁNDEZ, 2016, p. 36).

Os embates discursivos sobre uma questão agrária no país e a problemática da concentração de terras são substituídos pelo debate da questão tecnológica, ou seja, o resultado negativo no âmbito da capitalização do setor voltava-se agora para as dificuldades de acessar o pacote da Revolução Verde.

A concepção de desenvolvimento defendida a partir de 1950 e aprofundada nesse momento pauta-se pela relação entre o agro e a indústria, sendo necessário, portanto, que o Estado, como um ator central, organizasse um sistema nacional de ciência e tecnologia, que impulsionasse essas ações, que partiria, por sua vez, do órgão público de pesquisa e tecnologia, já criado o INTA. As tendências concentradoras do capitalismo agrário seriam apresentadas, a partir de agora, como oportunidades de negócios.

A mudança de cenário do campo necessitava ser acompanhada de mudanças nas entidades políticas e jurídicas de representação dos *terratenientes*. Estar associado à SRA denotava um setor atrasado e improdutivo no campo, ou seja, era necessário renovar seus espaços institucionais e suas demonstrações identitárias. Com uma concepção desenvolvimentista e modernizante são criadas em 1957 a *Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola (AACREA)*, e em 1976 a *Asociación Argentina de Productores em Siembra Directa (AAPRESID)*.

Do que foi exposto até aqui, podemos concluir que foram criadas historicamente no campo argentino as condições que lhes possibilitaram se desenvolver agroindustrialmente, ou seja, o setor agrário ocupou o centro do crescimento econômico nas últimas décadas do século XIX e primeira parte do século XX, mantendo, portanto, a sua importância relativa na economia. O que demonstrará a síntese correspondente, é que,

El proceso de agroindustrialización tiene larga data en el país. Comienza en la etapa agroexportadora, o sea, en el período que va de 1880 a 1930, aproximadamente; recibe un fuerte impulso durante la etapa de Industrialización por Sustitución de Importaciones (ISI) (1930-1970), cuando se fortalece el mercado interno en el marco de una mejora en la distribución de los ingresos y un aumento de los salarios reales; finalmente, desde mediados de los años 1970 y hasta la actualidad – período de la apertura de mercados, ajustes estructurales, extranjerización e impulso a determinados desarrollos tecnológicos – la agroindustria se va transformando en la base de sustentación de los agronegocios. (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 142).

O período democrático correspondeu a 1973-1974. Duas iniciativas legislativas foram elaboradas, porém com objetivo implícito de ampliar a fronteira agropecuária, a Lei do Imposto Normal sobre a renda potencial e o anteprojeto de Lei Agrária, em 1974. Na primeira, as terras que estavam improdutivas se incorporariam a produção e se cobraria uma renda potencial das que não fossem utilizadas. Em contrapartida, a segunda, o Anteprojeto de Lei Agrária, outorgava ao CAN amplas faculdades para concretar uma transformação agrária, dando conta de que os problemas estruturais do agro permaneciam vigentes. Mas essas iniciativas receberam o forte ataque dos setores rurais tradicionais identificando-as como “coletivizantes”; até os setores que as apoiavam inicialmente recuaram, como os representantes dos produtores rurais familiares com renda média, como a *Federación Agraria Argentina (FAA)* e as *Ligas Agrarias*, e os grupos vinculados à *Confederación General del Trabajo de la República Argentina (CGT)* (HOCSMAN, 2014). Podemos verificar essa questão na narrativa que o dirigente da *Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST)*, nos concede em entrevista:

No hubo, ley y política de reforma agraria en Argentina, hubo alguno proyecto puntual como forma de

colonización de hacer colonias agrícolas, pero en distintos momentos históricos. Pero nunca hubo una política de reforma agraria generalizada, cuando en el año 60, estaba muy fuerte en todos los países de América Latina, la discusión por la reforma agraria, se hicieron unos estudios de la concentración de la tierra en siete países de América Latina, incluso Argentina y salió comparativamente que la tierra estaba menos concentrada en Argentina que en otros países, entonces que no es digamos quien hicieron los estudios como recomendación, dijeron bueno, no habría que hacer una reforma agraria, pero se podría como política para incentivar la tierra productiva, vamos a proponer poner un impuesto a la renta potencial de la tierra, eso quiere decir que se tu tiene una tierra no la utiliza tiene que pagar un impuesto por lo que esa tierra podría producir como un incentivo económico de hacer producir la tierra. El debate que tiene en Brasil de tierra productiva, tierra improductiva, bueno, aquí fue en el año 1973, por Horacio Giberti era un agrónomo que tenía una mirada, digamos, social de la producción hizo esa propuesta de poner un único impuesto y no una reforma agraria. El llegó a ser ministro de la agricultura en el presidente que se llamó Cámpora¹¹⁰. Hizo la propuesta de ponerse ese impuesto, en la misma semana lo echaron de ser ministro pues la Sociedad Rural se ha movilizó y lo sacaron, entonces ahí, digamos, toda la discusión, de discutir la propiedad de la tierra en Argentina siempre ha estado bloqueada por los poderes de la Sociedad Rural y otros actores, que tiene aparecido en la historia. Una política tan tímida como esta impuestos fue un escándalo para la oligarquía y echo el ministro de la agricultura, y después nunca más. Hubo un consejo de colonización pero nunca hubo presupuestos [...] (F.M, Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹¹¹.

Assim, desse fato resultou que foi abortada a intenção de legislar e avançar sobre esta temática, mantendo-se, dessa forma, duráveis as relações de força no campo; o golpe final foi, portanto, a derrogação da Lei Nacional de Colonização e a dissolução do órgão responsável: o CAN (HOCSMAN, 2014). Instaura-se, em 24 de março de 1976, golpe militar e novas entidades rurais como a AAPRESID começam a ser gestadas. Na versão pública disponibilizada no site da entidade, a sua fundação é apresentada oficialmente no ano de 1989, assim como a sua descrição orgânica — uma associação sem fins lucrativos, com sede em Rosário e Santa Fé. Diferentemente das outras duas entidades anteriores, AACREA e da SRA, que tinham suas sedes instaladas em Buenos Aires.

Decorre que, com o golpe militar as bases de substituição de importações através de um processo lento e subsidiado de industrialização, o modo de acumulação volta-se para o processo de abertura comercial e valorização financeira. As medidas voltaram-se, por um lado, na desoneração dos custos e retenções das exportações agropecuárias e a saída do estado do âmbito de controle e regulamentação da comercialização e, por outro, na incrementação dos subsídios estatais para o desenvolvimento tecnológico, intensificação e modernização do processo de produção, que por sua vez permitiria o avanço da fronteira agrícola e a consolidação das relações capitalistas no campo.

O processo de lutas de classes possibilitou que houvesse um processo de restauração da ordem democrática em 1983, o que foi encabeçado pelo governo da *Unión Cívica Radical*,

¹¹⁰ Está se referindo ao presidente Héctor Cámpora, que presidiu a Argentina no ano de 1973, uma espécie de transição governamental que prepara as bases para o retorno de Juan Domingo Peron em 20 de junho do mesmo ano, e o seu retorno à presidência. Cámpora renuncia ao cargo em 13 de julho, abrindo caminho para esta sucessão.

¹¹¹ Entrevista concedida à autora em Novembro de 2018.

de Raúl Alfonsín. Nesse sentido, o governo constitucional estava envolto em problemas econômicos de níveis exponenciais, como o desemprego, a inflação e o endividamento externo. Segundo Hocsman,

Hacia fines de la década de 1980, el país se caracterizaba por un avanzado proceso inflacionario, una alarmante desindustrialización y un importante incremento de las inversiones especulativas y fuga de capitales. En este marco, aún bajo la influencia del proceso hiperinflacionario, se forzó la retirada prematura del gobierno Radical. Con el objetivo de frenar el proceso hiperinflacionario, el nuevo gobierno del Partido Justicialista, con Carlos Menem en 1989, instrumenta una serie de medidas que profundizan las políticas económicas implementadas desde la dictadura militar. (HOCSMAN, 2014, p. 23).

O ápice da crise se deu em 1991, com a lei convertibilidade, ou seja, aquela que significava converter um peso ao equivalente de um dólar e, a legislação que obrigava o banco a manter reservas que não poderiam ser inferiores a 80% da base monetária. Os pequenos e médios produtores foram afetados diretamente pelo processo de abertura comercial, dos preços elevados, das desregulações e proteções produtivas e descontroles comerciais e cambiais.

A legislação vinculada à política de terras na Argentina não produziu transformações estruturais, mas, sim, o desenvolvimento e o aprofundamento das relações capitalistas no campo. O que se pode comprovar através da crescente concentração da propriedade da terra e das explorações agropecuárias.

En el caso particular de la Argentina es sabido que a partir de los años 1990, en el marco de una economía en la cual se expande de modo constante el negocio agropecuario y sobre todo la agricultura de exportación, y con un aumento regular y continuo tanto de la superficie cultivada y de la producción de granos como del precio de la tierra, las operaciones que involucran adquisiciones de terrenos en extensas superficies se multiplican de forma acelerada, teniendo sobre todo – aunque no exclusivamente– a capitalistas y terratenientes nacionales como los principales tomadores. El capital extranjero en gran medida se hace presente en el país en la adquisición de tierras, además de inversores particulares⁴, a partir de la internacionalización de los más importantes –en cuanto a la magnitud de sus operaciones– pools de siembra de origen nacional.[...] Junto con algunos inversores particulares estos grupos se van constituyendo en algunos de los más grandes concentradores de tierras, tanto en propiedad como a través de distintas formas de contratos. Así, por ejemplo, por mencionar tan sólo algunos de los más emblemáticos, sabemos que en las últimas décadas el Tejar llegó a controlar una extensión de algo más de un millón de hectáreas considerando también sus inversiones en Brasil, Uruguay, Paraguay y Colombia; Los Grobo, más de 200.000 has.; Cresud, 600.000 hectáreas propias; y ADECOAGRO, unas 200.000 hectáreas en propiedad. (DOUGNAC, 2019, p. 23-24).

As transformações sociais e econômicas do agro argentino se deram de maneira complexa e diversificada a depender da região e do modo em que se estabeleceram suas relações. É certo que há um processo conhecido no país como “pampeanização”, ou seja,

aquele avanço da agricultura e todo o pacote tecnológico a ela associado que tem expropriado a sua população e conseqüentemente destruído e homogeneizado grandes extensões territoriais que permaneciam preservadas através de bosques ou pastagens nativas.

Tanto la expansión de la frontera agropecuaria que habilito procesos de deforestación, contaminación ambiental, impactos en la salud pública, concentración en la propiedad de la tierra, expulsión de agricultores y trabajadores rurales (especialmente pequeños y medianos), quienes quedaron fuera de la creciente escala productiva, como la transformación de actores sociales y la emergencia de otros (de productores agropecuarios a rentistas, contratistas de maquinaria, pools de siembra, migrantes, etcétera), configuran en conjunto un impactante cambio en la dinámica socio-productiva. (HOCSMAN, 2014, p. 20).

Antes do domínio da soja nota-se que havia na *pampa húmeda*, uma exploração rural extensiva e mista, que se caracterizava pelos ciclos entre a agricultura e a criação de gado, ou seja, realizava-se uma rotação do solo. Além do cultivo tradicional de trigo, linho, girassol e milho, havia outras produções complementares. A histórica produtividade desta localização geográfica ou desta zona de produção denominada *pampa húmeda* na Argentina é determinada por fatores que se configuram pelos vastos prados de clima temperado, de relevo plano, com cercanias onduladas e de pequenas montanhas, com vegetação natural de pastos, savanas e florestas de galeria, que formam corredores ao longo dos rios importantes do país, como o: Paraná, Uruguai, La Plata e os dois Salados. Assim, um grande território produtivo abrange diferentes províncias correspondentes à quase totalidade de Buenos Aires, o nordeste da província de La Pampa, o sul de Córdoba e, também, a metade sul das províncias de Santa Fé e Entre Ríos. Além desses fatores que favorecem a região, a saber, a abundância de chuvas, os rios, as lagoas e, logo, de um solo extremamente fértil, a sua localização no âmbito da comercialização é privilegiada pelo acesso as principais malhas rodoferroviárias e portos de exportação. O modelo produtivo da soja se expande rapidamente por esta região e transforma a maioria dessas terras cultivadas e interligadas com a criação de gado leiteiro e, sobretudo de corte, em monocultura da soja.

Nesse limiar expansivo, com quase todo o sistema produtivo anterior substituído, o deslocamento da pecuária é impulsionado, assim como do próprio plantio de soja, para outras zonas produtivas e a discussão da questão agrária que se apresentava regionalmente, como podemos observar na exposição a seguir, todavia, se amplia.

Después acá muy regionalizada, la discusión [sobre a questão agrária] en Mendoza tiene un sistema agrícola particular, condicionado por el agua, una dinámica muy diferente da de aquí, entonces ahí habido discusión pero son particulares o lo localizadas, no toman un estado nacional, lo mismo ha sucedido en Tucumán o en el propio Santiago del Estero que tiene una tradición campesina mucho más fuerte, si quiere, de discusiones regionales que no han tomado, digamos así, el alcance nacional porque toda la discusión de la cuestión agraria a nivel nacional está dominada por lo que sucede aquí

en la pampa húmeda. Porque 80% de los ingresos son lo produce aquí y particularmente ahora con la soja. Entonces toda esta periferia en principio no había soja en alguna zona, se empezó a llegar como en el Santiago del Estero, Córdoba, hasta algunas zonas de Misiones, porque van cambiando los paquetes tecnológico para producir soja donde antes no se podría, cada vez va avanzando más y va avanzando más y desplazando las otras actividades (F.M. Dirigente do MNCI/UST)¹¹².

Este avanço sobre as regiões “extrapampeanas” em que predominava as denominadas produções regionais, ou seja, uma diversidade de cultivos regionais em relação a uma gama de comunidades camponesas e indígenas invisibilizadas pela lógica agrária dominante e predominante no país, começam a aparecer no cenário nacional, como bem observa Hocsman,

En las regiones extrapampeanas se producían cultivos tradicionales asociados a las agroindustrias, orientados en mayor parte hacia el mercado interno: caña de azúcar en el noroeste (provincias de Tucumán, Salta y Jujuy); algodón, tabaco y yerba mate en el noreste; frutales diversos (manzanas, peras y uvas) en el Valle del Río Negro patagónico y en Cuyo (provincias cordilleranas de Mendoza, San Juan) que, desde las últimas décadas del siglo XX, comenzaron también a proveer al mercado exportador. Salvo algunos productos tropicales de consumo masivo como el café, bananas y otros, en Argentina se producía casi la totalidad de los alimentos que consumía su población. (HOCSMAN, 2014, p. 28-29).

O avanço desse sistema produtivo sobre estes territórios, que foram sendo “valorizados pelo capital” e, que historicamente pertenceram aos camponeses e indígenas, ampara-se legalmente ao direito *ad eternum* da propriedade privada, vitalícia, hereditária e sagrada, em detrimento dessas comunidades em sua forma de vida, em sua diversidade social, cultural e ambiental.

El nuevo modo de “hacer negocios” en el sector primario conquistó rápidamente la región pampeana y se expandió sin grandes costos para los empresarios hacia zonas extrapampeanas; cruzo incluso fronteras nacionales, para integrar a esta dinámica, tierras de los países limítrofes (fundamentalmente Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay). Se conforma entonces lo que la transnacional Syngenta¹¹³ llamó en una publicidad “la Republica de la Soja”. Los distintos protagonistas de este proceso – tanto los desplazados y debilitados como los que se han apropiado con éxito del modelo de explotación hegemónico – destacan con acierto la radicalidad del cambio. (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013, p. 19).

Há, então, uma ausência histórica na Argentina, de uma política pública de caráter distributivo do acesso à terra ou de uma Reforma Agrária. Até o presente não teve lugar no país uma política de terras que tivesse como objetivo básico a repartição da propriedade rural que suprimisse a existência de latifúndios “improdutivos ou produtivos”.

Respeto al acceso a la tierra, Argentina se caracteriza por carecer de una política

¹¹² Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

¹¹³ Conforme anúncio público das empresas, em junho de 2017, a ChemChina comprou as ações do grupo Suíço Syngenta por US\$ 43 bilhões, uma das maiores aquisições, até o momento, de uma companhia chinesa no exterior. Essa operação unirá a Syngenta, líder mundial das sementes e produtos fitossanitários, com a ChemChina, proprietária da Adama, maior fornecedora de fitossanitários genéricos da Europa (PRESSE, 2017).

de carácter distributivo; históricamente, el acceso a la tierra ha sido abordado por intentos legislativos marcados por el afianzamiento de una burguesía agraria dominante. Este rasgo de concentración de la propiedad y del latifundio impidió que se produjeran transformaciones estructurales en el campo. Esta dinámica configura una relación intrínseca entre el capital, los sistemas de producción desarrollados y las políticas públicas que por medio de dispositivos legales impusieron condiciones, o mediaron ante la resolución de la conflictividad agraria. El avance sobre territorios donde históricamente se asienta la producción doméstica – ya sea campesina o indígena – que adquirieron un nuevo valor económico, dada la irrupción del Agronegocio, es amparado por un marco jurídico en detrimento de los colectivos que ocupan esas tierras. (HOCSMAN, 2014, p. 40).

A política de Reforma agrária não se constituiu como parte da agenda dos partidos políticos que exerceram o poder do Estado. Os parâmetros legislativos do acesso, *posse e uso*, da terra foram determinados pela burguesia agraria dominante. A predominância dessa concentração da propriedade privada da terra, sob o domínio *terratiente*, atua como uma barreira intransponível para que ocorressem transformações estruturais no campo. A fala seguinte reflete esta problemática histórica da Argentina;

Nunca existió una Reforma Agraria acá en Argentina! Y siempre estuvo como muy enquistado en la idiosincrasia que el campesino argentino de no querer ser campesino, que todos soñaban en ir a la ciudad y conseguir un trabajo en la ciudad o, eso, se fue instalando, el campo es el atraso, el campo era el no progreso, el campo era no los servicio, no esto, no lo outro, era la carencia absoluta de todo y eso hizo, que migraran muchísimas familias campesinas a la ciudad a lo periurbano, y vivir en situacines de mucha marginalidade, entonces, discutir la vuelta el campo, es discutir una reforma agraria, es discutir un modelo distinto de país, un modelo de desarrollo distinto de país. (E.P., Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹¹⁴.

O Censo Nacional Agropecuário (CNA) de 2002 demonstrou que desapareceram várias unidades produtivas de tamanho médio, aquelas propriedades menores de 500 hectares, consideradas a partir dos índices Argentinos. Segundo Hoszman (2014), a evolução do plantio de soja cresceu exponencialmente a partir de 1993, com o incentivo dado pelas mudanças na política monetária, taxas de câmbio e o aumento do preço da oleaginosa em nível internacional. Segundo o autor, a superfície plantada no período 1993-1994 passou de 5.8 milhões de hectares em 1993-1994 para 12.6 milhões de hectares nos anos de 2002-2003, correspondendo a uma variação de 118%, e a colheita passou de 11 milhões de toneladas, para 35 milhões de toneladas neste mesmo período, uma variação de 199%. O ápice da expansão da soja transgênica se deu a partir 1996, quando o Estado nacional legalizou a comercialização de sementes resistentes ao herbicida glifosato.

La primera inserción en los mercados agrícolas (1996) se dio simultáneamente en la Argentina y Estados Unidos, con la variedad de soja resistente al glifosato (la soja RR de Monsanto). Entre los países productores de cultivos transgénicos autorizados, doce son del sur. En América Latina se destacan Brasil, Argentina, Paraguay, Uruguay, México y Honduras. La región es actualmente la de mayor

¹¹⁴ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

extensión con cultivos transgénicos en el mundo. (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013, p. 29).

Assim, associada à soja transgênica se incorporava um pacote tecnológico completo a essa produção, sob a tutela de grandes multinacionais como Monsanto, Syngenta, Cargill etc. A denominação do conjunto de inovações tecnológicas como pacote ou, “*como ‘paquete’ define de manera precisa el modo en que ellas están concatenadas e implicadas unas con otras: la semilla transgénica con el glifosato, un tipo de tecnología de siembra (siembra directa), de organización laboral, de gestión etc.*” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013, p. 31). Com essa expansão, a Argentina se converteu no primeiro exportador mundial de azeite e farinha de soja, ou seja, mais da metade da superfície cultivável está destinada à produção de soja, para uso forrageiro. Esse crescimento segue seu fluxo; se observamos as informações que estão contidas nos dados expostos pela Secretaria de Agricultura, Ganadería y Pesca (SAGPYA) da Argentina, veremos que o crescimento do plantio de soja é exponencial. Vejamos os dados na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da Produção da Soja - Safra de 1997-1998 a 2006-2007

| Safra | 1997 1998 | 1998 1999 | 1999 2000 | 2000 2001 | 2001 2002 | 2002 2003 | 2003 2004 | 2004 2005 | 2005 2006 | 2006 2007 |
|-------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Tn | 18.732 | 20.000 | 20.135 | 27.266 | 29.991 | 34.818 | 31.576 | 38.303 | 40.537 | 47.482 |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secretaria de Agricultura, Ganadería y Pesca (ARGENTINA, [2020]).

A dinâmica expansionista do que configura o agronegócio está vinculada aos interesses e a lógica do capital no campo. Segundo Grás e Hernandez (2013), nos últimos cinquenta anos os índices demonstram que a superfície plantada de soja ultrapassou os dezoito milhões para mais de trinta milhões de hectares, e o consumo de fertilizantes aumentou exponencialmente das cinquenta mil toneladas para aproximadamente três milhões, o que só se repõe uma terceira parte (e exportados, em sua maioria) dos nutrientes extraídos pelos cultivos.

O que se verifica são ações deliberadas de uma política pública dirigida pelos meios estatais, assim como por dispositivos legais existentes que subsidiam, fomentam e blindam os grandes sistemas de produção. Esses dispositivos públicos, não resolvem o conflito agrário, por meio de seus representantes legais. Não resolvem o conflito agrário, pois quando não estão diretamente vinculados aos conglomerados, atuam como porta-vozes ou, como

mediadores, dos responsáveis das violações impostas e das pessoas atingidas. São atos contínuos de criminalização dos sujeitos que se organizam contra as violações sistemáticas:

las condiciones macroeconómicas nacionales que, en el marco de políticas neoliberales y un modelo agroexportador, dan sustento a la conflictividad agraria. Procesos de concentración de la propiedad o despojo de los bienes naturales, basados en formas de control social expresadas en la judicialización y criminalización de estrategias de lucha y resistencia del campesinado ante la defensa de su territorio, marcan una nueva fase del conflicto social. (HOCSMAN, 2014, p. 40).

Os processos de reprodução ampliada, a concentração e a centralização do capital agrário ou daquele que se valoriza neste setor, como lei tendencial, articulada com políticas públicas que a potencializam, afetam diretamente a pequena produção ou familiar, que tendem a ser expropriadas, perdendo terra e meios de produção. Assim, a propriedade do capital, impõe-se a todas as demais formas de propriedade e apresenta-se aos seres sociais como forma natural e a histórica, como potência social abstrata, intransponível, eterna e insuperável, frente à humanidade.

O modelo do agronegócio, como modelo hegemônico capitalista no campo, necessita construir e vincular todos os territórios a uma lógica mundial das especializações produtivas, determinadas para cada país, em detrimento da sua dimensão socio-histórica particular.

Del predominio de las economías de escala y el incremento del usufructo de la tierra que éstas concentran, además de la desapropiación que sufre el campesinado de su principal medio de producción, resultaron el aumento de las superficies puestas en producción por grandes capitalistas y terratenientes que acaparan el dominio del suelo. Todo esto agudizado sin dudas por las políticas neoliberales en los años 1990 pero también, después de 2001, por medidas que potenciaron el carácter primario exportador del desarrollo de la economía y las condiciones extraordinarias de valorización de los capitales vinculados a la renta de la tierra, agraria y minera, tornándose el mercado agrario en un espacio mucho más competitivo. (DOUGNAC, 2019, p. 29).

A questão agrária na Argentina se apresenta a partir da concentração capitalista do capital e da terra, desta feita, se por um lado, cresce a produção e a tecnologia em uma menor quantidade de unidades produtivas e, em uma escabrosa dimensão territorial; por outro, se escancara, o confronto e desaparecimento da pequena produção capitalizada e as comunidades camponesas e indígenas.

A dinâmica que se segue é de expropriações das comunidades, campesinas e indígenas, é de violação dos seus direitos em benefício do capital agrário, que avança sobre os territórios do norte, da zona norte de Córdoba, de Santiago del Estero, de Salta, de Formosa etc. A dizimação e o extermínio que tiveram início com as colonizações, aprofundam-se com

os processos “modernizantes” do agronegócio. A cumplicidade com os crimes, por parte do Estado Nacional, condiz com as suas verdadeiras funções.

En Argentina, entre 1988 y 2002 fueron eliminadas unas 81.000 unidades productivas, vale decir que desaparecieron en el período algo más de un 25% de las existentes inicialmente Y si nos referimos exclusivamente al conjunto de las provincias pampeanas, aquellas en cuyos territorios rurales más tempranamente y más profundamente se ha afirmado la presencia y el dominio del capital sobre la producción agraria, la desaparición de explotaciones en igual lapso temporal superó el 30%. El 85% de las unidades productivas que desaparecieron en la región pampeana eran explotaciones de superficies menores a 200 has. (DOUGNAC, 2019, p. 26).

Nos últimos anos associados ao avanço exponencial da produção de *commodities*, além dos produtores, processadores ou comercializadores de produtos agropecuários, registra-se exponencialmente a demanda por terra por parte de grupos investidores privados, fundos de investimentos e pensões, o que acentua e atualiza a problemática agrária. Para as pesquisadoras Gras e Hernández,

Los principales tipos de inversores son firmas privadas que en general, agrupan a más de a un grupo inversor, de diferentes países y que, en algunos casos, integran una firma de producción agropecuaria o grandes traders de commodities. Es interesante notar que la Argentina, además de ser atractiva para estos inversores, tiene grupos empresarios que participan del proceso de acaparamiento de tierras dentro y fuera de las fronteras nacionales. En efecto, aliados con grandes inversores financieros, compañías como Cresud, El Tejar, Adecoagro, tres de las más grandes empresas de commodities argentinas cuyas lógicas organizativas responden al paradigma del MA¹¹⁵, han adquirido tierras tanto en el país como en Brasil, Uruguay, Paraguay, Bolivia y este europeo. (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013, p. 39).

Está em curso um processo mundial de concentração da terra, ou usando os termos empregados recentemente na literatura (GRAS, HERÁNDEZ, 2013; DOUGNAC, 2019), os *land-grabbing* ou *acaparamiento de tierras*, tentam explicar a atual explosão das transações comerciais de terra, em grande escala que, no caso argentino, associa-se também aos arrendamentos. Nesse sentido, esse processo de apropriação da terra tem como objetivo principal a realização de lucros financeiros, ou seja, a financeirização da agricultura, como espaço de valorização, dos diferentes tipos de capitais e de disputa de rendas. Para Dougnac (2019, p. 22), a financeirização da agricultura resulta de “*una participación cada vez mayor del capital financiero en fondos de inversión que ingresan al negocio de adquisición de tierras (sea por compra, arriendo o contrato), muchas veces en combinación con capitales locales*”.

En el contexto internacional aludido se ha visto entonces que el actual

¹¹⁵ Modelo del Agronegocio.

acaparamiento de tierras implica la exportación de capitales de países imperialistas y/o de donde se han dado procesos de expansión capitalista más reciente - de los cuales ha resultado la consolidación de firmas exportadoras de capital-, hacia territorios ubicados sobre todo en el hemisferio sur, en países de economías dependientes y en los cuales se profundiza su papel tanto de productores de bienes primarios como de espacios de valorización de capitales externos. (DOUGNAC, 2019, p. 24).

Após a crise de 1980, toma corpo e se desenvolve um processo contínuo e intenso de lutas populares, desde a rebelião na década de 1990, sob os efeitos do neoliberalismo, sobre a vida e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, muitas lutas foram travadas na zona urbana e as pessoas se agrupavam em torno de várias organizações de resistência como: o *Movimiento de Trabajadores Argentinos (MTA)*, a *Corriente Clasista y Combativa (CCC)*, a *Central de Trabajadores Argentinos (CTA)*, além de, serem criadas novas organizações, como o *Movimiento Piquetero*, que aglutinava os trabalhadores desempregados, independentemente das centrais tradicionais ou das corporações sindicais oficiais, como a *Confederación General del Trabajo de la República Argentina (CGT)*. No meio rural novos movimentos de pequenos e médios produtores são criados, tal como de campesinos e indígenas, e se materializaram lutas, as mais diversas, como *paros*¹¹⁶ agrários, cortes de rua, marchas de pequenos e médios produtores etc. Para Hocsman,

De las acciones políticas de mayor repercusión destacan la marcha agraria a Plaza de Mayo (Buenos Aires) de 1993 y el paro agrario de 1994. Uno de los actores emergentes fue, en 1995, el Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha en la región pampeana, teniendo como representación gremial a la Federación Agraria Argentina (FAA), y otras organizaciones con cobertura zonal. Estas acciones se enlazaron parcialmente con una serie de “puebladas” en capitales de provincia, poblados asociados a producciones regionales o enclaves industriales, como manifestación de la movilización social en resistencia a cargo de los sectores desfavorecidos por el modelo económico. El “Santiagazo”, de diciembre de 1994; las grandes movilizaciones de Jujuy en 1994 y 1995; la pueblada de Cutral Co y Plaza Huincul (Neuquén) de junio de 1996; a las que se suman las puebladas de Tartagal y general Mosconi (Salta), y Cruz del Eje (Córdoba) en 1997, etcétera, ejecutaron cortes de ruta y toma de edificios públicos, que culminaron –más allá de la continuidad con otras modalidades de resistencia– con la rebelión generalizada de diciembre de 2001 [...] De modo general, el conflicto se intensificó, el espacio se amplió y los sujetos se multiplicaron, e este repertorio de acciones y luchas populares no ha estado exento de una violencia directa que ha tenido como resultado el asesinato de numerosos luchadores populares. La nómina es amplia y su cronología ininterrumpida hasta nuestros días. Algunos, como Teresa Rodríguez, Aníbal Verón, Darío Santillán, y otros, dieron nombre a diversas organizaciones territoriales, movimientos piqueteros y frentes populares. Transitan geografías y se suceden nombres emblemáticos como Pocho Lepratti, víctima de balas policiales en Rosario (diciembre de 2001), Javier Chocobar, cacique de la comunidad Cuschagasta de Tucumán, asesinado por un terrateniente y parapoliciales (mayo de 2010), Roberto López y Sixto Gómez, integrantes de la comunidad son “La Primavera”, que dejaron de existir a manos de la Policía de Formosa que desalojó un corte de ruta (noviembre de 2010), o el joven Cristian Ferreyra, miembro del

¹¹⁶ Greves.

Movimiento Campesino de Santiago del Estero (Mocase), ultimado por sicarios de un empresario sojero (noviembre de 2011). (HOCSMAN, 2014, p. 49).

Essa violência resultou no aumento de reivindicações, que levaram pequenos produtores e comunidades rurais a se articularem com movimentos camponeses ou indígenas do país e da América Latina, e a constituírem, no ano de 2006, um espaço de articulação política, para além de suas comunidades, com uma dimensão nacional, como por exemplo, o MNCI. Como reitera, mais uma vez, Hocsmán:

[...] el Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), integrado a la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y la Vía Campesina. Este movimiento cuenta como antecedente de organizaciones que a nivel provincial tienen una experiencia de lucha que abarca décadas, vinculadas al histórico Movimiento Agrario Misionero (MAM), el Mocase, la Red Puna (del extremo noroeste argentino); y surge de la convergencia de un trabajo conjunto fuertemente articulado a mediados de la década de 1990, a los que se suman –al filo del milenio– el Movimiento Campesino de Córdoba (MCC), la Unión de Trabajadores Rurales sin Tierra (UST) de Mendoza, el Encuentro Calchaquí, de la zona de los Valles de Salta, entre otras. Así, en septiembre de 2010, se realizó el I Congreso del MNCI, en el cual “más de mil campesinos, indígenas y trabajadores rurales” expresaron una proclama que recoge más de 20 años de trabajo, y reafirma la soberanía alimentaria como una de sus banderas de lucha más fuerte, en sentido opuesto al modelo imperante y con direccionalidad política anticapitalista. Esta violencia redundo en el incremento de los reclamos, llevo a pequeños productores y comunidades rurales a articularse con movimientos campesinos o indígenas del país y de América Latina. (HOCSMAN, 2014, p. 50-51).

Sobre outra perspectiva, é significativo observarmos esse movimento em construção por meio do registro e memória das pessoas que estiveram, fizeram, e, todavia, continuam à frente dessa organização. No relato que segue, identifica-se o papel da juventude como representação de um elo que liga a cidade ao campo, assim como de articulação de um movimento nacional. Havia, portanto, uma necessidade concreta dos camponeses e indígenas de unificar suas forças para resistirem à ofensiva capitalista sobre suas comunidades. Nessa oportunidade, juntamente com a juventude urbana organizada, souberam interpretar esse momento e canalizar forças em um grande movimento nacional que começou a despontar em 2003.

Nosotros en Buenos Aires, veníamos trabajando con jóvenes de las barriadas periféricas que el sistema los había dejado afuera en toda la crisis del neoliberalismo, en el años 90, a fines de los 90. Nosotros éramos una ONG que tenía un trabajo territorial y en el año 99/2000, en Santiago del Estero se produce un desalojo y nosotros mandamos la solidaridad a Santiago del Estero, solidarizándonos con la situación de la retoma a la tierra, se había retomado el lugar, nosotros trabajamos con jóvenes que estaban muy fuera del sistema con pocas perspectivas y teníamos como una alternativa era hacer campamento de jóvenes, plantearnos, digamos, con nuestra mirada, la recomposición de los valores, sobretudo, pero no era una organización política, sino era más bien una organización social. Y cuando fue la solidaridad con el MOCASE en el año, fines 99, el MOCASE nos invita a ir a nosotros a conocer sus comunidades.[...]. SERCUPO: Servicio de la Cultura Popular, que era una ONG, pero en ese tiempo, nosotros nos veníamos vinculando dentro de los barrios, en distintos barrios con lo que era el

movimiento piquetero en Argentina, que acá en Buenos Aires era muy fuerte y estábamos muy cercanos La Aníbal Verón, habían varios movimientos piqueteros y en ese estaba La Aníbal Verón. Empezamos a articular esto del campo y la ciudad, y la idea de la vuelta el campo. Y con los pibes empezamos a armar unas quedantías, que eran poder viajar al campo, estar 6 meses allá y volver acá. En eso también se da una articulación dentro de las organizaciones campesinas, empieza a existir lo que era un grupo, que era como de reflexión o de pensar la política, que se llamaba Galpón, que no tenía ningún tipo, no era un movimiento, sino que ahí estaban el MOCASE, estábamos nosotros, estaban los compañeros de Mendoza, los compañeros de Jujuy, este los compañeros de Córdoba, y pensábamos un poco la política o como incidir políticamente. Eso fue desde 2000 hasta 2004, sí, 2004 y teníamos como tres ejes de lucha: uno era la soberanía alimentaria, entonces los 16 de octubre hacíamos una movida nacional, después teníamos lo que era el campamento latinoamericano de jóvenes, que iba rotando por las distintas provincias y así todos nos íbamos involucrando e íbamos adquiriendo esta identidad nacional, y por el año 2005 nasce el Movimiento Nacional Campesino Indígena en una asamblea que hacemos en Ocumazo, en Jujuy. Ahí nasce el MNCI como movimiento, antes era toda estas particularidades, ese grupo Galpón que pensaba como líneas políticas, pero no éramos un movimiento en general, digamos, ¿No? Y bueno, a partir de ahí hicimos una estructura sobretodo asamblearia, no tuvimos como una estructura muy vertical de conducción, siempre fue bastante horizontal [...]. (E.P., Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹¹⁷.

A crise vivenciada na Argentina pelos trabalhadores e trabalhadoras nos centros urbanos e nas comunidades camponesas não afetavam um setor importante da economia, o agronegócio. Enquanto nas cidades cresciam os restaurantes ou “comedores” populares e a miserabilidade atingia uma ampla parte da população, as produções voltadas para a exportação apresentavam ótimos desempenhos. No seio dessa contradição, explica a dirigente do MNCI, em pleno ascenso das lutas de classes é que começam as articulações do movimento.

Yo creo que hay varios factores que hacen que el movimiento surja, digamos en ese momento, pero en los 90, en Argentina ingresa la soja, entre 99, 2000, 2001 Argentina sufre una crisis económica muy grande, eh, que termina, digamos, con eso que tuvimos, siete presidentes en una semana. Y una movilización social muy grande que se da sobre todo en la ciudad, pero el campo no queda ajeno a eso y entonces se empieza, está esta necesidad de que las organizaciones campesinas se empiecen a juntar, en esto que te contaba de este espacio del Galpón, que era donde nosotros pensábamos la política más campesina, eh, tenía que ver con eso, encontrarnos desde una mirada más política y no tan reivindicativa y pensar acciones que tenían que ver más, en..., de hacer, de poner en discusión la problemática de la tierra, la problemática de la distribución, la problemática del Agronegocio, en un país que tratara digamos de él, la..., el bien estar económico era como, en su momento, bien mirado, digamos, porque parte digamos de que Argentina empieza a salir de la crisis de 2001, es parte digamos del auge de los granos en las bolsas, exterior, y los commodities, entonces empieza a existir un ingreso dentro del Estado y ese ingreso del Estado les permite digamos al kirchnerismo hacer muchas políticas públicas, con distribución, como se quiera, digamos, nosotros no estamos en contra la política pública que se hizo, para nada, pero sí que fue parte, digamos, de su fundamentación, el Agronegocio, digamos. El Agronegocio conlleva, digamos, también al desplazamiento, digamos de las comunidades nuestras, porque las tierras que antes no eran valoradas, que no tenían agua, que no tenían eso, empiezan a ser tierras necesarias para, digamos, seguir desarrollando la frontera agropecuaria y cada vez corriéndola más. Cada vez hay mayor corrimiento de la frontera agropecuaria, antes, digamos, había, estaba muy circunscrito a la Pampa Húmeda, en la Argentina, o la Mesopotamia, son como dos zonas, digamos, donde el agua abunda entonces, entonces todo que era parte de lo monocultivo tenía que ver con la pampa húmeda, todo el cordón, digamos, nosotros le decimos la ruta 8 y la ruta 9, y toda la Mesopotamia. Donde prevalecía el monocultivo, en el resto, digamos, de las provincias no prevalecía el monocultivo, o capaz que prevalecía en otros, que 'se yo, no sé, más en las provincias del Norte, la cuestión, digamos, de la caña de azúcar, quizás, o la minería a cielo abierto, que también entra en los

¹¹⁷ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

90, nada de esto entra en el 2000, nada o sea, ni la soja, ni la minería a cielo abierto entra en el 2000, todo eso fueron negociados del neoliberalismo en los 90 (E.P., Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹¹⁸.

Após a crise de 2001 e os processos em que ocorreram as convulsões sociais, se por um lado levaram a uma crescente desvalorização no país, e de transferências dos salários para o capital, por outro possibilitaram os investimentos no ramo da produção agrícola e do negócio agrário. Assim, o deserto real em que se apresentava a vida para os trabalhadores se transformava em condições macroeconômicas favoráveis para o capital e os seus lucros extraordinários na Argentina.

[...] para quienes entendemos lo agrario como un territorio de contradicciones y disputas, existe en la Argentina actual un problema de la tierra, un problema en torno al modo en que esta es apropiada, a cómo se distribuye, al acceso de los productores directos a la misma, y a los conflictos que se generan en torno a estas cuestiones. Si alguna vez se nos desafió a nombrar a algún gran terrateniente o a “grandes empresas que estén explotando campos”, sin duda podemos hacerlo ya que, como hemos visto, la propiedad –y más aún el uso– de la tierra no deja de concentrarse, y la lista de concentradores (sólo mencionamos algunos casos) asombra por las extensiones de territorio bajo su dominio. [...] La concentración de la propiedad y uso del suelo se hace a partir del despojo que las clases propietarias –de la tierra y del capital– imponen sobre otros. Los procesos de acaparamiento territorial devienen de la desapropiación de numerosos productores directos, principalmente campesinos, y de pequeños capitalistas expulsados de la competencia mercantil por las mismas leyes que impone el modo de producción dominante. Y los gobiernos, de distinto signo, no han sido ajenos a dichos fenómenos sino que, por el contrario, desde la acción del Estado se han generado condiciones propicias para su desarrollo. (DOUGNAC, 2019, p. 36-37).

A forma particular no campo, o agronegócio e o seu processo de expansão agropecuária associada ao setor agrícola exportador, como demonstrado anteriormente, tem seus ganhos extraordinários potencializados com o processo de desvalorização do país e com o aumento dos preços internacionais das commodities. Assim, em março de 2008, o governo da presidente Cristina Fernandez de Kirchner, tentaria, através de um decreto presidencial (Decreto 125), aplicar uma política de retenções no montante da renda exportada da soja e seus derivados que, segundo o governo, serviria para redistribuir socialmente em benfeitorias de infraestrutura, em planos sociais etc. A ameaça real à rentabilidade extraordinária do capital agrário e a possibilidade de uma regulação do Estado aos seus ganhos, levaram os grupos privilegiados por este modelo produtivo e agrupados na autodenominada *Mesa de Enlace (ME)*, a contestar as margens de redistribuição da riqueza social acumulada e conchamar as suas entidades de classe, que correspondiam as *Confederaciones Rurales Argentinas (CRA)*, a *Confederação Intercooperativa Agropecuária (Coninagro)*, a *Federação Agrária Argentina (FAA)* e a *Sociedad Rural Argentina (SRA)*, em torno de uma estratégia de

¹¹⁸ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

lutas de classes, voltadas para o enfraquecimento e a derrubada do decreto. As ações do setor se deram através de bloqueios agrícolas, paralização das comercializações, bloqueios das rodovias do país, combinadas com uma campanha ofensiva dos meios oligopólicos de comunicação, dos partidos da oposição etc. A consequência imediata foi a escassez de produtos na área urbana e o crescente aumento dos preços dos alimentos, que levaram a derrota do governo e ao fortalecimento do agronegócio vinculado à produção e exportação da soja (HOCSMAN, 2014).

Foi a partir dessa luta fratricida que o governo buscou para o diálogo outros setores do campo até então negligenciados, vinculados aos movimentos sociais camponeses e indígenas. As proposições sobre a temática da questão agrária na Argentina apontam para a existência de políticas restritas do Estado, em determinados momentos da história do país, voltadas a remediar as consequências dessa problemática. No entanto, como observa os representantes dos movimentos sociais do campo:

La cuestión de la reforma agraria, otra particularidad, es que aquí tuvimos durante la mayoría de la historia argentina sola una secretaria de agricultura, no había un ministerio, quizá que tampoco, para el gobierno tampoco la política agraria era una cosa importante, porque era simplemente una secretaria que dependía del ministerio de economía. Solo en dos momentos en la historia de Argentina dejó de ser secretaria y ser ministerio, en el llamado el conflicto del campo ahora en 2008, fue un dos momentos donde se jerarquizó secretaria en ministerio, pero ya volvió a ser secretaria, o sea tiene muy poca capacidad porque la política agraria se maneja con el precio del dólar, con la política económica maneja la política agraria. No hay una política agraria específica y mucho menos una política de tierras (F.M. Dirigente do MNCI/UST)¹¹⁹.

Dessa forma, as fundamentações econômicas que predominam e orientam a governabilidade, as mais diversas no âmbito da agricultura, têm por base os índices econômicos produtivos que sempre atendem aos interesses da territorialização do capital.

Es importante comprender que si bien la “fiebre” por tierras y recursos naturales tiene una persistencia histórica en América Latina, y que se superpone e intensifica la secular concentración de la tierra, en el caso argentino este apetito se conecta con el interés de lograr posiciones dominantes en los principales cultivos exportables (soja, maíz y girasol), sea en las áreas donde la agricultura moderna y comercial tiene largo asiento, sea en áreas de frontera agrícola. Son básicamente éstos los cultivos que se vinculan con el acaparamiento de tierras, lo que explica que, se caracterice por las grandes extensiones transferidas. Pero también el acaparamiento está asociado a estrategias especulativas, que desarrollan en conjunto con la puesta en producción de tierras en áreas de frontera agrícola con la lógica del M.A. (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013, p. 40).

Resumidamente, o modelo agrícola que prevaleceu historicamente orienta-se para a exportação, outrora de matérias-primas e atualmente de *commodities*. A lógica produtiva está hegemonicamente associada ao “pacote” da monocultura da soja, com a expansão da fronteira

¹¹⁹ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

agrícola, a concentração e a invasão de territórios. Como consequência, o que se verifica é a diminuição do número de pequenas e médias propriedades, assim como da expropriação dos camponeses e indígenas. Os sujeitos sociais em luta pela defesa dos seus territórios são criminalizados e massacrados, o que só tem reforçado uma tradição histórica de dominação em que se constituiu o capitalismo e que justificou o genocídio dos seus habitantes originários, particularmente na Argentina e universalmente na América Latina (HOCSMAN, 2014).

A forma adotada pelo Estado e pelos seus respectivos governos para administrar os conflitos no campo na Argentina não enfrentaram a problemática estrutural da questão agrária, ou seja, a distribuição da terra que historicamente manteve-se concentrada nas mãos dos *terratenientes*. Se anteriormente esses grupos detentores da propriedade da terra obtinham renda do trabalho de camponeses e colonos; atualmente se beneficiam dos lucros exponenciais adquiridos pelos arrendamentos das terras, tanto para as grandes corporações como para os seus signatários, detentores de capital.

Si la cantidad de hectáreas cultivadas crece, pero disminuye el número de explotaciones agropecuarias, y al mismo tiempo los que llevan adelante la producción lo hacen sobre todo en tierras arrendadas, esto significa que quienes producen han aumentado la escala de su intervención sin convertirse necesariamente en propietarios de la tierra. Para eso, los “productores sin tierra” no sólo recurrieron a capital propio sino que además sumaron aportes de inversionistas individuales e institucionales. Con los precios de los commodities agrícolas en alza, los inversores fueron atraídos por esta opción que prometía un alto retorno de capital (se estima que entre 2002 y 2006 el retorno llegó al 30% anual en dólares). Amparados en un marco de libre circulación de capitales y afianzados en una macroeconomía agroexportadora, estos actores aportaron los capitales necesarios para la expansión del nuevo paradigma productivo y dieron un renovado impulso a la implantación de pools de siembra y fondos de inversión. De esta manera, el capital financiero fue el factor relevante en la dinamización de los demás componentes del proceso de cambio en curso, que intervino en dos momentos claves: cuando se preparaba la campaña agrícola, puso su capital a disposición de los fideicomisos o pools de siembra, y al momento de la cosecha ofreció los servicios a terceros y los insumos, para facilitar el pago del arriendo de la tierra. En síntesis, el actual modelo agrario hegemónico en la Argentina es producto de una serie de procesos que se articularon y potenciaron mutuamente. El desarrollo de productos tecnocientíficos cada vez más sofisticados; la producción a gran escala que expandió la frontera agrícola; la expulsión/reconversión de los pequeños productores; la concentración de la red de comercialización y la creciente presencia del capital financiero conllevaron la concentración de la producción agrícola y la transformación cualitativa de sus actores dominantes. (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2016, p. 112-113, grifo do autor).

O conflito silencioso e constante na luta pela terra na América Latina se desenrola por séculos em constantes embates, diametralmente desiguais e entre formas de vida antagônicas. O poderio do capital, sob a forma do agronegócio se expande, com seu afã modernizador invade constantemente os distintos territórios rurais, levando consigo as marcas de sua

verdadeira natureza, ou seja, a violência e a destruição das formas de vida indígena e camponesa que resistem.

4.4 LUTAS DE CLASSES E O *MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDIGENA* (MNCI)

Entende-se que a dinâmica histórica da estrutura agrária da América Latina é marcada pela expropriação de nosso continente e as formas de acumulação que aqui foram estabelecidas em função do modo capitalista de produção. Os povos foram e continuam sendo expropriados e violentados por esta estrutura de relações: desiguais e desumanas.

As transformações da estrutura agrária nos países latino-americanos inserem-se na lógica de garantir as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital em nível planetário. Entender a realidade agrária é imprescindível para adentrar nas formas de organização e mobilizações coletivas, forjadas pelos povos latino-americanos para a transformação dessa realidade.

Na década de 1970, frente às contradições da crise estrutural de superprodução do capital, tema que abordamos no Capítulo III do corrente trabalho, ocorre na América Latina uma série de transformações em sua estrutura socioeconômica e, portanto, em seu espaço agrário. Um pacote de reformas é adotado pelos governos locais, que desregulam as economias dos países latino-americanos, permitem o avanço do capital na agricultura e acirram as contradições nos centros urbanos. Esse processo que descrevemos no caso brasileiro, ao especificarmos o MST, também afeta a realidade argentina e se aprofunda na década de 1990.

O que podemos observar na divulgação e publicação feita por Marta Zulema Coronel, no Documento Síntese de Conjuntura resultante do I Congresso Nacional do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI), que ocorrera em 2010:

Durante los 90 la resistencia popular, de los trabajadores desocupados y ocupados, de los campesinos e indígenas, de las mujeres fue creando las condiciones para el necesario cambio de rumbo. Em ese proceso surgimos como movimiento campesino, deteniendo desalojos y recuperando territorios mientras que en las ciudades y pueblos, los movimientos piqueteros avanzaron en la lucha por la subsistencia hasta la insurrección de diciembre de 2001. La movilización popular y algunos sectores partidarios y económicos perjudicados por las políticas de la Alianza pusieron en jaque al gobierno y desestabilizaron la gobernabilidad, con el doloroso saldo de 30 muertos y cientos de heridos. (CORONEL, 2016, p. 171).

A inexistência de um processo de reforma agrária e a concentração da terra em grandes monocultivos voltados para exportação são processos similares em distintos países de

nossa região, não sendo diferente na Argentina, como analisa o dirigente do MNCI, em Mendoza.

Entonces no hubo un reparto de tierras ni siquiera desde arriba, como hubo procesos de Reformas Agrarias en América Latina impulsadas por los gobiernos progresistas, o por el propio EUA, que visaba aplacar un poco la lucha social, el conflicto social, entonces dijeron, bueno, repartamos un poco la tierra, aunque sea de manera limitada, como hubo en Perú y en otros lados, en Argentina no hubo eso. Entonces si uno mira la estructura agraria en Argentina comparada al resto de A.L es realmente desigual y muy concentrada en pocas manos, si bien tenés un componente de pequeños y medianos productores importante, dentro de la zona núcleo. (F.M. Dirigente do MNCI/UST)¹²⁰.

Em entrevista concedida à Agência Paco Urondo, no período de 15 a 17 de agosto de 2013, os representantes da secretaria operativa do MNCI Ángel Strapazzón, Diego Montón e Adolfo Farías relatam momentos e fatos que associam à história e à gênese do MNCI aos diversos movimentos camponeses argentinos que lutavam em defesa dos seus territórios. Nessa entrevista, os representantes apontam que o movimento foi impulsionado pelas experiências vividas por várias organizações agrárias. Na entrevista destacam-se ainda três linhas principais que influenciaram o movimento na década de 70: a primeira vincula-se à *Federación Agrária Argentina (FAA)*, às Ligas Agrárias e as *Organizaciones de Trabajadores Rurales vinculadas ao Partido Revolucionário de Los Trabajadores (PRT)*; a segunda com um caráter mais oficial vinculada ao grupo de técnicos e profissionais do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) e; a terceira vinculada aos estudantes de filosofia da *Facultad de Córdoba*, especificamente da *Escuela Indoamericana* de Kusch. Na trajetória das lutas e formação do movimento está presente também, segundo os dirigentes, a igreja católica associada à corrente da teologia da libertação, assim como a *Federación Argentina de Estudiantes de Agronomía (FAEA)*, esta última a partir dos anos de 1990. Em um trecho da entrevista este legado histórico descrito é retratado como uma síntese, como podemos ver a seguir:

Y esa es en realidad la fortaleza del Movimiento, generar condiciones para la síntesis. No somos el campesinismo o indigenismo, donde nadie más puede hablar, ni tampoco el academicismo que viene a enseñarle al campesino, más bien intentamos lograr la síntesis entre historias distintas, conocimientos diferentes, orígenes diferentes. [...]. Eso nos llevó diez años, ya con las organizaciones consolidadas provincialmente y con una articulación nacional fuerte. Fueron diez años para que nos llamemos Movimiento Nacional Campesino Indígena. Fue en 2003 tras un proceso largo que recién decimos que somos el Movimiento Nacional Campesino Indígena (GUARNACCIA; CALLE, 2012).

A origem do MNCI e sua consolidação como movimento nacional na Argentina tem como pano de fundo e contexto geral a ofensiva neoliberal no continente e todas as suas

¹²⁰ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

mazelas correspondentes. As lutas nas *calles*, ou seja, nas ruas, dos movimentos urbanos, do movimento piquetero, dos trabalhadores desempregados, das articulações de bairros etc. se somaram as vozes e as incansáveis lutas históricas dos povos campestinos indígenas, em diferentes comunidades no meio rural argentino, e constituíram suas bases. O *Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE)*, movimento campestino de luta e defesa da terra e do território, que tem mais de trinta anos de existência, foi um dos precursores do MNCI. Através dessa organização é que se materializam as primeiras formas de consolidação de um movimento nacional como articulação de diferentes organizações, em um conjunto amplo de províncias ou estados, agregando-se as pautas locais de lutas e de resistências a uma necessária e inadiável luta pela reforma agrária.

Nunca hubo una política de reforma agraria, nunca hubo organizaciones nacionales, quizá hasta la existencia del MNCI que intentara poner en la agenda pública la reforma agraria, la Federación Agraria, que te mencione, nació en 1912, hace 100 años pero nunca tuvo una discusión sobre, o solo en su primera etapa, hizo una discusión y una lucha por el acceso a la tierra, porque era todos inmigrantes europeos que alquilaba tierras, entonces como a principio como le cobraba alquileres muy altos si hicieron una lucha, hubo un proceso relativo de acceso a la tierra para los inmigrantes en el primero gobierno peronista sobre todo cambio los alquileres se hizo todo un sistema de créditos para que estos pequeños productores rurales compran tierras e de ahí adelante la Federación Agraria nunca más se preocupó con el acceso a la tierra. Entonces ahí, eso es un poco, de forma muy resumida la discusión (F.M. Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹²¹.

Para o sociólogo Juan Wahren, pesquisador do CONICET, do *Grupo de Estudios Rurales - Grupo de Estudios de los Movimientos Sociales de América Latina (GER-GEMSAL)*, do *Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG)*, da Universidade de Buenos Aires (UBA), o *Movimiento Nacional Campesino Indígena*, é a síntese, representada pela unificação de diversas organizações campestinas que já existiam e que se funda a partir dessa base concreta de resistência. Em suas palavras temos um panorama dos desafios apresentados pela articulação de diferentes organizações, assim como da unificação das lutas entre o campestino e indígena.

[...] en realidad lo que hacen es unificarse diferentes organizaciones campesinas que ya venían construyendo y organizadas. La más antigua de todas las que conforman el MNCI es el MOCASE – Vía Campesina, es de los año 80, que incluso retoma algunas de las luchas de las ligas agrarias y campesinas de los años 70, que fue un proceso similar y diferente a las ligas camponesas del Nordeste. El MOCASE es el gran articulador del MNCI, el ejemplo de organización campesina que se propaga en Córdoba, con cinco organizaciones de base APENOC, ULCATRAZ, son cinco organizaciones que también se unifican en estos años 2002/2003, para formar el Movimiento Campesino de Córdoba. En simultaneo en los años 90 surge la RED UNA en la Quebrada de Humahuaca, que también va a formar el MNCI después en el año 96. En 2001 surge o se crea la UST, Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza, de Lavalle y después de Mendoza, y luego se van conformando otras organizaciones más pequeñas que van a formar parte del MNCI, e incluso hay un trabajo del MNCI en la zona de Buenos Aires, del Delta del Paraná, de Tigre, en los barrios populares en ciertas partes del conurbano, y una articulación muy fuerte con el espacio estudiantil que es el FAN, que proveyó de

¹²¹ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

muchos técnicos, que se fueron a vivir al campo, de distintas universidades, a trabajar con los campesinos y a formar parte del movimiento, en definitiva, primero como técnicos y luego se van involucrando. Es muy interesante el proceso de creación del MNCI, entre esa conjunción de técnicos y líderes campesinos que van conformando y construyendo con las bases y las comunidades de base una organización muy interesante, muy democrática en lo interno, en todos sus debates y que cuando se conforma el MNCI, es más difícil mantener esta democracia tan horizontal, porque se hace una estructura que era local, pasó a ser provincial y después de provincial a nacional, porque tienen presencia como en ocho provincias. Te dije las más importantes pero hay en Salta, Misiones, Neuquén, San Luis, [...], y lograron conformar un organización con presencia nacional y donde se conjugó lo indígena y lo campesino. Aunque lo campesino creo que tiene mucho más fuerza dentro del MNCI, y lo indígena siempre queda más desdibujado, por la propia tradición de la mayor parte de la organizaciones, que salvo RED UNA que tiene un componente indígena fuerte, y ahí siempre hay una tensión entre lo indígena y lo campesino, que no es fácil esa convivencia, y como apuesta es muy interesante lo que ha hecho el MNCI ¿No? De poder decir, tenemos una organización que contiene lo campesino y lo indígena. Eso es una apuesta política super interesante, que después creo que en la práctica, fue más campesino que indígena. Porque el movimiento indígena en Argentina creo que está muy atomizado ¿No? Cada pueblo, cada provincia tiene su organización y es difícil la articulación. Los campesinos han logrado mayores articulaciones a nivel nacional. Creo que el movimiento campesino (MNCI) fue la referencia y sigue siendo la referencia más importante de las organizaciones campesinas en Argentina. Después fueron surgiendo otras, algunas viejas, ¿No? Como el Movimiento Campesino en Formosa, el MAM en Misiones, el Movimiento Agrario Misionero que también viene de las ligas agraria de los 70, que también armaron una organización nacional, que es el Frente Nacional Campesino, pero que es más una articulación coyuntural y política, que real y de base como la que tiene el MNCI que es mucho más orgánica. Su afiliación a la Vía Campesina, a la CLOC, también los ayudó mucho, los fortaleció mucho internacionalmente y a nivel de Latinoamérica. Bueno hay dos compañeros en la CLOC ahora, del MNCI que son secretarios generales [un compañero] de la UST y la otra compañera del Mocase de la Vía Campesina, que también los proyectó muy fuertemente en toda América Latina, las vinculaciones, los espacios de intercambio, formación sobre todo en Brasil, en la Florestan¹²² y en otros espacios han sido muy importantes para el movimiento esa proyección internacional. Se han articulado o han generado incluso los territorios, proyectos no solo productivos ...sino también de agregado de valor, en curtidos, en escabeches, salsas de tomates, comercialización alternativas con los espacios urbanos que los apoyan y crean nodos de comercialización alternativa de los productos campesinos, probablemente acá haya algún producto del MOCASE o de la UST...este, y también proyectos de salud comunitaria, de educación muy fuertes, sobre todo del MOCASE y del Movimiento ¿? De Córdoba y la UST, tienen muy interesantes el procesos de universidad, de escuelas secundarias a terciarios súper interesantes para tener en cuenta como forma de territorialización más allá de lo productivo, que es muy interesante. (Juan Wahren, Professor e Pesquisador do Instituto Gino Germani - UBA/CONICET)¹²³.

A apropriação das terras férteis do país, a subordinação de todas as formas de produção no campo a apenas uma matriz produtiva e a expulsão dos pequenos e médios produtores de suas terras intensificam os conflitos no campo. O *status* da Argentina como agroexportador de produtos básicos é mantido e reatualizado nas mãos dos capitalistas da soja. Problemática que podemos averiguar com a denúncia feita pelo movimento social do campo, MNCI.

En los últimos 15 años la concentración de la tierra ha agravado las profundas desigualdades sociales en el campo. Así el 82% de los productores son familias campesinas que ocupan sólo el 13% de la tierra. Mientras que el 4% representado por el agronegocio se ha apropiado de casi un 65% de la tierra utilizada para la producción. El neoliberalismo de los años 90 expulsó a más de 300 mil familias

¹²² Aqui o pesquisador se refere à Escola Nacional Florestan Fernandes, espaço de formação política, pedagógica e popular construída pelo MST em Guararema-SP.

¹²³ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

campesinas, agudizando el éxodo rural a las zonas marginales de nuestras grandes ciudades. Aun así la pobreza persiste en el campo, según las estadísticas alcanza un 50 % de los pobladores. La situación actual: el agronegocio y sus consecuencias. Actualmente los empresarios nos quieren quitar la tierra, explotándola para la exportación y no para la alimentación del pueblo. El agronegocio se basa en grandes extensiones de tierras sin gente, desiertos verdes donde empresas transnacionales semilleras, farmacéuticas y de agrotóxicos encadenan la dependencia económica de los agricultores, empobreciendo la cultura productiva y convirtiendo al agro en una industria donde no hay comida ni trabajo. (MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDÍGENA, 2010).

Nesse processo de consolidação do movimento na Argentina, nota-se já, em princípio, diferenças importantes entre essa experiência e as relativas ao processo de criação e consolidação do MST no Brasil. No caso brasileiro, as demandas sociais no campo e os processos de luta pela terra expressa nas ocupações estão colocadas, neste primeiro momento, como conquista da terra e no MNCI, de maneira geral, este primeiro processo de articulação é de defesa e manutenção da terra, do território e da comunidade.

As similitudes que aproximam estes dois movimentos em seu percurso histórico de gestação e consolidação como movimento nacional condizem com um momento conjuntural crítico determinado. As diferentes sociedades, brasileira e argentina, atravessavam naquelas ocasiões situações concretas e particulares de grandes adversidades; no caso brasileiro em plena ditadura militar e acirramento da luta de classes pela redemocratização e pelos direitos sociais e políticos — a partir de 1980 e, no caso argentino, o arrocho neoliberal, a crise econômica e social e o processo de luta de classes em todo o território a partir de 1990-2001.

No constituye un dato menor recordar que en América Latina la apertura del ciclo de luchas contra la globalización neoliberal y asimétrica no provino de las fuerzas de la política institucional. Fueron las organizaciones y movimientos sociales los grandes protagonistas de este nuevo ciclo, los que a través de sus luchas y reivindicaciones, aun de la práctica insurreccional, lograron abrir la agenda pública y colocar en ella nuevas problemáticas: el reclamo frente a la conculcación de los derechos más elementales, la cuestión de los recursos naturales y de las autonomías indígenas, la crisis de representación de los sistemas vigentes, contribuyendo con ello a legitimar otras formas de pensar la política y las relaciones sociales. Así, en las últimas décadas, los movimientos sociales en América Latina se han multiplicado y han extendido su capacidad de representación, esto es, han ampliado enormemente su plataforma discursiva y representativa en relación a la sociedad: movimientos indígenas y campesinos, movimientos urbanos territoriales, movimientos socio-ambientales, movimientos y colectivos glttb, en fin, colectivos culturales, dan cuenta de la presencia de un conjunto de reivindicaciones diferentes, con sus respectivos clivajes identitarios, configurando un campo multiorganizacional extremadamente complejo en sus posibilidades de articulación. Heterogéneos en sus demandas, al igual que en otras latitudes, éstos transmiten una tendencia a la reafirmación de la diferencia y el llamado al reconocimiento, al tiempo que se expresan a través de una multiplicidad de repertorios, ligados a la acción directa. (SVAMPA, 2009, p. 7-8).

Mesmo estando separados no tempo e espaço, é possível identificar no processo dessas duas organizações do campo, que tratamos neste trabalho, um fio condutor comum, ou seja,

um tremendo trabalho de articulação, formação, organização e unificação de forças, em pleno campo de batalhas, de lutas e de enfrentamento direto. Em uma abordagem comparativa o elemento principal que unifica e amplia as forças em luta no campo, naquele momento, estava associado diretamente, a um intenso processo de luta de classes e embates contra as violências, precarizações e expropriações capitalistas.

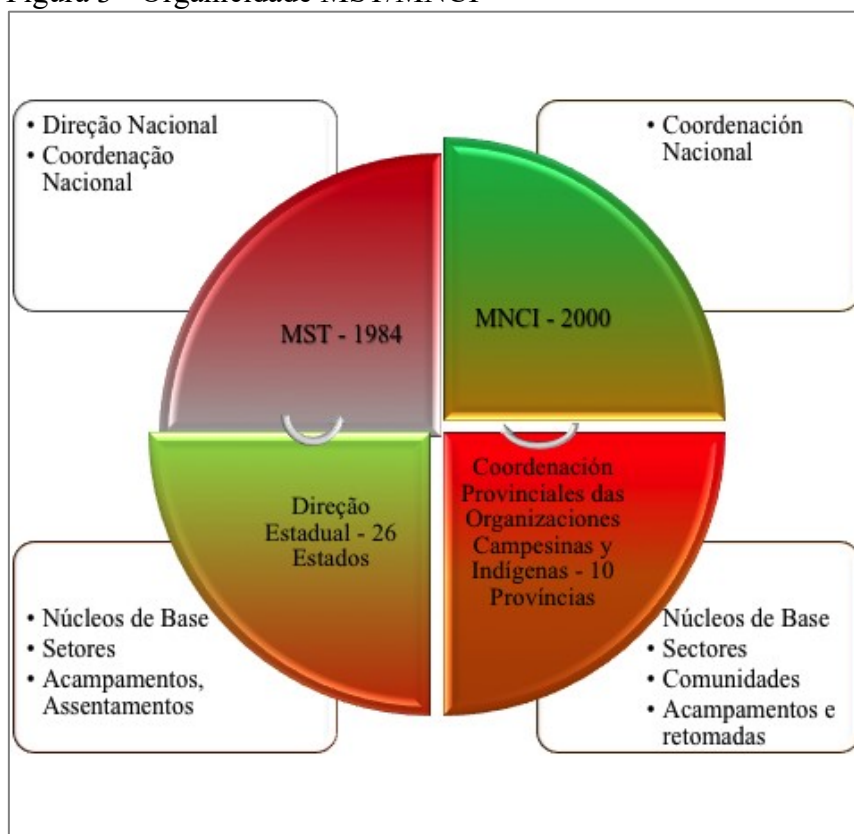
Entre as similaridades, no que diz respeito ao aspecto da gênese e consolidação dos movimentos, podemos elencar as influências históricas anteriores, pois são essas organizações oriundas de processos de lutas anteriores, que por sua vez, também foram herdeiras de aspectos próprios da história humana. Para a integrante do MST são elementos que relacionam os movimentos comparativamente

uma tática estratégica de organização da grande massa de trabalhadores do campo (nas mais diferentes expressões, seja camponês, seja boia fria, seja assalariado, ou posseiro) que expulsos de seus territórios. Suas relações com comunidades indígenas e quilombolas são de alianças estratégicas na construção de um caminho comum a ser trilhado (A.B, integrou o Setor de Formação Nacional do MST/Via Campesina)¹²⁴.

O MST e o MNCI, como já elencamos, são processos de sínteses das lutas que foram travadas no campo por organizações anteriores; no primeiro caso, as Ligas Camponesas e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, no segundo, da Federação Agrária Argentina FAA e do MOCASE. Além da luta pela terra e pela soberania alimentar, há uma preocupação grande dessas duas organizações com processos de formação política, suas relações se aproximam e se fortalecem por meio dos intercâmbios organizados pela Via Campesina, pelos cursos de formação política e participação conjunta nos cursos na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). No aspecto da organicidade, os dois movimentos trabalham com elementos semelhantes, tendo em vista que há entre os movimentos intercâmbios e trocas de saberes através das lutas, encontros, cursos, congressos, entre outros tipos de eventos. Na Figura 3 apresentamos aproximadamente um resumo dessa estrutura nacional.

¹²⁴ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2020.

Figura 3 - Organicidade MST/MNCI



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Mas em se tratando de processos e lutas que estão distantes no tempo e no espaço geográfico, é compreensível que apresentem distintas formas de consolidação, de configuração e de aprendizados. É o que apresenta nesta passagem, a fala de um dirigente do MNCI, integrante do movimento UST, da região de Mendoza:

Vamos por la origen del movimiento, digamos, que surge a partir, surge y es, fundamentalmente una articulación de organizaciones, o movimientos provinciales, o regionales. Entonces es, fue, un proceso creciente de articulaciones de movimientos ya existían antes, quizá una principal diferencia con el MST es que, estos movimientos sigue manteniendo su nombre, y su identidad, y su dinámica, se articulan a nivel nacional, esa es una diferencia con el MST que es una estructura sola, con una sola identidad y una sola forma organizativa. El MNCI es una articulación de organizaciones, entonces tiene como, más diversidad en este sentido, el origen, es entonces el encuentro, principio de algunas de estas organizaciones que forman parte del MNCI, digamos que al redor del año 2000, más o menos, empieza a articularse, existía una instancia de encuentros, donde se empezaran a encontrar estas organizaciones que se chamaba: la Mesa de Productores Familiares, que era a nivel nacional, pero participaba muchas otras organizaciones, que era medio como, no marco de esa cosa de la agricultura familiar, que después surgieron con más fuerza, para tener una idea, por los nombres de la organizaciones, acá en Argentina existe una organización centenaria, [...], de pequeños y medianos productores capitalizados, tipo, que sería como o equivalente de la CONTAG, aquí se chama Federación Agraria Argentina FAA, esa organización, una parte de esa organización, empezó a promover esa mesa de productores familiares porque veía que había todo un, en el Estado, todo un despliegue de políticas públicas para ese nuevo sector de la agricultura familiar, entonces, ahí estos movimientos campesinos que se empezó a formar, a partir de los años mediados de los noventa el MOCASE, quizá el más antiguo, que surgió en Santiago del Estero en el noventa, después la mayoría surge en el año 2000. Empezamos a encontrando en esta mesa de productores familiares, todavía muchas otras organizaciones y ahí vimos que había muchas afinidades entre esas organizaciones y

había diferencias con la otra, entonces ahí poco, va surgiendo, ese fue el primero espacio de encuentro, después se consolida esta idea digamos de generar un movimiento de articulación nacional autónoma y con una marca, más digamos, de lucha, de confrontar con el Agronegocio, de la disputa por la tierra, otras organizaciones no disputaba la cuestión de la tierra, era más pelear por el precio de algún producto, por el acceso al crédito, no había una visión de lucha, e los problemas era distinto, esa organización era más de aquí, de la zona núcleo, de la pampa húmeda, es decir, que la mayoría de las organizaciones campesinas que conformaban los movimientos son como la periferia de la pampa húmeda. Entonces eso, al redor de los 2000 empieza los encuentros y cada vez reuniones y definiciones para impulsar una articulación más orgánica, entonces el 2005, se consolida la estructura orgánica, el nombre y la composición, de *Movimiento Nacional Campesino Indígena*, en un plenario que se realizó en la provincia de Jujuy en el límite con Bolivia. Se conformaba el movimiento con unas 10 provincias, con organizaciones de 10 provincias que son: Buenos Aires, Santiago del Estero, Córdoba, Misiones, Salta, Mendoza, San Juan, Neuquén, no se me está olvidando alguna, bueno ahora está también Rio Negro, pues eso fue un poco la composición originaria. Entonces bueno, el 2005 si quiere es un momento importante, pero en el año 2000, fue antecedentes previos, antes de lo surgimiento de cada una de las organizaciones provinciales, MOCASE como la primera, después hubo organizaciones de Misiones que también tenía una trayectoria anterior, después a partir de los 2000, cuando se ha la grande expansión digamos de lo Agronegocio en la Argentina a partir de la soja, donde los conflictos por la tierra, de alguna manera explotan e eso faz con que se forma el movimiento de resistencia por el territorio[...]. Otro hito quien sabe en el año de 2010, es como el primero Congreso Nacional de lo movimiento, fue aquí en Buenos Aires, e ese también fue un momento muy importante porque broto un proceso de discusión de la organicidad, de los principios, de lo objetivos, entonces ahí entre 2005 e 2010 hubo también un proceso de crecimiento e consolidación hasta ahora (F.M., Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹²⁵.

O avanço dessa lógica progressiva no campo, de desenvolvimento e acumulação incessante de capital, que incorpora o território, os bens e a vida ao mundo da especulação financeira, ou seja, ao mercado internacional de *commodities*, terá como limitante os sujeitos sociais que historicamente viveram e controlaram estes territórios. O conflito social instaurado no território é mediado por forças sociais em luta que se materializam em organização social. Assim é que tomam forma e representatividade social os diversos movimentos sociais do campo na Argentina e particularmente o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI).

A partir do exposto é possível compreender uma larga tradição histórica de lutas no campo, mesmo que muitas vezes localizadas e isoladas. Um processo que toma corpo e adquire potencialidade na década de 1970. Essas experiências serviram de base para os primeiros passos do MNCI e sua articulação nacional. Desde as suas primeiras articulações em 1993 e a sua conformação, enquanto movimento nacional, em 2003, passaram-se 10 anos de construção.

O MNCI caracteriza-se como um movimento popular que agrega aproximadamente 20.000 mil famílias de agricultores *campesinos* e indígenas da Argentina, em aproximadamente 1.000 comunidades rurais. Está organizado em dez territórios argentinos que se articulam através de movimentos e organizações locais. Conforme dados

¹²⁵ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

disponibilizados no sítio da organização e das entrevistas são eles: *Movimiento Campesino de Córdoba* (MCC), em Córdoba; *Red Puna, Tierra Fértil*, em Jujuy; *Unión de Trabajadores Sin Tierra* (UST), em Mendoza e San Juan; *COTRUN*, em Misiones; *MNCI*, em Buenos Aires; *Mesa Campesina Del Norte Neuquino* (MCNN), em Neuquén; *Encuentro Cachalquí*, em Salta; *Movimiento Campesino de Santiago del Estero-Via Campesina* (MOCASE-VC), em Santiago del Estero (*MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDÍGENA*, 2018)¹²⁶. Segundo seus representantes, o movimento nacional tem como marca a luta pelo território e o confronto direto com o agronegócio. Assim, entre os princípios que fundamentam a luta do movimento estão a: Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Organização Popular.

Nosotros, hablamos, R. A., Soberanía Alimentaria y organización popular. Aquí la cuestión del socialismo, no es una marca tan fuerte, digamos, probablemente todo el movimiento está de acuerdo, pero el socialismo en Argentina fue un socialismo, para que vea, como cada debate tiene su trayectoria, en cada país. En Argentina el socialismo fue un socialismo ilustrado así como de elite, intelectual, no hubo un trabajo digamos, más popular, más de organización, entonces, bueno, quedo se ay esa idea de socialismo, obviamente la política de Argentina como veras todos los días está coordinada por el peronismo, de alguna manera, la izquierda se ha consolidado, es crecido un poco, bueno y en este contexto muy complicado, entonces, que la memoria popular está mucho más vinculada al distintos momentos y las distintas versiones del peronismo que a alguna corriente más socialista, entonces, hablar de la teoría del campesinado al socialismo es complejo, las cuestiones no se van poder llegar, pero obviamente en los principios de los movimientos son principios socialistas, anticapitalistas. Las cooperativas del movimiento son todas cooperativas, no ay, luchamos contra la explotación, no debería, no hay relaciones de explotación, bueno, se combate, se cuestiona. (F.M., Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹²⁷.

A configuração da organização como aglutinação de diversos movimentos, espalhadas por diversas províncias e, portanto, comunidades, dificulta o processo de mensuração de sua abrangência, assim como da totalidade de seus membros. O que nos explica o dirigente de uma das organizações vinculadas:

Es muy difícil pues como nosotros no tenemos una estructura de asentamientos y ni acampamentos, donde tu tiene un catastro donde se puede contar, es difícil saberlo, pero no sé, tenemos hablado de 20.000, pero la verdad hoy no puedo dar un número, se podría hacer un esfuerzo más, no sé, El MOCASE es tranquilamente la mitad, en Santiago del Estero, por la densidad, digamos, de población campesinas que hay ahí en esta provincia. Pero bueno, aquí en Buenos Aires ha crecido mucho, o sea, es, quizá es 30.000 no sé, no tenemos un registro, no tenemos forma de saberlo, bueno está el núcleo de base territoriales, nuestra unidad de organización, digamos, son las comunidades, o grupo de base, son grupos de la familia organizados a nivel territorial, pero no existe la figura de asentamientos aquí, entonces no hay un controle de la cantidad. Cada organización te podría decir un número aproximado, pero no se de la cuenta como están, porque es diferente. Ahora cuando te explique la cuestión de la reforma agraria, los conflictos y la disputa, va a entender un poco lo que es. Es menos organizado del punto de vista burocrático de la lucha en Brasil..., hay asentamientos con tantas familias, ahí acampamentos con tantas familias, acá se da de otra manera la resistencia, la lucha (F.M., Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹²⁸.

¹²⁶ Disponível em: <http://mnci.org.ar/organizaciones/>. Acesso em: 14 fev. 2018.

¹²⁷ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

¹²⁸ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

O movimento está vinculado em nível continental à *Coordinadora Latino-americana de Organizaciones del Campo* (CLOC) e em nível internacional à Via Campesina. São princípios organizativos do MNCI definidos em suas assembleias e congressos nacionais: a Horizontalidade, a Autonomia Política, a Construção desde as Bases e a Igualdade. A problemática no campo é enfrentada a partir de cinco áreas de atuação: a formação, a saúde, o território, a produção e comercialização e a comunicação.

O I Congresso Nacional do Movimento foi realizado em 2010 com a presença de 1.500 camponeses e indígenas. A pauta de luta do movimento é a reforma agrária integral e a soberania alimentar, através da organização popular. Para o movimento, essas duas bandeiras de luta citadas anteriormente não podem estar separadas, mas articuladas. O programa de reforma agrária integral, defendido pelo movimento, tem como pilares fundamentais a:

Democratización del Agua y la Tierra priorizando su función social/La vuelta al campo desde la ciudad/Soberanía Alimentaria: promoción de la vida campesina indígena y sus valores/Desarrollo de un sistema de comercialización que permita que los alimentos sanos, y de calidad lleguen desde los productores a todos los argentinos sin atravesar los intermediarios que elevan los precios/Un sistema de créditos y subsidios que fortalezca la producción campesina e indígena, que apoye a las familias que viven en el campo y trabajan la tierra con sus manos/Acceso a una educación basada en los valores de las comunidades, arraigo cultural, diversidad, multidisciplinar, agroecológica. Subsidios para mejorar la infraestructura rural en cuanto a servicios: caminos, educación, salud y recreación de la juventud/Ordenamiento territorial participativo y articulado con la sociedad civil/Activa participación de las organizaciones campesinas e indígenas. (MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDIGENA, 2010).

A concepção de soberania alimentar aí defendida pelo movimento tem como pressuposto que o trabalho desenvolvido na terra não está a serviço do mercado de exportação de *commodities*, mas prioritariamente voltado para a produção de alimentos saudáveis e suficientes para alimentar a população do país. Está contido também nesta proposição que o tipo de produção ou modo de se produzir na terra, a cultura de produção, atenda às necessidades imediatas da população, ao mesmo tempo em que garanta a preservação e a regeneração dos nutrientes da terra e uma comercialização justa. Assim,

Nuestra palabra es clara y sencilla sobre la democracia que queremos: creemos que la Reforma Agraria es uno de los caminos posibles para resolver la pobreza de la ciudad y del campo. Hablamos de una Reforma Agraria integral, que vaya más allá de la conquista económica de la tierra. El desempleo, la violencia, la pobreza, la falta de educación, de transporte y de vivienda se solucionarían si se democratizan los medios de producción y el control de la comercialización. Pero también luchamos y proponemos una Reforma Agraria que incluya otros aspectos de nuestra vida: lo social, lo económico, lo político y lo cultural. La Reforma Agraria no es sólo para las familias que habitamos el campo, es también una urgencia y una necesidad para quienes viven en pueblos y ciudades. Es una forma de garantizar nuestra alimentación y nuestro desarrollo, de preservar nuestros bienes naturales, para la humanidad y para las generaciones futuras. En nuestro país nunca hubo

una Reforma Agraria. Entre todos debemos ir construyéndola y discutiendo cómo quisiéramos que fuera, qué caminos recorreremos, sobre qué pilares la asentamos. Nuestras manos estarán siempre dispuestas a eso. (MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDIGENA, [2018]).

Em comparação com a Argentina, a luta pela terra no Brasil, respalda-se em um preceito constitucional fundamental para a legitimidade das ações dos movimentos sociais do campo. A saber: o artigo 5º da Constituição Federal, que afirma,

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...] XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição; XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano; XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento [...] (BRASIL, 1988).

Esta é uma das principais reivindicações do MNCI e outros setores da sociedade argentina. O que se verificou em uma coletiva de imprensa organizada em novembro de 2013, com a presença de diversos segmentos da sociedade, para reclamar a inclusão da função social da propriedade no novo Código Civil. Nesta conferência, destaca-se a exposição do presidente do *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), Horacio Verbitsky, que apresenta, com muita clareza e evidência, uma das problemáticas centrais da Argentina.

[...] Nosotros desde el CELS no vemos que haya ningún problema social más grave en la Argentina de hoy. La dificultad para el acceso al suelo, a la tierra rural y urbana es el problema número uno. No hay un problema más grave Y todos los problemas que ocupan la atención de la dirigencia política y de los medios de comunicación, como la inseguridad o el comercio clandestino de narcóticos, son derivación y consecuencia de este problema central. De modo que la omisión de este principio, la eliminación del Código Civil de un principio que rigió durante más de un siglo, que es el de la extinción del dominio por falta de uso del bien y que ha sido suprimido en esta reforma, nos parece de una gravedad imposible de exagerar. (CENTRAL DE TRABAJADORES ARGENTINOS, 2013).

O MNCI configura-se, portanto, como um movimento social que luta pela melhoria das condições de vida — produção e reprodução — das famílias camponesas em contraste com o avanço do agronegócio e a lógica capitalista de acumulação no campo que se aprofunda. Como observa Katz,

a argentina é uma economia agroexportadora assentada na extraordinária fertilidade da terra. Esse vantajoso acervo de recursos naturais constitui uma maldição sob o capitalismo, uma vez que estabelece um alto piso de rendas comparativamente a qualquer outro investimento [...]. Esta assimetria historicamente determinou a

proeminência inicial da pecuária e dos cereais e sua substituição atual pela soja [...]. Esta primazia agroexportadora reapareceu com força nas últimas décadas de modernização da produção agrícola (modificações genéticas, agroquímicos, maquinaria de última geração) e de aumento da demanda internacional (por especulação financeira, compras da China-Índia e agrocombustíveis) (KATZ, 2016, p. 193).

Entre as principais formas de luta do movimento, ou seja, as suas principais características, de forma geral e particular, estão as marchas, as tomadas de terras, os *feriazos*¹²⁹, os acampamentos de juventude, entre outros. No âmbito das ocupações de terras, existe um processo em andamento de retomadas, com base na lei de agricultura familiar e campesina, que está voltado para as terras do Estado argentino, como relata a dirigente do MNCI/Buenos Aires. Na Argentina,

lo que tenemos hoy en día, es una toma de tierras, que es del Estado, y que hicimos un amparo en función de la ley de agricultura familiar, campesina que dice que las tierras del Estado, si eran (palabra cortada) tenían que ser distribuidas para el trabajo, digamos para comunidades campesinas, y eso nos permitió que, por lo menos, 10 familias, que son las que están en Maipú, permanezcan en tierras del Estado produciendo. [Tiene muchas tierras hoy del Estado] Muchísimas, todo lo que eran las tierras de los militares, o sea las tierras del Estado que usaban para militarización, todas esas tierras son extensiones enormes, y hoy en día se están poniendo en venta (E.P., Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹³⁰.

Os povos latino-americanos em sua diversidade seguem resistindo às diversas formas de exploração e de expropriação.

La resistencia territorial, es una muy fuerte, sería una dimensión más, digamos, del conflicto, después está toda la discusión jurídica, de cómo enfrentar jurídicamente estos conflictos, porque ahí está la policía, siempre hay una estrategia, ahí entra toda la enmaraña jurídica. Donde tiene que actuar, abogados, se reivindica entonces la, digamos, el marco legal, en que podemos apoyarnos aquí se llama ley de posesión veinteagal?, no se en alguna provincia se llama, en Brasil también se tiene donde se... una tierra que durante tiempo que esta tierra nos corresponde, sin que tiene el título, en Brasil, uso capião, lo mismo, se usa igual, uso capião. La mayoría de los conflictos, los campesinos reivindica el derecho del uso capião, digamos, haber vivido, producido, cuidado en esta tierra durante mas veinte años, e pasa que cuando eso se va a la justicia y llega un juez, entonces ay una parte que ha ocupado esta tierra durante 20 años, y otro lo empresario que dice que tiene el título, el juez, la ley, se lo atiende la ley, en la ley debería ...derecho al que ha tenido ocupado a la tierra, pero el juez siempre fala por una cuestión de clase con el otro, eso es un poco el que resulta. (F.M., Dirigente do MNCI/UST)¹³¹.

O caminho que se segue neste e, portanto, em outros trabalhos que abordam esta temática, possui o mesmo fio condutor, ou seja, o retrato da resistência de sujeitos sociais que aprendem com a história e continuam suas lutas, constroem formas alternativas de organização, ligas, frentes, associações, movimentos, entre outras. Através das articulações com a base campesina e a sociedade em geral, estabelecem caminhos para a obtenção da

¹²⁹ Feiras de alimentos e ato político na capital, organizada conjuntamente com outros movimentos sociais do campo na Praça de Mayo.

¹³⁰ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

¹³¹ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

legitimidade social necessária e imprescindível para o enfrentamento diário das diversas formas de subordinação, dependência e aniquilamento. Isso obviamente tem provocado momentos de conflito e violência no campo argentino, contudo, numa intensidade bem menor dos níveis apresentados no meio rural brasileiro e que poderemos observar em nossa próxima discussão.

4.5 A VIOLÊNCIA NO CAMPO COMO PARTE DA REALIDADE DO BRASIL E ARGENTINA

Como foi passível de observação ao longo dos capítulos anteriores, o ato de produção e reprodução do capital vem acompanhado de diversas crises e transformações. Isto também ocorre com os organismos e entidades de classe que a cada transformação social se metamorfoseia em “novos” instrumentos de direção moral e intelectual responsáveis pela organização e difusão da sociabilidade da classe economicamente dominante. As empresas, associações patronais, partidos políticos, Estado etc., são instituições que organizam, regulam e unificam o seu comportamento e mentalidade. Ou, seja, em seu conjunto constituem, o que Gramsci denominara como, aparatos privados e estatais de hegemonia.

Ao passo que examinamos o capitalismo na América Latina e neste processo aquilo que denominamos modernização do campo, identificamos que a modernização aqui imposta se insere no limite da dependência e do subdesenvolvimento. A realidade latino-americana está marcada por estas relações de dependência, o que explica, portanto, a permanência de problemas elementares como a fome, a falta de moradia, de educação etc. Se até mesmo os problemas, considerados elementares, não foram superados no âmbito do capitalismo dependente, o que se observa em relação a um problema estrutural, como a questão agrária, será a sua total e insuprível resolução. A questão agrária, no Brasil e Argentina, permanece assim como uma problemática crônica e latente.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se, de um lado, revoluciona os modos de produzir e as relações sociais, de outro, carrega o passado e não consegue superar a dependência e o subdesenvolvimento. E a modernização da agricultura não foge a esta regra da presença do moderno e do atraso — um dos paradigmas de nossa sociedade.

Do ponto de vista das estruturas sociais e de classe, as modificações impressas com o desenvolvimento agrícola propiciaram, ao nível dos dominantes, a emergência de novos atores e uma grande diversidade interna que, longe de eliminar de vez ou de tornar anacrônica as velhas estruturas e processos, a eles se imbricam. Por seu lado, novos sujeitos políticos e novos sistemas de dominação e de legitimidade burguesa

vão sendo construídos juntamente com velhos atores e estruturas. (BRUNO, 1997, p. 4).

No âmbito do capitalismo monopolista a modernização da agricultura trouxe em seu bojo a configuração dos complexos agroindustriais e a integração de capitais, bem como, no campo ideológico, a inserção de uma nova retórica de legitimação que procura projetar a imagem de um patronato rural e agroindustrial liberal e progressista, preocupado com as questões sociais e orientando-se segundo “modernos padrões de rentabilidade e competitividade”. E poderíamos nos perguntar: o que restou do antigo poder rural?

Contrariando o vaticínio de quase todos os analistas, ele ressurgiu ainda mais forte sob a forma do agronegócio, todo voltado a exportação. Retornamos, assim, agora sob a égide da nova globalização capitalista, a uma situação semelhante à do antigo estado de colônia de exploração agrícola e mercantil. Há que assinalar, no entanto, uma diferença de monta em relação ao passado. A empresa contemporânea de *agribusiness* representa a implantação do negócio industrial no meio agrícola e, como tal, não depende da propriedade da terra para subsistir. A rigor, de acordo com os estritos cálculos capitalistas, o empresário do agronegócio não precisa ser proprietário da terra. Ele deve mesmo, em certa medida, precatar-se contra a imobilização excessiva do seu patrimônio, que reduz necessariamente a sua força concorrencial, em grande parte fundada no capital de giro. E, no entanto, como todos sabem, as empresas de agronegócio, muitas delas estrangeiras, são as sucessoras entre nós dos antigos latifundiários. Se em contraste com estes últimos elas não deixam suas terras sem cultivo, desenvolveram na prática notável poder ofensivo, ao provocarem grave devastação do meio ambiente e explorarem – agora de modo muito mais radical – a mísera classe dos trabalhadores agrícolas. Com base na propriedade rural em avançada expansão, as novas empresas agroindustriais retomaram e acentuaram, no plano local, o poder político dos velhos senhores do campo (COMPARATO, 2006, p. 15-16).

Assim, o que se verifica, tanto no Brasil como na Argentina, a partir da análise das transformações na agricultura e das ações das suas entidades de representação patronal ou de classe, é que essas mudanças impostas, a partir de sistemáticas expropriações, não poderiam estar separadas de um contínuo processo de violências. Como aborda, Diego Domínguez e María de Estrada:

El sistema agro-industrial-alimentario de Argentina, en el actual contexto de globalización económica, está signado desde algunas décadas ya, por el despliegue de un patrón de acumulación capitalista denominado como agronegocios. Se trata de un proceso, de transformación multidimensional y multiescalar, que presenta rupturas y continuidades con la expansión del anterior modelo de la agroindustria que combinaba un sector agroexportador con una orientación hacia el mercado interno a partir de regulaciones estatales. En las últimas décadas en simultáneo con este proceso se ha desplegado una intensa conflictividad por la tierra, en el marco de lo cual se registra también una creciente violencia rural. (DOMINGUEZ; ESTRADA; 2013, p. 489).

O desenvolvimento do capitalismo e a forma de modernização que então se processa transforma o latifúndio, que outrora se considerava “atrasado e arcaico”, em um “novo” ramo de acumulação capitalista, ou seja, agrega-lhe uma nova roupagem travestida de empresa

rural: ao latifúndio improdutivo se acrescenta o termo produtivo, a concentração da terra se mistifica com o verbete grande lavoura etc.

O latifúndio deixou de ser o mal da economia e se transformou em reservas permanentes de valor e a produção agroexportadora em salvação para o equilíbrio da balança de pagamentos. A forma de produção que se inseriu na agricultura uniu as frações de capital: agrário, industrial e financeiro através da integração de capitais. Desta feita o agronegócio atua diretamente com as indústrias à montante e a jusante — armazenadores, distribuidores, transportadores, comerciais, serviços, entidades financeiras, entre outros.

Para Regina Bruno (1997), apesar da diversidade que existe entre os proprietários e empresários, tem um elemento coesionador de ambos: a construção de uma identidade social ou uma racionalidade uniformizadora em torno da manutenção do poder e exercício da dominação. Esta identidade e legitimidade de representação das elites agrárias é construída a partir da defesa conjunta de quatro questões: o imperativo de uma ampliação da organização e da representação que lhes possibilite um maior poder de barganha junto ao Estado e à sociedade; a necessidade de construção de um novo discurso político e ideológico; a prioridade na definição de novas estratégias de política agrícola mais favoráveis aos seus interesses e, a defesa absoluta do monopólio fundiário. A autora reitera que

É na tradição que as classes e grupos dominantes no campo elaboram seu discurso ideológico e suas novas práticas políticas [...]. Por traz do termo “produtores e empresários rurais” há uma ofensiva política e ideológica sob novas formas de dominação e de exploração burguesa. Ser moderno significa produzir e reproduzir-se numa sociedade onde a agricultura se encontra cada vez mais subordinada às regras do capital e, neste caso, consiste no desafio de seguir os padrões produtivos da agroindústria, penetrando neste universo de custos e lucros estabelecidos em códigos amplamente valorizados e de produtividade, que tudo justifica, inclusive a improdutividade, a especulação e o monopólio da terra. (BRUNO, 1997, p. 5-6).

O aprofundamento da maximização dos lucros capitalistas no campo está vinculado com a conseqüente degradação e destruição dos ecossistemas. O seu processo de territorialização se impõe, portanto, sobre os modos de vida e as relações sociais pré-existentes nesses espaços rurais. Alteram-se os sentidos da vida em comunidade e do trabalho em sua relação de equilíbrio com a natureza. Para Dominguez e Estrada (2013), na Argentina,

En simultáneo con esta transformación agraria del país de las últimas décadas, se viene registrando una creciente conflictividad por la tierra y la intensificación de hechos de violencia en las áreas rurales, sobre todo en aquellas regiones donde se desenvuelve la ampliación de la frontera agropecuaria con la incorporación de nuevas tierras a la producción de commodities. En el periodo actual, la violencia rural en Argentina, reaparece en forma cada vez más recurrente, variando en magnitud y niveles de crueldad (provocación, amenaza, golpiza, tortura, violación, asesinato). Como lo hemos señalado en trabajos anteriores desde el Grupo de Estudios sobre Ecología Política, Comunidades y Derechos – GEPCYD (2010), en

el campo argentino puede observarse un creciente aumento en la magnitud de los indicadores de la violencia rural. (DOMINGUEZ; ESTRADA, 2013, p. 491).

A lógica de orientação da classe dominante no campo que utilizava o discurso modernizante da necessidade de superação do atraso e de eliminação dos “resíduos feudais” e do subdesenvolvimento. Deu lugar a uma nova ideologia de modernidade no campo, cujo cenário ideal são os complexos e as cadeias agroindustriais. Empresários e latifundiários, pecuaristas e agricultores, progressistas e conservadores, todos, em unísono rasgam o verbo e falam em nome da modernização e do progresso (BRUNO, 1997). Nas palavras da autora,

[...] As designações latifundiários e empresários são complementares, não opostas, porque ambas inscrevem-se em um mesmo espaço de referências e de significações e ambas englobam a improdutividade e o lucro. Em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos; atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro organiza-se a associação de criadores; atrás das sociedades anônimas decidem clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador (BRUNO, 1997, p. 11).

A retórica da classe dominante, alocada no campo, não está desprovida de conteúdo, seus fundamentos encontram-se no modo de produção de capitalista. Pois, a modernização da agricultura, em seu processo de inserção tecnológica e de integração industrial, corresponde aos interesses e as necessidades de acumulação de capital. Desta feita, o que se verifica a partir da modernização agrícola é a ascendência mistificadora de um determinado tipo de patronato rural, que busca renovar os mecanismos de poder e as estruturas de legitimação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, tendo como finalidade a mesma equação anterior, a ampliação do direito de propriedade e a sua expansão para além dos limites historicamente estabelecidos.

Quando adentramos nesta perspectiva de análise, o que se observa, historicamente no campo, são os mesmos sujeitos, assim como os mesmos discursos iracundos de defesa da *ordem*, da *família* e da *propriedade*. Ressalta-se, portanto, os mesmos valores, ou seja, que é preciso garantir o patrimônio, o bem sagrado e o poder expresso na propriedade privada da terra. O resultado disso historicamente se resume em perseguição, criminalização e assassinatos no campo.

A crescente perseguição e criminalização de comunidades indígenas e camponesas, mulheres e homens que defendem a terra e os recursos naturais faz parte de uma estratégia de repressão que se estende por toda a América Latina. Utilizam-se táticas como a militarização dos territórios, os estados de exceção, a intervenção lado a lado de agentes de segurança privada e forças policiais e militares, ou ainda a instrumentalização do aparato judicial para deslegitimar o protesto social. Graças à ação coletiva, hoje existe mais que em qualquer outro momento informação e preocupação em relação aos danos sociais e ambientais associados ao extrativismo.

Por outro lado, nunca antes a vida de ativistas, jornalistas e defensores e defensoras esteve tão em perigo. Na luta pela terra e defesa dos direitos humanos, os movimentos sociais – em particular a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC-VC) e a Rede Centro-americana de Mulheres Rurais, Indígenas e Camponesas (REMURIC) – têm desempenhado há anos um papel preponderante em momentos cruciais, por conseguir atender essa demanda essencial para as comunidades indígenas e camponesas. (OXFAM, 2016, p. 8).

A situação que ocorre nos distintos países e em suas múltiplas propriedades rurais é basicamente a mesma: vale a unificação e a defesa dos interesses através do uso da violência — capangas, milícias privadas etc., que são o braço direito do grande proprietário rural. Em solo argentino,

Un rasgo presente en zonas rurales donde existen problemas de tierra es la mayor presencia de: gendarmería, grupos especiales y guardias privadas [...] A su vez se registra durante el período democrático el pasaje de acciones puntuales de las policías provinciales en conflictos de tierra, a una situación de intervención sistemática en operativos de desalojo de grupos especiales, gendarmería o paramilitares, donde se combinan fuerzas públicas y civiles armados [...] En este contexto aparecen modalidades de hostigamiento y amedrentamiento permanentes a las familias campesinas. En distintas provincias se observa la creación reciente de fuerzas especiales y su actuación en zonas rurales (monte e islas) e incluso en conflictos de tierra. Algunos ejemplos que se destacan: GETOAR (Grupo Especial de Táctica Operacional de Alto Riesgo), creada en 1991, en provincia de Santiago del Estero; UEAR (Unidad Especial de Asuntos Rurales), de la provincia de Formosa; COPAR (Cuerpo Operaciones Policía Alto Riesgo), en provincia de Salta; COE (Cuerpo Operaciones Especiales), en la provincia de Chaco; entre otros como las TOE (Tropas de Operaciones Especiales), creada en 1990, en provincia de Santa Fé. (DOMINGUEZ; ESTRADA, 2013, p. 492).

Para Regina Bruno (1997), a lógica coronelística da terra como fonte de riqueza, de prestígio e de poder político, econômico e social se mantém. Ao negar a figura fantasmagórica do coronel ela se revela constantemente na prática e na linguagem cotidiana destes comensais dos valores tradicionais, da pompa e dos privilégios hereditários. Podemos confirmar a autoridade deste argumento quando analisamos os dados dos conflitos e assassinatos no campo a partir de 1990. Eles são a prova empírica da continuidade das formas arcaicas de violência reatualizadas no campo mesmo quando é escamoteada pela disseminação ideológica do agronegócio como símbolo de modernidade e de superação do atraso.

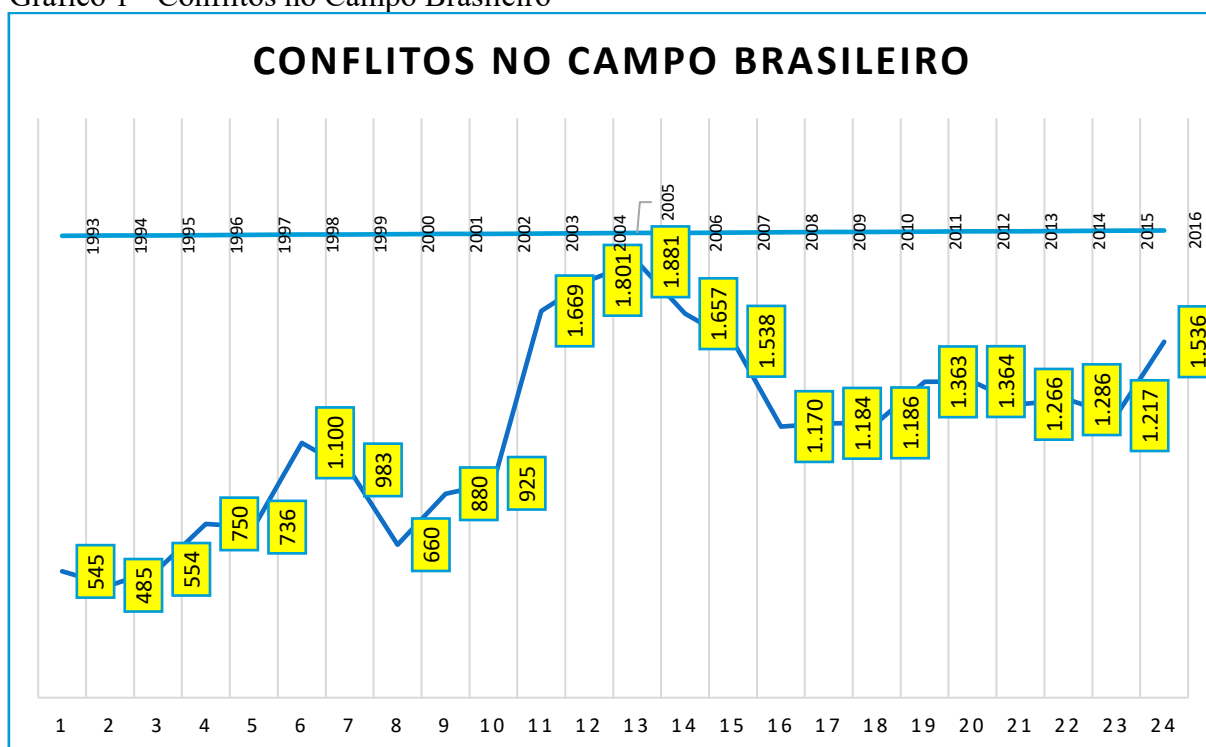
A título de ilustração o Gráfico 1, elaborado a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra, demonstra que o conflito no campo no Brasil não diminui, pelo contrário, o que se verifica é a manutenção de uma média elevada que se prolonga por diversas décadas.

Nosso recorte temporal de análise (1993-2016) aponta para um ápice desses conflitos a partir dos anos de 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e voltam a subir durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, mantendo uma média

elevada até o ano de 2016. No primeiro caso, o ápice dos conflitos se dá no âmbito de um governo neoliberal e, no segundo, em decorrência do avanço da luta pela terra e das ocupações a partir de 2002, quando o governo sinalizava a realização da reforma agrária.

É significativo notar que no ano de criação da principal associação do agronegócio no Brasil — a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) —, em 1993 há o registro de 545 conflitos no campo. Com o avanço do agronegócio, os conflitos se acentuam atingindo em 2005 o número de 1.881 casos. O arrefecimento das lutas e consequentemente da redução do número de ocupações de terra, a partir de 2007, explicam uma leve queda nos casos, contudo, se mantém uma média bem elevada.

Gráfico 1 - Conflitos no Campo Brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do CEDOC Dom Tomás Balduino (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2018).

A forma brutal em que atuam os aparatos de controle do agronegócio em defesa da propriedade privada da terra resulta em mecanismos de controle social e de demonstração de força no campo. É alarmante o número de assassinatos que foram registrados e que obtiveram conhecimento no Brasil. Para termos um quadro comparativo dessa situação no Brasil entre os anos de 1993-2016, organizamos os dados dos assassinatos no campo, coletados pela Comissão Pastoral da Terra, apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Assassinatos no Campo Brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do CEDOC Dom Tomás Balduino (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2018).

No Gráfico 2 é possível observar que o ápice dos assassinatos no campo, registrado por nossa fonte, acontece nos anos de 2003 com 73 vítimas, mantendo um número médio elevado de casos até 2015. Nos anos 2015 os casos sobem novamente para a casa dos 50 assassinatos, atingindo um pico elevado no ano de 2016 com 61 vítimas. Se observarmos, paradigmaticamente, os dois picos apresentados no gráfico e relacionarmos com a história política do País, veremos que são dois anos diametralmente opostos, ou seja, se em 2003 o avanço da luta pela terra e respectivamente as ocupações, tinham como mote a sinalização do governo Lula, eleito pelas forças populares, para a realização da reforma agrária; em 2016 a luta pela terra, as ocupações e as suas lideranças mantinham-se sob o ataque direto e a criminalização por parte do governo, que efetuara o golpe institucional parlamentar¹³², de Michel Temer. Se havia órgãos estatais voltados para atender os conflitos agrários na primeira situação, na segunda estavam sendo destruídos e sucateados, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹³³.

Este alarmante quadro de assassinatos que perpassa o Brasil durante os governos neoliberais e os mandatos dos governos populares, representam na prática e na barbárie, uma recusa da reforma agrária como a superação das desigualdades sociais, da efetivação da

¹³² Sobre o golpe institucional no Brasil, sugerimos a leitura de: MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

¹³³ Em 16 de maio de 2016 é publicado no Diário Oficial da União (DOU) a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

justiça social e de uma verdadeira modernização do campo brasileiro. Este descalabro dos conflitos e assassinatos no campo historicamente se mantém e se agrava, tendo em vista que a questão central da qual são resultantes, a questão agrária, não foi verdadeiramente enfrentada, tanto no Brasil como na maioria dos países latino-americanos. O resumo apresentado pela OXFAM, demonstra que,

A expansão do modelo extrativista marginaliza cada vez mais as populações camponesas, cujos integrantes recorrem à ocupação e outras formas de mobilização para reivindicar o direito à terra frente aos setores com maior influência política. Ao posicionarem-se dessa forma, arriscam-se a sofrer agressões, ataques e perseguições por parte das forças estatais, segurança privada ou quadrilhas criminosas a serviço de interesses econômicos. Na Colômbia, por exemplo, grupos paramilitares que operam ilegalmente são responsáveis por dois de cada três ataques e homicídios contra defensores e defensoras rurais. Os conflitos territoriais se multiplicaram com o avanço do extrativismo e, como resultado, os índices de violência contra os defensores da terra, água, bosques, direitos das mulheres, povos indígenas e comunidades camponesas dispararam de forma alarmante. Esses grupos vulneráveis são perseguidos, agredidos e criminalizados por resistirem a atividades que atentam contra seus meios de vida e o entorno onde vivem, e de cujos benefícios não costumam participar [...]. O embate entre os interesses de setores privilegiados – frequentemente respaldados por políticas desenhadas à sua medida – e os direitos das maiorias rurais fomentaram uma verdadeira crise de direitos humanos na região. Com 122 defensores e defensoras assassinados, 2015 foi o pior ano da história recente da América Latina para a defesa dos direitos humanos. Mais de 40% dos casos estavam relacionados à defesa da terra e do território, do meio ambiente e direitos dos povos indígenas (OXFAM, 2016, p. 7-8).

O que na prática se verifica nesses países é o descaso com as famílias que vivem no campo, a tentativa de invisibilizar a sua existência e de deslegitimar as suas lutas. Disso resulta que a maioria dos mandantes e assassinos de trabalhadores no campo continuam impunes. São favorecidos pela omissão do Estado, grande responsável pelos crimes, assim como pela cumplicidade em que atuam os representantes dos órgãos de justiça em relação aos criminosos acusados e confessos. Em muitos casos sob julgamento, os mandantes dos crimes e os executores, quando não são totalmente inocentados e absolvidos, se beneficiam do direito de responder pelo crime em liberdade.

Trazemos como destaque, a título de exemplo, alguns casos de violência, injustiça e impunidade no Brasil. Um deles refere-se ao caso do assassinato do agricultor Sem Terra Sebastião Camargo, em 07 de fevereiro de 1998. Conforme dados relatados e apresentados em matéria publicada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra verifica-se que:

O agricultor Sebastião Camargo Filho foi assassinado no dia 7 de fevereiro de 1998, aos 65 anos, quando uma milícia privada ligada a ruralistas despejou ilegalmente famílias que estavam acampadas na Fazenda Boa Sorte, na cidade Marilena, noroeste do Paraná. Passados 15 anos no crime, o presidente da UDR à época do assassinato, Marcos Prochet, foi condenado a 15 anos e nove meses de prisão pela morte de Sebastião Camargo, mas aguarda o julgamento de recurso em liberdade. Em novembro de 2012 outras duas pessoas também foram condenadas por

participação no assassinato de Sebastião Camargo: Teissin Tina, ex-proprietário da fazenda Boa Sorte, onde o agricultor foi morto, recebeu condenação de seis anos de prisão por homicídio simples; e Osnir Sanches foi condenado a 13 anos de prisão por homicídio qualificado e constituição de empresa de segurança privada, utilizada para recrutar jagunços e executar despejos ilegais. Tarcísio Barbosa de Souza, integrante da UDR, foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, em 2012, pelo assassinato de Sebastião Camargo, e aguarda julgamento. O Estado Brasileiro também sofreu sanções internacionais na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, por não ter dado garantias mínimas à vida de Sebastião Camargo filho (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014a).

Neste caso foram condenados pelo crime o ex-presidente da União democrática Ruralista – UDR, Marcos Prochet, juntamente com o ex-tesoureiro da UDR, e ex-vereador do DEM em Paranaíba Tarcísio Barbosa de Souza – presidente da Comissão Fundiária da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), ligada à Confederação Nacional da Agricultura – CNA, Teissin Tina ex-proprietário da Fazenda Boa Sorte e o Osnir Sanches responsável pela constituição da empresa de segurança privada que recruta pistoleiros e executa despejos ilegais.

Outro caso emblemático, é o “Massacre de Felisburgo”, onde o fazendeiro, Adriano Chafik Luedy, juntamente com 15 capangas, assassinaram 05 trabalhadores Sem Terra no município de Felisburgo – MG, em 20 de novembro de 2004. Os depoimentos que tratam do ocorrido constituem a memória que se segue;

O Massacre de Felisburgo aconteceu em 20 de novembro de 2004 no acampamento Terra Prometida, na fazenda Nova Alegria, no município de Felisburgo. Na ocasião, cinco trabalhadores rurais foram assassinados e outras 12 pessoas, entre elas uma criança de 12 anos, ficaram feridas. Além disso, 27 casas e uma escola foram incendiadas. As famílias Sem Terra, vítimas do massacre montaram acampamento na fazenda Nova Alegria em 2002 e já haviam denunciado à Polícia Civil várias ameaças realizadas pelo fazendeiro contra as famílias acampadas. No mesmo ano, 567 dos 1.700 hectares da fazenda foram decretados pelo Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER) como terras devolutas, ou seja, área do Estado que deveria ser devolvida para as famílias acampadas e transformado em assentamento de Reforma Agrária. Os cinco trabalhadores foram executados com tiros à queima-roupa. O fazendeiro Adriano Chafik, principal réu no caso, confessou ter participado do crime, mas poucos dias depois, conseguiu, por meio de um habeas corpus, o direito de responder ao processo em liberdade. A partir de manobras jurídicas, Chafik conseguiu adiar o julgamento por várias vezes e chegou a ser preso no ano passado, mas foi solto poucos dias depois. Em outubro passado, o fazendeiro foi condenado a 115 anos de prisão como mandante do crime e Washington pegou 97 anos e seis meses. Eles foram beneficiados por uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e aguardam recurso em liberdade (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014b).

Nesse caso, o mandante, mesmo condenado, manteve-se solto durante 13 anos, sendo preso somente no ano de 2017. A área foi considerada devoluta — pertencente ao estado, onde ocorreu um conflito social e crimes ambientais – prerrogativas contidas na constituição

para desapropriação. Contudo, mesmo sendo desapropriada a área teve questionamentos judiciais que impugnaram o decreto e o assentamento só foi realizado no ano de 2009. Por muitos anos as famílias que permaneceram acampadas na área ficaram à mercê das autoridades, na eminência de despejos e de recorrentes ameaças¹³⁴.

Como analisamos anteriormente, as empresas transnacionais apropriam-se de territórios para a realização de experimentos e plantação de *commodities* como a soja, milho etc. Figuram entre as maiores e mais conhecidas líderes do agronegócio, que podemos citar, a *Monsanto* líder mundial na venda de sementes transgênicas e de agrotóxicos e a *Syngenta*. Dados levantados no mundo demonstram que as empresas transnacionais estão entre os principais responsáveis por graves violações dos direitos humanos, e a responsabilização pelos atos de violação não é de fácil comprovação, pois estas multinacionais se utilizam de empresas terceirizadas para executarem o seu trabalho nos países subordinados. O desafio apresentado pelas forças populares e pelos organismos nacionais e internacionais construídos para a defesa dos direitos humanos tem sido a tarefa, quase impossível, de responsabilizar estas empresas multinacionais envolvidas nos conflitos e em muitos atos de violação. No Brasil um caso de destaque envolvendo uma multinacional foi o assassinato do trabalhador Valmir Mota de Oliveira em ação patrocinada pela Multinacional Syngenta, no dia 21 de outubro de 2007, no município de Santa Tereza do Oeste, no Estado do Paraná. Conforme pode-se verificar, a partir dos dados relatados e registrados sobre o ocorrido.

No dia 21 de outubro de 2007, por volta das 14hs, cerca de 40 pistoleiros atacaram o acampamento da Via Campesina no campo de experimento de transgênicos da transnacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR). O local havia sido reocupado por cerca de 150 integrantes da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) pela manhã. Os ocupantes denunciavam a realização de experimentos ilegais com milho transgênico em zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, prática vedada pela Lei de Biossegurança. Além disso, os trabalhadores rurais lutavam para que a área fosse transformada em Centro de Agroecologia e de produção de sementes crioulas para a agricultura familiar camponesa e para a Reforma Agrária. A milícia fortemente armada da NF Segurança invadiu o local disparando tiros em direção às pessoas que ocupavam o espaço. Segundo informações da Via Campesina, a ação teria sido promovida pela Syngenta que utilizava serviços da NF Segurança, em conjunto com a sociedade Rural da Região Oeste (SRO), e o Movimento dos Produtores Rurais (MPR), ligado ao agronegócio. Indícios apontam que a empresa de segurança seria de fachada, e que contratava seguranças de forma ilegal para as operações de ataque. Além de Keno, os atiradores balearam e espancaram Isabel e feriram outros três agricultores. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015).

O agronegócio em todas as suas facetas (latifúndio, empresas, milícias) se beneficia da

¹³⁴ Mais informações sobre esse massacre podem ser encontradas em: <https://mst.org.br/2017/12/18/foi-presoadriano-chafik-luedy-mandante-do-massacre-de-felisburgo-mg-13-anos-depois/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

força empregada pelo Estado através do seu aparato coercitivo – polícias e exército - para conter a força mobilizadora dos movimentos sociais. A atuação do Estado em defesa da propriedade privada ocorre através das reintegrações de posse das áreas ocupadas, da criminalização das lideranças e dos movimentos sociais com processos e prisões deliberadas, e no limite da democracia os casos de assassinato de trabalhadores Sem Terra como verificamos nos Massacre de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

O massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, no Pará. Mil e quinhentos trabalhadores ligados ao MST faziam parte do acampamento da Fazenda Macaxeira e deslocavam-se para Belém para exigir do Inca e do Governo do Estado o cumprimento de um acordo, que previa a desapropriação da fazenda. Após um cerco policial para desobstruir a rodovia, o batalhão comandado pelo Coronel Mário Colares Pantoja avançou disparando e lançando bombas de efeito moral. Com os primeiros disparos, os policiais acertaram o lavrador surdo-mudo Amâncio dos Santos. Muitos sobreviventes acreditam que o número de mortos supere os 19 que foram divulgados. Várias das pessoas que estavam acampadas eram garimpeiros ou vítimas de trabalho escravo, que não tinham vínculo familiar, nem registro. Situação favorável para a ocultação de cadáveres. Metade dos mortos foram executados à queima-roupa. Quatro deles receberam tiros na testa a curta distância, depois de rendidos. Os demais apresentavam sinais de terem sido barbaramente espancados antes da execução. Dos 155 policiais que participaram da ação, Mário Pantoja e José Maria de Oliveira, comandantes da operação, foram os únicos condenados. As penas superaram os 150 anos, porém o processo judicial se arrasta após um pedido de apelação. Os dois estão em prisão domiciliar num quartel da PM de Belém, em apartamentos com todas as regalias de oficiais (PAULA, 2014).

Para Regina Bruno (1997), os novos senhores da terra, do capital e da tecnologia, foram formados nas cooperativas empresariais e nas inúmeras associações de produtores que despontam nos últimos 20 anos. A concepção de prática política das novas associações da classe dominante no campo privilegia a diversificação da organização patronal, ao mesmo tempo em que defende a necessidade de um comando único, politicamente homogêneo.

Este avanço sistemático do agronegócio sobre o território latino-americano, tem provocado diversos conflitos e violência no campo. É o que ocorre também na Argentina, contudo, numa dimensão bem menor dos níveis que apresentamos para o meio rural brasileiro. A forma como esses fatos são tratados na Argentina, com protestos, denúncias e repúdio nacional, incidem, até o momento, sobre este cenário. Pois, ainda não se naturalizou e muito menos se tornou habitual, que sejam assassinados camponeses em conflito agrário. Nesses termos, quando perguntamos ao professor e pesquisador da Universidade de Buenos Aires, Juan Wahren, de como se apresenta a violência no campo na Argentina, como tem sido registrada e, se há algum órgão que acompanha estes casos para que se possa efetuar as denúncias e o processo de investigação, tivemos como resposta a seguinte explicação;

No hay un control estricto, de una organización que mire la violencia rural específicamente, o sea, hay organismos de derechos humanos que llevan el conteo de la violencia institucional en general, e incorporan lo rural. A ver, si lo comparamos con Brasil, Colombia, México, otros países de América Latina, hay poca violencia en Argentina, lo que pasa que nosotros consideramos que con que haya un caso de violencia, ya es gravísimo, ¿No?. Si uno lo compara con los números de América latina, dice: no es tan violento, pero lo cierto es que de la violencia política que hay en Argentina, una gran parte, y muy importante, es rural, y a parte esta invisibilizada. En general, cuando hay un caso de violencia política en Argentina, tenemos la memoria de lo que pasó en la dictadura y hay un trabajo y una consciencia social muy fuerte de que eso no puede volver a ocurrir, aunque hay sectores sí que querían, más de derecha. Pero hay como un consenso social sobre la cuestión de los derechos humanos bastante fuerte. Cada vez que ocurre un hecho de violencia política, hay una movilización, hay una reacción social muy importante. Lo cierto es que en general esa reacción social es mucho más importante cuando el que muere es una persona urbana, sobre todo de clase media, blanca, que cuando sucede con un campesino, con un indígena, de tez más oscura, un mapuche o con un campesino que se lo conoce menos, no se recuerda el nombre, se habla del asesinato, o el campesino asesinado, o el mapuche asesinado, no hay nombre, una cara ¿No? La comparación más fea de esto es con el caso de Santiago Maldonado, un compañero anarquista que estaba luchando con los mapuches y desaparecido y después apareció muerto, asesinado, suponemos que por la gendarmería nacional, y hubo movilización enorme en todo país y seis meses después matan a un compañero mapuche y la movilización es mucho menor. Y todos hablamos de Santiago Maldonado y nadie habla de él, de Rafael Nahuel. Entonces ahí hay una colonialidad, incluso en la propia izquierda que cuesta más. La verdad que en los últimos quince años hay como 10 muertos rurales, indígenas y campesinos, casi todos ligados a disputa por la tierra. Hace poco hubo un campesino asesinado en Santiago de Estero, no se conoce casi el nombre, que le quemaron su casa un grupo de paramilitares¹³⁵, y murió en el hospital una semana después a causa de las heridas y de las quemaduras, y no pasó nada en la sociedad, apenas salió en los medios de comunicación, en los medios de comunicación alternativos, si hubiera pasado algo similar en la ciudad, hubiera sido diferente, ¿No?. Eso es un problema en común en América Latina, y efectivamente tenemos diez, once muertos en los últimos quince años, desde 2001 en adelante, y eso no está visibilizado. Insisto, si lo comparas con otros números de América Latina, no parece tanto, pero bueno, no deja de ser importante, y en general está ligado al avance del Agronegocio, o sea, por las disputas de tierra, o por avances turísticos, del Agronegocio, o de fracking, de mega minería o de hidrocarburos. El extractivismo avanzando sobre territorios produce muertes, produce despojos, arrinconamientos, heridos, persecución judicial, mucha persecución judicial, sectores que, aparte, no tiene herramientas jurídicas fuertes, salvo las organizaciones más grandes, que sí tienen abogados, el resto están muy solos, la comunidad indígena, el campesino, están muy solos frente al poder, y hay una judicialización muy importante, se da también en los movimientos sociales urbanos, pero que en el caso rural es más fuerte, más difícil contrarrestarlo (Juan Wahren, professor e pesquisador do Instituto Gino Germani – UBA/CONICET).

É importante destacar que encontramos uma tentativa de registro nesse sentido, a partir da necessidade dos pesquisadores Diego Ignacio Domínguez e María de Estrada (2013), de documentar e trazer ao público os fatos mais graves e extremos de violência no campo Argentino. No texto, *Asesinatos y muertes de campesinos en la actualidad argentina: la violencia como dispositivo (des)territorializador*, os autores fazem um registro dos principais casos de violência e assassinato de camponeses e indígenas, a partir do processo de desregulação econômica e do avanço do agronegócio no país, na década de 1990. Nesses dados encontramos referências importantes que demarcam a ocorrência dessas violências e assassinatos no país.

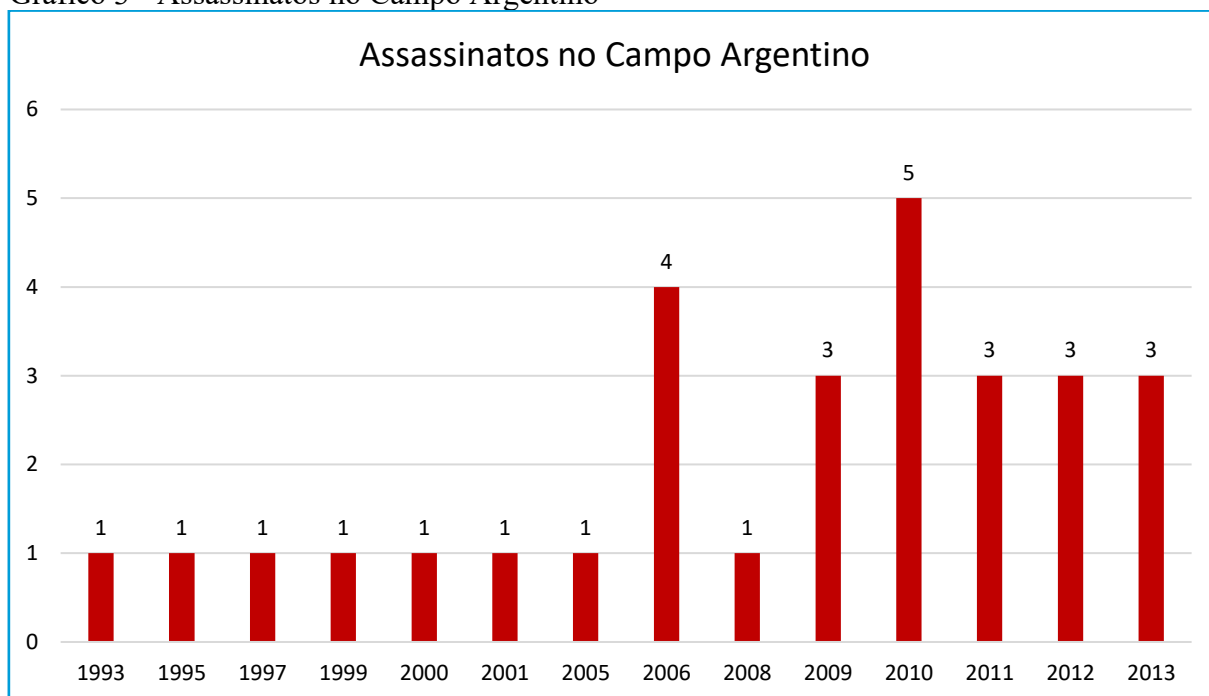
La violencia rural en la actualidad Argentina, bajo cualquiera de sus formas, la podemos asociar con la respuesta que dan sectores dinámicos del agro argentino,

¹³⁵ Neste caso se dificulta a identificação dos responsáveis e seus mandantes.

involucrados en la ampliación de la agricultura industrial de exportación en nuevas tierras (sobre todo extrapampeanas), frente a la reexistencia de las poblaciones indígenas y campesinas que han decidido permanecer en sus lugares, y más aun, han elaborado un discurso de derecho que adquiere creciente legitimidad en otros actores sociales. Cuando la violencia cobra el carácter mortal que aquí analizamos, entendemos que está indicando la consolidación de los elementos que, aunque ya presentes, aparecían bajo formas insinuadas, siempre dispersas, casuales, extraordinarias. (DOMINGUEZ; ESTRADA, 2013, p. 521).

Segundo os autores, os casos de mortes e de assassinatos registrados são resultantes dos conflitos de terra, assim como pelo controle de outros bens naturais como água, minerais etc. que se fundam na simultaneidade entre dois processos, violência rural e transformação agrária. O recorte temporal demonstra que conjuntamente ao processo de ampliação espacial da agricultura capitalista de grande escala, cuja direcionalidade é a concentração econômica, tecnológica e fundiária, com suas formas adequadas e combinadas para cada região do país, se registra um processo crescente de violência rural, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Assassinatos no Campo Argentino



Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados em Dominguez e Estrada (2013).

Conforme a apresentação dos dados realizada pelos autores, identifica-se que dos 29 casos de assassinatos registrados, 27 ocorrem a partir de 1996, fatos que estão interrelacionados com a aprovação e ingresso da soja transgênica no país, o processo subsequente de agriculturização e expansão das fronteiras agropecuárias para as zonas consideradas extrapampeanas. Outro elemento considerado, a partir dos dados apresentados, indica que há uma elevação do número de casos a partir da virada do século XXI, ocorrem a

partir aproximadamente 23 casos de assassinatos. Essa elevação está vinculada ao processo de crise e desvalorização da moeda que ocorreu na Argentina no ano de 2002, e que abre uma brecha importante de oportunidade para os lucros agrícolas, a dinamização do mercado de terras e a especulação imobiliária. Há um pico significativo no número de assassinatos nos anos de 2006, 2009, 2010 e 2011 (Gráfico 3), e conforme a análise dos dados e a explicação dos pesquisadores entendemos esta particularidade.

Cuando se toma en cuenta el marco político-gubernamental a nivel nacional se observa que la mayor proporción de asesinatos tienen lugar durante los gobiernos nacionales de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner. En el inicio del llamado kirchnerismo se registraban 6 asesinatos, que se ampliarían a 29 casos hasta mayo de 2013, tras el asesinato de Florentín Díaz, en Chaco. No obstante para poder analizar la relación entre violencia rural y poder político estatal es necesario contemplar las particularidades del funcionamiento del régimen político en cada provincia. Si pasamos a un análisis de la localización geográfica de los asesinatos y muertes vinculados a conflictos por tierra, se registra una concentración en el norte del país, en regiones extrapampeanas. Es en los espacios rurales de las provincias de Chaco (8), Formosa (6), Santiago del Estero (5), y Salta (3), donde tiene mayor ocurrencia este fenómeno. Es en estas provincias justamente donde se ha detectado la mayor expansión relativa de los nuevos frentes agropecuarios reorganizados a partir de los agronegocios. (DOMINGUEZ; ESTRADA, 2013, p. 505-506).

Questões similares das que ocorreram no Brasil, nos casos de conflitos e assassinatos no campo, também se apresentaram nos casos da Argentina, o crescimento dos casos culmina com o avanço neoliberal, as transformações agrárias e as ações protagonizadas pelos governos populares que deram prioridade em sua política de investimento ao setor agroexportador de produtos primários. Os maiores beneficiários dessas políticas de desenvolvimento são os que estão envolvidos em muitos casos.

Entre los actores que protagonizan los conflictos por tierra en el marco de los cuales se produjeron asesinatos y muertes, se encuentran: empresarios –llamados terratenientes por los denunciantes- o empresas nacionales –locales y extraprovinciales- y algunas transnacionales, que se dedican a la producción sojera, ganadera, extracción maderera, cultivo de caña, agroindustria, emprendimientos turísticos, a la compra-venta de tierras, al comercio local y mercado de trabajo, y algunos gobiernos provinciales. (DOMINGUEZ; ESTRADA, 2013, p. 512).

Em geral as pessoas assassinadas, tanto no Brasil como na Argentina são integrantes, ativistas ou lideranças das organizações camponesas e indígenas. Em muitos casos são membros de organizações sociais reconhecidas pelos órgãos do município e estado, com capacidade de organização coletiva local, regional e nacional. Encontram-se entre as vítimas, dirigentes e militantes de movimentos sociais, de cooperativas, de associações, de comunidades indígenas etc., como se observa nos casos argentinos:

Según indican los familiares de Cristian Ferreyra, joven campesino activista del MOCASE-VC Santiago del Estero), su asesino era contratado de un empresario santafecino vinculado con la producción sojera. Según los habitantes de la zona de Madrejones (Salta) a Liliana Ledesma la matan por estar involucrada en la defensa de las tierras de los productores familiares que son objeto de interés económico por los rindes agrícolas que permitirían. Meses antes de que los guardias del Ingenio San Martín (Salta) torturaran y asesinaran a golpes al joven guaraní Fabián Pereyra, de la comunidad La Loma, por “robar naranjas”, la empresa, dedicada a producción de caña de azúcar (para su propio Ingenio), soja, cítricos, etcétera, había ingresado en el área que aun mantenía la comunidad bajo su control destruyendo cultivos de autoconsumo y matando animales de granja, entre otros daños. Para la comunidad Qom La Primavera (Formosa) su defensa de las tierras ancestrales, que ha costado la vida de varios integrantes, hizo con que se mantenga el monte nativo en esa zona. En forma similar lo expresan los dirigentes de las comunidades Wichi del Río Itiyuro (Salta), que sufrieron el asesinato de José Galarza –un viejo cacique Wichi- bajo los golpes de la policía provincial, por defender el monte frente a empresas madereras y ganaderas interesadas. (DOMINGUEZ; ESTRADA, 2013, p. 510, grifo do autor).

As marcas da violência, os relatos de injustiça e de impunidade se mesclam, a singularidade de cada país e comunidade não anula a condição histórico-universal que nos aproxima enquanto latino-americanos. As histórias e os destinos dos sujeitos sociais organizados do campo compõem um todo historicamente determinado. Na fala de um militante do MNCI sobre a violência no campo argentino, foi possível apreender elementos de simetria e correspondência com a situação vivenciada no Brasil.

Si, acá, lamentablemente, ha sucedido lo mismo [referente aos casos de violência no Brasil], tenemos casos de compañeros de Santiago del Estero, Miguel Galbán, como Cristian Ferreyra, que en la lucha de la tierra, defender su territorio para producir, han tenido, han sufrido que empresarios, tercerizan la violencia, manden sicarios a matarlo para poder de eso lado obligar la comunidad deshacerse la tierra para los negocios que ellos muy planteaban. Eso sí, significa una lucha muy importante para e la organización para pedir justicia se revisó el juico, encontró culpable a quien fue el autor del material del delito, y pero no se llegó a comprobar el vínculo con el empresario, a partir de ahí se hizo una película que está en cartel que está circulando bastante que se chama “Toda esta sangre en el monte”¹³⁶, que cuenta un poco de la historia de Cristhian Ferreyra, el caso este (L., Militante do MNCI/Buenos Aires)¹³⁷.

Os depoimentos e registros poderiam transcorrer muitas páginas, contudo, nos restringimos aos que foram estritamente expostos. Em prosseguimento à temática, acedemos a indicação de nosso interlocutor, o militante do MNCI, e assistimos o filme de Martín Céspedes: *Toda Sangre en El Monte*. Por conseguinte, não poderíamos deixar de citá-lo, pois trata-se de um retrato fidedigno da violência cotidiana, em que estão submetidas as famílias camponesas, não só na Argentina, mas em toda a América Latina. O diretor em sua sinopse,

¹³⁶ Filme de Martín Céspedes. Sinopse: *Cuando el agronegocio llegó con su maquinaria modernizadora, el monte santiagueño se volvió un campo de batalla. La ópera prima de Martín Céspedes es un retrato frontal de la lucha de miles de familias campesinas que reclaman sus tierras, y la de Cristian Ferreyra, un joven asesinado por defenderlas.* (FILMAFFINITY).

¹³⁷ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

apresenta e deixa evidente o propósito do filme ou *película*, ou seja, “*es un viaje hacia el interior de la vida campesina para sentir los motivos de una muerte violenta, las alternativas de un juicio con suspenso, y la naturaleza de una fuerza vital que no se rinde*”¹³⁸.

Destacamos que as cenas retratadas no filme são passíveis de reflexão da luta empreendida pelo *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (MOCASE), que aglutina mais de oito mil famílias camponesas em luta pela terra e melhores condições de vida, assim como o caso de violência e assassinato do jovem camponês, Cristhian Ferreira, membro do movimento e assassinado no ano de 2011, com indícios de que o mandante seja um empresário da região. São registradas e transmitidas no filme as cenas do julgamento, realizado em dezembro de 2014, que lamentavelmente, como ocorre nas maiorias dos casos, levará à absolvição dos seus principais responsáveis.

O ápice do filme, a saber, o desfecho cinematográfico, contém uma cena real em que tudo o que foi demonstrado, pode ser resumido neste texto, pela fala de uma mulher dirigente e camponesa, que transcrevemos abaixo e, que tem como objetivo impulsionar, nossos debates, nossas análises acadêmicas, nossas leituras reais e concretas da vida.

Para que el pueblo sepa, quienes somos, lo que estamos y quienes hemos estado mas de un mes frente a este salón. Para que el pueblo sepa que la dignidad campesina, camina, camina en defensa de sus derechos. Que no es una sentencia, no es una sentencia donde el pueblo campesino baja su mirada. No es una sentencia donde el pueblo campesino diga nos han derrotado. No es una sentencia donde el pueblo campesino el indígena se le cae su valentía. Es una sentencia porque ese poder judicial no tiene la valentía ni forma el riesgo de condenar a los asesinos de nuestros hermanos, no es una derrota compañeros, compañeras, es un desafío, porque Cristhian ha corrido el riesgo y cuando decimos que estamos dispuestos a dar la vida por nuestra tierra, nos vamos a seguir dando como él, porque no queremos seguir marginados en las ciudades queremos producir el alimento de nuestros pueblos, porque nuestros hijos esperan por la tierra por la cual hoy ponemos el cuerpo. Porque luchar por la tierra es ponerse en riesgo todos los días, el riesgo de que quede sin el hermano, el riesgo de que quede sin el hijo, el riesgo de que quede sin el padre, el riesgo de no quedar muerto o pisoteado por un sistema opresor de los pueblos. No tenemos cambio si el pueblo no se moviliza, no tenemos transformaciones si no corremos riesgos, si no corremos riesgos y tenemos que ter esa consciencia todos los días. Alerta! Alerta! Alerta que camina! La lucha campesina por la América Latina! (L., Militante do MNCI/Buenos Aires)¹³⁹.

A concretude em que se apresenta a realidade e a materialidade em que são feitas as filmagens, dão conta da complexidade em que se constitui a luta no campo argentino, e rompe com uma invisibilidade cruel em que estão às famílias camponesas e indígenas nesse país, demonstrando um campo que, todavia, existe. Assim, apresenta-se uma narrativa objetiva do mundo, o real forjado na práxis social e que se condensa na sétima arte, como memória e como denúncia histórica de um sistema capitalista que massacra e um Estado que corrompe.

¹³⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qa7lXeQxniE>. Acesso em: 02 ago. 2019.

¹³⁹ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

E, muitas vezes, temos que sentir viva as dores, tão bem retratadas pela música *Funeral de Um Lavrador*, composta e musicalizada por Chico Buarque, contendo elementos da poesia de João Cabral de Melo Neto:

Esta cova em que estás
 Com palmos medida
 É a conta menor
 Que tiraste em vida
 É de bom tamanho
 Nem largo nem fundo
 É a parte que te cabe
 Deste latifúndio
 Não é cova grande,
 É cova medida
 É a terra que querias
 Ver dividida
 É uma cova grande
 Pra teu pouco defunto
 Mas estarás mais ancho
 Que estavas no mundo
 É uma cova grande
 Pra teu defunto parco
 Porém mais que no mundo
 Te sentirás largo
 É uma cova grande
 Pra tua carne pouca
 Mas a terra dada
 Não se abre a boca
 É a conta menor
 Que tiraste em vida
 É a parte que te cabe
 Deste latifúndio
 É a terra que queria
 Ver dividida
 Estarás mais ancho
 Que estavas no mundo
 Mas a terra dada
 Não se abre a boca¹⁴⁰.

As perspectivas de transformação dessa realidade violenta no campo, como foi possível observar, não se resolveria com os mandatos de governos populares e em muitos momentos até se exasperou. A luta pela terra e a demanda pela reforma agrária permaneceu alheia às pautas e aos projetos de desenvolvimento no âmbito do Estado. Traçaremos a seguir alguns elementos relacionados a esta situação conjuntural.

4.6 GOVERNOS PROGRESSISTAS E CONCILIAÇÃO DE CLASSES

A luta de classes no campo brasileiro e argentino não passaria incólume das

¹⁴⁰ Disponível em: <https://www.ouvirmusica.com.br/chico-buarque/45132/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

mudanças no âmbito governamental, como elucidamos nos capítulos anteriores. Na América Latina como um todo vivenciamos diferentes patamares e intensidades das lutas de classes de campo. O acirramento das lutas, os embates permanentes, as revoltas, os movimentos e as revoluções em nosso continente, são constituídos e constituintes de um longo processo de expropriação, de extermínio e de resistência índia, negra, campesina e popular, como demarcamos em nosso percurso até aqui.

Como delimita Mészáros (2011, p. 131), “O sistema do capital é um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão”. Assim, nossa dependência não só é mantida como também se aprofunda. Estamos inseridos no mercado mundial sob forma de reedição dos princípios especializadores das vantagens, voltadas para a exportação de matérias-primas, destinadas ao mercado das grandes potências mundiais, processo que se materializa através das transnacionais em sua permanente e insaciável sede de expropriação das riquezas naturais, de eliminação dos povos do campo e sua diversidade.

A forma em que se estrutura o capital na sociedade, necessita de uma superestrutura capaz de ordenar, gerir e tornar consensual as suas ações. Diversas formas se constituíram através do Estado; entende-se que Estado e Capital possuem os mesmos controladores e investidores, e estes se revezam na gestão e na manutenção dos interesses da classe dominante. A partir da discussão que apresentamos do agronegócio, identificamos que o Estado é fundamental para esta lógica de domínio e de produção capitalista.

O Estado em seu processo de gênese e constituição adota uma postura de subserviência às classes dominantes possuidoras e reprodutoras do capital, até porque, como exposto anteriormente, essas classes o constituem, ou são representadas em seu íterim. Dessa relação intrínseca é que se desenvolvem as bases para a sua intervenção na economia em geral e no setor agrícola em particular, bem como, para a sua posição de provedor do capital. Assim, o “ente” estatal, caminha conforme o movimento de acumulação, concentração e centralização do capital.

Este movimento de reprodução do capital e o processo de luta de classes definem as formas de representatividade política, que variam, exponencialmente. Manter nos cargos máximos os executivos e representantes das classes dominantes ou, os seus comensais, exige driblar consensualmente ou coercitivamente seus adversários reais. Se por um lado, o financiamento das campanhas políticas atua como instrumento para a dominação do capital sobre o poder político, por outro as manobras e os golpes parlamentares atuam como um desobstrutor eficaz.

Em plena ascensão e desenvolvimento capitalista, não há margem negociável para a

acumulação, Mézáros (2009) discorre sobre essa ascensão meteórica dos representantes autodesignados das grandes empresas e dos grupos financeiros aos mais elevados postos políticos do executivo, que são designados a ocuparem os postos de comando da política como porta-vozes e representantes desse capital, onde “a política é transformada em um mero instrumento de grosseira manipulação completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria” (MÉSZÁROS, 2009, p. 65).

Como podemos observar, em nosso continente, o que predomina na agricultura combina em seu processo e desenvolvimento, modelos extensivo e expansivo da produção, que se dão pelas vias da incorporação de novas áreas ao processo produtivo (avanço das fronteiras agrícolas), assim como através da intensificação produtiva, com a incorporação de indústrias, de máquinas agrícolas, de tecnologias e insumos de guerra, que são transferidos e suplantados em nossos países.

O avanço intensivo na agricultura com todo o aparato a ele correspondente, sob o discurso da ampliação das divisas e da substituição de importações, que denominamos modernização conservadora, foi fortemente sustentado pelos sucessivos golpes de Estado, em que vários países latino-americanos estiveram submetidos. O Estado sob a égide do capital monopolista passa a ser parte ativa da reprodução do capital, da produção de mais-valia, o que significa dizer que, em detrimento da retórica neoliberal, que parte significativa daquilo que o Estado arrecada sob a forma de impostos se converte em capital ou subsídios, atuam, portanto como suporte ao seu funcionamento pleno. Na explicação de Oliveira;

A profunda imbricação do Estado com as grandes corporações, que é a característica mais saliente do capitalismo monopolista e simultaneamente do Estado moderno, coloca em primeiro plano a necessidade do estabelecimento ou da fixação da taxa de lucros para o capital monopolista, e nisto reside a característica política mais saliente do Estado. (OLIVEIRA, 1977, p. 105).

É por intermédio do Estado que se garantem as regularizações e concessões das terras aos grandes produtores e empresários, as obras de infraestruturas, para facilitar o processo de produção e circulação de mercadorias, os financiamentos e os créditos, as renegociações de dívidas com a união, bem como a flexibilização das leis e das regras de preservação ambiental que poderiam inviabilizar os empreendimentos. Estas constatações demonstram que as políticas públicas reforçam a articulação orgânica entre os interesses das classes dominantes e as concepções e práticas do Estado e dos governos subalternos aos interesses do capital (CARVALHO, 2013, p. 41).

O Estado como expressão e síntese dessa materialidade dependente, atua no limiar da coerção e do consenso, como um órgão regulador, legislador e executor da classe

economicamente dominante. Nesse sentido, tornam-se evidentes, no embate e lutas de classes no campo, os atos inconstitucionais. No caso brasileiro, os atos inconstitucionais correspondem, por exemplo, não serem realizadas as desapropriações e os atos de reforma agrária em áreas que não estão cumprindo a sua função social, ou seja, que não estão produzindo, que não garantem os direitos trabalhistas e que não preservam o meio ambiente.

No caso brasileiro o que ocorre é o descumprimento da legislação constitucional, ou seja, as terras que não estão cumprindo sua função social, sendo teoricamente passíveis de desapropriação na realidade não estão sendo destinadas para fins de reforma agrária. Pelo contrário, os casos que ocorrem no Brasil, como crimes ambientais, de submissão das pessoas ao trabalho análogo à escravidão e de devastação florestal, passam impunes. O aparato ideológico do Estado, através das suas instituições governamentais tem se voltado contra as esparsas e mínimas experiências de distribuição de terras, que em sua maioria se deram através da compra ou indenização dos seus antigos latifundiários.

Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra têm sido objeto de frequentes investigações e alvo das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), com o fim dissimulado de contestá-los, inviabilizá-los e, por fim, dissolvê-los. O Estado compõe uma tríade no campo, juntamente com o agronegócio e o latifúndio atrasado. No limiar de sua democracia restrita, atua através do seu aparato coercitivo como controlador e neutralizador das forças organizadas em movimento, sendo através de processos, prisões ou até mesmo assassinato dos trabalhadores no campo. Assim, a partir do exposto chega-se à constatação histórica de que este Estado está a serviço das classes dominantes, sendo capturado pelo capital representado pelo agronegócio transformando-se em um dos seus tentáculos. Através da sua forma de ação — coercitiva e consensual — mantém a estrutura fundiária da terra intocável.

Os governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), no Brasil e Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), na Argentina, compõem um ciclo denominado por alguns autores como, “onda progressista” sul-americana. Essa denominação identifica os governos eleitos em anos recentes na região, em um campo mais à esquerda, e que chegaram à presidência através de uma reação popular ao neoliberalismo. Identifica-se nesse campo, Hugo Chávez (1998), na Venezuela; Tabaré Vázquez (2004), no Uruguai; Evo Morales (2005), na Bolívia; Rafael Correa (2006), no Equador; Fernando Lugo (2008), no Paraguai. Nas observações postas por Fabio Luis Barbosa dos Santos,

A onda progressista surgiu como reação aos efeitos socialmente deletérios da conjunção entre globalização e neoliberalismo na América do Sul. Enquadrada em perspectiva global, trata-se de uma tentativa de brechar, a partir da periferia, o movimento em direção à barbárie que caracteriza o capitalismo contemporâneo. [...]. Esta via referendou a articulação prevalente entre neoliberalismo e progresso. A onda progressista foi neoliberal não somente porque subordinou-se à ditadura do ajuste estrutural, mas porque introjetou a razão de mundo que lhe caracteriza, reduzindo a política a técnicas de gestão balizadas pela lógica mercantil. Ao mesmo tempo, foi progressista não por ser necessariamente de esquerda, mas porque partilhou de uma visão de mundo que identifica o combate ao subdesenvolvimento com o crescimento econômico, versão periférica da ideologia de progresso. Como resultado, os governos progressistas articularam o ajuste estrutural ao mito do crescimento econômico; a financeirização à exportação primária; a capitalização dos pobres ao consumo importado. Na intenção de aplacar a voragem capitalista, buscou-se o mínimo denominador comum entre globalização e soberania na esfera internacional, e entre neoliberalismo e integração da população no plano doméstico. (SANTOS, 2018, p. 13-14).

Essa perspectiva de rumo moderado e de acomodação ao poder não se enquadra, especificamente, ao bolivarianismo na Venezuela. O que revela os termos do enfrentamento direto ao governo de Chávez e Nicolás Maduro, empregado pelas potências imperialistas, asfixiando o país, através de embargos e estrangulamento econômicos, financiamento de milícias e paramilitares, ataques midiáticos e institucionais, entre outros.

Guardada as devidas proporções e algumas diferenças na intensidade de suas ações, o ciclo progressista que corresponde a esta conjunção de mandatos, corresponderam a projetos de mudança que aceitaram parâmetros da ordem preestabelecida visando renegociar em melhores termos a inserção mundial de seus países e a mitigação da pobreza dos “excluídos” (SANTOS, 2018). Esses governos se autodenominaram neodesenvolvimentistas e adotaram uma postura correspondente, uma corrida ao desenvolvimento com conciliação de classes. Os sinais de esgotamento se deram a passos largos para a estagnação com a expressiva votação dos opositores de Nicolás Maduro, na Venezuela, em 2015; com a eleição de Mauricio Macri na Argentina, em 2015 e o *impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016.

Os limites para essa reação foram as próprias condições de degradação do tecido social e da conjuntura internacional, em que pretendeu se afirmar, assim como a expressão real dos estreitos limites para a mudança dentro da ordem na América Latina. Assim, o salto de qualidade que representara o neodesenvolvimentismo no Brasil e o *capitalismo em serio*¹⁴¹ na Argentina ou, mais precisamente, o “neoliberalismo inclusivo”, cedia lugar a todo tipo de expropriação e exploração social.

No que consiste às políticas e às reformas no campo, o camponês, o indígena, o pequeno agricultor etc. não alcançaram conquistas ou *logros* significativos. No Brasil, o que

¹⁴¹ Lema adotado pelo governo argentino.

ocorre é uma relação quase direta entre as propostas apresentadas pelo agronegócio e a sua efetivação a partir de políticas públicas operadas pelo Estado. É o que representara no cenário das eleições do ano de 2014 a ascensão política da entidade patronal representante dos interesses do agronegócio no Brasil — a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) —, que lograra a pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a indicação da sua presidente em exercício, a Senadora Kátia Abreu, símbolo do agronegócio no país. Porém, este fato não foge à regra geral de indicações daquele Ministério, que foi historicamente dirigido pelos setores da classe economicamente dominante do campo. Essa questão é um tanto incômoda para os setores da classe trabalhadora, principais apoiadores desses governos populares. Até hoje suas direções, militância e base, convivem com diferentes posicionamentos e análises. Assim se explica que, uma,

análise mais precisa do movimento, penso que ainda está em construção, embora várias questões já estejam bem evidentes quanto ao seu posicionamento. Quanto a minha posição sobre o governo Lula/Dilma, corrobora com a análise de que foi um governo neodesenvolvimentista. Embora, pela sua perspectiva, tenha promovido maior acesso a classe trabalhadora ao ensino superior, a possibilidade de habitação, alimentação e consumo, sua lógica de desenvolvimento do capital, também possibilitou a burguesia industrial e latifundiária crescer na concorrência internacional. A consequência do neodesenvolvimentismo para os trabalhadores do/no campo, foi a continuidade de espoliação e expropriação de territórios camponeses, indígenas e quilombolas na perspectiva de extração de matérias-primas para exportação, ou ainda para a produção de *commodities*. Uma reestruturação agrária, uma reforma agrária nesse contexto sempre esteve fora de cogitação (A.B, integrou o Setor de Formação Nacional do MST/Via Campesina)¹⁴².

Para termos uma ideia mais precisa do que significara os anos de governos progressistas na Argentina, ou seja, os governos Kirchneristas, perguntamos aos representantes do movimento social do campo, MNCI, quais foram as suas principais conquistas e se haviam tido muitos avanços.

No, hubo una, lo que pasa que, bueno dos cosas fundamentalmente, el gobierno como tu sabes depende de los ingresos de lo agronegocio, de la soja, entonces, cuando el gobierno quiso aumentar, gobierno tuvo esa política de aumentar el impuestos, que hablamos más temprano, no porque estuviera contra de lo da soja, pelo que quería ter más recursos, ..., el gobierno no tenía una mirada sobre cuestión agraria, una mirada, digamos, critica de transfórmula y cambiarla, si hay que decir que abrió dentro de la secretaria de la agricultura familiar que fue llevada al ministerio, abrió una subsecretaria de agricultura familiar, donde tenía técnicos de campo que íbanos trabajar con eses sector de la A.F, de ahí durante un tiempo, ocho años, hubo una inversión del Estado, pero en eso, asistencia técnica e algo de créditos y algo más, pero no en un intento de cambiar la estructura productiva, cambiar la distribución de la tierra, no, al contrario, así como puso a este, a esta secretaria de la agricultura familiar, que fue un aparate importante que se logró ...el territorio, que se llevaba mucho agricultores campesinos, el agronegocio avanza a pasos agigantados...y gano mucho dinero y nuevos territorios, en mismo gobierno, no tenía una, era una posición de conciliación, no, que se podría convivir, no tenía una mirada sobre el agronegocio, muy...eso es lo que podía decirte, que pasa es que nosotros no tenía una política de R.A, entonces tampoco Kirchner prometió que iba a hacer la R.A, a diferencia quizá de Lula, de otros, que si prometieron y se pusieron la bandera [...]. Aquí es más diverso, digamos como se da, y como no hubo una política tan activa, bueno, ese conflicto poco en 2008, dinamizó la discusión,

¹⁴² Entrevista concedida à autora em janeiro de 2020.

pero se cristalizó simplemente abrir una secretaria de agricultura familiar con técnicos y algunos tenían mucho vínculos con los movimientos campesinos, otros tenían una mirada positivista en pequeña escala, el agronegocio, diríamos entonces, bueno, he ahí hubo mucha, hubo cierta pelea y cuando, digamos, se pareció el conflicto, la tierra era muy complicado ...nos tiene mucho peso las provincias los gobernadores, y los gobernadores son todos ...y manejan su negocio con la tierra, entonces aunque que el presidente, digamos, hubiera tenido intenciones nunca se enfrentó con un gobernador con el tema. Son los poderes locales que también no Brasil seguramente existe. Aquí los recursos naturales, la tierra, el bosque, el agua, están en manos de las provincias no del Estado federal, entiende, entonces el Estado Federal no tiene ...más que el poder político, más esto no hubo un posicionamiento claro sobre la cuestión agraria. (F.M., Dirigente do MNCI/UST/Medonza)¹⁴³.

O poder dado aos trabalhadores e trabalhadoras, nos governos de características progressistas, o que contempla de alguma forma, tanto no Brasil como na Argentina, a representação em espaços, como secretarias, ministérios etc. historicamente se revelara uma farsa e em outros casos como tragédia. Norma Giarraca e Miguel Teubal relatam essa forma de inserção de integrantes do movimento no governo, sem, contudo, avançar em mudanças significativas,

Em el año 2006 el gobierno nacional avanzó en la cooptación del recientemente creado movimiento campesino indígena nacional. Varios de sus técnicos asumieron la dirección del programa asistencial para el sector así como anteriormente varios dirigentes del movimiento piquetero asumieron cargos de gobierno en las áreas asistenciales. Estas integraciones al gobierno nacional no se expresan en cambios de políticas: la polarización social sigue en aumento, los nuevos puestos laborales son informales, las apropiaciones de las tierras campesinas e indígenas por parte de los inversores aumentaron y estas siguen siendo con violencia estatal o privada; la ley para detener los desmontes no se pudo aprobar. (GIARRACA; TEUBAL, 2008, p. 147).

Em um primeiro momento, os movimentos sociais, no Brasil e Argentina, apostam na inserção de técnicos nos espaços governamentais, como alternativa para avançar nas transformações urgentes e necessárias no campo, no entanto, como foi possível observar essas participações não resultariam em mudanças significativas. Para uma integrante do Movimento Sem Terra,

Nunca houve reforma agrária no Brasil, e perdido 15 anos de governo progressista que prometeu fazer numa canetada e não. O que houve, distribuição de terras para as famílias que ocuparam os latifúndios, e alguns pontuais recursos para investimento nos assentamentos, mas, não aconteceu uma política de reforma agrária. [A] Alternativa, organizar os sem-terra para ocupar as terras, no sentido legítimo da luta dos zapatistas em 1910 “terra para quem nela trabalha”, mas o movimento não superou a lógica estrutural dominante de concentração de renda e riqueza, a concentração de terras continua aumentando. Nos últimos anos tem havido esforços para colocar a pauta na sociedade da necessidade do alimento saudável, sem veneno, mas ainda atinge certa camada que tem acesso nas cidades, tema que tem relação com a soberania alimentar e nacional, também não foi encarado com seriedade para tornar-se uma política de Estado. Superação da lógica dominante não ocorreu, também devido as prioridades de todos os governos, mais recursos financeiros para o agronegócio e bem menos para a agricultura familiar e assentados (J. S, integrante do MST¹⁴⁴).

¹⁴³ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

¹⁴⁴ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2020.

Mas a complexidade colocada para os movimentos sociais do campo nesse cenário de avanços e retrocessos não pode ser negligenciada ou simplificada. É o que corrobora, para o entendimento dessa problemática no Brasil, a arguição seguinte,

Não há uma resposta fácil, mas primeiro, não compartilho de análises que acusam os movimentos sociais de terem sido cooptados pelos governos do PT ou mesmo de acomodação (ficaram acomodados com o acesso a políticas e recursos públicos). Portanto, o que aconteceu? - logo no início do Governo Lula¹⁴⁵, havia um consenso de “abertura para o diálogo”, ou seja, os movimentos e lideranças “não eram mais tratados como bandidos” ou como “caso de polícia” (expressão de uma liderança do MST); - segundo, sem sombra de dúvidas, vários aspectos melhoraram como, por exemplo, a criação e implementação de programas e políticas públicas (mais assentamentos; mais linhas de crédito; ampliação do Educação do Campo, entre outros); - terceiro, esses avanços paralisaram os movimentos? Acho que não! As dificuldades de mobilização tinham uma série de razões, começando com o “quase pleno emprego” (com o crescimento econômico, os movimentos tiveram dificuldades de mobilizar porque as pessoas estavam empregadas; ou estavam em acampamentos e, depois de um ou dois meses, achavam trabalho); - associado às dificuldades de mobilização, setores da elite agrária (justamente por não confiar politicamente nos governos progressistas), usaram outros mecanismos e ferramentas de Estado (como parte do Judiciário, TCU, Ministério Público, mas principalmente o Congresso nacional/bancada ruralista) para perseguir e criminalizar (atribuir supostos crimes às) ações e lideranças dos movimentos (gerando um imenso descarte para “se defender”, sem falar que a acusação de desvio de recursos não gera solidariedade) [...] Os governos de esquerda ou populares foram profundamente contraditórios. Para ficar no campo/agro, deram muitos incentivos ao agronegócio (aprofundando a dependência do Brasil à exportação de produtos primários, por exemplo), o que fortaleceu (politicamente) setores avessos aos movimentos sociais e à reforma agrária. Esse mesmo agronegócio foi fundamental no apoio ao Temer e no golpe que derrubou a Dilma. Se a minha análise está correta, a grande lição é: não dá para confiar na elite agrária, portanto, com quem se aliar para gerenciar o Brasil? (Sérgio Sauer, Professor e Pesquisador da Universidade de Brasília – UNB)¹⁴⁶.

Concordamos com a análise do professor no que consiste ao termo “acomodar”, pois a situação dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra no Brasil e na Argentina não é nada cômoda ou confortável. A análise, portanto, que fazemos é de uma mudança de qualidade e intensidade das lutas, tanto urbanas quanto rurais, durante os governos eleitos pelo voto popular e, isso não corresponde só aos movimentos do Brasil, mas, também aos da Argentina. Para o MNCI, sua participação no governo se diferencia ao que sucedeu no Brasil, conforme explica sua dirigente,

Bueno, nosotros en principio, eso sí a diferencia quizás del MST, nosotros no fuimos eh, no veíamos, digamos, al Kirchnerismo como un gobierno, digamos, al cual apoyar, en principio, como movimiento durante varios años no es que estuviéramos, ni a favor ni contra, pero no era un gobierno que no representara a nosotros, cuando se da esta crisis del 2008, nosotros empezamos, ya previo a la crisis del 2008, ciertos funcionarios del gobierno empiezan a tener acercamiento al movimiento en algunos programas, en algunas políticas. En el 2008 cuando se está esa crisis, se instala que hay campo, que no es solamente el campo de la Sociedad Rural, no es el campo de las Federación Agraria, no es el campo del pequeño productor emprendedor, digamos, era lo que se había, era como se veía en argentina, si hablabas del campo era eso, era un gaucho con espuelas andando en caballo, y que tenía su chacra y en general era ganadero, o sea, esa era la idea, el imaginario de la sociedad argentina sobre el campo. Cuando sucede lo del 2008 se instala que existe otro campo. Esa instalación de que existe otro campo, otra forma de ver la vida, y otra forma de vivirla, y un modelo que funcionaba, un modelo marginal completamente, porque el Estado no lo veía, totalmente invisibilizado, pero que existía. Existía en los

¹⁴⁵ Segundo o professor tem uma pesquisa realizada por ele em 2010 que contempla os elementos dessa fala.

¹⁴⁶ Entrevista concedida à autora em março de 2020.

distintos pueblos, en las distintas zonas más agrarias, y que todavía esas tierras no eran rentables para el negocio, digamos, de la oligarquía del campo argentino. Entonces para nosotros el 2008 sí fue un año, una bisagra con respecto, digamos, a las políticas del gobierno, porque empezamos a discutir que el campesinado existía, el gobierno empieza a tener la necesidad de contrarrestar también, para el poder de la oligarquía y la aristocracia rural y nos pone a nosotros, no solamente a nuestro movimiento, sino a otros movimientos más, que empiezan a surgir y que estaban, que se empiezan a visibilizar en ese momento. Y entonces empezamos, se crea, digamos, en principio, una subsecretaría de agricultura familiar, que antes no existía en el ministerio de la agricultura, que en ese momento tampoco era ministerio, lo único que había para el campesinado argentino era un programa de llamaba PSA, que era Programa Social Agropecuario, que era todo lo que existía de política agraria para el campesinado en argentina. Y a partir del 2008, se crea la es la, en ese momento, la subsecretaría, y en el 2014, logramos tener una entidad de secretaria de agricultura familiar, campesina, indígena, logramos tener una ley de agricultura familiar, campesina, indígena, creo que eso es uno de los mayores logros que tuvimos. Se había logrado una ley de freno a la extranjerización de las tierras, donde no se permitía que en todo el territorio nacional, solamente 20% de las tierras pudiera estar en las manos extranjeras, eso era para nosotros una ley que permitía también, empezar a pensar, digamos, en algún momento una ley de Reforma Agraria, La ley de agricultura familiar, campesina e indígena tiene, digamos, como una de las cosas, la distribución de la tierra en uno de sus artículos, pero se da justo en vísperas del año electoral, sale la ley a fines del 2014, y esa ley no termina de reglamentarse, hasta el día de hoy no está reglamentada, por lo cual, si bien sigue siendo una ley nacional, no tiene aplicación hoy en día. Creo que eso fue una de las cosas, otra de las cosas que fueron logros fue que parte, digamos, de los distintos movimientos campesinos, formaran parte, digamos, de la estructura de gobierno de la agricultura familiar, campesina, indígena pensando desde las propias organizaciones la política hacia las organizaciones y hacia el campo en general, y eso también fue algo que para nosotros fue muy importante porque de repente pudimos pensar, digamos, dentro del Estado, la política, pues siempre estuvimos afuera del Estado, y nos permitió también en mayor grado o menor grado, depende de cada organización, la nuestra yo puedo hablar por haber sido parte, haber estado dentro del gobierno, nos permitió tener autonomía, no estábamos atados a la agenda del gobierno nacional, para nada. Teníamos nuestra propia agenda, nuestros propios ejes de lucha, y el estar dentro del Estado no nos impedía eso. Y para nosotros no fue un quiebre después, o una captación, que muchas veces sucede cuando las organizaciones entran a ser parte del Estado (E.P, Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹⁴⁷.

Fica claro o posicionamento do movimento em relação ao governo Kirchner, assim como a conjuntura sob a qual lhes permitiram adentrar a um aparato do Estado. Quando o governo de Cristina Kirchner sinalizou a intervenção do Estado e a aplicação de um imposto sobre as exportações do agronegócio em 2008, os embates com essa classe, economicamente dominante no campo e, que historicamente foi beneficiada pelos mandatários no poder, se acirraram exponencialmente. Diante da crise enfrentada pelo governo, a alternativa foi voltar-se para as organizações do campo, que contraditoriamente nunca haviam sido tratados em nível nacional, como força política e econômica campo a ser considerada. Essa guinada política resultou em avanços significativos para um movimento nacional que havia começado a ter uma expressão nacional no âmbito da correlação de forças. Entre as melhorias sinalizadas, encontram-se, segundo sua dirigente,

No, se dio una estructuración impresionante, digamos, había hasta..., por primera vez, dentro del ministerio había una dirección de pueblos indígenas, había una dirección de tierras, una dirección de desarrollo territorial. No, había..., o sea, era como realmente una estructura que estaba pensada para las necesidades que nosotros, o que la población, digamos, campesina, indígena, tiene. Ahora después,

¹⁴⁷ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

la realidad es que tampoco, eso se da en el año 2014, o sea a principios del 2014, la creación de la secretaria, y tuvo dos años de funcionamiento, porque después cuando gana el macrismo, empieza a vaciar esa secretaria, y hoy en día es parte de otras secretarías, ya dejó de tener su autonomía y su forma de funcionamiento, hoy no hay nada, de lo que era esa política, no hay nada, no hay nada de nada. Había muchos proyectos territoriales, se bajaron bastantes recursos dentro de los territorios. Siempre falta, ¿No? Porque, obviamente, nosotros cuando pensamos la ley de agricultura familiar, campesina, indígena decíamos no es solamente un ministerio de agricultura, o sea, es infraestructura, es educación, es salud, es, digamos, una cantidad de transversalidades, digamos, que no depende solamente de un ministerio, es pensar, tener otra mirada desde el Estado hacia las organizaciones, hacia lo campesino y hacia lo indígena, esté organizado o no. Y eso era cambiar también la estructura mental de nuestra gente porque, yo no sé si en Brasil pasa, pero acá pasa muchísimo, digamos, que hay muy poca identidad campesina dentro del país, o sea, el país tiene poca identidad del campesinado, sobretudo porque en Buenos Aires tenés 20 millones de personas viviendo, o sea, casi la mitad del país vive acá, porque cuando vayas a una región como Misiones, por ejemplo, te das cuenta de que esos compañeros que viven en Misiones tienen una identidad campesina, territorial, tienen una identidad comunitaria. Ahora, cuando los desplazan, digamos para acá y vienen acá, y trabajan, digamos de otro trabajo que no sea en el campo empiezan a despojarse de su identidad y a renegar a su identidad y eso es algo, digamos que el sistema se encargó muy bien de instalar. (E.P. dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹⁴⁸.

No entanto, as conquistas foram conjunturais e não resultaram em transformações estruturais que permanecessem sólidas com a próxima troca governamental. A problemática agrária conservou-se latente, tanto que em 2010, o quadro que se apresentava era alarmante, 56% das terras agricultáveis estavam dedicadas à exportação de soja e aproximadamente 200 mil famílias haviam sido expulsas de suas terras, na Argentina. Essa deplorável situação, de concentração da terra e de expulsão dos pequenos proprietários e camponeses, é retratada por Norma Giarraca e Miguel Teubal,

En el período de 1960-1988 desaparecieron 51 mil explotaciones agropecuarias, 1800 por año. Entre los censos de 1988 y 2002 – en la era neoliberal – desaparecieron 87 mil explotaciones agropecuarias, esto es, 6263 explotaciones por año, casi todas de menos de 200 hectáreas. Los productores que logran sobrevivir y mantenerse en el sector se ven sujetos más que nunca a la agricultura de contrato que el agronegocio le impone, o bien, a la provisión de semilla y al paquete tecnológico que la semillera exige. Qué, cómo y con qué tecnología producir tienden a ser cuestiones dictaminadas cada vez más por la gran empresa transnacional: el agronegocio. Algunas consecuencias de estos procesos son: la desaparición de la agricultura familiar; la transformación del sector en una agricultura sin agricultores; la creciente dependencia del productor agropecuario del semillero que le provee la semilla y los agroquímicos; la pérdida de soberanía alimentaria, al tiempo que se dejan de producir los alimentos básicos de consumo popular masivo; el avance sobre la yunga, las tierras fiscales del interior, la flora y fauna tradicional; y, en general, la pérdida de la biodiversidad y el deterioro ambiental, especialmente en algunas regiones, como efecto de la utilización masiva del glifosato y otros agroquímicos requeridos cada vez en mayor proporción. Los conflictos por la tierra aumentan exponencialmente debido a la voracidad de los inversores. La lógica del agronegocio se expande y los viejos ingenios, las agroindustrias de la vitivinicultura, de los cítricos etc. siguen sus pasos. Viejos y nuevos inversores actúan de modo similar. (GIARRACA; TEUBAL, p. 155-156).

A situação do país vizinho, nesse quesito agrário, era similar à brasileira. O relato de um dos coordenadores nacionais do MST demonstra que no âmbito da reforma agrária os

¹⁴⁸ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

programas estabelecidos durante os governos “progressistas” foram incipientes e quase inexistentes.

A gente coloca que são ensaios de conquistas, nós chegamos a construir algumas conquistas que elas sinalizam para onde deveria ir uma atuação do Estado para a constituição de um outro projeto para o campo brasileiro, e aí tem algumas que são bem importantes, se pegarmos no campo da educação, o fortalecimento do PRONERA, por isso ensaio, não foi uma política pública consistente ainda foi muito de projetos mas mostrou o seu potencial que talvez tenha na Educação do campo a sua materialidade mais concreta, mas não pode ser só educação do campo, como Licenciatura em Educação do Campo, os cursos, mas também, de fato nós também conseguimos avançar, nos dois governos Lulas, depois isso foi retrocedendo, por conta das contradições estaduais e municipais, mas nós conseguimos avançar bastante no que é a escola do campo, e não só na questão da pedagogia, mas na integração disso com o projeto da cooperação e da agroecologia. Uma outra questão é bastante importante é o papel do Estado na comercialização, então, os programas novamente pontuais, programas, programa de aquisição de alimentos e os 30% programa nacional de alimentação escolar, também demonstram que, inclusive ensinaram para o próprio MST, nós aprendemos que o que organiza a produção não é o crédito é a comercialização, então isso onde foi operacionalizado constituiu uma pequena revolução na diversificação da produção dos assentamentos, do envolvimento das mulheres, basicamente quem sustentava a produção para o PAA¹⁴⁹ e para o PNAE¹⁵⁰ eram as mulheres, então isso tem um elemento importante, e os ensaios, muitos residuais, mas importantes, os ensaios de agroindustrialização também demonstraram que aonde nós conseguimos implementar agroindústrias, as condições de vida da população daquele assentamento, daquela região, não só do assentamento mas do município ela avança exponencialmente, o TERRA SOL¹⁵¹, a própria tentativa do TERRA FORTE¹⁵², foram ensaios de possibilidades do que seria um grande programa de agroindustrialização no Brasil. No início do governo Lula as tentativas de novos assentamentos, o PDA, o Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos, ensaiou experiências interessantes de como se organiza um território conquistado, para além do velho quadrado burro, para além das agrovilas etc., então isso produziu questões que são importantes para a gente pensar como deve ser os assentamentos no próximo período. Acho que são esses, tem vários outros assim, algumas experiências de assistência técnica em alguns estados foram determinantes para a mudança da matriz tecnológica da agroecologia, mas isso, acho que podemos ficar nessas aqui. Os limites, bom, primeiro é esse, não foi implementada a reforma agrária então, não se teve a mudança da estrutura fundiária no Brasil, pelo contrário, nos vimos que ela se reconcentrou, não foi só no golpe, antes ela não mudou, ela se manteve o índice de GINI¹⁵³ aponta isso, e isso produz questões estruturais que não se enfrenta com políticas públicas inclusive, se enfrenta com mudanças estruturais, você inviabiliza, podíamos gastar bastante tempo discutindo, mas você inviabiliza a produção camponesa se

¹⁴⁹ Tendo como finalidade a promoção do acesso à alimentação e o incentivo a agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹⁵⁰ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi aprovado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, em que determina que no mínimo 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para estados, municípios e Distrito Federal, devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 11 ago. 2020.

¹⁵¹ O Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização, “por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas – como turismo rural, artesanato e agroecologia – também são apoiadas”. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/terra-sol.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹⁵² O Terra Forte é um programa de fomento a “Implantação e/ou modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo Incra, em todo o território nacional”. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/programas-e-aco-es-categoria/93-terra-forte.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹⁵³ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. “Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza”¹⁵³.

você está ilhado num território aonde a hegemonia é do agronegócio, a estrutura logística, é diferente, o envenenamento, impossibilita que você tenha diversidade de produção, o comércio vai estar destruído, porque as cidades ficam atrofiadas, centenas de municípios, que não consomem, por que não tem força de trabalho envolvida ali, porque o agronegócio desemprega. Na pesquisa não se avançou na pesquisa, a EMBRAPA cresceu monstruosamente, os departamentos ligados a pesquisa agropecuária das universidades avançaram monstruosamente, mas, todos voltados para o agronegócio, com raras exceções individuais, no final do governo, do primeiro governo Dilma, que se teve primeiras iniciativas de editais, por exemplo, do CNPQ para criação de grupos de agroecologia, coisa estritamente pontual, então nesse sentido da pesquisa nós, tudo que se tem de agroecologia fundamentalmente foram as organizações populares com valorosos companheiros individualmente fizeram isso, na EMBRAPA, seja nos grupos de pesquisa estaduais, seja nas universidades, mas sem papel do Estado. A mediação das políticas públicas também é uma questão que podemos colocar como limite, por que ela foi feita pela institucionalidade burguesa então ela foi feita pelas prefeituras, pelos territórios e nos territórios é uma composição entre prefeituras, entre empresários locais e movimentos sociais, então é uma coisa que você não avança fica emperrado ali, os territórios rurais, territórios da cidadania por onde passaram várias políticas públicas, são limites. Agora para complementar essa fala, não é uma questão que a gente pode analisar de forma rasa, como uma ação, de sim ou não do governo federal, a gente, quando vai analisar a movimentação dos outros poderes do legislativo e do judiciário, isso é importante a gente analisar eles, a medida que se tinha o avanço da perspectivas, desses avanços citados no executivo, você via uma movimentação do legislativo ou do judiciário para neutralizar esses avanços. Um exemplo flagoroso é o PAA, a operação que ataca o PAA no Paraná, que foi conduzida pelo Sérgio Moro, ela foi um dos elementos fundamentais para acabar com o PAA, na medida que os movimentos estavam acessando mais o PAA, vem uma ação do judiciário. Na medida em que se avançou no primeiro governo Lula na desapropriação de terras vem uma movimentação muito forte no judiciário de bloquear essas desapropriações de terras, de dar respaldo para questionamento do judiciário na desapropriação e isso se arrastar por décadas e, aí isso se transformar numa política de compra de terras que 'o que passou a acontecer. E também do legislativo, então todos os projetos de lei que vinham para o legislativo, os projetos de lei que vinham do governo federal para o legislativo por exemplo a PNATER¹⁵⁴ a política nacional de assistência técnica sofreu grandes mudanças dentro do congresso nacional, muita resistência de consolidar o PAA como política pública dentro do congresso Nacional, a forma como a burguesia se organiza no Estado brasileiro, naquilo que os republicanos chamam de pesos e contrapesos, entre os poderes ela é muito clara para a burguesia, na medida em que se avança um pouco no executivo, os outros poderes se movimentam para neutralizar essas movimentações. Tem um papel que é fundamental e a história já está cobrando do governo, dos governos do partido dos trabalhadores, mas colocar a responsabilidade, única e exclusivamente neles é a gente tornar muito rasa a análise. E a gente teria dificuldade de compreender inclusive como a burguesia internacional hoje opera no país que não é tanto no executivo, mas pelo judiciário e legislativo. (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)¹⁵⁵.

Como observado na exposição, o processo de distribuição da terra não sofreu alterações significativas nesse período, pelo contrário se concentrou ainda mais, e, isso se fez sentir na prática cotidiana das famílias sem-terra. O relatório da OXFAM¹⁵⁶, confederação internacional que luta contra a pobreza e a desigualdade no mundo, de novembro de 2016, denominado Terra, Poder e Desigualdade na América Latina¹⁵⁷, destaca que apenas 1% das

¹⁵⁴ A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. "Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), a PNATER foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar". Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>. Acesso em: 18 ago. 2020.

¹⁵⁵ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

¹⁵⁶ A Oxfam é uma confederação internacional de 20 organizações que trabalham em rede em mais de 90 países com o intuito de construir um futuro livre da injustiça da pobreza. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/historia/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

¹⁵⁷ Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

fazendas ou, estabelecimentos rurais, na América Latina, concentra mais da metade (ou 51,19%) de toda a superfície agrícola da região. A comparação foi realizada a partir dos censos agropecuários de 15 países da região e comprovaram que no Brasil 1% dos proprietários concentram 45% de toda área produtiva. Segundo o organismo internacional,

A desigualdade em relação à terra não se limita à questão da distribuição da superfície produtiva. A concorrência e concentração de poder em torno da terra se intensificaram nos últimos anos com a acelerada expansão do modelo extrativista, baseado na exploração de recursos naturais direcionada à produção de grandes volumes de matérias-primas – recursos minerais, combustíveis fósseis, produtos agroindustriais, pecuários e florestais – fundamentalmente para o mercado global. As concessões petrolíferas e minerárias se multiplicaram nos anos 2000 na Bolívia, Colômbia, Peru e Equador. As plantações florestais na região crescem a um ritmo de mais de meio milhão de hectares ao ano, ocupando uma fração cada vez maior dos territórios no Chile, Brasil e México. A pecuária avança sem parar sobre o Chaco (na Argentina, Paraguai e Bolívia), provocando um dos maiores índices de desmatamento do mundo e ameaçando a sobrevivência e bem-estar de populações indígenas, algumas delas de povos isolados. A produção agrícola, liderada por cultivos como soja, cana-de-açúcar e palma africana, bate recordes de superfície ano após ano no Brasil, Paraguai e Argentina. (OXFAM, 2016, p. 6).

Esperava-se que as famílias acampadas fossem assentadas e assim fosse minimamente alterada a estrutura fundiária brasileira, resolvendo parcialmente a questão agrária. A revisão e atualização dos índices de produtividade das terras poderia ser outra medida com repercussões importantes na questão agrária brasileira. Mas, se logo após a eleição e posse de Lula ainda houvesse uma expectativa por parte dos setores populares da sociedade brasileira, em relação à atuação do governo nessa área, ela logo foi dissipada. Possivelmente, a ação de maior impacto, que tenha adotado o governo federal, não seja nenhuma medida concreta de distribuição de terras, mas o fato de o presidente vestir o boné do MST, logo no início de seu primeiro mandato. Os movimentos reconhecem essa problemática e tiram dela aprendizados,

Tanto Lula como Dilma não deram passos, enfim, para que a reforma agrária, pudesse seguir acontecendo, e reforma agrária aqui no Brasil, nós nunca tivemos reforma agrária no Brasil, aqui nós tivemos luta por distribuição de terra, lutas por garantir que a terra não seja tão concentrada como vem acontecendo. [sic]. O MST fez esse processo, vem fazendo esse processo, e no governo e Lula e Dilma infelizmente nós não demos passos para termos mais assentamentos e ir consolidando economicamente e socialmente os assentamentos. Não temos dúvidas nenhuma que quando tínhamos Lula e Dilma [sic] nós éramos respeitados com o respeito que merece a classe trabalhadora e eu acredito que isso não tem preço. [sic] O aprendizado que fica para o futuro é que nós temos que ir para rua independente do governo que tiver, porque só com povo na rua mostrando as necessidades de transformação, as necessidades das mudanças que são necessárias, é que os governos também podem fazer as mudanças (R.Z, integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina Internacional)¹⁵⁸.

No entanto, na materialidade concreta da vida das famílias acampadas e assentadas o que ocorreu como mudança é ínfimo e estarrecedor. Para o movimento, a realização de uma

¹⁵⁸ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

reforma agrária concretamente não se teve,

o que vai ser implementado no Brasil, é o que a gente chama uma política de assentamentos, a pressão popular, as contradições econômicas da crise no Brasil, elas impõem uma correlação de forças favoráveis a implementação de assentamentos. Em alguns poucos lugares, como no Pontal do Parapanema, Centro-Oeste do Paraná, algumas regiões do semiárido brasileiro, você tem territórios um pouco mais avançados do ponto de vista de ter realizado um território contíguo de vários assentamentos, mas isto é muito localizado. Então o que a gente teve no primeiro momento da redemocratização até o primeiro governo Lula foi política de assentamento. Inclusive o governo Lula lança o segundo plano nacional de reforma agrária que é pífio, são 400 mil famílias para serem assentadas e nem isso ele chega no segundo plano nacional. Não teve a reforma agrária, quando se dá nesse período aí entre 2005, 2006, 2007 o que nós estamos entendendo, como a vitória do agronegócio e a derrota da reforma agrária clássica, aí nem essa política de assentamentos mais ela é operada, o que é operada é aquilo que eu falei, que é uma resolução de conflitos, então só sai reforma agrária em territórios muito distantes, mesmo dentro dos estados, muitos distantes em locais de terra barata, que não é mais desapropriação é compra de terras, com pouquíssima estrutura para as famílias se estabelecerem, mas que tentam tirar o tensionamento de alguns focos aonde tem massificação da luta pela terra. Então nós regredimos nesse sentido no final do governo Lula e aí, fundamentalmente no primeiro governo Dilma. É completamente abandonada a perspectiva de uma reforma agrária no Brasil, mesmo da política de assentamentos e mesmo da resolução de conflitos. Embora a gente teve, repito, algumas experiências localizadas que foram importantes e que dizem o quão fundamental seria a realização de uma reforma agrária, no sentido da democratização dos territórios, são territórios aonde a participação popular é muito mais potente, de conservação ambiental, de produção de alimentos, de geração de renda, ..., mas são resíduos (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)¹⁵⁹.

Dessa forma, se inaugurou nos anos 2000 o conhecido “*boom das commodities*” que levou a uma nova ampliação do crédito rural, a uma elevação do preço da terra e à progressiva inserção da agricultura no mercado internacional. Para o MNCI que estava em plena ascensão, cresciam os investimentos nos grandes produtores de áreas arrendadas, em suas próprias palavras,

[...] aquí se extendió mucho una figura, ahora ya no tanto, pero con la expansión de la soja se extendió mucho una figura que le decían los pool de siembra, era una financiarización de la agricultura, entonces era unos empresarios, ingenieros agrónomos, algunas empresas de semillas, que decían a la gente, quien quería invertir en producción de soja, entonces tú invertías plata y ellos hacían un cultivo de soja y te devolvían un poco más de plata, entonces en vez de poner plata en un banco, pongo plata en una siembra de soja, muchos accionistas ponían plata y durante un tiempo se ganaba mucho más plata haciendo eso, que poniéndola a los intereses financieros del banco. Entonces ellos obviamente no compraban tierras, alquilaban tierras, acá es muy alto el nivel de alquiler de la tierra (F.M., Dirigente do MNCI/UST em Mendoza¹⁶⁰).

Esse processo de reprimarização da economia com uma aposta, quase que exclusivista, na pauta de exportações de produtos primários, será denominada, por alguns autores latino-americanos, como o *consenso de las comodities*.

En el último decenio, América Latina ha realizado el pasaje del consenso de Washington, asentado sobre la valorización financiera, al Consenso de los Commodities, basado en la exportación de bienes primarios a gran escala. Ciertamente, si bien la explotación y exportación de bienes naturales no son actividades nuevas en la región, resulta claro que en los últimos años del siglo XX,

¹⁵⁹ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

¹⁶⁰ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

y en un contexto de cambio del modelo de acumulación, se ha venido intensificando la expansión de proyectos tendientes al control, extracción y exportación de bienes naturales, sin mayor valor agregado. Así, lo que aquí denominamos como Consenso de los Commodities implica subrayar precisamente el ingreso a un nuevo orden económico y político, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo, demandados cada vez más por los países centrales y las potencias emergentes. (SVAMPA, 2011, p. 1).

Independente da denominação que o caracterize, na prática o que ocorre é uma conformação dos Estados latino-americanos para a efetivação desse modelo produtivo. Em que,

el desarrollo, digamos, económico lo permite hacerlo el Agronegocio, que creo, ahí sí también, tiene una realidad muy parecida a lo que sucedió en Brasil, países, digamos, con gobiernos progresistas, que se encontraban con bastante dinero dentro del Estado para poder hacer una política de distribución, pero que el incremento de esa política tenía que ver con las retenciones, o con lo que el modelo agroexportador dejaba a los gobiernos. (E.P, Dirigente do MNCI em Buenos Aires)¹⁶¹.

As representações governamentais, à mercê da classe economicamente dominante no campo, das suas transnacionais e com medo das sanções e multas internacionais, atuaram timidamente em função dos interesses públicos — como a proteção das pessoas e do meio ambiente. É de conhecimento notório que,

Países como Argentina, México, El Salvador, Equador, Peru e Venezuela enfrentaram esse tipo de litígio e alguns foram sancionados por cancelar ou negar licenças para a realização de atividades extrativistas. Enquanto isso, governos da região reduzem a intervenção reguladora e deixam o mercado direcionar a terra para o uso “mais produtivo”, flexibilizando limites de uso da propriedade introduzidos por alguns países para evitar a usurpação. Salvo poucas exceções, abandonaram o investimento público na agricultura familiar camponesa e indígena e negligenciaram sua obrigação de reconhecer, formalizar e proteger a propriedade coletiva das comunidades indígenas e afrodescendentes. A fim de atrair investimento internacional, muitos implementaram incentivos e privilégios fiscais que contribuem para perpetuar a desigualdade e desviar recursos dos cofres públicos. (OXFAM, 2016, p. 7).

Vivenciamos ao longo de toda essa década um processo de “reprimarização das exportações” e, assim, se consolida um longo processo que acabou por caracterizar os governos progressistas latino-americanos como grandes fomentadores do agronegócio.

Sin embargo, pese a la promesa de crecimiento económico, la cual no puede ser minimizada luego de varias décadas de disciplinamiento económico y ajuste estructural, el actual modelo presenta numerosas fisuras estructurales. Por un lado, la demanda de materias primas y de bienes de consumo tiene como consecuencia un vertiginoso proceso de reprimarización de las economías latinoamericanas, respecto de los años '80 [...] Cabe añadir también, que este proceso de reprimarización viene acompañado por la pérdida de soberanía alimentaria, lo cual aparece ligado tanto a la exportación de alimentos a gran escala, como al destino de los mismos: cada vez más la creciente demanda de dichos bienes está destinada al consumo de ganado así como a la producción de biocombustibles, ante el

¹⁶¹ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

aumento del precio de otros productos energéticos y situaciones climáticas adversas en otras latitudes. Por otro lado, desde el punto de vista de la lógica de acumulación, el nuevo Consenso de los Commodities, conlleva la profundización de una dinámica de desposesión o despojo de tierras, recursos y territorios, al tiempo que genera nuevas formas de dependencia y dominación. No es casual que gran parte de la literatura crítica latinoamericana considere que el resultado de estos procesos sea la consolidación de un estilo de desarrollo extractivista, el cual debe ser comprendido como aquel patrón de acumulación basado en la sobre-explotación de recursos naturales, en gran parte, no renovables, así como en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como “improductivos”. Así definido, el extractivismo no contempla solamente actividades típicamente consideradas como tal (minería y petróleo), sino también otras, como el agronegocios o la producción de biocombustibles, que abonan una lógica extractivista a través de la consolidación de un modelo tendencialmente monoprodutor, que destruye la biodiversidad, conlleva el acaparamiento de tierras y la reconfiguración negativa de vastos territorios. (SVAMPA, 2011, p. 2).

E, no caso brasileiro, Lula ficará na história, como aquele que abandonou a reforma agrária. Essa constatação é feita de maneira impactante por Ariovaldo Umbelino, estudioso da questão agrária que trabalhou no início do Governo Lula, em conjunto com uma equipe na elaboração do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária que, em um primeiro momento, indicava a possibilidade do assentamento de um milhão de famílias, mas, de fato nunca saiu do papel. Umbelino apresenta sua crítica mordaz ao governo petista em artigo intitulado: “Lula dá adeus à Reforma Agrária”¹⁶².

Em 2010, o terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores, terá como marco histórico o fato de ser a primeira mulher eleita presidenta da República no Brasil, na pessoa de Dilma Rousseff. Contudo, no âmbito agrário o governo federal atuará novamente como formulador e regulador de políticas públicas voltadas para o agronegócio, cumprindo um papel de mediador entre esta fração do capital e o “mercado” exportador.

Há uma disparidade no que se investe na agricultura familiar e no que é remetido ao agronegócio, a diferença como veremos é alarmante: dados do Ministério da Agricultura revelam que o *Plano Safra de 2011/2012* destinou grande quantidade de recursos para a agroempresariais, R\$107 bilhões de reais, e para os/as pequenos/as agricultores familiares foram apenas R\$16 bilhões. No mesmo patamar de disparidade o *Plano Safra de 2012/2013* destinou 115,5 bilhões para o setor empresarial rural, enquanto para a agricultura familiar foram apenas 22,3 bilhões¹⁶³. A situação foi tão alarmante que até a *Folha de S.Paulo*¹⁶⁴, publicou matéria em 27 de março de 2016, em que interpela sobre o abandono e a paralização da tradicional bandeira do PT em relação à reforma agrária no governo da presidente Dilma

¹⁶² Umbelino (2008).

¹⁶³ Cartilhas Publicadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 e 2012/2013

¹⁶⁴ Folha de S. Paulo (2016).

Rousseff. Em dados reproduzidos observa-se que há uma queda significativa na desapropriação de imóveis rurais, em comparação com o governo de Lula, que no primeiro mandato desapropria 1.302 áreas, e 685 no segundo; no primeiro mandato de Dilma desapropria apenas 216 áreas e, no segundo (2015-2016), fecha-se ciclo, com nenhum imóvel rural desapropriado para fins de reforma agrária, o trágico dessa comparação é constatar que em pleno embate contra o neoliberalismo e as forças deliberadas do capital à frente do governo Fernando Henrique Cardoso, foi possível, através da luta de classes no campo, desapropriar 2.223 imóveis rurais.

Assim, resulta que a reforma Agrária é tratada novamente, na macropolítica econômica, como um entrave para o desenvolvimento. O que aborda sinteticamente Gonçalves,

Tempo também em que a lentidão e os múltiplos entraves na Reforma Agrária conviviam com a expansão multifacetada do agronegócio: nos lucros do setor alavancados pela expansão internacional no mercado das *commodities*, na obtenção de recursos financeiros e apoio político do Estado, nas tentativas de promover a judicialização e criminalização dos movimentos sociais, na disputa pela terra e na sua entrada no imaginário nacional, via indústria cultural, como pilar econômico do País. Uma expansão que levou em consideração fortemente a necessidade de afirmar seu projeto como expressão de modernização, capaz de gerar um modelo de desenvolvimento com aumento da produtividade agrícola e impacto do crescimento do setor na balança comercial brasileira, que geram, supostamente, benefícios a todos. (GONÇALVES, 2019, p. 21).

Evidencia-se que os movimentos sociais, urbanos e rurais, apoiaram e investiram na disputa eleitoral para fortalecer suas bases de lutas e de concretização de um projeto de transformação social para o campo e a cidade. Por meio diferentes, em cada país, a base política organizada do MST e do MNCI compuseram as frentes de apoio e de mobilização para a efetivação dessas candidaturas, esse apoio tinha como finalidade última, o avanço político, econômico e social, no entanto,

En consecuencia, en el marco de un nuevo ciclo de acumulación, los gobiernos progresistas parecen haber retomado este mito fundante y primigenio, que en el contexto actual, alimenta la ilusión desarrollista, expresada en la idea de que, gracias a las oportunidades económicas actuales (el alza de los precios de las materias primas y la creciente demanda, proveniente sobre todo desde Asia), es posible acortar rápidamente la distancia con los países industrializados, a fin de alcanzar aquel desarrollo siempre prometido y nunca realizado de nuestra sociedades. En términos de memoria corta, la ilusión desarrollista se conecta con la experiencia de la crisis; esto es, con el legado neoliberal de los '90, asociado al aumento de las desigualdades y la pobreza, así como a la posibilidad actual de sortear, gracias a las ventajas comparativas, las consecuencias de la crisis internacional. De modo que, el superávit fiscal y las altas tasas de crecimiento anual de los países latinoamericanos, en gran medida ligados a la exportación de productos primarios, apuntalan un discurso triunfalista, acerca de una "vía específicamente latinoamericana", que alude a rupturas en lo político, lo social y lo económico. Por ejemplo, el final de "la larga noche neoliberal" (en la expresión del

presidente ecuatoriano R. Correa) tiene un correlato político y económico, vinculado a la gran crisis de los primeros años del siglo XXI (desempleo, reducción de oportunidades, migración). El tópico ha aparecido también de manera recurrente en el discurso del matrimonio Kirchner en Argentina, con el objetivo de contraponer los indicadores económicos y sociales actuales, con los años neoliberales (los '90, bajo el ciclo neoliberal de C. Menem) pero, sobre todo, con aquellos de la gran crisis que sacudió a la Argentina en 2001-2002, con el fin de la convertibilidad entre el peso y el dólar. (SVAMPA, 2011, p. 8).

Resultara que, a meta-síntese do PT com Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), com 14 anos de governabilidade, ou, do Partido Judicialista, com a dupla matrimonial de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), com seus 12 anos de governo na Argentina, em ambos os governos, tanto no Brasil como na Argentina, a pauta estava voltada para a conciliação de classes. A classe trabalhadora organizada tivera como saldo, ou mais precisamente como resultado paradoxal, um novo período de descenso e crise, tanto nos movimentos sociais, nos sindicatos e suas centrais, assim como nos partidos políticos que compõe o espectro da esquerda brasileira e argentina.

A fragmentação política, o acirramento das lutas de classes e a inviabilidade das conquistas, demonstrariam que não há espaços para as reformas estruturais na América Latina, sob o capitalismo e os limites impostos pelo seu Estado burguês. A vitória eleitoral de Mauricio Macri em 2015, na Argentina e o golpe institucional parlamentar de Michel Temer em 2016, no Brasil, fez com que a dominação dos burgueses aparecesse em sua forma pura, ao derrubar a conciliação de classes, atrás da qual se escondia o capital.

A participação dos movimentos nesses governos, mesmo que de forma distinta, o MNCI de forma mais direta e MST de forma indireta, tiveram, contudo, um denominador comum, ou seja, o contato com as possibilidades e os limites da atuação via institucional. Para a dirigente do MNCI, o período conjuntural

¡Qué difícil! Yo creo que hay como varias cosas, hay desafíos que son coyunturales de ahora, que es en general como procesos de unidad, ayudar en el procesos de unidad, en general, no sé si en Brasil tienen la misma particularidad, pero nosotros como movimiento, tenemos esa capacidad de, quizás porque tenemos distintas formas de mirar la política y hacer política, que podemos vincularnos a muchas organizaciones que piensan distintos y ayudar a procesos de unidad. Esos procesos de unidad tienen que servir para dos cosas. Una, para la lucha en la calle, la lucha en los territorios y otra, digamos, para una lucha electoral donde nos permita, digamos, que no vuelva a ganar el macrismo, o sea la derecha. Para nosotros como movimiento es un desafío enorme pensar lo electoral. Primero, porque no somos una organización que ha pensado en lo electoral, entonces no tenés candidato o candidata, no tenés compañeros o compañeras que estén preparados para esos roles, y no preparados porque no vengan ni de la academia, o porque nunca se imaginaron haciendo esa tarea, entonces no se llevan bien con los medios de comunicación, no tienen una buena forma de exponerse, una forma de necesitar instalarse como candidato o candidata. Entonces, para nosotros, es una tarea como muy difícil pensar esto. También creemos que es un espacio que tenemos que pelearlo y disputarlo, que no podemos regalarlo, y que durante muchos años nuestra resistencia en los territorios, nos hizo relegar esos espacios, no verlos, pero cuando pudimos estar en algunos espacios que tenían algún poder de decisión, hemos logrado mayor cantidad de cosas, sin dejar eso, que el movimiento es un movimiento en la calle y en la lucha, pero sí nos permite pensar desde otros lugar políticas, que a corto plazo,

lleguen. No creemos que sea la pelea final, sino que es una pelea a corto plazo que ayuda y que permite, digamos, hasta tener recursos para juntarse y hacer un encuentro, o poder discutir políticamente, digamos. Porque una de las cosas que, por ejemplo, últimamente nos pasa, a nosotros como movimiento, es que no tenemos recurso para podernos juntar, entonces las discusiones pasan a pasar por [las redes], sobre todo en la dimensión territorial, que nosotros en Argentina tenemos, o por un e-mail, o por otros. Pero dejamos de encontrarnos cara a cara con las otras provincias, a pensar que es lo que nos está pasando, que hacer. (E.P., Dirigente do MNCI em Buenos Aires)¹⁶⁵.

Guardadas as devidas diferenças de contexto, bem como, de análise dos fatos, a lição histórica que ambos os movimentos tiveram desse ciclo de governabilidade foram: que é preciso manter e fortalecer a sua organicidade, os seus processos de formação política internas e da classe, assim como a sua capacidade de luta. A contraposição necessária, demorou para identificar o teor dessa nova composição no poder, mas, contudo, ocorreram diversas ações de protesto e resistência, mesmo que de maneira limitada e retardatária.

El neodesarrollismo progresista comparte con el neodesarrollismo liberal tópicos y marcos comunes, aún si establece también notorias diferencias en relación al rol del Estado y las esferas de democratización. Respecto de las diferencias es necesario subrayar que el surgimiento de gobiernos progresistas y de izquierda no puede ser dissociado del ciclo de luchas anti-neoliberales de las últimas décadas, que tuvieron como protagonistas a diferentes movimientos sociales y organizaciones campesino-indígenas. El cambio de época operado a partir de los primeros años del siglo XXI, estableció un nuevo umbral desde el cual leer la relación entre sociedad, política y economía, una nueva agenda pública y política vinculada la expansión de los derechos y la necesidad de reducir la pobreza (SVAMPA, 2011, p. 7).

A práxis e a consciência necessitam manter-se em movimento, em elevação, por meio dessa relação intrínseca. Se pelo contrário, o equilíbrio dessas forças é negligenciado pendendo apenas para um lado, seja para a organização ou apenas para formação, a totalidade viva do movimento perde a sua potência, a sua capacidade de intervenção e de transformação da realidade. É este processo de contradição, mediação e totalidade que se conjuga na práxis que pretendemos refletir no próximo subcapítulo.

4.7 PRÁXIS E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Ao adensarmos a discussão de práxis social e política e os elementos para a construção de uma práxis revolucionária, ficaria incompleto sem acrescentarmos neste movimento o elemento constituinte dessa práxis que é o processo de formação da consciência social. Apresentar e desenvolver teoricamente a dialética da práxis humana na construção histórica e as contradições da consciência social, a partir de uma vertente marxista, só é possível por meio da análise dos elementos que compõem a sua dinâmica social, como expressão das lutas

¹⁶⁵ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

de classes, isto é, como resultante do conflito entre capital e trabalho ou, em outros termos, entre burguesia e proletariado.

Aqui é importante trazer as contribuições do filósofo francês, Daniel Bensaid, que nos chama a atenção para uma corriqueira e generalizada confusão empregue às categorias operários e proletários. Quando as mesmas, são usadas como sinônimos, se desconsidera, como proletários, outros setores que não correspondem necessariamente à indústria. Incorporamos aqui, o significado e a linha argumentativa adotada pelo autor, ou seja, “Marx fala de proletários. Apesar de seu aparente desuso, o termo é ao mesmo tempo mais rigoroso e mais abrangente do que classe operária” (BENSAID, 2008, p. 36)¹⁶⁶. Tendo, assim, circunscrito o uso do termo proletário neste trabalho, destacamos que em nosso entendimento ele também corresponde à população latente do campo. Sustentamos como hipótese a continuidade do uso e validade da perspectiva analítica que destaca a classe trabalhadora, como análise e sujeito político. Nestes termos, nos apoiamos nas proposições do materialismo histórico.

O caminho que se segue é o de apreensão da forma de práxis e consciência de classe que advém desta relação, entre capital e trabalho, e que se apresenta de forma particular no âmbito dos movimentos sociais do campo. Desta feita, a prossecução da análise, entre práxis e consciência, dos sujeitos sociais políticos inseridos nos movimentos sociais do campo, só se torna possível considerando as lutas concretas da classe trabalhadora ou, especificamente como forma movente e dialética desses movimentos.

A compreensão dessa relação categorial como forma movente e movida da realidade, nos demonstrara que a práxis e, a consciência, é parte constituinte dos sujeitos sociais que vivem e, portanto, transformam a realidade. No que se refere à práxis e consciência dos sujeitos sociais que integram os movimentos sociais do campo [MST e MNCI], este processo de desenvolvimento de uma consciência crítica não é uma forma automática, contínua e permanente?

¹⁶⁶ As indicações de Marx, sobre os proletários, que constituem o nosso entendimento, estão presentes no capítulo XXIII de O Capital, onde o autor descreve a existência de três diferentes formas da “superpopulação relativa”: a flutuante, a latente e a estagnada. A flutuante corresponde ao fluxo contínuo de atração e repulsão dos trabalhadores nos centros da indústria moderna – fábricas, manufaturas, fundições, minas etc. são os rebaixados de categoria, despedidos, emigrantes, supérfluos. A latente se constitui pela existência de trabalhadores no próprio campo, que foram proletarizados pelo avanço da agricultura propriamente capitalista e, estão sempre na eminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano, devido às precárias condições de vida a que são condicionados, vivendo no limiar - entre os baixíssimos salários pagos ao trabalhador rural e o pauperismo. E, por fim, a estagnada, uma classe ativa que desempenha as ocupações mais irregulares, como o trabalho domiciliar, por jornada etc. Este setor da classe trabalhadora vive sob precárias condições de vida e a sua existência caracteriza-se pela duração máxima de trabalho e o mínimo de salário (MARX, 2011).

Dialeticamente, nada é automático ou mesmo permanente. Os processos de formação de consciência crítica se dão nas lutas (“o movimento é uma escola” no ditado popular), pois a práxis é justamente a relação (por vezes contraditória e não necessariamente consciente) ação-reflexão-ação, mas é necessário processos formativos. Por esta razão, historicamente, os movimentos sociais em geral, e os do campo em particular, investiram muito (recursos, tempo, pessoas, processos formativos, cursos, seminários, grupos de estudos etc.) na formação. Promoveram estudos e reflexão (nas suas mais diferentes formas) como caminho para sistematizar e dar coerência à consciência crítica, portanto, à práxis. O MST foi bastante inovador nestes processos formativos, não só pelo apoio histórico à educação do campo, mas porque criou escolas de formação (a ENFF é o principal exemplo) e dedicou energia à superação da “cerca do analfabetismo” (pensando para além do “aprender a ler e a escrever”) (Sérgio Sauer, Professor e Pesquisador da Universidade de Brasília – UnB)¹⁶⁷.

Nos movimentos sociais do campo a manifestação dessa relação se dará, obviamente, por meio do seu corpo material coletivo, em sua forma de organização da vida, em suas instâncias, em suas formas de luta e em seus processos formativos. Tendo como definição que a consciência é um movimento, um fluir no qual encontra diferentes mediações que se expressam em diferentes formas e, em constante mutação. São significativas, as contribuições de Mauro Iasi a partir dessa reflexão,

Desde a formação da consciência nos indivíduos moldados por uma determinada forma social estabelecida, já se manifesta o caráter de síntese de muitas determinações, tanto objetivas quanto subjetivas, cujo resultado são os diferentes momentos da consciência como senso comum dos indivíduos serializados, como revolta diante das injustiças e contradições que cada um enfrenta no curso de sua vida, como identidade grupal que se forma quando em determinadas situações conseguimos ver no outro nossas próprias dores e esperanças, como consciência de classe em si na luta pela afirmação de seus direitos e necessidades, até a possibilidade de expressão como consciência de classe para si, que afirma um projeto histórico com autonomia e independência. (IASI, 2006, p. 16).

Já vimos, anteriormente, em nossa discussão sobre a práxis, e nas proposições de Marx nas teses sobre Feuerbach, que os seres humanos produzem suas relações, assim como produzem a base material da vida, de forma que tais relações adquirem uma objetividade tão concreta como impalpável. São, portanto, relações históricas e particulares, atividade sensível e humana passada, de geração para geração e, sendo assim, edificam a sociedade.

E de tal modo é essa atividade, esse contínuo trabalhar e criar sensíveis, essa produção, a base de todo o mundo sensível, tal como ele existe agora, que, se ela fosse interrompida mesmo por um ano apenas, Feuerbach não só encontraria uma enorme mudança no mundo natural, como também sentiria falta de todo o mundo dos homens e de seu próprio dom contemplativo, e até mesmo de sua própria existência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 31).

Entender as vicissitudes do problema da consciência a partir dessa relação histórica, compôs as aspirações e desafios de uma gama de teóricos da sociologia e da história. Concordamos com a formulação em que o problema da consciência se localiza no difícil jogo das mediações, que dão liga entre as determinações particulares e genéricas que compõem o

¹⁶⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2020.

movimento, que constitui o ser social. Assim, a consciência é movimento que se apresenta às vezes como do indivíduo isolado, outra como expressão da fusão do grupo, depois da classe, “podendo chegar a diferentes formas no processo de constituição da classe até a uma consciência que ambiciona a universalidade” (IASI, 2006, p. 25).

Entendida dessa maneira, retiramos de nossa análise algumas explicações que classificariam as mutações da consciência de forma estática ou definitiva, em que poderíamos padronizar, definir e classificar, determinadas classes por sua posição. Sendo, portanto, passível de reflexão, os momentos da consciência ou, presa estaticamente ao senso comum ou, a uma pretensa essência revolucionária, substancialmente existente, em determinada posição de classe. Nesse âmbito, as proposições de Marx e Engels (2007) e Thompson (2001), adquirem robustez e inteligibilidade na síntese de Marcelo Badaró de Mattos, em que exprime: “o fato de que a formação de uma classe não é apenas decorrência da posição na vida a que os homens (e mulheres) estão predestinados pela divisão do trabalho, mas é, ao mesmo tempo, causa e consequência da luta de classes” (MATTOS, 2019, p. 26).

Essas mutações na análise da consciência, pensadas de maneira estática, nos levaria a um entendimento fetichizado, de que um ente, seja ele o partido, o sindicato ou o movimento, seriam os portadores de uma consciência revolucionária e, logo, os substitutos da classe em seu fazer histórico. Consequentemente, a partir dessa conclusão se fundam tentativas salvacionistas da classe.

Podemos incorrer neste erro analítico e histórico se desprezarmos os movimentos constitutivos da dialética e idealizarmos um sujeito ideal, portador da consciência e, portanto, da revolução. Fornece-nos elementos para entender esses momentos e movimentos da consciência, as contribuições de Iasi,

Em nossos movimentos, no entanto, estamos sempre diante de ciclos que vão desde um momento inicial de alienação até a constituição de formas coletivas de luta, que buscam se organizar e que acabam por se institucionalizar e se burocratizar, levando-nos novamente à alienação [...]. Em nossos estudos, buscamos compreender que essa aparente circularidade só pode ser entendida se incluirmos o fenômeno da consciência no conjunto das relações que determinam o ser social e as classes. (IASI, 2006, p. 16).

Sáimos, assim, de uma proposição em que a posição de classe, situação de classe e situações partilhadas determinam a sua visão de mundo, ou seja, a explicação de classe que se refere a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma posição ou, situação de classe. A categoria classe, que acompanha o trabalho, vincula-se às formulações no âmbito da ação de classe estando, assim, ligada à dinâmica de lutas de classes, sendo condicionada pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a forma das relações sociais de

produção, e dentro da qual uma classe se constitui enquanto classe, e em seguida como sujeito histórico. Tendo como referência as considerações de Hirano:

classes sociais em Marx se definem com o surgimento do modo de produção capitalista moderno, do Estado Moderno, da propriedade privada, da divisão social do trabalho racionalmente desenvolvido, do modo de apropriação do trabalho e dos instrumentos de trabalho (ou seja, os meios de produção) e do trabalho assalariado. (HIRANO, 2002, p. 101).

A partir das análises postas compreendemos que é preciso ter o cuidado ao interpretar as classes sociais, é preciso entendê-la como um conceito histórico e, desse modo, determinado por uma dada produção social ou por um modo de produção social historicamente determinado, em suas várias configurações e dimensões sociais e não como um conceito histórico, invariável, imutável e universal (HIRANO, 2002).

Seguindo esse raciocínio, “ênfatiza-se a dinâmica histórica da luta entre as classes e, portanto, um sujeito propriamente coletivo que atua de forma qualitativamente diversa do indivíduo” (IASI, 2006, p. 28). Para nosso entendimento, que tem como referência as contribuições marxianas, a inteligibilidade das ações sociais, a ação dos seres humanos sob o capitalismo, cristaliza-se em produtos sociais que se autonomizam relativamente a estes, como na troca ampliada de mercadorias, de forma que o produto da ação coletiva assume uma racionalidade diversa da ação individual, não podendo ser reduzida à inteligibilidade individual. Assim,

É interessante observar, porém, que, na mesma medida em que são abundantes hoje em dia as referências à classe como critério de estratificação social medido pela renda definido pelo acesso diferenciado ao consumo no mercado, escasseiam as menções ao termo quando associado a um lugar ocupado no processo de produção e nas relações de trabalho ou mesmo quando vinculados a determinadas formas de ação coletiva movidas por um sentido de classe. Por isso, ouvimos e lemos muito sobre “classe A, B, C” et. Ou sobre novas e velhas “classes médias” (e um pouco menos sobre “ricos” e “pobres”), mas, nos meios de comunicação, nos discursos políticos e até mesmo nas elaborações acadêmicas das ciências sociais, é cada vez mais raro o emprego de expressões como “classe trabalhadora”, “classe operária” ou “proletariado” (assim como são raras as referências a “burguesia” e “classe dominante”). Não são apenas as categorias de análise que estão ausentes, mas também a consequente percepção de que tais classes sociais têm visões de mundo, interesses e projetos políticos objetivamente opostos, que se confrontam em diversos momentos da vida social. Ou seja, o que se omite é a lógica de classe dos conflitos sociais fundamentais nos quais vivemos imersos. Entende-se, assim, que os usos correntes do termo “classe” e os esforços para conceituá-lo exclusivamente com base nos fenômenos associados a consumo, renda e mercado são reducionistas, uma vez que limitam a situação de classe a uma dimensão estritamente econômica (e circunscrevem os fenômenos econômicos à competição de indivíduos e grupos de indivíduos por renda e consumo no mercado). Tal reducionismo impede a compreensão das classes sociais em sua articulação com a totalidade da dinâmica social. (MATTOS, 2019, p. 9).

Sendo assim, as classes se constituem em permanente movimento de negação e

afirmação, e não apenas pela posição objetiva no seio de certas relações de produção e de formas de propriedade. Inserem-se em uma relação de vida e luta de contrários, ora subsumidos pela ordem, ora sublevando-se contra ela.

Procuramos entender o movimento da consciência como expressão do movimento da própria classe, pois ela mesma não é um ser fixo e dado de uma só vez. As classes se formam e se constroem em permanente movimento de negação e afirmação, ora como indivíduos submetidos à concorrência, ora como órgãos vivos do capital em seu processo de valorização, ora como personificação de interesses de classes em luta, ora como aspectos subjetivos da contradição histórica entre a necessidade de mudar as relações sociais e a determinação das classes dominantes em mantê-las. Partindo dessa perspectiva, o destino da consciência está inevitavelmente ligado ao destino da classe. (IASI, 2006, p. 17).

E a classe é o *locus* de ação política e de lutas de classes, de formação de identidades e consciência coletivas. É o reino das possibilidades e de associação possíveis das formas organizativas ao ser da classe, como os partidos, sindicatos e movimentos sociais. Para a integrante do MST,

é um desafio histórico a criação de novos instrumentos da classe que dê conta das necessidades atuais da classe trabalhadora. A forma partido tal como existe não consegue aglutinar e nem pensar um projeto político de Brasil e nem de América Latina. Os partidos de esquerda caíram na lógica eleitoral. As experiências de revolta mais atual estão acontecendo no Chile, mas ainda, não se configura a construção de uma nova sociedade, que derrube as estruturas atuais do capitalismo (J.S, integrou a Direção Nacional do MST)¹⁶⁸.

A preocupação dialética de buscar as mediações concretas dos seres humanos em sua concreticidade, constituintes da obra de Marx e Engels, nos permite avançar para além dos positivismo, que analisam a consciência e os indivíduos como reflexo de condicionamentos objetivos externos. Esta positividade não contribui para entender a classe em seus movimentos, e muito menos, de identificar nesse movimento as possibilidades de formação de uma consciência de classe revolucionária. Naturaliza-se a dependência, externa e eterna, de um ente portador de consciência.

Enquanto o “espírito” viaja pelas regiões etéreas da teoria e da crítica da teoria, o objeto, a coisa em si de onde partiu para seu vôo, continua preso à terra e às prosaicas determinações de sua materialidade concreta. As classes não esperam o julgamento do espírito teórico para constituir-se, seja como possibilidade revolucionária, seja como amoldamento reformista. As classes ganham sua materialidade na medida em que os seres humanos, ao produzirem socialmente sua existência, encontram diante de si, relações que os dividem e lhes atribuem papéis distintos, como compradores ou vendedores de força de trabalho, ou como objetos a serem consumidos na produção do valor, ou como aquele que acumulará privadamente o valor excedente daí produzido. As “classes” e seus comportamentos se materializam em determinadas relações de família, hierarquias de sexo e idade, e em formas particulares de estruturar a personalidade dos indivíduos sociais. As classes ganham existência material quando os indivíduos encontram um emprego,

¹⁶⁸ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2020.

pois se empregar em busca de um salário é a única maneira de garantir sua existência. Mas, para que um veja no assalariamento a possibilidade de ganhar sua vida, é necessário que outro tenha encontrado na compra e no consumo da força de trabalho a sua forma de existência. O fato de os indivíduos, esta abstração com a qual o pensamento liberal envolve os ser social humano, estarem submetidos a determinações de classe é que os levam, em certos momentos, à possibilidade de agir como classe. [...] O caráter reformista ou revolucionário desta classe em ação só pode ser determinado por esta ação. (IASI, 2006, p. 59).

O pensamento não resolve *per si* a gênese do real. Naquilo que concerne o conceito de classe, podemos dizer que o objeto real conserva independência e permanece na atividade do pensamento como dado primeiro. Seguindo as formulações de Marx, agrega-se que,

Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real e, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real – para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque (aqui temos de novo uma tautologia) a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O sujeito concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. No método também teórico [da economia política] o objeto – a sociedade – deve, pois, achar-se sempre presente ao espírito, como pressuposição. (MARX, 2008a, p. 259).

A constituição das classes não se dá pelo berço, e, sim, pela subordinação dos indivíduos a determinadas relações sociais, visões de mundo, relações de propriedade, posse de recursos materiais ou simbólicos. Isso explica por que um membro de uma classe pode mudar de classe ao deixar certas relações e assumir outras. Os conflitos de classes (entre capital e trabalho) estruturam nossa sociedade e definem as identidades coletivas. Acrescentam-se aí as contribuições do historiador Eric Hobsbawn de que, “a classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis. Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal” (HOBSBAWN, 1987, p. 36).

Essa questão da identidade nos remeterá a um dos problemas práticos encontrados pelos movimentos sociais do campo, por exemplo, a identificação da classe trabalhadora, ou precisamente dos indivíduos que a compõem, com a classe economicamente dominante, e, não precisamente, com aqueles que lutam contra o capital e a ordem social vigente. As identidades são constituídas,

no processo de transformação da sociedade – relacionadas e submetidas à identidade de classe – de exploradores e explorados – e pela oposição e luta entre elas – de um

lado as forças que impõem a ordem e de outro as que se colocam contra ela, procurando subvertê-la, negando-a, e ao mesmo tempo, como forma de superação, afirmando outra ordem. (BOGO, 2008, p. 9).

Se verificarmos esta problemática até aqui exposta, não a classificaremos como uma questão de ausência de consciência ou de um caso estático-inflexível, mas condicionado e historicamente determinado. A classe trabalhadora e os indivíduos que a compõem “são simultaneamente seres da ordem do capital e seres com a potencialidade de confrontar com esta mesma ordem” (IASI, 2006, p. 65).

A análise da materialização da vida, das suas determinações e o entendimento das suas contradições, fornece os elementos para análise sobre os movimentos sociais e os sujeitos sociais que o constituem, em que a práxis e o processo de formação da consciência, estão intrinsecamente relacionados. O caminho da exposição passa pela enorme distância que há entre o sujeito filosófico e o sujeito da revolução. Ou seja, ainda que existam locais centralizados da produção de valor, como a fábrica, a empresa etc., o espaço de constituição da classe se dá na luta política. O ato da consciência “só pode voltar retroativamente sobre este momento quando retorna emergida de uma luta política maior e uma visão teórica que lhe permita reconhecer aquele momento particular em todas as suas determinações” (IASI, 2006, p. 48).

Se ignorar esta sutil mediação, ora cobra uma consciência histórica do operário concreto subsumido às relações do capital, ora deduz desta impossibilidade a inépcia da consciência revolucionária da classe enquanto classe. A luta política constitui-se em um espaço que perpassa os locais de produção, indo para além dele. Não há contradição nessa afirmação, ou seja,

para que os dominados se emancipem, precisam formar e organizar a sua classe, reconhecer a existência do seu oposto que é a classe dominante, e, a partir disso, procurar, através da luta, ocupar o seu lugar, ultrapassar a natureza da dominação burguesa, minoritária, e instituir a democracia da maioria para a maioria, pondo em movimento a lei da dialética da quantidade e da qualidade. (BOGO, 2008, p. 10).

Assim, a unidade dos aspectos objetivos e subjetivos compõe uma totalidade de determinações e relações recíprocas, abrindo a possibilidade de constituição de sujeitos históricos portadores de uma intencionalidade dotada de um sentido que só se compreende na perspectiva de uma totalidade em movimento (IASI, 2006). O movimento da classe trabalhadora atribui vida e sentido à realidade abstrata, ao processo histórico em que vive, dando saltos de qualidade progressivos ou regressivos para a sua emancipação. Aqui são esclarecedoras as contribuições de Mészáros,

Ao mesmo tempo, o agente hegemônico potencial em questão – dentro das determinações de classe da ordem capitalista: a classe trabalhadora, no que se refere às perspectivas históricas do socialismo – não é uma invenção teórica abstrata, e sim uma realidade social tangível, com suas necessidades e condições de existência que devem ser constantemente reproduzidas, segundo os meios e as possibilidades disponíveis. [...] Assim, o desenvolvimento da classe trabalhadora como alternativa hegemônica à ordem estabelecida só pode significar o desdobramento da tendência de auto-expansão do capital até seu ponto de saturação em uma multiplicidade de situações sociais diferentes, juntamente com o impacto cumulativo das contradições em escala global. A maturação das contradições internas do capital não implica, em absoluto, o aparecimento de uma classe trabalhadora miticamente homogênea – com uma igualmente mítica “consciência de classe unificada” – em algum lugar bem “além da diversidade” de sua constituição real; implica “apenas” a intensificação das contradições em todos os pontos estruturalmente críticos da própria diversidade socio-histórica em desenvolvimento. (MÉSZÁROS, 2004, p. 235-236).

O ser da classe, nas relações capitalistas vigentes, está contido como mercadoria, enquanto capital variável, submetido ao processo de valorização do valor. Nessa submissão há uma contradição fundante — entre o avanço das forças produtivas materiais e a forma das relações sociais de produção — com um outro “Ser”, genérico e essencial, que é o ser humano. O processo de formação da consciência de classe insere-se aí, no âmbito das mediações.

A contradição entre o avanço das forças produtivas materiais e a forma das relações sociais de produção, é a mediação concreta, onde um certo momento, do processo de submissão à ordem fica antagônico com a sobrevivência do ser que a submete. “Por isso, e não por nenhuma essência, está no ser da classe como fator muito mais marcante que o consentimento a possibilidade da resistência e da luta contra o capital” (IASI, 2006, p.66).

O trabalho como meio individual de vida esconde o fato que este trabalho segue sendo atividade social, no caso, capital. O ser humano se realiza no capitalismo, garante a sua sobrevivência quando se vende ao capital, e este se valoriza, necessariamente comprando-o como mercadoria.

Participar de uma ação abre o espaço da práxis diante do campo prático-inerte, mas já se constituindo como um ser que vai além de si mesma, iniciando sua participação no processo de formação da classe. A pessoa não é em si mesma, nem reformista, nem revolucionária, mas seu ser em movimento expressa com clareza cada um destes momentos. No movimento da classe em seu processo de formação, encontraremos as mediações nos momentos da constituição do ser social como indivíduo, da realidade das relações sociais baseadas na objetividade estranhada e na conformação das cápsulas individuais que velam o caráter social do ser. Aqui a práxis em sua complexidade se apresenta como duas possibilidades.

a do amoldamento/consentimento e a da ação humana como práxis livre. É também neste campo que a genericidade encontra a particularidade, na verdade é onde o as particularidades empreendem seu contínuo processo de constituição da universalidade. É por isso que é o campo aberto da práxis, pois é o espaço em que a ação dos seres humanos pode reproduzir as condições de sua dominação ou enfrentá-las. No interior deste processo, a classe trabalhadora pode se constituir enquanto classe se, e somente se, os seres humanos em contradição com o processo imediato do capital se encontrarem em certas condições coletivas para romper o invólucro individual e se verem como seres coletivos, desde a mediação particular do grupo até a genericidade da classe. O momento em que um ser humano não se reconhece naquilo que é sua mediação fundamental para a vida, mais precisamente quando o trabalho como atividade fundamental da existência se torna só um mero meio de vida, pode ser vivido como um momento de desilusão, crise existencial, revolta, ou ser um importante instante de superação da serialidade que caracteriza o processo estranhado da práxis cotidiana em direção ao ser do grupo. (IASI, 2006, p. 69).

O movimento que vai do indivíduo ao grupo e do grupo à classe transforma a práxis em processo e a instituição da ação humana em objetivação, em organização e ação de classe, em consciência de classe em si. Este salto de qualidade, poderá levar a uma conformação no interior da ordem do capitalismo, como institucionalização e burocracia; ou, a uma ruptura revolucionária. Neste ínterim, a materialidade objetiva, ou um determinado grau de avanço das forças produtivas, vai regular o espaço de liberdade e de construção histórica dos seres humanos.

Neste sentido, o novo produto da ação humana representa aqui uma nova dualidade de caminhos possíveis: o novo campo prático-inerte pode constituir-se como superação efetiva do sociometabolismo do capital, mantendo as condições de extensão da práxis humana como emancipação humana; ou a nova construção humana pode não ir além de uma negação formal deste sociometabolismo abrindo caminho para a volta ao estranhamento num ciclo de regressividade dentro da progressividade alcançada. Esta possibilidade nos remete à permanência do Estado, da burocracia e da volta da serialidade. Neste movimento a consciência só pode acompanhar a dialética do ser social ora à frente, ora atrás, mas sempre em relação ao ser que a abriga. (IASI, 2006, p. 71).

Na prática, necessariamente, o processo de elevação ou, tomada de consciência será um movimento complexo, limitado e delimitado pelo tempo histórico e suas relações sociais. Entre as contradições, por exemplo, está o fato de que as alterações da consciência são vivenciadas em nível individual, porém o processo de transformação que irá realizá-la é necessariamente social, de coletivos ou de classe. E, na maioria das vezes, a tomada de consciência dos sujeitos não vem acompanhada das condições concretas para realizar as transformações reivindicadas.

Importa, necessariamente, evitar uma reincidente abstração da sociedade, acima e em confronto, com o ser, pois, o “indivíduo”, em uma perspectiva marxista, é o ser social. “Aquilo que os indivíduos ou suas mediações coletivas representam, não é a expressão de nenhuma essência, é sempre a expressão da práxis humana” (IASI, 2006, p.76). Assim, a

sociedade é compreendida como uma totalidade dinâmica e a classe trabalhadora, como possibilidade de expressão de um ser genérico, ou seja, como possibilidade de apresentar um projeto alternativo de sociedade para além do capital.

Em suma, a consciência de classe é uma consciência histórica. A sua manifestação é um produto histórico-social determinado, e os sujeitos que a manifestam são sujeitos concretos que conseguem apreender teoricamente, como uma totalidade, o movimento da sociedade, com seus conflitos e tensões. Esta propriedade de compreensão não é um monopólio exclusivo da classe proletária; podem-na – adquirir tanto a burguesia quanto as camadas médias. Em períodos históricos determinados, a proeminência desta consciência constitutiva da visão e da compreensão histórico-prospectivas ocorre de uma forma cabal com a classe burguesa; por outro lado, as potencialidades revolucionárias da classe proletária podem se efetivar em conjunturas e circunstâncias historicamente dadas. Em outras palavras, a produção da consciência social ou de classe é produção social de consciência, é histórica e é transitória, sendo a verdadeira consciência, ciência da história, e a falsa consciência, ideologia. (HIRANO, 2002, p. 173).

A filosofia da práxis, considerada historicamente como o marxismo em todo o seu processo de elevação e de superação, necessita, se portadora da crítica, do projeto de emancipação, do conhecimento e da vinculação com a prática. Marx considerava fundamental para um processo de mudança social radical, objetivamente a revolução, uma base teórica, uma interpretação científica, que compreenda e intérprete corretamente o mundo, possibilitando as condições para a autoemancipação de uma classe, dialeticamente imbricada na mudança das circunstâncias e das consciências.

A história não está fechada, o socialismo, o comunismo continua sendo necessário, desejável e possível, ainda que não inevitável. As tarefas históricas de uma práxis revolucionária necessitam manter viva a crítica ao capitalismo e as contradições estruturais que as suas relações produzem, como a superexploração, o desemprego, a miséria, a mercantilização crescentes, a destruição da natureza e a transformação do homem em meio, em instrumento ou, mercadoria. Para Vázquez;

[...] se o capitalismo não é, não pode ser, eterno, também não é o “fim da história”, pois a história – enquanto o homem exista – não pode ter fim, e se uma alternativa social ao capitalismo é necessária e desejável, o marxismo continua sendo necessário, já que somente existe pôr e para contribuir para que essa alternativa se realize. Não se pode negar a necessidade da *crítica* do presente, do capitalismo (e, portanto, a validade de seu aspecto crítico). Tampouco se pode negar a necessidade de um projeto de emancipação ou de afirmação dos valores – de dignidade, igualdade, liberdade – que o capitalismo nega. Não se pode negar, em terceiro lugar, que a realização do projeto, a transformação do presente em direção à futura sociedade, exige um conhecimento de suas possibilidades, caminhos e meios de realização. Daí que o marxismo continue sendo necessário como conhecimento; o que exige, portanto, abandonar corrigir ou enriquecer as teses marxistas que não se ajustem ao movimento do real. (VÁZQUEZ, 2007, p. 439).

Assim compreendemos a importância e a necessidade de uma teoria que ofereça um

verdadeiro significado de sua atividade prática, que seja capaz de captar o conteúdo da práxis histórica e social, em sua totalidade. Que supere toda consciência mistificada da práxis — atos práticos, prenhes de preconceitos, hábitos mentais e lugares comuns — e, permita ao ser humano compreender até que ponto, participa e constrói, da história humana, enquanto processo de formação e autocriação da humanidade. Mészáros, refere-se a uma “ideologia” socialista, nos parece mais acertadamente dizer, o papel vital de uma consciência de classe revolucionária, como negação radical da ordem estabelecida,

consiste precisamente em identificar e ajudar a ativar, através de sua orientação abrangente, todas aquelas mediações potencialmente libertadoras e que tenham a capacidade de transcender essa ordem, mediações que, sem sua ativa intervenção permaneciam adormecidas e dominadas pelo poder do isolamento da imediaticidade, gerenciada e manipulada pela ideologia dominante. (MÉSZÁROS, 2004, p. 239).

O objetivo dos movimentos sociais do campo aqui estudados é a luta pela terra, pela conquista de direitos sociais e políticos, de organização dos trabalhadores e transformação da sociedade. A práxis, social e política, dos militantes e dirigentes, a partir desses pressupostos, remetem necessariamente a uma prática de ruptura. Mas, a teoria de ruptura, da qual os sujeitos sociais estão de posse, não se transforma, imediatamente. O que significa dizer que o otimismo da vontade de romper com a ordem capitalista vigente não resulta de imediato em uma prática revolucionária. Esse é um dos problemas enfrentados pelos sujeitos sociais dos movimentos aqui estudados. A tarefa que se impõe é complexa, captar — conhecer e trabalhar — a diferença que há entre o reino da possibilidade (âmbito da teoria) e o reino da efetividade (âmbito da prática) e as suas necessárias e fundamentais mediações.

Nesse aspecto é que a teoria pode contribuir para a análise das condições socioeconômicas, políticas e culturais, que favoreça o entendimento sobre o que precisa ser mudado, assim como construir a necessidade e as possibilidades de ruptura e as mediações necessárias a essa transformação. O processo de subversão a ordem localiza-se na esfera da possibilidade, da finalidade, o que, necessariamente para alçar a efetividade exigirá o conhecimento das mediações postas na realidade, *na* e *pela*, práxis social. Toda a questão depende das necessárias *mediações* por meio das quais se torna possível estabelecer os pontos de contato com as forças e as condições particulares da negação potencial.

as negações socialistas não necessitam buscar as mediações necessárias em um *futuro* vagamente definido a que vinculariam diretamente a própria teoria, porque isso só levaria a uma espécie de transcendentalismo apriorístico. Podem encontrar as necessárias conexões intermediárias entre a imediaticidade negada e as forças capazes de superar historicamente a ordem dominante no próprio *presente* antagonicamente dividido, embora dinamicamente auto-reprodutor. (MÉSZÁROS, 2004, p. 237-238, grifo do autor).

O movimento dialético que transita da teoria à prática requer uma consciência da finalidade da ação, dos resultados que se quer alcançar idealmente e o conhecimento dos meios que podem possibilitar a efetivação dessa finalidade posta. Consciência, ancorada por um conhecimento teórico que possibilite elencar a finalidade da ação, ou seja, situações e processos sociais que envolvem a ação, e as mediações possíveis para atingir determinado fim. A capacidade de avaliar, identificar e compreender as relações causais que interpõem entre a finalidade ideal e o resultado real, o conhecimento teórico que possibilita a projeção de ações idealmente e a compreensão do resultado real possível a esse processo, a saber, o significado social da ação.

É certo que não há nesta pesquisa um mundo ideal positivado, isento de contradições, a busca da verdade, em matéria de pesquisa é um constante caminho de aproximações e de saturação do objeto. As lutas de classes, a contradição entre o capital e o trabalho, as lutas sociais estão latentes em nosso continente e, também, em outras partes do mundo, onde existe exploração do homem pelo homem. Com a expansão destrutiva do capital e o acirramento das contradições históricas são produzidas subjetividades alienadas, que vão desde as relações sociais de produção, as relações sociais do cotidiano até os princípios humanos que fundamentam as relações sociais e,

É claro que as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante *posição privilegiada* em relação a todas as variedades de “contraconsciência”. Assumindo uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como para os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo [...] a crítica radical do *status quo* social deve definir sua “*práxis*” (isto é, a sua estratégia praticamente viável de uma transformação revolucionária) com referência a *sua própria base*, inerentemente *positiva*. (MÉSZÁROS, 2004, p. 233-234, grifo do autor).

A pesquisa está a este serviço, conjecturar sobre esta realidade, promover esta reflexão teórica em relação com estes movimentos que surgem nos países periféricos e, que estão inseridos neste contexto histórico. Adensa, portanto, sobre a problemática da hegemonia neoliberal e o avanço da forma particular do capital no campo, o agronegócio, em relação direta com as experiências de lutas e processos de constituição desses movimentos sociais. Faz-se notório que sendo estes movimentos sociais, organizados em países diferentes, em contextos históricos distintos, a forma em que cada um atua em sua determinada sociedade e o grau de influência que exercem sobre outros movimentos sociais, também são diferenciadas. Assim como o grau de influência sobre os trabalhadores organizados e as formas de

enfrentamento e luta contra o capital. A análise e os sujeitos caminham a *pari e passu*, com os dilemas da humanidade que enfrentam nas lutas de classes.

A práxis se efetiva em relação dialética com a formação da consciência, do ser social dos movimentos sociais do campo, e, está imbricada por uma totalidade histórica. Não se ausenta desta relação, a dialética do trabalho na atualidade e a particularidade do trabalho no movimento camponês e, especificamente no MST/MNCI/VIA CAMPESSINA.

A terra não é o suficiente, se requer também a reforma agrária, mas ela também está limitada pelas contradições do capital e trabalho, assim, é preciso ir além e superar as suas próprias bases, transformar a sociedade por inteiro e, portanto, superar-se a si mesmo. Bases concretas das lutas de classes, da dialética real entre a necessidade e a liberdade, dos sujeitos sociais organizados pelos movimentos camponeses.

4.8 DIALÉTICA NA PRÁXIS DA CONSCIÊNCIA DE CLASSES DO MST E MNCI

Os movimentos sociais do campo trazem em sua gênese, em sua formação, elementos da história da luta pela terra na América Latina. Estão intrínsecos, em sua constituição, os processos de resistências que perpassam a combatividade das comunidades indígenas frente ao poderio colonizador, as batalhas travadas no campo entre os negros escravizados e os seus algozes, bem como, todo o aprendizado acumulado dessas experiências, que se expressam nos quilombos, nas revoltas, nas guerrilhas, nos movimentos messiânicos, entre outros. Para o historiador inglês,

a classe operária, como o campesinato, é constituída quase que por definição de pessoas que não podem fazer coisas acontecerem exceto coletivamente ou não agir de forma alguma. Mas mesmo sua ação coletiva requer estrutura e lideranças para que sejam eficazes. Sem uma organização formal para a ação, exceto sob certas circunstâncias no próprio local de trabalho, é improvável que sejam eficazes. (HOBSBAWN, 1987, p. 47).

Já identificamos em nosso tópico anterior, sobre o processo de lutas de classes e a formação da consciência, que os partidos dirigentes, sindicatos ou movimentos, não é a classe, estrita. Eles não podem substituir a classe em seu fazer histórico dado.

Dessa forma, a análise que empreendemos neste trabalho parte do conjunto da luta de classes, para entender especificamente as suas determinações no campo. Neste âmbito, se vincula necessariamente, uma combinação, crucial e não excludente, ou seja, classe e organização.

A ação transformadora das coletividades humanas e as circunstâncias históricas que as

condicionam são combinadas na análise marxiana e constituem os seus aspectos essenciais, ou seja, a capacidade de entender como as ideias e os objetos interagem na realidade, constituída por sujeitos humanos, em sua práxis (MATTOS, 2019).

A luta pela emancipação ou a expropriação dos expropriadores tem como base a revolta da classe trabalhadora, logo, esta classe precisa ser entendida não apenas como grupo social submetido a exploração do capital — dimensão material/objetiva, mas também, como um sujeito histórico. Agrega-se, assim, aos elementos objetivos determinados, também aqueles que compõem a sua subjetividade coletiva. Nas palavras de Marcelo Badaró Mattos:

Subjetividade que podemos entender em uma dupla dimensão, completamente combinada na prática: de um lado, subjetividade é um termo associado à consciência de classe; por outro lado, não dissociado da primeira dimensão, a classe trabalhadora é um sujeito histórico-social, um sujeito consciente que pode alterar rumos da história por meio de sua práxis. (MATTOS, 2019, p. 43).

A luta contra-hegemônica e antissistêmica, seja ela operária ou camponesa, perpassa a organização ou, mais precisamente neste caso, o sindicato e o movimento social. A constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil (MST), como movimento nacional, na década de 1980 associa-se concomitantemente dois processos de lutas: pela terra e pela redemocratização do País. Neste ínterim, consolida-se a ocupação de terras como a única saída para chamar a atenção da sociedade e dos governantes para o problema agrário do País. Uma década depois em 1990, já estaria em pleno caminho a gênese do *Movimiento Nacional Campesino Indígena na Argentina* (MNCI), o processo de lutas desencadeadas pelos trabalhadores empregados e desempregados, dos camponeses e indígenas, das mulheres e dos *piqueteros* que culminaria na insurreição de dezembro de 2001 e lançaria as bases para o surgimento e consolidação do movimento. Um resgate dessa relação entre os movimentos pesquisados pode ser apreendido, na fala de uma integrante do MST e membra da Secretaria da Via Campesina Internacional,

Eu conheço o MNCI desde o seu surgimento...eu estive num ato que eles fizeram, era uma grande atividade nacional, para consensuar o movimento nacional. Porque antes eles eram movimentos estaduais como é cultura na Argentina, MOCASE, APENOC, o UST – acho que é, enfim eles eram movimentos estaduais e passaram a ser movimento nacional, então eu tive em sua fundação, conheço, sei que eles são um movimento que tenta articular estes movimentos que são estaduais, mas que ainda estes movimentos que compõem o MNCI, continuam sendo estaduais, continuam existindo como movimentos estaduais e eles se articulam para as tarefas nacionais. O que é similar ao MST é composto por camponeses, que eles também aprenderam muito com o MST, eles enviaram muitas delegações deles ao MST para aprender o processo de formação, o processo de educação, o processo da nossa ciranda, enfim, eles já vieram em muitas atividades, eles vinham de ônibus no congresso do MST. Então eles tentaram se inspirar no MST também, eu acredito, como essa fortaleza de ir criando, ir organizando o movimento deles (R. Z, integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina

Internacional)¹⁶⁹.

Interligam-se, portanto, suas ações por meio de intercâmbios e de socialização de experiências. Em sua gênese e desenvolvimento, ambos os movimentos combatem e enfrentam as forças dos latifundiários, dos pistoleiros, do agronegócio, assim como das forças militares estatais, que constituem os aparatos de defesa da propriedade privada. Na Argentina, uma das questões enfrentadas pelos movimentos sociais do campo é que não há uma legislação específica na constituição que reconheça a função social da terra, no entanto, a violência que se apresenta no campo não apresenta os índices alarmantes vivenciados pelas famílias no Brasil.

Esboços de uma nova concepção de cultura, dos movimentos sociais do campo na América Latina, vão sendo constituídas na prática. Logo, parte-se do entendimento de cultura como construção coletiva que se projeta historicamente sendo esta, portadora de política e crítica. O MST e o MNCI, com suas determinadas similitudes e diferenças, desenvolvem diversas formas de ação de visibilidade e de resistência, quais sejam: as ocupações de terras, as marchas, as greves de fome, os trancamentos de rodovias, as ocupações de prédios públicos governamentais e das empresas privadas, além de organizarem feiras da reforma agrária, doações de sangue etc.

Esse aprendizado é socializado e compartilhado entre as organizações estudadas, assim como de outras pertencentes à Via Campesina. Nas palavras de seus integrantes, é possível compreender o sentido das ações conjuntas e a unidade nas lutas, que passam do local, ao nacional e que culminam com as ações internacionais.

Do internacionalismo na América Latina, eu diria que desde a Revolução Cubana e, talvez antes, vem crescendo essa necessidade da unidade de classes, da necessidade dos movimentos sociais, do campo e da cidade, possam construir estratégias, no sentido de ir unindo, as ações, e as lutas em cada país, para essa solidariedade de classes, para essa unidade nas lutas, e para a construção desta nova sociedade que nós queremos. Nós temos mais potencialidades do que limites, [sic], as potencialidades são esse florescer da consciência de classe, essa unidade nas lutas que a gente vem fazendo pela soberania alimentar, tendo a agroecologia como motor da soberania alimentar, tendo a luta pela reforma agrária em vários países como motor das lutas, por que a concentração na América Latina, concentração da terra na América Latina é algo que vem se intensificando e que é a nossa marca histórica. Nós fomos colonizados pelos mesmos europeus especialmente, portugueses e espanhóis, que vieram aqui para poder levar as riquezas nossas e, agora, atualmente, nós temos não só europeus, mais chineses, temos norte-americanos, temos japoneses, enfim, que vem para explorar nossas terras e, temos governos aqui na nossa região que infelizmente também estão entregando as terras, como é o caso do Brasil, que recentemente aprova a compra de terras por estrangeiros. Esses são os limites que a gente não consegue vencer, mas nós temos caminhos de lutas comuns, de jornadas comuns, pela reforma agrária, pelas sementes como – *Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade!* – pela Campanha: *Basta de Violência Contra as Mulheres*, que o movimento camponês, Via Campesina vem assumindo com muita força. E, agora as lutas contra as transnacionais que não tem fronteiras, que entram nos países e, que a gente percebe que em cada ação comum que a gente faz na Via Campesina, que não tem fronteiras

¹⁶⁹ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

mesmo, que são tão poucos os que dominam nossas terras em cada país, que a gente precisa dessa unidade e talvez os limites sejam exatamente esses, da necessidade ainda, da falta de energia necessária, que nós temos, pela força que a gente tem, pelo tamanho que nós temos como camponeses, da gente poder fazer lutas comuns, para acabar com o capitalismo, para acabar com as transnacionais, que vem ocupar nossas terras, para poder termos forças nesses governos de colocar leis que possam nos favorecer e de fazermos lutas comuns que são necessárias também (R.Z, integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina Internacional)¹⁷⁰.

A formação política e crítica ocorre dialeticamente ao mesmo tempo em que se desenvolvem os mais diversos e complexos processos de lutas. Tanto no trabalho de base inicial, antes da ocupação, como nos demais momentos constituintes da organização.

A partir do estudo e da formação política os sujeitos sociais se apropriam de um aprendizado histórico e, por meio destes elementos vão compondo suas lutas. Se no Brasil o legado deixado pelas Ligas Camponesas na década de 1950 influenciaram o surgimento do MST em 1980, o MNCI que se consolida plenamente em 2000 também tem um elemento de referência como as *Ligas Agrarias y Campesinas* da década de 1970. Este legado está refletido na composição das novas organizações do campo. Quando analisamos, por exemplo, a nomenclatura dada às correspondentes organizações [MST e MNCI] nos perguntamos: por que o MST não adotou camponês em sua sigla? E logo fomos respondidos,

Exatamente pelo objetivo que nasce o MST, hoje ele é um movimento que aprofunda o tema camponês, e faz trabalho nesse sentido, mas, que no seu no seu tempo, no tempo do seu nascimento, nasceu forte desde suas bases organizadas no Assentamento Brilhante e na Anoni, que era trabalhar com sem terras, que eram camponeses, mas sem terra. O MNCI, quando nasce, ele já nasce com uma reflexão que a Via Campesina já vinha fazendo de que é ser camponês, da palavra camponês, do termo camponês, já aprofundado pelo MPA e depois assumido, enfim, por todos os movimentos. E a Via Campesina Internacional adota camponês, então eles vêm em um outro tempo histórico, eles nascem em outro tempo histórico, com uma análise já aprofundada nesse sentido [...]. Aqui no Brasil, nos estados e nas regiões, o movimento trabalha com indígenas e trabalha com quilombolas, nós temos comunidades quilombolas que são vinculadas ao MST em alguns estados, no Pernambuco, na Bahia etc. Mas, o movimento [MST] trabalha no sentido de dar unidade e de unificar a Via Campesina-Brasil e de trazer essas comunidades quilombolas e indígenas com as suas leituras de classe, como organizações camponesas que organizam e que dão dinâmica aos seus processos. E a gente entende, aqui, enfim, também, tudo tem o seu processo histórico, há que ter essa unidade, e há que trabalhar estas comunidades com a sua, com o processo forte que é necessário criar, de cada povo, de cada organização (R.Z, integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina Internacional)¹⁷¹.

O método, que forma para a ação, ou seja, a formação teórico-prática não se completa sem o movimento real, ou seja, concreto de uma práxis social e política. Essa composição, o ato de definição do nome, traz consigo o acúmulo enquanto classe, e, reflete as vicissitudes de um contexto histórico particular. Para um dos coordenadores nacionais do MST,

Na sua base de formação do MST, do MST, quando surge o nosso nome nas suas origens, inclusive o próprio conceito camponês era um conceito muito acadêmico, conceito partidário, de algumas expressões partidárias. A forma como nós nos reconhecíamos naquele período era de trabalhadores

¹⁷⁰ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

¹⁷¹ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

rurais, então, que trabalhamos a terra, produzimos em cima dessa terra, fundamentalmente, como sem terra. É isso mesmo, são trabalhadores Sem Terra que estão na meia, que estão em minifúndios e muitos filhos, muitos parentes naquele minifúndio. É de fato uma expressão, é distinto inclusive dos outros movimentos que nós temos no Brasil como o MPA, Movimentos dos Pequenos Agricultores ou Movimento Camponês Popular que são agricultura camponesa que está a centenas de anos no território, uma centena, duas centenas de anos. Então é essa identificação como trabalhadores rurais, com a noção de ser Sem Terra. Sem terra, e parte significativa de nossa base estava trabalhando, nas monoculturas de laranja, nas monoculturas de café, de algodão que era muito forte na época, aqui em Goiás, por exemplo, de cana, então essa concepção de trabalhadores era muito forte porque ela tem essa conexão com o sem terra. [...] Mas também, aqui no Brasil, a construção histórica do campesinato indígena ela é uma construção tensa, porque, o que nós tínhamos aqui de indígena, camponeses, foi desestabilizado pela invasão portuguesa, o que nós conhecemos hoje como povos indígenas no Brasil, são povos de 300 anos, porque a 500 anos eram outras formas de ocupação da terra no Brasil. Você tinha, por exemplo, os povos da margem sul da bacia do Amazonas, eram povos com cidades de cinco mil pessoas, com sistemas de agroflorestas extremamente diversificado, mais de oitenta espécies manejadas, açaí, pupunha, castanheira, tudo o que nós conhecemos como biodiversidade da Amazônia, na realidade foi manejo do povo. Mas esses povos, que eram os povos que hoje nós chamaríamos de ribeirinhos, foram destruídos, tanto pela invasão portuguesa, quanto pela migração dos povos indígenas que eram, aí sim, mais caçadores e coletores, que vieram do litoral e foram entrando para o centro-oeste para fugir da invasão portuguesa. Desse período ao final da década de 30 e 40, tentando dar vazão para algumas dessas revoltas populares camponesas como, por exemplo, Contestado [...] os governos daquele período também impõem para os camponeses ocuparem territórios indígenas, então você tem hoje, principalmente na região centro-sul do país, muitas áreas camponesas dentro de territórios indígenas. Então, tem uma série de questões que vão permear a história brasileira que colocou em dificuldades essa relação (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)¹⁷².

Por mais que o MNCI abarque em sua organização a especificidade indígena, esta relação não acontece sem conflitos e contradições. Na maioria das vezes conforme já salientaram os seus membros a participação dos sujeitos sociais indígenas nas organizações mistas, não ocorre conforme a vontade de suas coordenações, ou seja, o seu envolvimento e participação muitas vezes fica limitado e não tão bem definido.

No sé, los desafíos yo creo que son, hay que seguir organizando, organizando al pueblo, el tema de la unidad es fundamental porque ha sido muy fuerte, nosotros los vimos con la cuestión indígena, por ejemplo, de hecho le pusimos el nombre del movimiento a propósito, digamos, por una idea de unidad campesina/indígena, porque acá hubo un trabajo muy fuerte para enfrentar a los campesinos con los indígenas, pues los campesinos son los criollos y con los indígenas hay que pelearse, son una cosa, son otra [sic]...bueno, ...todo ese racismo popular que también existe, fue muy fuerte para la división y bueno, me parece que hay una, ¿Cómo sería? Una cuestión de hegemonía cultural sobre el consumo, sobre lo que es el buen vivir, o, si se quiere, el progreso, porque acá, todavía en el campo, está como muy arraigada la idea de que en la vida hay que progresar, y progresar quiere decir ahora tener esas cosas, o sea, puedo estar muriéndome de hambre o envenenándome, pero tengo eso, he progresado, y eso es una trampa perversa, y en esa no se salva nadie, porque ya las zonas rurales, en algún punto, están urbanizadas también. Hay que saber lidiar con eso, no hablamos de educación pero en el movimiento también tenemos todo un trabajo fuerte con escuelas, ahí sí, escuelas, digamos, escuelas secundarias, la mayoría son escuelas secundarias, en algunos casos tenemos terciarios, eso también ha sido un componente, porque, bueno, la disputa por la juventud, ya sabes, es clave también, por un lado, tienen una mirada súper abierta del mundo, quizás no está toda esa cuestión conservadora que tiene el campesinado más tradicional, pero por otro lado, digamos, hay poco amor a la tierra, y como que los padres inculcaron mucho, y la sociedad en general, que vivir en el campo es ser ignorante, es el atraso, es lo malo, o sea, en las escuelas se trabaja un poco para intentar recolocar un proyecto de vida campesina, informado, con todas las cosas importantes, la discusión tecnológica, todo eso, pero bueno, ahí yo veo un desafío grande [...]. (F.M., Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹⁷³.

¹⁷² Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

¹⁷³ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

As consequências provocadas pela colonização e as tensões posteriores que demarcaram a formação dos Estados-Nações continuam como cicatrizes em nossas sociedades e nas relações que todavia se constroem no campo. Isto significa que,

En suma, el pensamiento latinoamericano del siglo XXI afronta la necesidad de sistematizar y repensar los aportes ya existentes, a fin de elaborar una teoría de las necesidades humanas y sociales, no solo como base de la sustentabilidad fuerte, sino también de una interculturalidad en un sentido fuerte, que incorpore y reconozca a los sujetos tradicionalmente subalternizados en nuestras sociedades. (SVAMPA, 2011, p. 20).

Mas, como foi observado nas ações dos movimentos sociais do campo, estão sendo lançadas sementes em outra perspectiva que se contrapõe ao *modus operandi* da dominação. Para os sujeitos dessa construção no Brasil,

Nos últimos 15 anos, essas relações tem se aprofundado bastante a APIB que é a articulação dos povos indígenas do Brasil entrou na Via Campesina, há muitos processos de luta unificados, nesse sentido, esse entendimento da defesa do território e a reforma agrária, essas duas bases de uma perspectiva popular para a questão agrária está muito mais madura do que estava anteriormente, isso se reproduz também no esforço de unidade dos movimentos do campo das águas e das florestas, que teve o encontro unitário em 2012 e, se mantém hoje como uma articulação que reúne os movimentos sindicais, povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores e a Via Campesina. Então hoje a gente pode falar, que há o amadurecimento do movimento indígena também no Brasil, o movimento indígena ele vai passar a década de 1980, depois da constituinte, como movimento reivindicatório de políticas principalmente de saúde, educacional, FUNASA, as escolas indígenas, elas eram a pauta do movimento. E, hoje você tem uma mudança de leitura do movimento indígena, de que não adianta essas coisas sem o território, sem o território essas coisas não estão colocadas. Inclusive as retomadas de terras como tem na região do Mato Grosso do Sul, como tem na região do extremo sul da Bahia, fazem parte dessa nova compreensão do movimento indígena no Brasil. Que a meu ver é um salto de qualidade e do nível de consciência, na defesa do território. E isso nos aproxima e vai nos aproximar, se não naquele primeiro objetivo da produção de alimentos saudáveis, mas principalmente no segundo na conservação dos bens comuns. E, hoje, a gente tem um novo patamar na relação, numa construção de alianças entre o movimento camponês e o movimento indígena no Brasil (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)¹⁷⁴.

Em uma ocupação, por exemplo, seja ela de terra ou de algum órgão público, se desenvolvem dois processos inter-relacionados: a organicidade como formação e a formação para a organicidade. Desde as formas básicas de organicidade núcleos, setores coordenações, passando pela análise da realidade fenômenos e consequências, até a sua relação com os processos históricos e as suas determinações.

A análise histórica e conjuntural tem como objetivo, socializar e produzir conhecimentos. Os trabalhadores e trabalhadoras necessitam apropriar-se da história, para entender a necessidade desta luta e porque estão nelas envolvidos, e a partir daí, deste conhecimento decidirem suas lutas; é claro fundamentalmente, que esta decisão já contém elementos reais e objetivos que a determinam, por exemplo, pelas condições objetivas

¹⁷⁴ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

herdadas e transmitidas que as impulsionam para o acampamento. O ato de decidir, de permanecer, de pertencer ou não a este coletivo de luta, relaciona-se com os primeiros movimentos da consciência, para além de si.

Ao se apropriar deste conhecimento que aos poucos desnuda as mistificações da realidade, ocorrem importantes e sucessivos processos de decisões deste sujeito social, a saber: se irá permanecer na luta, como irá participar deste processo de luta e conseqüentemente das responsabilidades e, também as possíveis conseqüências que assumirá em decorrência destas duas primeiras decisões. O processo que abordamos de luta e de formação político-crítica só é possível a partir de um processo mínimo de organicidade, em que estas dimensões estão intrínsecas e dialeticamente relacionadas.

O trabalho coletivo, humano e socialmente determinado se apresenta e o ser social é levado a lutar, pensar, debater, tomar decisão e participar delas. A ação coletiva, militante, ocorre como trabalho voluntário, como mediação da totalidade do trabalho político-organizativo, apontando sua dimensão educativa com base nas modificações que ocorrem na práxis das relações sociais.

Este aprofundamento de um processo de humanização e de reprodução social que tem como referência o trabalho, a luta social, a organização e a formação política, que se sintetizam como cultura do coletivo, ou seja, uma forma diferente de reprodução social, articulada com a dinâmica da luta social e da cultura do coletivo.

Eu acredito que, tanto nós como o MNCI, nós temos essa práxis de fazer ações que possam dar visibilidade e que possam chamar a atenção ao mundo das limitações que são impostas aos camponeses que querem produzir e que produzem [sic]. A força do camponês está também na sua unidade, na sua forma de conduzir, na sua decisão de ser diferente, não ser aquilo que o capitalismo quer. Então, estar aqui, respirando ar puro e não do veneno que circula na maioria dos territórios hoje, dá essa certeza de que nós estamos no caminho certo e com estratégias certas (R.Z, integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina Internacional)¹⁷⁵.

Esta reflexão, que por sua vez se transforma em ação, resgata do ser a sua capacidade de relacionar o trabalho manual com as suas capacidades intelectivas, tão separadas pela divisão social e intelectual do trabalho. A práxis desenvolvida em movimento tende a superação das relações alienadas no trabalho, fazendo com que os trabalhadores (as) se reconheçam no processo, no seu produto, como também no âmbito das relações construídas.

O que constituiu e que deu forma ao MST, foi exatamente a sua consciência de classe, a sua consciência e a sua práxis como classe, que vai se organizando, que vai fazendo leitura da realidade, que vai fazendo processos intensos de formação, desde os acampamentos, desde antes dos acampamentos na organização de base, desde organizar a produção, organizar a comunicação, organizar a educação, organizar o seu processo internacional, do internacionalismo de classe. Então, o movimento, vive na sua

¹⁷⁵ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

essência essa articulação nacional, essa construção nacional e internacional dos trabalhadores, não só do campo, mas também da cidade. Nós dizemos que o MST, ele não existiria se não fosse o seu processo de formação tão intenso e tão estruturado, e tão aprofundado e tão marxista, como é. Porque só quem tem consciência, de onde está, de onde pertence, e da necessidade de transformar; o onde está e ao que pertence, a um outro projeto de vida e de sociedade, é que vai fazer as transformações que são necessárias (R.Z, integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina Internacional)¹⁷⁶.

Quando um sujeito expropriado de tudo entra no movimento social do campo, em sua cabeça e, em seu corpo, já está subscrito, que o que lhe resta, o que pode oferecer é “somente” aquilo que sempre lhe foi vital, a sua força de trabalho. Somente esta força represada no seu ser agora lhe pertence. Sem embargo, chegamos e, “ponhamos os braços”, como se diz popularmente de um trabalho realizado. Construimos no plural — homens, mulheres e filhos —, os espaços privados como: os nossos barracos, de lona, madeiras, barro ou palhas, para nos abrigar das intempéries do tempo; nossa horta, banheiros (privadas ou patentes) etc. Erigimos também ambientes coletivos como: a escola, o postinho de saúde, o barraco da alimentação, a praça, a portaria, o campinho etc. É assim que o ser, em sua práxis, satura de elementos e de sentido um conceito pleno e vivo de “ACAMPAMENTO”¹⁷⁷.

Sem embargo, abre-se o caminho para que este “Ser” aspire aos desejos, aos sonhos, à luta por uma vida mais plena de sentido, é dizer, mais autêntica, abre-se possibilidades para um processo de humanização e politização, que os transformam em um ser social e político, culturalmente consciente, a respeito da necessidade da transformação das relações humanas. Assim são os espaços de formação dos movimentos,

nos juntamos para determinada actividades concretas, por ejemplo, yo soy de la área de formación y educación del movimiento y nosotros tenemos una escuela de la memoria, que es una escuela que hacemos todos los años, que se hace desde 2004 en adelante, y son 07 días, donde pasamos del momento personal al comunitario, al organizativo, esa es como la estructura de la escuela, y bueno, nos juntamos para planificar esa escuela, para pensar políticas, para pensar como desarrollar nuestras escuelas de agroecología, para pensarnos también el rol de la educación en general y en particular de nuestro movimiento, y hemos tenido bastante luchas, digamos, dentro de lo que era el ministerio de la educación de la nación, para pensar digamos, políticas que fueran más universales y no particulares, o sea como si fuera no algo para el movimiento sino que fueran políticas más en general (E.P, Dirigente do MNCI/Buenos Aires¹⁷⁸).

Seu tempo agora, todavia lhe sobra e pode ser compartilhado, com seus entes, com seus companheiros e companheiras. Necessita participar do coletivo, do núcleo de base — que compõem as famílias mais próximas geograficamente, dos setores ou, equipes — saúde,

¹⁷⁶ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

¹⁷⁷ Nesta definição, o acampamento é o espaço transitório (móvel e imóvel) construído coletivamente pelas famílias Sem Terra, para a luta pela terra. Móvel porque sua estrutura pode ser transposta de lugar, conforme as necessidades das famílias e imóvel porque ao ser remanejado para distintos lugares mantém a sua organicidade interna, nucleação e divisão de tarefas. O espaço físico/simbólico do acampamento só será desfeito somente após a conquista do território.

¹⁷⁸ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

alimentação, segurança, cultura, educação, esporte, formação; os setores vão sendo criados também a partir das demandas, ou seja, para atender as novas necessidades que vão sendo fomentadas e construídas pelo coletivo, como por exemplo, setor de gênero, de juventude etc.

O núcleo de base e os setores têm como objetivo a organicidade, o fortalecimento da coletividade e a manutenção da comunidade, não estando sob a regulação do Estado, propriamente dito, o acampamento, entendido como as famílias que o compõe precisa se regular. São nesses espaços que se definem as lutas necessárias para chamar a atenção da sociedade para a problemática agrária do País, para solucionar as carências imediatas em que estão submetidos, assim como para escolher as representações na coordenação, nos setores, nos cursos de formação, nos encontros, nos congressos etc.; e, também, para pensar as noites culturais, saraus, gincanas dos fins de semana — espaço de lazer para as mulheres, homens e crianças, em que se descobrem as novas potencialidades humanas, artísticas e culturais.

Para as crianças e adolescentes, é fundamental que lhe garanta a escola, desde o princípio do acampamento. Daí o papel imprescindível do educador e da educadora de serem juntamente com os educandos/as “a escola”, ou seja, ela sempre estará com eles e lhe acompanhará, pois a escola são eles. Exemplifico: durante este processo de luta e de ocupações, o Estado garante para aquele que detém a propriedade, o direito à reintegração de posse, e o despejo se realiza, assim que for emitida a ordem judicial, a escola construída de barraco ou, provisoriamente embaixo das árvores, também precisa ser destruída pelas forças militares. E, assim se aprende, a partir da prática que esta escola do campo somos “nós” e, portanto, sempre nos acompanhará, independentemente da estrutura que lhe sirva de base. Estará onde nossos corpos e mentes estiverem, nas ruas, nas fazendas, nas das praças, dentro e fora dos espaços públicos governamentais, prefeitura, sede do governo, congresso nacional etc.

No MNCI, a educação do campo também é uma bandeira importante de luta, como nos relata sua dirigente política;

Hemos peleado mucho por el tema de la educación del campo, la estructura de la escuela en Argentina salvo en los hogares-escuelas, siempre son de lunes a viernes, con un horario determinado, vayas al campo o vayas a la ciudad, sino eran hogares-escuelas donde el chico directamente tiene que vivir allá. Entonces nosotros peleamos que el poder, digamos, de hacer escuelas, digamos, que tuvieran que ver más con la realidad del campesinado, entonces que tuvieran tiempo de escuela dentro del proceso educativo y tiempo de escuela dentro del proceso de comunidad, y eso lo hemos dado la discusión bastante, y de la UNICAM¹⁷⁹ a partir del año 2009, que fue cuando firmamos el primer convenio, eh, la

¹⁷⁹ *Universidade Campesina – Sistema Universitário Rural Indígena (UNICAM-SURI)*, é uma universidade construída a partir dos Movimentos Sociais. Está localizada em Villa Ojo de Agua, município no sul da província argentina de Santiago del Estero, quase na fronteira com Córdoba. Mais informações acesse um lindo

pensamos desde ese lugar. Y la UNICAM hoy está haciendo una carrera de comunicación popular, primero con una diplomatura y después con una licenciatura que dura 6 años, y la escuela como carrera oficial, y después el resto de todas las actividades que nosotros tenemos como movimiento o con articulación con otras universidades y qué sé yo, sobre seminarios, distintas propuestas pedagógicas, y también digamos, nuestros espacios de formación política (E.P., Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹⁸⁰.

Em ambos os movimentos retratados pelo trabalho, os jovens e adultos também retomam seus estudos, pois a escola estará onde os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra estiverem. Sinteticamente,

Não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do movimento, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dimensão histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que a educação, e que a escola pode ser mais do que escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nesta realidade (CALDART, 2000, p. 143).

Quando as famílias sem-terra ocupam uma área, logo o que era apenas uma propriedade privada individual se transforma em uma propriedade coletiva, onde habitava apenas um proprietário com dois ou três trabalhadores, se multiplica por centenas de pessoas e de trabalhadores. A unidade, participação e decisão coletiva, são os princípios norteadores da resistência e da permanência naquele território em disputa. Nas áreas tomadas pelo MNCI ou, nas comunidades camponesas e indígenas existentes, além de construir a cultura da resistência aos despejos, as expropriações, também se constrói espaços de alfabetização e formação política. Como aborda o dirigente do movimento;

Sí, es muy importante para nosotros la formación, yo te diría que en paralelo, cuando te conté la historia del movimiento, de los encuentros, ¿No? En paralelo, lo primero que le fue dando organicidad al movimiento fue la estrategia de formación. Eso fue clave, porque desde los primeros tiempos de los años, mira, en Santiago empezó como campamentos de jóvenes, ellos decían campamento de juventud, se llamaban campamentos de jóvenes, creo que el primero campamento fue en el 2000 o 2001, ellos hicieron campamento de jóvenes muy grande, convocando esas otras organizaciones, entonces ahí empezamos a encontrarnos y eran momentos, básicamente, de formación política y de intercambio de experiencias de los jóvenes, los campamentos de jóvenes fueron como un primero gran hito de encuentro y de formación y de reflexión y por lo tanto de praxis. De hacer síntesis. Después creamos en el movimiento, se pensó una cosa que llamamos la escuela de la memoria histórica, fue un segundo espacio de formación clave y todavía sigue existiendo, que ya lleva casi 20 años, escuela de la memoria histórica, que era recuperar la memoria, o sea, entender como campesino cual, o sea que éramos sujetos de la historia, veníamos una memoria personal, una memoria comunitaria y una memoria organizativa, como en tres momentos, es como una escuela de formación política que tuvo un papel clave también reconstruir las trayectorias de los militantes, de las familias, de los movimientos, el tema de la migración campesina a la ciudad, aquí a Buenos Aires y volver a su tierra campesina es algo muy fuerte, poder compartir con otros historias, esa herramienta, digamos, de la memoria histórica fue muy potente para la conformación del movimiento. (F.M., Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹⁸¹.

relato disponível em: <http://vidaboa.redelivre.org.br/2017/08/30/unicam-suri-a-bioconstrucao-coletiva-de-uma-universidade-popular-campesina/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

¹⁸⁰ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

¹⁸¹ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

O trabalho coletivo, a práxis da luta, transforma aquele ser individual capsulado em um ser coletivo, aquele que antes era o subjugado, o explorado, o sem direitos, o sem teto, o sem-terra etc.; transforma-se num todo coletivo, portador de identidade coletiva: os camponeses e, camponesas, os lutadores Sem Terra, os integrantes do MST e do MNCI; os lutadores do campo, os revolucionários, os militantes etc. A luta forma, tanto o ser, como o seu coletivo, tendo como objetivo um processo de desalienação, da possibilidade do novo, da mudança, da transformação e da emancipação.

Onde já existiam comunidades locais, a identidade coletiva para além da cerca, dos limites da comunidade, vai se materializando nos processos de lutas, encontros, espaços de formação, etc. É quando se visualizam, bem como, se identificam enquanto organização ou, enquanto movimento nacional. Destaca-se como uma diferença principal entre os movimentos estudados a forma adotada para a sua organicidade nacional, ou seja, como se dá a sua representatividade nacional. A diferença que é para nós fundante entre o MNCI e MST, é relativa à sua estrutura orgânica, ou seja, no primeiro, tanto as organizações locais, assim como as das províncias, se integram em nível nacional mantendo seus respectivos nomes, sua identidade e sua dinâmica local, compondo, assim, uma articulação de organizações e, dessa forma, tem mais diversidade que o MST, que possui uma estrutura orgânica única, em nível local, estadual e nacional. Neste último caso, a base para a construção de uma única identidade nacional é concretamente possibilitada. Para a nossa interlocutora da Via Campesina,

São movimentos nacionais e são movimentos de camponeses, tem uma diferença que eles [MNCI] são movimento de camponês e indígena e o MST é um movimento que tem indígena, mas não especificamente em sua apresentação principal. O MNCI faz formação, eu acho que o MST tem um processo muito mais longo e muito mais estruturado, do seu processo formativo, do seu processo de educação, do seu processo de cooperação, do seu processo de produção. Tem uma outra lógica, uma outra estrutura, uma outra forma de funcionamento. Eu acredito que eles [o MNCI] tentaram a lógica do funcionamento coletivo, por suas estruturas estaduais que ainda funcionam como movimentos, mesmo tendo criado o MNCI, ainda falta esta unidade que o MST tem, de ser um movimento nacional e de ser em todos os estados MST, com autonomia em cada estado de funcionamento, mas com unidade, com linhas estratégicas, linhas políticas, linhas formativas nacionais (R. Z, integrante do MST e da Secretaria. da Via Campesina Internacional)¹⁸².

Há uma práxis social nos movimentos sociais do campo, MST e MNCI, com elementos para a construção de uma práxis revolucionária, e essa práxis consciente e de classe que se desenvolve aí, tem como ponto de partida a luta social e esta luta em uma perspectiva da transformação social se torna possível através da organização que se vincula

¹⁸² Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

intrinsecamente ao processo de formação política. Para a integrante do MNCI há uma práxis em movimento.

Yo creo que ahí, nosotros creemos que cualquier proceso organizativo es un proceso de formación, y un proceso de construcción y de desconstrucción de las estructuras teóricas o de las estructuras del sistema también, ¿No? Pero formalmente dentro de nuestro movimiento hay distintos espacios que ligan la teoría con la práctica. También en nuestro movimiento hay muchos compañeros y compañeras que no eran del movimiento, y se acercan al movimiento ya teniendo una práctica académica. Y eso también es ese vínculo entre saberes, permite, digamos también, pensar las distintas estructuras como talleres de formación en lo productivo, talleres de formación en lo más, digamos, en la educación formal, o espacio en donde pensar la educación formal, o la educación que necesitaríamos para nuestros militantes. El proceso de lucha es un proceso que nosotros creemos que ese es el principal como eje de formación, en lo teórico y práctico, nosotros no podemos hablar de una reforma agraria, si no peleamos, digamos, contra un desalojo, no peleamos por una toma de tierras, digamos, ¿No? Esa lucha y ese discurso, digamos, que van teniendo los compañeros, se va haciendo en la medida que se va luchando, porque nosotros podemos ir con mucho manualcitos, que el compañero, la forma en que a veces lo entiende, es en el momento que sucede o en el momento que le sucede a otros y llega con su solidaridad a acercarse. Y ahora nos está pasando mucho con la discusión esta del feminismo campesino y popular. Nosotros planteamos que el feminismo campesino y popular, su base es en la práctica, ¿No? No es una base teórica, sino que es una base práctica, que pone en discusión las distintas teorías que están. Y, a veces, las compañeras tienen una negación muy grande a discutir sobre feminismo, porque sienten, digamos, que eso pone en tela de juicio su religión, o que pone en tela de juicio su forma de mirar al mundo, o lo que construyó, y cuando se dan cuenta que tiene que ver con sus luchas cotidianas, que tiene que ver con sus logros cotidianos dentro de la propia organización, su participación política dentro de la propia organización, empiezan a encontrarse y a enamorarse, digamos, de esto del feminismo campesino y popular. Pero hasta que no das esa discusión en la propia práctica, es imposible que de la otra forma uno la dé. (E.P., Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹⁸³.

Mas, há também parte da classe dominante, os estigmas e a criminalização dos movimentos sociais, classificando as pessoas organizadas como um bando de: baderneiros, arruaceiros, fora da lei, vagabundos, terroristas, entre outros. Em sua análise sobre as lutas de classes na França, Marx (2012) observa e põe em evidência, em uma elucidativa passagem do texto, o contraste que há entre o camponês em luta e os interesses da burguesia; pois sempre que o camponês se levanta e se punha em movimento, a burguesia, sempre os repelira com violência. O autor, corrobora que, “de qualquer modo, a burguesia necessariamente temerá a estupidez das massas enquanto elas permanecerem conservadoras, e o discernimento das massas assim que elas se tornarem revolucionárias” (MARX, 2012, p. 142-145).

A luta pela terra ocorre no âmbito das lutas de classes, porque entram em oposição, forças, sujeitos sociais, classes e projetos opostos. Aquele que detém os meios de produção, a terra, e aqueles que não a possuem, respectivamente, a classe dominante e a classe trabalhadora. Os camponeses e camponesas em luta pela terra desenvolvem uma consciência de classe, porque identificam na classe oposta, detentora da terra, o seu inimigo de classe, sua práxis social e política, principalmente de seus militantes e dirigentes, é uma prática para a ruptura sistêmica.

¹⁸³ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

Tendo como objetivo, a terra, a reforma agrária e a transformação social, somente os dois primeiros foram possíveis nos marcos capitalistas. No entanto, a transformação social, entendida como socialismo, distribuição da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e trabalhadoras, condições materiais de vida condignas para todos, acesso efetivo aos bens culturais, ampliação da participação popular etc., só se torna possibilidade com a superação da ordem capitalista vigente.

A classe trabalhadora, em sua práxis de luta, passa a entender que o tempo de uma vida talvez não seja suficiente para que este nível de transformação ocorra, mas que é fundamental começá-lo no presente, independentemente se as conquistas sociais futuras não lhe correspondam individualmente. Passo fundamental nesta perspectiva de mudanças em nosso presente como bases fundamentais para a construção de um novo futuro está o trabalho de formação feminista dentro desses movimentos.

*nosotros no tenemos sector de género en particular, siempre creímos que el género, mujeres y jóvenes era transversal a todo, que no eran espacios separados, sí hemos hecho y hacemos actividades de género específicas, sí hacemos actividades de jóvenes específicas, pero en términos productivos, en términos de formación en general, en los espacios de formación general no hay particularidad de un sector de género. Pero las distintas provincias se han ido dando, digamos, o escuela de género, escuela de mujeres, o espacios de género. Nosotros, acá en Buenos Aires, tenemos un espacio de mujeres, que pasa a pensar talleres, a generar cartillas, de generar discusión, de pensar las movilizaciones de, tiene como una, de pensar actividades territoriales y bueno, fue muy fuerte cuando, ahora, fue toda la campaña contra el aborto, contra la criminalización del aborto, fue muy fuerte ese sector porque también dentro de nuestras comunidades estaba esto instalado de que el aborto era algo en contra de la vida, que Dios no había mandado, tatata, tatata.. Sumamente instalado, y dar esas discusiones, las pudimos dar gracias a estos espacios y a su vez, también nosotros lo tenemos en Buenos Aires, porque cada provincia, también tiene sus particularidades, pero en Buenos Aires lo tenemos muy ligado a lo de salud, y todo este año nosotros estuvimos haciendo capacitaciones de salud y entonces, ahí también, trabajamos la cuestión de género, la cuestión del trabajo, la cuestión, digamos, de los derechos, la cuestión del placer, como parte de discutir también nuestras luchas, ¿No? Porque para nosotras fue muy fuerte la negación del placer de las compañeras, las compañeras nuestras, no tienen placer. **¿Una vida sexual y activa a la reproducción?** No solamente en la cuestión sexual, la cuestión de la vida, de pensar a la vida, o sea, toda su vida son obligaciones. No está pensado el placer desde un, no se piensa desde un lugar del placer, no piensan nada, en las horas del día de su vida, algo que les gusta. **¿Una cadena en vida, no?** No hay, quizás lo único que le gusta es mirar la novela, claro, como su único espacio de ellas, es mirar la novela. Y eso es muy fuerte, es muy fuerte que las compañeras no puedan disfrutar de la vida. Bueno, y estos espacios empezaron a encontrar esta forma de pensarlo desde lo político, pensamos, hicimos también pequeños como asesorías en la cuestión del aborto y como de acompañamiento, en algunas situaciones, y armamos todo un proceso de formación que tenía que ver desde la cuestión de la violencia hasta poner en discusión el sistema capitalista y patriarcal. Pero como con 15, 16 encuentros (E.P., Dirigente do MNCI em Buenos Aires)¹⁸⁴.*

Colocar o ser humano, a classe, acima das pretensões individualizantes disseminadas cotidianamente pelo capitalismo, é definitivamente uma conquista extraordinária.

Somos obrigados a admitir: o socialismo não cabe num programa; suas práticas e suas instituições só serão convincentes se, em vez de nascerem como “ilustrações”

¹⁸⁴ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

de teorias “corretas”, resultarem dos movimentos sociais, de ações surpreendentes, do aprendizado das massas em suas lutas. Mesmo seus teóricos mais notáveis, seus pensadores mais lúcidos, não compõem um quadro satisfatório do socialismo como um “modelo”, e não devem pretender explicar como a sociedade socialista funcionará concretamente. Porque o socialismo será o que os seres humanos vão fazer dele. Sua configuração depende de iniciativas imprevisíveis. (KONDER, 2000, p. 108).

Contudo, o otimismo da vontade de romper com a ordem capitalista vigente não resulta de imediato, em uma prática revolucionária e, como um passe de mágica, em uma transformação espontânea do sistema. Lutar pelo socialismo e pela sociedade socialista começa pelo aprofundamento da crítica ao capitalismo e aos sentimentos que nos movem enquanto homens e mulheres que vivem sob os moldes burgueses. Evidentemente que os sentimentos burgueses também estão impregnados nos sujeitos que compõem os movimentos sociais, resulta que estes não vivem em uma bolha, ou numa Robinsonada ilha, isolada desses fenômenos, mas em uma sociedade capitalista, portanto burguesa. Reflete esta problemática, o professor Leandro Konder dizendo:

Mesmo que admitamos, constrangidos, com algum dano para nossa autoestima, que o *homem burguês*, em grande medida, *somos nós* (com um realismo que contribui para não idealizarmos a nós mesmos), temos o consolo de saber que, ao radicalizarmos nossa crítica aos aspectos mais insatisfatórios desse “tipo humano” e ao sistema que o condiciona, estaremos de algum modo encaminhando sua superação possível e ajudando a engendrar, dentro dos limites que nos são impostos, elementos significativos do novo “tipo humano” que deverá ocupar mais tarde o seu lugar. (KONDER, 2000, p. 104, grifo do autor).

Desse modo, há um exercício diário de construção coletiva de uma organicidade que ao mesmo tempo em que assegure a independência e a liberdade do ser social, dialeticamente fortaleça a dimensão comunitária, o processo de construção de uma comunidade que enfrente a alienação, a manipulação e cooptação da sociedade burguesa. O sujeito social militante dos movimentos sociais do campo forja-se historicamente pelas necessidades sociais da classe trabalhadora, em determinados contextos e processos sociais. Para um sujeito político dessa organização,

No caso do MST, o processo fundamental da construção de uma nova práxis, se dá no movimento de luta pela terra, apesar de não ter tido reforma agrária, esse é um diferencial no caso do Brasil, do que nós temos de assentamentos, para outras regiões no mundo. Inclusive a histórica contradição pela propriedade privada que os campesinato tem nos textos clássicos, no Brasil ela, no caso, dos nossos assentamentos, ela existe, mas ela tem várias gradações, justamente por conta disso, há uma nova práxis que se produz no momento que as famílias vão para a ocupação, então a ocupação de terra, o “se organizar” em um país que historicamente não legitimou o processo de organização de base popular, você se organiza para lutar pela terra e como isso não é um negócio rápido, é um processo que demora, no melhor dos mundos, alguns anos, poucos anos, então é aí que você vai formando novas bases dessa práxis, que passa pelo entendimento enquanto sujeito coletivo, que passa pelo esforço da compreensão e formação política, de qual é o papel da questão agrária brasileira, então hoje nós podemos dizer que nós tiramos da academia o debate da questão agrária, tem na academia, tem. Mas se você estiver em

qualquer acampamento as pessoas têm uma visão de mundo sobre o que é questão agrária, qual é o papel da questão agrária dentro de uma visão de mundo de transformação social, mesmo que com todos os limites. Esse processo da luta pela terra, dentro de uma sociabilidade tensa, que se reproduz o patriarcado, que se reproduz o racismo, mas que isso é tenso, isso é tensionado, não é naturalizado, tem e cada vez mais isso tem aparecido como limite, não como uma coisa que tem que permanecer. Então no acampamento, isso é levado a potências extraordinárias (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)¹⁸⁵.

O processo de transição do acampamento para o assentamento¹⁸⁶ ocorre quando o ser social em luta conquista um pedaço de terra. Na maioria das vezes, a terra, que antes era um latifúndio destinado à monocultura, ou a criação de boi, transforma-se em várias, parcelas ou lotes, fincas etc.; a luta imediata será por estrada, energia, educação, saneamento básico — água principalmente, saúde etc.; sem, contudo, abandonar a luta por uma sociedade melhor. O coletivo como força, mantém-se ainda urgente e necessário. É o que Chico Buarque, consegue magistralmente retratar,

*Quando eu morrer, que me enterrem na
beira do chapadão
-- contente com minha terra
cansado de tanta guerra
crescido de coração
Tôo
(apud Guimarães Rosa)*

*Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora*

*Ver o capim
Ver o baobá
Vamos ver a campina quando flora
A piracema, rios contravim
Binho, Bel, Bia, Quim
Vamos embora*

*Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
Com a minha terra:
Cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Ó Manuel, Miguilim
Vamos embora¹⁸⁷*

¹⁸⁵ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

¹⁸⁶ Denominação dada a uma determinada área e o conjunto de parcelas de terras distribuídas entre as famílias Sem Terra, em áreas desapropriadas para fins de reforma agrária.

¹⁸⁷ Disponível em: http://www.chicobuarque.com.br/letras/assentam_97.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

Mas, a problemática do modo de produção capitalista em seu modo de vida burguês estará sempre rondando os lares e *fincas*¹⁸⁸, ou seja, os valores individualistas ancorados pela propriedade privada estarão em permanente disputa e contrapostos, aos valores construídos e vivenciados como cultura no acampamento, na comunidade, na organização.

Na atualidade, o capital tem encarregado de levar a felicidade para todas as pessoas, faz com que “os restos da memória” sejam desencorajados a se manifestar, sob pena de parecerem ultrapassados. É o querer encontrar-se com as mercadorias que determina a forma de se relacionar das pessoas [...]. As identidades históricas, ao serem atacadas, levam consigo o aprendizado histórico e deixam em seu lugar o desequilíbrio. (BOGO, 2008, p. 250-251).

Entende-se, portanto, a busca da totalização nos movimentos sociais do campo como a conexão entre unidades contraditórias, como a captação de um todo social e histórico e de enfrentamento das contradições e tensões que estão vivas e produzem efeitos reais. Um coordenador do movimento relata:

Bom, nós ensaiamos, no Brasil, em algumas regiões do país, experiências de como nós daríamos um novo salto de qualidade nessa práxis, na hora que conquistássemos a terra, por que no padrão capitalista e no estado burguês quando conquistamos a terra, cada um vai para a sua propriedade privada, como é que a gente enfrenta isso? Algumas iniciativas foram colocadas em dinâmica no Brasil. As CPAS na região sul do Brasil, é uma delas, algumas associações na região nordeste são experiências como essas. Temos assentamentos no Nordeste, Maranhão, Piauí, principalmente, Ceará que a terra toda é coletiva, você tem os quintais, mas a exploração da terra é coletiva. Por questões inclusive ambientais, mas isso levou a produção de uma nova práxis. Uma práxis que era permeada principalmente pela cooperação. O problema é que isso, na nossa visão, não foi assumido enquanto projeto de Estado, existe um esforço de uma organização, que levou inclusive algumas conquistas importantes de créditos específicos, para essas formas cooperadas, como o PROCERA¹⁸⁹...etc. que estimulavam isso, mas isso no governo Fernando Henrique foi dilacerado, pela Reforma Agrária Assistida de Mercado (RAM). A RAM vai implementar o PRONAF¹⁹⁰ que é individualizado, ela vai reforçar a revolução verde na agricultura camponesa, ela vai criar uma perspectiva de assistência técnica individualizada, então ela vai tensionar para que essa práxis, ela volte a ser subordinada dentro do padrão alienado, da relação de reprodução social do campesinato dentro dos marcos do capitalismo. E, agora, a partir de 2004, 2005, em que há várias contradições, a entrada dos transgênicos, inclusive dentro das nossas áreas, em algumas das nossas áreas, do aumento do uso de agrotóxicos, da inviabilidade da agricultura camponesa produzir nos padrões do agronegócio, mas também das relações políticas que o MST tem enquanto Via Campesina, nós conhecemos outras experiências camponesas pelo mundo, esses dois elementos – o da soberania alimentar, então nesse sentido que mais do que um projeto para o campo, nós temos que construir um projeto em relação com a classe trabalhadora, em novos patamares - e da agroecologia, ele se soma a esse processo da cooperação, e começa a estabelecer novas bases para o que a gente tem, no esforço, tem tentado construir da nova práxis, da reforma agrária popular: que passa pela retomada dos processos de cooperação, não é cooperativa, mas processos de cooperação dos mais variados níveis, mas passa também por uma nova relação ser humano e natureza, o reconectar o metabolismo que está rompido pela revolução verde, pela separação campo e cidade. Então a agroecologia, mas do que técnicas ela é uma nova, ela é uma base de uma nova práxis camponesa e vinculada a uma relação de classes, com a classe trabalhadora urbana que é a soberania alimentar... E o movimento é um movimento de classe, dentro da classe trabalhadora ampliada (L.Z., Integrante da Coordenação Nacional do MST)¹⁹¹.

¹⁸⁸ Pequeno pedaço de terra, lote ou gleba.

¹⁸⁹ Programa de crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).

¹⁹⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

¹⁹¹ Entrevista concedida à autora em novembro de 2019.

A história que os seres em movimento se propõem a fazer, depende daquilo que estão construindo e, todavia, está condicionada pela história que tem sido feita e contra a qual se insurgem. “Todo processo histórico pressupõe permanência e mudança, continuidade e ruptura” (KONDER, 2000, p. 105).

Destacamos aqui, uma questão central e um dos maiores desafios para a organização do MNCI, qual seja, em uma mesma frente nacional se conjugam formas de lutas distintas. No movimento, aglutina-se, de forma geral, em seu desenvolvimento e articulação nacional, uma gama de comunidades de camponeses e indígenas, que já possuem a terra e, estão na eminência de perdê-las. Nessas comunidades, que em geral não foram constituídas pelas formas de retomada ou ocupações de terras, que originam daí a especificidade dos acampamentos que se transformam em assentamentos, o que ocorre é a experiência do enfrentamento e da resistência na terra. Nesse caso, em particular, já estão presentes aí, constituídos nestas comunidades, valores comunitários e de solidariedade que possivelmente serão incorporados à lógica geral de atuação do movimento ou, superados por uma nova práxis coletiva.

Assim, a complexidade do movimento que comparamos localiza-se na sua multiplicidade, a depender da província em que está situado se apresenta formas de luta e de resistência diferenciadas, pois há uma interrelação entre a problemática agrária vivenciada pelo “sem terra”, do “com terra”. De maneira geral, a maioria da base, ou seja, pessoas e organizações vinculadas ao MNCI possuem um pequeno pedaço de terra, no entanto, este não é o caso de todos os seus movimentos membros, como é o caso do UST, da província de Mendoza, em particular. Nesse movimento, a maioria dos seus integrantes são sem terras, em luta pelo acesso à terra, através de ocupações de terras. É o que nos explica um dos seus dirigentes políticos:

Lo que pasa que acá la UST, nuestra organización, quizá más parecida con el MST, porque, como había, en Mendoza, domina el Agronegocio de la uva, hay entonces en las tierras productivas hay muchos más trabajadores rurales, que campesinos, por eso el por eso la base de la UST son trabajadores rurales, por eso nos llamamos Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, la lucha, después fueron sumando poblaciones campesinas, la base original, núcleo organizativo original de la organización de Mendoza es mucho más similar a la base del MST, la lucha de lo acceso a la tierra. En realidad no coincide el nombre con la sigla, la sigla es UST. [...] Entonces la mayoría de las bases del movimiento son familias que tiene tierras, están en peligro de ser perdidas, pero tiene tierras, un poco de la discusión. Otra cosa de lo Movimiento Campesino Indígena, otra cosa interesante ¿Y dónde viven? Viven en pequeñas villas, pequeños poblados rurales, como todo junto, en terrenos fiscales pero no, su vida, es siendo obreros, a lucha es para dejar de ser obreros y pasar a ser productores, porque la situación es que en Mendoza lo territorio está dividido donde hay agua para Arrigo y donde no hay para producir, porque lloved poco...solo se puede producir donde hay agua en la tierra, y el Estado y el Agronegocio controla el agua, tiene canales, tiene represas y control del agua, entonces nosotros tenemos que hacer reforma agraria y reforma en el acceso el agua también. Conquistamos la tierra y

*ahí pasamos a pelear por el agua, entonces es muy compleja, más compleja la lucha en Mendoza. Tiene esa dinámica de que tenemos las dos bases sociales lo más típico campesino y también trabajadores rurales sin tierra, tenemos logrado algo así de asentamiento [...] simplemente utilizando el derecho de posesión, ocupamos esa tierra y si monta cooperativas, reivindicamos el derecho de arriego que tiene esta tierra y se puede a empezar a producir ...pero no hay un proceso que hay una ley...una pelea mucho más burocrática y más dormida..., es hecho que se va haciendo una reforma agraria sin el Estado. Esta es la particularidad de Mendoza, en general el movimiento nacional es quizá más parecido con el MPA. Para tener una idea. **Y las retomadas han hecho cuantas?** No hacemos retomadas, esas ocupaciones, la región donde yo vivo, en la región norte debe haber unas cinco fincas nosotros decimos fincas, conquistadas, en otra regiones hay otras. **Y después que conquista, tiene regularización, o no?** Entra en juicio, el conflicto y pero bueno, el juicio puede durar diez, quince años, mientras tanto, se vive y se produce, algunas se hay resultado favorable se ha regularizado y otras no, y otras simplemente...en realidad o que nosotros queremos es el uso de la tierra, no queremos el título, entonces bueno, cada caso es diferente, no hay una política (F.M, Dirigente do MNCI/UST/Mendoza)¹⁹².*

O início da articulação do movimento, em seu caráter nacional, se inicia por meio das ações entre os movimentos sociais urbanos juntamente com essas comunidades. Um período de “*pasandia*”, ou seja, de vivência e troca de experiências nas comunidades rurais que estavam ameaçadas de despejo, permitiu vislumbrar os valores, o trabalho coletivo e a solidariedade que todavia permaneciam fortes nessas áreas rurais. Podemos entender esse impacto na vida dos militantes urbanos, a partir de um pequeno trecho dessa entrevista;

Hicimos toda una recorrida, dijimos que todos esos valores que nosotros queríamos trabajar, o queríamos militar acá, que militábamos en la ciudad, se veían reflejados más, o intactos, digamos, quizás en estas comunidades donde la solidaridad prevalecía, donde la hermandad... donde, no había penetrado el sistema capitalista como en la ciudad, donde la gente no vivía para el trabajo hacia el otro, si no que, más bien, tenía un trabajo comunitario, un rol comunitario y nosotros como Buenos Aires nos empezamos a articular ahí. (E.P, Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹⁹³.

Se mudarmos as lentes para o caso da formação do MST no Brasil, encontraremos casos em que entre os primeiros sem terras muitos eram filhos de pequenos camponeses, que ora ainda permaneciam em suas terras — mas esta se tornara insuficiente para o sustento de toda família — ou camponeses que já viviam nas cidades após terem sido expulsos do campo. As primeiras ocupações do MST no Brasil, também contara com o apoio e a sustentação da igreja, assim como das comunidades pré-existentes no campo. O que é singular de ambos os movimentos é que da luta nasce a indignação, a militância, a crítica e a esperança. No caso do MNCI, na assertiva de seu dirigente político “*eso de los campamentos de jóvenes [foi o] primero grande hito de formación y reflexión y por lo tanto de praxis*¹⁹⁴”. Mas, essa trajetória que conjuga a diversidade em uma unidade para as lutas, não se efetiva sem contradições, em cada país, as contradições são tremendas, e o desafio desses movimentos se ampliam a cada

¹⁹² Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

¹⁹³ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

¹⁹⁴ Entrevista concedida à autora em novembro de 2018.

passo. Para a dirigente do MNCI,

hay una pelea que, más allá, gane quien gane, vamos a seguir, creemos que tenemos que luchar por una reforma agraria integral y popular, lograr que eso suceda, lograr que el modelo de la agricultura sea el de la soberanía alimentaria y no el de los monopolios o de las transnacionales; para nosotros eso es como imprescindible, por más que gane quien gane, esos ejes de lucha no pueden ser relegados, porque para poder pensar en un país distinto, en una patria, en un lugar, o en una revolución socialista no podemos pensarla sin esos ejes, sin soberanía alimentaria y sin una reforma agraria popular, que distribuya la tierra a los que no la tienen, las ciudades nuestras están abarrotadas de poblaciones, de pobladores sin tierra, que no tienen tierra, de que viven en la marginalidad muy grande, que están en permanente amenaza de desalojos, porque tanto las villas miseria, como los asentamientos en el conurbano bonaerense, viven en permanente amenaza de desalojo. Hace muy poquito asesinaran a un compañero de la CTEP por la cuestión de la tierra, y la tierra para vivir no para producir, porque la lucha, acá también, de la tierra, es por ir a vivir, porque no tienen un lugar para ir a vivir, cuando las extensiones de territoriales en Argentina son impresionantes. Vos haces 50, 60 kilómetros de Buenos Aires para adentro y empieza a existir campo, campo, campo, campo. Tenés, no sé, 300, 400 kilómetros de campo y tenés 70 kilómetros de ciudad. ¡Una contradicción tremenda! (E.P., Dirigente do MNCI/Buenos Aires)¹⁹⁵.

Há um permanente processo de fragmentação da classe trabalhadora nos diferentes países latino-americanos. Isso corresponde aos sujeitos sociais que lutam tremendos desafios.

Os desafios é seguir construindo unidade, de seguirmos construindo processo de formação política, porque só a consciência de classe é que vai fazer com que a própria classe tenha unidade e tenha clareza de onde quer ir e o que quer construir. Para mim é a unidade, a luta permanente, que tem que ter, para que nós não disputemos os espaços, mas que a gente construa unidade. As vezes nós temos muitas confusões [sic] personalismos que dividem a classe [...] temos muita divisão ideológica, metodológica, de ação, que as vezes impede a unidade de classes. Mas, nós estamos no caminho correto, quando temos esses espaços internacionais, que são grandes como a Via, especialmente no nosso campo, que dá o mínimo de unidade para o campesinato no mundo, e que ainda assim é muito difícil ter a unidade necessária, mas que nós fazemos muitos esforços para logr-lo (R.Z, integrante do MST e da Secretaria da Via Campesina Internacional)¹⁹⁶.

Assim se constrói o processo de consciência de grupo, de consciência de classe, de uma forma de organização política particular que traz em si ao mesmo tempo uma nova sociabilidade, que é uma potência, que é um gérmen de uma sociedade futura. Há o reconhecimento desse esforço da Via Campesina, bem como, as dificuldades para a efetivação dessas lutas, o que salienta o professor da Universidade Brasília,

Unidade nas lutas? Preliminarmente, é fundamental considerar dois aspectos: 1) o continente ou a América Latina é muito diversa; é muito heterogênea, portanto, é, no mínimo, temerário falar em “unidade no continente”, inclusive por influências da política hegemônica que coloca interesses de nações em contradição e em disputas (que também afeta os movimentos e suas lutas); 2) além da diversidade continental, há a história, ou seja, as lutas de classes no campo também têm diferenças históricas (processos mais coesos em certos momentos e disputas internas em outros). Considerando as dimensões preliminares (e condicionantes) acima, historicamente, os movimentos sociais latino-americanos têm feito muitos esforços de unidade e atuação conjunta. A CLOC e a Via Campesinas são exemplos deste esforço de articulação e lutas conjuntas, mas antes destes houve outros como, por exemplo, as articulações e campanhas contra a ALCA, para citar um exemplo. [sic]. As experiências históricas são de reconstruções sociais e identitárias. As (diferentes formas de) lutas pela terra abrem possibilidades reais de reconstrução de sujeitos históricos (ser camponês; ser indígena), portanto, de

¹⁹⁵ Entrevista concedida à autora em dezembro de 2018.

¹⁹⁶ Entrevista concedida à autora em abril de 2020.

reconhecimento de direitos e de novas sociabilidades. Os assentamentos de reforma agrária são lugares de novas sociabilidades, portanto, de constituição de sujeitos (políticos) de direitos. A unidade de luta é difícil – inclusive pelas barreiras (distâncias, afinal é um continente, mas também linguísticas e, como já mencionadas, históricas) – mas os movimentos sociais na AL sempre foram “internacionalistas”, portanto, com uma intenção (se não com práticas concretas) de unidade e lutas conjuntas (Sérgio Sauer, Professor e Pesquisador da Universidade de Brasília – UNB)¹⁹⁷.

As lutas empreendidas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, foram forjando sua identidade de classe — de classe em si, os camponeses e camponesas, indígenas e quilombolas, em luta pelo acesso à terra, água, sementes e território. O movimento da classe em si, em luta, se amplia e muda de conteúdo nas ações de enfrentamento e, fundamentalmente pela sua organização e formação política. Dá um salto de qualidade e transforma o que era uma luta local, em uma luta nacional e conseqüentemente extrapola as suas fronteiras, tomando forma e conteúdo, como luta de caráter internacional. Associadas às lutas pelos direitos à reforma agrária integral e popular; a agroecologia, a justiça climática e ambiental, se articulam com temas universais que perpassam a vida da classe trabalhadora como um todo, este é o caso, por exemplo, da soberania alimentar como elemento estratégico e do feminismo camponês e popular.

A prepotência do capital que já não leva a progresso algum, apenas se reproduz para si próprio, dá sinais de incompatibilidade com o crescimento populacional. Ele provoca a violência social pela acumulação e não consegue desmobilizá-la. A barbárie é um dos trilhos do progresso capitalista: aonde vai o trilho da acumulação, vai também o da desintegração social. A humanidade terá de sobrepor a propriedade. [...]. Educar as novas gerações é sempre começar de novo o caminho da preservação e do cuidado com quem deve continuar levando em frente a história da humanidade. [...] o capitalismo nada mais tem a oferecer como benefícios para a sociedade; derrotá-lo é a parte que nos toca na história [...]. (BOGO, 2008, p. 250-251).

A ação não descarta a teoria e a teoria não se abstém da ação. O aprofundamento teórico nos remete à prática, ou precisamente em Marx, para a práxis, ou seja, as atividades nas quais o sujeito humano efetivamente se realiza, são “atividades que “pedem” a reflexão, a teoria. E a reflexão, que se desdobra de maneira rigorosa, extraindo suas conseqüências, “pede” para interferir no mundo” (KONDER, 2000, p. 107).

Essas formas de luta, formação e organização dos movimentos sociais campo em torno de um projeto de transformação social, em sua articulação intercontinental, como a Via Campesina e a Assembleia Internacional dos Povos, demonstram em sua práxis, possibilidades de aglutinação dos povos, na perspectiva de uma nova cultura ou de novas bases para a sociabilidade humana. Estas tentativas, segundo um representante da FAO, são significativas e importantes,

¹⁹⁷ Entrevista concedida à autora em março de 2020.

Na medida, em que o movimento popular busca pontos de unidade e convergência que lhes faça, lutar e caminhar juntos, inclusive por alguns objetivos específicos comuns. Mesmo que não se tenha convergência em alguns pontos mais estratégicos, é capaz de convergir no específico, no tático, para avançar nas conquistas e transformações sociais estratégicas. Eu acho que as articulações intercontinental se aglutinam para vários temas e condições (política, social, econômica etc.) ao fazê-los a luta concreta, esse movimento concreto de relações humanas que se estabelecem no dia a dia, vão construindo, lapidando dando forma as novas relações de sociabilidade humanas, que eu pessoalmente defino como cultura em movimento. Ou seja, a cultura dos atores populares ou suas relações de sociabilidade são processos dialéticos, contínuos, em movimentos que geram várias formas de expressões culturais e de sociabilidade (Marcelo Resende, FAO/Venezuela 2012-2017)¹⁹⁸.

As lutas desses movimentos se materializam em uma práxis que se transforma em consciência, elevando-se de um particular para um todo nacional, com relações internacionais. A Via Campesina se articula também com outras frentes de lutas, são aliados importantes no processo de articulação e de unidade dos movimentos sociais como, a Marcha Mundial de Mulheres, as organizações da juventude que realizam anualmente o acampamento em homenagem a Ernesto Guevara entre outros. Nessa perspectiva, no que se refere à práxis dos movimentos sociais do campo, no Brasil e na Argentina, assim como na América Latina, há uma tentativa de unidade, que seus integrantes reconhecem como um caminho importante e imprescindível:

A CLOC e a Via Campesina têm empenhado um grande esforço nessa perspectiva, mesmo com suas dificuldades e contradições, se busca construir unidade e solidariedade de classe, assim como uma perspectiva estratégica que na América Latina tem claramente uma posição socialista. Dos desafios estão justamente a árdua superação das particularidades das organizações e movimentos sociais num processo de assunção de uma identidade de classe internacional (latino-americana no caso da CLOC). Mas ainda assim, é uma identidade de classe em si, pois se refere a particularidade daqueles que vivem no/do campo, mesmo que estrategicamente atuem em aliança com vários segmentos da classe trabalhadora das cidades. Vejamos que aqui exige um triplo movimento de superação para enfrentar as consequências de um capitalismo em crise estrutural. A superação da dicotomia campo e cidade (onde os problemas ambientais demonstram um dos aspectos dessa gigantesca alienação); a superação da particularidade de organizações sociais que expressam hegemonicamente a consciência de classe em si, construída nas últimas décadas, e que de maneira fragmentada sofrem para conseguir construir lutas e pautas comuns através das frentes; e a superação da particularidade do território local, do nacional, para uma perspectiva internacionalista da organização da classe trabalhadora. É urgente e necessário trabalhar nessa perspectiva. Construir organizações políticas que possam enfrentar os desafios da construção socialista. Mais do que nunca, internacionais, mais do que nunca que realizem intenso trabalho de base, mais do que nunca atuem nas fissuras da alienação em seus diferentes níveis e expressões. O papel do partido como instrumento organizativo é imprescindível. Mas é necessário recriá-lo (A.B, integrou o Setor de Formação Nacional do MST/Via Campesina)¹⁹⁹.

Há o reconhecimento de um amplo setor da sociedade sobre o papel dos movimentos sociais do campo e a sua importante contribuição para a defesa da vida em sua plenitude. As proposições advindas dessas organizações, que têm como base fundante as vivências e o trabalho na terra, de milhares de camponeses, camponesas e indígenas, são fundamentais para o enfrentamento dos dilemas da humanidade. Como incorpora Seoane,

¹⁹⁸ Entrevista concedida à autora na sede da CEPAL, Santiago do Chile, outubro de 2017.

¹⁹⁹ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2020.

La geografía política latinoamericana aparece signada en los últimos años por un sinnúmero de disputas sociopolíticas vinculadas a diferentes bienes de la naturaleza. Conflictos, movimientos y redes nacidas contra la expansión megaminera, del agronegocio y las fumigaciones tóxicas, o de la explotación petrolera y gasífera; contra el despojo y desplazamiento de tierras y territorios o la construcción de carreteras y obras de infraestructura; se entrecruzan con aquellas surgidas frente a la privatización, desregulación y mercantilización de actividades vinculadas a la gestión de los bienes naturales -desde los servicios de agua y electricidad hasta los hidrocarburos. Creciente en número y significación, esta conflictividad configura hoy una línea de resistencia que recorre toda la región latinoamericana enfrentando un nuevo ciclo de profundización del modelo extractivo exportador forjado en las décadas pasadas. Por su magnitud y por las fuerzas que lo animan, este proceso asume la forma de una verdadera ofensiva extractivista que tiene múltiples expresiones en los terrenos de las políticas públicas, las iniciativas corporativas, los proyectos regionales y globales y las estrategias de gobernabilidad social. En sus dimensiones económicas, sociales, ambientales y políticas interroga sobre los nuevos rumbos y desafíos que afrontan los procesos de cambio abiertos a nivel regional en los últimos años así como sobre los intentos de restauración o profundización neoliberal que tratan de imponerse o progresar en muchos de nuestros países. Por otra parte, más allá de su diversidad y diferencias, de sus especificidades y particularismos, de las distintas estrategias que convocan y de las dificultades de articulación política a nivel nacional o regional que enfrentan, esta línea de resistencias sociales continentales plantea un reto de particular significación al pensamiento crítico, las fuerzas populares y los proyectos emancipatorios de Nuestra América. (SEOANE, 2012, p. 2).

Diante deste momento histórico e os principais problemas apresentados no mundo, como a concentração, a exploração, as desigualdades, a violência, a destruição do planeta etc., o papel dessas organizações para o mundo é,

Resistir, se reinventar, buscar cada dia mais unidade e bandeiras e formas de luta e de relações culturais e de sociabilidade que sejam capazes de respeitar as diferenças e criar condições de ser político mais crítico, mas consciente. E que de fato, consiga intervir na luta de classes em favor dos valores de justiça, igualdade e amor (Marcelo Resende, FAO/Venezuela, 2012-2017).

As lutas no campo ocorrem como parte do movimento da classe trabalhadora, elas apontam para a transformação estrutural da sociedade e trazem em seu bojo um horizonte socialista. Em síntese, a compreensão de classe e luta de classes que demonstramos neste trabalho, se define e privilegia,

a perspectiva que identifica as classes com base nas relações que homens e mulheres, vivendo em sociedade, estabelecem entre si para produzir e reproduzir-se socialmente. Essas relações criam limites e estabelecem pressões ao comportamento coletivo das classes, o que impulsiona a necessidade de entendimento de outras dimensões desses grupos sociais fundamentais, como sua consciência coletiva e sua ação política. Dessa forma, podem-se perceber às classes, e os conflitos que se estabelecem entre elas, como processos e relações historicamente situados, decisivos para compreensão da dinâmica mais ampla da transformação social. (MATTOS, 2019, p. 9).

Do exposto, o que se concluiu necessariamente é que a práxis e o processo de consciência nos movimentos sociais do campo se constitui através dos três elementos

constitutivos e constituintes das organizações camponesas, em sua completude e complexidade, a organização, a formação e a luta política. A compreensão interna, no âmbito dos movimentos sociais do campo sobre essa relação entre práxis e consciência, pode ser compreendida a partir das respostas dadas por eles mesmos. Quando perguntamos como se constitui essa relação, seus integrantes respondem,

Uma práxis que busca reafirmar uma tarefa histórica e que ao mesmo tempo vivencia importantes experiências organizativas, tomando por base processos revolucionários na história da humanidade. Ao mesmo tempo uma práxis que carrega também tensões de classe em si em um tempo histórico que anuncia mais do que nunca a necessidade de nos tornarmos classe para si. Aqui me refiro não somente ao MST, mas as diferentes formas organizativas da classe trabalhadora que atuam circundadas em sua consciência social, ou grupal (A. B, integrante do MST)²⁰⁰.

É, portanto, fundamental nesta relação, o papel em que se inscreve o instrumento organizativo para forjar uma práxis consciente que caminha em relação com a classe trabalhadora, para uma práxis revolucionária. Em uma relação dialética, a consciência se modifica por meio da práxis e, essa por sua vez também se transforma.

²⁰⁰ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Paseaba el pueblo sus banderas rojas
Y entre ellos en la piedra que tocaron
Estuve en la jornada fragorosa
Y en las altas canciones de la lucha.
Vi como paso a paso conquistaban.
Sólo su resistencia era camino,
Y aislados eran como trozos rotos
De una estrella, sin bocas y sin brillo.
Juntos en la unidad hecha en silencio,
Eran el fuego, el canto indestructible,
El lento paso del hombre en la tierra
Hecho profundidades y batallas.
Eran la dignidad que combatía
Lo que fue pisoteado, y despertaba
Como un sistema, el orden de sus vidas
Que tocaban la puerta y se sentaban
En la sala central con sus banderas.
(Violeta Parra – Pablo Neruda)²⁰¹*

Nesta pesquisa trouxemos alguns elementos preliminares para uma análise do capitalismo no campo latino-americano, a partir da comparação de processos de luta pela terra do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI), na Argentina, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, sob a perspectiva da luta de classes no campo.

Assim, buscamos na pesquisa uma aproximação sucessiva à lógica do capitalismo dependente na América Latina e a sua conexão com a questão agrária, com o agronegócio e com os sujeitos sociais coletivos, que é um dado imediato, abstrato, portanto, sínteses de múltiplas determinações. O caminho trilhado foi do abstrato ao concreto para depois fazer o caminho inverso. A realização de análises concretas de situações concretas foram inseridas numa lógica de capitalismo periférico. Demonstramos o avanço do capitalismo no campo, os processos de expropriação material e simbólica dos povos indígenas, das populações tradicionais e comunidades camponesas, assim como a resistência e a luta pela terra e pelo território, protagonizada pelos sujeitos sociais do campo, organizados em movimentos sociais.

A investigação, análise e exposição, avança sobre esse movimento lógico — a forma particular do capitalismo em sua face dependente em que se estrutura a posse e o uso da terra, que são constituintes da questão agrária, e, conseqüentemente dos movimentos sociais do campo na América Latina. São esses processos de resistências que constituem o legado, a força e a permanência do MST no Brasil e do MNCI na Argentina.

Para exemplificarmos nesta tese a formação e o desenvolvimento do capitalismo no

²⁰¹ Composição de Violeta Parra com trechos da obra literária "canto general" de Pablo Neruda.

Brasil e Argentina com a sua interface no campo, lançamos mão de algumas categorias centrais que apresentamos no decorrer do trabalho. Entre elas, práxis, classe, revolução pelo alto, revolução passiva, via prussiana, modernização conservadora, agronegócio etc., para nos atermos as principais. As categorias estão postas na realidade em que estão inseridas as organizações do campo analisadas.

A categoria classe é central e está presente na análise que fizemos da atuação de uma classe economicamente dominante no campo, que atualmente denomina-se agronegócio, bem como, a sua principal contraposição, ou seja, a classe trabalhadora no campo, representada pelos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, camponeses, camponesas, indígenas etc. Entendemos classe social como um fenômeno histórico-social determinado pela produção capitalista moderna.

Apresentamos o agronegócio a partir das suas ações empreendidas no meio rural brasileiro e argentino; como se integram os grupos de interesses frente ao consenso estratégico dos setores envolvidos em face da meta do progresso, da modernização, da lucratividade a todo custo; como se apropriam dos recursos políticos e das políticas públicas em benefício privado, mesmo em um cenário de competição extraclasse. Nesta circunscrição, apresentamos em nosso trabalho as formas arcaicas ressignificadas de domínio no campo, como inserem-se na atuação do agronegócio, subsumidas em sua imagem de “modernidade e progresso”.

Esta pesquisa trouxe vários elementos de reflexão sobre a atuação das lutas de classes no campo, partindo do contexto histórico latino-americano e das histórias brasileiras e argentinas, como um processo em devir que está acontecendo. Compreendemos com esta pesquisa que os processos de modernização ocorridos, tanto no Brasil como na Argentina, em finais dos anos 1960 e durante os anos 1970, foram conservadores na sua totalidade. No âmbito rural abandonou-se a possibilidade de realização da reforma agrária e as políticas públicas de desenvolvimento rural adotadas não enfrentaram a questão agrária essencialmente, mas garantiram as bases e o desenvolvimento da estratégia do agronegócio. Limitou-se a uma política distributivista adequada à estrutura fundiária concentradora e conservadora.

O agronegócio, como síntese e mediação do capitalismo no campo, aglutina os diversos setores do capital, bem como estabelece um canal de ligação direta com os canais de governabilidade do Estado e com as instituições de pesquisas. Esta estratégia faz parte de uma política econômica nacional e internacional, ou seja, é parte da ofensiva geral do capital. Asseguramos através das leituras que empregamos que o neoliberalismo, foi o suporte

necessário para a consolidação do agronegócio no campo, assim como contraditoriamente, para o acirramento das lutas de classes e a ascensão das lutas e dos movimentos sociais do campo.

Muitas fendas, de importância investigativa, se abriram durante esta pesquisa e carecerão de estudos, reflexões e debates posteriores, que não poderemos encerrá-los neste trabalho. Entre elas, estão as correspondências existentes entre os governos eleitos democraticamente pelo voto popular, tanto no Brasil como na Argentina, que apresentam o agronegócio como salvação de suas respectivas economias dependentes. Outro fator relevante que está associado a estes governos, é o crescimento exponencial desses setores não só no campo, propriamente dito, mas em muitas esferas do poder político-governamental. Comparar como esses setores ampliaram, o número de candidatos eleitos em ambos os países, bem como delimitar quais foram os subsídios estruturais e mantenedores do agronegócio implementadas nesses governos, é importante para entendermos as medidas de revisão reducionista dos direitos trabalhistas no campo. Uma outra frente de estudo que também foi se desvelando ao investigarmos os movimentos sociais e o avanço do capitalismo no campo latino-americano, fora em que proporção estão se dando as divisões das frações do capital em relação à sua produção de *commodities*. Qual o nível da intervenção do capital financeiro nas atividades desenvolvidas pelo agronegócio? O que ainda restou de capital agrário estritamente rural, digamos tradicional, talvez fosse perceptível nas usinas canavieiras, mas estas já aparecem integradas aos grupos e à pluralidade de capitais. Abrem-se como linhas de pesquisas fundamentais para se entender o capitalismo no campo brasileiro e argentino hoje, as formas de investimentos em terras, por meio de novas formas de propriedades e empresas rurais.

Longe de termos esgotado a discussão das formas de controle e domínio de classe, apresentam-se formas mais sofisticadas desta dominação, que podem avançar para uma discussão em torno dos aparelhos privados e estatais de hegemonia no campo²⁰². Abrem-se como novas perspectivas de análise, ou novos rumos neste campo, as consequências do avanço do agronegócio para o meio ambiente, que dialogariam perfeitamente com os estudos apresentados por John Bellamy Foster sobre a destruição ambiental que emergiram com o capitalismo monopolista, bem como, os estudos realizados por Guillermo Foladori sobre a crise ambiental e as contribuições de Marx para a análise correspondente.

²⁰² Aqui nos referimos às instituições que organizam, regulam e unificam o comportamento, a mentalidade e as ações da classe dominante no campo, como, por exemplo: as empresas, associações patronais, partidos políticos, Estado etc.

O estudo da dialética na práxis da consciência de classe, dos sujeitos sociais envolvidos nos correspondentes movimentos, relaciona-se com uma determinada realidade histórica. Desse entendimento é que conduzimos nossa análise particular, a partir, da interpretação histórica e da relação com o todo da classe trabalhadora e suas lutas sociais. Partindo das contribuições de Karl Marx, Karel Kosik, Adolfo Sanchez Vázquez, György Lucáks, depreende-se que a práxis revolucionária é o modelo radical de práxis; a transformação da sociedade burguesa, do seu modo de produção capitalista, constitui-se, portanto, em uma completa e extraordinária transformação social. Para que ocorra essa passagem, de sociedade capitalista para uma sociedade comunista, da possibilidade à efetividade, faz-se necessário um tipo de sujeito em uma determinada condição socio-histórica, uma prática e uma teoria que lhe fundamenta, ou seja, que lhe ofereça a consciência de sua condição de classe. Uma práxis revolucionária constituída por uma atividade, teórico-prática, ou, mais precisamente, uma forma radical de prática que se constitui no processo mesmo de lutas de classes.

Sua práxis social incide sobre e, na realidade, através do trabalho voluntário, cuja complexidade determina e transforma sua vida, sua visão de mundo e suas práticas. Insere-se, assim, numa forma particular de práxis humana, numa práxis social, como uma forma específica no interior das objetivações humanas. Sua luta singular compõe a forma particular do MST e MNCI e a forma de luta universal da Via Campesina; sua luta adquire sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão. Dessa forma, para que pudéssemos entender a práxis social, dos sujeitos sociais envolvidos nestes movimentos sociais, pressupomos inseri-la no quadro das relações sociais fundamentais da sociedade. Entendê-la frente às contradições latentes, entre as classes sociais e as lutas de classes, no Brasil e Argentina.

O trabalho de campo, em perspectiva comparada, permitiu identificar, em seus aspectos principais, diferenças e similitudes no âmbito das estruturas organizativas, assim como a potencialidade substancial de suas ações estratégicas. Os trabalhadores sem-terra, camponeses e indígenas — do MNCI e MST — com a sua luta cotidiana, apontam irremediavelmente o extraordinário, ou seja, a realização de uma reforma agrária integral, a soberania alimentar e a transformação social. Observou-se que, em nossas sociedades, economicamente dependentes, a questão agrária é o que constitui deliberadamente a nossa questão social. E que, portanto, a luta empreendida pelos movimentos sociais do campo, pela terra, reforma agrária e transformação social, está inserida no âmbito da luta de classes. E como entender a práxis — luta social, trabalho político-organizativo, formação política — adotada por estes movimentos sociais do campo para o enfrentamento do capital? E qual a sua relação

com o desenvolvimento de uma consciência de classe?

Esta práxis revolucionária só existe com consciência de classe, entendida como consciência dos interesses fundamentais e comuns do trabalhador como classe, contra uma classe economicamente dominante. Comprova-se, assim, a hipótese de que não é possível avançar-se na consciência e construir uma práxis numa perspectiva revolucionária, nos movimentos sociais do campo, sem a conjunção de três elementos intrínsecos e inseparáveis, a saber: a luta, a organização e a formação política. Nesse processo de luta e de formação da consciência é que se insere a importância da organização política. A práxis, que foi a centralidade de nossa análise, sobretudo a práxis social empreendida pelos sujeitos sociais vinculados aos movimentos sociais do campo, corresponde àquela ação-reflexão-ação, em que os seres humanos atuam sobre si mesmos, enquanto ser social, que age e transforma as suas relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Esta práxis envolve impreterivelmente o trabalho e todas as objetividades humanas, e no âmbito dessas organizações inclui outras dimensões e particularidades, sobretudo em suas formas de luta, em seu processo de formação política e em sua organicidade, que tem como pressuposto básico o trabalho voluntário e militante. As atividades realizadas por homens e mulheres movidos por sentimentos solidários, internacionalistas e humanistas, permite que afirmemos que o ser social é mais que trabalho, ele cria também objetividades que transcendem o universo do trabalho e a categoria que explica esta realidade é a práxis.

Os movimentos foram apresentados em sua relação com a totalidade, com o legado das lutas herdadas do passado, bem como, com as contradições das suas ações no presente. Entre os desafios postos para os movimentos, em seu cotidiano, podemos citar, a luta direta contra as forças hegemônicas do sistema capitalista no campo, que expropria, explora e massacra os homens, mulheres e crianças. O embate com os limites impostos para a produção camponesa nos assentamentos e nas comunidades, em contraponto ao avanço desenfreado do agronegócio e todo o seu deserto verde. A eliminação dos ditames patriarcais introjetados e todas as suas implicações, como a desigualdade, a opressão e a violência contra a vida das mulheres, bem como, das pessoas homoafetivas. A superação da fragmentação política da classe trabalhadora e de todas as mazelas de suas derrotas.

As organizações camponesas e indígenas e as suas comunidades constituídas na e pela resistência, ao se movimentarem, enfrentam e combatem as forças que lhes oprimem. Neste movimento se afirmam enquanto sujeitos políticos e materializam em seus territórios de luta, ações estratégicas, estruturas organizativas e princípios políticos críticos. Em sua práxis de luta, organização e formação, vão forjando bases de uma nova concepção de vida, assim como

aprendizados para a sua emancipação humana, a constituição de uma sociedade sem explorados e exploradores, ou uma sociedade comunitária, socialista, comunista.

Se revela aí por inteiro, a dialética na práxis da consciência de classe dos sujeitos sociais dos movimentos sociais estudados, ou seja, a formação da consciência coletiva da organização social. Um salto de qualidade para um processo de consciência de classe que avança por meio de construções identitárias, pelas tensões da negação da sua particularidade estrita, para a ascensão de uma identidade maior de classe.

O estudo que fizemos revela que a proposição dos movimentos sociais do campo na direção da superação das contradições estruturais da sociedade, tanto no campo como na cidade, não são apenas ideais romantizados ou voluntaristas, mas uma necessidade humana de preservação da vida e de soberania dos povos. A concreticidade da luta de classes situa a práxis dos sujeitos sociais organizados, no campo do enfrentamento de classes, pois, a questão agrária como questão social latino-americana, só pode ser necessariamente enfrentada por meio da luta anticapitalista e anti-imperialista.

O MST e o MNCI, são organizações sociais com posicionamento de classe trabalhadora, e carrega com eles os desafios de classe em si, para tornar-se classe para si. Sua práxis e consciência, portanto, não são estáticas e sim movimentos que caminham juntamente com o conjunto da classe trabalhadora, que em determinados momentos caminhará para uma práxis reificadora, revisionista, reacionária ou revolucionária.

Dessa forma, a consciência coletiva que se expressa nessas organizações políticas e suas estratégias carregam todas as limitações e potencialidades do tempo histórico, e dialoga e conflitua constantemente com os desafios da classe trabalhadora como um todo. O avanço dessas organizações em sua práxis e consciência vivencia neste momento as contradições da classe em si, de consciência e de estratégia de classe em si, buscando se encontrar para a sua potencialidade máxima de classe para si.

É inegável, contudo, neste momento em que apresentamos esta tese, que a classe trabalhadora latino-americana esteja recuada. Os movimentos aqui estudados no Brasil e Argentina não poderiam estar alheios a esta fragmentação, são expressões dessa classe em movimento.

Mas, o que demonstramos neste trabalho é que mesmo em tempos neoliberais e as vitórias que tiveram no campo político e cultural, as contradições não foram eliminadas. A ofensiva do capital para fragilizar a organização política coletiva da heterogênea classe trabalhadora, não conteve a força canalizada em diferentes movimentos sociais, que continuam suas lutas e os seus processos de resistência, principalmente no campo.

Não passamos incólumes pela história e, neste momento lamentavelmente registramos uma terrível dizimação da classe trabalhadora, por um vírus mortal, a pandemia do Covid-19. Somados os números referentes ao Brasil e Argentina já são somadas 275.000²⁰³ mortes. O que ocorre é que os trabalhadores e trabalhadoras é que estão à frente dos postos de trabalhos e, por conseguinte, são os que estão mais propensos aos óbitos.

Cabe observar, que os diferentes momentos da história humana, em seus processos civilizatórios e hegemônicos, foram marcados por pestes, vírus e massacres. Venceu-se a essas batalhas no passado, a custas de muitas vidas, e é, o que vivenciamos neste momento. O que esperamos? Que a classe trabalhadora resista e que em um futuro breve se levante dos escombros.

Assim concluímos esta pesquisa acadêmica, que em nossa perspectiva de análise, consistiu em uma aproximação ao tema investigado, rico em determinações que não se encerram em uma tese de doutorado, mas que seguirá seu movimento e a riqueza de suas determinações. Esperamos dar prosseguimento à investigação, bem como, acrescer novas análises e aportes a essa temática.

Tendo como base, que o conhecimento histórico precisa ser analisado, criticado e superado, reiteramos em nossos estudos teóricos, assim como em nossa prática, que não existe conhecimento fora da sociedade e que nós não existimos sem mediação e conhecimento. Vivemos num mundo em que as desigualdades de classe são cada vez mais acentuadas, sendo um desafio para nós pesquisadores/as militantes trazer elementos que possibilitem a reflexão, bem como, a intervenção na realidade.

Assim, à guisa de conclusão, reiteramos que o passado não existe em si, sem as reflexões do presente, e que a história é política, e propõe soluções e problemas para assuntos da atualidade. Compreendemos que em história nenhuma palavra é inocente, que é preciso forjarmos outras experiências das ciências sociais e com estas contribuirmos para a intervenção na realidade, para o fortalecimento da luta em torno das questões sociais latentes. E a luta pela terra é, com certeza, a principal expressão da luta de classes em nosso continente. Resta-nos, portanto, semear as bases de um outro mundo possível, para que um dia nossa voz em uníssono, celebre a concretização das ideias contidas na música de Daniel Toro e Ariel Petrocelli, *Cuando Tenga La Tierra*:

Cuando tenga la tierra
Sembraré las palabras

²⁰³ Trata-se dos números brutos divulgados diariamente pela imprensa e que representam o conjunto da sociedade sem distinção de classe.

Que mi padre Martín Fierro
 Pusó al viento.
 Cuando tenga la tierra
 La tendrán los que luchan
 Los maestros, los hacheros,
 Los obreros.
Cuando tenga la tierra
Te lo juro semilla
Que la vida
Será un dulce racimo
Y en el mar de las uvas
Nuestro vino
Cantaré, Cantaré.
 Cuando tenga la tierra
 Le daré a las estrellas
 Astronautas de trigales
 Luna nueva.
 Cuando tenga la tierra
 Formaré con los grillos
 Una orquesta donde canten
 los que piensan.
 Campesino, cuando tenga la tierra
 Sucederá en el mundo
 El corazón de mi mundo
 Desde atrás, de todo el olvido
 Secaré con mis lágrimas
 Todo el horror de la lástima
 Y por fin te veré, campesino
 Campesino, campesino, campesino
 Dueño de mirar la noche
 En qué nos acostamos
 Para hacer los hijos
 Campesino Cuando tenga la tierra
 Le pondré la luna en el bolsillo
 Y saldré a pasear con los árboles
 Y el silencio
 Y los hombres y las mujeres conmigo
 Cantaré, Cantaré²⁰⁴.

²⁰⁴ Disponible em: <https://www.cancioneros.com/nc/4214/0/cuando-tenga-la-tierra-daniel-toro-ariel-petrocelli>.
 Acesso em: 23 ago. 2020.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Thiago Romão de. **Processos de generificação e racialização nas políticas públicas de bem-estar social nas políticas públicas de bem-estar social: o caso do Reino Unido.** Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.7, n.12, jan/jun 2019. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.
- ALENTEJANO, Paulo. **Concepções de território: uma contribuição a partir da Geografia para pensar a política de desenvolvimento territorial rural.** Brasília: II Ciclo de Diálogos SDT, 2014.
- ALLENDE, Isabel. **Paula.** Buenos Aires: Sudamericana, 2018.
- ÁLVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; SCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: Novas Leituras.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Maria Júlia. Populações do campo precisam lidar com os perigos dos projetos de mineração. **Brasil de Fato**, Coluna, 21 fev. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/21/mineracao-e-soberania-alimentar>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- ANSALDI, Waldo y GIORDANO, Verónica. **América Latina: la construcción del orden.** Buenos Aires: Ariel, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARGENTINA. Ministerio De Agricultura, Ganadería y Pesca. Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca (SAGPYA). **Estimaciones Agrícolas.** [2020]. Disponível em: <http://datosestimaciones.magyp.gob.ar/reportes.php?reporte=Estimaciones>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BAGÚ, Sergio. **Estructura Social de la Colonia.** Ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1951. Disponível em: <https://elsudamericano.wordpress.com>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- BAGÚ, Sergio. **Índole da economia colonial.** *In*: LÖWY, Michel. **Marxismo na América Latina.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BATISTA, Andrea Francine. **Movimento camponês e consciência de classe: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina.** Rio de Janeiro, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia; SANTOS, Theotonio dos. Brasil: nacionalismo, populismo e ditadura. Cinquenta anos de crise social. *In*: CASANOVA, Pablo González. **América Latina, história de meio século.** Brasília: Editora da UnB, 1988.

BARTRA, Armando. Mesoamericanos: reanimando uma identidade coletiva. *In*: CECENÑA, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

BASUALDO, Eduardo; KHAVISSE, Miguel. **El nuevo poder terrateniente**. Buenos Aires: Planeta, 1993.

BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo atual**. Tradução de Wanda Nogueira caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRENNAN, James P. **El Cordobazo**: Las guerras obreras em Córdoba, 1955-1976. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1996.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária-UFRRJ, 1997.

BOGO, Ademar. **Identidade e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BORÓN, Atílio. **Nova hegemonia mundial**: alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

BORÓN, Atílio. **Las ciencias sociales em la era neoliberal**: entre la academia y el pensamiento crítico. *In*: CONFERENCIA MAGISTRAL PRONUNCIADA EM EL XXV Congreso ALAS (Asociación Latinoamericana de Sociología), Porto Alegre, Brasil, 22-26 ago. 2005.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRASIL, Governo Federal. **Reforma agrária**: compromisso de todos. Presidência da República, 1999. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/legislacao/livros/REFORMA%20AGRARIA%20COMPROMISSO%20DE%20TODOS.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRUKMANN, Monica. **Recursos Naturales y la geopolítica de la integración sudamericana**. Buenos Aires: Rebelion, 2011. Disponível em: <http://cronicon.net/paginas/Documentos/libros-Bruckmann.pdf>. Acesso 18 de março de 2020.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do movimento sem terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salette. Introdução. *In*: CALDART, Roseli Salette; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (org.). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA, NEAD, 2006. p. 11-18.

- CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, C. (org.) *Campo, Política Pública e Educação*. Brasília: NEAD, 2008. (Coleção Por uma Educação do Campo).
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.
- CAMPOS, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Difel, 1964
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho na América Latina colonial**. São Paulo: Editora ática, 1985.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **Movimientos Sociales urbanos**. Madrid: Siglo XXI, 1974.
- CECEÑA, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales -Clacso, 2005.
- CERQUEIRA FILHO, G. **A “questão social” no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHAYANOV, Alexander. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos no capitalista. [1924]. In: SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Massacres no campo**. [2018]. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- COMPARATO, Fábio Konder. Prefácio. In: MELO, João Alfredo Telles (org.). **Reforma agrária quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília, 2006.
- COORDENADORIA LATINO-AMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO (CLOC). **Quienes somos? CLOC: La vía Campesina**, jun. 2010. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/institucional/quienes-somos>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- CORONEL, Marta Zulema. **Movimiento Campesino Indígena**. In: JOHNSON, Guillermo Alfredo *et al.* (org.). **América Platina, Fronteiras de diversidades e resistência**. Curitiba, Appris, 2016.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Jhon H.; GOLDBERG, Ray. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, Edição Especial, 2013.

DIARIO LA UNIÓN. Se viene otro "Feriazo" en Plaza de Mayo. **La Unión**, jul. 2019. Disponível em: <https://launion.com.ar/se-viene-otro-feriazo-en-plaza-de-mayo/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

DIAS, Cristiane Francelina. **Modernizações Conservadoras**: Entidades Orgânicas do Agronegócio (ABAG:1993-2013). 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

DIAS, Cristiane Francelina; NOVION, Jacques de. A construção de um pensamento crítico contestador: contribuições de Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. *In*: BALESTRO, Moisés; NEGRI, Camilo; OLIVEIRA, Luis Guilherme de. **Qual legado?** Um balanço crítico das experiências recentes do papel do Estado no desenvolvimento das Américas. Curitiba: CRV, 2017.

DOMINGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria. Asesinatos y muertes de campesinos en la actualidad argentina: la violencia como dispositivo (des)territorializador. **Revista Astrolabio**, Nueva Época, número 10, 2013.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DONGHI, Túlio Halperin. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.

DOUGNAC, Gabriela Martínez. Acaparamiento, concentración y despojo, entre las lógicas estructurales y las políticas públicas. Apuntes para un debate sobre la propiedad y uso de la

tierra en Argentina. *In*: COSTANTINO, Agostina. **Fiebre por la tierra**: debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina. Compilado. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2019. Libro digital, PDF. (Colección Chico Mendes).

FALS BORDA, Orlando. Cómo investigar la realidad para transformarla. *In*: **Una sociología sentipensante para a América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: CALDART, Roseli Saete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 496-500.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Professor da Unesp explica o que é Conceito de Movimento Socioterritorial**. Podcast UNESP, 4 set. 2020. (Podcast). Disponível em: <https://podcast.unesp.br/?busca=bernardo+mançano>. Acesso em: 27 nov. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário**: de acordo com a Lei n. 8629/93. São Paulo: Saraiva, 1994.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo Dilma congela reforma agrária**. 27 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1754395-governo-dilma-congela-reforma-agraria.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2019.

FRANK, André Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960-1980. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GARCÍA VALDES, Daniel. **Cimarrones de Palenque. Guerreros de La libertad**. La Soga Revista Cultural. Astúrias, Espanha, 2015. Disponível em: <https://lasoga.org/cimarrones-de-palenque-guerreros-de-la-libertad/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GIRBAL-BLACHA, Noemi. **Estado, chacareros y terratenientes (1916-1930): Política agraria y relaciones de poder**. Buenos Aires: Biblioteca Política Argentina, CEAL, 1988.

GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial a la expansión del “agronegocio” el caso argentino. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GHON, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, año 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16PortoG.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GONÇALVES, Felipe Canova. **Linguagem audiovisual e Educação do Campo: práxis e consciência política em percursos audiovisuais**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2019.

GORENDER, Jacob. **Escravidão Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: introdução ao estudo da Filosofia: a filosofia de Benedetto Croce**, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios em la globalización**. Buenos Aires: Biblos, 2013.

GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. **Radiografía del nuevo campo argentino: del terrateniente al empresário transnacional**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUARNACCIA, Soledad; CALLE, Enrique de la. **Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI): Origen, herencias, historia. Agencia Paco Urindo (APU), Sociedad**, 15 ago. 2012.

Disponível em: <http://www.agenciapacourondo.com.ar/sociedad/movimiento-nacional-campesino-indigena-mnci-origen-herencias-historia>. Acesso em: 11 maio 2018.

GUEVARA, Ernesto. Tática y Estrategia de la Revolución Latinoamericana. **Punto Final Documentos**, Santiago de Chile, n. 66, 22 out. 1968. Disponível em: http://www.pf-memoriahistorica.org/PDFs/1968/PF_066_doc.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. *In*. STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional. 1500-1960**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Revista Faz Ciência: Revista de Ciências Humanas da Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 1997.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HOCSMAN, Luis Daniel. Tierra, capital y produccion agroalimentaria: despojo y resistencias en Argentina. *In*: Guillermo Almeyra, Luciano Concheiro Borquez, Joao Marcio Mendes Pereira, Carlos Walter Porto-Gonçalves (org.) **Capitalismo: Tierra y poder en America latina (1982-2012)**, Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay. Volumen I, Buenos Aires: Ed: Clacso, 2014.

HORA, Roy. **Los terratenientes de la pampa Argentina: una historia social y política, 1860-1945**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Celats, 2011.

IANNI, Octavio. Revoluções camponesas na América Latina. *In*. SANTOS, José Vicente T. dos. **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone; Editora da Unicamp, 1985.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JULIÃO, Francisco. O ABC do camponês. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KAPLAN, Marcos. Cinquenta anos de história Argentina (1925-1975): O Labirinto da frustração. *In*: CASANOVA, Pablo González. **América Latina, história de meio século**. Brasília: Editora da UnB, 1988.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KATZ, Claudio. **La teoría de la dependencia, cincuenta años después**. San Telmo, Buenos Aires: Batalla de ideas, 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do “Homem Burguês”**. São Paulo: Editora SENAC, SP, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Celia Neves, Alderico Toribilio. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LA ALAMEDA. **La Alameda denunció otros 4 talleres clandestinos por trata y trabajo esclavo en C.A.B.A.** *In*: ASAMBLEA POPULAR Y COOPERATIVA DE TRABAJO “20 DE DICIEMBRE” DE PARQUE AVELLANEDA, Buenos Aires, Argentina, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://laalameda.wordpress.com/2020/02/18/la-alameda-denuncio-otros-4-talleres-clandestinos-por-trata-y-trabajo-esclavo-en-c-a-b-a/>. Acesso em: 27 maio 2020.

LA VIA CAMPESINA. **Declaración de los Derechos de las Campesinas y Campesinos**. Seúl: LA VIA CAMPESINA, (março) 2009a. Disponível em: <https://viacampesina.net/downloads/PDF/SP-3.pdf> Acesso em maio de 2020.

LA VIA CAMPESINA. Evaluación del Trabajo hecho por la Vía Campesina. *In*. **Documentos Políticos de la Via Campesina**. Jakarta: Secretaria operativa Internacional de la Via Campesina, (maio) 2009b. Disponível em: Documentos Políticos da Via Campesina seguem disponíveis em: <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2010/03/COMBINED-SP-5-FINAL-min.pdf> Acesso em maio de 2020.

LA VIA CAMPESINA. Movimento Campesino Internacional. **¡Globalicemos la lucha, globalicemos la esperanza!** 7 jul. 2017. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-voz-de-los-campesinos-y-de-las-campesinas-del-mundo5/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LA VIA CAMPESINA. **Informe de La VII Conferencia Internacional de La Via Campesina**. Euskal Herria, País Basco: La Via Campesina, dez. 2017. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/informe-vii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina/> Acesso em: 15 maio 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Brasília: Nova Palavra, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. **El Programa Agrário de la socialdemocracia em la primera revolución rusa de 1905-1907**. Moscou: Editorial Progreso, 1978.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Tolstói: Obras Escolhidas**. Tomo 2. Lisboa: Edições Avante, 1986.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Tolstói: um grande artista**. Marxists, 2019. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1910/11/29.htm>. Acesso em: 06 maio 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

LESSA, Sergio. Lukács, ontologia e método: em busca de um (a) pesquisador (a) interessado (a). **Revista praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 02, PPGSS/UFRJ, 1999.

LÖWY, Michael. **Notas sobre a recepção do Marxismo na América Latina**. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luis Bernardo. (Org) *América Latina. História, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUKÁCS, György. **Tolstói y la evolución del realismo**. In: *Ensayos sobre o realismo*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965.

LUKÁCS, György. Narrar ou descrever. In: **Marxismo e teoria da literatura**. Seleção, Apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.51-103.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do Capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **A Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. O Movimento Estudantil na América Latina. **Revista Movimentos Sociais**, Goiás, n. 1, p. 139-160, jul./dez. 2016. Disponível em: www.redelp.net/revistas. Acesso em: 24 abr. 2019.

MARTÍ, José. **Nossa América**: Antologia. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da EDUSP, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**: Introdução. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão e notas Marcelo Blackes. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro III, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, v. 2. São Paulo. Civilização Brasileira, 2011a.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antonia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004

MENDONÇA, Sônia Regina. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). Inspeção do Trabalho resgata 723 estrangeiros submetidos a condições análogas às de escravo. **Jusbrasil**, [2019]. Disponível em: <https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/723460246/inspecao-do-trabalho-resgata-723-estrangeiros-submetidos-a-condicoes-analogas-as-de-escravo>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MOORE JÚNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORLINO, Leonardo; SARTORI, Giovanni. **La Comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Ex-pistoleiro da UDR é condenado pelo assassinato de trabalhador sem terra. **Paraná**, Da terra de direitos, 24 ago. 2014a. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/08/25/ex-pistoleiro-da-udr-e-condenado-pelo-assassinato-de-trabalhador-sem-terra/>. Acesso em: 18 set. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Pistoleiros do Massacre de Felisburgo são condenados a 100 anos de prisão. **Agronegócio**, 24 jan. 2014b. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/01/24/pistoleiros-do-massacre-de-felisburgo-sao-condenados-a-100-anos-de-prisao/>. Acesso em: 18 set. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **As mudas romperam o silêncio**: Manifesto de homens e mulheres em solidariedade às camponesas da Via Campesina. MST, abr. 2006. Disponível em: <https://mst.org.br/2006/04/28/as-mudas-romperam-o-silencio/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Syngenta é condenada por morte de Sem Terra no Paraná. **MST**, 19 nov. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/11/19/syngenta-e-condenada-por-morte-de-sem-terra-no-parana/>. Acesso em: 18 set. 2018.

MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDIGENA (MNCI). **Quiénes somos?** [2018]. Disponível em: <http://mnci.org.ar/about/>. Acesso em: 14 fev. 2018.

MOVIMIENTO NACIONAL CAMPESINO INDÍGENA (MNCI). **Reforma Agraria Integral**: Nuestra Memoria Histórica territorial. *In*: CONGRESO NACIONAL, 1., Argentina, 2010. Disponível em: <http://mnci.org.ar/luchas/reforma-agraria-integral/>. Acesso em: 11 ago. 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1984)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia de uma re(li)gião: Sudene, nordeste, planejamento e conflito de classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mundo tem 40 milhões de pessoas na escravidão moderna e 152 milhões de crianças no trabalho infantil**. Notícias, 18 set. 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_575482/lang-pt/index.htm. Acesso em: 28 maio 2020.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. *In*: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSÓRIO, J. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OXFAM, Internacional. **Terra, Poder e Desigualdade na América Latina**. (Resumo Executivo, estudo escrito por Arantxa Guereña, sob a direção de Stephanie Burgos). Reino Unido, 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorio-executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

PAULA, Gabrielle de. Os 30 anos do MST e a longa caminhada por Reforma Agrária. **MST**, Reforma Agrária, 20 out. 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/10/20/os-30-anos-do-mst-e-a-longa-caminhada-por-reforma-agraria/>. Acesso em: 21 set. 2018.

PINTO SANTA CRUZ, Anibal. Naturaleza e implicaciones de la heterogeneidad estructural de la América Latina. *In: Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Santiago: Fondo de Cultura Económica; Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 1998. v.2. p. 547-567. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2055>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato**: o caso do MST. *In: Reforma agraria y lucha por la tierra en América Latina*. OSAL, Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, CLACSO, ano VI, n. 16, abr. 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária e a revolução brasileira. *In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional. 1500-1960*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

PRADO JÚNIOR, Caio **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

PRESSE, France. ChemChina completa a compra da Syngenta por US\$ 43 bilhões. **G1**, Economia, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/chemchina-completa-a-compra-da-syngenta-por-us-43-bilhoes.ghtml>. Acesso em 11 ago. 2020.

PROUS, André. **O Povoamento da América visto do Brasil**: uma perspectiva crítica. Revista USP, n. 34, p. 8-21, jun./ago. 1997.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**: processo de formação e causa de desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1970.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora da UnB, 2010.

SABATO, J. **La clase dominante em la Argentina moderna**: formación y características. Buenos Aires, CISEA, 1988.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Apresentação. *In*: MELO, João Alfredo Telles (org.). **Reforma agrária quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília, 2006.

SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos. (org.). **Memória e história do Pronera**: contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SANTOS, Theotônio dos. Dependência y Cambio Social. *In*: LOWY, Michel. **Marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 394-398.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro, São Paulo: Editora 34, 2012.

SEABRA, Raphael Lana. **Dependência e Marxismo**: contribuições ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Insular, 2017.

SEABRA, Raphael Lana. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEOANE, José. Neoliberalismo y ofensiva extractivista, actualidad de la acumulación por despojo, desafios de Nuestra América. **Revista Theomai**, v. 26, 2012.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, B.M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional. 1500-1960. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 6.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. Tradução de Herbert Caro e Ernesto Vinhaes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SVAMPA, Maristella: **La disputa por el desarrollo**: territorio, movimientos de carácter socioambiental y discursos dominantes, en Cambio de época. Buenos Aires. Siglo XXI, 2008.

SVAMPA, Maristela. **Pensar el desarrollo desde América Latina**. 2011. Disponível em: <http://www.maristellasvampa.net/archivos/ensayo56.pdf>. Acesso em agosto de 2020.

SVAMPA, Maristela. **Protesta, Movimientos Sociales y Dimensiones de la acción colectiva en América Latina**. 2009. Disponível em: <http://www.maristellasvampa.net/archivos/ensayo57.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Algumas considerações sobre classe e falsa consciência**. *In*: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLSTÓI, Liev. **“Depois do baile”**. *In*: O diabo e outras histórias. Tradução de Beatriz Morabito, Beatriz Ricci e Maira Pinto. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2016. 338f. Tese (Doutorado) – Universidade federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Minas Gerais, 2016.

UMBELINO, A. Lula dá adeus à Reforma Agrária. **Jornal Brasil de Fato**, 22 dez. 2008. Disponível em: <https://mst.org.br/2008/12/29/lula-da-adeus-a-reforma-agraria/>. Acesso em: 15 out. 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WOLF, Eric R. **Europa y la gente sin historia**. México: FCE, 2005.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZOCCHIO, Guilherme. **Pecuária lidera ranking de escravidão em 2012**. IHU, notícias *online*, 04 jul. 2013. Disponível em: www.ihu.unisinos.br.

ZOCCHIO, Guilherme. **Repórter Brasil**, 2013. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/06/principais-atividades-economicas-do-brasil-concentram-casos-de-trabalho-escravo-em-2012/>. Acesso em: 08 maio 2019.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Doutoranda: Cristiane Francelina Dias

Proposta de Tese: A dialética entre práxis e consciência de classes na luta do MST e MNCI.

Apresentação: Sou aluna do curso de doutorado do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA/UNB). Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECSA). Estou elaborando uma tese sobre a dialética entre a práxis e consciência na luta do MST e MNCI, através de um estudo comparativo entre o movimento social do campo do Brasil e da Argentina. O plano de investigação inclui entrevistas semiestruturadas com dirigentes e militantes do MST e do MNCI. As entrevistas serão gravadas para serem usadas no processo de elaboração e haverá sigilo sobre os nomes dos participantes. Agradeço-lhe pela participação.

1) Entrevista sobre o MNCI – Argentina

Data/Local/Identificação do entrevistado/a

Aproximação aos objetos/sujeitos sociais da pesquisa

Qual a origem do MNCI? Sua história e articulação?

Qual o perfil dos sujeitos sociais vinculados ao movimento?

Organização e Lutas

Como foi o processo de constituição do movimento?

Vocês estão organizados em quantas províncias?

Quantas Famílias compõem o movimento?

Quais são as principais formas de luta, de maneira geral e particular?

Quais são os objetivos centrais do movimento?

Contextos

Como está estruturada a questão agrária na Argentina?

Há um processo de concentração?

Houve um processo de Reforma Agrária?

Existe uma legislação específica sobre a função social da terra?

Práxis e Consciência

Como se constitui a práxis dos sujeitos sociais no MNCI?

Como se vinculam a práxis e a consciência no movimento?

Unidade Latino-americana

Quais são os desafios dos movimentos sociais para superação da fragmentação da classe trabalhadora na América Latina?

Quais são as principais frentes de articulação e participação do movimento?

Quais seriam as principais frentes de lutas, de articulação e de unidade dos movimentos sociais vinculados à Via Campesina hoje?

Relação entre movimento e governos

Qual foi a relação do movimento com os governos progressistas?

Quais foram os avanços e retrocessos desse período?

Ações Conjuntas e Transformação Social

Como o movimento se articula nacionalmente com outras forças sociais?

Qual a principal de frente de articulação dos movimentos sociais na Argentina hoje?

Se observarmos as lutas e os movimentos sociais do campo em nosso continente, poderíamos aventar a possibilidade de construir uma ‘frente’ capaz de aglutinar a variedade de lutas e de bandeiras em uma proposição unitária comum? Existiria alguma experiência nesse sentido?

Quais?

Gostaria de acrescentar algum comentário a entrevista?

2) Entrevista Sobre o MST – Brasil

Data/Local/Identificação do entrevistado/a

Apresentação do entrevistado/a: Nome? Estado? Pertence a alguma instância do movimento?

Qual?

Aproximação aos objetos/sujeitos sociais da pesquisa

Você já teve algum contato, informação ou conhecimento sobre o *Movimiento Nacional Campesino Indígena* da Argentina? Poderia elencar alguns elementos que poderíamos

considerar similares ou extremamente diferentes com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil?

Organização e Lutas

Na sua avaliação como poderíamos classificar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil? Como um movimento de classe ou um movimento popular?

Contextos

Em linhas gerais, como o MST analisa a questão agrária no Brasil? Há um marco temporal?

Houve um processo de Reforma Agrária no Brasil? Quais foram as alternativas e estratégias criadas pelo movimento de superação dessa lógica estrutural dominante?

Elementos comparativos com o MNCI: Porque o MST adotou “Sem Terra” e não camponês em sua sigla? Que tipo de relação se estabelece entre o MST e as comunidades indígenas e quilombolas?

Práxis e Consciência

Como se constitui a práxis no MST? Esta práxis tem relação com o processo de tomada de consciência de grupo e de classe? De que forma?

No que se refere a práxis dos sujeitos sociais que integram os movimentos sociais do campo [MST e MNCI nesta pesquisa], este processo de desenvolvimento de uma consciência crítica seria automático, contínuo e permanente? Qual seria sua avaliação?

Unidade Latino-americana

No que se refere a práxis dos movimentos sociais, tanto no Brasil como na Argentina, assim como na América Latina, há uma unidade de classes dos movimentos sociais do campo? É possível ou não, a solidariedade de classe, a unidade de luta e a construção de uma nova sociabilidade humana? Qual seriam os limites e as potencialidades disso?

Relação entre movimento e governos

Quais foram os principais avanços e retrocessos durante os governos progressistas de Lula e Dilma para o MST? Há uma análise-síntese do movimento [de maneira conjunta em suas instâncias deliberativas] desse processo? Sim/não? Qual seria a sua?

Qual a análise-síntese que poderíamos extrair, enquanto classe trabalhadora, desses governos? No Brasil: Lula e Dilma e na Argentina: Nestor e Cristina?

Ações Conjuntas e Transformação Social

Frente ao avanço do capital e da sua hegemonia neoliberal na América Latina, a partir da década de 90 e a sua expressão ofensiva atual, em minha avaliação, há um processo contínuo de fragmentação da classe trabalhadora em seu processo de organização, sindicatos, movimentos etc. Quais seriam os desafios para os movimentos sociais, tanto do campo como da cidade, em nosso continente frente a essa problemática?

É possível construir um partido ou, frente que aglutine essas variedades de lutas e bandeiras em uma proposição unitária comum? Teria alguma experiência nesse sentido? Quais?

Gostaria de acrescentar elementos e sugestões a entrevista?